



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

**NECROSABER E REGIMES DE VERIFICAÇÃO: GOVERNAMENTALIDADE
BIOECONÔMICA DA PLANTATION DO DENDÊ NO BRASIL E NA COLÔMBIA**

Belém
2020

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

Necrosaber e regimes de veridição: governamentalidade bioeconômica da plantation do
dendê no Brasil e na Colômbia

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Sustentável do
Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Sociedade, Urbanização e
Estudos Populacionais

Orientadora: Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marín

Co-orientadora no exterior: Prof. Dra. Claudia Puerta
Silva

Belém
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- P436n Pereira da Silva, Elielson
Necrosaber e regimes de veridificação: governamentalidade bioeconômica da *plantation* do dendê no Brasil e na Colômbia /Elielson Pereira da Silva.
— 2020.
382 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marín
Coorientação: Prof^a. Dra. Claudia Puerta Silva
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2020.
1. necrosaber. 2. governamentalidade bioeconômica. 3. dendeicultura. 4. plantation. 5. necrose. I. Título.

CDD 121.2

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

Necrosaber e regimes de verificação: governamentalidade bioeconômica da plantation do
dendê no Brasil e na Colômbia

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Examinador externo

Prof. Dra. Maria Backsouse
Examinadora externa

Prof. Dr. Andrés Garcia Sánchez
Examinador externo

Prof. Dra. Nírvia Ravena
Examinadora interna

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Examinador interno

Prof. Dra. Claudia Puerta Silva
Co-orientadora no exterior

Prof. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marín
Orientadora

Belém
Dezembro de 2020

Dedico aos “condenados da Terra”, a todos os que lutam incansavelmente pela construção de uma nova humanidade

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos que contribuíram para que esse dia fosse possível. As sementes foram plantadas muito antes da minha chegada até aqui. Familiares, amigos e amigas, colegas da universidade, professores e professoras, servidores e servidoras públicos, lutadores e lutadoras sociais e tantos anônimos que às vezes escapa-me os nomes. Enquanto ser político com uma experiência vivida na luta por outros imaginários possíveis, sou resultado de uma construção coletiva. Como diria o provérbio ubuntu, “eu sou porque nós somos”.

Um dia acreditou-se que o filho de uma agricultora negra e mãe solteira, neto de uma agricultora analfabeta, pudesse chegar à universidade num país ainda violentamente marcado pelas atrocidades históricas da colonização, da escravidão e do autoritarismo. Para a concretização desse direito considerado por alguns como “atrevimento”, muitos dedicaram sua vida. Quando era mais jovem imaginava o quão duro foram as dificuldades enfrentadas pelas pessoas durante os 21 anos de chumbo no Brasil. Falo isso porque para mim era um tipo de ruptura não mais aceita. No entanto, em 2016 o passado aparentemente adormecido reemergiu de nossas veias abertas revelando a pequenez da minha ingenuidade. Aqui estamos, novamente mergulhados em tempos sombrios, agravados por uma pandemia que paralisou o mundo. Talvez seja o momento de lembrar Sartre quando este dizia em 1944: “nunca fomos mais livres do que sob a ocupação alemã”. A realidade atual dilacerada e insuportável requer de nós coragem de reafirmarmos nosso compromisso com a liberdade. Por isso tenho orgulho de estar na trincheira dos sonhadores.

Agradeço imensamente a oportunidade de ter sido orientado pela Professora Rosa Acevedo Marín, com quem aprendi não apenas a mergulhar em novas leituras, epistemologias e modos de fazer pesquisa junto a territorialidades específicas de povos e comunidades tradicionais, mas também a me tornar quem sou atualmente. Desculpo-me pelas vezes que não consegui corresponder a contento, mas reitero a grandeza de vossa pessoa e de sua trajetória intelectual irreparável. Igualmente agradeço ao Professor Alfredo Wagner e a todos os pesquisadores e pesquisadoras do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia pela convivência profícua e enriquecedora durante esses anos.

Sou grato ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, por todo o apoio dispensado ao longo de quase cinco anos. Estendo os agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de estudos do doutorado e a bolsa de estudos para a realização do estágio doutoral no Instituto de Estudios Regionales da Universidad de Antioquia, Colômbia.

A experiência oportunizada pelo intercâmbio acadêmico no exterior foi algo profundamente singular durante o doutorado. Assim, agradeço à Prof. Dra. Claudia Puerta Silva por aceitar me acolher entre seus orientandos, mesmo sem termos tido a chance de nos conhecermos pessoalmente devido aos contratempos entre a minha chegada e a sua saída para o pós-doutorado. Também o estendo ao Prof. Dr. Andrés García Sanchez, que assessorou minhas atividades no Iner/UdeA, inclusive compartilhando sua oficina de trabalho.

Muchas gracias a todos los amigos y amigas de Iner con quien tuve la oportunidad de convivir por casi seis meses: Marcela, Nelson, James, Katherine, Jenni Perdomo, Johanna, Lida López, Natalia Cardona, Benjamin, Eulalia, Guberney, Yesenia, Juan Camilo, Luís, Marian, Diana, Maryan Jimenez, Natalia Bocanumen, Claudia Pato, Doralba, Ever Álvarez y Vladimir Montoya, este último coordinador del instituto. Soy muy grato por la acogida, por los conocimientos compartidos, las sugerencias a la investigación y la amistad construida en este periodo. Mucho gusto en conocerlos y en dividir el mismo espacio de producción intelectual con ustedes. Guardo todos en mi corazón. Espero regresar pronto. Saludo también a Adriana Arboleda y Natalia, de la Corporación Jurídica Libertad por todo el apoyo durante el viaje al Bajo Atrato, así como al Padre Marcial, de la Parroquia de Riosucio.

Agradezco también a Lorena Mercado y su madre Maide Virginia Chavarro por la colaboración con las transcripciones de las entrevistas realizadas en Colombia.

Aos colegas do NAEA sou grato pela amizade, pela aprendizagem coletiva e pelas lutas conjuntas por mais recursos para a educação. Dedico este agradecimento em especial a Adriana Nunes, Suzy Brito, Brenda Taketa, Jondison Nunes, Igor Monteiro, Kássia Nunes, Michel Lima, Eliana Bogéa, Mayanny Soares, Tássia Barros, Guilherme Guerreiro Neto e Alanna Souto.

Agradeço especialmente a querida Selma Solange, também do NAEA, com quem tenho compartilhado as alegrias e angústias durante esses anos. Companheira de todas as horas e dias desde o mestrado, tem sido meu apoio fundamental durante essa jornada. A meus familiares que em muitos momentos foram privados da minha companhia, mesmo assim não deixaram de apoiar-me.

Muito obrigado a todos os agentes sociais que colaboraram com a concretização da pesquisa. Dentre estes destaco os srs. Joaquim, Adílson, Raimundo, Benonias, Antônio, Amoroso e D. Maria, do território quilombola da Balsa; a sra. Daniela, Secretária da Bambaê, associação do território etnicamente configurado de Jambuaçu; ao Sr. Cloves Matias, do território quilombola Nova Betel; à Dalva Costa e Manoel do Socorro, do Projeto de Assentamento Nazaré; à Abraham Mosquera, da Asociación de los Consejos Comunitários del Bajo Atrato, Colombia.

“Ouço a tempestade. Falam-me de progresso, de ‘realizações’, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas”.

Aimé Césaire, poeta e escritor negro caribenho

“quando colocaram a fábrica para funcionar, dona Dorotheia gritou: minha nossa senhora, o mundo está se acabando! Já eu, me escondi dentro da juquira com medo dos gritos do pessoal”.

Maria dos Santos, quilombola do Alto Acará)

VAMOS, CAMARADAS, é melhor que mudemos de procedimento desde já. A grande noite em que estivemos mergulhados, cumpre que a abalemos e nos livremos dela. O dia novo que já desponta deve encontrar-nos firmes, avisados e resolutos.

Franz Fanon

“O papel do intelectual não é mais o de se posicionar ‘um pouco à frente e um pouco ao lado’ para dizer a verdade muda de todos. É antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do ‘saber’ da ‘verdade’, da ‘consciência’, do ‘discurso’”.

Michel Foucault

RESUMO

A tese intitulada *Necrosaber e regimes de veridição: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia* consiste num estudo aproximativo realizado empiricamente em dois países da Pan-Amazônia marcados pela presença de múltiplas territorialidades específicas e povos tradicionais em colisão com megaemprendimentos econômicos fomentados pela coalizão desenvolvimentista objetivada em estratégias empresariais e políticas governamentais. Essas relações de poder e dominação são permeadas por conflitos socioambientais nascidos da confrontação entre diferentes modos de existência coletivos *versus* tecnologias políticas referidas a formas de uso, apropriação e mercadorização dos recursos naturais. Nesses territórios vive-se uma guerra, não simplesmente em sentido metafórico, mas em sua literalidade. Brasil e Colômbia estão entre os cinco países mais letais para quem decide lutar por direitos territoriais e étnicos. Todavia, assim como na *plantation* colonial e na economia política clássica, a governamentalidade bioeconômica vigente se ancora em necrosaberes nascidos do jogo entre estruturas políticas e modalidades de conhecimento. Do ponto de vista empírico, analiso o regime de veridição da bioeconomia do dendê e seus reflexos em terras tradicionalmente ocupadas por quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores. A questão central a ser respondida consistiu em verificar como a construção social de representações da governamentalidade bioeconômica do dendê erigiu um necrosaber instituído como regime de veridição? A partir desta pergunta norteadora, emergiu um questionamento complementar acerca do fenômeno social a ser investigado: quem são, como operam e de que maneira os agentes responsáveis pela formulação de estratégias de legitimação da *plantation* do dendê colaboram com o estabelecimento de *zonas de não-ser* nos territórios intrusados por monocultivos comerciais na Colômbia e no Brasil, culminando na distribuição desigual das oportunidades de vida e de morte? O objetivo geral de pesquisa consiste em analisar o modo como os processos de construção social de representações da governamentalidade bioeconômica do dendê erigem um necrosaber instituído como regime de veridição, que culminam em práticas traduzidas em situações concretas incidentes sobre territórios etnicamente configurados. Os aportes teóricos utilizados para proceder a análise das situações empiricamente observadas se baseiam na biopolítica e na governamentalidade propostas por Michel Foucault, nas críticas sociogênicas de Franz Fanon a respeito das violências físicas e psíquicas causadas pelo racismo intrínseco à *plantation* e a colônia; e na noção de necropolítica formulada por Achille Mbembe. A concretização da pesquisa foi possibilitada mediante a realização de um conjunto de entrevistas e etnografias realizadas nos últimos dois anos no Brasil e na Colômbia, junto a agentes sociais, representantes de governos, agroempresários e pesquisadores. Somou-se a isso o cotejamento de documentos, discursos, planos, programas e projetos concernentes à bioeconomia do dendê. O necrosaber constitui um neologismo, uma expressão nova decorrente de certa insuficiência teórica empregada com o intuito de descrever um campo de relações presente em domínios do saber conformadores da divisão do trabalho intelectual, que se propõem a produzir esquemas interpretativos e representações sobre o mundo social. Do ponto de vista epistêmico, o necrosaber se inscreve como *autopoiese*, ou seja, produz a si próprio em razão de si mesmo, engendrando relações e práticas constitutivas de sua associação indivisível com as distintas formas de manifestação do necropoder consumadas em fenômenos mórbidos específicos. A grade analítica do necrosaber possibilita trazer à tona os elementos fundantes da instituição do regime da grande plantação, atualmente eufemizado como agricultura comoditizada e integrada a mercados, em política da verdade. A despeito de se referirem a diferentes contingências históricas, a *plantation* colonial e as novas *plantations* guardam vários elementos em comum, dentre estes, a fantasmagórica autoimagem de sinonímia da modernidade e da eficiência, coextensiva a nomeação das vozes insubmissas como representação do arcaico, consoante uma efusão narcísica que corresponde ao verbo ferir (MBEMBE, 2018). Do mesmo modo se invoca certa ideia de razão outrora balizada em domínios do saber funcionais aos imperativos da economia política clássica e hodiernamente imbricada na noção de bioeconomia. Os fundamentos que conferem autoridade ao necrosaber se estruturam a partir de dispositivos raciais adstritos a práticas etnocêntricas de colonização de territórios e corpos considerados objetificáveis, fungíveis, descartáveis, reificados por meio da organização racional de uma desumanização (FANON, 2008). Invocando a gestão racional e eficiente do uso dos recursos naturais em oposição ao tradicional, norteiam a delimitação de espaços classificando-os como economicamente estagnados, socialmente empobrecidos e ambientalmente degradados, cuja transformação estaria condicionada à consecução de estratégias empresariais coadunadas com políticas governamentais desenvolvimentistas. Operam mediante a institucionalização de normas afinadas à racionalidade neoliberal vigente, associadas a processos de subjetivação enformadores dos desejos e das condutas, e do estabelecimento de um monopólio epistêmico convertido em *política da verdade*. Os efeitos do regime veridicional do necrosaber se materializam em *necroses*, as quais correspondem a manifestações empíricas do exercício da morte em *zonas de não-ser* engendradas pela governamentalidade bioeconômica da dendeicultura. Objetivados em monoculturas territoriais e cognitivas, os regimes de representação, discursos e práticas subjacentes a esta *bioeconomia* se traduzem na exposição à morte de grupos sociais em posição conflitante aos *necronegócios*.

Palabras-clave: necrosaber; governamentalidade bioeconômica; regime de veridição; dendeicultura; plantation; necrose.

RESUMEN

La tesis titulada *Necrosaber y regímenes de veridicción: gubernamentalidad bioeconómica de la plantación de palma de aceite en Brasil y Colombia* consiste en un estudio aproximado realizado empíricamente en dos países de la Pan-Amazonia marcados por la presencia de múltiples territorialidades específicas y pueblos tradicionales en colisión con megaproyectos económicos impulsadas por coalición de desarrollo orientada a estrategias empresariales y políticas gubernamentales. Estas relaciones de poder y dominación están permeadas por conflictos socioambientales derivados del enfrentamiento entre diferentes modos colectivos de existencia versus tecnologías políticas relacionadas con las formas de uso, apropiación y mercantilización de los recursos naturales. En estos territorios hay una guerra, no simplemente en un sentido metafórico, sino en su literalidad. Brasil y Colombia se encuentran entre los cinco países más letales para quienes deciden luchar por los derechos territoriales y étnicos. Sin embargo, como en la plantación colonial y la economía política clásica, la gubernamentalidad bioeconómica actual está anclada en necrosaberes nacidos del juego entre estructuras políticas y modalidades de conocimiento. Desde un punto de vista empírico, analizo el régimen de verificación de la bioeconomía de la palma aceitera y sus efectos sobre tierras tradicionalmente ocupadas por comunidades negras, ribereños y pequeños agricultores. La pregunta central por responder era verificar cómo la construcción social de las representaciones de la gubernamentalidad bioeconómica de la palma de aceite creó un necrosaber instituido como un régimen de veridicción. A partir de esta pregunta orientadora surgió un cuestionamiento complementario sobre el fenómeno social a investigar: quiénes son, cómo operan y cómo los agentes responsables de formular estrategias para legitimar la palma aceitera colaboran con el establecimiento de áreas de no-ser. en los territorios invadidos por monocultivos comerciales en Colombia y Brasil, culminando en la desigual distribución de oportunidades de vida o muerte? El objetivo general de la investigación es analizar la forma en que los procesos de construcción social de representaciones de la gubernamentalidad bioeconómica de la palma de aceite erigen un necrosaber instituido como régimen de verificación, que culminan en prácticas traducidas en situaciones concretas incidentes en territorios configurados étnicamente. Los aportes teóricos utilizados para analizar las situaciones empíricamente observadas se basan en la biopolítica y gubernamentalidad propuesta por Michel Foucault, en las críticas sociogénicas de Franz Fanon sobre la violencia física y psíquica provocada por el racismo intrínseco a la plantación y la colonia; y en la noción de necropolítica formulada por Achille Mbembe. La investigación fue posible a través de una serie de entrevistas y etnografías realizadas en los últimos dos años en Brasil y Colombia, con agentes sociales, representantes gubernamentales, agroindustrias e investigadores. A esto se suma la comparación de documentos, discursos, planes, programas y proyectos relacionados con la bioeconomía del aceite de palma. Necrosaber constituye un neologismo, una nueva expresión resultante de una cierta insuficiencia teórica utilizada para describir un campo de relaciones presentes en dominios del conocimiento que configuran la división del trabajo intelectual, que buscan producir esquemas interpretativos y representaciones sobre el mundo social. Desde un punto de vista epistémico, el necrosaber se inscribe como autopoiesis, es decir, se produce por sí mismo, engendrando relaciones y prácticas que constituyen su asociación indivisible con las distintas formas de manifestación del necropoder consumadas en fenómenos mórbidos específicos. La cuadrícula analítica del necrosaber permite plantear los elementos fundacionales de la institución del régimen de las grandes plantaciones, actualmente eufemizado como agricultura mercantilizada e integrada a los mercados, en la política de la verdad. A pesar de referirse a distintas contingencias históricas, la plantación colonial y las nuevas plantaciones tienen varios elementos en común, entre ellos, la autoimagen fantasmagórica de sinónimo de modernidad y eficiencia, co-extensiva la denominación de las voces insumidas como representativas de lo arcaico, según un efusión narcisista que corresponde al verbo herir (MBEMBE, 2018). De la misma manera, invoca una cierta idea de razón, antiguamente basada en campos de conocimiento que son funcionales a los imperativos de la economía política clásica y hoy imbricada en la noción de bioeconomía. Los cimientos que dan autoridad al necrosaber se estructuran a partir de dispositivos raciales adheridos a prácticas etnocéntricas de colonización de territorios y cuerpos considerados objetivables, fungibles, desechables, cosificados mediante la organización racional de la deshumanización (FANON, 2008). Invocando la gestión racional y eficiente del uso de los recursos naturales frente al tradicional, orientan la delimitación de espacios clasificándolos como económicamente estancados, socialmente empobrecidos y ambientalmente degradados, cuya transformación estaría condicionada a la consecución de estrategias empresariales acordes con políticas desarrollistas. Operan a través de la institucionalización de normas en sintonía con la racionalidad neoliberal actual, asociada a procesos de subjetivación que configuran deseos y conductas, y el establecimiento de un monopolio epistémico convertido en política de verdad. Los efectos del régimen de veridicción del necrosaber se materializan en necrosis, que corresponden a manifestaciones empíricas del ejercicio de la muerte en áreas de no ser engendradas por la gubernamentalidad bioeconómica de la palma de aceite. Dirigidos a los monocultivos territoriales y cognitivos, los regímenes de representación, los discursos y las prácticas subyacentes a esta bioeconomía se traducen en la exposición a la muerte de grupos sociales en posición conflictiva con los necronegocios.

Palabras-clave: necrosaber; gubernamentalidad bioeconómica; régimen de veridicción; palma de aceite; plantación; necrosis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Zonas tropicais classificadas como “aptas” à dendeicultura | 138 |
| Figura 2 - Sistema de trabalho compulsório nos dendezais do Congo | 145 |
| Figura 3 - Zoneamento do dendezeiro elaborado pelo IRHO na década de 1960 | 194 |
| Figura 4 - Processos minerários de pesquisa para bauxita no Baixo Tocantins, ANM, 2020.208 | |
| Figura 5- Cultivos apoiados pelo MIDAS/USAID por departamento | 225 |
| Figura 6 - Aptidão para cultivo comercial de dendê, UPRA, 2018; Figura 7- Áreas de referência para a implantação de ZIDRES, CONPES/DNP, UPRA, 2018. | 232 |
| Figura 8 - Área da microbacia do Igarapé Ipitinga do Assentamento Nazaré, 2020 | 266 |
| Figura 9- Croqui de localização do PA Nazaré, dos igarapés e terras apropriadas pela dendeicultura, 2020 | 272 |
| Figura 10 - “Capina química” nos dendezais do “Ramal do Inferninho”, PA Nazaré. Figura 11 - aplicação de Roundup às proximidades de uma residência na Comunidade Nazaré do Baixo, 2019 | 274 |
| Figura 12- Ponto de encontro entre mineroduto, linha de transmissão de energia e monocultivos de dendezeiros, entrada do ramal de acesso ao “Polo Vera Cruz”, Acará | 275 |
| Figura 13 - Igarapé Taquariteua, afluente do Ipitinga, Comunidade Nazaré do Baixo, 2019; Figura 14- Igarapé Timboteua, PA Nazaré, 2019. | 287 |
| Figura 15- Braço do Igarapé Itabocal, Projeto de Assentamento Nazaré, Acará, 2019; Figura 16 - Igarapé Itabocal represado pelo Ramal do “Inferninho” e contaminado por tibórnia lançada pela empresa Biopalma da Amazônia S.A.289 | |
| Figura 17- Igarapé sem denominação, Ramal do “Polo Vera Cruz, 2019; Figura 18- Igarapé Xavier, afluente do Ipitinga, 2019. | 290 |
| Figura 19 - Igarapé sem denominação tomado pela puerária, Ramal do Polo Vera Cruz, 2019; Figura 20- Igarapé Ipitinga, Ramal do Polo Vera Cruz, 2019. | 291 |
| Figura 21- Marco topográfico usado para indicar o traçado da futura Ferrovia Paraense (Fepasa), ao lado do centro comunitário da Comunidade Nazaré do Alto, Acará, 2019 | 305 |
| Figura 22 - Contaminação do Rio Acará por resíduos lançados pela Agropalma S.A; figura 23 - Representação dantesca das necroses do dendê desenhada por quilombola do Território da Balsa | 306 |
| Figura 24- Croqui do território quilombola da Balsa, Alto Acará, 2019. | 311 |
| Figura 25- Cemitério da Vila Nossa Senhora da Batalha; Figura 26-Cemitério do Livramento, invadido por dendezais da Agropalma S.A | 328 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCU - Autodefensas Campesinas de Córdoba e Urabá

ADM – Archer Daniels Midland

AF - Amarelecimento fatal

AGROMENDES - Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A.

AGROPAR - Companhia Agroindustrial do Pará

AGROSOL - Associação para o Desenvolvimento Agro-Sustentável do Alto Solimões

ALUNORTE - Alumina do Norte S.A

AMAQCNB - Associação de Moradores, Agricultores e Quilombolas da Comunidade Nova Betel

AMARQUALTA - Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará

ANM - Agência Nacional de Mineração

ANVISA - Agência Brasileira de Vigilância Sanitária

ARQVA - Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará

ASCOBA – Asociación de Consejos Comunitários del Bajo Atrato

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

AUC – Autodefensas Unidas de Colombia

BBF - Brasil Biofuels

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CAMTA - Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCCCSA - China Communication Construction Company

CDNBio - Centro de Negócios Biotecnológicos da Colômbia

CENIPALMA – Centro de Investigación en Palma de Aceite.

CENIPALMA - Centro de Pesquisa em Óleo de Palma

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CESUPA - Centro de Ensino Superior do Pará

CIAT - Centro Internacional de Agricultura Tropical
CIFOR – Centro Internacional de Pesquisa Florestal
CIRAD - Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ - Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê
COLCIENCIAS - Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação
COLDESA - Companhia Colombiana de Desenvolvimento Agrícola
COLSEGUROS - Companhia Colombiana de Seguros
CONPES - Consejo Nacional de Política Económica y Social
COPPE/UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa e Engenharia, da Universidade Federal do Rio De Janeiro
CORPOICA/Agrosavia - Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRA - Companhia Refinadora da Amazônia
DER – Diretiva sobre Energias Renováveis
DNP - Departamento Nacional de Planeación
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPL - Ejército Popular de Liberación
ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A.
ETVA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FARC-EP – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia/Ejército del Pueblo
FDA - Food and Drug Administration
FEDEPALMA – Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite
FEDESARROLO - Centro de Investigación Económico y Social
FENSUAGRO – Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
FETERPA - Federação de Empregados e Empregadas Rurais do Pará
FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

FINSET - Fundo de Investimentos Setoriais

FMI - Fundo Monetário Internacional

GEE – Gases de efeito estufa

GEF - Fundo Mundial para o Meio Ambiente

GERDAT - Groupement d'étude et de recherche pour le développement de l'agronomie tropicale

HVA - Handelsvereniging Amsterdam

IAN - Instituto Agrônômico do Norte

ICA - Instituto Colombiano Agropecuario

ICA – Instituto Colombiano de Agricultura

IED - Investimento Estrangeiro Direto

IFA - Instituto de Fomento Algodonero

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IGAC - Instituto Geográfico Agustín Codazzi

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IIRSA – Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

INCORA - Instituto Colombiano de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDEPAZ - Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz

INEAC - Instituto Nacional de Estudos Agrônômicos do Congo Belga

INER – Instituto de Estudios Regionales

INER/UdeA - Instituto de Estudios Regionales de la Universidad de Antioquia

IOPRI - Instituto de Pesquisa da Palma de Óleo da Indonésia

IPEAN - Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte

IRHO – Institut de Recherches Pour Les Huilles Et Oléagineux

IRHO – Instituto de Óleos e Oleaginosas
ISPO – Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável da Indonésia
ISPO - Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável da Indonésia
ITERPA - Instituto de Terras do Pará
LUC – Land-Use Change
MALUNGU - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIDAS - Más Inversión para el Desarrollo Alternativo
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MPOB - Conselho de Óleo de Palma da Malásia
MSPO – Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável da Malásia
MSPO – Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável da Malásia
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NBP – Nascimento da Biopolítica
NIFOR - Instituto de Pesquisas sobre Óleo de Palma da Nigéria
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organizações Não-Governamentais
OPGP - Oil Palm Genome Projects
PC - pudrición de cogollo
PHC - Plantations et Huileries du Congo
PM - Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica
PME - Programa de Mobilização Energética
PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POIG – Palm Oil Innovation Group
PORIM - Instituto de Pesquisa de Óleo de Palma da Malásia
PPA - Plataforma Parceiros pela Amazônia

PPGDSTU – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

PPI - Programa de Parcerias de Investimentos

PPSOP – Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RSB - Mesa Redonda de Biomateriais Sustentáveis

RSPO – Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SECTET - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica

SEDEC - Société des Huileries du Congo Belge

SEDEME – Secretaria de Desenvolvimento Econ  mico, Minera  o e Energia

SEMATUR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Acará

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICAR - Sistema do Cadastro Ambiental Rural

SIGMINE - Sistema de Informa  es Geográficas da Minera  o

SINTRAIMAGRA - Sindicato Nacional de Trabalhadores de Alimentos

SOCFIN - Société Financi  re des Caoutchoucs

SPVEA – Superintendência do Plano de Valoriza  o Econ  mica da Amazônia

STP – Segurança, Território, Popula  o

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento Da Amazônia

TNI – Transnational Institute

UdeA – Universidad de Antioquia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNAL – Universidad Nacional de Colombia

UNB – Universidade de Brasília

UPRA - Unidad de Planificación Rural Agropecuaria
UPRA – Unidad de Planificación Rural Agropecuaria
URT - Unidad de Restitución de Tierras
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VOC - Companhia das Índias Orientais
WAIFOR - Instituto da África Ocidental para a pesquisa de dendezeiros
WWF – Fundo Mundial para a Natureza
ZAE – Zoneamento Agroecológico
ZIDRES - Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural Econômico e Social
ZIDRES – Zonas de Interesse para o Desenvolvimento Rural, Econômico e Social
ZRC - Zona de Reserva Campesina
ZRC – Zonas de Reserva Campesinas

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 20 |
| 1.1 | OPÇÕES METODOLÓGICAS..... | 26 |
| 1.2 | LÓCUS DOS MEGAEMPREENHIMENTOS DE DENDEICULTURA..... | 29 |
| 1.3 | OBJETIVOS, DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO..... | 37 |
| 1.4 | ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA..... | 40 |
| 1.5 | TÉCNICAS DE APREENSÃO DO REAL..... | 46 |
| 2 | A VIDA SUBMETIDA AOS CÁLCULOS POLÍTICOS | 53 |
| 2.1 | HISTÓRIA SOCIAL DO CONCEITO BIOPOLÍTICA..... | 54 |
| 2.2 | O NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA, SEGUNDO MICHEL FOUCAULT..... | 56 |
| 2.3 | NECROPODER E NECROPOLÍTICA..... | 69 |
| 2.4 | GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E ECONOMIA POLÍTICA..... | 80 |
| 3 | NECROSABER: CAMPO INVESTIGATIVO A PROPÓSITO DA DENDEICULTURA | 109 |
| 3.1 | PLANTATION: O GERME DA MODERNIDADE E DOS NECROSABERES DA DENDEICULTURA..... | 111 |
| 3.2 | EVOLUCIONISMO LIBERAL E NATURALIZAÇÃO DO RACISMO..... | 120 |
| 3.3 | NOVOS CAMPOS DE SABER NA DENDEICULTURA..... | 128 |
| 4 | DENDÊ, PRODUTO NAS/PARA/DAS PLANTATIONS E INSTITUTOS DE PESQUISA COLONIAIS | 138 |
| 4.1 | A PRESENÇA HOLANDESA NA PLANTATION DO DENDÊ..... | 144 |
| 4.2 | A PROEMINÊNCIA TÉCNICA FRANCESA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA PLANTATION DO DENDÊ..... | 150 |
| 4.3 | VEIAS ABERTAS PELA UNITED FRUIT COMPANY, “LA MAMITA YUNAI”..... | 158 |
| 4.4 | ECONOMIA POLÍTICA DA PLANTATION DO DENDÊ..... | 159 |
| 4.5 | DISPOSITIVOS PARA IMPULSIONAR A ECONOMIA POLÍTICA E A BIOECONOMIA DO DENDÊ..... | 189 |
| 4.5.1 | Territórios disciplinados pela plantation do dendê..... | 190 |
| 4.6 | A GUERRA DO DENDÊ NA COLÔMBIA..... | 209 |
| 4.6.1 | Representações fundadoras da política da verdade do dendê na Colômbia..... | 211 |
| 4.6.2 | Conexão entre paramilitares, estado e empresários do dendê..... | 214 |
| 4.6.3 | Plano Colômbia e a agenda dos agrocombustíveis..... | 222 |
| 4.6.4 | Zoneamentos agroecológicos e novos mecanismos de apropriação da terra..... | 229 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 5 | ECONOMIA POLÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES: BIOECONOMIA E DENDEICULTURA NO BRASIL E NA COLÔMBIA..... | 234 |
| 5.1 | URDIDURA DA BIOECONOMIA E A UNIVERSIDADE COMO EXTENSÃO DA EMPRESA..... | 242 |
| 5.2 | ANTINOMIAS DE UM DISCURSO..... | 248 |
| 5.3 | BIFURCAÇÕES DA BIOECONOMIA..... | 252 |
| 6 | NECROSABERES: TECNOLOGIAS BIOPOLÍTICAS DO MEGAEMPREENHIMENTO DO DENDÊ..... | 255 |
| 6.1 | NECROSES DA DENDEICULTURA..... | 263 |
| 6.2 | CERCAMENTO COMO ESPÉCIE DE NECROSABER JURÍDICO..... | 267 |
| 6.3 | CERCAMENTO E USO DE AGROTÓXICOS..... | 272 |
| 6.4 | ASSALARIADOS E AGRICULTORES POR CONTRATO NA TOPOGRAFIA DA MORTE..... | 277 |
| 6.5 | GUERRA PELA ÁGUA E MORTE DOS IGARAPÉS..... | 282 |
| 6.6 | NECROSES DO DENDÊ NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA NOVA BETEL, TOMÉ-AÇU..... | 291 |
| 6.6.1 | Megaempreendimentos coetâneos e cumulatividade de efeitos..... | 299 |
| 6.6.1 | Ferrovia Paraense | 303 |
| 6.7 | ZONAS DE NÃO-SER CRIADAS PELA DENDEICULTURA NO ALTO ACARÁ..... | 306 |
| 6.7.1 | Terras tradicionalmente ocupadas por povos tradicionais do Alto Acará..... | 212 |
| 6.7.2 | Urdiduras fraudulentas em registros imobiliários..... | 315 |
| 6.7.3 | O império dos pés-de-barro das fraudes cartorárias..... | 316 |
| 6.7.4 | Organização das famílias e o mundo do trabalho..... | 323 |
| 6.7.5 | Destruição de vilas e violação de cemitérios..... | 326 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 329 |
| | REFERÊNCIAS..... | 358 |

1 INTRODUÇÃO

A tese sobre necrosaber e governamentalidade bioeconômica da *plantation* do dendê coaduna-se com a perspectiva epistemológica de produção de estudos sobre a realidade social latino-americana e pan-amazônica, fortalecendo os laços de cooperação horizontal entre universidades de países vizinhos, a fim de produzir conhecimentos interdisciplinares. A necessidade de compreender múltiplas formas de saber-poder legitimadoras de megaprojetos econômicos transnacionais e nacionais implantados na Pan-Amazônia, no contexto de uma governamentalidade neocolonial, recoloca para a ciência regional o desafio de desenvolver pesquisas que identifiquem homologias estruturais, efeitos correlativos e processos de construção social análogos que transcendem as fronteiras convencionais do geografismo.

Os aportes teóricos escolhidos propõem uma ruptura epistemológica com o etnocentrismo, com discursos e enunciações triunfalistas¹ e com práticas biopolíticas de controle e disciplinamento, por meio do compromisso com a *análise concreta de situações concretas*², que não seja meramente contemplativo, mas que contribua para desnaturalizar processos de dominação social impostos por relações de saber-poder historicamente violentas e aqueles regidos por tecnologias de subjetivação mais sutis, orientadas ao delineamento de condutas em consonância com os imperativos da razão neoliberal.

Os referentes da abordagem teórica ancoram-se primeiramente nos princípios da interdisciplinaridade, da reflexividade e da ruptura epistemológica com as noções pré-construídas, com o senso comum erudito e com o etnocentrismo. É conduzida pelo duplo teórico formado por biopolítica e necropolítica; a primeira formulada por Michel Foucault; e a segunda por Achille Mbembe. Os preceitos metodológicos e as técnicas de apreensão da realidade empiricamente observável seguem as recomendações de Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), a respeito das pesquisas em ciências sociais.

Optou-se pela consecução de um estudo aproximativo³, e desde certo ângulo como multisituado concernente à governamentalidade bioeconômica do dendê no Brasil e na Colômbia, abrangendo fundamentalmente duas questões: uma arqueologia do necrosaber e de sua transformação em regime de veridificação, implicando na definição do mundo social em

¹ Os triunfalismos a que me refiro correspondem a discursos caracterizados pela ênfase no gigantismo, na grandiloquência da exploração econômica em grande escala, na exaltação superlativa da racionalidade instrumental, no fetiche da tecnificação e na “eficiência” supostamente incomparável dos agronegócios.

² De acordo com Aquino (2018, p. 7), a referida noção foi proposta por Lenin, e alude à compreensão das situações concretas, consoante a evidenciação das contradições ocultas, visando a transformação da realidade social em jogo. Para ele isto seria a “essência”, a “alma viva” da *práxis* marxista.

³ Destaca-se que a proposta é diferente do método comparativo, clássico na Sociologia. (Velho, 1979).

conformidade com certas classificações construídas e institucionalizadas; etnografias da subjugação e da exposição permanente à morte de pequenos agricultores, assentados de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais situados em territórios tradicionais localizados nos departamentos de Antioquia e Chocó, na Colômbia, e nos municípios de Acará e Tomé-Açu, no estado do Pará, Brasil, cercados por megaempreendimentos econômicos do agronegócio do dendê.

Ancora-se, fundamentalmente na compreensão da filosofia como palavra enunciadora da verdade, livre e corajosa, visando inquietar e transformar (FOUCAULT, 2010), nos termos em que Said (2005) define ao enfatizar o papel do intelectual como sendo falar a verdade ao poder, incomodando o *status quo* estabelecido. Da mesma maneira, norteia-se no *tempo do agora* benjaminiano, tempo da verdade, do protagonismo dos vencidos e da reconstrução da história a contrapelo, mediante a irrupção com o progresso linear e infinito herdado do evolucionismo. (BENJAMIN, 2018). Orienta-se ainda por um fazer epistemológico balizado em um novo humanismo, erigido por viventes realmente libertos da dominação, da grande noite escura que aprisiona, sufoca e mutila “os condenados da Terra” mediante dispositivos raciais (FANON, 1968).

O objeto teórico emergiu enquanto problema sociológico a partir de trabalhos empíricos realizados no intervalo de 2013 a 2015 junto a mediadores sociais de nove municípios paraenses onde encontram-se localizados projetos de assentamentos de reforma agrária vinculados ao agronegócio do dendê. Observou-se naquela oportunidade a transferência silenciosa das terras da reforma agrária ao agronegócio do dendê na Amazônia Paraense, coadunada com um violento processo de apropriação de terras em desacordo com os dispositivos constitucionais, no escopo de profundas transformações de cunho social, econômico, cultural e ambiental em tais territórios, através da coalizão de interesses entre gestão governamental e estratégias empresariais. Nas conclusões da dissertação de mestrado foram apontadas possíveis novas linhas de pesquisa merecedoras de aprofundamento.

Dois elementos principais emergiram como possibilidades de estudos futuros. O primeiro deles dizia respeito às implicações multidimensionais da imobilização a longo prazo das terras classificadas legalmente como “áreas de uso alternativo do solo” dos pequenos agricultores vinculados contratualmente a empresas, a qual além de os manter subordinados a um pacote tecnológico homogêneo, praticamente obliterava a produção de alimentos, por comprometer de maneira decisiva a lógica camponesa do pousio. Aliado ao primeiro, o outro consistia nos efeitos engendrados pela exigência constante de maior disponibilidade de força

de trabalho para cuidar de dendezaís familiares sob a vigilância das empresas, motivada pelas transformações na estrutura produtiva agrícola suscitadas pela *plantation* do dendê.

No intervalo de 2016 a 2018 foram feitas sucessivas tentativas⁴ de delimitação do objeto teórico interdisciplinar, consoante leituras sistemáticas que possibilitassem a escolha de uma base teórica consistente para a interpretação da realidade investigada e, ao mesmo tempo, permitissem a identificação das brechas no conhecimento relativo aos processos sociais inerentes à dendeicultura, desencadeados em face da implantação de extensos monocultivos incidentes em terras tradicionalmente ocupadas e em áreas da chamada “agricultura familiar”. A despeito das múltiplas noções de interdisciplinaridade, o recorte escolhido se coaduna com a perspectiva formulada por Casanova (2017), segundo a qual o exercício de interrelação entre os vários domínios do conhecimento deve levar em conta não somente as possíveis conexões epistemológicas entre si, mas a crítica às relações de dominação, apropriação e acumulação quando da interpretação dos fenômenos sociais.

Fundamentalmente, a inflexão teórica motivadora da elaboração atual ancora-se na indissociabilidade entre (necro) poder e (necro) saber e nos dispositivos inerentes à gestão política da vida, sob influência dos aportes de Michel Foucault, Thomas Lemke e Achille Mbembe. Desta forma, o objeto interdisciplinar formulado consiste no *constructo teórico, discursivo e biopolítico da governamentalidade bioeconômica da dendeicultura*. A base empírica está situada no campo das relações de poder-saber legitimadoras do agronegócio do dendê, responsáveis por engendrar oportunidades desiguais de distribuição da vida e da morte em territorialidades específicas circundadas e/ou intrusadas por monocultivos em larga escala.

O amplo cotejamento da literatura referente ao dendê, conjugado com a interpretação de discursos proferidos por agentes políticos, empresariais, intelectuais e “formadores de opinião”, permitiu analisar a estrutura semântica do necrosaber, constituída por enunciações de natureza racista e etnocêntrica, as quais por um lado reforçam positivamente os triunfalismos das *novas plantations* e de “corredores logísticos” correlatos, sob a reivindicação de uma suposta sinonímia entre razão e imperativos mercadológicos, e por outro, negativizam outros saberes e formas de existência ontologicamente distintas, regidas por fundamentos centrados

⁴ Destaco três tentativas de construção do objetivo geral do projeto de tese elaboradas entre 2016-2018, formuladas em momentos distintos: a) analisar a reprodução social e a sucessão familiar de agricultores familiares que possuem contratos com as empresas do agronegócio do dendê na Pan-Amazônia, a partir das implicações engendradas pela reificação dos territórios e pelas mudanças na configuração da força de trabalho impulsionados por este grande projeto; b) compreender as implicações da vinculação camponesa à dendeicultura e a certificação de pequenos agricultores na Pan-Amazônia; c) identificar a efetiva dimensão biopolítica dos dispositivos institucionais de uso da terra e gestão da força de trabalho engendrados para disciplinar a produção de óleo de palma na Colômbia e no Brasil.

no comum, no inapropriável, no inalienável. O monopólio epistêmico do necrosaber não se manifesta apenas mediante formas repressivas, mas por mecanismos de subjetivação que operam na esfera do desejo remodelando as condutas.

Desta forma, sob inspiração de Foucault, pretendo fazer emergir essa “essa espécie de camada, ia dizer essa interface, como dizem os técnicos modernos, a interface do saber⁵ e do poder⁶, da verdade⁷ e do poder” (idem). Sendo o discurso um dos principais mecanismos de articulação intrínseca entre o poder e o saber, através de relações de força presentes no mundo social,

o que se trata de fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a série de valores ou de sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalçados, esquecidos, destruídos ou reativados. Em suma, tratar-se-ia do discurso no sistema de sua institucionalização. (FOUCAULT, 2015, p. 98).

Em consonância com esse aporte teórico, buscou-se realizar uma arqueologia do necrosaber inerente à governamentalidade bioeconômica do dendê composta por instituições, discursos, práticas, classificações e disposições, identificando não apenas a homogeneização lexical contida nos enunciados, nas formações discursivas e nas positivities constitutivas de sua edificação, mas os múltiplos centros de produção desses saberes que expõem à morte, os

⁵ Foucault designa o *saber* como “o conjunto assim formado, a partir do sistema de positividade e manifesto na unidade de uma formação discursiva, é o que se poderia chamar de saber. É o conjunto dos elementos (objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas) formados a partir de uma só e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária (FOUCAULT, 2015, p. 114). Não se analisa o saber em termos de conhecimentos, nem a positividade em termos de racionalidade; nem a formação discursiva em termos de ciência (ibid. (ALMEIDA, R.E.A. e ALEIXO, 2020), p. 115).

⁶ O autor evita substancializar o *poder* como objeto de suas reflexões, pois o que lhe interessa são as múltiplas relações de poder a partir de suas diferentes formas e não a análise de poder de maneira isolada, como instância única. Sua abordagem analítica visa descobrir “como estão ligados entre si a reflexividade do sujeito e o discurso da verdade” (ibid., p. 343). Neste sentido, salienta que “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável” (FOUCAULT, 2006, p. 232). As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte, se está em luta [...]”. (id.). É dele a célebre definição contida em *História da sexualidade: vontade de saber*: “onde há poder há resistência”.

⁷ Por *verdade*, Foucault entende como “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados. São, em geral, os domínios científicos. No caso das matemáticas, é absoluto. No caso das ciências, digamos empíricas, já é muito mais flutuante. E depois, afora as ciências, têm-se também os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou de televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora”. (ibid., p. 233).

quais abrangem agências multilaterais (p. ex: BIRD, FAO, PNUMA), empresas de pesquisa agropecuária (p. ex: Embrapa e Corpoica, Cenipalma), organizações multipartes, *think tanks* de feição neoliberal, grêmios empresariais (Abrapalma e Fedepalma) e o próprio campo universitário, conformador do *homo academicus* no mundo social em que estou inserido (BOURDIEU, 2008).

Do mesmo modo, se perscrutou a constituição do necrosaber como regime de verificação, lugar de produção e legitimação de verdades, evidenciando as relações entre tal forma de saber e a razão ambiental, trazendo à tona os sistemas de classificação e o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos (FOUCAULT, 2008c). O descortinamento dos vínculos de inseparabilidade entre saber, poder e verdade se constitui como peça-chave para interpretar a realidade social empiricamente observável, porquanto

o poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1989, p. 101).

Com relação à biopolítica e à necropolítica, a primeira contribuiu com a interpretação dos dispositivos de normalização das condutas sociais em face do fenômeno da “população”, o controle social do corpo como alvo do poder político e dos interesses econômicos (ALMEIDA, ACEVEDO, ALEIXO, 2020), os mecanismos de autolimitação da razão governamental e a produção de novas formas de subjetivação; a segunda, subsidia as interpretações acerca da atemporalidade das violências causadas pelas *plantations* do dendê em diferentes contingências históricas, presente desde a conformação desta economia política no período colonial, atravessando regimes autoritários instituídos no pós-guerra, políticas desenvolvimentistas fomentadas por agências multilaterais e chegando à governamentalidade bioeconômica dos dias atuais, urdida por uma razão ambiental subordinada ao mercado e às inovações tecnológicas. Ancoradas em dispositivos raciais, políticas governamentais e estratégias empresariais tendem a expor à morte unidades sociais caracterizadas como povos e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, comunidade negras), assalariados rurais e pequenos agricultores vinculados ao agronegócio do dendê.

Os objetivos delineados no projeto sintetizam as várias tentativas de elaboração do objeto teórico, afuniladas na realização de um estudo aproximativo sobre o *necrosaber e a*

governamentalidade bioeconômica do dendê na Colômbia e no Brasil, dois países panamazônicos com extensas áreas imobilizadas para esta *commodity* agrícola, particularmente acentuadas nos últimos vinte anos. A vasta literatura sobre o tema tem revelado o tratamento marginal deste tipo de abordagem teórica nas teses, dissertações e artigos publicados nos países onde a produção de óleo de palma ocorre de maneira acentuada.

Observou-se, especialmente nas últimas duas décadas, a criação de vários dispositivos institucionais de incentivo à produção do dendê como agrocombustível na América Latina, sob o argumento de destiná-los para o suprimento dos mercados interno e global da referida *commodity*, atendendo a múltiplos usos comerciais: alimentação, agroenergia, ração animal, cosméticos e insumos industriais. Os discursos triunfalistas correspondentes a esse agronegócio enfatizam a eficiência representada pela alta produtividade obtida por hectare plantado em comparação a outras oleaginosas, a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar, a geração de empregos e a criação de “polos de desenvolvimento”. Colômbia e Brasil se notabilizam em liderar as transformações na bioeconomia da dendeicultura em âmbito regional, seguidos por outros países como Equador, Honduras, Guatemala, México e Peru.

A Colômbia é o 4º maior produtor mundial de óleo de palma e o primeiro da América Latina, com uma área plantada que equivale a 500 mil hectares, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos USDA⁸ (2020), com um crescimento de 293,7% da área plantada em comparação com o ano de 2000. No entanto, as estatísticas divulgadas pela Federação Nacional dos Cultivadores de Óleo de Palma (Fedepalma, em sua sigla em espanhol) informam existir 559.582 hectares cultivados em 2019; destes, 486.005 hectares encontram-se em fase produtiva e 73.577 hectares “em desenvolvimento”. Em grande medida, a ampliação desses monocultivos vem engendrando conflitos com povos e comunidades tradicionais, que resistem aos processos de expropriação e contaminação de seus territórios, conforme narram autores como Restrepo (2004), Salinas (2008), Escobar (2010), Franco e Restrepo (2011), Lombrana Reyes (2012), García Reyes (2013), Zambrano e Mondragón (2014), Fajardo (2014a), Lizarazo (2015), Marín-Burgos (2017), Díaz-Moreno (2016, 2017).

No caso brasileiro, nos últimos dez anos têm sido adotadas pelo governo um conjunto de agroestratégias com foco na região amazônica, notadamente no Pará, que visam incorporar

⁸ O Ministério da Agricultura dos Estados Unidos dispõe de um considerável acervo de dados e informações referentes a *commodities* agrícolas, abrangendo as diversas etapas da economia rural (produção, distribuição, consumo), não apenas de sua base territorial, mas da ampla maioria dos países atualmente existentes. Também elabora análises prospectivas dos mercados agrícolas, constituindo-se como um importante centro de referência para subsidiar os interesses triunfalistas dos agronegócios. Em relação ao dendê, por exemplo, as séries históricas sobre produção, área plantada, importação, exportação e consumo recuam ao início da década de 1960.

um estoque de terras de 31,8 milhões de hectares, classificadas agronomicamente como “áreas degradadas”, onde incidem áreas de agricultura familiar e terras tradicionalmente ocupadas que experimentam as transformações desencadeadas por este megaprojeto econômico, seja vinculando-se ao discurso triunfalista da renda ou resistindo aos efeitos deletérios de sua implantação (SILVA, 2015). De acordo com os registros do USDA, a área plantada de dendezeiros atualmente no país é de 180 mil hectares, porém, Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018), apoiados em dados fornecidos pela Abrapalma, revelaram em 2018 a existência de 236.252 hectares de plantios da oleaginosa, sendo que destes 207.252 hectares correspondem ao estado do Pará⁹. Ainda de acordo com essa fonte, 41.492 hectares se referem a dendezeiros cultivados por agricultores familiares.

Estudos críticos evidenciam um certo padrão tecnológico dos cultivos agrícolas classificados como “culturas flexíveis”, inclusive do dendê, porquanto a concepção e operacionalização das estratégias empresariais do agronegócio são permeadas por um viés etnocêntrico, na medida em que invisibilizam outros saberes alheios ao conhecimento sistematizado, criando uma espécie de “monocultura mental, ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local” (SHIVA, 2003, p. 25).

OPÇÕES METODOLÓGICAS

As crescentes demandas suscitadas pelo mercado global, em boa parte influenciadas pelo ritmo de crescimento de países asiáticos, principalmente a China e Índia, têm engendrado profundas transformações na realidade social dos países pan-amazônicos, moldada por uma economia política atrelada às flutuações do mercado internacional de *commodities*. Machado Araújo (2012, p. 457) classifica essa vertente do capital fundada em *novas plantations* como uma “necroeconomia de fronteira”.

Sob orientação de um modelo desenvolvimentista erigido como regime de verdade composto por representações e práticas estatais e empresariais (DÍAZ MORENO, 2017), a reprimarização econômica se intensifica de maneira acelerada, a pretexto de assegurar o equilíbrio das contas nacionais, por meio da ampliação do volume de exportações de

⁹ Registre-se a precariedade dos dados oficiais referentes ao cultivo de dendezeiros no Brasil, pois o último levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Gestão e Estatística (IBGE) no âmbito da Produção Agrícola Municipal é de 2016 e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) faz uso desse insumo em suas estatísticas sobre culturas temporárias e permanentes. Assim, as estimativas mais atuais são confiadas ao grêmio empresarial do setor.

commodities minerais, energéticas e agrícolas. A ordem discursiva da vez é ditada pelo ambientalismo empresarial consumado a partir da aliança entre conglomerados transnacionais e organizações não-governamentais (ONG's) de feição neoliberal, fundamentada numa razão ambiental ancorada na “bioeconomia”, cujo cerne está ligado à mercadorização do comum e sua apropriação privada como “capital natural” inscrito na esfera concorrencial. Segundo Machado Aráoz (op. cit., p. 462), “o capital avança criando novos regimes de Natureza (capital natural) e novos regimes de subjetividade (capital humano)”. Parafraseando Velho (2009), “são rótulos novos em garrafas velhas”.

Na perspectiva crítica, o eixo central desta forma de governamentalidade enquanto tecnologia geral de poder (FOUCAULT, 2008b), funda-se na perspectiva evolucionista de progresso linear e infinito mistificada sob a noção de “desenvolvimento” pelos agentes que a invocam, os quais se comportam como “portadores da modernidade”. Fundada em uma alteridade que anistia a colonização e a desigualdade (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016), caracterizada pela negação, subjugação e desumanização do outro (MBEMBE, 2018), rotula os agentes sociais¹⁰ que se opõem a esse modelo ocidental como “atrasados”, “ineficientes”, “improdutivos”, “não-modernos” (MCARTHY, 2010). Desta forma, o sistema dominante lhes impõe as opções de produzir ou perecer (ESCOBAR, 2007); transformam-se em “empresários de si mesmo” ou simplesmente desaparecem por não terem sido capazes de se esforçar o suficiente, como apregoam os defensores da noção de “capital humano”.

Se na ótica dos planejadores oficiais e das corporações privadas do agronegócio a produção de *commodities* em larga escala gera divisas para o país e amplia sua competitividade no comércio internacional, por meio do “crescimento econômico”, a percepção dos povos e comunidades tradicionais afetados por megaempreendimentos agropecuários, minerais, energéticos, florestais e de infraestrutura e logística as vê como ameaças à sua reprodução física e social. Vislumbram as graves implicações sobre suas terras e territórios, a seus saberes culturalmente compartilhados e a suas fontes de subsistência como o corolário da “modernização” pretendida pelo capitalismo, o qual ameaça fulminar seus modos de existência.

¹⁰ A noção é baseada em Bourdieu (2004) e corresponde àqueles que possuem capacidade de agência, cujo comportamento difere frontalmente da passividade atribuída aos *sujeitos*. “Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. [...]” (p. 21). É esta perspectiva teórica empregada na tese para se referir às identidades coletivas abrangidas pela pesquisa. Quanto ao sujeito, Foucault (1995, p. 235), assim o descreve: “há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência. e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”.

A conjugação de fenômenos como a comoditização da agricultura e a mercantilização do comum tem gerado efeitos diretos sobre o mercado de terras, seja por meio de “agroestratégias” vinculadas aos interesses empresariais dos agronegócios para flexibilizar condicionantes jurídico-formais e político-administrativas, quanto pelas tentativas recorrentes de relativizar fatores étnicos e culturais associados às formas de uso das terras tradicionalmente ocupadas pelos denominados povos e comunidades tradicionais (ALMEIDA e ACEVEDO MARÍN, 2010). Por outro lado, a prevalência de um capitalismo de feição autoritária na Amazônia, conforme argumenta Velho (2009), além de ignorar a diversidade social e cultural, tem como uma de suas marcas estruturais a reprodução de um sistema repressor da força de trabalho, presente hodiernamente nas *novas plantations* e em megaprojetos de mineração (ALMEIDA, 2017, p. 10).

É neste contexto que emerge a economia política do dendê, regida pelas engrenagens de uma arena mercadológica flutuante e imprevisível, hiperbolizada pelas crescentes demandas por óleo de palma. As implicações da ascensão da popularidade deste produto estão relacionadas com a forma como a pesquisa e desenvolvimento dos seus múltiplos usos e possibilidades de flexão foi empreendida por uma variedade de agentes interessados, subsequentemente transformando essa cultura em uma commodity direcionada para investimentos e expansão econômica (ALONSO-FRADEJAS *et al*, 2015, p. 3). McCarthy e Cramb (2009) assinalam que a apropriação de terras, o baixo custo da mão-de-obra, os danos ambientais e os conflitos sociais constituem os elementos centrais da economia política do dendê nos principais países produtores.

Uma convergência de fatores permite inferir que os comandos da economia política do dendê tendem a continuar pressionando a apropriação de terras e territórios, bem como a institucionalização de dispositivos de controle e disciplinamento da força de trabalho em favor do crescimento em ritmo acelerado desta *commodity* agrícola. O primeiro deles tem a ver com o padrão de consumo global, em que mais da metade dos produtos alimentícios comercializados mundialmente contém ingredientes à base de óleo de palma (LEVERMANN e SOUZA, 2014). O segundo se refere às estratégias corporativas visando impulsionar as exportações para países asiáticos populosos como Índia, China e Paquistão, que se consolidam como grandes *players* nesse mercado, inclusive direcionando megainvestimentos em novos plantios na Indonésia, na África e na América Latina (ALONSO-FRADEJAS *et al*, 2015). O terceiro está relacionado às implicações geradas pela proibição gradual da circulação de alimentos com presença de

gorduras *trans*¹¹, classificadas pela agência norte-americana Food and Drug Administration (FDA) como danosas à saúde humana, pois, o óleo de palma é considerado pela indústria alimentícia como “uma opção disponível para substituí-las¹²”. O último aspecto consiste na alavancagem da produção de agrocombustíveis, a pretexto de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), consoante o regime discursivo da governamentalidade bioeconômica.

A conjunção de elementos apresentada anteriormente tem propiciado a adoção de políticas governamentais de incentivo à produção de óleo de palma nos territórios asiático, latino-americano, africano e da Oceania, em consonância com estratégias empresariais de grandes conglomerados transnacionais e normalmente em rota de colisão com o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. Diante de tal realidade, os antagonismos sociais se intensificam e frentes de mobilização são acionadas para organizar estratégias contestatórias e de resistência, articuladas a partir de laços de solidariedade e do comum como princípio político (DARDOT e LAVAL, 2017a).

LÓCUS DOS MEGAEMPREENHIMENTOS DE DENDEICULTURA

O crescimento dos monocultivos de dendezeiros na Indonésia e Malásia, conjugado com a exploração predatória de madeira, são apontados como as principais responsáveis pela destruição das florestas tropicais nas ilhas de Java, Sumatra e Bornéu, territórios com alta biodiversidade e presença de povos tradicionais, que abrigam espécies ameaçadas de extinção, como orangotangos que tentam escapar dramaticamente da ação antrópica. Além disso, conflitos pela posse e uso da terra, uso intensivo de agrotóxicos, subordinação às grandes empresas e condições de trabalho degradantes estão imbricados ao modelo de produção em curso (BISSONNETTE, 2012; LI 2015).

Sem a pretensão de recorrer a uma perspectiva historicista enquanto descrição de eventos contínuos sucedidos linearmente, destacarei algumas situações concretas consideradas como chave interpretativa para evidenciar as relações sociais no âmbito da economia política do agronegócio do dendê. Na América Latina a introdução da dendeicultura teve início em

¹¹ De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, “as gorduras *trans* são um tipo específico de gordura formada por um processo de hidrogenação natural ou industrial. São lipídios insaturados que contêm uma ou mais ligações duplas isoladas em uma configuração *trans* e estão presentes principalmente nos produtos industrializados. Os alimentos de origem animal, como carne e leite, possuem apenas pequenas quantidades dessas gorduras” (ANVISA, 2018). Ao transformar óleos vegetais líquidos em gordura sólida à temperatura ambiente, sua utilidade consiste na melhoria da consistência dos alimentos e no aumento da vida útil de determinados produtos para consumo.

¹² Ver CALCIAN, Natália. Anvisa quer apertar mais o cerco contra gordura *trans*: agência abriu processo para aumentar restrição à substância ou até bani-la. Folha de São Paulo. São Paulo, 22 março 2018. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/amp/equilibrioesaude/2018/03/anvisa-quer-apertar-mais-o-cerco-contr-gordura-trans.shtml>>. Acesso em 21 abr. 2017.

Honduras em 1926, sob a condução da empresa norte-americana United Fruit Company, posteriormente convertida em United Brands e anos mais adiante em Chiquita Brands International. Em 1943 a referida companhia implantou os primeiros monocultivos comerciais em solo hondurenho (HOMMA, 2016). A atuação desta companhia na América Latina é marcada por saques, gravíssimas violações de direitos humanos, trabalho degradante, chantagens a governos locais e participação ativa em golpes de Estado apoiados pelos Estados Unidos. Suas práticas imperialistas deram origem ao termo “República das Bananas”, em alusão ao poder exercido pela companhia em face dos países onde estavam instalados seus monocultivos¹³.

Desde os anos 2000, Honduras vem sediando graves conflitos sociais e ambientais desencadeados pela expansão violenta de empresas *palmicultoras* que introduzem cultivos para exportação, notadamente na região do Bajo Aguán, onde tem ocorrido múltiplos casos de expropriação, militarização, violência e mortes de *campesinos* (EDELMAN e LEÓN, 2013; RÍOS, 2014). Em 2017 o país foi considerado pela organização de direitos humanos Global Witness o mais perigoso do mundo para a atuação de lideranças socioambientais, em virtude da onda de violência suscitada por megaprojetos agropecuários, de produção de energia e turismo, acompanhados de crescente militarização¹⁴. Um dos fatos com maior repercussão consistiu no assassinato da líder social Berta Cárceres, tramada por grupos empresariais e políticos interessados na construção de uma hidrelétrica. Ao mesmo tempo, dezenas de camponeses tem sido sumariamente executados ao confrontarem empreendimentos do dendê no Bajo Aguán.

A hegemonia dos países africanos na produção e exportação de óleo de palma perdurou até meados da década de 1960 do pós-guerra, quando a partir de então ocorreu uma substantiva inflexão tecnológica liderada por Malásia e Indonésia, as quais no decênio anterior haviam intensificado consideravelmente o volume produzido, sob a intenção de comandar o mercado global da *commodity*. A acentuação dessa dinâmica ocorreu em função da utilização do dendê para novos usos nas indústrias alimentícia, cosmética e energética, face a introdução de novas tecnologias de processamento agroindustrial, dentre as quais, a hidrogenação. Entre os anos de

¹³ NERUDA, Pablo. *United Fruit Co.*, Canto General, 1950. Ver também: GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*, 9ª reimpressão, Trad. Sérgio Faraco, Porto Alegre: L&PM, 2016.

¹⁴ Ver *Honduras: el país más peligroso del mundo para el activismo ambiental*. Disponível em: <<https://en/campaigns/environmental-activists/honduras-el-pa%C3%ADs-m%C3%A1s-peligroso-del-mundo-para-el-activismo-ambiental/>>. Acesso em: 12 03. 2020.

1970 e 1973 os dois países asiáticos assumiram a dianteira em termos de produção e produtividade.

No mesmo intervalo, grandes *plantations* associadas à dendeicultura se instalaram em Papua Nova Guiné, inicialmente sob controle do Estado e posteriormente alienadas a grandes empresas como a Cargill (ALBANO, 2012). Um dos efeitos mais perversos dessa coalizão de interesses desenvolvimentistas consistiu na apropriação de terras comunais de povos indígenas correlata à negação e violação de direitos territoriais. Orientado por discursos triunfalistas balizados na geração de empregos, na “modernização da economia” e no modelo primário-exportador, o dendê se constituiu como vetor de graves antagonismos sociais e étnicos.

Em território colombiano, a *palma de aceite* ou *africana*, como é comumente chamado o dendê naquele país, começou a ser plantada comercialmente em 1945 na região de Magdalena, por iniciativa da empresa norte-americana *United Fruit Company* (FAJARDO, 2014b). No entanto, a introdução do dendê em terras colombianas teve início em 1932, por iniciativa do botânico belga Florentino Claes, que implantou uma unidade experimental em Palmira, conforme salienta Escobar (2010). Posteriormente foram adquiridas sementes desta oleaginosa junto a países da África e da Ásia nos anos trinta e quarenta, para fins de experimentação em unidades de pesquisa e de empresas como a norte-americana *United Fruit Company*¹⁵. Em 1945 se desenvolveu um pequeno plantio experimental em Calima, entre Cali e Buenaventura.

Após os conflitos desencadeados no intervalo de 1946 a 1958, os monocultivos de dendezeiros se espalharam pelas áreas rurais, aproveitando oportunisticamente da expropriação gerada pelo deslocamento compulsório de milhares de camponeses durante o período face aos conflitos políticos e agrários responsáveis pelo desencadeamento da luta armada de mais de cinco décadas, cujo controvertido processo de “pacificação” culminou na assinatura do Acordo de Paz celebrado em Havana, em 2016. A principal empresa que liderou essa estratégia foi a Industrial Agraria La Palma – Indupalma, de propriedade da família Gutt, que até hoje é uma das companhias que exercem maior controle sobre terras apropriadas para o monocultivo do dendê. A instalação de tais megaempreendimentos engendrou graves conflitos trabalhistas, sociais e agrários nas regiões afetadas, gerando tensões e mortes de lideranças sindicais camponesas (MONDRAGÓN, 2007, p. 7)

¹⁵ Em dezembro de 1928, em Ciénaga, Departamento de Magdalena, ao norte da Colômbia, ocorreu o *Massacre de las Bananeras*, como assim ficou conhecida à execução sumária de dezenas de trabalhadores grevistas que reivindicavam melhores condições salariais e laborais junto à multinacional *United Fruit Company*. O crime foi cometido pelo exército colombiano, atendendo a pressões da companhia e do Governo dos EUA, sob a alegação de que os trabalhadores constituíam uma insurgência comunista que precisava ser exemplarmente combatida. É considerado um dos eventos mais trágicos da história da Colômbia no século XX (FAJARDO, 2014^a; ROMERO e TORRES, 2011).

Entre 1958 e 1959, uma expedição empreendida pelo francês Maurice Ferrand, especialista da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), visitou a região de Tumaco, com o objetivo de orientar o governo colombiano a fomentar “a promoção e o desenvolvimento da produção de dendê”, em áreas consideradas agronomicamente e climaticamente aptas para o plantio (ESCOBAR, 2010, p. 89). Os apontamentos do especialista, sucedidos pela institucionalização de um amplo programa de promoção do cultivo de oleaginosas e o incentivo à criação da Fedepalma, podem ser considerados como o marco inaugural da construção de dispositivos para incentivar a dendeicultura em escala comercial na Colômbia.

O planejamento elaborado por Ferrand recomendava que as melhores terras fossem concedidas a produtores com grandes meios financeiros, conjugados com esquemas de colonização envolvendo camponeses que produziram ao lado de plantios industriais, mediante contratos firmados com as empresas, sob estímulo do Instituto Colombiano de Agricultura (ICA), constituindo assim um sistema híbrido envolvendo *grandes e pequenos* (ESCOBAR, 2010). Em seus estudos a respeito do alastramento da dendeicultura nos Llanos Orientales, a antropóloga Díaz-Moreno (2016, p. 170-1) coloca em relevo pontos centrais do relatório de Ferrand, tais como o argumento de que “o dendê era a planta mais conveniente para desenvolver-se em climas úmidos e tropicais, como certas ‘zonas’ do território nacional”; os altos níveis de produtividade do cultivo e a grande plantação como modelo produtivo, pois era considerado “o mecanismo mais efetivo e adequado para explorar as possibilidades do dendê”.

Analisando contrastivamente com as iniciativas desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN) e depois pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), ambos com suporte científico de ponta disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa em Óleos e Oleaginosas¹⁶ (IRHO, em sua sigla, em francês), percebe-se uma convergência argumentativa em torno dos principais eixos de sustentação da ordem discursiva do agronegócio do dendê: grande plantação, eficiência produtiva, apoio do Estado,

¹⁶ Matéria do Jornal Correio da Manhã, de 29 de novembro de 1964, na seção “Flashes”, registrava a celebração de acordo de cooperação entre o Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura, o IRHO francês e a Sudene, visando a prestação de assessoria técnica para a orientação, planejamento e coordenação das pesquisas agrônomicas sobre as culturas do amendoim, dendezeiro e coqueiro; assistência técnica a pequenos agricultores, companhias privadas e cooperativas; apoio técnico à implantação de um programa de desenvolvimento do coqueiro no Nordeste, em parceria com a Sudene. formação de técnicos, agrônomos, químicos e tecnólogos, por meio de trabalhos particulares no Brasil, na França ou na África, e de estágios de brasileiros nesses mesmos países; organização de um laboratório de diagnóstico foliar no âmbito do Instituto de Óleos. Doze dias depois o mesmo jornal destacava em seu caderno Correio Agrícola a “ação conjunta franco-brasileira para desenvolvimento de oleaginosos”. Interessante observar a ênfase dada a uma suposta neutralidade da “Missão IRHO”, a qual “representava verdadeiramente uma ajuda técnica e econômica à pesquisa aplicada, livre de qualquer pressão ou orientação política”.

delimitação e institucionalização de “zonas aptas” e colonização de áreas com “baixo dinamismo econômico”, consoante o ideário dos “polos de desenvolvimento”, de François Perroux.

Na Amazônia brasileira as iniciativas relacionadas a introdução do dendê iniciaram em meados da década de 1940, conduzidas por técnicos do Instituto Agrônômico do Norte. Foram trazidas mudas de dendezeiros da Bahia, aqui cruzadas com a variedade nativa *caiuapé* (*Elaeis oleífera*). Mas foram fundamentalmente os estudos de Clara Pandolfo, engenheira química vinculada à SPVEA, articulados aos propósitos tecnocientíficos do IRHO no pós-guerra, que criaram as condições de possibilidade para a adoção da dendeicultura como projeto agrícola para o campo paraense no final da década de 1960¹⁷. Com base num projeto piloto gerenciado por Pandolfo, foi implantada uma área experimental de 1.500 hectares na localidade de Jenipaúba, hoje pertencente ao município de Santa Bárbara do Pará, com base no convênio de cooperação técnica nº 53/65 firmado entre o IRHO e a SPVEA, posteriormente sucedida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (MÜLLER, 2006; HOMMA, 2016). A propósito, o mesmo instituto francês implantou experimentalmente 21.000 mudas de dendezeiros na Colômbia nas décadas de trinta e quarenta (ESCOBAR, 2010).

Assim temos a primeira fase da economia política do agronegócio do dendê nos principais países produtores, que iniciou na África, se moveu para o Sudeste Asiático, seguiu para a América Latina e por fim chegou à Oceania. Hoje é crível afirmar que se trata de uma *plantation* mundializada, cuja territorialização abrange não apenas as “zonas tropicais”, mas inclui também estratégias empresariais de colonização do padrão de consumo, principal demandante de volumes de produção anual cada vez mais crescentes. Nos últimos vinte anos a área plantada de dendezeiros passou de 10,1 milhões de hectares para 24,1 milhões de hectares, representando um crescimento de 138,6%. No mesmo intervalo, a área plantada de soja cresceu 90,8%, de 25,1 milhões para 47,9 milhões de hectares¹⁸.

Nos últimos anos, notadamente a partir da década de 2000, com a emergência dos agrocombustíveis, têm se observado alguns movimentos que evidenciam o deslocamento da produção de óleo de palma do Sudeste Asiático para os países dos continentes africano, latino-americano e Oceania, o que tem engendrado novas formas de apropriação da natureza (*green grabbing*) para fins supostamente ambientais, comandadas por grandes empresas transnacionais

¹⁷ Em 23 de outubro de 1965 foi firmado o convênio 53/65, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux, objetivando a implantação de um projeto piloto de 1.500 hectares de dendezeiros no município de Benevides, Pará.

¹⁸ Os dados foram extraídos da base do USDA (2020), disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/compositeViz>>. Acesso em: 20.08.2020.

que comandam este mercado (FAIRHEAD, LEACH & SCOONES, 2012). Outros autores como Mondragón (2007), Borrás Jr *et al* (2011), Acevedo Marín (2012), Fajardo (2014b), Sauer e Borrás Jr (2016) denominam esta nova fase da apropriação de terras como *land grabbing* ou *acaparamiento de tierras*.

Neste contexto, Brasil e Colômbia emergem simultaneamente como dois dos principais receptores e entusiastas de programas governamentais voltados a incentivar a “expansão” da dendeicultura em grande escala, baseados nas mesmas políticas e metanarrativas utilizadas nos países asiáticos que lideram a produção mundial de óleo de palma, tais como “recuperação de áreas degradadas”, “inclusão social”, “dinamização econômica”, “geração de emprego e renda” e “sustentabilidade ambiental”.

De acordo com Giraldo (2015), entre 2000 e 2013 a área destinada a produção de dendê na Colômbia saltou de 157.000 hectares para 476.000 hectares, representando um crescimento de 203,2% neste pequeno intervalo. O fenômeno está atrelado a um vigoroso processo de concentração de terras, a que o autor denomina como *acumulação por expulsão*, em virtude da guerra contra a natureza, deslocamentos forçados, paramilitarismo, cercamentos de territórios tradicionais, privatização dos bens comuns e subordinação a agroestratégias empresariais.

Fajardo (2014b, p. 73) argumenta que no contexto da acumulação do capital agroexportador, territórios coletivos de comunidades negras e de camponeses têm sido apropriados violentamente por grupos paramilitares para beneficiar empresas produtoras de dendê, banana e pecuária extensiva, sob estreitas ligações com o narcotráfico. As pesquisas desenvolvidas por Escobar (2010, p. 91) têm apontado que atualmente a ampliação de monocultivos de dendezeiros na Colômbia se efetua à força, através da violência e do deslocamento compulsório, sendo uma das principais causas da expropriação e dos deslocamentos compulsórios que acentuam a concentração da terra naquele país.

Essa realidade social é corroborada pelo estudo divulgado pela Organização Não-governamental OXFAM, em maio de 2017, no qual a Colômbia se apresenta como o país que ocupa o primeiro lugar no ranking da desigualdade na distribuição da terra na América Latina. Os dados evidenciam que 1% das explorações de maior tamanho controlam mais de 80% das terras do país, enquanto os 20% se repartem entre os 99% restantes.

No final da década de 90 ocorreu uma expansão desenfreada da “fronteira agrícola”¹⁹ elevando o país à condição de 5º maior produtor mundial de óleo de palma e tornando-o um importante *player* neste mercado. As empresas *palmicultoras* intensificaram a apropriação das

¹⁹ Essa noção de “fronteira”, solidária a ênfase no gigantismo das *novas plantations*, difere profundamente do significado sociológico atribuído por Pacheco de Oliveira (1979).

terras com o auxílio de paramilitares e de recursos não-militares destinados a incentivar a “substituição de cultivos ilícitos” no contexto do Plano Colômbia, financiado principalmente pelos Estados Unidos (ESCOBAR, 2010, p. 98). A concentração da terra também esteve associada a mecanismos de *lavagem de dinheiro* e de fortalecimento do poder político por parte do narcotráfico, tais como a repatriação de recursos e a compra de grandes áreas eufemizadas como “investimentos”, com apoio do paramilitarismo (FAJARDO, 2014b, p. 87).

A produção de dendê na Colômbia recebeu novo impulso em 2001 durante o governo de Andrés Pastrana, que anunciou publicamente a intenção de implantar três milhões de hectares de dendezaís em larga escala, durante participação num Congresso ocorrido na Malásia. Naquela oportunidade o presidente colombiano instou os empresários malaaios a realizarem investimentos para que “el progreso y el desarrollo social pudiesen alcanzar áreas grandes de Colombia que están prontas para unirse en el cultivo y procesamiento de la materia prima” (ESCOBAR, 2010, p. 102).

Por sua vez o presidente Álvaro Uribe, em seu segundo mandato (2006-2010), destacou a “expansão” da palma africana como uma suposta estratégia de “desenvolvimento sustentável” para os biocombustíveis. Uribe usou como argumento a possibilidade de “sembrar hasta seis millones de hectáreas adicionales de la planta en el futuro, en las sabanas de pastos que tienen baja productividad, sin tumbar, en sus palabras, ‘un milímetro’ de selva²⁰. Neste período ocorreu grande apropriação de terras para a dendeicultura e a instalação de plantas industriais de produção de biodiesel, impulsionados pela ambientalização do discurso, através da Política Nacional de Biocombustíveis aprovada em 2008.

Agências multilaterais como a FAO e o Banco Mundial, assim como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, em sua sigla em inglês), têm se constituído como os principais centros de formulação de planos de desenvolvimento rural para a Colômbia, ancorados na liberalização comercial. A lógica que preside tais orientações está voltada ao suporte a megaprojetos agropecuários, tais como a criação do programa Agro Ingreso Seguro (2007), e a transformação da base econômica do campesinato, por meio das Alianças Produtivas, regidas pela Lei nº 101, de 1993. No caso dos camponeses e povos e comunidades tradicionais, as únicas propostas se centram no empresariamento do campo e nas “alianças produtivas estratégicas” como via única para alcançar a viabilidade econômica. Com base nessas estratégias de fomento, a vinculação de pequenos agricultores a “agricultura por

²⁰ Conferencia de Álvaro Uribe en el XXXIV Congreso de FEDEPALMA, en 7 de junio de 2006, en Villavicencio, Meta, Apud VALENCIA, Sebastian Ocampo. Agroindustria y Conflicto Armado: el Caso de la Palma de Aceite. colomb.int. no.70 Bogotá July/Dec. 2009.

contrato” representou 28,5% da produção nacional de óleo de palma em 2009, abrangendo plantios que somaram 50.000 hectares, envolvendo 4.000 famílias, em módulos de 12,8 hectares, em média (FAJARDO, 2014b). Relatório da Fedepalma (2019) indicou que dos 5.963 produtores de dendê existentes naquele país, 85% são pequenos, 12% médios e 3% grandes. Contudo, a área ocupada por monocultivos destes últimos corresponde a 59% do total, a dos médios, 27%, e a dos pequenos, 14%.

No Brasil, o principal alvo das investidas do agronegócio do dendê é a Amazônia Paraense, onde vem ocorrendo a implantação de megaempreendimentos agroindustriais por empresas de capital nacional e transnacional. As empresas são: Biopalma da Amazônia, Agropalma, Belém Bioenergia, Guanfeng Group (China), Mejer Agroindustrial, Dentaúa, Marborges e Denpasa. Este impulsionamento está diretamente associado à conjugação de interesses objetivados em “atos de Estado” e estratégias empresariais, através da criação de dispositivos institucionais, de discursos triunfalistas e de mecanismos de controle e disciplinamento para incentivar o aumento da escala de territorialização das agroestratégias da dendeicultura. Não obstante, importa destacar um movimento em curso de reconfiguração da economia política do dendê no país, que tem culminado em fusões, alianças, venda de ativos e saída de determinadas companhias como a Vale S.A, a Archer Daniels Midland (ADM) e a Petrobrás Biocombustível da referida atividade econômica²¹.

²¹ Quanto a isso, destacam-se: a) a aquisição de ações da Wilmar Internacional, com direito a voto, por parte da ADM, avaliada pelo Cade no âmbito do Ato de Concentração Sumário nº 08700.002117/2016-18, aprovado pelo DESPACHO SG Nº 447/2016, de 11 de abril de 2016. Em relação ao mercado de óleo de palma, as companhias optaram por deixá-lo “em aberto”; b) a constituição de uma *joint venture* entre o fundo de investimentos Opportunity Agro e a Dendê do Tauá Ltda (Dentaúa), culminando na criação da Ecotauá, que realizou parceria com a Belém Bioenergia S.A para produção e transformação de cachos de dendê em óleo refinado nos “Projetos” de Tailândia e Tomé-Açu, consoante o Ato de Concentração Sumário nº 08700.007003/2017-45, aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por meio do DESPACHO SG Nº 1751/2017, de 30 de novembro de 2017; c) a decisão da Petrobrás Biocombustível de vender 50% das ações que detinha na Belém Bioenergia S.A à Galp Energia, que passou a exercer controle único sobre a companhia. Tal decisão fora consumada no bojo do Ato de Concentração nº 08700.004094/2019-29, aprovado pelo Cade no dia 30 de agosto de 2019, por intermédio do DESPACHO nº SG nº 1.140/2019; d) a saída da ADM do mercado de óleo de palma no Brasil e a venda de seus ativos para o Grupo Marborges, sob a alegação de estar revisando “seu portfólio de investimentos globais”. A operação foi efetivada no âmbito do Ato de Concentração Sumário nº 08700.006096/2019-52, aprovado pelo Cade em 03 de janeiro de 2020, conforme o DESPACHO SG Nº 3/2020; e) a decisão da Vale S.A de vender as ações majoritárias que detinha na Biopalma para a Brasil Biofuels S.A, ocorrida no segundo semestre de 2020, e se retirar completamente do negócio. A informação confirmada por agentes sociais que atuam no *locus* da pesquisa, ainda não foi objeto de processo junto ao órgão competente, mas a transição já se encontra em andamento.

Diante da relevância e atualidade do tema, muitos estudos científicos têm sido realizados nos últimos anos não apenas a nível local, mas no plano internacional, culminando na produção de uma vasta literatura. Esta constatação impôs a tarefa desafiadora de esboçar tentativas de aproximação e de construção do objeto interdisciplinar a partir de abordagens distintas daquelas usualmente empregadas para analisar a problemática investigada.

1.3 OBJETIVOS, DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A definição do objeto teórico da tese é um processo não-linear, onde o pesquisador busca se manter em *estado de mobilização permanente*, substituindo o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizando com todas as variáveis experimentais dispostas no mundo social (BACHELARD, 1996). Bourdieu (2004, p. 27) compreende a construção do objeto como uma tarefa complexa e delicada, que não se resolve “de uma assentada”, mas que requer tempo, paciência, rigor e vigilância epistemológica.

As informações contidas nos argumentos que evidenciaram a relevância social, econômica e ambiental do tema escolhido, consoante abordado anteriormente, permitiram a elaboração mediatizada de uma problemática de pesquisa com a finalidade de engendrar a formulação epistemológica de problemas, como passo antecedente à construção do objeto teórico de pesquisa. Neste sentido, a *problemática* se refere à construção social do necrosaber e a governamentalidade bioeconômica da dendeicultura no Brasil e na Colômbia.

Partindo desta perspectiva analítica e em observância ao postulado de Bachelard (1996) de que todo conhecimento é resposta à formulação de uma pergunta, a questão-problema foi formulada da seguinte forma: Como a construção social de representações da governamentalidade bioeconômica do dendê erigiu um necrosaber instituído como regime de veridificação? A partir desta pergunta norteadora, emergiu um questionamento complementar acerca do fenômeno social a ser investigado: quem são, como operam e de que maneira os agentes responsáveis pela formulação de estratégias de legitimação da *plantation* do dendê colaboram com o estabelecimento de *zonas de não-ser* nos territórios intrusados por monocultivos comerciais na Colômbia e no Brasil, culminando na distribuição desigual das oportunidades de vida e de morte?

O corpo de hipóteses do trabalho exprime um esforço epistemológico em tentar exercitar aproximativamente possíveis respostas às perguntas de pesquisa suscitadas, sem a pretensão de considerá-lo rigorosamente estático ou definitivo. Desta forma, com fundamento na base

empírica e nas teorias norteadoras empregadas na construção do objeto de tese, as hipóteses formuladas foram as seguintes:

a) A consolidação e legitimação da governamentalidade bioeconômica do dendê na Colômbia e no Brasil está balizada por uma complexa tessitura de necrosaberes, cognições, domínios e disposições, objetivada através de um léxico homogeneizante que atua para impor uma definição do mundo social consoante a mistificação desenvolvimentista, cujos efeitos mórbidos expõem permanentemente a morte agentes sociais usualmente rotulados como “ineficientes”, “improdutivos”, “atrasados tecnologicamente”. Consiste numa disposição ordenada classificadora do outro como ser inferiorizado, mediante distintas formas de racismo fomentadas pelo monopólio epistêmico do necrosaber correlato às tecnociências e novas ciências de inspiração neoliberal. A representação etnocêntrica dos modos de existência contrapostos ao modelo das *novas plantations* consiste na criação de uma economia de sentidos que nega a estes a capacidade de se autorreconhecer e autoafirmar, de serem tidos como sujeitos capazes de agência e autonomia quanto à reprodução da própria vida. As violências do silenciamento, da redução e da exclusão em nenhuma dessas modalidades são amenas, pois todas elas envolvem a naturalização da morte do outro como princípio, seja no sentido simbólico como mencionara Foucault (2005) ou no da necropolítica formulada por Mbembe (2016).

b) Os dispositivos de poder-saber legitimadores do *agrobusiness* do dendê delineiam práticas políticas, empresariais e jurídicas que resultam na construção de políticas governamentais e mudanças institucionais relacionadas à gestão do trabalho e ao controle biopolítico do uso da terra, convergentes com os interesses corporativos da bioeconomia do dendê. Tais intervenções tendem a agravar antagonismos sociais e gerar efeitos necropolíticos, entretanto, são contestadas pela irrupção de múltiplas formas de resistência articuladas por trabalhadores rurais assalariados, pequenos agricultores vinculados contratualmente às empresas e povos e comunidades tradicionais afetados de diferentes maneiras.

Em consonância com tais abstrações, o objetivo geral de pesquisa consiste em analisar o modo como os processos de construção social de representações da governamentalidade bioeconômica do dendê erigem um necrosaber instituído como regime de veridicação.

Orientados pelo objetivo geral da pesquisa, os objetivos específicos a seguir delineados visam complementá-lo na interpretação dos fenômenos sociais analisados:

- a) Perscrutar os enquadramentos discursivos, elaborações especializadas, disposições e domínios organizadores de um necrosaber atrelado à governamentalidade

bioeconômica do dendê, identificando os mecanismos que o levaram a ser reconhecido como lugar de verificação;

- b) Investigar as situações sociais concretas engendradas pelos necrosaberes nos processos de territorialização, na apropriação das terras, nos modelos produtivos e nas relações de trabalho referidos à *plantation* neocolonial do dendê;
- c) Evidenciar as formas de produção de controles biopolíticos sobre os territórios e corpos racializados e atravessados pela bioeconomia do dendê.

Com base na definição da problemática, do problema de pesquisa e dos objetivos geral e específicos, a base empírica do objeto de estudo ficou circunscrita aos departamentos de Antioquia e Chocó, na Colômbia, e aos municípios de Acará, Tomé-Açu e Tailândia, no estado do Pará, Brasil, locais onde estão instalados megaempreendimentos da agroindústria de dendê. A escolha desses territórios se justifica em razão de serem representativos quanto a incidência de monocultivos de dendezeiros em larga escala, de regimes de assalariamento rural e de pequenos agricultores vinculados a grandes companhias por meio da “agricultura por contrato”.

Em Chocó a implantação da dendeicultura está associada a violência paramilitar, conjugada com políticas desenvolvimentistas fomentadas pelo governo colombiano e por agências internacionais como a Usaid, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (BIRD), com gravíssimas repercussões nesta particularidade do mundo social. Antioquia é o departamento com maior faixa de terras planejadas pela tecnocracia governamental para incorporação futura à esta atividade agrícola, conforme se infere a partir dos zoneamentos vigentes. É para onde pretendem se deslocar novos investimentos empresariais coetâneos a “corredores logísticos” que convergem em direção à confluência do Pacífico com o Atlântico e o Caribe, considerada pelos triunfalistas do agronegócio como a “melhor esquina das Américas”.

O Pará é o estado brasileiro onde estão concentrados mais de 90% dos dendezaís comerciais do país, sob a forma de megaprojetos agropecuários introduzidos desde a década de 1960 e 1980, mas que tiveram forte impulso nos últimos quinze anos, no bojo de atos de Estado e de estratégias corporativas inscritas discursivamente numa nova razão ambiental. Com efeito, territórios foram esquadrihados e milhares de hectares foram apropriados, a pretexto de recuperar “áreas degradadas”, promover a geração de empregos, incluir economicamente a agricultura familiar e criar “polos de desenvolvimento”. No entanto, a literatura especializada,

corroborada pela análise concreta de situações concretas, tem registrado graves efeitos sociais e ambientais creditados ao alastramento do dendê²².

Os três territórios descritos sucintamente guardam em comum a existência de terras tradicionalmente ocupadas, de territorialidades específicas e unidades sociais caracterizadas como quilombolas, ribeirinhos, comunidades negras, afrocolombianos que lutam pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e étnicos, as mesmo tempo em que denunciam as reiteradas violações sofridas historicamente. Também concentram milhares de pequenos agricultores subordinados a esquemas contratuais controlados pelas empresas, bem como um expressivo contingente de assalariados e assalariadas rurais contratados para a realização de trabalho penoso nos dendezaís.

O recorte temporal delimitado para a interpretação das situações concretas abrangidas pela pesquisa está circunscrito ao período de 2000 a 2020, intervalo em que o espraiamento do agronegócio do dendê no Brasil e na Colômbia incidiu de maneira acentuada, consoante o exposto nos parágrafos anteriores.

1.4 ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA

A abordagem teórico-metodológica norteia-se pelo exercício da interdisciplinaridade como possibilidade de construção de um saber a contrapelo, consoante a *análise concreta de situações concretas* (ALMEIDA, 2009, 2018; CASANOVA, 2017), de um pensamento crítico sob a forma de uma ontologia do presente²³ (FOUCAULT, 2000) e da interpretação da realidade empiricamente observável em consonância com a *sociogenia* fanoniana, segundo a qual “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana” (FANON, 2008, p. 28). Sendo assim, faz-se necessário atentar não apenas aos processos individualizantes, mas às relações presentes na particularidade do mundo social em questão, que possibilitam a constituição e objetivação de necrosaberes.

Abordando a respeito da reflexividade, Bourdieu e Wacquant (2001, p. 8) a consideram como um imperativo absoluto nos dias atuais a todos os que pretendem resistir criticamente a conceitos de qualidade duvidosa impostos por uma lógica neoliberal existente no campo universitário e externamente a ele, que destrói o Estado social e suas experiências históricas, dentre estas a própria autonomia da ciência social, tais como “*globalização e flexibilidade*”,

²² Ver Boletim Informativo nº 9. Guerra do Dendê. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2014.

²³ De acordo com o autor, “é preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *ethos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível!” (FOUCAULT, 2000, p. 351).

multiculturalismo e comunidade, “*hibridização*”, “*identidade*”, “*fragmentação*” e outros modismos contemporâneos. São palavras e enunciações utilizadas usualmente como agentes de uma ordem invisível, onde se difundem imperativos políticos como destinos históricos inexoráveis impostos em todos os lugares, com a cumplicidade ativa de um número expressivo de intelectuais, através de uma visão de mundo que intenciona diminuir a política à ética, com o propósito de transformar cada agente social em um pequeno empreendedor de si mesmo, responsável por seus êxitos e fracassos, por sua miséria econômica, cultural e simbólica.

Deste modo, a partir da ruptura epistemológica com a postura intelectual meramente contemplativa ou conformista diante da ordem social estabelecida, contraposta a uma narrativa linear, evolucionista e naturalizada dos acontecimentos, faz-se necessário

libertar-se de toda uma série de noções ligadas ao postulado de continuidade. Elas não têm certamente uma estrutura conceitual muito rigorosa, mas sua função é muito precisa. Tal como a noção de tradição, que permite simultaneamente situar qualquer novidade a partir de um sistema de coordenadas permanentes e dar um *status* a um conjunto de fenômenos constantes. Tal como a noção de influência, que dá um suporte – mais mágico do que substancial – aos fatos de transmissão e comunicação. Tal como a noção de desenvolvimento, que permite descrever uma sucessão de acontecimentos como a manifestação de um só e mesmo princípio organizador. Tal como a noção, simétrica e oposta, de teleologia ou de evolução para um estágio normativo. Tais como as noções de mentalidade ou de espírito de uma época, que permitem estabelecer entre fenômenos simultâneos ou sucessivos uma comunidade de sentidos, ligações simbólicas, um jogo de semelhanças e de espelhos. É preciso abandonar essas sínteses fabricadas, esses agrupamentos que são aceitos antes de qualquer exame, essas ligações cuja validade é admitida de saída; rejeitar as formas e forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e seus discursos; aceitar ter relação apenas, em primeira instância, com uma população de acontecimentos dispersos. (Foucault (2015, p. 104).

A análise crítica das práticas discursivas e das relações de poder constitui peça-chave na interpretação da realidade social, principalmente a partir das formulações de Foucault (1988, 2008b, 2015). Consiste num meio profícuo para o delineamento das implicações dos necrosaberes constituintes da governamentalidade bioeconômica do dendê, cujos efeitos biopolíticos e necropolíticos convergem na tentativa de elidir os modos existência dos povos e comunidades tradicionais, reificando corpos, colonizando territórios e produzindo subjetivações alinhadas com os preceitos da brutal religião animista do capital (MBEMBE, 2017).

Os discursos se constituem como prática, daquilo que pode ser dito e do que não pode ser dito. Encontram-se institucionalizados no mundo social e são dispostos como verdade, pois não há formação de poder sem um campo de saber, como ensinara Foucault. Do mesmo modo, inspirada em Mbembe, esta tese sustenta teoricamente a indissociabilidade entre necropoder e necrosaber, porquanto se constituem como duas faces de uma mesma tecnologia política: o racismo. Ele é “o epíteto da destruição organizada, o nome de uma economia sacrificial, cujo

funcionamento requer, que por um lado, se reduza o valor da vida, e, por outro, se crie o hábito da perda” (MBEMBE, op. cit, p. 65). Consoante os argumentos do “racional”, do “universal”, do “moderno” vinculados a esquemas interpretativos evolucionistas, processos de racialização permeiam modelos produtivos objetivados em *novas plantations* e em “corredores logísticos”:

Deste modo, torna-se fundamental atentar para os papéis exercidos pelos diferentes agentes sociais, observando quem enuncia o discurso, quem o ouve e aqueles que o incorporam como verdade. A análise crítica da produção e legitimação de regimes de verdade imbricados por um feixe de relações de poder, expõe “que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; [é preciso] definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas” (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

A análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que utiliza. Sua questão, infalivelmente, é: o que se dizia no que estava dito? A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (ibid., p. 31).

Diante do monopólio epistêmico exercido pelos saberes dominantes, cujos argumentos apregoam de maneira inelutável os preceitos da razão neoliberal baseada na lógica concorrencial e no sujeito empreendedor de si mesmo, onde o mercado, fenômeno essencialmente religioso e cultural, é sacralizado diariamente como ente regulador das relações sociais (DARDOT e LAVAL, 2016), parte-se da necessidade de restabelecimento da crítica, concebendo-a como

o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade [...] a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida”, cuja função primordial consiste no “desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade” (FOUCAULT, 1990, p. 5).

De acordo com o referido autor, as sociedades de normalização contemporâneas são regidas por um “poder que incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou seja, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população”, a que chamamos de *biopoder* (FOUCAULT, 2005, p. 302). Este é formado por uma relação de complementaridade, de articulação ortogonal entre as *tecnologias de disciplina* aplicados ao controle dos corpos para torná-los úteis e dóceis ao processo de acumulação e pelas *tecnologias de regulamentação* que abrangem o conjunto da

população instituindo a *biopolítica*. Uma produz efeitos individualizantes sobre o corpo-espécie, a outra está centrada nos processos biológicos gerais, na gestão do corpo social por intermédio de mecanismos totalizantes adstritos à razão de Estado.

O autor argumenta que a emergência do *biopoder* altera substancialmente a definição anterior do poder soberano, cujo lema estava baseado na deliberação sobre quem “deve morrer e quem deve viver”. Por conseguinte, quando os fundamentos da sociedade de normalização se tornam prevaletentes e a politização da vida se estabelece como biopolítica, a soberania se inverte passando a se orientar por “quem deve viver e quem deve morrer”. O limiar em que o biopoder reivindica o poder político sobre a morte, expondo com isso seus próprios cidadãos, se dá por intermédio do racismo, ou seja, o corte entre quem deve viver e quem deve morrer. Deste modo, “o racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (ibid., p. 306). A transformação de um poder sobre a vida – cuja funcionalidade está associada à eficiência produtiva do corpo social e sua regulação através dos dispositivos de segurança – em um poder sobre a morte é designada por Foucault (2010) como *tanatopolítica*²⁴. Indo além dessa perspectiva, Mbembe (2012, 2016, 2017, 2018) cunhou o termo *necropolítica* para se referir à subjugação da vida ao poder da morte, cujas condições de possibilidade perpassam por dispositivos raciais e relações de inimizade pautadas pela indistinção entre meios e fins, produzindo uma agonizante indiferença face aos corpos descartáveis. Em outras palavras, pelo exercício da política não nos termos usualmente empregados pela ciência política clássica, mas enquanto trabalho da morte.

O racismo é o dispositivo de segurança elementar da colonização e da *plantation*, pois tem como objetivo “marcar determinados grupos populacionais, fixar o mais precisamente possível os limites em que podem circular, determinar o mais exatamente possível os espaços que podem ocupar, em suma, assegurar que a circulação se faça num sentido que afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança geral” (MBEMBE, 2018, p. 74-5). Durante sua atuação como psiquiatra, intelectual e militante comprometido com a libertação do povo negro, Franz Fanon (1968, 1980, 2008) percebeu e documentou os efeitos devastadores causados pelos processos de racialização nas subjetividades do colonizado e do colonizador, tomando como empiria a Argélia, país africano gravemente violado pela ocupação militar francesa. Para ele,

²⁴ A noção de *tanatus* é oriunda da mitologia grega e tem a ver com a personificação da morte. É retomado por Foucault nos cursos realizados no Collège de France, em debates e entrevistas, para designar a tanatopolítica implantada pelo Estado, quando usando de seu poder decide massacrar a população, ao seu bel-prazer. Para o autor, “a tanatopolítica é o avesso da biopolítica”, pois a última se constitui como cálculo sobre a vida, visando gerenciar uma população (FOUCAULT, 2016, p. 316). Posteriormente, Mbembe (2017; 2018) a ressignifica por meio da criação do conceito de necropolítica, fundada em políticas de inimizade.

tanto a ocidentalização da razão e do sujeito quanto a objetificação do negro e de todos aqueles que não se encaixam no padrão eurocêntrico são faces da mesma moeda. E isso conjugado a uma determinada *bioeconomia*, conforme será aprofundado mais adiante.

Congruentes com a abordagem teórica norteadora do projeto de tese, os procedimentos metodológicos empregados baseiam-se na ruptura epistemológica com a velha dicotomia entre teoria e metodologia, estabelecida formalmente no processo de divisão social do trabalho científico (BOURDIEU, 2004). Desta forma, se reconhece a inseparabilidade entre os polos teórico e técnico descritos por Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), de modo que é em função da construção do objeto de pesquisa interdisciplinar que os métodos e técnicas devem estar alinhados. Para compreender a lógica do mundo social é necessário mergulhar na particularidade do caso empírico estudado, num contexto historicamente situado e datado, como *caso particular do possível*, conforme propõe Bourdieu (2004).

Neste sentido, a abordagem teórico-metodológica deste trabalho está ancorada no tripé teórico formado por arqueologia do (necro) saber, biopolítica e necropolítica; as duas primeiras formuladas por Michel Foucault; e a segunda por Achille Mbembe. O objetivo consiste em analisar as intrincadas relações entre o necropoder, o necrosaber e a biopolítica e como estas produzem efeitos convergentes nas realidades sociais investigadas, mediante representações e práticas conformados em regimes de verdade intrínsecos a megaprojetos neocoloniais e desenvolvimentistas.

A arqueologia do necrosaber será útil para evidenciar não o estudo da história das ideias em sua evolução, mas para perscrutar debaixo das ideias como puderam surgir determinados objetos possíveis de conhecimento. As sociedades de um modo geral produzem verdades e efeitos de verdade a cada instante. “Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 2006, p. 229). Desta forma, sob inspiração de Foucault, pretendo fazer emergir essa “essa espécie de camada, ia dizer essa

interface, como dizem os técnicos modernos, a interface do saber²⁵ e do poder²⁶, da verdade²⁷ e do poder” (idem). Sendo o discurso um dos principais mecanismos de articulação intrínseca entre o poder e o saber, através de relações de força presentes no mundo social,

o que se trata de fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a série de valores ou de sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalçados, esquecidos, destruídos ou reativados. Em suma, tratar-se-ia do discurso no sistema de sua institucionalização. (FOUCAULT, 2015, p. 98).

Em consonância com esse aporte teórico, busca-se realizar uma arqueologia do necrosaber inerente à governamentalidade bioeconômica do dendê composta por instituições, discursos, práticas, classificações e disposições, identificando não apenas a homogeneização lexical contida nos enunciados, nas formações discursivas e nas positivities constitutivas de sua edificação, mas os múltiplos centros de produção desses saberes que expõem à morte, os quais abrangem agências multilaterais e de cooperação ao desenvolvimento (p. ex: BIRD, FAO, PNUMA, USAID), empresas de pesquisa agropecuária (p. ex: Embrapa e Corpoica), organizações multipartes, *think tanks* de feição neoliberal, associações nacionais de empresas produtoras (Abrapalma e Fedepalma) e o próprio campo universitário, conformador do *homus*

²⁵ Foucault designa o *saber* como “o conjunto assim formado, a partir do sistema de positividade e manifesto na unidade de uma formação discursiva, é o que se poderia chamar de saber. É o conjunto dos elementos (objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas) formados a partir de uma só e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária (FOUCAULT, 2015, p. 114). Não se analisa o saber em termos de conhecimentos, nem a positividade em termos de racionalidade; nem a formação discursiva em termos de ciência (ibid., p. 115).

²⁶ O autor evita substancializar o *poder* como objeto de suas reflexões, pois o que lhe interessa são as múltiplas relações de poder a partir de suas diferentes formas e não a análise de poder de maneira essencializada, como instância única. Sua abordagem analítica visa descobrir “como estão ligados entre si a reflexividade do sujeito e o discurso da verdade” (ibid., p. 343). Neste sentido, salienta que “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável” (FOUCAULT, 2006, p. 232). As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte, se está em luta [...]”. (idem). É dele a célebre definição contida em *História da sexualidade: vontade de saber*: “onde há poder há resistência”. Um de seus escritos mais cruciais para o entendimento do tema concerne a “O Sujeito e o Poder”, constante no livro *Foucault: uma trajetória* filosófica, de P. Rabinow e H. Dreyfus (1995).

²⁷ Por *verdade*, Foucault entende como “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados. São, em geral, os domínios científicos. No caso das matemáticas, é absoluto. No caso das ciências, digamos empíricas, já é muito mais flutuante. E depois, afora as ciências, têm-se também os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou de televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora”. (ibid., p. 233).

academicus no mundo social em que estou inserido (BOURDIEU, 2008). Do mesmo modo, torna-se imprescindível evidenciar a constituição do necrosaber como regime de verificação, lugar de produção e legitimação de verdades, as relações entre tal forma de saber e a razão ambiental, trazendo à tona os sistemas de classificação e o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos (FOUCAULT, 2008c). Trazer à tona os vínculos de inseparabilidade entre saber, poder e verdade é fundamental para interpretar a realidade social empiricamente observável, porquanto

o poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1989, p. 101).

Com relação à biopolítica e à necropolítica, a primeira contribuirá com a interpretação dos processos de “controle social do corpo como objeto do poder político e dos interesses econômicos, incluindo-se situações de usurpação, eufemizadas pelo termo ‘flexibilização’, de direitos territoriais de indígenas e quilombolas”. (ALMEIDA, ACEVEDO MARÍN e ALEIXO, 2020, p. 52), a neoliberalização epistêmica e da natureza e a produção de novas formas de subjetivação; a segunda, subsidiará as interpretações acerca das violências físicas e simbólicas intrínsecas à razão ambiental e aos megaprojetos econômicos com potencial de expor à morte unidades sociais organizadas a partir de territorialidades específicas (quilombolas, comunidades negras, ribeirinhos), pequenos agricultores vinculados a esquemas contratuais e assalariados rurais do agronegócio do dendê.

1.5 TÉCNICAS DE APREENSÃO DO REAL

Em conformidade com as orientações de Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), as técnicas de apreensão da realidade empiricamente observável visam responder às hipóteses formuladas e aos objetivos geral e específicos delineados no processo de construção do objeto interdisciplinar, com o suporte da abordagem teórica apresentada.

Dentre a variedade de técnicas e modos de investigação existentes no âmbito da pesquisa social, se propõe a realização de um estudo aproximativo a respeito da produção do necrosaber e sua constituição em regime veridicional no contexto da governamentalidade bioeconômica do dendê no Brasil e na Colômbia, examinando o feixe de relações de poder que o envolvem, assim como os efeitos engendrados por esta tecnologia política em face de pequenos agricultores,

assalariados rurais e povos e comunidades tradicionais expostos permanentemente à morte física e simbólica, em decorrência da implantação de megaprojetos agroindustriais intrusados em seus corpos e territórios.

Desse modo, a proposta de realização de um estudo contrastivo entre dois países panamazônicos onde a governamentalidade bioeconômica rege as estratégias empresariais da *plantation* do dendê, além de estar coadunado com a perspectiva de cooperação horizontal entre universidades latino-americanas, também se justifica diante da possibilidade de exercitar um raciocínio homológico a respeito do fenômeno social investigado, com o propósito de identificar as múltiplas relações de poder inerentes a tal tecnologia política, em bases empíricas territorialmente distintas.

As técnicas de apreensão do real selecionadas criteriosamente no âmbito da presente pesquisa, visando assegurar a consecução dos objetivos propostos, estão ancoradas em dois elementos fundamentais: a) a arqueologia do necrosaber e sua transmutação em regime de verificação; b) os registros etnográficos da exposição de agentes sociais à morte física e simbólica nos lugares afetados pela implantação de megaempreendimentos agroindustriais do dendê legitimados pelo necrosaber. O método delineado orienta-se por vincular a relação de imanência entre a tecnologia de poder-saber e os efeitos gerados por seus dispositivos, os quais abrangem os vários aspectos da vida social.

A arqueologia do necrosaber se relaciona às camadas de discursos, da estrutura lexical e das classificações contidas na vasta literatura acerca do dendê, evidenciando as relações de poder envolvidas na construção social de conjuntos de enunciados, de formações discursivas, de práticas discursivas, de positivities e dos saberes erigidos em domínios legitimamente reconhecidos, dotados de autoridade científica e simbólica. De outra parte, se propõe a descortinar os processos de transformação no necrosaber em um regime de verdade, validado, sedimentado e objetivado em políticas governamentais e estratégias empresariais. O trabalho a ser empreendido abrangerá a bibliografia existente, destacando particularmente os países pesquisados, no recorte temporal de 2000 a 2020.

As etnografias da exposição dos agentes sociais à morte física e simbólica miram as bases empíricas reconfiguradas após a qualificação do projeto de tese, especificamente os territórios das comunidades negras de Jiguamiandó e Curvaradó, abrangidos pela Asociación de Consejos Comunitarios y Organizaciones del Bajo Atrato (ASCOBA), em Chocó; os municípios de Carepa e Chigorodó, no Urabá antioquenho; os territórios quilombolas de Nova Betel, em Tomé-Açu, e da Balsa, no Alto Acará; e o assentamento Nazaré, em Acará. As situações concretas correspondem a diferentes realidades e estágios de implantação de

megaempreendimentos da dendeicultura: da desintrusão formal de empresas palmicultoras no Baixo Atrato à uma retomada dos monocultivos em Urabá conduzida por estratégias empresariais apoiadas em zoneamentos agroecológicos conjugados a “corredores logísticos”; da fase inicial em Nova Betel e arredores do PA Nazaré a zonas territorializadas pelo grande capital há mais de três décadas, como é o caso dos quilombolas cercados pela empresa Agropalma S.A.

De acordo com Pacheco de Oliveira (2016, p. 32), o exercício da etnografia requer “o estabelecimento prévio de contextos, que demarcam os limites das motivações e significados dos fatos estudados e norteiam a sua comparabilidade. Tais contextos correspondem a construções hipotéticas do pesquisador, nas quais algumas variáveis determinantes estão claramente identificadas na inter-relação com as demais”. Peirano (2014, p. 386) argumenta que

A primeira e mais importante qualidade de uma boa etnografia reside, então, em ultrapassar o senso comum quanto aos usos da linguagem. Se o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivido que, depois, é revelado por meio da escrita, é necessário ultrapassar o senso comum ocidental que acredita que a linguagem é basicamente referencial. Que ela apenas “diz” e “descreve”, com base na relação entre uma palavra e uma coisa. Ao contrário, palavras *fazem* coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados. E palavras não são o único meio de comunicação: silêncios comunicam. Da mesma maneira, os outros sentidos (olfato, visão, espaço, tato) têm implicações que é necessário avaliar e analisar. Dito de outra forma, é preciso colocar no texto - em palavras sequenciais, em frases que se seguem umas às outras, em parágrafos e capítulos - o que foi ação vivida. Este talvez seja um dos maiores desafios da etnografia - e não há receitas preestabelecidas de como fazê-lo.

Ao longo da construção do objeto de pesquisa interdisciplinar foram identificados três grupos sociais com maior grau de suscetibilidade de exposição às implicações sociais, ecológicas e culturais do necropoder normalizador da governamentalidade bioeconômica do dendê, os quais, por não se enquadrarem como *casos de sucesso*, normalmente são considerados sob as óticas empresarial e governamental como indesejáveis, refugos, incômodos que precisam ser ocultados, silenciados e mantidos na esfera do anonimato, pois sua visibilização tende a causar fricções, contracondutas e embaraços à monotonia do discurso oficial. São os seguintes:

- a) Povos e comunidades tradicionais despojados ou sob ameaça de serem expropriados de suas terras e territórios, afetados por danos ambientais, sociais e simbólicos causados pelo agronegócio do dendê;
- b) Trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais incitados a cumprirem parâmetros de produtividade determinados pelas contínuas avaliações de desempenho – próprias do sujeito neuroeconômico – conjugadas a mecanismos de controle, disciplinamento,

vigilância e docilização de seus corpos, por meio de variadas formas de panoptismo contemporâneo.

- c) Pequenos agricultores vinculados a contratos de longo prazo com as empresas produtoras de óleo de palma, moldados por novas formas de subjetivação e em situação de endividamento junto a instituições financeiras oficiais, organizados sob a forma da “integração vertical” e das “alianças produtivas estratégicas”. Estudo divulgado em março deste ano pelo Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR) sublinhou a exposição ao risco da maior parcela dos agricultores contratualizados com as companhias do dendê no Pará (54,8%), notadamente em relação ao desempenho produtivo insatisfatório e ao inadimplemento das operações de créditos contratadas junto ao PRONAF Eco Dendê (BRANDÃO, SCHONEVELD e PACHECO, 2018).

Quanto ao uso de técnicas buscando responder aos objetivos específicos do trabalho, a análise dos enquadramentos discursivos, elaborações especializadas, disposições e domínios organizadores do necrosaber será possibilitada por meio de um minucioso cotejamento dos múltiplos saberes embutidos na literatura geral sobre a economia política do dendê, produzidos não apenas na esfera acadêmica, mas também no âmbito de agências multilaterais e nacionais, organizações não-governamentais, associações empresariais e outros. Far-se-á uso principalmente da análise documental descrita por Bruyne, Herman e Schoutheete (1991). Da mesma forma, serão evidenciados os trabalhos mais relevantes a respeito do tema e analisados os discursos veiculados na mídia convencional, as imagens e vídeos produzidos alternativamente por profissionais do cinema e da fotografia e por agentes sociais de países latino-americanos, africanos e asiáticos para fins de denúncia das violações de direitos e ameaças às condições sociais de existência de povos e comunidades tradicionais, tais como Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, Guatemala, México, Peru, Indonésia, Malásia, Camarões e Gana.

No tocante às as situações sociais engendradas pelos necrosaberes nos processos de territorialização, na apropriação das terras, nos modelos produtivos e nas relações de trabalho referidos à *plantation* neocolonial do dendê, optou-se por examinar a concretude das estratégias empresariais escoradas na governamentalidade bioeconômica do dendê, entendendo que os regimes de verdade não se limitam apenas a produzir justificações na esfera do abstrato, porquanto produzem efeitos de poder objetivados em políticas governamentais, institucionalização de normas, delimitação de “zonas” agronomica e climaticamente “aptas”, concentração da estrutura fundiária, instalação de megaempreendimentos, dispositivos de controle e vigilância e reafirmação do sistema repressor da força de trabalho.

Para a evidenciação das formas de produção de controles biopolíticos sobre os territórios e corpos racializados, atravessados pela bioeconomia do dendê, proponho a descrição etnográfica dos diferentes tipos de necroses encontradas nas territorialidades específicas intrusadas por monocultivos em larga escala. A noção de necrose é interpretada em sentido inverso daquele formulado pelo necrosaber agrônômico, usualmente empregado para aludir a um tipo específico de manifestação mórbida do amarelecimento fatal, doença tropical com etiologia desconhecida que produz severos danos aos dendezaís. Corresponde aos múltiplos efeitos gerados pelas formas de conhecimento filiadas à dominação (SAID, 2008), os quais acentuam a distribuição desigual das oportunidades de viver e de morrer, privando as possibilidades de existência aos não encaixáveis na fantasmagoria desenvolvimentista.

Dito isto, parece-nos que a questão-chave é perscrutar quais relações de poder permeiam a elaboração não simplesmente de um regime discursivo, mas de um *necrosaber*, ou seja, de um conjunto de saberes que impõe a definição de um mundo social sob determinadas condições de possibilidade, cujas práticas e representações se ancoram no racismo. De maneira circular, por um lado reforçam positivamente os triunfalismos das *novas plantations* e de “corredores logísticos” correlatos, sob a reivindicação de uma suposta sinonímia entre razão e imperativos mercadológicos, e por outro, negativizam outros saberes e modos de existência ontologicamente contrastantes, regidos por fundamentos centrados no comum, no inapropriável, no inalienável. Importa destacar que o monopólio epistêmico do necrosaber não se manifesta apenas mediante formas repressivas, mas por mecanismos de subjetivação que operam na esfera do desejo remodelando as condutas. De outra parte, se torna pertinente cartografar as contracondutas, resistências e contestações sociais distintas à coalizão de interesses entre empresas, ONG’s reformistas, ciência conservadora e Estado, sob o ponto de vista das vozes insubmissas que se recusam a aceitar passivamente o destino manifesto preconizado pelos estrategistas da dendeicultura.

No capítulo 1 da tese – *A vida submetida aos cálculos políticos* – discorre-se sobre os aportes teóricos que norteiam as situações empiricamente observadas, abrangendo as nuances da biopolítica desde o seu nascimento, a analítica de Foucault e as vertentes contemporâneas que discutem o tema, concatenando-o ao debate da bioeconomia. Também se apresenta a sociogenia fanoniana, metodologicamente empregada para problematizar os processos raciais intrínsecos ao sistema colonial e à *plantation*, cujos aportes servem de inspiração às formulações posteriores de Mbembe sobre necropoder e necropolítica. Referidas conexões epistemológicas constituem-se como questão-chave para o descortinamento do necrosaber.

Tomando como referência as reflexões fanonianas, mbembianas e de Aráoz (2012, 2020), o delineamento do capítulo 2 considera o modelo da *plantation* moderno-colonial como elemento fundante do necrosaber. Atualmente esse modelo outrora designado como “agricultura racionalmente planejada”, se transmuta de maneira sofisticada em tecnificação, comoditização e “modernização ecológica”, valendo-se igualmente de sistemas de referência, representações e práticas ancorados em diferentes modalidades de racismo. As manifestações do racismo se apresentam mediante o não reconhecimento da alteridade, da subjugação de corpos e territórios considerados descartáveis, da exaltação superlativa da acumulação tendencialmente ilimitada e da evocação dos monocultivos em larga escala como fatalidade incontornável, sinonímia do “moderno” em contraposição a um alegado arcaísmo de quem não o adere de maneira acrítica. A esses “condenados da Terra”, somente restaria a alienação ou a repressão.

O capítulo três intitulado Dendê, produto nas/para/das *plantations* e institutos de pesquisa coloniais está dividido em seis seções específicas. Buscou-se primeiramente fazer um cotejamento dos marcos fundadores do modelo da grande plantação do dendê, a partir da atuação de institutos de pesquisa coloniais. Em seguida se procedeu a uma análise dos fundamentos estruturais da economia política do agronegócio do dendê, que nos anos recentes sinaliza realinhar suas estratégias em consonância com os discursos da bioeconomia. Por fim se discutiu a “guerra do dendê na Colômbia”, evidenciando as conexões entre as economias de extração, a colonização agroindustrial antioquenha em direção às terras tradicionalmente ocupadas do Baixo Atrato, a institucionalização de políticas governamentais pró-dendeicultura, os zoneamentos agroecológicos e o conflito armado agravado sobremaneira a partir do final dos anos 1980.

O capítulo 4 discute a economia política das representações, que conformam a governamentalidade bioeconômica da dendeicultura no Brasil e na Colômbia. Novamente recorrendo aos aportes da biopolítica e da necropolítica, e em contraposição às formulações oficiais provenientes das agências multilaterais, inverte-se a analítica da bioeconomia, deslocando-a para o cerne da *plantation* moderno-colonial, em que a gestão racializada de corpos e territórios compunham um mesmo esquema de dominação. As descrições empíricas evidenciam a instrumentalização do conhecimento como alavanca dos processos de acumulação ilimitada voltados à neoliberalização da natureza, e os efeitos concretos da pretensa “sustentabilidade” propalada pelas empresas do agronegócio do dendê.

O capítulo 4 aprofunda as descrições etnográficas referidas aos efeitos gerados pelas tecnologias biopolíticas da governamentalidade bioeconômica do dendê, destacando de que

maneira incidem especificamente nas unidades sociais abrangidas pela pesquisa: o projeto de assentamento Nazaré, em Acará, e os territórios quilombolas da Balsa e de Nova Betel, situados nos municípios de Acará e Tomé-Açu, respectivamente, na “região” conhecida como “epicentro do dendê”. Nestes territórios os fundamentos do necrosaber resultam em intensas transformações sociais, ambientais e culturais, que expõem constantemente à morte física e simbólica assentados de reforma agrária e quilombolas cercados por extensos monocultivos e megaprojetos logísticos, impossibilitados de circular livremente, impedidos de pescar, banhar e consumir a água dos rios e igarapés, sugados por jornadas de trabalho penosas, violados em seus direitos fundamentais. No entanto, essas reiteradas tentativas de apagamento são confrontadas com processos contestatórios vivos e dinâmicos.

As políticas governamentais de incentivo a estratégias empresariais globalizadas de crescimento das áreas cultivadas de dendezeiros derivam de uma tecnologia de poder sustentada por um tripé constituído por “ordem discursiva, legitimação acadêmica e defesa política” (BORRAS et al., 2014, p. 4). As análises contidas na tese privilegiam as conexões entre essas condições de possibilidade, notadamente as representações e práticas racializadas – necrosaberes – que constituem o regime de verdade da governamentalidade bioeconômica do dendê.

2 A VIDA SUBMETIDA AOS CÁLCULOS POLÍTICOS

O presente capítulo objetiva discutir teoricamente a história social do conceito de biopolítica e as relações de poder intrínsecas à governamentalidade, visando compreender especialmente a razão neoliberal e o imaginário que a sustenta, os quais são acionados continuamente pela coalizão público-privada para justificar as estratégias empresariais e políticas desenvolvimentistas adstritas aos agronegócios. Por outro lado, apresenta os constructos de necropoder e necropolítica como elementos-chave para a interpretação dos efeitos gerados pela *plantation* do dendê nas territorialidades específicas abrangidas pela pesquisa.

Na medida em que o percurso de construção do objeto teórico interdisciplinar alcançava um certo afunilamento teórico-metodológico, identificando categorias e conceitos fundamentais como terra, trabalho, territorialização e discurso, estas relações intrínsecas iam aparecendo com mais recorrência, entrelaçadas aos fenômenos presentes na realidade social estudada, ou seja, nos lugares implicados pela chamada dendeicultura. Assim sendo, possibilitar sua cognoscibilidade é uma das tarefas precípua do esforço epistemológico ora empreendido, sem a pretensão de adotar uma perspectiva genealógica.

Ancorado nas contribuições teóricas de Foucault (1999a, 1999b, 2008b, 2008c, 2010), Lemke (2015, 2017), Dardot e Laval (2016, 2017a, 2017b) e Mbembe (2018), se pretende delinear os elementos estruturais que conformam a governamentalidade neoliberal e a economia política do dendê, os quais se apresentam como peças-chave no delineamento do objeto interdisciplinar.

Na primeira parte, buscar-se-á refletir sobre os conceitos de biopolítica, governamentalidade, neoliberalismo e economia política do agronegócio, com base nos autores indicados e em outras referências pertinentes, a fim de traçar um quadro geral, evidenciando o pano de fundo em que está situada a problemática do dendê, consoante à abordagem teórica e o recorte delimitados no projeto de tese.

Em um segundo momento, serão trazidas ao centro do debate as representações e práticas sociais, corporativas e políticas inerentes à implantação de monocultivos de dendezeiros nos países do Sudeste Asiático, da América Latina e da África, no contexto de uma economia política com traços singulares, fundada na multiplicidade de usos agroindustriais atribuídos a uma cultura agrícola designada como “flexível”, com crescimento em escala exponencial em termos de oferta e demanda a nível mundial. Com uma configuração interna em constante movimento, própria da volatilidade do mercado de *commodities*, a produção e o

consumo de óleo de dendê não estão dissociados dos ajustamentos da dinâmica de acumulação e das diferentes ordens do discurso que a sustentam.

2.1 HISTÓRIA SOCIAL DO CONCEITO BIOPOLÍTICA

O conceito de biopolítica é polissêmico e foi cunhado inicialmente pelo pensador sueco Rudolph Kjellen, em sua obra *Staten som livsform*, em 1912, que o atrelou ao termo geopolítica. Na concepção deste autor, o Estado assemelha-se a um organismo vivo, e deste modo, possui o direito natural ao crescimento e expansão, por intermédio da dominação territorial de estados mais fortes sobre os mais vulneráveis (RUIZ, 2012).

Nos anos que antecederam a emergência do nazismo e do fascismo, vários autores passaram a conferir à biopolítica significados notadamente racistas e higienistas, com o objetivo de justificar o descarte de grupos sociais caracterizados como “indesejáveis”, seja em razão de uma suposta supremacia racial atribuída a pessoas consideradas “melhores” quanto em decorrência da analogia perversa entre Estado e organismo social. Por essa linha de argumentos, assim como um organismo vivo deve produzir anticorpos para combater as enfermidades que o afetam, da mesma forma o Estado deve agir identificando e eliminando as patologias sociais perturbadoras de sua esfera imunológica e seus agentes causadores, ou seja, aqueles que ameaçam a conservação da ordem (greves, insurreições e outras formas de resistências). Ruiz (2012) destaca as formulações de Friedrich Ratzel e Karl Haushofer; de Jacob von Uexküll; e de Morley Roberts como os exemplos mais emblemáticos de estudos biológicos realizados nas décadas de 1920 e 1930, cujos fundamentos erigiram o dispositivo nazi-fascista, mediante a conversão da biopolítica em tanapolítica.

Walter Benjamin introduziu argumentos que remetem à categoria *vida nua*²⁸ para designar a vida humana que, mediante a suspensão dos direitos e subjugada pelo estado de exceção, sobrevive como pura vida biológica. No ensaio *Para uma crítica da violência*, Benjamin retrata as maneiras como a vida humana é normatizada e controlada pelo dispositivo do direito, fundado na conservação da ordem. Os vínculos entre direito, poder e violência ficam expostos quando o filósofo alemão revela que “a instauração do direito é instalação do poder e, enquanto tal, um ato de manifestação imediata da violência” (BENJAMIN, 2011, p. 148). Com

²⁸ Na Nota nº 76, p. 151 do ensaio *Para uma crítica da violência* (BENJAMIN, 2011), escrito em 1922 pelo referido filósofo, o tradutor Ernani Chaves considera que o sentido literal da frase alemã *das bloss Leben* significa “a mera vida”, sendo que o adjetivo *bloss* é sinônimo de “mero”, “simples”, “sem nenhum suplemento”. Ainda que se reconheça a nuance entre *nacket* (nudez de uma criança que sai do corpo da mãe) e *bloss* (nu, despido em relação a coberto com roupa), é discutível a aproximação instigante, mas possivelmente apressada que Agamben, faz entre este ensaio e o conceito de “vida nua”, base da biopolítica contemporânea, ou seja, da intervenção política e jurídica sobre a *zoé* (vida orgânica natural) de cada cidadão. Na filosofia grega clássica, a política só poderia interferir na vida social e comum dos homens (*bíos*), pois estava situada na esfera da *pólis*.

efeito, direito e manutenção da ordem estão intimamente ligados, impondo-se ante às vozes dissonantes por meio da violência.

Se a linha argumentativa dos autores anteriormente mencionados enfatizava as implicações da transformação da biopolítica em tanatopolítica, Hannah Arendt e Michel Foucault destacaram-se por revelar em que medida a biopolítica opera no sentido de tornar produtiva a vida útil, afastando-se em certo ponto das abordagens analíticas centradas na eliminação da vida considerada inútil.

Em sua obra *A condição humana*, ARENDT (2007, p. 34-41) ressalta que na Grécia Antiga a organização da vida humana estava situada em duas esferas distintas, uma de natureza privada e outra de natureza pública: a) no *oikos*, compreendido como a casa e a família, onde estavam presentes os membros do grupo familiar e os escravos, incidia a mera vida conhecida como *zoé*; b) no âmbito da *pólis*, era exercitado um tipo de vida politicamente qualificada, designada como *bios politikos*, onde se dava o espaço da cidadania. Enquanto o domínio da *zoé* era marcado por relações baseadas no despotismo patriarcal do chefe da família, através do controle, administração e gestão da casa, ou seja, de uma *oikonomia*, no domínio da *bios politikos* tudo se resolvia por meio da persuasão resultante da prática discursiva na *pólis*, sem o emprego da violência, em que a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*) eram considerados como as duas atividades necessárias e presentes em tais comunidades humanas.

A filósofa alemã sublinha que a moderna concepção de *sociedade* constitui um fenômeno novo que não estava presente nem na esfera privada, tampouco na esfera pública grega, constituindo-se como “administração doméstica coletiva”. Para a autora, a sociedade emergiu como resultado da ascendência da administração doméstica, da *oikonomia*, ao nível público, na medida em que os assuntos anteriormente pertinentes ao âmbito da família foram transformados em interesse “coletivo”. “Se na *pólis* as relações eram baseadas na ‘igualdade de posições’, no âmbito da família prevaleciam as mais profundas desigualdades” [...]. Deste modo, a sociedade se constituiu como “esfera híbrida, na qual os interesses privados assumem importância pública [...], porém, é um espaço subtraído da decisão política (ibid., p. 42-3, grifo nosso).

A despeito de não adentrar literalmente no debate teórico sobre biopolítica, Arendt estabelece uma analogia entre o *oikos* e o moderno conceito de sociedade, evidenciando que ambas se caracterizam por estarem excluídas da deliberação política, face a subordinação a uma administração despótica da vida natural e a obliteração da democracia, na qual prevalece a heteronomia dos sujeitos.

2.1 O NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA, SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

Michel Foucault seguramente foi o autor que mergulhou com mais profundidade no debate teórico sobre a biopolítica, dando novos contornos ao conceito hoje correntemente utilizado nos estudos acadêmicos. O conceito foi empregado pela primeira vez durante a conferência realizada pelo filósofo francês na Universidade Federal do Rio de Janeiro em meados de 1974, intitulada *O nascimento da medicina social*.

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (FOUCAULT, 1989, p. 103).

Durante um intervalo de cinco anos (1974-1979), Foucault dedicou suas pesquisas à biopolítica, consoante se verifica nos cursos ministrados no *Collège de France: Em defesa da sociedade* (1975-1976); *Segurança, território, população* (1977-1978); *Nascimento da biopolítica* (1978-1979) e na obra intitulada *História da sexualidade: A vontade de saber*, lançada em 1976.

Diferente dos modelos explicativos que consideram a ideologia como fundamento da dominação exercida no âmbito da sociedade capitalista, Foucault propõe um outro tipo de grade analítica cuja ênfase se situa no controle sobre os corpos, consoante relações de poder imbricadas na *estatização do biológico*. O grande objetivo de suas reflexões, como ele próprio reconheceu em *O sujeito e o poder*, está centrado nos processos de constituição do sujeito. Resumidamente, a leitura da biopolítica em Foucault requer atenção a um deslocamento teórico nas análises empreendidas pelo autor, que inicia com o (a) controle social do corpo da população com fins de gestão biológica e de maximização econômica, sucessivamente se dirigindo a (b) processos de subjetivação balizados em dispositivos de segurança próprios da arte de governo neoliberal.

No final do curso *Em defesa da sociedade*, mais precisamente na aula de 17 de março de 1976, estruturada sob a discussão “do poder da soberania ao poder sobre a vida”, Foucault inicia problematizando a respeito da “estatização do biológico”, ocorrida mediante a tomada de poder sobre o ser humano. Esta inflexão foi possibilitada através da irrupção do limiar em que estava organizado o velho poder soberano de “fazer morrer e deixar viver”, e da conseqüente entrada em cena de um poder exatamente inverso, baseado no princípio do “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 286-88). A mudança em questão suscitou o surgimento de um novo direito, não substitutivo, mas complementar ao anteriormente existente.

O autor atribui tal mudança a duas tecnologias gerais de poder: uma primeira ancorada sobre o corpo individual, através das disciplinas, com o objetivo de promover a docilização dos corpos; a outra, baseada na regulamentação da população, através da biopolítica. A primeira constitui uma anátomo-política dos sujeitos, por meio do esquadramento completo de suas operações e da decomposição individualizante da força de trabalho pelo capitalismo; a segunda, abrange a esfera dos fenômenos gerais, onde o homem-espécie biologizado ocupa o centro das estratégias de controle exercidas pelos dispositivos de poder (FOUCAULT, 2005; 2014).

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado [...] implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha o máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade são o que podemos chamar as “disciplinas [...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que de determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2014, p. 134-35).

Foucault argumenta que nos séculos XVII e XVIII as disciplinas se tornaram “fórmulas gerais de dominação”, engendrando uma “microfísica” do poder, por meio do detalhamento ao nível micro de todas as atividades dos seres humanos, consoante uma “anatomia política do detalhe”. Desse modo, a constituição de “quadros” foi um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do séc. XVIII, desde a classificação racional dos seres vivos até a observação e controle sistemáticos da circulação de mercadorias, como forma de medição das riquezas produzidas. O quadro, portanto, se caracteriza como uma técnica de poder e um processo de saber. Exemplo disso é o *Quadro econômico* elaborado pelo fisiocrata François Quesnay, considerado como um dos precursores da economia política (ibid., p. 135-46).

No entanto, a segunda metade do séc. XVIII experimentou a emergência de uma nova tecnologia de poder, com alcance “massificante” e para além da anátomo-política dos corpos individuais, direcionada especificamente ao homem-espécie. Foucault identifica o surgimento neste período de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 2005, p. 289). Mas em que consiste esta nova configuração de poder? Ele esclarece que se trata de

um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de urna população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com urna porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa **biopolítica**. Abrangeu ainda o cuidado estatal com o controle das epidemias, a assistência à velhice e a preocupação com as relações entre a espécie humana e seus meios de existência, através da organização das cidades (ibid., p. 289-90, grifo nosso);

O passo fundamental para essa guinada foi a noção de “população” ter assumido a condição de “problema científico e político, como problema biológico e como problema de saber”, onde a ênfase da gestão biopolítica passou a ser os fenômenos coletivos, aferidos por medições globais (ex: demografia, estatística). Por outro lado, instituem-se mecanismos reguladores com o objetivo de obter uma *homeostase*, ou seja, um estado geral de equilíbrio e de regularidade do corpo social, operando sobre este conjunto não uma disciplina em si, mas uma regulamentação (ibid., p. 292-94). A noção de população é definida como “uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” (ibid., p. 289).

A organização do dispositivo biopolítico resultou na constituição de duas séries: a) a primeira formada pelo quarteto *corpo-organismo-disciplina-instituições*; b) a segunda composta pela tríade *processos biológicos-mecanismos regulamentadores-Estado*. Um sistema formado pela clivagem envolvendo um conjunto orgânico-institucional: a organo-disciplina da instituição, e, de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a biorregulamentação do Estado, dois campos de relações, que na prática, articulam-se reciprocamente, como no caso da sexualidade²⁹ (ibid., p. 298).

“[...] à velha mecânica do poder de soberania escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa. Foi para recuperar o detalhe que se deu uma primeira acomodação: acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento - isso foi a disciplina. E claro, essa foi a acomodação mais fácil, mais cômoda de realizar. E, depois, vocês têm em seguida, no final do século XVIII, uma segunda acomodação, sobre os fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, com os processos biológicos ou biosociológicos das massas humanas. Acomodação muito mais difícil, pois, é claro, ela implicava órgãos complexos de coordenação e de centralização” (ibid., p. 298).

A menção aos tais “órgãos complexos de coordenação e centralização” necessários à efetivação do poder regulamentador delimita um marco importante no pensamento foucaultiano, pois, irá guiar suas reflexões esboçadas nos cursos seguintes ministrados no Collège de France, onde o campo de análise será deslocado para as relações de poder no âmbito do Estado, no que ele designou como “governamentalização do Estado” e/ou “governamentalidade”, conforme será exposto mais adiante.

Foucault identifica o ponto de interseção entre os campos disciplinar e regulamentador, que vai se aplicar uniformemente ao corpo e à população, possibilitando a “um só tempo

²⁹ Sobre este ponto em particular, Foucault (1988, p. 140) salienta “a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adiestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz”.

controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica” (ibid., p. 302). Segundo ele, “o elemento que circula entre um e outro é a ‘norma’. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (id.). A forma de poder em uma sociedade de normalização, caracterizada pela articulação ortogonal onde confluem a norma da disciplina e a norma da regulamentação, cujo resultado implica em um domínio completo das ações humanas, é designada como *biopoder*. Em termos gerais, o biopoder é constituído por dois fundamentos complementares: o disciplinamento do corpo individual e o controle regulador da população enquanto fenômeno de massa.

O autor alerta para os perigos inerentes à interseção entre os mecanismos disciplinares e os dispositivos da biopolítica quando o poder soberano, em sua nova significação, centraliza as decisões nos dois âmbitos. Exemplifica como o caso mais emblemático e perverso de aplicação do biopoder os horrores praticados pelo nazismo durante o III Reich alemão, caracterizado pela prevalência da tanapolítica enquanto tecnologia de eliminação dos considerados descartáveis.

Diante da nova configuração social erigida pela biopolítica, Foucault questiona “como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder”? Ele próprio responde que é por meio do *racismo*.

Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo”. (ibid., p. 304).

O racismo se constitui como um mecanismo de naturalização da eliminação dos “indesejáveis”, dos despossuídos rotulados como “atrasados”, “improdutivos”, seja em face do etnocentrismo, dos mecanismos de dominação inerentes à acumulação do capital, assim como pela visão higienista e biológica das raças. A primeira função do racismo é estabelecer um corte nesse domínio da vida em que o poder se incumbiu: a incisão entre quem deve viver e quem deve morrer, por meio da distinção das raças. A segunda é estabelecer uma relação positiva entre provocar a morte do outro em garantia de sua própria segurança, sob o pretexto de “viver mais”, em outras palavras, para você viver é preciso que o outro morra (ibid., p. 304-05).

Os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível,

no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização [...] **A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo** (FOUCAULT, 2005, p. 306, grifo nosso).

Fanon (1968, 2008), que em décadas anteriores sentira na pele as infâmias do racismo metropolitano e pôde ainda presenciar de perto os graves transtornos psíquicos gerados nas subjetividades imersas no contexto da guerra colonial, compreende este fenômeno como um dispositivo socialmente construído. Em outras palavras, a racialização é uma invenção do branco para exercer domínio econômico, linguístico, cultural e social sobre os “condenados da Terra”. Com efeito, racismo e colonialismo encontram-se inextricavelmente conexos, pois ambos se retroalimentam numa espécie de via de mão dupla, sendo este a base daquele. Assim, o elemento autorizador de toda sorte de violências permitidas contra o Outro é balizado nessa forma narcísica de se impor como sujeito pretensamente racional, moderno e universal.

Em grande medida influenciado pelos escritos fanonianos e com uma crítica contundente da intrincabilidade entre racismo e a vertente neoliberal do capitalismo animista, Mbembe (2018, p. 73) considera a raça como “uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o *excedente*, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas”. Em nome dela se operam classificações, regulações das relações sociais e processos de subjugação do outro.

Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos. Ela continua a produzir efeitos de mutilação, porque originariamente é e será sempre aquilo em cujo nome se operam cesuras no seio da sociedade, se estabelecem relações de tipo bélico, se regulam as relações coloniais, se distribuem e se aprisionam pessoas cuja vida e presença são consideradas sintomas de uma condição-limite e cujo pertencimento é contestado porque elas provêm, nas classificações vigentes, do excedente. Enquanto instrumentalidade, a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente e o associar ao desperdício e ao dispêndio sem reservas. É o que autoriza a situar, em meio a categorias abstratas, aqueles que se procura estigmatizar, desqualificar moralmente e, eventualmente, internar ou expulsar. É o meio pelo qual os reificamos e, com base nessa reificação, nos tornamos seus senhores, decidindo então sobre seu destino, de maneira a que não sejamos obrigados a prestar quaisquer contas. Pode-se, pois, comparar o trabalho da raça a um ritual de sacrifício - aquela espécie de ato pelo qual não se é obrigado a responder. Essa invocação que permaneceu letra morta - eis precisamente o que, na modernidade, regeu o princípio racial, instituindo então aqueles que eram seus alvos como figuras perfeitas da exterioridade radical. (ibid., p. 73-4)

Mesmo sendo leitor atento de Foucault, com quem converge em vários pontos, Mbembe não se limita a circunscrever o advento do biopoder ao séc. XVIII, mas o vincula ao processo de escravização dos corpos negros desde o regime colonial, considerado como uma violenta fratura biopolítica. O autor também critica a forma como o filósofo francês aborda a relação paradoxal entre liberdade, medo e perigo incitada pelo (neo) liberalismo, pois teria olvidado de

registrar que a escravização do negro se constituiu como o ponto culminante de destruição da liberdade: “o perigo racial, em particular, constituiu desde a origem um dos pilares dessa cultura do medo intrínseco à democracia liberal” (ibid., p. 146).

Foucault (2005, p. 306) confere à morte um sentido mais amplo, diferentemente do apagamento físico a ela usualmente conferido. Assim o diz: “por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”. As formas de exposição ao risco da morte também se reproduzem por intermédio da estigmatização, dos silenciamentos, da criminalização, das violências físicas e simbólicas exercidas, de modo geral, contra as vozes insurgentes. É no ponto de encontro entre o racismo epistêmico denunciado por Fanon e os diferentes efeitos mórbidos correlatos que a tese encerra a pertinência teórico-analítica do *necrosaber*.

Numa insólita menção direta aos vínculos existentes entre biopolítica, biopoder e colonialismo, Foucault evidencia timidamente que “o racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderia fazê-lo, se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo” (ibid., p. 307). A contundência desta assertiva se coaduna com estudos pós-coloniais e decoloniais, porquanto, possibilita identificar as relações históricas de subjugação ao eurocentrismo e os antagonismos sociais daí decorrentes, mas, sobretudo, as que orientam as estruturas de dominação do neocolonialismo contemporâneo.

Na última parte do livro *História da Sexualidade: A vontade de saber*, publicada em 1976, no capítulo V denominado “Direito de morte e poder sobre a vida”, Foucault dedica atenção ao limiar de transformação da vida humana em biopolítica, a partir da segunda metade do séc. XVII, na emergência do que se designou por “modernidade”.

Inicia resgatando a origem do poder soberano, atribuindo-o a *pátria potestas* (poder paternal), utilizado pelo chefe de família romano sob o direito de “dispor da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida, já que a tinha ‘dado’” (FOUCAULT, 1988, p. 126). Em consonância com a genealogia realizada pelo autor, o poder soberano de decidir sobre a vida e a morte aplicava-se de maneira atenuada e não em termos absolutos, e incidia nas situações em que a própria existência do soberano se encontrava exposta a uma ameaça interna ou externa. Seria “uma espécie de direito de réplica”.

Foucault distingue o exercício do poder soberano por meio da clivagem representada pelo *poder indireto de vida e de morte*, caracterizado pela exposição de vida durante as guerras

empreendidas contra outros territórios, cujo alvo é um inimigo externo; e o *poder direto de vida e de morte*, quando um sujeito integrante da mesma territorialidade ameaça diretamente o soberano, sendo o alvo um inimigo interno. Desta maneira, o poder soberano então se demarca em função de sua faculdade de decidir sobre a vida e a morte, e, as regras do direito são pautadas em “fazer morrer ou deixar viver”. Consiste no apoderamento da vida para suprimi-la (ibid., p. 127-28).

Ocorre que em meados do séc. XVIII, segundo o autor, ocorrera uma inflexão profunda na configuração do poder soberano, em face das mudanças introduzidas pelo processo de acumulação do capital, abrangendo tanto a esfera das relações de produção, como outros domínios da vida social. Essa transformação será marcada por

funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos (ibid., p. 128);

A biopolítica desponta nesse contexto histórico como “um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto”. Um dos efeitos estruturais da *estatização do biológico* é que “as guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver” [...]. O autor retoma o tema do genocídio afirmando que se este “é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (ibid., p. 128-9).

Um dos principais marcos da biopolítica consistiu “na substituição/complementação do antigo poder soberano de *causar* a morte ou *deixar* viver, por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (ibid., p. 129, grifos do autor). Desta feita, o poder político passa a fazer gestão sobre a vida, em outras palavras, “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (ibid., p. 131).

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no

corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (ibid., p. 131, grifos do autor).

Enquanto o poder disciplinar foi erigido com base no desenvolvimento de instituições como a família, as escolas, os quartéis do exército, as prisões, os manicômios e a polícia, o poder regulamentador da biopolítica assumiu a condução das populações utilizando dispositivos de poder-saber de alcance universal como a demografia, a estatística, a biologia, a economia política, a medicina e o urbanismo. Não obstante, essas tecnologias políticas se entrelaçam manifestando-se de maneira concatenada nas realidades sociais, como naquelas objeto da pesquisa, na medida em que permeiam processos econômicos e práticas políticas referidos à *plantation* do dendê.

Para Foucault, o biopoder constituiu-se como “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (ibid., p. 132). Esse trecho de sua formulação teórica, em particular, é chave para a tentativa inscrita no objeto teórico da tese, onde se busca perscrutar os necrosaberes adstritos ao regime veridicional da governamentalidade bioeconômica do dendê, identificando os efeitos concretos de sua objetivação na realidade social, a nível dos corpos individuais e do corpo coletivo.

Numa crítica indireta aos estudos de Max Weber contidos em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, no qual se enfatiza o papel estratégico exercido por uma moral ascética nos primórdios da formação do capitalismo e se desqualifica as práticas do poder disciplinar centradas no corpo, Foucault aponta que naquele período histórico foi o surgimento de outro fenômeno o acontecimento mais importante a se destacar: “a entrada da vida na história — isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder — no campo das técnicas políticas (ibid., p. 132).

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana o que se poderia chamar de “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para

Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (ibid., p. 133, grifos do autor).

Assim como Arendt (2007), Foucault (1988) empreende uma viagem de retorno à filosofia aristotélica para situar a profunda metamorfose desencadeada sobre os processos da existência humana, revelando os mecanismos de sua apropriação e subsunção por relações de poder ancoradas na administração e gestão calculista da vida, consoante a valorização de fatores biopolíticos até então fora de cena.

Em outros dois cursos realizados no Collège de France entre 1977 e 1979, *Segurança, território, população* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), Foucault continua dedicando atenção às relações de poder engendradas pelos dispositivos da biopolítica. No entanto, o foco de suas análises se desloca para a genealogia do Estado e do sujeito (LEMKE, 2017b), consoante a elucidação das múltiplas formas de constituição da arte de governo, até chegar à razão governamental, à “governamentalidade” caracterizada como “governo dos homens”, ancorada nos dispositivos de segurança, na gestão de uma população, no mercado como lugar de verificação e na delimitação de limites à atuação do poder governamental, por meio do liberalismo.

No curso de 1977-1978, Foucault retoma as discussões sobre o biopoder, designando-o como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder (FOUCAULT, 2008b, p. 3);

É na tríade *dispositivos de segurança – população – governo* que se estrutura a nova tecnologia política dominante inaugurada no século XVIII, e, que permanece resiliente em face de sua capacidade adaptativa a diferentes contextos sociais. Em consonância com o pensamento do autor, diferentemente do poder inscrito na soberania territorial, marcado pelo estabelecimento do que é permitido e do que é proibido; e do poder disciplinar, organizado sob a égide da prescrição, do controle e da vigilância das condutas, os dispositivos de segurança inserem o fenômeno analisado numa série de acontecimentos prováveis, para em seguida, dispor as reações do poder a esse fenômeno num cálculo de custo, fixando-se “de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecendo os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É, portanto, toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça (FOUCAULT, 2008b, p. 9).

A soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre os corpos dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população (ibid., 16, grifo nosso).

Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de

prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule a realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança (ibid., p. 61).

No mesmo enfoque interpretativo, Agamben (2012, p. 74) evidencia a singularidade dos dispositivos de segurança, os quais diferem do quadro jurídico-legal inerente ao modelo institucional do Estado territorial de soberania, regido por um “código normativo que opõe o que é permitido ao que é proibido e, conseqüentemente estabelece um sistema de penas”; por outro lado, não se equiparam aos mecanismos disciplinares que põem em prática “uma série de técnicas policiais, médicas e penitenciárias a fim de ordenar, corrigir e modular os corpos dos súditos”; correspondem em realidade, ao “estado de população contemporâneo e à nova prática que o define, denominada ‘governo dos homens’”.

A incidência dos dispositivos de segurança em face de uma população gerida biopoliticamente pela governamentalidade moderna implica numa *arte de governo* manipuladora de interesses e da exposição dos indivíduos a situações de risco e perigo.

Viver perigosamente” é o lema do que se convencionar chamar de liberalismo, onde as pessoas “são postas perpetuamente em situação de perigo, ou antes, são condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portadores de perigo. E é essa espécie de estímulo do perigo que vai ser, a meu ver, uma das principais implicações do liberalismo (FOUCAULT, 2008c, p. 90).

É esta imbricação entre gestão dos perigos e mecanismos de segurança, entre liberdade e segurança, que se mantém subjacente nas táticas e relações de poder presentes nas políticas contemporâneas, como se pode depreender nas estratégias empresariais e incentivos governamentais direcionados ao *agrobusiness* do dendê na Pan-Amazônia, tais como a subordinação de pequenos agricultores às flutuações do preço da *commodity* “óleo de palma” no mercado internacional, os riscos de inadimplemento relacionados às operações de crédito concedidas a este segmento, as cláusulas draconianas contidas nos contratos de “integração vertical” e nas “alianças produtivas estratégicas” e a imobilização a longo prazo de áreas cultiváveis.

Embora o objetivo do curso de 1978-1979 tenha sido delineado inicialmente para o aprofundamento da biopolítica, Foucault empreenderá um deslocamento em seu esquema de pensamento, optando por imergir na compreensão dos fundamentos, das táticas e das estratégias da nova razão governamental chamada liberalismo. Em sua percepção

[...] a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade - antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental-, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos

o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica (ibid., p. 30).

Essa inflexão demarca o momento em que o filósofo francês estabelece um deslocamento em seus estudos sobre a biopolítica, mediante uma reviravolta teórico-metodológica, passando a enfatizar em suas reflexões posteriores as *técnicas políticas e as tecnologias do eu* (AGAMBEN, 2010). Depreende-se, por fim, que a biopolítica foucaultiana buscou esmiuçar as profundas transformações suscitadas a partir do séc. XVIII, centradas em uma gestão política da vida pelos dispositivos de poder do Estado e do mercado, visando assegurar a produtividade, eficiência e normalização das condutas.

Nas últimas décadas, os temas relacionados à biopolítica têm sido retratados em múltiplas abordagens por uma diversidade de intelectuais de distintos domínios do conhecimento, tais como filosofia, sociologia, antropologia, ciências médicas, biologia, pedagogia e ciência política. Destacam-se nesse meio autores como Giorgio Agamben, Antônio Negri, Michael Hardt, Roberto Esposito, Paul Rabinow, Nicolas Rose, Thomas Lemke, Vanessa Lemm, Miguel Vatter, Maria Muhle. Cada um deles oferece importantes contribuições teóricas ao conceito foucaultiano, levando em conta os contextos sociopolíticos do cotidiano. Daí emergem outras noções como *vida nua, campo e estado de exceção* (Agamben), *multidão, império e capitalismo cognitivo* (Negri e Hardt), *imunidade e comunidade* (Esposito), *biossociabilidade* (Rabinow), *etopolítica e biocapital* (Rose), *governo das coisas* (Lemke).

O amplo interesse pelo uso da biopolítica como instrumento analítico, consoante a variedade de abordagens contemporâneas sobre o tema, ocorrem especialmente em função dos avanços tecnológicos referidos à genética, tais como o genoma humano, o transplante de órgãos, a pesquisa com células-tronco, o sequenciamento do DNA, a clonagem, a reprodução “in vitro”, a artificialização da vida – as biociências, de modo geral –, assim como a transmutação dos conhecimentos das tecnociências na tecnificação agrícola em larga escala, a exemplo da transgenia, da bioinformática, e dos *necrosaberes* adstritos à chamada “agricultura de precisão”.

Embora Foucault tenha evitado intencionalmente circunscrever com precisão a noção de *vida*, limitando-se a registrá-la como correlato das formas de poder e de saber, alguns autores se posicionam teoricamente a partir de uma clivagem entre o que seria uma *biopolítica negativa* – caracterizada pela exposição à morte da *vida nua*, politicamente irrelevante e destituída de significado (AGAMBEN, 2010), e pelos processos violentos do *biopoder* (NEGRI e HARDT, 2001) – e uma *biopolítica positiva*, marcada pelas variadas formas de resistência aos

mecanismos de subjetivação, em que *um poder da vida* prevalece diante de *um poder sobre a vida* (id).

Autores como Thomas Lemke (2017a) e Maria Muhle (2010) empreenderam a construção de uma genealogia do conceito, sublinhando os diferentes enfoques, as convergências e embates entre eles, bem como as possíveis limitações. No entanto, no âmbito desta tese não se pretende realizar o mesmo procedimento, mas tão somente apontar aspectos relevantes para a discussão das situações empíricas observadas. De tal feita, interessa principalmente identificar os elementos de concatenação entre disciplina, biopolítica e necropolítica, analisando suas condições de possibilidade no bojo das relações sociais.

Ao final do minucioso cotejamento das vertentes da biopolítica, Lemke (2017a, p. 122) a considera como grade analítica fundamental para o conhecimento da vida e do ser humano. Segundo ele, uma das tarefas principais consiste em descortinar os regimes de verdade responsáveis por cimentar as práticas biopolíticas, evidenciando as condições em que as verdades são produzidas, legitimadas e internalizadas com o propósito de gerir politicamente a vida. O segundo ponto destacado concerne ao estudo dos processos de subjetivação atuantes na redefinição do humano, a partir de seus comportamentos e condutas. De igual modo, entende ser imprescindível o diálogo interdisciplinar para interpretar as diferentes nuances e implicações da biopolítica contemporânea. Por fim, enfatiza a função crítica essencial intrínseca ao uso do conceito: evidenciar que os fenômenos biopolíticos são construções sociais, escolhas políticas, “sujeitos a uma racionalidade específica, [que] dão corpo a preferências institucionais e posições normativas de valor”.

Uma das principais proposições contidas na tese é de que a relação de *abandono* embutida no polo *deixar morrer* da biopolítica está inextricavelmente presente no processo de espraiamento dos monocultivos de dendezeiros desencadeado pela articulação de interesses entre o Estado e as grandes companhias agroindustriais do setor. Este abandono se encontra interligado com a noção de *violência infraestrutural*, termo utilizado pela antropóloga Tânia Murray Li para se referir às estratégias e táticas de captura de pequenos agricultores à *plantation* do dendê na Indonésia, através da vinculação a esquemas de cultivo comandados por empresas.

A *infrastructural violence*, como Li (2015) assim o define, consiste fundamentalmente no abandono intencional exercido pelo Estado em face dos pequenos agricultores, como um dispositivo cuja função implica decididamente na exposição destes agentes sociais aos interesses empresariais de controle do uso da terra para a implantação de monocultivos de dendezeiros. Privados do acesso a direitos fundamentais como educação, saúde e condições de acessibilidade, conjugado com a expropriação das terras tradicionalmente ocupadas a fim de

serem transformados em grandes extensões de plantios homogêneos erigidos à base de processos violentos e monopolísticos, ficam cada vez mais *abandonados* à própria sorte, diante das pressões corporativas utilizadas para persuadi-los. Em resumo, “a violência desse sistema é principalmente infraestrutural: está embutida na paisagem e nas implicações sociais e políticas de milhares de hectares de palmeiras monocultivadas” (LI, 2015, p. 5).

Consoante os argumentos apresentados pela pesquisadora, a carência de infraestrutura viária, por exemplo, influencia o comportamento de pessoas localizadas em regiões remotas, induzindo-os a desejarem desesperadamente o acesso a estradas para possibilitar a produção de base familiar em suas comunidades. Como o Estado se abstém deliberadamente desta obrigação, terceirizando-a para as empresas do dendê, os pequenos agricultores “são levados para os braços das corporações”, mediante a concordância em ceder parte de suas terras para o controle de megaempreendimentos agroindustriais em troca de uma estrada (LI, 2015, p. 2). Outros meios também são empregados para arrefecer as formas de resistência, como o oferecimento de vantagens pecuniárias, a cooptação de agentes públicos e a produção de faccionalismos.

A realidade indonésia retratada por Li não é muito diferente daquela verificada no Brasil e na Colômbia, quanto à funcionalidade das relações de abandono em criar um horizonte desalentador face à inobservância de direitos fundamentais e a ausência de políticas públicas voltadas a possibilitar uma vida digna a grupos sociais situados à margem de interesses corporativos. Diante desse quadro, em que um pequeno agricultor não consegue aceder a linhas de financiamento compatíveis com o objetivo de produzir alimentos ou se vê constantemente ameaçado pela iminência de deslocamento compulsório motivada pelos antagonismos sociais intrínsecos à guerra, as estratégias empresariais da *plantation* do dendê adentram com mais desenvoltura a partir das fissuras instigadas pelo Estado, nos termos das *alternativas infernais* descritas por Stengers e Pignarre (2007).

As abstrações resultantes da conjugação entre a relação de abandono e a violência infraestrutural, referidas à base empírica, conduziram à identificação de três grupos sociais considerados sob as óticas empresarial e governamental como *incômodos do dendê*, ou seja, aqueles que se pretende ocultar, silenciar e manter na esfera do anonimato:

- a) Povos e comunidades tradicionais despojados ou sob ameaça de serem expropriados de suas terras e territórios, afetados por danos ambientais, sociais e simbólicos causados pelo agronegócio do dendê;
- b) Trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais incitados a cumprirem parâmetros de produtividade determinados pelas contínuas avaliações de desempenho - próprias do

sujeito neuroeconômico - conjugadas a mecanismos de controle, disciplinamento, vigilância e docilização de seus corpos, por meio de variadas formas de panoptismo contemporâneo.

- c) Pequenos agricultores vinculados a contratos de “integração” de longo prazo com as empresas produtoras de óleo de palma, em situação de endividamento junto a instituições financeiras oficiais.

Busca-se contornar as armadilhas de um certo evolucionismo presente nas estratégias empresariais triunfalistas do dendê, encerrado na ênfase atribuída aos “casos de sucesso” publicizados por meio de campanhas publicitárias e de práticas discursivas propaladas ostensivamente como mecanismo de legitimação. Em tais enunciações idílicas, pequenos agricultores e assalariados rurais aparecem como os principais símbolos de mudanças sociais e econômicas engendradas pela “modernização rural”, qualificada como sinônimo de “criação de empregos, de aumento da renda e do desenvolvimento local”. Antiteticamente, o propósito do presente trabalho é evidenciar aquilo que se tenta manter invisibilizado, oportunizando o ecoar de vozes insubordinadas expostas a situações de risco e violência resultantes da concatenação entre poder disciplinar, biopolítica e necropolítica, identificadas por intermédio da realização de etnografias do abandono. Pois como dissera Foucault (1988, p. 133), “não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente”.

2.3 NECROPODER E NECROPOLÍTICA

O filósofo, historiador e cientista político camaronês Achille Mbembe é considerado um dos mais destacados pensadores da atualidade, referência incontestada em estudos relativos à África e à interpretação da vertente neoliberal do capitalismo como uma tecnologia de poder ancorada em dispositivos raciais, nos moldes da colônia e da *plantation*. Inspirado em autores como Michel Foucault e Franz Fanon, é autor de obras de notável relevância intelectual como *Crítica da Razão Negra*, *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*, *Necropolítica*, *Políticas da Inimizade* e mais recentemente, *Brutalismo*. Centra suas críticas notadamente à colonialidade e às tiranias pós-coloniais.

Na insólita *Carta aos alemães*, escrita em 2020, no bojo da tentativa de rechaço organizada por setores da direita e extrema-direita alemã a uma conferência de Mbembe no país, o autor esclarece a natureza de seu pensamento, cujo laços encontram-se inextricavelmente ligados às raízes africanas de sua trajetória pessoal e acadêmica. Segundo ele, a dupla herança adquirida no Camarões se refere a educação obtida em escolas cristãs e a luta de sua avó paterna

contra o colonialismo. Órfão do pai assassinado pelo Exército francês em setembro de 1958, carrega na memória as marcas da violência colonial. Neste sentido, boa parte de seus escritos iniciais enfatiza a “luta em defesa da memória dos esquecidos, em particular dos vencidos da história [...] contra o apagamento da memória da resistência” (MBEMBE, 2020b).

Prossegue o raciocínio argumentando que o cerne de sua abordagem é constituído por um duplo: “uma suspeita insurrecional, temperada por uma fibra utópica” (id.). Orientado por uma perspectiva crítica, seu fazer intelectual pauta-se pela “recusa das condições reais, dos jogos de poder e das verdades prontas”. Defende a prevalência das multiplicidades sobre o individual e bebe na fonte das epistemologias africanas. Assim como Fanon, o ponto de partida de sua reflexão é a África, entendida não mais como “infância do mundo”, mas como um campo de possibilidades para o futuro dos viventes, especialmente em relação aos elementos que escapam ao cálculo e à apropriação (MBEMBE, 2020c).

Se inicialmente a ênfase de seus escritos correspondia à reativação das memórias esquecidas, a partir da experiência acadêmica vivida na África do Sul ocorreu uma guinada em seu projeto original, o qual atualmente foca por um lado na recusa as ideologias da diferença ancoradas em racismos, e, por outro, na construção de uma teoria do “em comum”. Como ele próprio sublinha, seus livros *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada* e *Crítica da Razão Negra* inscrevem-se como um “chamado a esperança e a reparação”. Por sua vez, *Política da Inimizade* alerta para a necessidade de conectar solidariamente os seres humanos e a biosfera, consoante uma relação de inseparabilidade e respeito aos limites ecológicos continuamente ameaçados de devastação pela ilimitação neoliberal. Na referida obra, Mbembe (op. cit.) critica duramente as teorias da diferença e da identidade, capturadas por forças do conservadorismo, constituindo-se como “fontes de inimizade, instrumentos de divisão absoluta”.

Em seu ensaio sobre Necropolítica, escrito originalmente em 2003 e traduzido ao português em dezembro de 2016, Mbembe recupera as principais categorias utilizadas por Foucault em seus estudos sobre a biopolítica para mostrar sua insuficiência teórica na interpretação dos fenômenos sociais contemporâneos. Seguindo as pistas deixadas por Fanon, elege como ponto de partida de suas análises o empreendimento colonial, para em seguida apontar o quadro atual de exposição e subjugação incessante da vida ao poder da morte representado pela vertente neoliberal do capitalismo animista. A “vida indigna de ser vivida”, termo criado por teóricos do nazismo para justificar a eliminação de sujeitos classificados indesejáveis, contemporaneamente se caracteriza por sua natureza difusa e ubíqua, manifestada mediante despojos, expulsões, silenciamentos e da morte em suas múltiplas formas.

Diferentemente das abordagens teóricas antecedentes, Mbembe enxerga na escravidão vinculada à *plantation* colonial “uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica”. De acordo com o autor, “a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. É um primeiro corte de cunho histórico, político e epistemológico a se destacar, pois, não se pode prescindir de incluir a escravidão em qualquer relato sobre as origens do terror moderno (MBEMBE, 2016, p. 130), posição coadunada a de outros pensadores como Fanon (1968, 2008) e Gilroy (2001).

A biopolítica presente nas sociedades coloniais se manifestava, por excelência, na natureza humana do escravo como uma sombra personificada. Transformada em mercadoria submetida ao total controle do outro, “a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social”. Em síntese, representa a “expulsão da humanidade de modo geral” (ibid., p. 131, grifo do autor), por meio da ação concatenada entre biopoder (poder disciplinar e regulamentação) e estado de exceção. Lembre-se a existência de um vínculo direto entre o Atlântico negro e a introdução da dendeicultura no Brasil, mais especificamente na costa baiana, como será discutido adiante.

Assim como Agamben (2010) havia encontrado pistas concretas em formulações colonialistas de autores como John Locke, Mbembe comenta sobre Hegel para salientar que

no pensamento filosófico moderno e na prática e no imaginário político europeus, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) no qual tipicamente a ‘paz’ assume a face de uma ‘guerra sem fim’. [...] As colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização” (ibid., p. 132-33, grifo do autor).

Diante de tal contexto social, o poder soberano de decidir sobre quem vive e quem morre não estava sujeito a quaisquer regras, podendo o soberano matar em qualquer momento ou de qualquer maneira, porquanto “a guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. [...] em configurações como essas, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania” (ibid., p. 134-35).

Depreende-se, portanto, a significação do espaço como alicerce e “matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto” (ibid., p. 135). As alteridades e territorialidades forjadas pelo colonialismo ancoram-se fundamentalmente nesses referentes para instituir suas relações de dominação. Diante dos contornos atuais do

*Plantationceno*³⁰ (HARAWAY, 2019), amparado na comoditização e financeirização da agricultura e na neoliberalização da natureza, resta-nos questionar se este padrão volta a se reeditar ou não.

De acordo com Mbembe (2017), desde o nascimento, o modelo de democracia liberal guarda em seu seio a tolerância com uma certa violência política, manifestada por meio da transigência com formas de brutalidade praticadas por instituições privadas, a exemplo do paramilitarismo. Caracterizada por uma bifurcação constituída por uma *comunidade de semelhantes* – em que o exercício dos direitos políticos é plenamente assegurado – e outra de *não-semelhantes* – aos quais se nega o direito a ter direitos –, as sociedades ditas democráticas são marcadas pela segregação e por desigualdades, ambas fundadas no racismo. Sob tal perspectiva, a paz civil do Ocidente foi erguida às expensas da violência colonial. Segundo o autor, atualmente as imbricações do capital, das tecnologias digitais, da natureza e da guerra, associadas a constelações de poder a estes correlatas, colocam em xeque a própria ideia do político.

Inspirado na crítica de Fanon ao regime colonial, Mbembe aponta a insuficiência teórica das categorias foucaultianas do biopoder, da biopolítica e da tanatopolítica para descrever os fenômenos sociais contemporâneos moldados pela *epidermização da diferença* engendrada pelo racismo. Em outras palavras, o controle molecular dos corpos racial e territorialmente designados como “condenados” só pode ser entendido a partir das noções de necropoder e necropolítica. Deste modo, “o necropoder circunscreve uma política de produção de morte, mais do que o aumento deliberado do risco de morte. O que está em jogo é a produção de ‘cidades’, ou ainda, zonas deliberadamente demarcadas como territórios em que o livre direito ao assassinato está consagrado”. (NOGUERA, 2013, p. 67).

Mbembe define o necropoder como a competência atribuída ao poder soberano de “definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é, configurando-se como uma formação específica do terror (MBEMBE, 2016, p. 135-6). Ele se reporta à cidade do colonizado, descrita por Fanon (1968, p. 29), para ilustrar a incidência da necropolítica nas relações sociais contemporâneas: [...] “aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão

³⁰ O termo vem sendo empregado recentemente por um grupo de pesquisadores que se dedicam a investigar os efeitos concretos do modelo da grande plantação nas sociedades ao longo dos últimos cinco séculos, numa posição crítica à noção de *Antropoceno*. Para Haraway (2019), “quando penso sobre a questão, o *que é uma plantação*, alguma combinação dessas coisas me parece estar quase sempre presente em um período de 500 anos: simplificação radical; substituição de povos, colheitas, micróbios e formas de vida; trabalho forçado; e, crucialmente, a desordem dos tempos de geração entre as espécies, incluindo os seres humanos”. Disponível em: <<https://edgeeffects.net/haraway-tsing-plantationcene/>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras”. Trata-se de um mundo cindido em compartimentos, onde prevalece a dor, o medo e a exclusão.

A singularidade do necropoder consiste na capacidade de concatenar múltiplas tecnologias políticas, condensando poder soberano, disciplinas, biopolítica e necropolítica, as quais produzem “mundos de morte”, “zonas de não-ser” marcadas pela indiferença e por diferentes modalidades de terror, consoante o gerenciamento de indivíduos e da população. Com efeito, “a necropolítica é o que difere o necropoder dos outros regimes [...] não se trata de práticas de suplício público, como nos diria Foucault. Mas de eliminação e confinamento em massa, como enfatizou Fanon”. (NOGUERA, op. cit., p. 67-70).

A emergência do necropoder e da necropolítica é alavancada pelas “máquinas de guerra”, arranjadas “com objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, op. cit., p. 155). Como exemplos de locais onde incidem relações sociais marcadas pela crueldade, Mbembe retrata particularmente a colônia, e o sistema de *plantation* regido por uma economia política sustentada pela tríade trabalho cativo, mercadorização dos corpos e monopólio do uso da terra.

As análises de Mbembe são profundamente pertinentes quando se examina o gravíssimo quadro mundial envolvendo assassinatos de ativistas sociais, ambientais e de defensores e defensoras de direitos humanos, sobejamente documentado por organizações não-governamentais (ONG’s) e por agências nacionais e internacionais que acompanham historicamente a referida problemática. Nos casos de Brasil e Colômbia, a situação é particularmente alarmante e tende a se acentuar ainda mais nos próximos anos.

Em seu informe anual³¹ divulgado no primeiro semestre de 2018, a Anistia Internacional destacou a aprovação, em caráter inédito, de um dispositivo constitucional responsável pelo congelamento de investimentos sociais por 20 anos no Brasil, configurando, na prática, uma política de morte, ao privar parcelas significativas da população do acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e assistência social, dentre outros. Também enfatizou a gravidade dos conflitos sociais e ambientais no campo, marcado por “disputas de

³¹ Quanto ao óleo de palma, o informe destaca os fatos envolvendo a empresa Wilmar Internacional, empresa multinacional e maior comerciante de óleo de palma do mundo, responsável por várias violações de direitos trabalhistas na Indonésia. De acordo com a Anistia Internacional, “os abusos incluíram forçar mulheres a trabalhar longas horas sob ameaça de cortes em seu já minguado salário, empregar crianças com menos de oito anos em trabalho físico perigoso, e danos à saúde dos trabalhadores pelo uso de produtos químicos tóxicos”, além da coerção exercida sobre os trabalhadores, a fim de impor o silenciamento diante das autoridades (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018, p. 47).

terra e invasão de madeireiros ilegais e de garimpeiros em territórios de povos indígenas [...] as quais resultaram em ataques violentos contra comunidades indígenas” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018, p. 33).

No tocante à Colômbia, a despeito das iniciativas voltadas à tentativa de encerramento do conflito armado de mais de meio século, o informe evidencia o crescimento expressivo do número de ataques contra defensores de direitos humanos, notadamente de líderes sociais, defensores do direito à terra, ao território e ao meio ambiente, e dos que atuam em favor do acordo de paz. Em consonância com informações procedentes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, “quase 100 defensores de direitos humanos foram assassinados durante o ano. Muitas ameaças de morte contra ativistas foram atribuídas a grupos paramilitares, mas, na maioria dos casos, as autoridades não conseguiram identificar os responsáveis pelos assassinatos que se seguiram às ameaças³²”.

A imbricação entre guerra, violência política e economias de morte adquire contornos dramaticamente literais na Colômbia, país em que as representações e práticas associadas à militarização são produzidas e incitadas cotidianamente nos vários domínios da vida social. De acordo com Ojeda e Pinto García³³ (2020), esta tem sido a principal tecnologia de governo empreendida pelo Estado colombiano, inclusive durante a pandemia do novo coronavírus. Os principais alvos da necropolítica em curso são líderes sociais (indígenas, *cimarrones*, *afrocolombianos*, camponeses, *raizales*, *palenqueros*), sindicalistas, defensores e defensoras de direitos humanos, ex-integrantes da guerrilha e ativistas socioambientais e culturais. Segundo informe noticiado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (Indepaz, em espanhol), desde a celebração do acordo de paz em novembro de 2016 até o final de agosto de 2020 foram assassinados 1.008 defensores e defensoras de direitos humanos no país. Trata-se de uma verdadeira política de extermínio, cujos números chocantes se traduzem na média de 5 assassinatos por semana³⁴.

Outro tipo de monitoramento realizado pela entidade documenta a ocorrência de 67 massacres de janeiro a 10 de outubro do corrente ano, os quais resultaram em 267 assassinatos de líderes sociais e defensores e defensoras de DH. O mês com maior incidência de massacres foi setembro quando ocorreram 17. O referido levantamento corrobora outros realizados pela

³² Ibid., p. 33.

³³ Ver o artigo publicado em: <<https://cider.uniandes.edu.co/es/noticia/militarizacion-vida-primera-linea-respuesta-abril-20>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

³⁴ Para se chegar a este resultado, calculou-se inicialmente o número de dias no intervalo entre 24 de novembro de 2016 e 31 de agosto de 2020, cujo quociente é 1.468. Em seguida, o quantitativo de assassinatos foi dividido pelo número de dias e chegou-se a média diária de 0,7, que multiplicado pelos dias da semana corresponde a 4,9.

Defensoria del Pueblo e pela *Corporación Nuevo Arco Íris* (Cinep), que indicam o departamento de Antioquia como o mais sangrento do país. Ali, foram cometidas 15 chacinas somente este ano. Líderes sociais, jovens das periferias urbanas e ex-combatentes das FARC-EP desmobilizados em decorrência do acordo de paz são os corpos preferencialmente alvejados pelas balas da política de morte. A terrível noite escura ainda não cessou. Portanto, falar em “pós-conflito” além de inapropriado, soa ofensivo à memória das vítimas.

Listas com nomes de lideranças ameaçadas de morte circulam pelas redes sociais, recados ameaçadores chegam de forma direta e indireta aos grupos mais expostos à violência, códigos informais de conduta, toques de recolher e restrições da mobilidade são determinados por grupos paramilitares, dissidentes das FARC-EP, membros do Exército de Libertação Nacional (ELN) e narcotraficantes, impondo medo e terror a territórios inteiros. A estes fatos de natureza repressiva se somam políticas desenvolvimentistas de “substituição de cultivos ilícitos” por “alianças produtivas estratégicas” com megaprojetos agroindustriais (dendê, cana-de-açúcar, soja, banana, borracha e outros), correlatos a operações continuadas de pulverização aérea com glifosato para erradicação forçada de cultivos em zonas consideradas cocaleiras, no bojo da *guerra química* introduzida pelo Plano Colômbia³⁵.

No informe anual 2019 anunciado pela organização não-governamental *Global Witness* em julho de 2020, intitulado “Defendendo o amanhã: crise climática e ameaças contra defensores da terra e do meio ambiente”, a Colômbia é apontada como o país mais mortal para os defensores e defensoras do meio ambiente. No referido intervalo foram assassinados 64 ativistas no referido país, correspondendo a 30% do total de homicídios. Uma dura realidade que espelha a situação vivida pela América Latina de um modo geral, considerada a região mais perigosa do mundo, concentrando 2/3 das mortes de líderes sociais.

³⁵ Várias medidas judiciais têm sido adotadas pela Corte Constitucional da Colômbia em relação ao tema. Destaca-se primeiramente a sentença judicial T-080/17, que determinou a obrigatoriedade de realização de consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas e demais comunidades étnicas afetados ou em vias de afetação pela pulverização aérea com glifosato. Cf. no link: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2017/t-080-17.htm>. Outra decisão concerne a sentença T-236/17, cujos efeitos implicaram no reconhecimento da violação de direitos de comunidades negras do município de Nóvita, departamento de Chocó, à consulta prévia, livre e informada preconizada na Convenção 169, da OIT; na determinação de que o Conselho Nacional de Narcóticos se abstinhasse de retomar o Programa de Erradicação de Cultivos Ilícitos mediante Pulverização Aérea com Glifosato (PECIG, em espanhol), até que se defina com clareza científica a potencialidade dos riscos ao meio ambiente e à saúde humana, bem como a institucionalização de um marco regulatório específico, orientado por avaliações de risco e consulta às comunidades afetadas. No entanto, o governo de extrema-direita de Ivan Duque vem reiteradamente tentando retomar o programa de erradicação forçada de cultivos ilícitos (coca, maconha, papoula) baseado no despejo aéreo de glifosato. A propósito, o assunto tem culminado em intensas disputas políticas nas esferas legislativa e judiciária do país, assim como em denúncias apresentadas no âmbito de organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

De modo geral, desde dezembro de 2015 a média de homicídios se mantém em quatro pessoas por semana no mundo. A associação destes com a agricultura em grande escala aumentou 60% em comparação a 2018. A implantação de *novas plantations* está no centro dessa agudização da política de morte.

En octubre, los periodistas Martua Parasian Siregar y Maraden Sianipar fueron asesinados a puntaladas cerca de una plantación de palma aceitera tras brindar su apoyo a comunidades locales en una disputa con la empresa que opera en ese territorio. La policía ha arrestado a un ejecutivo vinculado a la industria del aceite de palma sospechoso de haber pagado por el asesinato. Este ha negado las acusaciones en su contra (ver página 18). El activista congoleno Joël Imbangola Lunea fue presuntamente asesinado por un guardia de seguridad que trabajaba para la empresa canadiense de aceite de palma Feronia Inc. El hecho ocurrió cerca de las plantaciones que tiene la empresa en Boteka, en la República Democrática del Congo (RDC). El cuerpo de Demilson Ovelar Mendes, miembro de la comunidad indígena Avá Guaraní, fue encontrado en una plantación de soja a pocos kilómetros de la aldea donde vivía (GLOBAL WITNESS, 2020, p. 30).

No informe de 2018, esta mesma organização já havia destacado o agravamento da violência contra lideranças sociais. Um dos casos mais emblemáticos naquele ano foi a execução sumária de Hernán Bedoya, afrocolombiano do *Consejo Comunitario Pedeguita y Mancilla*, de Riosucio, departamento de Chocó, assassinado com 14 tiros desferidos por paramilitares quando retornava para casa. Ele se opunha à apropriação de terras de uso comum intrusadas por monocultivos de dendezeiros e de banana e fazendas de criação de gado. Já havia sido vitimado pelos despojos violentos praticados no país, no entanto, mesmo diante do risco de morte, decidiu lutar pela restituição de suas terras (GLOBAL WITNESS, 2018). Bedoya foi um dos agentes sociais ouvidos pelos diretores do documentário “*Frontera Invisible*”, que denuncia os vínculos inextricáveis entre o paramilitarismo e o agronegócio do dendê na Colômbia. Pouco tempo depois, as ameaças contra si se confirmaram implacavelmente.

A *Defensoría del Pueblo*, que até meados de 2018 possuía um contador atualizado das mortes de líderes sociais em seu sítio web, registrou até julho daquele ano a eliminação sumária de 330 defensores e defensoras de direitos humanos, desde a celebração do acordo de paz. As mortes encontravam-se distribuídas por todo o país, no entanto, incidiam com maior vigor nos departamentos de Cauca (81), Antioquia (47), Norte de Santander (20), Nariño (19), Vale del Cauca (18), Chocó (17) e Córdoba (13), os quais juntos concentravam 65,1% das execuções de lideranças sociais no referido período³⁶.

Quanto ao Brasil, o relatório enfatizou as implicações nefastas das políticas necroliberais do governo Bolsonaro, notadamente as que incitam violentamente a mineração em territórios indígenas e a mercadorização de terras tradicionalmente ocupadas visando

³⁶ Consulta realizada em 28/07/2018 ao site da instituição, no endereço eletrônico www.defensoria.gov.co.

convertê-las em monocultivos em larga escala, sobretudo, na Amazônia. Deste modo, exploração mineral e produção de *commodities* agrícolas constituem o âmago do projeto de dominação em curso. As táticas empreendidas incluem não apenas a eliminação física de lideranças sociais e ativistas ambientais, mas o emprego de estereótipos racistas em campanhas de criminalização e difamação, visando desmoralizar suas reputações.

O país ocupa o terceiro lugar geral em número de assassinatos, com 24 mortes confirmadas no último ano. Destas, quase 90% ocorreram na Amazônia. Embora se baseie nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade confessional ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e principal referência na documentação e sistematização dos conflitos agrários, ambientais e trabalhistas ocorridos nos territórios rurais, os dados divergem dos números coligidos pela organização. De acordo com a CPT, os homicídios no campo chegaram a 33, ao invés dos 24 anunciados pela Global Witness. Não obstante, resta evidente a conexão entre a reprimarização econômica, a incitação governamental a práticas socioambientais devastadoras, a pressão sobre territórios tradicionais e o agravamento da violência contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores e outras categorias sob a mira de estratégias empresariais desenvolvimentistas.

Para se ter uma noção da gravidade da violência no campo praticada em solo paraense, a CPT documentou 1.904 assassinatos em 1.438 casos verificados entre 1985 e 2017; destes, apenas 113 foram levados a julgamento e somente 31 mandantes foram condenados, exprimindo uma das faces mais perversas e impulsionadoras da necropolítica: a impunidade. Neste contexto, o Estado do Pará, em particular, constitui-se como o principal *locus* da violência no campo, uma vez que nos últimos 32 anos, 72,4% dos assassinatos associados a conflitos na Região Norte incidiram em seu território, 95% dos casos sem nenhum desfecho investigativo e punitivo até o momento (CPT, 2018).

Se a eliminação física exprime a literalidade da política de extermínio dos corpos racializados, outras formas de expor à morte também produzem efeitos devastadores nas esferas simbólica e psíquica dos deserdados do “desenvolvimento”, conforme antevira Fanon. Ao analisar os elementos estruturais da violência no campo contemporânea na Amazônia, a jornalista e escritora Eliane Brum sublinha o cálculo político cuidadoso empreendido por mandantes de crimes contra lideranças sociais, objetivado na tomada de decisão sobre “quem deve morrer e quem deve ser convertido em morto-vivo [...] aos anônimos, a morte. Aos mais conhecidos e ligados a instituições, a criminalização e a destruição da reputação.” (BRUM, 2020, p. 106).

Ela prossegue destacando o refinamento das táticas utilizadas por agentes do terror e da violência. Em sua percepção, “os grileiros parecem ter compreendido um pouco mais. Se matar segue sendo um método de eliminar a resistência, aterrorizar pode ser mais eficiente e deixa menos rastros. Além disso, chama menos atenção” (id.). Com efeito, ameaças, destruição de reputações, estímulo a faccionalismos e criminalização da atuação em defesa dos direitos territoriais tendem a impor um clima de medo e insegurança.

A concretização das novas estratégias adstritas à economia política da violência se consuma a partir da institucionalização de normas e regulamentos draconianos com o objetivo de dar guarida à devastação e à subversão do instituto das terras tradicionalmente ocupadas. Assim, a Amazônia enquanto representação erigida durante a ditadura militar e mimetizada nos governos democráticos é tratada como um “corpo para exploração” (ibid., p. 108). É a disputa pela apropriação deste corpo o elemento-chave da emergência dos conflitos sociais. E esta se dá não apenas mediante mecanismos repressivos próprios do terrorismo de Estado aliado a atuação de grupos ilegais, mas também pelo que Hayek, um dos próceres teóricos do neoliberalismo, definira como *constituição econômica*, ou seja, a transmutação de normas do direito privado em códigos legais devidamente instituídos para reger os interesses dos agentes hegemônicos da economia de mercado, às expensas da destruição dos fundamentos da democracia³⁷.

se faz necessária a atualização do conceito de grilagem. Com a legalização do crime e a premiação dos criminosos, o grileiro em breve já não precisará cooptar nenhum funcionário público. O crime vai se convertendo em lei. Em muitos casos, também há fortes indícios de que as polícias já cumprem o papel que tradicionalmente pertencia aos pistoleiros. Seguindo o caminho das milícias cariocas, a grilagem na Amazônia vai deixando de ser um poder paralelo com ramificações no Estado para se tornar o próprio Estado. (ibid., p. 114).

No caso específico da violência associada à dendeicultura no Pará, destaca-se a série de assassinatos de quilombolas no território reivindicado pela Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (AMARQUALTA), situado no Rio Acará, quase contíguo à comunidade quilombola da Balsa. As lutas pela titulação coletiva iniciaram no final dos anos 2000, a partir do processo de autoidentificação do grupo étnico, e visam o reconhecimento de mais de 22 mil hectares situados em área estadual. Ali se apresenta um intrusamento das Fazendas São Jorge e Cachoeira, adquiridas pela Companhia Vale S.A., cuja documentação imobiliária foi dissecada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), quem comprovou o deslocamento dos títulos em 60 km e 20 km distantes de onde deveriam estar

³⁷ Cf. P. Dardot e C. Laval. *La pesadilla que no acaba nunca: el neoliberalismo contra la democracia*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2017.

localizados, respectivamente, divergindo das plantas e memoriais descritivos correspondentes³⁸.

De acordo com denúncia apresentada pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), cinco quilombolas do Alto Acará sofreram um atentado à bala na cidade de Quatro Bocas, Tomé-Açu, em 07 de novembro de 2012. Naquela ocasião, Abiair Amaral Gusmão e Josivane Amaral Gusmão foram assassinados, enquanto Jaciane Gusmão dos Santos, Sueli e Júnior, mesmo alvejados, escaparam por pouco. Em 04 de julho de 2014, o líder Artêmio Gusmão, também conhecido como Alaor, fora degolado e esquartejado por seus algozes a caminho de casa após assistir a partida Brasil x Colômbia pela Copa do Mundo de futebol. Quatro anos mais tarde, em 14 de abril de 2018, mais uma liderança quilombola da Amarqualta foi assassinada. Trata-se de Nazildo dos Santos Brito, 33 anos, ex-presidente da associação. O mandante responsável pela contratação dos dois pistoleiros que o executaram chama-se José Telmo Zani, madeireiro detentor da fazenda Rio Negro, sobreposta ao território quilombola.

Diante da brutalização representada pelas variadas formas de manifestação da política de extermínio nos vários âmbitos da vida, emerge a necessidade de compreender quais as tessituras formadas pelos entrelaçamentos entre biopoder, biopolítica, necropoder e necropolítica. Quais interesses motivam essa política de morte? Parece pouco crível aprofundar essa análise sem retornarmos às pistas enigmáticas deixadas por Foucault no início do Curso de 1978-1979, sobre o *Nascimento da biopolítica*.

Eu tinha pensado lhes dar este ano um curso sobre a biopolítica. Procurarei lhes mostrar como todos os problemas que procuro identificar atualmente, como todos esses problemas têm como núcleo central claro, esse algo que se chama população. Por conseguinte, e a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar. Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade - antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental-, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo e que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica (FOUCAULT, 2008c, p. 30).

³⁸ Em abril de 2020 a Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região do Ministério Público do Estado do Pará ingressou com uma Ação Civil Pública junto à Vara Agrária de Castanhal contra a Vale S.A, por suas práticas sistemáticas de obstaculização da regularização coletiva do território quilombola, objetivadas na criação de reiterados subterfúgios jurídicos para fazer valer os apossamentos ilegais das Fazendas São Jorge e Cachoeira, cujos efeitos resultam no agravamento de conflitos sociais em razão da lentidão em se promover a titulação coletiva. O processo nº 800838-97.2020.8.14.0015, contém 3.113 páginas e encontra-se em tramitação. Por outro lado, decorridos mais de 11 anos após a abertura do processo administrativo nº 2010/40428 no Iterpa, ainda não foi concretizada a titulação coletiva.

O caminho a ser percorrido para propiciar a inteligibilidade dessas relações passa fundamentalmente pela elucidação dos elementos estruturais constituintes da governamentalidade neoliberal e da economia política, no caso em especial, da economia política da *plantation* do dendê.

2.4 GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E ECONOMIA POLÍTICA

Os aportes teóricos relacionados à biopolítica, trazidos à discussão por Michel Foucault e Thomas Lemke, assim como as reflexões sobre a racialização, por parte de Franz Fanon e Achille Mbembe, permitiram evidenciar em que medida a vida humana, em seus diferentes domínios, encontra-se subsumida aos cálculos do poder, seja por meio da busca incessante da gestão eficiente dos corpos e sua posterior descartabilidade, quanto por meio da implacável e perversa exposição dos excluídos à uma política de morte física e simbólica, desatada com o objetivo de eliminar os indesejáveis.

Foucault já havia indicado em seus últimos dois cursos sobre o biopoder e a biopolítica, realizados entre 1976 e 1979, a necessidade de imergir na compreensão da gestão das forças estatais e da razão governamental denominada liberalismo, como o método mais recomendável para o conhecimento do fenômeno incluído por ele em suas análises desde o ano de 1974 (FOUCAULT, 2008b; 2008c). Com efeito, o fio condutor da presente reflexão passará por esses dois eixos interseccionados.

Primeiramente, cabe observar que desde o final do curso de 1975-1976, intitulado *Em Defesa da Sociedade*, Foucault identificara nas transformações engendradas pela emergência do fenômeno da população conjugado com os dispositivos de segurança, a presença do Estado moderno como o principal esquema de inteligibilidade responsável por seu caucionamento e efetivação. No entanto, adotando uma abordagem completamente distinta da ciência política clássica balizada nos princípios da soberania e nas categorias do contratualismo, optou posteriormente por se distanciar do institucionalismo e de uma definição do Estado consoante suas funcionalidades, assim como o fez em relação ao conceito de poder. Preferiu analisar o Estado como prática, como ideia reguladora, estruturado sob um campo relacional de forças composto por disposições, táticas, estratégias, mecanismos ordenadores e contracondutas, que dão origem a uma tecnologia geral de poder.

No pensamento foucaultiano, uma *tecnologia de poder* é constituída por estratégias e táticas. Por *estratégia*, o autor compreende “o cálculo imanente às lutas reais das sociedades, o qual articula-se baseado num saber histórico que é decifração e análise das forças”

(FOUCAULT, 2005, p. 205). As *táticas* correspondem a “fazer de tal modo que, através de um certo número de meios, tal ou tal finalidade possa ser alcançada” (FOUCAULT, 2006, p. 293).

O caminho então escolhido passa pela ênfase dada aos temas do governo, da governamentalidade, da economia política e da nova arte de governar calcada no liberalismo e posteriormente no neoliberalismo, conforme se depreende do conteúdo das aulas consignado em *Segurança, Território, População* (STP) e *Nascimento da Biopolítica* (NBP), assim como das reflexões contidas em *Ditos e Escritos* (IV). Dois elementos centrais permeiam esse quadro intrincado de questões, inerentes ao surgimento da biopolítica foucaultiana: o fenômeno da população e os dispositivos de segurança.

quando falei da população, havia uma palavra que voltava sem cessar – vocês vão me dizer que fiz de propósito, mas não totalmente talvez -, é a palavra "governo". Quanto mais eu falava da população, mais eu parava de dizer "soberano". Fui levado a designar ou a visar algo que, aqui também, creio eu, é relativamente novo, não na palavra, não num certo nível de realidade, mas como técnica nova (FOUCAULT, 2008b, p. 99, grifo do autor).

Para Foucault (2008b), a polissêmica noção de *governo* é constituída por múltiplos significados, podendo ser atribuídos tanto a dimensões da vida material quanto ao âmbito teológico-religioso. Abrange a subsistência humana quando as necessidades básicas de sobrevivência são supridas de maneira adequada. No sentido moral, consiste na relação entre indivíduos, onde se observa a condução de alguém pelo outro, na imposição de um determinado regime, no exercício de práticas de controle e de comando. Na perspectiva mercantil, está associado a relações de troca. Quanto ao aspecto espiritual, tem a ver com o “governo das almas”. Sinteticamente, designa *governo* como “a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia” (FOUCAULT, 2008b, p. 127).

Foucault se reporta ao verbete de Rousseau sobre a economia política para evidenciar o significado atribuído ao governo do Estado, o qual seria “exercer em relação aos habitantes, as riquezas, à conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens”. Outra citação de grande relevância para suas análises sobre a governamentalidade provém de um escrito consignado pelo francês Guillaume de La Perrière em meados do séc. XVI: “governo é a correta disposição das coisas, das quais alguém se encarrega para conduzi-las a um fim adequado” (ibid., p. 126-27).

Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (ibid., p. 164).

Adotando uma insólita abordagem genealógica sobre os laços entre economia e teologia, Agamben (2010) recorre em *O Reino e a glória* a elementos extraídos de textos religiosos antigos para identificar a ontologia do governo, situando-o como a resultante de um paradigma

econômico-providencial forjado a partir dos diferentes papéis contidos na economia trinitária formada pelo Pai, o Filho e o Espírito Santo, em que Reino (potência absoluta) e Governo (potência ordenada) se distinguem mediante uma clivagem estrutural, onde o primeiro atribui ao segundo a responsabilidade pela administração e governo do mundo, por meio de uma economia. A articulação dos dois elementos forma a *máquina providencial do governo divino do mundo*.

Aludindo ao velho bordão “*o rei reina, mas não governa*”, mencionado por Foucault (2008b) em *Segurança, território, população* para se referir à limitação do poder soberano, e desvelando sua gênese desde a filosofia aristotélica até os textos posteriores situados na era cristã, Agamben (2010) identifica na cisão e articulação ininterruptas entre Reino e Governo a essência fundamental do dispositivo governamental engendrado no “Ocidente³⁹”. Este sistema bipolar, constituído dicotomicamente pela relação operosidade e inoperosidade, ser e práxis, transcendência e imanência, potência absoluta e potência ordenada, criação e conservação, causas primeiras e causas segundas, providência e destino, autoridade e poder, ontologia e economia é a chave para o entendimento dos fundamentos que regem a política contemporânea. Com efeito, “Reino e Governo, geram uma incessante *oikonomia*, uma ininterrupta atividade de governo do mundo [...] na qual o poder só é pleno quando é dividido” (ibid., p.105-114).

O poder que rege o mundo resulta da interação entre de um princípio transcendente, simples e eterno, e de uma *oikonomia* imanente, articulada no tempo e no espaço. Os dois princípios são heterogêneos, porém interdependentes [...] a atividade de governo é, ao mesmo tempo, providência, que pensa e ordena o bem de todos, e destino, que distribui o bem aos indivíduos, compromissando-os na cadeia das causas e dos efeitos (ibid., p. 144-46).

No clássico conceito de soberania representado pelo poder do Príncipe, consoante a forma idealizada por Maquiavel, a preocupação principal do poder estava circunscrita à manutenção do principado, em relação de exterioridade com o povo e com o território. A noção de bem-comum prevalecente era sinônimo de subordinação total à Lei do soberano na terra e de Deus no céu (FOUCAULT, 2006; 2008b).

Foucault destaca o surgimento em meados do Séc. XVII de três tipologias de governo delineadas por François de La Moche Le Vayer, escritor francês e tutor de Luís XIV, as quais inflexionaram profundamente o campo das relações de poder: a) o *governo de si*, associado à moral; b) o *governo da família*, inerente à economia enquanto gestão e administração adequada dos bens e da conduta de seus membros; c) o *governo do Estado*, derivado do exercício da

³⁹ Utilizo aspas em razão do sentido de “Ocidente” remeter a uma construção social, política e ideológica de feição colonial, forjada com o objetivo de estabelecer regimes de alteridade dominadores, calcados no eurocentrismo e no etnocentrismo, consoante demonstrado por Said (1990) em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*.

política. Identificou ainda uma relação de continuidade ascendente e descendente entre essas artes de governo. A continuidade ascendente, representada pela articulação entre governo de si – governo da família – governo do Estado, traduzia a incompatibilidade de se gerir bem politicamente um Estado, sem o controle ascético de si e desprovido de uma correta economia no âmbito familiar. Por outro lado, a continuidade descendente estava associada aos efeitos universais benéficos gerados pelo bom governo do Estado em face da família e das condutas individuais. Daí emergiu a antiga noção de *polícia*⁴⁰ (FOUCAULT, 2006; 2008b).

A ideia de um “governo dos homens” tem raízes no Oriente⁴¹, notadamente nas práticas exercidas pelo pastorado pré-cristão e depois pelo pastorado cristão, calcadas em dois alicerces: a primeira sob a ideia e organização de um poder pastoral; a segunda sob a forma de consciência, a direção das almas. Se por um lado, os princípios do pastorado remetem à necessidade de uma “economia das almas”, onde o bom pastor trata cuidadosamente do conjunto de suas ovelhas, as artes de governar que o sucederam enfatizam a *economia política* como finalidade essencial do governo (FOUCAULT, 2008b; AGAMBEN, 2010).

Entrementes, um aspecto importante a ser destacado concerne ao papel central desempenhado pelo governo da família entre as continuidades ascendente e descendente. No entanto, a ruptura com o sentido econômico até então vigente foi desencadeada no momento em que a economia passou a se constituir como a meta essencial do governo, como cálculo estratégico de natureza política, com o objetivo de assegurar a boa gestão do Estado, mediante um conjunto de disposições e mecanismos com alcance sobre a população. A ênfase conferida à relação entre os homens e as coisas fez nascer a estatística⁴² como “ciência do Estado”, fundamental para gerar os efeitos pretendidos pelo mercantilismo e pelo cameralismo. Em oposição a um certo naturalismo cosmo-teológico presente nos princípios do pastorado, a razão de Estado emerge como um esquema de inteligibilidade, uma racionalização da arte de

⁴⁰ Em Foucault (2008a), o sentido original do termo remete à autoridade pública exercida sobre uma comunidade humana (coisa pública), mediante atos de regência adotados pelo poder soberano, cuja implicação refletia em resultados positivos e valorizados de um bom governo. No séc. XVII foi concebida como “o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado”. Constituiu-se como o principal instrumento de efetivação da razão de Estado, até seu ocaso no séc. XVIII, face à crise dos cereais e a consequente emergência do liberalismo. Na nova governamentalidade liberal, teve seu papel completamente redesenhado, passando a cumprir uma estratégica função repressiva.

⁴¹ O autor esclarece no manuscrito da aula ministrada no dia 8 de fevereiro de 1978 uma importante questão relativa à genealogia das artes de governo e da razão de Estado: “Não digo que o Estado nasceu da arte de governar, nem que as técnicas de governo dos homens nascem no século XVII. O Estado, como conjunto das instituições da soberania, existia havia milênios. As técnicas de governo dos homens também eram mais que milenares. Mas foi a partir de uma nova tecnologia geral [de] governo dos homens que o Estado adquiriu a forma que conhecemos” (FOUCAULT, 2008a, p. 162).

⁴² Foucault (2008a, p. 365) argumenta que etimologicamente, a palavra *estatística* representa o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado.

governar, ou seja, uma governamentalidade política ancorada na noção de polícia (FOUCAULT, 2008b).

Este corte representado pelo reposicionamento da economia em outros domínios sociais implicou no ocultamento do modelo de governo da família e na conseqüente ascensão da população à condição de objeto, campo de intervenção e finalidade das técnicas de governo, mediante a conjugação da estatística com a economia política. Nesse sentido, “governo, população e economia política passam a formar uma série sólida no séc. XVIII, conservada até hoje”. A chamada “governamentalização do Estado” foucaultiana é o corolário da articulação de três grandes modelos sucessivos: pastorado cristão; técnica diplomático-militar, no nível externo das relações internacionais entre os países europeus, visando garantir uma relação de equilíbrio; e polícia, no contexto interno de cada Estado, através de estratégias permanentes de obter seu fortalecimento. A razão de Estado situa-se, portanto, como um campo relacional de forças ancorado em dois grandes conjuntos de tecnologia política: o dispositivo diplomático-militar e a polícia (ibid., p. 303, 305, 420).

A propósito, convém esclarecer os fundamentos desta nova racionalidade governamental delineada por Foucault, a começar pela conceituação de razão, razão governamental e razão de Estado, identificando os nexos existentes entre si. Por *razão* compreende-se “a essência das coisas, o conhecimento da razão das coisas e essa espécie de força que permite à vontade e até certo ponto a obriga a seguir a essência mesma das coisas”, mediante a reunião de todas as suas partes e a criação de vínculos entre os elementos que a constituem (ibid., p. 342). Vê-se, portanto, a essencialidade das coisas e as formas de conhecimento, os saberes, como as peças-chave contidas na presente definição.

A razão governamental abrange “os tipos de racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é conduzida por meio de uma administração estatal”, consoante a função de inteligibilidade do Estado, onde é determinado de que maneira se pode governar racionalmente de acordo com as necessidades (FOUCAULT, 2008c, p. 437; 2008b, p. 385). A razão de Estado, no plano objetivo, se refere a “aquilo que é necessário e suficiente para que a república, nos quatro sentidos da palavra ‘estado’ (domínio; jurisdição; condição de vida; qualidade de uma coisa) conserve exatamente sua integridade”. No plano subjetivo, por sua vez, implicaria numa “regra ou arte, que nos dá a conhecer os meios para obter a integridade, a tranquilidade ou a paz da república”. Por sua natureza, a razão de Estado é essencialmente conservadora. Quando tal estrutura política é sacudida por contestações sociais ocorrem os chamados crimes de Estado, em face dos considerados “perturbadores da ordem pública e do Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 344-52).

No decorrer do curso *Segurança, território, população*, o autor empreende uma inflexão metodológica, deslocando suas análises para o estudo da governamentalidade, conforme se verifica em suas próprias palavras: “no fundo, seu eu quisesse ter dado ao curso que iniciei esse ano um título mais exato, certamente não teria escolhido segurança, território, população. O que eu queria fazer agora, se quisesse mesmo, seria uma coisa que eu chamaria de história da ‘governamentalidade’” (ibid., p. 143). Este excerto marca a centralidade de suas reflexões nas relações de poder no âmbito do Estado, como forma de compreender os mecanismos de subjugação da vida em termos biopolíticos. Para ele, “o Estado moderno nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida (ibid., p. 219).

A definição de governamentalidade pode ser entendida como

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Também se refere a [...] a linha de força que em todo o Ocidente consumou a primazia do tipo de poder chamado “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por outro lado, o desenvolvimento de toda um conjunto de saberes. Por fim, representa ainda o processo pelo qual o Estado de justiça, transformado posteriormente em Estado administrativo viu-se gradualmente “governamentalizado” (ibid., p. 143-44, grifos do autor).

De modo geral, a governamentalidade se constitui como “tecnologia geral de poder que rege a conduta dos homens”, formada por táticas e estratégias, numa zona de interseção entre as “tecnologias de dominação sobre os outros e as tecnologias de si” (FOUCAULT, 2008c, p. 258; 2004, p. 324).

O enfraquecimento dos fundamentos da governamentalidade centrada no Estado de polícia, designada a partir do séc. XVII como “o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer, uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças”, foi desencadeado a partir da escassez alimentar, provocada substancialmente pela crise dos cereais no continente europeu. De feição essencialmente urbana e mercantil, pensada em termos de urbanização do território, a polícia se pautava pela aplicação de mecanismos de regulamentação da população, incluindo, obviamente, o domínio econômico. A tentativa frustrada de controlar os preços dos alimentos, fez reacender a ideia de uma nova forma de naturalismo, através do liberalismo econômico evocado pelos fisiocratas. Reside neste ponto o surgimento da economia política como dispositivo de poder-saber, através de uma relação particular de exterioridade e ao mesmo tempo de interdependência entre o governo e a ciência, entre o poder e o saber, entre ciência e decisão (ibid., p. 421; 459-62-72).

Em termos genealógicos, Agamben (2010, p. 38) identifica no segundo livro denominado Pseudotrato aristotélico sobre a *Economia* as origens da economia política, em que a noção estrita de economia seria a junção da economia real e da economia política. Percebe-se uma “contaminação” dos paradigmas econômico e político que distinguiam o *oikos* da *pólis*, por meio de uma imbricação onde [...] “a *oikia* é definida como ‘uma *polis* reduzida e apequenada’ e a economia como ‘uma *politeia* contraída’; em contrapartida, a *polis* é apresentada como ‘uma grande casa’ e a política como ‘uma economia comum’”. Hannah Arendt retrata que no pensamento aristotélico o termo *economia política* teria sido, de certa maneira, contraditório, pois o que fosse *econômico*, relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas doméstico por definição (ARENDR, 2007). Séculos mais tarde, mais precisamente em 1755, Rousseau⁴³ retomou a segmentação entre economia geral ou *política* e economia privada ou *doméstica*, dando ênfase à primeira no contexto da governamentalidade em curso na época.

Outros significados também são atribuídos à economia política. Quesnay a compreendia como “ordem e a ordem funda o governo”, tanto que ela correu o risco de ser chamada de “ciência da ordem” (AGAMBEN, 2010, p. 304). Por esta lógica gerencial defendida pelos fisiocratas, governo significava “conhecer e deixar a natureza das coisas agir” (FOUCAULT, 2008b, p. 148). Por outro lado, Clavero (1991) designa a economia política como “ciência moral do mercado”, enquanto Agamben a define como “racionalização social da *oikonomia* providencial”, em consonância com o paradigma teológico-econômico que governa o mundo. Foucault a concebe como um domínio de saber criado com o objetivo de esquadrihar, captar e conhecer as práticas econômicas, a rede contínua e múltipla de relações de um novo sujeito-objeto surgido no séc. XVIII em face da governamentalidade liberal: a população.

Polanyi (2012) considera Adam Smith como o “pai da economia política”. Ele ressalta o atrelamento do termo economia proposto pelos fisiocratas à emergência do mercado como mecanismo de oferta-demanda-preço. Calcado em uma análise institucional, identifica na transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias fictícias – como se tivessem sido produzidos para a venda – os elementos central responsável pela mais radical mudança social provocada pela economia de mercado. De acordo com o autor,

o racionalismo econômico parece lograr ambas as coisas: a limitação sistemática da razão às situações de escassez e a extensão disso a todos os meios e fins humanos, validando uma cultura economicista que tem a aparência de uma lógica irreversível. Com base na filosofia social erigida sob estes alicerces, atomiza-se a sociedade e faz-se de cada indivíduo um átomo que se comporta de acordo com os princípios do

⁴³ Ver em ROUSSEAU, J.J. “Da Economia Política”. In: OBRAS de Jean Jacques Rosseau (Obras Políticas), vol. I., Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1958.

racionalismo econômico situando toda a vida humana, com toda sua profundidade e sua riqueza, no quadro de referência do mercado (ibid., p. 57).

Marx teceu pesadas críticas irrompendo com os fundamentos da denominada “metafísica da economia política”, ancoradas em práticas discursivas evocadoras da prevalência das leis naturais na esfera econômica. Confrontando-os com o método dialético, argumentou que “as categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção, e estas são produzidas pelos homens. Por este motivo são *produtos históricos e transitórios* [...] pois, de imutável só existe a abstração do movimento” (MARX, 2009, p. 125-26, grifo do autor). Com efeito, as supostas leis eternas de ordenamento da sociedade, cujas enunciações ensejam o fim da história, caem por terra.

Os economistas partidários da fisiocracia propunham o deslocamento da ênfase na urbanização para a questão da terra e do bem-estar camponês como objeto privilegiado da intervenção governamental, ou seja, focar na esfera da produção e não na circulação e no consumo de mercadorias. De acordo com Foucault (2008b, p. 461), “o retorno”, valor reembolsado ao camponês, passa a se constituir como o elemento central, objetivo essencial da governamentalidade, denotando a substituição da urbanização pelo agrocentrismo, cujos interesses eram, mormente, dos proprietários fundiários. Os preços dos alimentos regidos pela lógica da oferta e da demanda, conjugados com a flexibilização dos instrumentos de controle e regulamentação, a ideia de população como um valor relativo e o estímulo à concorrência, mediante a redefinição do papel do Estado como mero garantidor do jogo dos interesses individuais, foram os elementos fundamentais que decretaram o declínio do modelo de polícia e o nascimento de uma nova governamentalidade: o liberalismo (ibid., p. 465).

A economia política como disposição ordenada (AGAMBEN, 2010) e ciência moral do mercado (CLAVERO, 1996) traz em seu bojo a autolimitação da razão governamental, mediante a aplicação de um conjunto polimorfo de mecanismos concatenados. Primeiramente há de se destacar a introdução da lógica concorrencial, consoante o estímulo às condutas individuais, particulares (FOUCAULT, 2008b). A noção de “bem comum” é completamente alterada, passando a ser atrelada à liberdade de mercado, possibilitada mediante o ressurgimento de uma ordem natural ancorada nos mecanismos de preços, da criação da sociedade civil como correlato do Estado e da ciência como dispositivo de poder-saber (ibid., p. 466-74). Com efeito, “pela primeira vez se introduz na arte de governo a questão da verdade e o princípio da autolimitação” (LEMKE, 2010, p. 251).

De outra parte, o discurso da liberdade passou a se constituir como imperativo, modificando profundamente as práticas governamentais até então regidas por parâmetros

distintos como “sabedoria, paciência e diligência”. A emergência do liberalismo econômico enquanto tecnologia de poder dominante impôs a observância da liberdade como uma métrica de avaliação da qualidade de um bom governo. O objetivo principal da governamentalidade deslocou-se para a instituição de dispositivos de segurança visando assegurar “a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população” (ibid., p. 475). Para Foucault (2008c, p. 63), “o governo vai se exercer agora sobre o que poderíamos chamar de república fenomenal dos interesses” (ibid., p. 63).

A estruturação dos dispositivos de segurança repousa em dois alicerces fundamentais: “mecanismos de domínio da economia e de gestão da população, de um lado; e de outro, certo aparelho ou certo número de instrumentos que vão garantir que a desordem, as irregularidades, as delinquências sejam impedidas ou reprimidas” (id.) Dito de outro modo, uma tecnologia de poder binária formada pela economia política e pela instituição da polícia com função repressiva, cujos objetivos eram, assegurar, simultaneamente, o “crescimento dentro da ordem” e a “eliminação da desordem”. Como afirmam Foucault (2008b) e Lemke (2010), a biopolítica neoliberal é regida pelo tripé medo, liberdade e segurança. Para Mbembe (2018), ameaça, risco e perigo constituintes da economia de poder do liberalismo e da democracia são dispositivos raciais. Sob tal perspectiva, os corpos negros representam esse “perigo”.

Referidos agenciamentos são mais bem compreendidos quando Foucault (2008c, p. 90) designa o liberalismo como a arte governamental de “viver perigosamente”, mediante a exposição das pessoas ao risco permanente, em face das novas formas de subjetivação engendradas pela lógica concorrencial, fundadas na gestão dos interesses individuais e na construção ideológica do *homo economicus*.

O liberalismo se insere num mecanismo em que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo. No fundo, se de um lado (e o que eu lhes dizia na última vez) o liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode - e é esse o reverso da medalha -, ele não pode manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos. Isso, claro, acarreta certo número de consequências. Podemos dizer que, afinal de contas, o lema do liberalismo é “viver perigosamente”. “Viver perigosamente” significa que os indivíduos são postos perpetuamente em situação de perigo, ou antes, são condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portadores de perigo. E é essa espécie de estímulo do perigo que vai ser, a meu ver, uma das principais implicações do liberalismo

Fica evidenciado na argumentação foucaultiana a dupla face do discurso da liberdade de mercado, amalgamada pelo estímulo a práticas econômicas individuais associadas perenemente ao risco e pela imposição de “limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças”. (ibid., p. 87). Diferentemente das enunciações normalmente evocadas pelos

portadores da economia política, “o liberalismo não é o que aceita a liberdade, o liberalismo é o que se propõe a fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la como bem entendido” (ibid., p. 88), ou seja, trata-se de uma construção social e não o resultado metafísico de supostas leis naturais. O autor classifica o surgimento de uma cultura política do perigo como “correlato psicológico e cultural do liberalismo”, inerente à própria dimensão constitutiva desta razão governamental. É a articulação intrínseca entre liberdade e segurança que vai criar o que Foucault denomina como economia de poder do liberalismo (ibid., p. 87-90).

As contrapartidas à cultura política do perigo subjacentes à governamentalidade liberal se traduzem em extraordinários mecanismos de controle⁴⁴, de pressão e de coerção exercidos sobre o corpo social. A principal técnica de disciplinamento das condutas individuais consistiu no célebre panóptico de Bentham, proposto em meados do séc. XVIII como meio de vigiar em detalhes os comportamentos dos indivíduos dentro de instituições escolares, militares, prisionais, manicomiais e fabris, com o propósito de garantir maior eficiência, produtividade e rentabilidade. O panoptismo benthamiano é representação por excelência de um governo liberal, como seu próprio autor o prescreveu (ibid., p. 91).

Autores como Agamben (2009) e Mbembe (2018) evidenciam em suas análises coetâneas os dispositivos atuais de controle e vigilância utilizados pela governamentalidade neoliberal em vista da gestão individualizante e totalizante dos sujeitos, visando assegurar a [...] “gestão dos fluxos e da mobilidade [...] e a tomada de poder sobre um corpo biológico não apenas múltiplo, como também em constante movimento”. Depara-se com o crescimento da força de um Estado securitário, através de variadas táticas como a digitalização, os esquemas de espionagem geopolítica e industrial, a nanotecnologia, a comunicação e a genética de pontas. Uma das saídas agambenianas diante da dessubjetivação característica da contemporaneidade capitalista, marcada pela existência de seres humanos cada vez mais docilizados, fragilizados e neutralizados, é a reabilitação do uso comum daquilo que foi capturado e separado pelos dispositivos.

Diferentemente do que o senso comum ou o senso comum douto poderiam supor, as técnicas do panoptismo não foram simplesmente abandonadas por serem eventualmente consideradas obsoletas, mas aperfeiçoadas e incorporadas ao longo do tempo por novas tecnologias de poder. Em relação à economia política do agronegócio do dendê, a literatura crítica baseada em autores como McCarthy (2008, 2010), Li (2015), Bissonnette (2008, 2012,

⁴⁴ Agamben (2010, p. 32) se reportando a Xenofonte, designa *controle* como “uma atividade de gestão ordenada”, o que nos permite inferir, com base nas reflexões teóricas contidas no bojo deste trabalho, a ligação do conceito com os fundamentos presentes nas noções de governo, governamentalidade e economia política.

2013, 2016), Edelman e León (2013), Giraldo (2015), Sousa, R. B (2014), Sousa, C.F.M (2015), Vieira (2015), Silva (2015), Zambrano e Mondragón (2015), Alonso-Fradejas (2012, 2016), Sacramento (2016), Araújo (2016), evidencia a presença de dispositivos de vigilância e controle empregados por megaempreendimentos econômicos do dendê em face dos pequenos agricultores e agricultoras “integrados” e dos assalariados e assalariadas rurais, por meio do disciplinamento contínuo da força de trabalho visando enquadrá-la nos parâmetros de produção, produtividade e de uso da terra contidos nos pacotes tecnológicos das empresas.

A mesma utilização do controle como princípio motor das liberdades, mediante a criação de “dispositivos ‘liberógenos’ com o propósito de estimular liberdades, mas que provocam o efeito contrário, gerando crises no dispositivo geral de governamentalidade” (FOUCAULT, 2008c, p. 93) pode ser identificada analogamente em políticas governamentais de incentivo à produção de óleo de dendê tanto no Brasil como na Colômbia, regidas sob a perspectiva neoliberal de produção de *commodities* em larga escala.

No caso brasileiro, a despeito de não constar publicamente nos discursos oficiais, mas nos bastidores das práticas políticas locais, o dendê era considerado uma alternativa econômica de mercado para combater indiretamente o plantio de psicotrópicos no eixo Concórdia do Pará-Acará-São Domingos do Capim, um dos epicentros da produção desse cultivo ilícito no país. Em território colombiano, as disposições do Plano Colômbia preveem o combate ao narcotráfico e a substituição de cultivos ilícitos (*Erythroxylum coca* e *Cannabis sativa*) por *commodities* agrícolas dirigidas pelo agronegócio (dendê, cana-de-açúcar, soja), antecedidas por fumigações aéreas intoxicantes, conjugadas a ações militarizadas. Em ambas as situações, se depara com a incongruência entre a promessa de mais liberdade e a subordinação a mecanismos heterônimos de privação da autonomia dos sujeitos, deixados à mercê das flutuações do mercado e controlados por mecanismos próprios da subsunção do sujeito neuroeconômico descrito por Mbembe (2018).

O mercado é designado por Foucault como um regime de verdade à prática governamental. A título de esclarecimento, “o regime de veridicação não é uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos” (FOUCAULT, 2008b, p. 49-50). A verdade produzida no ambiente do mercado é uma “verdade econômica no interior da razão governamental”, resultado de uma construção social baseada nos princípios do *laissez-faire* formador do liberalismo, cujo dispositivo de poder-saber é a economia política.

O processo de formação dessa verdade construída pelos economistas liberais está centrado na liberdade dos preços, consoante os mecanismos naturais do mercado, os quais constituem um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são equivocadas (ibid., p. 44-5). De acordo com Foucault, “na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental” (ibid., p. 45). Assim se constitui o princípio de autolimitação do governo.

A transformação da jurisdição em verificação constitui-se como fio condutor estratégico do método filológico adotado por Foucault no conjunto de suas obras sobre os sistemas de pensamento, centrado na genealogia de regimes veridicionais. O próprio autor evidencia a aplicação desse modelo de análise em todos os objetos estudados por ele, tais como a loucura, a doença, a delinquência, a sexualidade, e por fim, o liberalismo, nos quais se evidencia uma articulação intrínseca entre direito e verdade, cuja manifestação privilegiada se apresenta nos discursos, “o discurso em que se formula o direito e em que se formula o que pode ser verdadeiro ou falso”. Destarte, a crítica foucautiana atua no sentido de “determinar em que condições e com quais efeitos se exerce uma verificação, isto é, mais uma vez um tipo de formulação do âmbito de certas regras de verificação e de falsificação” (ibid., p. 49-50).

A grande virada apreendida por Foucault no tocante ao liberalismo está relacionada à transformação do mercado, de um lugar de jurisdição em lugar de verificação. Se até o séc. XVII o mercado era caracterizado como um lugar de justiça, de proteção ao comprador, um lugar de justiça distributiva e de ausência de fraude, constituindo um lugar de jurisdição, a partir do séc. XVIII esta lógica é rompida, abrindo espaço para uma nova série de práticas erigida por um regime de verdade bem particular. A reconfiguração do mercado consistiu na obediência a supostas “leis naturais”, “espontâneas”, que o transformaram em um lugar de verdade, no qual as noções de justiça foram completamente obliteradas no processo de formação de preços no sistema de trocas (ibid., p. 42-45).

A irrupção do modelo jurisdicional e sua conseqüente substituição por um regime veridicional delimita a emergência de uma nova governamentalidade, ancorada numa relação bipolar: “o mercado como mecanismo das trocas e lugar de verificação no que concerne a relação valor/preço e a elaboração do poder público e a medida de suas intervenções indexadas ao princípio da utilidade” (ibid., p. 55). Troca para as riquezas e utilidade para o poder público são os dois polos responsáveis pela autolimitação da razão governamental, moldados pelo jogo

complexo da manipulação dos interesses individuais e coletivos, da disputa entre direitos fundamentais e liberdade dos governados (ibid., p. 60).

De acordo com Foucault (2008c), a nova governamentalidade denominada *liberalismo* possui três características fundamentais: verificação do mercado, limitação pelo cálculo da utilidade governamental e a Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação ao mercado mundial. Nesta nova arena de poder, “os europeus é que serão os jogadores, e o mundo, bem, o mundo será o que está em jogo. O jogo é na Europa, mas o que está em jogo é o mundo”, embora o autor não vincule explicitamente tal movimento ao colonialismo e ao imperialismo. Vão surgir vozes intelectuais, como a de Kant, argumentando que a forma por excelência de alcançar a “paz perpétua” será por meio da mundialização do comércio.

Respaldado por uma análise transdisciplinar abrangendo a história, a antropologia social e a economia, Polanyi (2012, p. 59) define o mercado com “um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda”. A origem dos mercados é milenar e subsistia em praticamente todos os sistemas econômicos das sociedades antigas, os quais eram conduzidos por princípios de reciprocidade, redistribuição ou domesticidade, ou de uma combinação dos três, onde se verificava o emprego de padrões de simetria, centralidade e autarquia, sem lugar proeminente para a questão do lucro. Na perspectiva do autor, diferentemente da psicologia econômica proposta por Adam Smith e seus sucessores⁴⁵ em relação ao *homo economicus*, rotulado como o ser humano naturalmente ambicioso e maximizador, a ideia de permuta, barganha ou troca só irá se efetivar mediante a instituição de uma economia de mercado, baseada na autorregulação.

Para Polanyi (2012) a criação de uma economia de mercado ocorre quando os membros da sociedade passam a mudar a motivação de sua ação, isto é, quando a motivação do lucro suplanta a lógica da subsistência. Segundo a acepção marxista, quando os valores de uso são transformados em valores de troca e posteriormente em valor (MARX, 2011). A monetarização das transações, a busca do lucro na esfera das trocas e a autorregulação dos preços praticados conformam a noção polanyiana de economia de mercado. Esse momento marca uma irrupção profunda na sociedade, produzindo uma reviravolta com consequências deletérias, pois, “em vez da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que passam a estar

⁴⁵ Polanyi cita nominalmente Herbert Spencer, liberal do séc. XIX, reconhecido por suas teses radicalmente contrárias à regulação estatal, a que Foucault chamou de “fobia do Estado”; Ludwig von Mises, teórico austro-americano, considerado um dos gurus do neoliberalismo; e Walter Lipmann, jornalista norte-americano, também considerado uma das principais referências do pensamento neoliberal forjado a partir da década de 1930.

embutidas no sistema econômico”. Ao processo gerador de tal desenraizamento o autor classifica como “moinho satânico”.

Sublinhando a coetaneidade entre o colonialismo, o modelo da *plantation* e a constituição do mercado enquanto mecanismo de trocas, Mbembe evidencia a maneira como o liberalismo sediado na Europa foi erigido às expensas do empreendimento escravocrata dos corpos negros racializados.

É verdade que, de um ponto de vista histórico, a emergência de instituições como a *plantation* e a colônia coincide com o longo período em que se esboça e, por fim, se afirma uma nova razão governamental no Ocidente. Trata-se da razão mercantil, que tem no mercado o mecanismo por excelência das trocas e o local privilegiado de verificação tanto da política quanto do valor e da utilidade das coisas em geral. A expansão do liberalismo como doutrina econômica e arte específica de governar foi financiada pelo comércio de escravos, num momento em que, submetidos a uma acirrada concorrência, os Estados europeus se esforçavam para ampliar seu poder e consideravam o resto do mundo sua propriedade e seu domínio econômico. (MBEMBE, 2018, p. 144-5)

Se na governamentalidade liberal a troca modulava a importância das coisas e as próprias ações do governo consoante o critério da utilidade, no neoliberalismo idealizado a partir da década de 1930 pelas Escolas de Viena, de Friburgo e de Chicago, herdado da economia neoclássica, a concorrência e a subjetividade se constituem como elementos centrais de uma nova razão de mundo, como assinalam Dardot e Laval (2016). Este é o ponto de partida para o entendimento de uma série de disposições, de práticas, de relações, de estratégias e táticas conformadoras da racionalidade neoliberal vigente.

Decerto, Foucault foi um dos principais autores que se dedicou a interpretar a tecnologia de poder neoliberal, notadamente nos cursos ministrados no Collège de France entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980. Com um método singular de análise calcado nas relações de poder, optou por se distanciar de abordagens institucionalistas, estruturalistas e/ou direcionadas à questão ideológica. Embora normalmente se aponte uma alegada descontinuidade teórica entre os cursos dedicados ao estudo do biopoder e da biopolítica com aqueles voltados à ontologia do sujeito, na realidade, se observa um sofisticado entrelaçamento epistemológico conduzido pelo autor ligando as duas faces da mesma moeda da governamentalidade contemporânea: o *governo dos outros*, inerente ao controle sócio-biológico da população; e o *governo de si*, centrado nas formas de subjetivação desencadeadas pela lógica dominante, através de uma pragmática de si.

Foucault centra suas reflexões no ordoliberalismo alemão e no anarcoliberalismo americano, dois modelos neoliberais criados a partir dos anos 1930, cujas configurações são marcadas por diferenças pontuais e por um quadro geral de complementaridades. Situados em contextos sociais diferentes, tais paradigmas foram fundamentais para a concepção e prática do

neoliberalismo como antítese do estatismo e do keynesianismo. Para o autor, os ordoliberais alemães foram responsáveis pela inversão da fórmula da governamentalidade: em contraposição a um mercado sob a vigilância do Estado, um Estado sob a vigilância do mercado (FOUCAULT, 2008c, p 159). Por outro lado, a despeito de usualmente se auto invocar como portadora da modernidade, a razão neoliberal “nada mais é que a reativação de velhas teorias econômicas já surradas” (ibid., p. 179).

Um dos elementos centrais introduzidos pelo neoliberalismo consiste na substituição do mecanismo das trocas pela lógica concorrencial como fundamento organizador da economia de mercado. O sistema baseado na troca implicava na existência de uma equivalência entre dois produtos ou valores. No entanto, no ambiente regido pela concorrência como princípio de formalização, a essencialidade do objetivo em questão não é a equivalência, mas a desigualdade (ibid., p. 161). Desta maneira, “a concorrência é um objetivo histórico da arte governamental, não é um dado natural a respeitar”, ou seja, é o corolário de condições sociais criadas para lhe dar retaguarda (ibid., p. 164).

a concorrência pura, que é a própria essência do mercado, só pode aparecer se for produzida e produzida por uma governamentalidade ativa. Vai se ter, portanto, uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência e da política governamental. O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a régua que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado (ibid., p. 165).

A citação de Foucault nesta passagem em *o Nascimento da Biopolítica* corrobora a tese defendida por Polanyi (2012), em relação à instituição do mercado como ideia reguladora na sociedade. Diferentemente do discurso naturalista evocado pelos neoliberais, o mercado contou com a decisiva intervenção do Estado para sua institucionalização, sendo, portanto, uma construção política. Esse é um dos principais pontos de discussão entre ordoliberais e os anarcoliberais. Como afirmam Dardot e Laval (2017), “construir o mercado é produzir normas”.

Os dois modelos neoliberais analisados por Foucault diferem basicamente quanto ao papel a ser desempenhado pelo Estado em assegurar as condições gerais de implementação da economia de mercado. Enquanto os ordoliberais alemães se fundamentam na teoria da *política de sociedade* (*Gesellschaftspolitik*) para atribuir ao dispositivo estatal a responsabilidade por garantir a instrumentalização da lógica concorrencial, os anarcoliberais norte-americanos defendem ferrenhamente o *laissez-faire* clássico, descartando qualquer tipo de interferência governamental. Sua principal ênfase é a extensão da concorrência a domínios não-econômicos, em conformidade com a teoria do capital humano.

Em sentido oposto às análises sociológicas e políticas comumente feitas a respeito do neoliberalismo, Foucault evidencia que a questão-chave dessa nova governamentalidade está situada em desvendar “como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata, portanto, de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado” (ibid., p. 181). Em seu ponto de vista, “o verdadeiro objetivo do liberalismo é uma formalização geral dos poderes do Estado e da organização da sociedade a partir de uma economia de mercado” (ibid., p.160).

Nascido como corolário das teorias econômicas formuladas pelas Escolas de Viena e de Friburgo, o ordoliberalismo surgiu alguns anos antes da deflagração da Segunda Guerra Mundial, reunindo duas correntes de pensamento: a primeira cuja ênfase era o quadro jurídico-político e a segunda com foco no quadro social. Para Foucault (2008c), essa clivagem se concretizou por meio da teoria da política de sociedade, por um lado, e do outro, pela formulação de uma política social singularmente ancorada no individualismo e na desigualdade.

O grupo dos institucionalistas defendia “a construção jurídica de um Estado de direito e de uma ordem de mercado, [...], onde a institucionalização da economia de mercado se concretizaria na forma de uma ‘constituente econômica’” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 111). Tal resultado seria a consequência de escolhas políticas e não por influência do naturalismo da metafísica schmithiana da “mão invisível”, de feição teológica, como revelara Agamben (2012). De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 102), para os ordoliberais “a ordem da concorrência, longe de ser uma ordem natural, deve ser constituída e regulada por meio de uma política ‘ordenadora’ ou de ‘ordenação’, por meio de um quadro institucional adequado”. De acordo com Foucault, a proposta de Eucken, um dos principais expoentes dessa vertente, enfatiza a vigilância permanente e ativa do governo neoliberal através de *ações reguladoras* (estabilidade de preços, obtida através do controle da inflação; política de crédito com taxas de desconto; redução moderada de impostos) e *ações ordenadoras*, as quais “têm por função intervir nas condições do mercado, mas nas condições mais fundamentais, mais estruturais e mais gerais” (FOUCAULT, 2008, p. 192). O mercado seria uma espécie de regulador econômico geral e a principal preocupação da intervenção evocada pelos ordoliberais estava centrada na preservação das condições da existência desse princípio normalizador, através dos mecanismos concorrenciais.

No tocante à agricultura, as propostas ordoliberais de Eucken abrangiam o controle da população rural, a disseminação de técnicas agrícolas e de instrumentos de aprendizagem e educação, o regime jurídico das terras e a disponibilidade de seu uso. Esse conjunto de

iniciativas visava inserir a agricultura na economia de mercado, subordinando-a aos mecanismos da dinâmica concorrencial, e conseqüentemente, moldando-a de acordo com o quadro geral do neoliberalismo, no qual o campo cumpre função estratégica, seja em face do controle do uso da terra, como da gestão da força de trabalho, necessários à acumulação do capital (ibid., p. 194-5).

De um modo geral, a política ordoliberal estava estruturada em seis princípios articulados entre si: a) estabilidade econômica; b) estabilidade monetária; c) mercados abertos; d) propriedade privada; e) liberdade de contratos; e f) responsabilidade dos agentes econômicos. O papel atribuído ao Estado seria o de “protetor supremo da concorrência e da estabilidade monetária, considerada um ‘direito fundamental do cidadão’⁴⁶” (ibid., p. 117).

A política social ordoliberal estava centrada na oposição ferrenha à planificação e aos instrumentos do Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*), considerados graves obstáculos à economia de mercado, por conterem medidas voltadas à correção dos efeitos perversos gerados pela guerra hobbesiana de *todos contra todos* do livre jogo concorrencial, como por exemplo, a transferência de renda para o atendimento de grupos sociais vulnerabilizados. Em sentido completamente antitético, o programa dos neoliberais alemães previa a desnecessidade de contrapesos ao sistema econômico, além de descartar a igualização social como objetivo governamental. Tal questão seria sanada automaticamente pelo mecanismo de preços, através de diferenciações e oscilações próprias da concorrência, as quais funcionam como técnicas de ajustamento da estrutura social (ibid., p. 195).

para os neoliberais, a igualização seria antieconômica, sendo assim uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir. A desigualdade e seus efeitos seriam uma espécie de regulador geral da sociedade. Portanto, nada de igualização e transferência de renda de uns para outros. O que propõem na realidade a transferência marginal de um máximo a um mínimo (ibid., p. 195-6).

Na visão defendida pelos ordoliberais, em vez da transferência de renda, a política social deveria possibilitar a “capitalização mais generalizada possível para todas as classes sociais”, através de instrumentos notadamente liberais como o seguro individual e mútuo, visando reforçar o ideário da propriedade privada. Tratar-se-ia de uma “política social individual”, em contraposição à uma política social socialista. Como apontara Foucault (2008c, p. 197-8), nesse regime “cada um deveria se virar por si”, numa lógica privatizante e individualista, com o apoio eventual em situações pontuais, sem interferências bruscas na dinâmica do jogo econômico.

⁴⁶ Um dos exemplos deste tipo de inspiração ordoliberal consiste na institucionalização da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que dispõe sobre a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, visando facilitar o livre exercício de atividades empresariais, consoante a vertente neoliberal do capitalismo em voga no Brasil.

Consoante a ótica neoliberal, “só há uma política social verdadeira e fundamental: o crescimento econômico”. Esta seria o alicerce original do neoliberalismo (ibid., p. 198).

Os principais fundamentos da política ordoliberal consistem na lógica concorrencial como reguladora das relações sociais, subordinando-a e intervindo em sua espessura quando for necessário para assegurar as condições gerais de funcionamento do mercado. Uma sociedade empresarial, formada pelo homem da empresa e da produção. Para Foucault, “é a multiplicação da forma-empresa no interior do corpo social que constitui [...] o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, e, por conseguinte da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (ibid., p. 203). A proliferação da criação de empresas numa sociedade subordinada a este modelo implica na intensificação de conflitos sociais, conjugada com a multiplicação de instituições judiciais como instâncias de arbitragem (ibid., p. 204).

De um modelo baseado na dinâmica concorrencial e na proliferação da forma-empresa se transmuta para um outro ancorado na subjetivação do *homo economicus*, do *self-made man*, “empreendedor de si mesmo”, átomo social incrustado na sociedade-empresa. Reconhecidamente marcado pela extensão da concorrência a domínios não-econômicos, o anarcoliberalismo americano é uma versão neoliberal forjada sob influência de expoentes da escola de pensamento austríaca, particularmente Von Mises e Hayek, e, posteriormente, da Escola de Chicago, liderada por Milton Friedman.

O anarcoliberalismo nasceu como antítese radical às políticas keynesianas do New Deal e a qualquer iniciativa eventualmente classificada como corolário da planificação estatal. Foucault argumenta que o liberalismo é o princípio fundador do Estado norte-americano, está em sua raiz desde a Revolução desencadeada no último quartel do séc. XVIII (ibid., p. 300). Para o autor, “o liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (ibid., p. 301).

Foucault atribui a Friedrich von Hayek o *insight* estratégico concernente à necessidade de o neoliberalismo construir utopias, de se constituir como um pensamento vivo capaz de modular a conduta dos seres humanos na relação com os outros e consigo mesmo, de disputar um espaço cognitivo até então exclusivamente ocupado pelos socialistas. Esse é o marco de uma arquitetura epistemológica, econômica, psicológica e subjetiva simultaneamente totalizante e individualizante, com a pretensão de abranger a universalidade dos âmbitos sociais, por intermédio da estruturação do sistema neoliberal como “estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação” (ibid., p. 301-2),

Um dos principais desdobramentos objetivos deste projeto de poder resultou na elaboração da teoria do capital humano, antítese da categoria *trabalho* utilizada como horizonte de análise desde os primórdios da economia política e considerada central nas teorias ricardiana e marxista. Contempla toda uma incursão da análise econômica para um domínio até então inexplorado, e, doravante, “a possibilidade de reinterpretar em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico (ibid., p. 302). Trata-se, porquanto, de analisar o comportamento humano sob a perspectiva econômica, focando na “programação estratégica da atividade dos indivíduos”, medindo sua efetividade em face da “alocação de recursos raros para fins concorrentes” (ibid., p. 307).

Para Foucault, o novo campo de estudos dos neoliberais passou a ser “a natureza e as consequências do que chamam de opções substituíveis, isto é, o estudo e a análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que são concorrentes, isto é, para fins que são alternativos, que não podem se superpor uns aos outros” (ibid., p. 306). O propósito da teoria do capital humano objetiva evidenciar qual cálculo estratégico guia esses comportamentos na hora de fazer a opção pela “alocação de recursos raros”, mediante o esmiuçamento detalhado do comportamento humano e de sua racionalidade interna.

O método sugerido pelos neoliberais através da teoria do capital humano consiste em situar o trabalho como “conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha”. Busca examinar qual o significado do trabalho, a forma como o trabalhador utiliza os recursos à sua disposição e a qual racionalidade está subordinada. Sob essa lógica, a vinculação do trabalho como princípio de racionalidade estratégica permite identificar de que maneira as diferenças qualitativas da atividade podem gerar efeitos econômicos (ibid., p. 307).

[...] no fundo, por que é que as pessoas trabalham? Trabalham, é claro, para ter um salário. Ora, o que é um salário? Um salário é simplesmente uma renda. Do ponto de vista do trabalhador, o salário não é o preço de venda da sua força de trabalho, é uma renda. E então os neoliberais americanos se referem à velha definição que data do início do século XX, de Irving Fisher, que dizia: O que é uma renda? Como se pode definir uma renda? Uma renda é simplesmente o produto ou o rendimento de um capital. E, inversamente, chamar-se-á "capital" tudo o que pode ser, de uma maneira ou de outra, uma fonte de renda futura". Por conseguinte, a partir daí, se se admite que o salário é uma renda, o salário é, portanto, a renda de um capital. Ora, qual é o capital de que o salário e a renda? Pois bem, é conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tomam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada. Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: é uma "máquina". E, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários. (ibid., p. 308, grifos do autor).

A análise de Foucault conclui então que a teoria do capital humano “não se trata de uma concepção da força de trabalho, mas de uma concepção do capital-competência, que recebe, em

função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si *mesmo*". Nesse ponto reside a convergência entre os vários modelos neoliberais concebidos sob a lógica concorrencial e o paradigma empresarial: "uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas" (ibid., p. 310).

A ressignificação do *homo economicus* transmutado em *self entrepreneur* pela teoria do capital humano intenciona capturar a alma do trabalhador, atingir o âmago de sua subjetividade, extrair o máximo de sua energia, reconfigurando completamente sua conduta. A subsunção do trabalhador ao capital passa a ser eufemizada por um novo léxico despolitizante, alienante e psicologicamente calculado, no qual o homem-empresa é o único responsável por seu sucesso e por seus infortúnios. Porém, as diferentes modalidades de condução das condutas operam na esfera do desejo. O ponto-chave da acumulação é eclipsado e o salário engendra "um capital humano, na medida em que, justamente, a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador" (ibid., p. 311-2).

Este novo capital é composto de elementos natos e inatos, determinado por fatores hereditários, biológicos e sociais, dentre os quais os contratos de casamentos e a posterior geração de filhos em função da ascendência genética como uma reserva econômica futura, os investimentos educacionais no capital simbólico dos filhos, o tempo dedicado pelos pais à criação dos filhos, os cuidados médicos voltados ao controle de patologias, a capacidade de mobilidade do sujeito humano no território, no qual o migrante destituído de suas condições elementares de subsistência é considerado um "investidor". Todas essas iniciativas guardam em sua essência a finalidade de "gerar capital humano" (ibid., p. 312-5).

O projeto de captura individualizante e totalizante do sujeito neoliberal reconfigura, inclusive, uma das questões cruciais para o processo de acumulação do capital: a queda tendencial da taxa de lucro, delineada por expoentes da economia política clássica como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Se na perspectiva crítica de Rosa Luxemburgo, o fenômeno seria revertido em consequência da expansão capitalista ilimitada intrínseca ao imperialismo, e na de Schumpeter, seria alcançável por intermédio da inovação permanente embutida na "destruição criadora", para os neoliberais essa inovação é o corolário da renda de um certo capital, o capital humano, isto é, o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem (ibid., p. 317-18).

Se na esfera da subjetividade a noção de capital humano é o dispositivo enformador da sociedade, no contexto atual, marcado por uma ordem discursiva calcada na bioeconomia, o conceito de capital natural é a nova aposta dos estrategistas neoliberais, conforme evidenciam

Lander (2008), Fairhead, Leach e Scoones (2012) e Moreno (2016). Trata-se de estabelecer mecanismos de precificação e valoração da natureza, submetendo-a aos fundamentos da racionalidade concorrencial do mercado. De acordo com Araújo (2016, p. 462), “o capital avança criando novos regimes de Natureza (capital natural) e novos regimes de subjetividade (capital humano)”. A governamentalidade bioeconômica do agronegócio do dendê está situada nessa engrenagem.

Influenciados pelo pensamento de Foucault e Lacan, os franceses Pierre Dardot e Christian Laval têm se destacado como grandes formuladores do pensamento crítico contemporâneo ante o neoliberalismo. Distanciando-se das abordagens marxistas convencionais, a principal ênfase de suas obras tem sido, por um lado, dissecar os fundamentos e agenciamentos empregados pela razão neoliberal para erigir uma singular realidade construída, e, por outro, a proposição de um programa alternativo visando irromper com o sistema vigente, instituindo uma nova governamentalidade calcada nos princípios do *comum*.

Consoante a argumentação dos autores, “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica; [...] não é a reabilitação pura e simples do *laissez-faire* como erroneamente se costuma atribuir. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 7). Tal definição agrega simultaneamente as críticas ao escopo das análises marxistas, polanyianas, deleuzianas, agambenianas e bourdieusianas, representando uma inflexão na forma de interpretação da razão neoliberal.

Seguindo as pistas do pensamento foucaultiano presentes especialmente no curso *Nascimento da Biopolítica*, Dardot e Laval consideram que “a façanha do neoliberalismo foi unir o *governo dos outros* e o *governo de si* de maneira singular, fazendo do governo de si o ponto de aplicação e o objetivo do governo dos outros. O efeito desse dispositivo foi, e ainda é, a produção do sujeito neoliberal, ou neossujeito” (ibid., p. 395). Esta articulação intrínseca entre gestão biopolítica da população e produção de novas formas de subjetivação constitui a questão fundamental do neoliberalismo.

O neoliberalismo produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas

mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade (ibid., p. 16, grifos do autor).

Considerando os múltiplos domínios sociais abrangidos pela ordem normativa neoliberal, os autores a definem como *uma nova razão de mundo*, porquanto alcança o planeta inteiro e ao mesmo tempo não se restringe apenas à esfera econômica, mas atinge a totalidade das dimensões da existência humana, em seus aspectos político, econômico, social, cultural e subjetivo (id.). Sob o esquema interpretativo em questão,

o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] trata-se de uma construção histórica e norma geral de vida” (ibid., p. 17).

O neoliberalismo contemporâneo é a síntese da lógica concorrencial e do modelo da empresa inaugurada pelos ordoliberalis alemães, conjugados com o neossujeito “empreendedor de si mesmo” idealizado pelos anarcoliberalis norte-americanos. Para Dardot e Laval, “precisamente, a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem ‘é governado’ à maneira como ele próprio ‘se governa’” (ibid., p. 333).

Os autores assinalam que “o traço fundamental da governamentalidade neoliberal é realizar a transformação de todas as relações sociais, portanto, da relação dos homens com as coisas”, de maneira totalizante e individualizante, tendo “como singularidade a tendência a submeter sistematicamente a reprodução social em todos os seus componentes – salarial, familiar, político, cultural, geracional, subjetivo – à reprodução ampliada do capital” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 143).

Do ponto de vista teórico, após imergir nas profundezas dos elementos constitutivos da racionalidade neoliberal, Dardot e Laval diferem da literatura marxista recente, notadamente de David Harvey, com respeito ao modelo de acumulação em curso na atualidade, caracterizado pelo geógrafo britânico como *despossessão*. Sob um outro horizonte de análise, os autores enfatizam que “não é tanto de *despossessão* como modo de acumulação específica que devemos falar, mas de produção contínua das condições sociais, culturais, políticas e subjetivas de ampliação da acumulação do capital, ou ainda o *dever-mundo* do capital por meio da governamentalidade neoliberal” (ibid., p. 144, grifo nosso).

Neste sentido, “o que o neoliberalismo favorece não é tanto uma ‘acumulação por despossessão’, mas uma acumulação por *subordinação* ampliada e aprofundada de todos os elementos da vida da população: consumo, transporte, lazer, uso dos espaços e do tempo, reprodução social e cultural, e por fim, as subjetividades” (idem, grifo dos autores). Trata-se,

portanto, de um dispositivo geral de dominação, cuja lógica totalizante é estendida implacavelmente a todas as dimensões da vida social, como Bauman (1999) havia mencionado em alusão à definição de Castoriadis sobre a “globalização”.

Seguindo essa linha, mas indo além de tal perspectiva, Mbembe (2018, p. 53) argumenta que “o capital não só não encerrou sua fase de acumulação primitiva, como sempre recorreu a *subsídios raciais* para executá-la”, como as marcas vivas irrefutáveis do colonialismo e do escravismo fazem prova. O controle repressor da força de trabalho (VELHO, 1979) e o trabalho cativo no agronegócio do dendê (MCCARTHY, 2010; LI, 2015; BISSONNETTE, 2012, 2013, 2016) são exemplos da perdurabilidade de mecanismos violentos em processos de acumulação e apropriação filiados à necroeconomia neoliberal condutora do modelo da grande plantação.

O *cosmocapitalismo* atual, como o designam Dardot e Laval (2017, p. 12) se manifesta por meio da “submissão da esfera do trabalho, das instituições, das atividades, dos tempos de vida a uma lógica normativa geral, que os remodela e reorienta em consonância com os ritmos e objetivos da acumulação do capital”. Essa governamentalidade neoliberal consiste numa época em que “o tempo curto se presta a ser convertido em força reprodutiva na formação do dinheiro”, e é moldada por mecanismos de “produção da indiferença, a paranoica codificação da vida social em normas, categorias e números, quanto por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais” (MBEMBE, 2018, p. 15).

Sob o atual estágio da religião animista do capital, designada por Mbembe (2020a) como *Brutalismo*, nada escapa ao cálculo e já não há mais direitos duráveis. Este se caracteriza pela fusão entre o corpo humano e o corpo tecnológico, consoante “a imbricação de diferentes figuras da razão: a razão econômica e instrumental, a razão eletrônica e digital, a razão neurológica e biológica. Repousa na profunda convicção de que não há mais distinção entre o vivente e as máquinas”⁴⁷. Para Mbembe (2020c), a humanidade está na iminência de uma ruptura sem precedentes, diante da escalada tecnológica irreversível, marcada pela conversão da produção material em produção digital e a transmutação da economia em neurobiologia, cujos efeitos colocam em risco o próprio estatuto antropológico dos viventes. Entrementes, o racismo continua a ser o elemento-chave a mover a maquinaria neoliberal.

Para Dardot e Laval (2016), a tecnologia de poder neoliberal se organiza a partir de um conjunto de dispositivos que engendram transformações profundas no ambiente social e na esfera subjetiva dos indivíduos, não deixando escapar de sua “jaula de aço” rigorosamente nenhum âmbito ou conduta humana.

⁴⁷ Cf. a análise da Prof. Dra. Ana Kiffer, da PUC-Rio, divulgada no canal da Prof. Dra. Tatiana Roque, disponível no link: < <https://www.youtube.com/watch?v=xWNf5NOLks0>>. Acesso em: 25.jul.2020.

Nos campos simbólico e epistêmico se evidencia uma unificação lexical homogeneizante, agregando noções provenientes dos dois pilares da ordem neoliberal: da lógica concorrencial e da empresa de si mesmo. Globalização, governança corporativa e estatal, governo empresarial, nova gestão pública, *accountability*, *compliance*, *empowerment*, gestão participativa, gestão por competências, capital humano, capital natural, competitividade, comportamento organizacional, dentre outros, conformam o corolário discursivo instituído como regime de verdade e sacralizado como verdade incontornável. Em relação ao *management*, por exemplo, Dardot e Laval o consideram “um discurso ferrenho que usa palavras de veludo. Sua eficácia se deve à racionalização lexical, metodológica, relacional, na qual o sujeito é intimado a entrar” (ibid., p. 345).

Nas esferas institucional e política, o paradigma do governo empresarial, do Estado-empresa ancorado na governança como seu principal referente estratégico, é atualmente um dos elementos centrais responsáveis por assegurar as condições objetivas da dinâmica de acumulação do capital, por meio da subordinação total e irrestrita. Sob indução de agências multilaterais encarregadas da difusão da disciplina neoliberal, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, a polissêmica noção de governança tem sido empregada “como panaceia para se referir à condução das empresas, à condução dos Estados, e por fim, à condução do mundo”, enquanto transmissora da “norma da concorrência generalizada” (ibid., p. 275-6). A este ideário estão atreladas as noções de *accountability*⁴⁸ e mais recentemente, *compliance*⁴⁹, o modismo da vez na teoria administrativa.

De acordo com Dardot e Laval, sob a égide do governo empresarial “o Estado outorga ao setor privado a capacidade de produzir normas de autorregulação no lugar da lei”. Diferentemente do que normalmente é evocado quando se supõe uma ausência, “o Estado não se retira, mas curva-se às novas condições que contribuiu para instaurar”, ou seja, é uma relação de abandono paradoxal e estrategicamente calculada. Em resumo, “o Estado concorrencial não é o Estado ‘árbitro de interesses’, mas o Estado ‘parceiro’ dos interesses oligopolistas na guerra econômica mundial” (ibid., p. 278-83). As normas de autorregulação criadas pelas próprias empresas com a aquiescência do governo são fartamente encontradas nos processos de

⁴⁸ Na tradução literal, a palavra significa responsabilidade. Esta noção está atrelada à ideia do governo empresarial, de modo que “a responsabilidade não é considerada uma faculdade adquirida de uma vez por todas, mas vista como o resultado de uma interiorização de coerções. O indivíduo deve governar-se a partir de dentro por uma racionalização técnica de sua relação consigo mesmo”, tornando-se um homem *accountable* (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 350).

⁴⁹ O *compliance* é uma técnica de gestão corporativa, visando implementar boas práticas de condução, administração e controle gerencial de grupos empresariais, calculadas e avaliadas em função da *conformidade* dos atos praticados. O significado literal da palavra na língua portuguesa é exatamente “conformidade”.

licenciamento ambiental de megaempreendimentos econômicos na Amazônia, especialmente nas áreas de produção de energia, mineração, infraestrutura e logística e agronegócio. A responsabilidade por fiscalizar o cumprimento efetivo das condicionantes sociais e ambientais fica a cargo do agente privado, por meio de automonitoramento, como ocorre, por exemplo, em relação aos megaempreendimentos agroindustriais da *Brasil Biofuels* (ex-Biopalma) e da Agropalma, no Alto Acará, Pará.

A *nova gestão pública* preconizada pela governamentalidade neoliberal ressemantiza os agentes sociais como “clientes” e a ação pública como “serviços”, além de promover a “homogeneização do léxico utilizado”, implicando na redução do agente público ao ‘ethos’ do *homo economicus* de Smith e Taylor, interesseiro e egoísta (ibid., p. 312). Uma inflexão radical promovida por um modelo gerencial baseado em objetivos, avaliação, sanção, no qual a concorrência e o espírito de empresa são as questões-chave. Valendo-se de um novo paradigma administrativo, em certa medida com traços herdados do spencerismo e da teoria weberiana, o Estado passa a ser compreendido como “uma empresa a serviço das empresas”. É por meio dessa mudança estrutural da razão de Estado “que se pode apreender melhor a nova articulação entre a norma mundial da concorrência e a arte neoliberal de governar os indivíduos” (ibid., p. 288-301). Com efeito, cria-se uma zona de indiscernibilidade entre o público e o privado, tornando-se quase impraticável distinguir com exatidão o ponto onde termina um e começa o outro.

Quanto à dimensão subjetiva, as táticas e estratégias empregadas pelo neoliberalismo implicam na subsunção total da subjetividade pelas técnicas do governo de si, mediante uma articulação intrínseca entre psicologia⁵⁰ e economia, entre ciência e capitalismo. A transformação da esfera psíquica do ser humano nos primórdios da industrialização, por meio do *dispositivo de eficácia* objetivado através do disciplinamento e da docilização dos corpos cartografados por Foucault, engendrou o *homem benthamiano*, indivíduo calculador e trabalhador produtivo, controlável permanentemente por mecanismos de vigilância, como o panóptico. Surgiu então uma economia humana centrada nos prazeres e nas dores. No entanto, a nova tecnologia de poder neoliberal resultou na construção social de um novo sujeito: o *homem-empresa*, o sujeito empresarial, o homem competitivo, “inteiramente imerso na

⁵⁰ Consoante uma abordagem teórica alinhada ao *mainstream* econômico, Robbins (2005, p. 8) pontua que “inicialmente, os psicólogos organizacionais e industriais estudavam os problemas de fadiga, falta de entusiasmo e outros fatores relevantes para as condições de trabalho que poderiam impedir um desempenho eficiente. Mais recentemente, sua contribuição se expandiu para incluir estudos sobre aprendizagem, percepção, personalidade, emoções, treinamento, eficácia de liderança, necessidades e forças motivacionais, satisfação com o trabalho, processo de tomada de decisões, avaliação de desempenho, mensuração de atitudes, técnicas de seleção de pessoal, planejamento do trabalho e estresse profissional”.

competição mundial” (ibid., p. 322). Para os autores a centralidade da questão não está localizada no adestramento dos corpos, mas na gestão das mentes.

Na tecnologia de poder neoliberal, o neossujeito, *empreendedor de si mesmo*, se caracteriza não como objeto passivo, mas como um sujeito ativo, sob influência das disposições do desejo.

o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. As novas técnicas da “empresa pessoal” chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo. Nesse sentido, a gestão moderna é um governo “lacaniano”: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder se torne o Outro do sujeito. A construção de figuras tutelares do mercado, da empresa e do dinheiro tende exatamente a isso. Mas é isso sobretudo que se consegue com as técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo (ibid., 2016, p. 327-8).

Moldado por uma multiplicidade de disposições de ordem simbólica, de mecanismos de auto coerção e autoculpabilização, o sujeito neoliberal está inexoravelmente subordinado à uma lógica de guerra, de competição permanente, sempre em busca de um grau a mais de produtividade, eficiência e excelência. Neste regime, as contradições imanentes à acumulação capitalista são completamente eclipsadas, prevalecendo uma forma de dominação perversa em que o sucesso ou o eventual fracasso do desempenho individual são atribuídos exclusivamente aos sujeitos, jamais podendo ser associados a causas externas, como crises sociais ou a desigualdades abissais geradas pela vertente neoliberal do capitalismo. Conduzido pela lógica concorrencial e pelas prescrições do capital humano, consoante a ideia das “competências”, o trabalhador plasmado pelo neoliberalismo é uma “entidade em competição”, um sujeito ontologicamente formado por dois rostos: “o rosto triunfante do sucesso sem pudor e o rosto deprimido do fracasso diante dos processos incontroláveis e das técnicas de normalização” (ibid., p. 341-74).

As formas atuais de ultrasubjetivação neoliberal, ancoradas na relação bipolar entre *desempenho/gozo*, ao mesmo tempo em que instigam o trabalhador a perseguir continuamente a superação individual de padrões de desempenho cada vez mais exigentes, o tornam vulnerável a uma série de patologias envolvendo sua esfera psíquica, tais como sofrimento no trabalho e autonomia contrariada, corrosão da personalidade, desmoralização, depressão generalizada, dessimbolização e perversão comum. Destarte, “oscilando entre depressão e perversão, o

neossujeito é condenado a ser duplo: mestre em desempenhos admiráveis e objeto de gozo descartável” (ibid., p. 374).

Da mesma forma que a filantropia do século XVIII acompanhava a implantação das novas tecnologias de poder com uma música suave, os propósitos humanistas e hedonistas da gestão moderna dos homens acompanham a implantação de técnicas que visam a produzir formas mais eficazes de sujeição. Estas, por mais novas que sejam, têm a marca da mais inflexível e mais clássica das violências sociais típicas do capitalismo: a tendência a transformar o trabalhador em uma simples mercadoria [...] isso não significa que a neogestão não seja novidade e o capitalismo no fundo seja sempre o mesmo. Ao contrário, a grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e mais perenes” (ibid., p. 328-9).

De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 330), tudo leva a crer que “nós não saímos da ‘jaula de aço’ da economia capitalista a que se referia Weber. Em certos aspectos, seria melhor dizer que cada indivíduo é obrigado a construir [e reconstruir], por conta própria, sua ‘jaula de aço’ individual” todos os dias, ininterruptamente. Na mesma linha de raciocínio, os autores assinalam o quanto “é mais fácil sair de uma prisão do que de uma racionalidade, porque isso significa livrar-se de um sistema de normas instaurado por meio de todo um trabalho de interiorização. Isso vale em particular para a racionalidade neoliberal, na medida em que esta tende a trancar o sujeito na pequena ‘jaula de aço’ que ele próprio construiu para si” (ibid., p. 396). Este vergamento não ocorreu por mera obra do acaso, mas sim como corolário de múltiplas técnicas de poder aplicadas nos corpos individuais e coletivo, como Foucault o havia apontado.

Diante de tamanho grau de complexidade das relações de poder exercidas pela governamentalidade neoliberal, a questão central que se apresenta é como resistir e construir uma nova arte de governo. A propósito, no final do curso de 1977-1978, Foucault recomendara analisar e identificar as *contracondutas*, ou seja, os movimentos de resistência correlativos à governamentalidade liberal e, no caso em questão, ao neoliberalismo. No ano anterior, o autor já havia referido em *História da Sexualidade: Vontade de Saber* que “onde há poder há resistências”. As contracondutas se opõem às condutas normalizadas pela tecnologia de poder hegemônica, às disposições prescritas pela ordem estabelecida.

Para Foucault (2008b), três tipos de contracondutas foram fundamentais para possibilitar o declínio da e o nascimento da governamentalidade liberal: a) a afirmação de uma escatologia em que a sociedade civil prevalecerá sobre o Estado; b) o direito à revolta, à sedição (insurreição), à ruptura de todos os sentidos vínculos de obediência. Isto é, o direito à revolução por parte da população; c) a nação inteira como detentora da verdade, em oposição ao monopólio da verdade do Estado.

Retomando tal perspectiva teórica, Dardot e Laval (2016) propõem que a resistência ao neoliberalismo deve se pautar pela constituição de novas práticas de subjetivação, engendradas no escopo das contracondutas à razão neoliberal, as quais passam necessariamente pela reabilitação da ideia do comum.

À subjetivação-sujeição constituída pela ultrassubjetivação, devemos opor uma subjetivação INSERIR DALAR pelas contracondutas; à governamentalidade neoliberal como maneira específica de conduzir a conduta dos outros, devemos opor, portanto, uma dupla recusa: a recusa de se conduzir em relação a si mesmo como uma empresa de si e a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência” (ibid., p. 400).

No entanto, nas últimas páginas do livro *Comum: ensaio sobre a revolução do séc. XXI*, embora considerem pertinente o uso desta categoria foucaultiana, os autores ressalvam os limites contidos na referência às contracondutas, consideradas insuficientes diante da necessidade de superação da razão neoliberal. Propõem como saída a elaboração de um projeto revolucionário de transformação radical da sociedade, centrada no autogoverno do comum (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 614).

Esses processos de resistência perpassam pela valorização das memórias sociais, conjugada à luta pela restituição dos territórios étnicos violentamente usurpados pela *plantation* do dendê, como se pode evidenciar nas falas de quilombolas do Alto Acará. De acordo com tais narrativas, construir o *em comum* pressupõe fundamentalmente a ruptura com processos heterônimos de privação das liberdades, de atrofia e sufocamento da cultura, que ao longo do tempo têm resultado, inclusive, na violação de lugares sagrados, como os cemitérios onde estão sepultados os antepassados.

a importância desses cemitérios, ela é tão grande quanto a importância do território pra nós. É o que faz parte da nossa vida, que faz parte da nossa história e, assim, o pessoal das comunidades, todas as reuniões que a gente tem, relatam, reivindicam, questionam, a questão dos cemitérios, porque são pontos fundamentais pra nós. A gente sabe, o que fere a gente, a gente sabe o que doi, a gente sabe dizer onde doi, o fato de não poder nos dias de acender vela, a gente não pode, nos dias de celebração, a gente não pode, ou seja, a nossa tradição ela tá sendo enterrada pelo fato de nós não ter acesso à nossa cultura. Não ter a liberdade de acesso pras nossas culturas. Tudo pra nós é muito difícil e, vejo assim, a cada dia que passa, a nossa história, a nossa cultura, ela tão se acabando pelo fato das pessoas, ou o Estado, tomarem esse tipo de decisão e tirar o nosso direito. Isso pra nós é tudo, é a nossa história. O homem não vive sem história, tem que ter uma história, dependendo de ser ele quem for, ele tem história, ele tem religião, ele tem a cultura, e a nossa cultura, a nossa religião, a nossa história é isso. Isso faz parte da nossa vida, isso significa tudo pra nós (Sr. J., quilombola do Alto Acará/Balsa, janeiro 2021).

A gente não pode viver coagido num lugar desse, não tem como viver sem liberdade, a palavra é liberdade! (Sr. M., quilombola Alto Acará/Balsa, novembro de 2019).

3 NECROSABER: CAMPO INVESTIGATIVO A PROPÓSITO DA DENDEICULTURA

Do mesmo modo em que Foucault (2014, p. 67) sublinha os vínculos inextricáveis entre o saber e o poder, argumentando inexistir “relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”, sustento analogamente os estreitos laços entre o *necropoder* enquanto concatenação de tecnologias políticas de eliminação dos indesejáveis e o *necrosaber* objetivado na constituição de regimes de verdade cujos efeitos resultam na produção de “mundos de morte” (MBEMBE, 2017). O elemento-chave desta conjugação é o racismo, argamassa fundante da modernidade, da violência colonial e das cesuras introduzidas pela razão neoliberal.

Convém esclarecer se tratar de um neologismo, de uma expressão nova decorrente de certa insuficiência teórica empregada com o intuito de descrever um campo de relações presente em domínios do saber conformadores da divisão do trabalho intelectual, que se propõem a produzir esquemas interpretativos e representações sobre o mundo social. Do ponto de vista epistêmico, o necrosaber se inscreve como *autopoiese*, ou seja, produz a si próprio em razão de si mesmo, engendrando relações e práticas constitutivas de sua associação indivisível com as

distintas formas de manifestação do necropoder consumadas em fenômenos mórbidos específicos.

A grade analítica do necrosaber possibilita trazer à tona os elementos fundantes da instituição do regime da grande plantação, atualmente eufemizado como agricultura comoditizada e integrada a mercados, em política da verdade. A despeito de se referirem a diferentes contingências históricas, a *plantation* colonial e as novas *plantations* guardam vários elementos em comum, dentre estes, a fantasmagórica autoimagem de sinonímia da modernidade e da eficiência, coextensiva a nomeação das vozes insubmissas como representação do arcaico, consoante uma efusão narcísica que corresponde ao verbo ferir (MBEMBE, 2018). Do mesmo modo se invoca certa ideia de razão outrora balizada em domínios do saber funcionais aos imperativos da economia política clássica e hodiernamente imbricada na noção de bioeconomia.

Conjugado à violência atemporal intrínseca aos empreendimentos colonial e neocolonial, o necrosaber produz incitações, institui regimes de classificação, delimita as condições de possibilidade de seu exercício e estimula processos de subjetivação visando moldar corpos e condutas em conformidade com a racionalidade neoliberal vigente. Nesse sentido, a cultura, entendida como o “conjunto dos comportamentos motores e mentais nascidos do encontro do ser humano com a natureza e com o seu semelhante” (FANON, 1980, p. 37), em cujo espectro se localiza o conhecimento sistematizado traduzido em tecnociências e novas ciências da complexidade (CASANOVA, 2017), cumpre papel determinante. Historicamente o conhecimento sistematizado se encarregou de realizar descrições, elaborar representações e validar uma certa noção de universalidade advinda do pensamento eurocêntrico⁵¹. Tomo emprestada a formulação de Mbembe (2018, p. 103) para designar o universal como “o nome que se dá à violência dos vencedores das guerras que são naturalmente conflitos de predação. Mas estes conflitos de predação são também, e antes de mais, conflitos onto-históricos, uma vez que neles se joga uma história na verdade destinada”.

A concretude do necrosaber se materializa na exposição à morte de determinados grupos sociais rotulados como ineficientes, improdutivos, refratários ao “admirável mundo Novo”

⁵¹ Analisando vários textos que evidenciam as contradições da filosofia iluminista em relação ao negro, considerado “um duplo de negações do branco”, Migliavacca (2020) sublinha que sob a perspectiva eurocêntrica encarnada nos fundamentos do sistema colonial, “o branco encarnaria a universalidade daquilo que é humano”. Consoante esta visão racializada, o negro seria incapaz de se libertar de sua animalidade (MBEMBE, 2018). Buck-Morss (2013) dissecou com acuidade essas relações em *Hegel e o Haiti*. Sobre o artigo citado recomenda ver: <<https://estadodaarte.estadao.com.br/a-terra-pertence-aos-vivos-3-22/>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

propalado pelos enfoques evolucionistas do “desenvolvimento”, da “modernização” e agora da “bioeconomia”. Sob tal esquema interpretativo, aos “condenados da Terra”, despojados de sua humanidade, caberia reordenar suas condutas integrando-se à economia de mercado (na situação concreta, às novas *plantations*), ou, caso contrário, suportar os efeitos indesejáveis de sua recusa.

A centralidade da tese reside exatamente no delineamento deste *necrosaber* presente no campo investigado, cuja positividade ordena representações, conceitos, disposições e práticas. Questiona-se acerca das relações sociais que o envolvem, os agentes situados nesta arena e os traços constitutivos de sua transformação em um lugar de verificação, ou seja, em uma política da verdade. Os aportes teóricos da biopolítica, da sociogenia e da necropolítica, ancorados em Michel Foucault, Thomas Lemke, Franz Fanon e Achille Mbembe, permitem analisar sociologicamente as condições de possibilidade de um feixe de relações, assim como possibilitam interpretar estruturas políticas e ideológicas, em consonância com uma postura intelectual crítica e reflexiva.

Com base na literatura consultada e em observações empíricas empreendidas nos últimos anos, a tese sugere que o *necrosaber* é suscetível de manifestação em distintos domínios do conhecimento, seja no âmbito das ciências exatas ou das ciências humanas, das tecnociências e das novas ciências. A emergência dessas representações e práticas ocorre quando conhecimentos e saberes se transmutam em tecnociências e/ou novas ciências alinhadas a determinada economia política presente no mundo social, sob a forma de regimes de verdade balizados em diferentes modalidades de manifestação do racismo.

3.1 PLANTATION: O GERME DA MODERNIDADE E DOS NECROSABERES DA DENDEICULTURA

O nascimento do *necrosaber* está ligado a *plantation* colonial advinda de um regime de verdade fundado na racionalidade confiada à “missão civilizadora do homem branco” (SHIVA, 1998), os quais derivam do evolucionismo, do eurocentrismo e do etnocentrismo, articulado a noção de bioeconomia descrita por Mbembe (2018), consoante a gestão dos corpos racializados visando a maximização de utilidades da economia. Portanto, está atrelada aos elementos constitutivos da modernidade, repetidos à exaustão por meio de uma circularidade discursiva dantesca.

En las primeras fases de la colonización, la carga del hombre blanco consistía en la necesidad de “civilizar” a los pueblos de color del mundo. Sin embargo, eso comportaba privarle de sus recursos y sus derechos. En la última fase de la

colonización, la carga del hombre blanco consistía en la necesidad de “desarrollar” al Tercer Mundo, y esto suponía nuevamente privatizar a las comunidades locales de sus recursos y derechos. Ahora nos hallamos en el umbral de la tercera fase de la colonización, en la que la carga del hombre blanco consiste en proteger el medio ambiente, sobre todo el medio ambiente del Tercer Mundo, y esto también supone tomar en control de los recursos y derechos. (SHIVA, 1998, p. 156).

Os fundamentos do modelo da grande plantação preconizam a produção homogênea direcionada à exportação em áreas contínuas sob a forma de latifúndios, com grande concentração da posse/propriedade terra e imposição de um sistema repressor da força de trabalho, correlatos a organização racional de uma desumanização, própria do empreendimento colonial (FANON, 2008). Nesse sentido, a *plantation* não se caracteriza tão somente enquanto unidade física, mas como constelação de relações sociais ancoradas na raça e no racismo, como sublinha Mbembe (2018). Machado Araújo (2020⁵²) a descreve de maneira cristalina.

a plantação não é somente uma forma de agricultura, é uma instituição social e política que está na matriz geradora e na formação social das Américas e do sistema- mundo contemporâneo. O regime de plantação é um regime de relações sociais baseado na dominação e na exploração da terra e dos corpos despossuídos da terra. A plantação é monocultivo, é erosão e expulsão da diversidade biológica e agrícola necessárias para o sustento da vida.

A *plantation* é o corolário da aplicação de diferentes tipos de necrosaberes irmanados na construção de representações etnocêntricas balizadoras do projeto moderno-colonial. Como sublinha Machado Araújo (2020), “o sistema da grande plantação é uma invenção propriamente colonial” ancorada em discursos erigidos pela razão imperial. Para assegurar o controle das possessões de terras obtidas à base da força das armas e da religião, foi necessário agregar uma outra tecnologia de poder objetivada na elaboração de mapas e cartas náuticas e na construção de um regime *bioeconômico* caracterizado pelo monocultivo em larga escala conjugado a dispositivos raciais, ao qual se convencionou denominar “agricultura racionalmente planejada”. Consiste em um regime de extração, mas também de predação e exploração.

Agronomia e cartografia foram convocadas para estabelecer as condições de possibilidade da *plantation*, cimentando argumentos repisados em distintas contingências, consoante uma ordem discursiva monótona, narcísica e circular. Dois domínios do saber convergentes com o projeto bioeconômico de ontem e do agora. Aludindo acerca do *plantationceno*, Haraway (2020) argumenta que

A plantação era precisamente a conjuntura entre simplificações ecológicas, a disciplina das plantas em particular e a disciplina dos humanos para trabalhar com

⁵² Cf. MACHADO ARAÚZ, H. Cartografias sociais y cambio climático. In: *Seminario Internacional Nueva Cartografía Social, Pueblos, Políticas y Territorios*. Santa Marta: Universidad del Magdalena, 18 agosto 2020. 1 vídeo (5 h:38 m:44 seg). [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntropologiaUnimag/videos/vb.318609848793622/617334365838795/?type=2&theater>. Acesso em: 20.ago.2020. Facultad de Humanidades, Programa de Antropología.

elas. Esse legado, que acho que está muito conosco hoje, é tão naturalizado que muitas pessoas acreditam ser esse o significado do termo agricultura; esquecemos que existem outras maneiras de cultivar. A plantação nos leva a essa conjuntura disciplina de pessoas/disciplina de plantas [...] então, quando penso sobre a questão, o que é uma plantação, alguma combinação dessas coisas me parece estar quase sempre presente em um período de 500 anos: simplificação radical; substituição de povos, colheitas, micróbios e formas de vida; trabalho forçado; e, crucialmente, a desordem dos tempos de geração entre as espécies, incluindo os seres humanos.

Outra referência no estudo das *plantations*, a antropóloga Anna Tsing traça as conexões com o próprio nascimento da chamada modernidade. Segundo a autora,

Essa fórmula moldou um sonho que passamos a chamar de modernidade. Mesmo agora, vemos um traço da plantation em condições que consideramos modernas. A modernidade é, entre outras coisas, o triunfo da destreza técnica sobre a natureza. Este triunfo requer que a natureza seja limpa de relações sociais transformadoras; caso contrário, esta não poderia ser a matéria-prima da *techné*? A *plantation* mostra como é preciso criar *terra nullius*⁵³, a natureza sem reivindicações emaranhadas. Os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos, devem ser extintos; refazer a paisagem é uma maneira de se livrar deles. Então, trabalhadores e plantas exóticas (ou outros elementos do projeto) podem ser trazidos, projetados para alienação e controle: *nonsoels*.⁵⁴ Tanto o trabalho quanto a natureza estão próximos de serem autossuficientes e intercambiáveis em relação ao projeto desenhado sob essas condições e, portanto, o projeto está pronto para expansão.” (p. 186).

A cartografia buscou oferecer os instrumentos técnicos necessários à efetivação da apropriação territorial, não apenas por intermédio da confecção de cartas urdidas por ocasião de expedições realizadas às colônias de exploração e/ou de povoamento, mas também mediante o desenvolvimento das bases de uma tecnociência estrategicamente funcional aos propósitos do colonialismo. Com efeito, o ato de zonear nasce como sinônimo de dominação e depleção, exogenia e devoração. O mapeamento de recursos para fins de aproveitamento econômico coincide com o estabelecimento de *zonas de não-ser*, nas quais a circulação é restringida e os corpos racializados submetidos a rígidos padrões de confinamento necropolítico.

De modo geral, a “ciência das *plantations*”, assim designada por Tsing (2019, p. 59),

nos ensina a trabalhar pelo controle total de nossas plantas e colheitas. Administradores e especialistas, trabalhando juntos, devem ser capazes de manipular humanos e não humanos relevantes [...] na ciência das *plantations*, a *expertise* e a administração trabalham juntas. Os cultivadores nunca são solicitados a comentar sobre suas colheitas. Na ciência das *plantations*, o bem-estar é uma fórmula calculada a partir de cima; o dano colateral é esperado, e ninguém pára para perguntar: “Bem-estar para quem?” Na ciência das *plantations*, especialistas e objetos são separados pela vontade de poder; o amor não flui entre o especialista e o objeto.” (ibid., p. 59).

⁵³ Termo jurídico advindo do direito romano que significa “terra de ninguém”, reiteradamente utilizado pelos colonizadores para justificar a dominação de territórios considerados “vazios” e destituídos de humanidade.

⁵⁴ De acordo com a nota dos editores, “Tsing escreve sobre o uso de escravos, trabalhadores e não humanos como “*nonsoels*” — entendido aqui como um neologismo para não social -, como elementos de design feitos para expansão sem mudança. Esse tipo de trabalho supostamente evitou relacionamentos transformadores e, portanto, não poderia atrapalhar o design original”. Nas palavras da autora, correspondem a “formas de paisagem não sociais padronizadas e segregadas, que mostravam como a escalabilidade poderia funcionar para gerar lucro (e progresso)” (TSING, op. cit, p. 103).

No tocante à *plantation* do dendê, a despeito de as hipóteses convencionalmente reproduzidas associarem a chegada das primeiras sementes de dendezeiros ao Brasil aos negros da diáspora, que as teriam trazido com o propósito de utilizar como alimento durante a travessia do Atlântico, essa suposição parece improvável e destituída de conexão com a realidade, pois as condições de captura, confinamento e terror implicaram em fraturas sem precedentes, inexistindo, portanto, qualquer resquício de benevolência dos traficantes de escravos para com suas vítimas. Visava-se não apenas de transformar seres humanos em mercadorias, mas destruir os fundamentos de sua resistência ontológica. Em suma, era preciso desumanizá-los por completo, e isso abrangia também a cultura e os saberes.

A despeito do azeite de dendê estar intrinsecamente ligado à cultura dos povos africanos, como evidencio em outra seção desta tese, a introdução de sementes de dendezeiros em solo brasileiro no século XVI não pode ser naturalizada como mero evento resultante da suposta transigência dos escravocratas em relação aos negros escravizados. O uso como alimento durante o tenebroso cruzamento atlântico estava atrelado à servidão por dívida e resulta de uma decisão unilateral dos mercadores de escravos em oferecer condições mínimas de subsistência a seus “investimentos”, dispondo a estes em condições degradantes uma fonte proteica abundante na natureza e sem qualquer custo adicional aos negócios coloniais. Assim, essa decisão se inscreve enquanto ato político adstrito à necroeconomia da *plantation*. Em outras palavras, o dendê chegou às Américas encharcado no sangue dos corpos negros.

Viotti (2019, p. 10) menciona um excerto contido no Relatório enviado entre 1643 e 1644 pelo neerlandês Pieter Moontamer, diretor da Companhia das Índias Ocidentais em Luanda, a seus conterrâneos, no qual descreve a alimentação fornecida pelos portugueses aos negros escravizados e transportados ao Brasil.

duas vezes por dia [os portugueses] cozinham para os seus escravos alimentos quentes, quer feijão africano quer milho, tudo bem tenro e bem cozido, a que misturam uma grande colherada de azeite de palma e um pouco de sal”. E havia mais: “por vezes, juntam-lhe, em cada gamela, um grande peixe seco. Durante o dia, dão sempre um pouco de mandioca e água em abundância” (Relatório, 1975: 359)

Os dendezaís classificados como “subespontâneos” presentes ao longo do Recôncavo Baiano derivam inicialmente de tentativas de cultivo da oleaginosa para utilizá-la na alimentação dos cativos, aproveitando-se o microclima tropical e em consonância com a própria dieta à base de azeite de dendê, fortemente presente até hoje na culinária dos povos de África. Posteriormente ocorre um processo de reapropriação cultural, pois o óleo também é considerado um elemento-chave nas religiões de matriz africana, por ser considerado ancestral e sagrado.

Os vínculos do dendê exoticamente introduzido na América Latina em relação à África não encerraram nessa quadra histórica, mas permaneceram vivos nas relações sociais, políticas,

econômicas e científicas ocorridas posteriormente. Abrange desde as classificações taxonômicas das variedades *Elaeis guineensis* (dendê africano) e da *Elaeis oleifera* (caiaué ou dendê americano) descritas botanicamente por cientistas como Nicholas Joseph Freiherr von Jacquin, Alexander von Humboldt, Aimé Jacques Alexandre Goujoud Bonpland, Karl Sigismund Kunth e Santiago Cortés Sarmiento (CUNHA *et al.*, 2009), até a introdução de mudas de dendezeiros para fins ornamentais na Colômbia nos anos 1930, para campos experimentais criados pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN) nos anos 1940 e plantios comerciais nas fazendas do Grupo Agropalma no Alto Acará nos anos 1980, provenientes das Estação Experimental de Yangambi, no Congo, pertencentes ao então Instituto Nacional de Estudos Agrônomicos do Congo Belga (Ineac, em sua sigla em francês), e das estações de La Mé e Dabou, Costa do Marfim, e de Pobé, Benin, controladas pelo Instituto de Pesquisa em Óleos e Oleaginosas (IRHO, em sua sigla em francês).

Em sua antropologia da *plantation*, Mint (2008) menciona as conclusões de Courtenay (1965), que ao discorrer a respeito dos diversos tipos de cultivos agrícolas considera o dendezeiro como ideal para se constituir em grande plantação. Os argumentos apresentados fazem referência a vantagens comparativas entre a produção tecnificada e em escala empresarial e o modo de extração tradicionalmente mantido por povos da África, presentes notadamente no Congo, Nigéria, Serra Leoa, Camarões e outros. Os ganhos estariam associados ao menor tempo para a primeira colheita – 3-4 anos para o dendezaio comerciais e 12-15 anos para os dendezaio espontâneos –, melhor produtividade e rendimento e retorno do investimento com mais rapidez. Não obstante a produção ínfima de azeite de dendê verificada naquele contexto, em comparação com outras oleaginosas, o autor registrava o potencial de crescimento nos anos posteriores, especialmente no Sudeste Asiático.

Do ponto de vista agrônomo, a *plantation* é idealizada enquanto unidade de produção em larga escala homogeneizada, especializada e racionalizada, símbolo de modernidade e exploração econômica maximizadora, destinada a gerar riqueza para as metrópoles. Em síntese, é “o capitalismo sem suas roupas”, como assinalara Gilroy (2001, p. 58) de maneira memorável. Por outro lado, como já dito anteriormente, não se trata simplesmente de uma unidade física, mas de relações sociais, econômicas e políticas ancoradas no racismo.

A invenção do negro foi o elemento-chave empregado para liberar a acumulação de riqueza nas colônias, sob os auspícios do capitalismo mercantil, do sistema repressor da força de trabalho e da engrenagem internacional dos negócios, completamente reconfigurada a partir das oportunidades econômicas e financeiras abertas pelo empreendimento escravocrata moderno-colonial. Para Mbembe (2018, p. 45-6)

a *plantation* representava na época uma grande inovação, e não simplesmente do ponto de vista da privação de liberdade, do controle de mobilidade da mão de obra e da aplicação ilimitada da violência. A invenção do negro também abriu caminho para inovações cruciais nas áreas do transporte, da produção, da comercialização e dos seguros.

Não se pretende aqui empreender uma abordagem genealógica sobre a *plantation*, mas de identificar os fundamentos de sua institucionalização enquanto regime de verdade intrínseco ao paradigma biopolítico da modernidade. Neste sentido, há concordância com Mint (2008, p.133) quando este qualifica a grande plantação como “uma criação europeia para atender a fins europeus”, ou seja, “para além de todos os efeitos da atividade de *plantation* sobre os que nela trabalham, existe o fato de que as *plantations* foram criadas pelo propósito empresarial ocidental de fornecer bens de consumo para as populações do Ocidente” (ibid., p. 134). A *plantation* é uma invenção da modernidade colonial; “instituição paranoica, [...] vivia constantemente sob o regime do medo” (MBEMBE, 2018, p. 44).

A conversão de extensas áreas em monocultivos é precedida da elaboração de esquemas interpretativos que realçam a necessidade de viabilizar o aproveitamento econômico da ampla disponibilidade de terras sob domínio colonial, levando em conta a aptidão climática e agrônômica de determinados cultivos, em conformidade com as demandas de consumo de centros metropolitanos europeus. Em termos linguísticos, a noção de produção adquire especial proeminência, constituindo-se como um referente não apenas para designar as dimensões agrícola e econômica do empreendimento colonizador, mas como condição de possibilidade para a concessão do estatuto de cidadania a determinados grupos sociais, à exceção dos negros. Outrossim, “para o colonizador, a manutenção do aparato incorporador requer um esforço incessante. Para a vítima, o imperialismo oferece duas alternativas: servir ou ser destruído”. (SAID, 2011, p. 271).

A política da verdade da grande plantação articula a noção de produção ao uso em grande escala de terras consideradas espaços demograficamente “vazios” e/ou “irracional e ineficientemente utilizados” , por meio de um necrosaber agrônômico que estabelece previamente os tipos de cultivos mais “aptos” a serem implantados, consoante a delimitação de zonas específicas, de um modelo de especialização e tecnificação inerente à acumulação capitalista e de uma economia política atrelada a interesses externos. Esses alicerces, embora atravessados por diferentes discontinuidades históricas, políticas e epistêmicas, permanecem sedimentados na atual quadra da governamentalidade neoliberal, marcada por uma escalada sem precedentes do alastramento de *commodities* agrícolas por governos e corporações privadas, colidentes, por vezes, com as velhas clivagens da dominação Norte-Sul, uma vez que governos do Brasil e da Colômbia, por exemplo, ampliam suas estratégias empresariais para

alcançar países da África e da América Central. Em nome da racionalização e da eficiência, o amontoado de escombros deixados pelo caminho só aumenta de tamanho, entre ferros retorcidos e vidas esmagadas por megaempreendimentos modernizantes fomentados por políticas desenvolvimentistas.

Machado Araújo (2020, s.p) sublinha a existência de uma razão imperial legitimadora do modelo da grande plantação, cujos fundamentos ignoram outros saberes, sustentam-se em triunfalismos e arrogam um controle absoluto sobre os processos naturais e sociais. Assim o diz: “a arrogância da razão imperial sempre se pensa com onipotência, como onisciência, como uma forma de conhecer que mantém o controle sobre os processos vitais, que presume ter as respostas para todos os tipos de contingência que podem se apresentar”.

Além de invocar os argumentos da racionalização e da eficiência com o objetivo de gerar retornos econômicos e, simultaneamente, assegurar o controle territorial sobre extensas áreas, contrapostos a uma alegada estagnação atribuída aos modos de existência tradicionais, a política da verdade da grande plantação engendrou efeitos na própria configuração das sociedades coloniais, produzindo fraturas biopolíticas secularmente não-cicatrizadas. Segundo Mbembe (2017), o nascimento da democracia liberal e a noção clássica de política possuem uma face noturna atrelada à violência colonial.

Em seu célebre *Discurso sobre o colonialismo*, Aimé Césaire (1978, p. 20) relembra a palestra de Albert Sarraut proferida aos alunos da Escola Colonial da Indochina, atual Vietnã, Laos e Camboja. Conforme Césaire, na perspectiva etnocêntrica assumida pelo administrador francês “seria pueril opor aos empreendimentos europeus de colonização ‘um pretense direito de ocupação e não sei que outro direito de feroz isolamento que perpetuaria em mãos incapazes a vã posse de riquezas desaproveitadas’”. A essa narrativa da suposta “incapacidade gerencial” dos povos originários se somam outras infâmias como a da “incúria”, do “nativo indolente”, tão bem descritas por Alatas (1977, p. 3-5, tradução nossa) ao analisar as práticas coloniais no Sudeste Asiático.

Em sua manifestação empírica histórica, a ideologia colonial utilizou a ideia do nativo preguiçoso para justificar a compulsão e as práticas injustas na mobilização da mão-de-obra nas colônias. Retratou uma imagem negativa dos nativos e de sua sociedade para justificar e racionalizar a conquista e dominação européia da área [...] os elementos ideológicos se transformaram [posteriormente] e assumiram uma nova roupagem. A imagem do nativo indolente, monótono, atrasado e traiçoeiro mudou para a de um nativo dependente que precisa de ajuda para subir a escada do progresso.

Em outra passagem importante da parte introdutória de seu livro, o autor sublinha que “o colonialismo, ou em uma escala maior, o imperialismo, não era apenas uma extensão da soberania e controle de uma nação e de seu governo sobre outra, mas também era um controle

da mente dos conquistados ou subordinados” (ibid., p. 17, tradução nossa). Também analisando o contexto colonial a contrapelo, Fanon (1968; 2008) destaca os diferentes tipos de traumas provocados nas subjetividades dos dominados e dos dominadores. Enquanto o colonizador jacta-se pondo em prática a narcísica superioridade biológica e racial que alega possuir, o colonizado é violentado sistematicamente de múltiplas maneiras, do nível epidérmico à dimensão mais profunda de sua psique. Permanentemente exposto à morte e confinado à uma existência mutilada, ele “tem fome de qualquer coisa que o humanize” (FANON, 1968, p. 115).

Conforme argumenta Mbembe (2018a), no regime veridicional da superioridade branca os indígenas eram considerados “pré-humanos”, cuja inocência seria passível de preenchimento por meio de mecanismos de aculturação visando “civilizá-los” em consonância com o modelo ocidental. Em contraposição, os negros representavam o sinônimo do ultraje e da desonra, o nome de uma infâmia, o não-humano aprisionado à sua animalidade.

Entre os lastimosos princípios e perniciosos abusos de que tem resultado nos Índios o abatimento ponderado, é sem dúvida um deles a injusta e escandalosa introdução de lhes chamarem *Negros*; querendo talvez com a infâmia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África. E porque, além de ser prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos Índios este abominável abuso, seria indecoroso às Reais Leis de Sua Majestade chamar *Negros* a uns homens, que o mesmo Senhor foi servido nobilitar, e declarar por isentos de toda, e qualquer infâmia, habilitando-os para todo o emprego honorífico: Não consentirão os Diretores daqui por diante, que pessoa alguma chame *Negros* aos Índios, nem que eles mesmos usem entre si deste nome como até agora praticavam; para que compreendendo eles, que lhes não compete a vileza do mesmo nome, possam conceber aquelas nobres idéias, que naturalmente infundem nos homens a estimação, e a honra⁵⁵.

O parágrafo 10 do “Diretório dos Índios”, editado por Mendonça Furtado no bojo das reformas pombalinas ocorridas no Brasil, é um exemplo concreto da representação abjeta conferida aos negros. Enquanto por um lado a administração colonial criava um conjunto de dispositivos para gerir a população indígena visando “integrá-la” inexoravelmente à sociedade, convertendo tais agentes em cidadãos de segunda classe sob a tutela do Estado, por outro, não apenas classificava o negro como ser abominável, mas abria caminho para o lucrativo tráfico de seres humanos capturados no continente africano na tenebrosa Diáspora desatada pelo capitalismo mercantil. Para Mbembe (2018, p. 36), “a transnacionalização da condição negra foi, portanto, um momento constitutivo da modernidade, tendo sido o Atlântico o seu lugar de incubação”.

⁵⁵ Parágrafo 10 do Diretório dos Índios, adotado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, Ministro português que efetuou profundas reformas na administração colonial no Brasil a partir de 1755, em particular na denominada “Amazônia”, formada à época pelos estados do Pará e Maranhão. Cf. § 10 do *Directorio que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*. Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues-Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca. 1758 pág. 5.

Um ponto relevante a ser destacado ao analisar o aludido excerto diz respeito aos fundamentos jurídico-normativos utilizados para conformar a institucionalidade das medidas contidas no regime imposto por Pombal, ancorados em referências ao “direito natural⁵⁶”. As formulações produzidas pelo campo do direito a serviço da dominação colonial constituem *necrosaber jurídico*, porquanto implicam diretamente num modelo de integração indígena completamente tutelado, forçado e etnocêntrico, coextensivo a desumanização total do negro, ao qual é negada qualquer possibilidade de reconhecimento enquanto ser. Do mesmo modo se erigiu um *necrosaber eclesiástico*, objetivado em reiteradas bulas papais editadas em defesa da liberdade dos indígenas, mas que faziam vistas grossas à escravização negra (TRECANNI, 2006). Coetaneamente outra ordem de argumentos é elaborada no domínio econômico para justificar a reificação e mercadorização dos corpos racializados.

De acordo com Almeida (2009, p. 25), as diretrizes do regime pombalino, caracterizadas pela combinação das noções de “progresso” e de “racionalidade econômica”, perpassaram todas as principais políticas coloniais e republicanas posteriores – como por exemplo o deslocamento de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, o Plano de Valorização da Borracha, a criação do Serviço de Proteção ao Índio, a “Marcha para o Oeste” durante o governo de Vargas, os Acordos de Washington em 1942 e a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) – “regidos por uma determinada monotonia que transcende contingências históricas”, prolongando-se no tempo.

O empreendimento colonial e escravocrata de igual maneira também se valeu de outros tipos de necrosaberes para exercer dominação sobre os territórios intrusados. Um dos principais corresponde ao *necrosaber cartográfico*, responsável pela produção de cartas náuticas, mapas e imagens referentes aos países sob a mira dos interesses expansionistas europeus, notadamente de portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses. Como afirmara Said (2011, p. 39), estavam em jogo “territórios e possessões, geografia e poder”. Vejamos o que diz o Diretor do Instituto de Investigação Científica Tropical, de Lisboa, sucessor da Comissão de Cartografia instituída em 1883.

Para se cartografar com correção um espaço marítimo, uma ilha ou uma linha de costa, era necessário, já no século XV, visitar esses lugares, estimar distâncias e proceder, pelo menos, a observações magnéticas; no século XIX, para se

⁵⁶ Essa noção de “direito natural” assemelha-se aos postulados do liberal John Locke, propostos no séc. XVII, segundo o qual “a finalidade do Estado civil era a tutela da propriedade” (FARIA, 2009), fundado na ideia de “vida, liberdade e propriedade”. De acordo com Herbjornsrud (2017), “a teoria do contrato social de Locke não se aplicava a todos na prática: ele foi secretário durante a redação das ‘Constituições Fundamentais da Carolina’ (1669), que concederam aos homens brancos poder absoluto sobre seus escravos africanos. O próprio inglês investiu no comércio negreiro transatlântico”. Cf. a matéria publicada em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1945398-os-africanos-que-propuseram-ideias-do-iluminismo-antes-de-locke-e-kant.shtml>. Acesso em: 11 mai.2018.

desenhar uma qualquer faixa do interior africano, exigia-se que o cartógrafo dispusesse de vários dados fornecidos por alguém que lá se deslocasse e fizesse diversas observações bem mais complexas do que as pedidas aos seus antepassados de Quatrocentos ou de Quinhentos. A Cartografia caucionava um direito de prioridade, no primeiro caso; e um direito de posse, no segundo. (ALBUQUERQUE, 1985, p. 5).

Said (1990; 2011) empreendeu com grande acuidade o descortinamento dos diferentes regimes de representações legitimadores do imperialismo e do colonialismo. Além de descrever os elementos constitutivos do orientalismo enquanto modo de discurso socialmente construído pelo eurocentrismo, se dedicou a examinar a contribuição das formas culturais (romance, literatura, conhecimento especializado) na configuração das atitudes, referências e experiências vinculadas ao imperialismo. Estas se sustentam na produção de narrativas e sistemas de ideias sobre o mundo colonial, em que usualmente se formulam argumentos de reforço a uma positividade da “missão civilizatória” narcisicamente evocada pelo dominador, às expensas da redução do Outro a uma existência esvaziada de sentido.

Aludindo ao empreendimento colonial francês, Said (2011, p. 272), evidencia o peso conferido pelas autoridades governamentais ao (necro) saber geográfico na consecução da pretendida “missão civilizadora” idealizada em face dos povos pejorativamente reduzidos à inferiorização racial. Celebrada como ciência da conquista territorial, a geografia é cotejada pelo autor com base no discurso de um participante presente a um evento ocorrido no séc. XIX.

No Segundo Congresso Internacional de Ciências Geográficas, em 1875, a que compareceram o presidente da República, o governador de Paris, o presidente da Assembleia, o discurso inaugural do almirante La Roucière-Le Noury expôs a atitude predominante no encontro: “Cavalheiros, a Providência nos ditou a obrigação de conhecer e conquistar a terra. Essa ordem suprema é um dos deveres imperiosos inscritos em nossas inteligências e nossas atividades. A geografia, essa ciência que inspira tão bela devoção e em cujo nome foram sacrificadas tantas vítimas, tornou-se a filosofia da terra”.

Outro necrosaber urdido no referido contexto concerne à antropologia, a qual segundo Said (ibid., p. 248), “entre todas as ciências sociais modernas, [...] é a que esteve historicamente mais ligada ao colonialismo, visto que amiúde os dirigentes coloniais eram assessorados por antropólogos e etnólogos sobre os usos e costumes do povo nativo”. No prefácio à edição do livro *Questões agrárias do Maranhão contemporâneo*, publicada em 2016, e no artigo “*Cowboy Anthropology*”: *Nos Limites da Autoridade Etnográfica*, Almeida (2016; 2018) empreende uma reflexão historiográfica crítica a respeito dos critérios de competência e saber inerentes ao trabalho antropológico, analisando as diferentes vertentes presentes neste campo de conhecimento, bem como os riscos atuais de militarização da ciência e de sua subordinação a estratégias empresariais e a tutela do Estado.

O autor sublinha as lutas travadas no âmbito da referida ciência social, registrando as experiências concretas de uso da “antropologia aplicada” como sustentáculo de “atos de Estado” de feição colonial e neocolonial, subsidiária à lógica da guerra e a políticas desenvolvimentistas. Denota-se, portanto um tipo de *necrosaber* empenhado em produzir descrições sobre os “nativos”, noção substituída contemporaneamente por “locais”. Em linha diametralmente oposta, outros “intelectuais específicos”, para usar a noção de Foucault, enfatizam a preponderância da narrativa dos povos e comunidades estudados e afirmam sua autonomia frente aos desígnios do Estado, de maneira reflexiva ou não. Uma das dimensões éticas dessa nova forma de descrição corresponde à *análise concreta de situações concretas*, privilegiando a produção de conhecimento pelos próprios agentes sociais.

3.2 EVOLUCIONISMO LIBERAL E NATURALIZAÇÃO DO RACISMO

Os elementos fundantes do *necrosaber* também estão enraizados em outros domínios da divisão do trabalho intelectual perfilados à violência colonial, ao desenvolvimentismo e ao neoliberalismo de guerra. Assim como Said (2011) elenca as funções exercidas por outras ciências como a sociologia, a psicologia, a filosofia, a história, Casanova (2017) discorre criticamente sobre a emergência de uma grande revolução tecnocientífica ocorrida no contexto da Segunda Guerra Mundial, que culminou na constituição de tecnociências e novas ciências da complexidade afiliadas inicialmente ao projeto belicista dos Aliados e posteriormente capturadas pelo neoliberalismo de guerra vigente desde os anos 1970. Na perspectiva do autor, a construção de um projeto democrático, libertário e socialista requer a abertura de bifurcações no sistema dominante, por meio do exercício da crítica permanente ao pensar-fazer hegemônico e da reflexividade dos conhecimentos alternativos, conjugado com o manejo da lógica e da técnica vigentes, quer seja para defender-se delas como para utilizá-las e adaptá-las a propósitos efetivamente transformadores.

Um dos domínios mais proeminentes do *necrosaber* desde sua transformação em regime de verificação balizador da razão de Estado (FOUCAULT, 2008c) é a economia. De acordo com Casanova (2017, p. 133), este campo do saber se constitui como um dos principais esteios de justificação do paradigma neoliberal em curso, consoante uma formação discursiva amparada na combinação do “mercado” como sistema natural e do Estado como “sistema adaptativo e autorregulado”. O primeiro seria perdurável, enquanto o segundo seria invencível. O forte conteúdo ideológico dessa pretensa ordem irrefreável visa dissuadir o pensamento crítico, mediante a imposição de modos de pensamento e ação alinhados à famosa frase proferida por Margareth Thatcher: “não há alternativas”.

La economía dominante, como ciencia, se volvió el ejemplo más dramático de una disciplina, que teniendo en su origen fuertes vínculos con las ciencias políticas y sociales, cortó esos vínculos con la supuesta pretensión de parecerse a la física mecánica, y así perdió todo rigor. El premio que recibió por su automutilación vino precisamente de aquellas fuerzas que, al ver los verdaderos efectos que los “modelos neoclásicos” tenían en el aumento de sus intereses y utilidades, declararon que sus autores eran unos “científicos” rigurosos, modernos, “excelentes”, dignos de ser tenidos como ejemplo por las comunidades académicas del mundo. [...] la economía política se le quitó el carácter de ciencia política en una reinterpretación del concepto Medieval de la ley de la Naturaleza. Así también se mistificaron otras ciencias de la vida, la materia y la sociedad. [...] En todo caso la economía como *disciplina* no se desarrolló siempre para alcanzar un mayor rigor, sino como parte de un proceso de enajenación intelectual y de mistificación ideológica, al que se quiso legitimar con una orgullosa exactitud en el análisis de conjuntos inexactos (ibid., p. 133).

Para Casanova (op. cit., p. 24), “desde os neoclássicos liberais até os neoliberais, a história da ciência econômica⁵⁷ corresponde à intenção de isolar as variáveis econômicas de todas as demais: se isola as variáveis do poder e da política, da sociedade e da cultura”, visando alcançar “uma suposta ‘exatidão’, em grandiloquência similar à da física mecânica do século XIX. As relações de poder e dominação uma vez eclipsadas do debate passam a ser tratadas como problemas eminentemente técnicos, como “externalidades” simbolizadas por efeitos pontuais adversos da inescapável globalização neoliberal.

A vertente *mainstream* da economia tem atuado como principal alicerce das políticas de austeridade fiscal propugnadas por organismos do sistema *Bretton Woods*, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), sob os auspícios do Consenso de Washington. Tais medidas têm sido sistematicamente impostas a países situados na periferia do capitalismo financeirizado, por meio da chantagem da dívida, objetivada em “reformas” neoliberais e no vocabulário eufemístico da “crise”. Conforme argumentam Dardot e Laval (2017, p. 1965-94), “a dívida é uma arma de guerra das mais eficazes que existe [...] para que instaurar uma ditadura militar se o mesmo pode ser feito por meio dos mercados?”. Empiricamente essa realidade pode ser observada concretamente no Brasil e na Colômbia, lugares onde a supressão e violação de direitos sociais e políticos grassam desde os anos 1990 sob o signo dos “ajustes fiscais”, com pequenas intermitências ao longo do tempo.

Do ponto de vista dos agroempresários do dendê, a legislação trabalhista, embora seja alvo frequente de ataques normativos “flexibilizantes” justificados como imprescindíveis para

⁵⁷ Durante a pandemia do novo coronavírus a vertente neoliberal da economia tem insistido funestamente no dilema entre preservar o “crescimento econômico” e adotar medidas restritivas visando salvar vidas. Recomenda ver: LAVAL, C. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, mai-ago. 2020. Santos (2020) analisa a urdidura da definição da noção de “serviços essenciais” enquanto atos de Estado, cujos efeitos excepcionalizam as atividades da mineração e dos agronegócios face ao isolamento social adotado no Brasil.

a “atração de investimentos”, é considerada um obstáculo ao processo de acumulação. Questionado a esse respeito, o Presidente Executivo da Fedepalma, considera que as normas laborais colombianas interferem “terrivelmente” na competitividade do agronegócio do óleo de palma: “*Colombia tiene una legislación laboral que no favorece la competitividad de los negocios y en el agro el tema es más, digamos, más evidente, más duro, nuestra legislación laboral es muy poco flexible*”. Ele defende a necessidade de uma “nueva legislación laboral para las zonas rurales del país” (informação verbal⁵⁸). E prossegue:

yo incluso le terminaría agregando un tema que es polémico en lo laboral y es que muchas de las organizaciones sindicales en Colombia también se las han tornado actores de la política con mucha ideología y eso me parece que no ayuda al buen desarrollo de lo laboral porque terminan contaminados por otro tipo de realidades. En lo ambiental lo que uno también puedo observar es que Colombia ha sido muy presta a adoptar legislaciones como diría uno, importadas y las quieren aplicar aquí como si nosotros fuéramos Suiza o fuéramos Alemania o fuéramos países desarrollados y no miran cuáles son las dificultades que hay en el terreno, en la realidad del país; uno ve por ejemplo que a las empresas les están exigiendo unos estándares donde a veces las comunidades rurales y el mismo estado en su operación ni siquiera está cumpliendo.

Do mesmo modo, o Presidente da Abrapalma reclama dos “empecilhos” gerados pelas leis ambientais e trabalhistas brasileiras, pois afugentariam investimentos e afetariam a “competitividade” do setor na concorrência com outros países, notadamente os do Sudeste Asiático. Na opinião do dirigente,

somos o país que tem a legislação trabalhista mais rigorosa em relação aos concorrentes, temos esse imposto sobre a folha de pagamento, que para você gerar um emprego você tem que pagar dois. Então, enquanto tivermos essas situações eu não vejo muita perspectiva de crescimento de palma no Brasil. É uma cultura que demora 30 anos, nenhuma empresa de fora virá investir se não tiver segurança jurídica⁵⁹.

O posicionamento dos representantes dos grêmios empresariais reproduz a monotonia do vocábulo das “reformas”, defendido à exaustão pela coalizão de interesses que sustenta a racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo em que contraria os triunfalismos contidos em seu discurso público. Prevalece a velha máxima de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos, segundo a qual a “competitividade” e a “segurança jurídica” constituem normas fundamentais a serem garantidas pela autolimitação da razão governamental. Por esse ponto de vista, teriam primazia ante os direitos sociais, trabalhistas, políticos, territoriais e étnicos, classificados como entraves ao livre curso das estratégias corporativas. Mbembe (2018; 2020) alerta acerca da destruição de direitos na era do Brutalismo: “já não há mais trabalhadores, no sentido clássico do termo, mas nômades do trabalho”; os direitos outrora estáveis também se esfumaram. Seguramente sem as justificações produzidas pelo necrosaber econômico de ontem

⁵⁸ Entrevista concedida pelo economista Jens Mesa, em 11/04/2019 na sede da Fedepalma, em Bogotá-DC, Colômbia.

⁵⁹ Entrevista realizada no dia 31/01/2020 com o Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da Abrapalma.

transmutado nos necrosaberes neuroeconômico e bioeconômico de hoje, a mórbida teoria do capital do humano teria poucas chances de se sustentar no plano do imaginário e das práticas da governamentalidade vigente.

Quanto às ciências da administração, criticar seu próprio campo de saber e de conhecimento não é uma tarefa bem-vista aos olhos dos pares, pois como alertara Bourdieu (2013) habitualmente o mais comum é saudar a “coragem” e a “lucidez” do pesquisador quando se dedica a analisar objetos situados em outros âmbitos. No entanto, ao se voltar para o terreno endógeno, a recepção tende a ser hostil, porque a “traição a um segredo” seria inconjurável. Ciente dos possíveis “tormentos” decorrentes da decisão de tecer considerações a contrapelo referidas ao necrosaber administrativo, sublinho a estrita vinculação desta rede teórica aos processos de acumulação objetivados na “maximização de utilidades”. Não obstante a existência de uma vertente analítica voltada a interpretação das formas de exercício do poder na esfera organizacional, os estudos críticos ainda são ínfimos, comparados à vasta literatura orientada a sacralização do imaginário neoliberal.

Desde o nascimento da “administração científica” inaugurada por Frederick Taylor, cujos fundamentos estão assentados no controle minucioso dos tempos e movimentos, na repetição alienante de operações industriais simples, na divisão social do trabalho e na concepção do “*homo economicus*” – pretensamente egoísta e maximizador de interesses, por natureza –, passando pelas teorias de relações humanas inspiradas na psicologia social como mecanismo de obtenção de melhores rendimentos do trabalhador a partir de sistemas de incentivos, as palavras de ordem do saber administrativo evocam a eficiência, a produtividade, a lucratividade, a otimização do desempenho, a gestão participativa, o desenvolvimento de habilidades e competências, o processo decisório, o capital humano, a administração por objetivos e o gerenciamento de conflitos. Enunciações discursivas convergentes com a lógica concorrencial e com o modelo da empresa.

Na análise empreendida sobre o agronegócio do dendê algumas categorias das ciências administrativas despontam com mais proeminência na exaltação superlativa das estratégias empresariais do referido setor. Dentre estas destacam-se as noções de capital humano, *management*, “cadeia de valor”, competitividade, metas de desempenho, governança, resolução negociada de conflitos mediante “consulta às partes interessadas”, *benchmarking* e sustentabilidade. Essas categorias não se circunscrevem apenas ao âmbito empresarial, mas abrangem também a esfera pública, alvo de reiteradas tentativas de transformá-la em mera extensão da lógica da concorrência, submetendo-a aos imperativos da governamentalidade

neoliberal. O automonitoramento do cumprimento das normas ambientais⁶⁰s, as vantagens oferecidas na legislação fundiária⁶¹ a pretexto de estimular a “atividade econômica” implantada ou planejada e as reiteradas concessões e renovações de incentivos fiscais⁶² são exemplos concretos de tal fenômeno.

Segundo a perspectiva foucaultiana, ao lado da economia política, o saber biológico se constituiu como um dos principais alicerces da razão de Estado desde o limiar do séc. XIX, no contexto da ruptura epistemológica inaugurada pela emergência das ciências humanas, quando a vida e o homem se tornaram objeto de saber e sujeito de conhecimento. Justamente nesse ponto, a vida se transforma em alvo do poder político e dos interesses econômicos, cujo esquadramento ao nível do corpo individual e do corpo social atende ao propósito de maximizar a produtividade econômica, mediante a implantação de mecanismos de gestão das condutas do nível micro ao macro. Os acontecimentos na ordem do saber também refletiram no nascimento da psicologia, da sociologia e da antropologia.

Por outro lado, as teorias evolucionistas esboçadas na mesma contingência histórica serviram como fundamento para cimentar o surgimento do racismo científico, mediante pseudo-teorias referidas a divisão dos seres humanos em raças superiores e inferiores, consoante regimes de classificação que simultaneamente desumanizavam os povos não-europeus a partir de fatores biológicos⁶³ e exaltavam a razão ocidental fundada na tríade religião, Estado e ciência. Como Fanon desvela em seus escritos, a raça e o racismo são

⁶⁰ Não obstante os graves efeitos ecológicos associados à *plantation* do dendê por parte dos agentes sociais entrevistados no estado do Pará, principalmente em relação ao derramamento de efluentes agroindustriais em rios e igarapés e ao uso intensivo de agrotóxicos nos dendezaís, a fiscalização do cumprimento dos parâmetros físicos, químicos e biológicos previstos no licenciamento ambiental é exercida pelas próprias empresas, a quem cabe selecionar os locais de observação e aferição, submetê-los a testes laboratoriais privados e apresentar os resultados ao órgão licenciador por meio de relatórios de informações anuais. Inexiste qualquer resquício de transparência em todo o percurso. Deste modo, a referida legislação se revela nociva aos povos e comunidades tradicionais cercados por tais empreendimentos.

⁶¹ Esses enunciados aparecem enfaticamente nas diretrizes e dispositivos contidos na nova Lei de Terras do Pará (Lei nº 8.878), sancionada em 8 de julho de 2019, que, dentre outras vantagens conferidas ao agronegócio, instituiu de maneira draconiana a noção “terra de pretensão”, a qual consiste numa forma de abrir caminho para a especulação imobiliária, salvaguardando de antemão as urdiduras de grileiros de terras quanto a apossamentos recentes.

⁶² Em consulta ao Diário Oficial do Estado do Pará concernente ao intervalo dos últimos três anos, encontra-se vários atos concedendo incentivos fiscais para empresas do agronegócio do dendê, tais como Agropalma (Resolução SEDEME nº 050, de 07 de novembro de 2017, publicada no DOE de 8 de fevereiro de 2018), Biopalma da Amazônia (Resolução SEDEME nº 011, de 25 de maio de 2016), Marborges (Resolução SEDEME nº 005, de 25 de janeiro de 2018, publicada no DOE de 5 de julho de 2018), Dendê Tauá (Resolução SEDEME nº 033, de 07 de novembro de 2017, publicada no DOE de 28 de novembro de 2017), Tauá Brasil Palma S.A (Resolução SEDEME nº 044, de 19 de dezembro de 2018, publicada no DOE de 31 de dezembro de 2018) e Mejer Agroflorestal (Resolução SEDEME nº 005, de 17 de janeiro de 2017, publicada no DOE de 26 de janeiro de 2017).

⁶³ A esse respeito recomenda-se ver KOUTSOUKOS, S.S.M. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

invenções socialmente construídas visando possibilitar a dominação pretendida pelo colonialismo. A raça – “ficção útil, construção fantasmática ou projeção ideológica” – corresponde a um esquema de retalhamento do mundo, caracterizado pela disposição de um mundo cindido em compartimentos (MBEMBE, 2018, p. 29; FANON, 1968). Deste modo, os efeitos concretos da racialização se articulam a processos de territorialização. Aí reside o cerne empírico do necropoder e da necropolítica.

Tido como “arquetipo dos valores inferiores” instituído por uma “imposição cultural irrefletida”, o negro é representado como o Outro, o não-eu, cuja forma de atingimento se dá por meio da corporeidade, pois este é considerado um “perigo biológico”, conforme enuncia Fanon (2008, p. 160-2, 143). Para ele, é no âmbito da sexualidade que se manifestam as fantasmagorias racistas alimentadas pelo branco, que projeta no negro suas fantasias, alucinações e desilusões associadas ao sexo. Sentindo-se inferior a esta potência física atribuída ao negro, o racista age para eclipsá-lo, transformando-o em membro. Por outro lado, a invenção do negro constitui-se como projeto urdido “para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado” (MBEMBE, 2018, p. 21).

Fanon descortina os fundamentos científicos da biologia, da psiquiatria e da medicina que consideravam os norte-africanos “criminosos natos, preguiçosos natos, mentirosos natos, ladrões natos”. Eram tidos como hereditariamente violentos e congenitamente impulsivos. Essas construções nitidamente racistas eram ensinadas com naturalidade nas faculdades argelinas. Uma das críticas fanonianas diz respeito ao trabalho do Prof. A. Porot nos *Annales Médico-Psychologiques*, publicado em 1918. Ao caracterizar os indígenas africanos como seres humanos privados de córtex e conseqüentemente de racionalidade, o autor defende a suposta superioridade europeia. Sob tal perspectiva, “a reticência do colonizador no que toca a confiar uma responsabilidade ao indígena não é racismo ou paternalismo, mas apenas uma apreciação científica das possibilidades biologicamente limitadas do colonizado” (FANON, 1968, p. 260).

De outra parte, a justificação do racismo em termos biológicos também se faz presente em teorias evolucionistas como as defendidas por Spencer em meados do Séc. XIX, cujo propósito consistia em empregar leis sociológicas para naturalizar as desigualdades intrínsecas ao liberalismo, influenciado pelos escritos de Malthus sobre a população. Sob a perspectiva spenceriana, nas sociedades regidas por princípios da livre concorrência deveriam sobreviver apenas os “mais aptos”, resultando no deslocamento do centro gravitacional do pensamento liberal outrora fundado na divisão do trabalho como “necessidade vital”. Com isso, o motor do progresso passaria da *especialização* para a *seleção* (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 53). Resulta, portanto, em um nítido esforço de imbricação dos princípios do *laissez-faire* com

aqueles da teoria de evolução das espécies, normalmente designado como “darwinismo social”. Dardot e Laval (2016) criticam essa designação, pois a consideram imprópria em relação ao proposto originalmente por Darwin. Entretanto, Casanova (2017) a considera pertinente.

Em seu denso cotejamento acerca dos esquemas interpretativos aplicados à Amazônia, Almeida (2008, p. 55) discorre a respeito das técnicas de classificação e das taxonomias empreendidas no bojo das viagens de exploração, cujo corolário implicou na construção de uma interpretação sobre a natureza. Para o autor, “a noção de ‘racional’ vem daí, ou seja, de quem produz e confere autoridade ao uso difuso dos sistemas de classificação”. No caso concreto, a ideia de razão estava vinculada a empreendimentos coloniais. As condições de possibilidade da pretendida racionalização correspondem ao emprego de abordagens evolucionistas para distinguir “os valores superlativos da civilização branca” (SAID, 2011, p. 173) de práticas associadas a raças consideradas biológica, antropológica, religiosa e ontologicamente degradantes. Sob um maniqueísmo narcisicamente erigido, essas vertentes do saber biológico se convertem em necrosaber, na medida em que permitem o estabelecimento de cesuras sustentadas por fundamentos discursivos filiados à dominação colonial.

[...] aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008, p. 104).

Os sistemas de representação delineados a partir dos regimes de verdade etnocêntricos desprezam outras formas de conhecimento, outros saberes e outros modos de existência que não se encaixam nas categorias propugnadas pelo eurocentrismo. O resultado prático dessa violência epistêmica implica no enviesamento das próprias noções de “mundo”, “universal”, “homem”, “cidadania” e “democracia”. Daí a necessidade de desnaturalizar certas noções cristalizadas como acontecimentos incontornáveis, procedendo a análise crítica dos edifícios discursivos supostamente desinteressados construídos sob inspiração evolucionista, os quais atuam para solapar a capacidade de agência de determinados grupos sociais. Como alertara Fanon, é preciso não apenas descortinar os elementos constitutivos dos processos de racialização, mas agir na esfera política contribuindo com a desalienação dos corpos racializados pelas estruturas econômico-psicológicas. Nesta tese sustento que as condições de possibilidade de manutenção das referidas estruturas encontram-se inextricavelmente conexas a necrosaberes. Por conseguinte, o racismo constitui o cerne do necrosaber.

Referências na análise dos efeitos das diferentes manifestações contemporâneas da biopolítica, autores como Paul Rabinow e Thomas Lemke sublinham os riscos associados às novas formas de racismo suscitadas a partir dos conhecimentos genético, biotecnológico e

biomolecular, cuja expressão mais visível consiste no Projeto Genoma Humano, que visa promover o mapeamento genético do DNA do conjunto da população, a pretexto de diagnosticar e prevenir precocemente doenças, com base no saber da genômica. No entanto, conjugados a mercadorização, os processos de racialização decorrentes dessa imbricação entre saber, verdade e poder tendem a reacender teorias higienistas urdidas em contingências históricas anteriores, com a diferença de que agora ocorrem sob o advento da tecnologia sem limites.

Mbembe (2020a, p. 11), por sua vez, tece um conjunto de reflexões acerca da transformação da economia política em neurobiologia, nos marcos do que designa como *Era do Brutalismo*, caracterizada por três elementos centrais: “[...] o cálculo na sua forma computacional, a economia na sua forma neurobiológica e os seres vivos submetidos a um processo de carbonização”. Quanto a esse fenômeno singular, ele assim o descreve:

Brutalismo é seu nome verdadeiro, a apoteose de uma forma de poder sem limites internos ou externos, e que abandonou tanto o mito da saída quanto o de outro mundo porvir. Concretamente, o brutalismo é caracterizado pelo entrelaçamento estreito de várias figuras da razão: a razão econômica e instrumental, a razão eletrônica e digital e a razão neurológica e biológica. Baseia-se na profunda convicção de que não há mais distinção entre seres vivos e máquinas. A matéria é, em última instância, a máquina, isto é, hoje em dia, o computador em seu sentido mais amplo, tanto o nervo quanto o cérebro e qualquer realidade numinosa. É nela que reside a centelha da vida. De agora em diante, os mundos da matéria, máquina e vida são um. Vetores privilegiados do neovitalismo que alimenta o neoliberalismo, o animismo e o brutalismo acompanham nossa passagem para um novo sistema técnico mais reticular, mais automatizado, mais concreto e mais abstrato (ibid., p. 22).

Para Mbembe, no contexto atual orientado pela busca incessante de mecanismos de predição de desejos e comportamentos humanos em conformidade com a racionalidade neoliberal, sob a escalada de cálculos algorítmicos e da bioinformática, se verifica uma “conexão cada vez mais íntima da economia e dos fenômenos neurológicos, da tecnologia e da biologia. A tecnologia evoluiu para biologia e neurologia. Tornou-se uma realidade figurativa, e é o conjunto de relações humanas fundamentais com o mundo que sai dela abalado” (id.). Por conseguinte, a transmutação da economia política em neurobiologia conduz a humanidade a uma ruptura sem precedentes, cujos efeitos colocam em xeque a própria constituição do sujeito. Configura-se, portanto, uma nova modalidade de necrosaber, nutrida por uma vontade de poder materializada na quantificação, exploração e colonização do mundo, que por sua vez compõe o imaginário do empreendimento da grande plantação.

Seguindo essas pistas, na seção seguinte discutirei a emergência de novos campos de saber no âmbito da governamentalidade bioeconômica do dendê, empiricamente observadas durante a pesquisa de campo realizada no Brasil e na Colômbia.

3.3 NOVOS CAMPOS DE SABER NA DENDEICULTURA

O cotejamento dos elementos evidenciados na realidade empiricamente observável da governamentalidade bioeconômica da *plantation* do dendê permitiu cartografar a configuração geral do necrosaber, formada por fatores biológicos, neuroeconômicos, gerenciais e biopolíticos, que reivindicam de maneira fetichizada uma ideia de racional fundada na supremacia das tecnociências e da ilimitação expansiva do capital por meio da inovação (LAVAL, 2004; CASANOVA, 2006). Neste contexto de reabilitação do quadro natural, propugna-se não haver espaço para alternativas, mas somente para iniciativas de adaptação à ordem vigente. A bioeconomia então emerge como nova razão ambiental substituta da economia política clássica.

Proclamado em diferentes domínios da vida social, o discurso bioeconômico intenciona harmonizar interesses antagônicos, sob a premissa de assegurar um aproveitamento mais eficiente, racionalizado e sustentável dos recursos naturais, com vistas a possibilitar um crescimento econômico estável e duradouro, em que supostamente todos ganhariam, à luz das predições da teoria dos jogos. Comparada à noção de “desenvolvimento sustentável”, amplamente utilizada por organismos multilaterais, governos, empresas transnacionais e organizações não-governamentais, a bioeconomia possui maior estabilidade linguística e normativa, ao atrelar numa mesma terminologia a imbricação de processos biológicos e econômicos.

Nas entrevistas realizadas com agroempresários do dendê, pesquisadores e integrantes de *think tanks*, conjugados com a literatura recente, vários apontamentos foram apreendidos, os quais permitem delinear os campos de saber considerados estratégicos para a constante inovação das condições de possibilidade de reprodução da bioeconomia da referida *plantation*. Para o presidente-executivo da Fedepalma, os dois grandes campos de interesse da dendeicultura abrangem o desenvolvimento de estudos fitossanitários, com ênfase no genoma da planta, e, a pesquisa econômica⁶⁴. Quanto ao âmbito brasileiro, as pesquisas sobre híbridos interespecíficos e estruturas de custos se revelam as mais proeminentes nos discursos de dirigentes do grêmio empresarial Abrapalma e de pesquisadores da Embrapa. Para além destes, acrescentam-se os estudos nutricionais e aqueles referidos à ecologia da paisagem, consoante se verifica na literatura e em alianças corporativas em curso.

⁶⁴ Entrevista realizada em abril de 2019, na sede da Fedepalma, em Bogotá-DC.

O primeiro campo mencionado engloba a genômica, compreendida como o ramo da genética responsável pelo mapeamento completo do genoma de um determinado organismo. De grande relevância para as pretensões de consolidação e ampliação da moderna *plantation* do dendê, as investigações envolvendo o melhoramento genético da planta atraem boa parte dos esforços empreendidos por institutos de pesquisa desde o começo do século XX, quando agrônomos do *Institut National pour les Études Agronomiques du Congo Belge* criaram o híbrido interespecífico *Tenera*, proveniente da junção das variedades *Dura* – com endocarpo de espessura superior a 2 mm e elevado teor de polpa por fruto, obtida originalmente a partir de sementes africanas cultivadas no Jardim Botânico de Bogor, Indonésia – e *Pisífera*, também originária do continente africano, caracterizada pela ausência de endocarpo e maior quantidade de polpa no mesocarpo (MÜLLER; ANDRADE, 2010).

Principal referência internacional em pesquisa genética sobre o dendezeiro, o *Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux*, criado pela França no contexto da Segunda Guerra Mundial e sucedido na década de 1980 pelo CIRAD, concentrou grande parte dos conhecimentos agrônômicos, biológicos, climatológicos e fitossanitários sobre o aludido cultivo. A *expertise* dos pesquisadores daquele instituto culminou na formação de um grande repositório tecnocientífico, decorrente de experimentos desenvolvidos na sede situada em Montpellier, em países latino-americanos e asiáticos com os quais firmou projetos de cooperação e principalmente em colônias francesas situadas na África, tais como a Costa do Marfim e o Benin. Nascido com o propósito de fomentar e apoiar tecnicamente o cultivo de oleaginosas produtoras de combustível, nos anos seguintes o IRHO fincou raízes em todos os trópicos.

Com o passar dos anos, outros países foram incorporando as tecnologias repassadas pelo IRHO/Cirad e passaram a constituir seus próprios institutos de pesquisa, como o Instituto Agrônomo do Norte (posteriormente Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte - IPEAN), e a Embrapa, no Brasil; o Instituto de Fomento Algodonero (IFA), na Colômbia, depois substituído pelo Instituto Colombiano Agropecuario (ICA) e a Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria (Corpoica), atualmente Agrosavia; o Malaysian Palm Oil Board (MPOB), na Malásia e outros criados na Indonésia, na África, América Latina e Oceania.

Na literatura sobre o tema e no escopo das políticas governamentais e estratégias empresariais do dendê, o melhoramento genético é considerado uma questão-chave que pode determinar o sucesso ou o infortúnio dos negócios. Abrange desde a seleção das sementes até o desenvolvimento de variedades mais resistentes a enfermidades, com maior potencial de

rendimento econômico e de adequação a déficits hídricos. Após décadas de pesquisas, o sequenciamento do genoma do dendê foi concluído em meados de 2013, por meio de um consórcio internacional de instituições de pesquisa liderado pelo CIRAD e pelo MPOB. A Embrapa é uma das organizações integrantes da coalizão executora do *Oil Palm Genome Projects* (OPGP). Os resultados foram aferidos em dois artigos publicados na Revista Nature⁶⁵, assinados por 28 pesquisadores e amplamente noticiados na imprensa⁶⁶.

Os principais apontamentos indicam o mapeamento de 34.802 genes, uma divergência de 51 milhões de anos entre a variedade africana (*Elaeis guineensis*) e a americana (*Elaeis oleifera*) e a descoberta de um gene específico designado “*Shell*”, responsável por determinar a espessura da casca do fruto do dendezeiro. Segundo os autores, o achado desse gene pode representar uma alternativa biológica para harmonizar os interesses conflitantes entre a crescente demanda mundial por óleos e agrocombustíveis, que resulta na ampliação de novas áreas de cultivos, e a conservação das florestas tropicais. De posse do marcador genético definido, os produtores teriam condições de escolher e implantar a variedade de melhor produtividade, selecionada em conformidade com os resultados do sequenciamento.

Na contramão desta perspectiva otimista, outros pesquisadores criticam as extrapolações do estudo por não levar em conta os efeitos deletérios que podem ser desencadeados em função da seleção de variedades com melhor rendimento. Segundo tal perspectiva, corre-se o risco de intensificar a pressão sobre os recursos naturais, porquanto a dinâmica regente do capital agroexportador perpassa pela ampliação ilimitada de suas “fronteiras” econômicas. Como dissera Casanova (2017), embora estejamos à beira do colapso, os saberes especializados só são levados a sério quando não ousam afetar a mola propulsora do sistema dominante: a maximização de lucros.

De todo modo, o sequenciamento genético do genoma do dendê abre um vasto leque de possibilidades presentes e futuras em termos bioeconômicos para as *plantations* modernas do dendê. Para além das descobertas já anunciadas pelos pesquisadores do *Oil Palm Genome Projects*, a ênfase dos estudos genômicos para atender as demandas do setor empresarial tem se concentrado fundamentalmente em quatro questões:

⁶⁵ Cf. Singh, R., Ong-Abdullah, M., Low, ET. *et al.* Oil palm genome sequence reveals divergence of interfertile species in Old and New worlds. *Nature* 500, 335-339 (2013). <https://doi.org/10.1038/nature12309>; e Singh, R., Low, ET., Ooi, LL. *et al.* The oil palm *SHELL* gene controls oil yield and encodes a homologue of SEEDSTICK. *Nature* 500, 340–344 (2013). <https://doi.org/10.1038/nature12356>.

⁶⁶ Recomenda-se ver a matéria produzida pela Agência France Press e repercutida pelo Jornal Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2013/07/24/interna_ciencia_saude.378730/sequenciamento-do-genoma-do-oleo-de-dende-identifica-gene-essencial.shtml>. Acesso em: 10 ago.2020.

- a) identificação de genes que ofereçam maior resistência a doenças fitossanitárias severas, como o amarelecimento fatal (AF) e a *podrición de cogollo* (PC);
- b) descoberta de genes responsáveis pela acidificação do fruto, com o intuito de melhor manejá-los, em virtude das perdas econômicas resultantes do descompasso entre o tempo de colheita e o transporte dos cachos frescos até a unidade de processamento agroindustrial;
- c) pesquisa de genes e de insetos para suplantiar a necessidade de polinização manual assistida no híbrido interespecífico (O x G), visando reduzir custos com pagamento de mão-de-obra para as empresas;
- d) identificação de genes tolerantes a condições adversas de salinidade, baixas temperaturas e déficit hídrico, com vistas ao espraiamento dos monocultivos de dendezeiros para outras áreas geográficas inicialmente descartadas pelo Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro, como o Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste brasileiros (SOUZA JUNIOR *et al.*, 2017);

Entrementes, estamos assistindo a uma ruptura epistêmica profundamente radical no domínio biológico e nas ciências da comunicação, nos termos em que registrou Casanova (2017). Nesta quadra, as ômicas, a biotecnologia e os algoritmos gerados pela bioinformática ocupam o lugar central. No mundo tecnológico, cujas decisões espelham os cálculos do Big Data, os próprios limites da soberania e da política são reposicionados⁶⁷, pois, como sublinha o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2015), “soberano é quem controla os dados”. Por outro lado, a definição de estratégias empresariais de implantação de megaempreendimentos do agronegócio, no caso em particular do dendê, tende futuramente a se ancorar em fundamentos da genética, e não somente em argumentos relativos à aptidão de solo e de clima.

As pesquisas econômicas assinaladas nas entrevistas atendem precipuamente ao interesse de conferir melhores padrões de produtividade, lucratividade e competitividade às “cadeias de valor” das empresas. A noção operacional de “cadeia de valor” proposta por Porter⁶⁸ (1991) ganhou amplo espaço na literatura e nas práticas administrativas, em função de seu propósito afinado ao desejo de fortalecimento dos negócios empresariais, mediante a identificação e correção de pontos críticos que prejudicam a obtenção de “vantagens competitivas”. Corresponde às múltiplas atividades desempenhadas em cada setor específico

⁶⁷ A esse respeito ver a matéria publicada por Grain (2021) quanto a inserção das *Big Techs* na produção de alimentos e na agricultura. Disponível em: <https://www.grain.org/pt/article/6604-control-digital-a-entrada-das-big-techs-na-producao-de-alimentos-e-na-agricultura-e-o-que-isso-significa>. Acesso em: 31 jan. 2021.

⁶⁸ Cf. Porter, M. *Ventaja competitiva: creación y sostenimiento de un desempeño superior*. Traducido por Ing. Ind. Ma. Ascensión de la Campa Perez-Sevilla. Buenos Aires: Editorial Rei Argentina S.A, 1991.

(unidade de negócio) de uma organização, abrangendo desde o desenho, produção, circulação e apoio aos produtos. Envolve não apenas a empresa em si, mas seus fornecedores, os canais de comercialização por onde os produtos circulam e os compradores. A noção de valor consiste “naquilo que os consumidores estão dispostos a pagar por determinado produto ou serviço, como por exemplo preços mais baixos ou benefícios únicos” (ibid., p.54). Em suma, Porter está interessado única e exclusivamente na maximização de utilidades, não importa o preço social final a ser pago.

Por outro lado, sob a ótica dos agroempresários do dendê, a eficiência na gestão das “cadeias de valor” implica na redução das estruturas de custo, em maior retorno do investimento e na consolidação da “sustentabilidade” do negócio. Aí estão incluídos aportes em inovação tecnológica (automação, nanotecnologia, bioinformática, rastreabilidade), gerenciamento da força de trabalho mediante técnicas psicossociais de “gestão participativa” e de inculcação do ideário do “capital humano”, integração de pequenos agricultores e ambientalização das práticas discursivas com vistas a um melhor posicionamento no mercado.

No campo das ciências da nutrição, as pesquisas focam na questão do bem-estar representado pelos ácidos graxos saturados na prevenção de doenças cardiovasculares, em substituição a ácidos graxos que contenham gorduras trans, que ao passarem por processos de hidrogenação parcial modificam a consistência dos alimentos do estado líquido para sólido ou semissólido. De acordo com Lima *et al.* (2010), o balanço entre ácidos graxos saturados e insaturados no óleo de palma é estável. Os autores acrescentam que “por meio de processos físicos, tanto o óleo de palma como o de palmiste podem ser separados em duas partes: uma líquida, a oleína, e outra sólida, a estearina. Essa composição confere ao óleo de palma uma consistência semissólida, o que lhe dá maior flexibilidade para produzir grande variedade de produtos” (ibid., p. 208).

Normalmente as investigações patrocinadas pela indústria alimentícia enaltecem os potenciais benefícios gerados pelos ácidos graxos saturados neutros presentes no azeite de dendê, os quais atuam para reduzir o colesterol total no organismo e melhorar a proporção do colesterol bom em relação ao colesterol danoso. Numa das principais publicações da Fedepalma (2013), afirma-se não apenas a possibilidade de se prevenir enfermidades cardiovasculares, mas a cura do câncer e o retardamento de processos biológicos de envelhecimento. As empresas palmicultoras utilizam essa constelação de argumentos biopolíticos para tentar persuadir os consumidores acerca das supostas benesses atribuídas a seus produtos, exaltados como fonte de saúde, longevidade e jovialidade. O Presidente da Abrapalma, por exemplo, enxerga aí uma excelente oportunidade de conquistar novos

mercados: “o Brasil em 2023 não vai poder mais utilizar gorduras trans, o que vai substituir essa gordura, a única que tem naturalmente é a palma⁶⁹”.

Recentemente, a Diretoria Colegiada da Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou a Resolução RDC nº 332, de 23 de dezembro de 2019, cujo propósito consiste na definição dos requisitos para uso de gorduras trans industriais em alimentos. As medidas envolvem o estabelecimento do limite de no máximo 2 gramas de gorduras trans por 100 gramas de gordura nos óleos refinados nos alimentos comercializados a partir de julho de 2021 e o banimento das gorduras trans a partir de 1º de janeiro de 2023 na produção, importação, uso e oferta de óleos e gorduras parcialmente hidrogenados para uso em alimentos e de alimentos formulados com estes ingredientes.

Observa-se uma grande expectativa das empresas do dendê com a dinamização do mercado interno e o conseqüente aumento da demanda por óleo de palma, para suprir as novas exigências determinadas pela ANVISA. O marco legal institucionalizado pela agência segue os parâmetros da decisão adotada em meados dos anos 2000 pela *Food and Drug Administration* (FDA), agência norte-americana responsável pela regulação de alimentos e medicamentos.

No entanto, Gagliardi, Mancini Filho e Santos⁷⁰ (2009) apontam a equivalência entre os efeitos maléficos causados pelas gorduras saturadas presentes no dendê e aqueles provocados pelas gorduras trans. Nesse caso, o grau de risco seria idêntico. A amostra aplicada no estudo selecionou produtos como margarina cremosa, biscoito recheado, biscoito salgado, batata frita e lanche com hambúrguer cadeia de *fast food* multinacional. Observou-se que mesmo o óleo de palma não sendo submetido a hidrogenação para conservar e manter a consistência dos alimentos, a alta concentração de ácido palmítico presentes nesses alimentos industrializados pode expor as pessoas às mesmas doenças decorrentes do consumo de gorduras saturadas. Outros estudos alertam para os riscos da presença de gorduras saturadas em produtos alimentícios, cujos efeitos seriam danosos para a saúde cardiovascular⁷¹.

Acerca da controvérsia apontada, para além dos diferentes achados científicos, não se pode deixar de considerar a guerra mercadológica entre as empresas produtoras de *commodities* oleaginosas, em especial a disputa dendê *versus* soja. Enquanto Estados Unidos, Brasil e

⁶⁹ Entrevista realizada com o Sr. Roberto Yokoyama, em 31/01/2019, na sede da FAEPA.

⁷⁰ Cf. *Perfil nutricional de alimentos com alegação de zero gordura trans*. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302009000100015>. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁷¹ Ver estudo publicado por pesquisadores do Agricultural Research Service (ARS), do United States Department of Agriculture (USDA). Disponível em: <<https://agresearchmag.ars.usda.gov/ar/archive/2009/apr/fats0409.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

Argentina se especializaram na produção da maior fatia da soja consumida mundialmente, Indonésia e Malásia hegemonizam mais de 80% da produção de azeite de dendê. Com o arrefecimento da corrida pelos agrocombustíveis, em função da queda acentuada do preço do barril do petróleo nos últimos anos, conjugado às restrições comerciais impostas pelo Parlamento Europeu a países desmatadores, o consumo de dendê na indústria alimentícia se manteve em alta, em parte devido às oportunidades abertas pelas normas nacionais de vedação às gorduras trans e notadamente às demandas crescentes da Índia e da China.

Quanto aos estudos referidos à ecologia da paisagem, estes abrangem iniciativas patrocinadas por coalizões empresariais multipartes, projetos apoiados por organismos multilaterais de meio ambiente, agências de cooperação ao desenvolvimento e pesquisas aplicadas destinadas a oferecer subsídios tecnocientíficos a governos visando a constituição de “corredores ecológicos”. Os fundamentos de tais ações estão ancorados no domínio epistêmico da ecologia, autoproclamada como “ciência da sustentabilidade”.

As abordagens retomam a noção de quadro natural descortinada por Foucault (2000) e retomada por Almeida (2009), no qual se evoca a conservação da vida em determinados “nichos ecológicos”. Conformam um sistema de positivities constituído por discursos que remetem a uma certa noção de ecologia da paisagem, referida à análise multidimensional e integrada dos elementos físicos e ecológicos de sistemas naturais e de sua interrelação com fatores socioeconômicos e políticos (HAINES-YOUNG, GREEN e COUSINS, 1993; VIEIRA, 2014). Espelha uma visão de conservação ambiental harmonizada com a maximização da eficiência econômica, regida pelos imperativos da economia de mercado. Também está cimentado por uma ideia jurídica de institucionalização de áreas de proteção, corolário de certa ciência aplicada comprometida em oferecer soluções aos problemas ambientais gerados pelas mudanças climáticas e pelo fenômeno da globalização neoliberal.

Uma das iniciativas em curso diz respeito à proposta de criação de um corredor ecológico abrangendo “reservas ambientais” privadas de empresas do dendê no Baixo Tocantins, conjugado ao pagamento de serviços ambientais a essas companhias, conforme previsto no estudo “Usos socioambientais de reservas privadas - Diagnóstico e perspectivas para a sustentabilidade de usos da terra”, elaborado por pesquisadores da Iniciativa Amazônica (Iniama) e do Museu Emílio Goeldi (MPEG), e publicado pela Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) em 2020. O corredor reuniria as reservas legais da Agropalma e da Biopalma (atual Brasil Biofuels), declaradas junto ao Sistema do Cadastro Ambiental Rural (SICAR/PA), que em parte intrusam em terras tradicionalmente ocupadas reivindicadas pela

AMARQUALTA e pela Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará – ARQVA.

De um ponto de vista crítico essas ideias naturalizam processos atravessados por relações de poder assimetricamente dispostas no mundo social, porquanto estão ancorados em biologismos e geografismos articulados a dispositivos jurídicos⁷² que permitem a apropriação e o controle do uso das terras, usualmente acompanhadas de violações de direitos territoriais e étnicos. Por outro lado, são permeadas pela noção de protecionismo descrita por Almeida (2012), uma vez caracterizados por ações oficiais de reorganização de “espaços” e “territórios”, traduzidas em políticas desenvolvimentistas em prol do crescimento econômico, conjugadas com a identificação de recursos naturais estratégicos para fazer frente a disputas comerciais com outros países e/ou blocos econômicos.

A noção de “corredores ecológicos” remete a metáforas geométricas instituídas para designar determinadas “regiões” de fronteira, conforme discutido criticamente por Ramirez⁷³ (2016). De acordo com Almeida (2020), as políticas desenvolvimentistas interpretadas como expressões do neocolonialismo atual se fortalecem a partir de megaprojetos de infraestrutura e logística referidos a diversos símbolos, dentre estes os de “corredor”, “arco”, “polígono”. Os “corredores ecológicos” preconizados pela ecologia da paisagem correspondem a “definição de unidades naturais” que “auxiliam na conservação da biodiversidade”, assegurando a conectividade de fluxos ecológicos e a gestão ambiental territorializada na escala de bacias hidrográficas (VIEIRA, 2014, p. 128). Percebe-se, no entanto, uma imbricação dos imperativos da proteção com os do protecionismo, objetivado na proposição de estudos afinados a estratégias empresariais de colonização da natureza pelo agronegócio.

Conforme sublinha Almeida (2020 p. 36), na ótica dos planejadores

a noção de “corredor” estampa as relações sociais entre produtor e consumidores, abrangendo as vias por onde escoam produtos, bens e serviços. Do ponto de vista ambiental o significado é outro, a noção de “corredores ecológicos” tem sido usada para relacionar a interligação de grandes áreas destinadas a proteção ambiental, enquanto os chamados “corredores biológicos” possuem um significado avizinhado, ao privilegiarem áreas de incidência de determinadas espécies consideradas prioritárias, do ponto de vista do patrimônio genético.

⁷² Em dezembro de 2019 o Governo do Pará enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 404/2019, convertido na Lei nº 9.048, de 04 de maio de 2020, que visa instituir a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas. Um dos eixos preconizados por este ordenamento legal consiste na criação de instrumentos jurídicos e financeiros para viabilizar o pagamento por serviços ambientais, caracterizado como “incentivo monetário ou não, que visa a compensar quem contribui para preservar e recuperar os ecossistemas e seus serviços ecossistêmicos” (art. 3º, inciso XVII). Complementarmente, o governo federal sancionou a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que criou a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA).

⁷³ RAMIREZ, N. A. V. 2016. 183 f. Disciplina que genera indisciplina. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.

No âmbito brasileiro se destaca a coalizão Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), constituída por 40 (quarenta) empresas, organizações não-governamentais, *think tanks*, consultorias, institutos de pesquisa agrônômica e agências de cooperação ao desenvolvimento. A nível colombiano, o projeto *Paisaje Palmero Biodiverso* executado pelo Instituto Alexander von Humboldt, em parceria com a Cenipalma, a Fedepalma e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF, cujo financiamento é proveniente do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). O projeto tem como finalidade identificar áreas de alto valor de conservação nas terras controladas por empresas do agronegócio do dendê.

Essas iniciativas estão inextricavelmente coadunadas com a governamentalidade bioeconômica da dendeicultura, porquanto visam abrir novas oportunidades de mercado baseadas na valorização de “ativos ambientais” resultantes de interações entre processos biológicos e circuitos econômicos, entrelaçando os imperativos do “capital natural” aos do “capital humano”. A perspectiva está alinhada às noções operacionais adotadas por organismos multilaterais e agências de cooperação ao desenvolvimento. Por outro lado, a despeito da ambientalização do discurso, as práticas políticas, jurídicas e empresariais estão enraizadas em necrosaberes. Retoma-se a ideia do quadro natural para construir representações pautadas em biologismos, geografismos e evolucionismos. Uma das expressões desse jogo de relações perpassa pela “harmonia coerciva” adstrita ao mecanismo de “consulta às partes interessadas”, tão celebrada pelos próceres da “governança”.

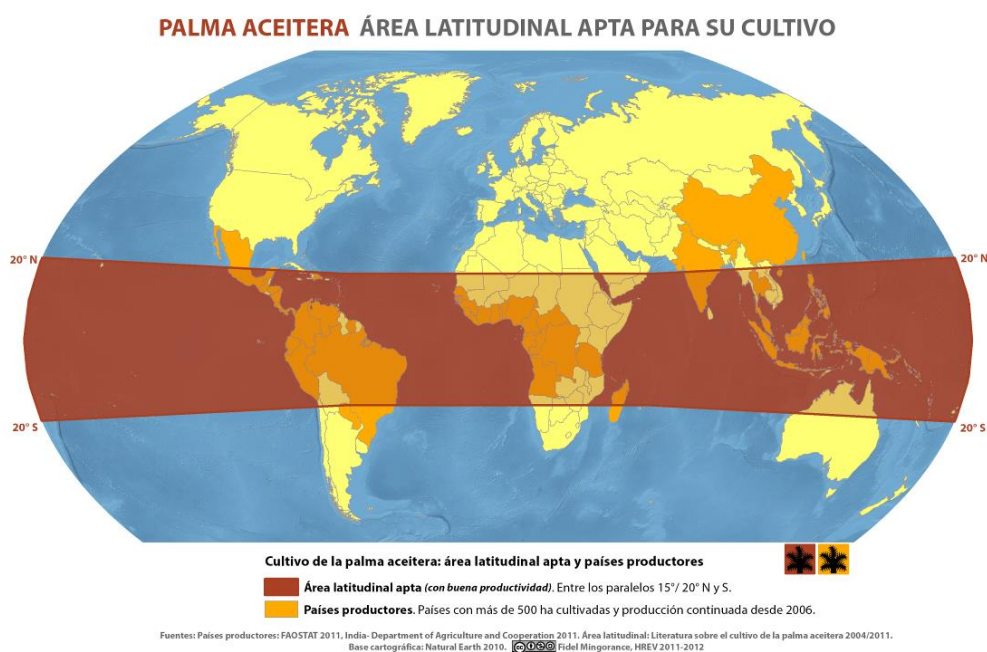
Como observado no decorrer deste capítulo, as representações construídas pelo necrosaber estabelecem as condições de possibilidade de efetivação das *novas plantations*, delineando os contornos dos modelos produtivos e os pacotes tecnológicos a eles associados, os regimes de apropriação e controle do uso da terra, a gestão biopolítica das relações de trabalho, as formas eufemizadas de inclusão de pequenos agricultores a esquemas contratuais e os mecanismos de solapamento do instituto das terras tradicionalmente ocupadas. É sobre isso que discutirei no capítulo seguinte.

4 DENDÊ, PRODUTO NAS/PARA/DAS PLANTATIONS E INSTITUTOS DE PESQUISA COLONIAIS

Os discursos sociotécnicos empregados pelos entusiastas do dendê produzem distintos efeitos de poder nas relações existentes no mundo social, mormente, em termos necropolíticos, mas também fundamentam as tentativas de remodelação das condutas, visando inculcar no imaginário geral o uso cada vez mais amplo dos produtos e subprodutos provenientes do dendezeiro, por meio de processos de subjetivação moldados por enunciações biopolíticas associadas à nutrição, a saúde e ao meio ambiente (bem-estar, segurança alimentar, ausência de gorduras trans, proteção contra doenças cardiovasculares, vitalidade, consumo sustentável, redução de gases de efeito estufa, mudanças climáticas e outros).

A desnaturalização desses discursos implica em considerá-los não simplesmente como “conjunto de signos para designar coisas”, mas como práticas decorrentes de relações sociais, “que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2008, p. 60). Daí resulta a necessidade de identificar os detentores da autoridade da fala, os que a incorporam como verdade, os critérios de competência e de saber, os níveis de poder e as condições de legitimação das referidas práticas discursivas. Seguindo a perspectiva foucaultiana, não se pretende empreender uma análise de discurso, mas entender como estes se instituem como verdade, como conjuntos de sentidos que geram efeitos concretos de poder.

Figura 1 - Zonas tropicais classificadas como “aptas” à dendeicultura



Fonte: Mingorance, 2012.

A bioeconomia da *plantation* do dendê, analisada aqui contrastivamente no Brasil e na Colômbia, mas com elementos relacionados a outros territórios da África, do Sudeste Asiático e da América Latina, economicamente é representada sob a forma de *commodity*, cuja

participação é significativa no mercado internacional de óleos vegetais, sendo o mais consumido no mundo, com 71,5 milhões de toneladas, seguido pela soja com 55,5 milhões de toneladas, de acordo com a Oil World⁷⁴ (2020). A ampliação do consumo de óleo de dendê, de óleo de palmiste e de torta de palmiste, fundada, sobretudo, no argumento da eficiência econômica, por se tratar do cultivo com maior produtividade por hectare em comparação com outras oleaginosas, tem exercido severas pressões sobre as terras tradicionalmente ocupadas situadas nas latitudes tropicais compreendidas entre os paralelos 15° e 20° N/S, alvo por excelência das estratégias empresariais.

Os quinze maiores produtores de óleo de palma, em ordem decrescente: Indonésia, Malásia, Tailândia, Colômbia, Nigéria, Guatemala, Equador, Honduras, Papua Nova Guiné, Brasil, Costa do Marfim, Camarões, Gana, República Democrática do Congo e Costa Rica, estão situados nessa faixa equatorial qualificada nas representações e práticas agrônômicas, físico-químicas, biológicas, climatológicas e geográficas como a mais adequada em termos de “aptidão pedológica e edafoclimática” para o cultivo de dendezeiros. Conforme se discutirá adiante, trata-se de processos socialmente construídos, consoante uma discursividade circular que evoca reiteradamente a mútua dependência entre os “trópicos úmidos” e o dendê, defendido como a *plantation* mais apropriada para impulsionar a prosperidade de territórios rurais rotulados como economicamente estagnados, socialmente empobrecidos e ambientalmente “degradados” (MINT, 2008; SILVA, 2015; DÍAZ MORENO, 2016).

O mapa apresentado na figura 1 corresponde a uma tentativa de objetivação do saber agrônômico acumulado desde o início do século XX, que afirma existir uma “zona preferencial” para o cultivo de dendezeiros em larga escala nos países da Ásia, África, América Latina e Oceania. Referida delimitação é atribuída a “fatores naturais” concernentes à aptidão de solo, relevo e clima, bem como a práticas de manejo experimentadas durante décadas de pesquisa aplicada conduzidas por pesquisadores vinculados a organizações como o Instituto de Pesquisa em Óleos e Oleaginosas - IRHO (Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux, em francês), criado em 1941 e sucedido em 1984 pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento – CIRAD (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, em francês), o Instituto Nacional de Estudos Agrônômicos do Congo Belga – INEAC⁷⁵ (Institut National pour les Études

⁷⁴ Ver em: <https://www.oilworld.biz/>. Acesso em: 20 nov.2020.

⁷⁵ A variedade *Tenera*, amplamente utilizada por empresas do agronegócio do dendê por ser considerada de alta produtividade agrícola, é um híbrido interespecífico criado por pesquisadores belgas do INEAC, a partir do cruzamento das variedades Deli (produzida em experimentos na Indonésia) x Dura (cultivada em dendezeais

Agronomiques du Congo, em francês) e o Instituto da África Ocidental para a pesquisa de dendezeiros (WAIFOR), atualmente Instituto de Pesquisas sobre Óleo de Palma da Nigéria (NIFOR).

Sob influência de agências herdadas do colonialismo, posteriormente nasceram outros institutos de pesquisas voltados exclusiva e/ou parcialmente para a investigação de temas relacionados ao agronegócio do dendê, notadamente no campo das ciências agrárias, tais como o Instituto de Pesquisa de Óleo de Palma da Malásia - PORIM (Palm Oil Research Institute of Malaysian, em inglês), sucedido pelo Conselho de Óleo de Palma da Malásia - MPOB (Malaysian Palm Oil Board, em inglês), o Instituto de Pesquisa da Palma de Óleo da Indonésia - IOPRI (Indonesia Oil Palm Research Institute, em inglês), o Instituto Nacional de Óleos, o Instituto Agrônomo do Norte, o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê (CNPDS), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto de Fomento Algodoeiro (IFA), o Instituto Colombiano Agropecuario (ICA), o Centro de Pesquisa em Óleo de Palma – Cenipalma, (Corporación Centro de Investigación en Palma de Aceite, em espanhol), ligado diretamente à Federação Nacional dos Cultivadores de Óleo Palma (Fedepalma), e a Empresa Colombiana de Pesquisa Agropecuária – Corpoica (Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria, em espanhol), atualmente Agrosavia.

A representação da “aptidão global do dendê” se caracteriza como necrosaber, porquanto as relações de poder são elididas pela monotonia do discurso agrônomo – (edafoclimático, ecológico, geotecnociências), os conflitos desaparecem e os direitos territoriais e étnicos são simplesmente “varridos do mapa”. Destarte, o próprio quadro natural erigido para fundamentar a delimitação de “zonas preferenciais” propícias ao cultivo comercial de dendezeiros é constituído por representações decorrentes de antagonismos sociais arraigados desde a conversão deste cultivo tradicional em *plantation*⁷⁶. Tem sido comum na vasta literatura sobre o tema a secundarização da dimensão diaspórica do dendê e os aspectos profanos de sua comoditização em face dos usos associados a rituais religiosos, à culinária e à ancestralidade africana.

Os primeiros registros alusivos ao dendê aparecem nos relatos de viagem do veneziano Alvise Ca’ de Mosto, também conhecido como Luis Cadamosto, mercador de negros escravizados, escritos uma década após as expedições realizadas em meados do séc. XV à costa

tradicionais na África). De acordo com dados da Abrapalma, mais de 90% dos monocultivos de dendezeiros implantados no Pará utilizam mudas de *Tenera*.

⁷⁶ A respeito dos debates sobre *plantation* e “nova” *plantation*” ver Mint (2008), Mbembe (2018), Tsing (2019), Araújo (2020) e Almeida (2017).

africana, a serviço do príncipe português Enrique El Navegante⁷⁷. O objetivo de tal empreendimento visava o apossamento de novos territórios, a descoberta de ouro e o tráfico de pessoas em troca de cavalos. De acordo com a literatura historiográfica, Cadamosto é um dos primeiros autores a descrever uma antropologia dos negros africanos, a partir de suas anotações etnográficas.

No capítulo XXVII de seu relato de viagem, intitulado *Frutos de vários tipos e um óleo maravilhoso*, o uso do azeite de dendê na dieta alimentar e sua distribuição em extensas áreas próximas ao litoral, em particular no Reino do Senegal e no Golfo da Guiné, é narrado da seguinte maneira:

Nesse país, eles usam um certo óleo em seus alimentos [cuja fabricação eu não sei]. Possui três propriedades: o perfume das violetas, o sabor do nosso azeite e uma cor que tingem a comida como açafraão, mas é mais atraente. Também se encontra neste país uma espécie de árvore que produz nozes vermelhas com 'olhos' pretos em grandes quantidades - mas são pequenas (CADAMOSTO, 1937, n.p., tradução nossa)

Algumas décadas mais tarde as sementes de “nozes vermelhas com olhos pretos” chegaram ao Brasil trazidas nos porões de navios negreiros na travessia do Atlântico. Conjectura-se o uso do dendê como alimento durante a diáspora dos negros capturados na costa africana e transportados como mercadorias racializadas, coisificadas e completamente desumanizadas, usados como força de trabalho escravizada nas colônias. Anos depois começaram a se formar os primeiros dendezaís “sub-espontâneos” em extensos territórios localizados no sul da Bahia, cujas sementes teriam sido disseminadas por urubus e crescido naturalmente à semelhança do que ocorria na África (CONDURU, 1957). No capítulo 3, anteriormente discutido, são apresentadas evidências desconstruindo essa hipótese usualmente empregada por agrônomos.

Tradicionalmente o azeite de dendê se constitui como símbolo inextricavelmente ligado à identidade e resistência afro-brasileiras, expressos na culinária e nos rituais das religiões de matriz africana, como o candomblé praticado na Bahia, no Maranhão, no Pará e em outras partes do país. Espelha, portanto, uma conexão duradoura entre a planta e a ancestralidade negra, como uma espécie de alimento para o corpo e a alma, diferentemente da reificação contida nos usos comerciais em larga escala (HUBER, 2016; WATKINS, 2018). Este legado cultural está umbilicalmente associado aos modos de existência presentes em certas regiões da África.

La producción local de aceite de palma prosperaba hasta que fue brutalmente interrumpida por la ocupación colonial, en la que muchos de los huertos fueron puestos al servicio de las compañías extranjeras e inmensas áreas de tierras fueron

⁷⁷Cf. https://books.google.com.br/books?id=ugckDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 23 set. 2020.

despojadas violentamente para dar lugar a las primeras plantaciones a gran escala de palma aceitera en el mundo.

Los gobernantes europeos de las colonias seleccionaron entre las distintas palmas africanas y, con la misma fuerza bruta, establecieron plantaciones masivas de palma aceitera en el sureste asiático. El aceite de palma barato producido en las plantaciones de Asia, virtualmente con trabajo esclavo, sería enviado de vuelta a África, convirtiendo a la región — que una vez no tuvo problemas para producir excedentes de aceite de palma —, en un gran importador.

El periodo poscolonial no fue mucho mejor para las comunidades de la región. Bajo la cobertura de los programas de plantación del Banco Mundial, en las décadas de los años 1970 y 1980, las antiguas compañías coloniales de plantaciones pudieron restablecer su presencia en la región (THE ALLIANCE AGAINST INDUSTRIAL PLANTATIONS IN WEST AND CENTRAL AFRICA, 2019, p. 6-7).

Em 1959 o IRHO empreendeu uma visita ao Brasil com o objetivo de impor um modelo de modernização da produção de dendê em solo baiano, mediante a introdução de híbridos *tenera* provenientes da Costa do Marfim. No mesmo ano foi celebrado um convênio com o Instituto Nacional de Óleos, do Ministério da Agricultura. As várias tentativas de impulsionamento de grandes monocultivos se revelaram frustradas e são atribuídas principalmente à resistência cultural e afro religiosa, implicando no deslocamento de projetos governamentais e privados para a Amazônia no final dos anos 1960 (WATKINS, *op. cit.*)

O nome científico *Elaeis guineensis* Jacquin foi conferido em 1763 pelo botânico holandês Nikolaus Joseph von Jacquin, médico imperial da corte austríaca. A designação *Elaeis* é uma derivação da palavra grega *elaia*, que significa oliva; *guineensis* é uma referência ao seu lugar de origem, o Golfo da Guiné, na África equatorial (FEDEPALMA, 2013). De acordo com Homma (2016), em 1949 foi efetuada a primeira experiência de cruzamento do dendezeiro africano com o caiaué (*Elaeis oleifera* ou dendê americano), resultando na produção do híbrido interespecífico (HIE O x G). O responsável foi o agrônomo George O’Neil Addison, pesquisador do Instituto Agrônomo do Norte, que pretendia desenvolver uma variedade adaptada às várzeas amazônicas, vislumbrando a implantação de um projeto conduzido pela Unilever.

A vasta literatura sobre o tema permite relacionar o nascimento da comoditização do dendê a meados do Séc. XIX quando passou a ser demandado pelos ingleses no bojo da “revolução industrial”, principalmente para a fabricação de sabão, de velas e lubrificantes para as máquinas. A Nigéria, então colônia britânica, foi a principal fornecedora de azeite extraído de cultivos tradicionais existentes em seu território (FEDEPALMA, *op. cit.*). Verger (1987) revela a transmutação de antigos traficantes de escravos em comercializadores de azeite no litoral africano, no eixo da denominada Costa do Dendê. O autor sugere que o novo negócio teria sido decisivo para a política inglesa de proibição do tráfico de pessoas negras para o

trabalho forçado nas *plantations* coloniais. Essa perspectiva é contraditada por Buck-Morss (2013), que o vincula aos efeitos da Revolução haitiana comandada por Toussaint Louverture.

No entanto, foi precisamente no Congo colonizado pelos belgas, palco de um dos maiores genocídios da história, que o aproveitamento de dendê em escala comercial foi maximizado, consoante estratégias de “modernização da agricultura”, por meio da aplicação de conhecimentos agronômicos, experimentos técnicos, controle da produção, instalação de unidades fabris e infraestrutura portuária⁷⁸ (NICOLAI, 2013; EXPOCONGO, 2020). Foi ali, na Nigéria e na Costa do Marfim que os primeiros monocultivos agroindustriais foram introduzidos entre os anos 1925 e 1930 (SURRE, 1993).

4.1 A PRESENÇA HOLANDESA NA PLANTATION DO DENDÊ

Uma das empresas emergentes no início do Séc. XX foi a Lever Brothers, fabricante de sabões, constituída pelos irmãos ingleses no século XIX, fundada em 1930 com a holandesa *Margarine Unie*, produtora de azeites comestíveis, formando a multinacional Unilever, um dos principais conglomerados do mercado de óleo de palma atualmente. Pouco sublinhado na literatura, a relação deste grupo empresarial com a colonização belga está na ordem daquilo que não se pode falar. Raramente as pessoas conjecturam tal associação ao consumirem produtos alimentícios, cosméticos ou de limpeza estampados com a marca desta companhia.

Em 14 de abril de 1911, a administração colonial congoleza concedeu o monopólio de 6,8 milhões de hectares com dendezaais nativos ao lorde Leverhume, registrados em nome da *Plantations et Huileries du Congo* (PHC) e da *Société des Huileries du Congo Belge* – SEDEC, sem qualquer anuência por parte das comunidades tradicionais Lokutu, Boteka e Yaligimba, intrusadas pelo empreendimento. O acordo previa a exploração dos cultivos, a construção de unidades de processamento e a alienação das terras em nome da empresa em 1945. As perversidades do regime de trabalho compulsório e os processos de expropriação são atribuídos como causas principais do levante organizado pelos congolezes em 1931, conhecido como Revolta do Pende, reprimida violentamente por forças policiais do regime, deixando um saldo estimado de 1.100 mortos (CORNEVIN, 1970; BOAHEN, 2010; NICOLAI, 2013). Tal qual

⁷⁸ Na edição do impresso *Correio da Manhã*, de 13 de novembro de 1887, precisamente seis meses antes da edição da Lei Áurea no Brasil, publicou-se a “Carta de Loanda”, a qual trazia notícias do Congo e Angola. Num de seus trechos consta o seguinte relato: “Notícias vindas do Zaire referem coisas incríveis da administração do Estado livre do Congo. Por exemplo, uma companhia belga que alli se estabeleceu apoderou-se fraudulentamente de uns terrenos pertencentes aos pretos. Quando estes iam para apanhar o dendê, foram recebidos á bordoada. Quiseram fazer guerra aos brancos, mas a administração do Estado tomou partido da companhia e os pobres negros viram suas povoações queimadas e uns poucos de companheiros mortos”.

ocorrera com a borracha, os povos tradicionais situados às proximidades de plantios eram obrigados a cumprirem altas metas de produtividade, sob pena de sofrerem severas punições físicas e psicológicas por parte do regime de terror vigente.

As atividades empresariais da Unilever no Congo perduraram por todo o século XX e só encerraram definitivamente em 2009, após vender as terras consuetudinárias incorporadas ao seu patrimônio por meio de manobras jurídicas lastreadas nas concessões fornecidas pelo governo. De acordo com o relatório recém-divulgado pelo *The Oakland Institute*⁷⁹, a gigante corporativa ficou devendo cerca de US\$ 24 milhões de dólares aos trabalhadores. A companhia compradora das plantações registradas em nome da PHC foi a canadense *Feronia Inc.*, com negócios registrados na Bolsa de Valores de Toronto e sediada nas Ilhas Cayman. Reportagem do Grain (2015) revela uma complexa trama financeira para financiar as operações desta empresa, envolvendo fundos de “desenvolvimento” africanos, europeus e estadunidenses, conjugados com recursos oriundos de paraísos fiscais. Além de dar continuidade ao processo de apropriação violenta das terras comunais, a *Feronia Inc.* foi acusada de impor regimes de trabalho compulsórios análogos à escravidão⁸⁰.

Mesmo após ter recebido vultosos financiamentos de bancos de desenvolvimento europeus, estimados em US\$ 150 milhões de dólares, a companhia canadense pediu falência em julho de 2020, culminando na venda de seus ativos para um consórcio de empresas representado pela *joint venture Straight KKM*, financiado por fundos de pensão da Europa, Estados Unidos e África do Sul, além da Universidade de Michigan e da Fundação Bill & Melinda Gates. Por meio desses investimentos a *Straight KKM* é a atual controladora majoritária da PHC. Não obstante, os conflitos sociais permanecem acirrados naquele lugar, os quais se expressam por meio da violência armada contra líderes sociais acusados de roubarem frutos de dendezeiros da empresa, de cercamentos físicos, da contaminação das fontes de água e da negação de direitos territoriais consuetudinários. O caso mais recente que provocou consternação internacional se refere à morte do jovem Blaise Mokwe, em fevereiro de 2021,

⁷⁹ Cf. THE OAKLAND INSTITUTE (2021). *In King Leopold's steps*. The investors bankrolling the PHC oil palm plantations in the Democratic Republic of Congo. Disponível em: <<https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/leopolds-steps-eng-corrected.pdf>>. Acesso: 10 mar. 2021.

⁸⁰ Segundo reportagem publicada pelo Grain (2014), em 2009 o Gerente da Feronia Inc., Sr. Ravi Sood, teria afirmado em tom triunfalista: “Feronia tem potencial para reproduzir a revolução agrícola que tem ocorrido no Brasil durante os últimos 30 anos”. Cf. <https://www.grain.org/article/entries/5112-alimentando-al-1-por-ciento>. Acesso em: 20.jul.2020.

que após ter sido preso por seguranças da PHC, fora torturado na cadeia, vindo a óbito em seguida⁸¹.

Figura 2 - Sistema de trabalho compulsório nos dendezaís do Congo



Fonte: H. Nicolai, 1955.

A pedido da Unilever, em 1949 o botânico brasileiro Ricardo de Lemos Froés, vinculado ao Instituto Agrônômico do Norte (IAN), elaborou um estudo acerca das possibilidades de aproveitamento econômico de dendezaís nativos formados pelo caiaué (*elaeis oleifera*) no eixo dos rios Urubu, Madeira, Solimões e Negro, no Amazonas, e nas várzeas altas do Rio Guamá, no Pará (HOMMA, 2016a). Não obstante as expectativas despertadas com a possibilidade de implantação desse empreendimento, o projeto não prosperou. Contudo, a empresa foi peça fundamental na introdução de sementes de dendezeiros *elaeis guineensis* na Amazônia, provenientes da Estação Experimental de Yangambi, no Congo, em 1951. Inclusive havia grandes expectativas por parte dos pesquisadores do IAN em relação às oportunidades de investimentos da Unilever no Pará.

Para realçar o que poderá ser o valor do Dendê no Pará, mencionamos o fato do interêsse da Lever em estabelecer uma plantação de alguns milhares de hectares em nosso Estado.

O Instituto Agrônômico do Norte, em 1949, recebeu do Congo Belga as primeiras sementes de Dendê, graças à visão do seu então Diretor, Dr. Felisberto C. Camargo e à grande colaboração da Lever, estabelecendo a partir de 1952, seus dendezaís, que contam hoje com mais de 5.000 palmeiras, com 6 e 8 anos, em quadras definitivas, das quais cêrca de 3.000 são de sementes provenientes da África. (CONDURU, 1959, p. 17).

Em 2004, juntamente com outras organizações, a referida multinacional participou da criação da Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável (RSPO, em inglês), responsável pela certificação de práticas no âmbito da denominada “cadeia produtiva do dendê”. Indiferente a

⁸¹ Ver a reportagem publicada pelo Mongabay a respeito. Disponível em: <<https://news.mongabay.com/2021/03/pension-and-endowment-funds-linked-to-conflict-plagued-oil-palm-in-drc/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

seus vínculos intrínsecos com a violência colonial e pós-colonial, a Unilever criou o chamado “Plano de Vida Sustentável”, com o propósito de reposicionar sua marca no bojo da emergência do ambientalismo empresarial atrelado à economia de mercado. De acordo com Carlos Alarcón, Gerente de Inovação em Alimentos para a região da Mesoamérica, “na Unilever nossa visão é crescer, mas de maneira sustentável, reduzindo o impacto ambiental. Nossa meta é duplicar o negócio aqui em 2020, porém reduzindo pela metade o impacto ambiental” (ALARCON, 2013, p. 245, tradução nossa).

Outra empresa nascida no contexto colonial do Congo foi a Empresa de Financiamento da Borracha (*Société Financière des Caoutchoucs* – Socfin, em francês), uma holding belga que opera plantações de óleo de palma e borracha através de dezenas de subsidiárias presentes na África Central e Ocidental e no sudeste da Ásia. Referido conglomerado econômico tem sido alvo de constantes denúncias por violações de direitos humanos nos oito países onde mantém atividades: Camarões, Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Gana, Indonésia e Camboja (SCHNEIDER, 2020).

A Socfin está listada na Bolsa de Valores de Luxemburgo e suas ações são divididas entre a família belga Fabri (50,2% das ações) e o grupo francês Bolloré (39% das ações). A empresa foi fundada em 1909 por Adrien Hallet, um engenheiro agrônomo belga que chegou ao Congo em 1890, cinco anos após a transformação violenta daquele país em propriedade do Rei Leopoldo II. Foi nesse território onde “desenvolveu o cultivo metódico de seringueira e dendezeiro”, segundo sublinha a organização em sua página web. Em 1906 se mudou para a Malásia supostamente por ter se dado conta das boas condições climáticas da região, e fundado a Companhia do Selangor.

Conforme assinala Schneider (2020), o que a Socfin deixa de informar é o contexto de acúmulo de riqueza e prestígio por seu fundador a partir das operações em solo africano⁸², consoante estreitas relações com a família real. A eficácia da política extrativa holandesa na Indonésia, baseada em grandes plantações, políticas trabalhistas repressivas e acesso barato à terra, serviu de inspiração para o colonialismo belga no Congo (STENGERES, 1957; BUELLENS & FRANKEMA, 2015). A mudança de estratégia de localização dos investimentos da Socfin do Congo para o Sudeste Asiático é atribuída principalmente à questão do trabalho forçado e da apropriação de terras ancestrais.

⁸² Seguindo as pistas do relatório divulgado em 2019 pela *The Alliance Against Industrial Plantations in West and Central Africa*, o Boletim nº 252 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) dissecou com grande acuidade a atuação de bancos de desenvolvimento no financiamento de *plantations* no continente africano, dentre as quais aquelas implantadas pela SOCFIN. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/files/2020/11/Boletim-252_POR.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

As operações no Brasil consistiram na instalação de uma parcela de 5 hectares no estado do Amazonas na década de 1970 para analisar o comportamento do cultivo de dendezeiros em Tefé, por meio da Socfinco, uma empresa de consultoria do Grupo Socfin. Esse plantio era acompanhado tecnicamente pelo IRHO e pelo Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê. Em 1976 foi apresentado um megaprojeto junto à Sudam prevendo a produção de 10 milhões de toneladas de óleo de palma. Contudo, a iniciativa malogrou, supostamente por falta dos incentivos governamentais exigidos pela multinacional. Ato contínuo, ela se deslocou para o Amapá, participando da constituição da Companhia de Dendê do Amapá (CODEPA), em parceria com a mineradora Icomi (CRUZ; ROCHA, 2013).

Entretanto, os processos de descolonização formal não chegaram a afetar duramente os negócios da companhia, pois anos mais tarde as agências multilaterais assumiram o papel de incentivar projetos desenvolvimentistas de implantação de grandes plantações. Um exemplo disso foram os financiamentos concedidos pelo Banco Mundial a programas de cultivos de dendezeiros na África nos anos 1970-1980, cujas efeitos implicaram no aumento do endividamento e privatização das terras por meio de políticas de “ajuste estrutural”. Na maioria dos casos, as terras públicas passaram ao controle de empresas europeias do agronegócio, muitas delas com vínculos com o passado colonial. A SOCFIN foi uma das principais beneficiárias, inclusive assumindo dendezaís abandonados da Unilever, e ampliando o controle sob extensas áreas principalmente na África (SCHNEIDER, op. cit.; GRAIN, 2019)

Atualmente os empréstimos continuam, sob coordenação da Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês) e de instituições financeiras de fomento ao “desenvolvimento”, oriundas dos Estados Unidos, da Europa, da China e da própria África. O investimento estrangeiro direto tem mirado a apropriação de terras e territórios não apenas para implantar megaempreendimentos agropecuários, mas para fins especulativos, consoante a imobilização de capitais em negócios de menor risco, sobretudo, em tempos de crise. Em alguns casos esses recursos financeiros são canalizados diretamente ao caixa das companhias, mediante transações realizadas em paraísos fiscais (GRAIN, 2019).

As operações do referido grupo empresarial estão imersas em conflitos, denúncias e contestações. Os 93.763 mil hectares plantados por ele na África em 2016 estão distribuídos nos seguintes países: Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gana, Guiné, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Serra Leoa. Com a mesma abordagem etnocêntrica da “missão de ajuda”, as atividades produtivas são terceirizadas através dos esquemas de “agricultura por contrato”, sob a promessa de enriquecimento rápido. As relações sociais são marcadas pela degradação de direitos trabalhistas, uso da terra de forma monopolística,

grilagem de terras, despejos forçados, falta de consulta às comunidades, ameaças às formas tradicionais de subsistência, poluição da água, violência de gênero e ameaças de represálias e intimidação. Em sentido oposto, a distribuição de lucros e dividendos entre os acionistas da companhia permanece inabalável (id.).

Frankema e Buelens (2015) evidenciam o alto grau de retorno dos investimentos estrangeiros diretos em agricultura tropical auferidos pelos holandeses a partir de suas plantações na Indonésia. Segundo os autores, no período de 1919 a 1938 os ganhos com o Investimento Estrangeiro Direto (IED) foram de 5,4%, ou seja, 2,5 vezes maiores que os retornos do investimento na economia doméstica. As taxas mais acentuadas ocorreram no intervalo 1919-1928, com 14,3%, três pontos percentuais acima da média mundial. A alta rentabilidade dos “investimentos” em *plantations* financiou a infraestrutura da metrópole e de outras colônias consideradas menos produtivas.

A inflexão na política colonial ocorreu a partir da dissolução da Companhia das Índias Orientais (VOC, em holandês) e a presença ativa do Estado no domínio econômico. Para assegurar maiores lucros à Coroa, o novo governador-geral nomeado propôs o *Kultuurstelsel*, cujo significado é “sistema de cultivo”. O novo modelo se constituiu como uma das principais marcas do colonialismo holandês no Sudeste Asiático, sendo estendido em seguida para a vizinha Malásia, para o Congo e outros países (BURKHADT, 2012). Inicialmente voltado à exploração comercial de cana-de-açúcar, café, chá e índigo, na etapa posterior incorporou o cultivo de seringueiras e de dendezeiros em grande escala. O mesmo modelo de dendeicultura foi imposto no Suriname, mas entrou em colapso em decorrência do amarelecimento fatal, doença diagnosticada pela primeira vez nos plantios da Coldesa, na Colômbia, e de Colón, no Panamá (SANTOS, 1986).

A HVA International (*Handelsvereniging Amsterdam*, em holandês), também conhecida como *Trading Company Amsterdam*, foi uma das empresas com atuação na Indonésia até o ano de 1957, quando suas atividades foram interrompidas no contexto da descolonização, com uma pausa durante a ocupação japonesa empreendida na Segunda Guerra Mundial. Na Amazônia, a mesma companhia agroindustrial se associou na década de 1970 à Dendê do Pará Ltda (Denpal) para constituir subsequentemente a Denpasa S.A, no estado do Pará, enquanto mantinha cultivos no Suriname desde 1969. Esses projetos eram acompanhados tecnicamente pelo IRHO. A companhia segue ativa, mas reconfigurou completamente seu portfólio de atividades, concentrando-se notadamente em assessoria e consultoria.

Na Colômbia, uma das primeiras experiências com plantios comerciais de dendê ocorreu em 1960 no município de Turbo, no Urabá antioquenho. Tratou-se de um

empreendimento de 7 mil hectares adquiridos pela empresa Coldesa, *joint venture* composta por capitais oriundos da Companhia Colombiana de Seguros (Colseguros) e das firmas holandesas N.V Rubber Cultur Matschaping Amsterdam e Curacao Trading Co. Após a destruição causada pelo amarelecimento fatal e o conseqüente abandono das áreas cultivadas, em 1984 o Exército Popular de Libertação (EPL), movimento guerrilheiro com atuação proeminente na região, decidiu ocupar a área, distribuindo os terrenos para camponeses e trabalhadores assalariados rurais de empresas bananeiras. O uso da terra foi convertido em plantios de plátano e em parte destinado à criação do Bairro 24 de Dezembro, em alusão à data da ocupação. Posteriormente o então Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA) concedeu títulos individuais a esses agricultores. (GARCIA, 1996; GIRALDO, 2018).

Atualmente os Países Baixos seguem exercendo influência no agronegócio do dendê, seja financiando a conversão de florestas primárias em dendezais na Indonésia, por meio de instituições financeiras como o Rabobank e o ABN Amro (TUK INDONESIA, 2018), seja estimulando a conexão de consumidores de óleo de palma com pequenos agricultores e empresas do setor, articulados por organizações como o *think tank* Solidaridad Network⁸³. Esta organização está presente na Europa, África, Ásia, América do Norte, América Central e América do Sul, inclusive com escritórios sediados no Brasil e na Colômbia. Opera como consultora em relação às seguintes *commodities* agrícolas e minerais: algodão, pecuária, chá, cana-de-açúcar, frutas e legumes, ouro, soja, cacau, café, têxteis, óleo de palma, aquicultura e produção de leite.

4.2 A PROEMINÊNCIA TÉCNICA FRANCESA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA *PLANTATION* DO DENDÊ

Organização-chave para compreender os necrosaberes da dendeicultura, no bojo das relações intrínsecas com a situação colonial⁸⁴, o Instituto de Pesquisa em Óleos e Oleaginosas da França, sucedido pelo Cirad, dominou as pesquisas agrônômicas sobre o dendê, constituindo uma poderosa rede técnica interligada nos trópicos. Juntamente com os belgas e holandeses, os franceses se constituíram desde o começo como peças centrais da economia política do agronegócio do dendê. O nascimento do Instituto, coetâneo à Segunda Guerra Mundial, coincidiu com a ocupação de vastos territórios da Europa pelo regime nazista, e do Sudeste

⁸³ Durante a estadia em Medellín, tentei agendar entrevista com a Coordenadora do Programa Internacional de Óleo de Palma da referida organização, mas não obtive resposta.

⁸⁴ A noção de *situação colonial* proposta por Balandier (2014) corresponde a um complexo, uma totalidade, entendido como o “conjunto de condições que produzem fricções e antagonismos sociais entre diferentes culturas e raças” (p. 55). Para o autor, constitui elemento-chave para a interpretação da realidade presente.

Asiático pelos japoneses. Diante das restrições impostas ao consumo de matérias-primas, especialmente de gorduras vegetais, o governo francês decidiu incentivar grandes plantações em suas colônias na África, inspirando-se nas *plantations* malaias e indonésias.

O primeiro Presidente do IRHO foi Robert Michaux, que havia ocupado anteriormente várias funções, tais como Presidente da Confederação de Produtores Agrícolas Ultramarinos, administrador da Socfin e da Companhia de plantações de terras vermelhas, Diretor do Grupo Rivaud, Presidente do Comitê Internacional de Regulamentação da Borracha e da Conselho Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Borracha (SURRE, 1993). De acordo com este autor, o então dirigente do IRHO teria ficado animado com as experiências de plantios “racionalmente cultivados” na Ásia, cujo modelo pretendia mimetizar e reproduzir nos países sob a esfera de influência francesa.

Brasil e Colômbia também estiveram na rota das pesquisas agrônômicas do IRHO e assim o permanecem na de seu sucessor, o CIRAD, que mantém escritórios em funcionamento nos dois países, em cooperação com Embrapa e Agrosavia, respectivamente. As primeiras políticas governamentais voltadas à dendeicultura nos dois países contaram com o apoio decisivo desta organização⁸⁵.

Coetaneamente à missão empreendida na Colômbia em 1959 pelo especialista francês Maurice Ferrand, vinculado ao IRHO até 1952 e contratado pela FAO com a finalidade de recomendar um programa oficial de cultivo de dendezeiros, uma equipe de pesquisadores do IRHO chegava ao Brasil para mapear as condições edafoclimáticas relativas à dendeicultura, objetivando propor a “racionalização da agricultura”, por meio de projetos desenvolvimentistas a partir do estado da Bahia (ESCOBAR, 2015; WATKINS, 2018). Segundo informe do próprio instituto, a distribuição de seus especialistas no ano de 1968 estava assim distribuída:

no ultramar, os responsáveis pelo dendê são: Pierre Boyé, da plantação experimental de Dabou e representante permanente na Costa do Marfim; Christian de Berchoux, estação de La Mé [Costa do Marfim]; Jean Olivin, conselheiro da Sodepalm, na Costa do Marfim; Guy Bénard, estação de Pobé [Benin], conselheiro da Sonader; Hubert Chaillard, conselheiro da Cameroon Development Corporation, no Camarões; Marcel Poncelet, San Alberto, na Colômbia; Francis Corrado, conselheiro do INCORA, na Colômbia; Guy Savin, Instituto Nacional de Óleos, no Rio de Janeiro; Roland Huguenot, SUDAM, no Brasil; Pierre Amblard, Tocache, no Peru”, sob a coordenação de Christian Surre, responsável pelo desenvolvimento do departamento da palma (SURRE, 1993, p. 47, tradução nossa).

Em 1960, o governo colombiano requisitou a assistência do IRHO para o gerenciamento técnico de um cultivo de dendezeiros, com área de 2.000 hectares a ser criado em San Alberto,

⁸⁵ Durante o intercâmbio acadêmico realizado junto à Universidad de Antioquia se tentou uma entrevista com o representante deste centro de investigação, porém até o momento a solicitação sequer foi respondida.

departamento de Cesar, no Magdalena Médio, de propriedade da empresa Grasco, atualmente pertencente ao grupo Indupalma S.A, um dos principais *players* do agronegócio de dendê colombiano. A inauguração em 1968 contou, inclusive, com a presença do Presidente da República à época. O dendê foi introduzido nesta região a partir de 1957 durante a ditadura militar de Rojas Pinilla, e historicamente está associado a deslocamentos compulsórios e outras modalidades de violência praticadas contra comunidades negras e camponeses. Além dos regimes de terror impostos por paramilitares na perseguição machartista a organizações sindicais, o Estado tem assegurado a preservação dos interesses das empresas não apenas com incentivos fiscais, subsídios e financiamentos, mas com a instalação de unidades do Exército Nacional dentro dos plantios (SALINAS, 2008; CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2018).

No Brasil, foi assinado o Convênio nº 53/65⁸⁶, em 20 de outubro de 1965, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA e o IRHO, objetivando a implantação de um projeto piloto de 1.500 hectares às proximidades do Rio Paricatuba, no município de Benevides, atual Santa Bárbara do Pará. A pesquisadora Clara Pandolfo, pertencente ao quadro funcional da SPVEA, foi quem conduziu o projeto, em colaboração com técnicos franceses, cuja consecução ocorreu em 1968. Seis anos depois esse plantio foi privatizado, resultando na associação entre a Dendê do Pará Ltda (Denpal) e a multinacional holandesa HVA International. Desta *joint venture* nasceu a Denpasa S.A, um dos principais empreendimentos do dendê nos anos 1970-1980, fragilizado na década seguinte em decorrência do aniquilamento de seus monocultivos acometidos pelo amarelecimento fatal. Em abril de 2004 a referida área foi ocupada por famílias sem-terra, resultando na criação do Projeto de Assentamento Abril Vermelho, em 2008 (HOMMA & FURLAN JUNIOR, 2001; BRASIL, 2009).

Com dezenas de escritórios de representação espalhados pela América Latina, Ásia e África, o IRHO se constituiu como maior referência internacional em pesquisas agronômicas e biológicas sobre o dendê, realizadas principalmente nas estações experimentais de Dabou e La Mé (Costa do Marfim), Pobé (Benin) e Yangambi (República Democrática do Congo, em parceria com o INEAC), assim como no Campo Agrícola Lira Castro (Pará, Brasil, em cooperação com o IAN), na Estação Experimental do Rio Urubu (Amazonas, Brasil, em parceria com o CNPSD/Embrapa), na Estação Experimental Agrícola em Palmira (Cali,

⁸⁶ Cf. em: <http://antigo.sudam.gov.br/index.php/component/content/article?id=223>. Acesso em: 07 ago.2020.

Colômbia) e em propriedades privadas da Denpasa, da Socfinco, da Indupalma, da Agromendes e da Companhia Real Agroindustrial (CRAI), dentre outras.

Dessa maneira, é possível afirmar que praticamente todos os projetos de implantação de monocultivos comerciais de dendezeiros planejados e executados na América Latina até os anos 1980, a administração e gestão agrônômica foram fornecidas pelo IRHO, o qual, inclusive, detinha as patentes das variedades cultivadas, como o faz até o presente.

A reforma geral das diretrizes de cooperação e pesquisa para o domínio da agronomia tropical implicou na dissolução dos vários institutos existentes e na criação do CIRAD, cuja própria designação corrobora literalmente com a abordagem desenvolvimentista implementada a partir dos anos 1950. Estava coadunada também aos pressupostos da chamada “Revolução Verde”, concebida como estratégia de “modernização agrícola” necessária para aplacar o que se considerava como “agitação endêmica das áreas rurais [...] chamada a neutralizar a rebelião social, desmobilizar os camponeses politizados e incrementar a produção, proporcionando ao mesmo tempo um excedente exportável” (ESCOBAR, 2007, p. 218-9).

Na atualidade o CIRAD empreende pesquisas sobre cultivos agrícolas (banana, plátano, cacau, café, cana-de-açúcar, coqueiro, algodão, frutas e legumes, seringueira, dendê, arroz, sorgo, raízes e tubérculos), agropecuária (produção animal, leite) e recursos florestais (produção madeireira), de acordo com as informações contidas em seu sítio web. Possui duas subsidiárias: a Vitropic S.A, empresa que oferece cultivares de banana e de abacaxi com garantia de imunidade edáfica; e a PalmElit S.A, que desenvolve estudos aplicados e comercializa variedades de dendê melhoradas geneticamente, sob a marca Cirad. Mantém 14 (catorze) escritórios regionais e está envolvida em projetos de cooperação com mais de 100 (cem) países.

Em um breve relato sobre suas pesquisas etnográficas na Indonésia, a antropóloga Tania Murray Li confirma o surgimento de novas relações sociais e políticas engendradas pela economia política do dendê no Sudeste Asiático. Para ela, o elemento central desse tipo de cultivo é sua promoção pelo governo e por investidores como um caminho para o “desenvolvimento” e porque gera oportunidades de trabalho, ancorada na suposição de que a terra está vazia ou insuficientemente explorada, que os povos indígenas não a usam de forma eficiente. Logo, as *plantations* seriam uma boa forma de aumentar a produtividade, gerar emprego, criar riqueza etc., propaladas por argumentos nitidamente evolucionistas (LI, 2017).

Na linha do ensinamento preconizado por Foucault na entrevista concedida a Paul Rabinow (1999), de que os três elementos fundamentais de qualquer experiência são “um jogo de verdade, relações de poder e formas de relação consigo mesmo e com os outros”, analisarei

os efeitos dos necrosaberes na constituição da *plantation* do dendê, atentando para os meandros de sua configuração, as teias de relações envolvidas e a transmutação em regimes de veridificação, ou seja, em esquemas interpretativos institucionalizados como regimes de verdade acerca do mundo social investigado.

Em *Políticas da Inimizade*, ao se referir ao sujeito fanoniano, cujo gesto inaugural se caracteriza pela capacidade de dizer não a processos de submissão, Mbembe (2017) sublinha que esta recusa é precipuamente a uma representação, pois “nesses contextos racistas, ‘representar’ é a mesma coisa que ‘desfigurar’”. Prossegue o autor:

A vontade de representação está na base de uma vontade de destruir. Trata-se de fazer uma coisa passar violentamente a não ser nada. Representar participa, portanto, simultaneamente, de um jogo de sombras e de uma devastação, mesmo se, depois de tal devastação, alguma coisa, que pertencia à ordem anterior, ainda sobreviva [...] enquanto operação simbólica, a representação não abre necessariamente caminho para o reconhecimento recíproco. Antes de mais, na consciência do sujeito que representa, o sujeito representado corre sempre o risco de ser transformado num objeto ou num brinquedo. Ao deixar-se representar, perde a capacidade de criar, para si e para o mundo, uma imagem de si. É obrigado a vestir uma imagem contra a qual tem de lutar sem tréguas. Lutar contra uma imagem de afável, da qual dificilmente se desprenderá. Da qual não é o autor e na qual de modo algum se reconhece. Em seguida, e em vez de ser ‘plenamente aquilo que ele é’, na medida do possível, está condenado a viver sua consciência como uma falta. Na história do encontro do Ocidente e os mundos longínquos, existe de fato um modo de representar o Outro que o esvazia de qualquer substância, deixando-o sem vida, ‘num corpo a corpo com a morte, uma morte antes da morte, uma morte na vida’ (MBEMBE, 2017, p. 185-6, grifo nosso).

Os esquemas de representação operam sob múltiplas formas de racismo. Fanon, (1980, p. 39) descreve o racismo cultural como aquele cujos objetivos miram “a destruição dos valores culturais e das modalidades de existência, a destruição dos sistemas de referência (ex. expropriações, pilhagens, desestruturação social) e a imposição de novos padrões. Não produz a morte da cultura, mas uma agonia continuada, estrangulada pela canga da opressão”. Essa agonia incessante produzida pelas correntes da violência colonial transforma o sujeito em homem-objeto racializado, à parte, o qual, “sem meios de existir, sem razão de ser, é destruído no mais profundo da sua existência. O desejo de viver, de continuar, torna-se cada vez mais indeciso, cada vez mais fantasmático” (id.).

Para Fanon (2021, p. 70-1), “o racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano, às vezes o mais grosseiro, em suma de uma dada estrutura [...] não passa de um elemento de um todo maior: o da opressão sistematizada de um povo”. Enquanto tecnologia política o racismo está sempre em mutação, renovando-se, matizando-se, mudando de fisionomia. Não obstante num primeiro momento ter prevalecido a vertente *vulgar*, fundada em práticas raciais violentas de apropriação de terras e territórios de grupos sociais pejorativamente classificados pela (necro) ciência colonial como biologicamente “inferiores”, a maquinaria

dominante urdiu meios mais sofisticados de desumanização, cujo objetivo consistiu em aniquilar os modos de existência, atingir o âmago das subjetividades, tornando-as alienadas, desfiguradas, destituídas de sentido. É por isso que o autor dedica boa parte de seu labor intelectual ao compromisso de proceder a desalienação⁸⁷ do negro.

Destarte, o racismo se constitui como elemento-chave para compreendermos o nascimento de *necrosaberes*, que sustentam regimes de verdade causadores de efeitos necropolíticos junto a determinados grupos sociais encarados como corpos indesejáveis, disfuncionais aos imperativos neoliberais da eficiência, da concorrência generalizada e da empresa de si mesmo.

O racismo, “nascido de uma dupla relação entre bioeconomia e ecobiologia⁸⁸”, impõe “uma declaração arbitrária e originária de superioridade, com o objetivo de consagrar a supremacia de um grupo, de uma classe ou de uma espécie de homens sobre outra” (MBEMBE, op. cit., p. 172). Para isso, a todo momento busca “se renovar, se matizar, mudar de fisionomia”, metamorfoseando-se, como alertara Fanon (op. cit., p. 39). Fanon e Mbembe analisaram contingências históricas diferentes, mas guardam em comum a interpretação de que o racismo se constitui como o motor das relações sociais na colônia e na *plantation*, fundadoras da modernidade, bem como nas diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, incluindo a vertente neoliberal contemporânea, existindo uma convergência entre essas várias tecnologias de governo. Os processos de racialização visam mutilar, segregar e destruir os fundamentos da existência dos corpos negros, criando assim as condições de possibilidade da eliminação dos descartáveis. Os alvos dessa necropolítica são ficcionalizados como inimigos a serem encurralados, cercados, fulminados.

⁸⁷ Para Fanon (2020, p. 25), “a verdadeira desalienação do negro requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo: - econômico, em primeiro lugar; - e em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade”. Aí reside um dos elementos centrais da sociogenia fanoniana, significando uma interpretação distinta das vertentes do pensamento psicanalítico focadas exclusivamente no comportamento do indivíduo. Ele sublinha que “a alienação do negro não é uma questão individual”, mas sim uma decorrência das relações sociais ancoradas no colonialismo e no racismo, pois, “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não está imune à influência humana. O homem é aquilo que faz com que a sociedade exista (id.). É neste sentido que emerge a noção de *racismo estrutural*, como resultado de processos de racialização atrelados a uma ordem ou estrutura social. Um dos principais expoentes dessa linha de pensamento na literatura brasileira assim afirma: “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, S., 2019, p. 32)

⁸⁸ Em termos etimológicos, a ecobiologia corresponde a interação harmônica do ser com o ambiente em que está inserido. Atualmente há várias iniciativas empresariais e acadêmicas em curso sobre o tema, especialmente na área de biotecnologia e cosméticos. De acordo com o sítio eletrônico da empresa NAOS, uma das proeminentes do setor, “a ecobiologia baseia-se no princípio de que a pele é um ecossistema em constante evolução que interage com o seu meio-ambiente e cujos recursos e mecanismos naturais deverão ser preservados”. Disponível em: <<https://naos.com/br/a-nossa-abordagem/ecobiologia/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

A questão fundamental a se enfatizar diz respeito à configuração do racismo como base fundacional da colonialidade e de sua resultante político-econômica: o colonialismo. Do mesmo modo “como a escravidão se tornou interna à civilização ocidental e pela cumplicidade óbvia que tanto a escravidão da *plantation* como os regimes coloniais revelaram existir entre a racionalidade e a prática do terror racial” (GILROY, 2001, p. 98). Em corroboração com esta perspectiva teórica, sustenta-se a imbricação etnocêntrica entre racismo e agricultura “racionalmente planejada”, levando em conta que a *plantation* não é um resquício pré-moderno, como querem fazer crer certos autores, mas um elemento inaugurador da modernidade. Por outro lado, apesar da evidente atemporalidade de certos fundamentos constituintes do modelo da grande plantação – atualmente eufemizado sob a designação de *commodities* agrícolas – não seria correto afirmar se tratar de um *continuum* imutável, mas de contingências históricas distintamente atravessadas por tensões e antagonismos, consoante uma luta de posições intrínseca às relações sociais.

Entre as décadas de 1970 e 1980, houve intensos *empréstimos culturais* entre o IRHO/CIRAD e o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê, atual Embrapa Amazônia Ocidental. A noção de empréstimos culturais, de Said (2011), é usada para fazer referência ao estreito intercâmbio entre pesquisadores franceses, holandeses e brasileiros, concretizado por uma gama de pesquisas agronômicas conjuntas, estágios em plantações agroindustriais e estações experimentais no exterior, publicação de artigos, livros, capítulos de livros e relatórios de campo. Como exemplo destacam-se:

- a) o estágio realizado por Márcio de Miranda Santos, pesquisador do CNPSD/Embrapa, no período de 30/09/1983 a 19/11/1983, nas estações experimentais de La Mé e Dabou (Costa do Marfim) e Pobé (Benin), assim como nos laboratórios do GERDAT e do IRHO, em Montpellier (França), com o objetivo de receber “treinamento, em serviço, sobre as técnicas usualmente empregadas nos programas de Melhoramento do Dendezeiro (*E.guineensis* Jacq.)” pelo IRHO (SANTOS, 1984);
- b) o estágio realizado por Edson Barcelos da Silva, pesquisador do CNPSD/Embrapa, no período de 01/04/1984 a 08/06/1984, nas estações experimentais de La Mé e Dabou (Costa do Marfim) e Pobé (Benin), assim como nos laboratórios do GERDAT e do IRHO, em Montpellier (França), com o objetivo de obter “um melhor conhecimento e prática das técnicas utilizadas na cultura e principalmente no Melhoramento do Dendezeiro (*E.guineensis* e *E. oleifera*), adotadas pelo IRHO - Institut de Recherche pour les Huiles et Oleagineux, nos programas em execução nas Estações de Pesquisas, direta ou indiretamente ligados ao Instituto [...]” (BARCELOS, 1984);

- c) o estágio realizado por Franco Lucchini, pesquisador do CNPSD/Embrapa, no período de 16/10/1984 a 02/12/1984, à empreendimentos de companhias privadas do dendê, institutos de pesquisa e grêmios empresariais na Colômbia (Indupalma, Instituto Colombiano Agropecuário e Fedepalma), Costa Rica (United Brands Company/Oil Palm Operations) e Equador (Palmeras del Ecuador, Palmooriente S.A/Socfinco), com o objetivo de conhecer as pesquisas em andamento nessas empresas acompanhadas pelo IRHO, fundamentalmente quanto aos temas relativos à entomologia e fitossanidade (controle de pragas e doenças; e insetos polinizadores) (LUCCHINI, 1985);
- d) a viagem de Abílio Rodrigues Pacheco, pesquisador do CNPSD/Embrapa, no intervalo de 03/02/1985 a 23/02/1985, à Malásia, Indonésia, Costa Rica, Colômbia e Equador, com o objetivo de conhecer as experiências com dendeicultura nos diferentes países visitados (PACHECO, 1985);
- e) a viagem de Edson Barcelos da Silva, pesquisador do CNPSD/Embrapa, no intervalo de 06/06/1988 a 06/06/1988 à França (Laboratório do IRHO), Indonésia (Socfindo e RISPA), Malásia (Federal Land Development Authority -FELDA, Palm Oil Research Institute of Malaysia-PORIM, Oil Palm Research Station – Hanvisons, Applied Agricultural Research - Boeusted CHighland Research Unit. e United Plantation Research Station), Costa Rica (United Fruit Company) e Colômbia (Indupalma), com o objetivo de conhecer “os aspectos ligados à produção de sementes comerciais de dendê, híbridos interespecíficos, programa de melhoramento genético da cultura e de um modo geral, todos os aspectos ligados à dendeicultura praticada nos países visitados”. Também é informado que antes do deslocamento ao exterior o pesquisador fez contatos com o DRH/Embrapa e com o IICA, em Brasília (SILVA, 1988, p. 2-3). Todas essas atividades de intercâmbio faziam parte da estratégia de capacitação e treinamento da equipe técnica do PNP Dendê (ibid., p. 1). Referido programa foi financiado pelo Programa de Mobilização Energética (PME), IRHO/CIRAD e Banco Mundial – BIRD (GUILLAUMET, RODRIGUES & MIRANDA, 2010)

Esses intercâmbios tecnocientíficos nos domínios agrônômicos, biológicos, climatológicos e genéticos constituem a base de constituição dos necrosaberes do dendê. A rede de relações construídas e lideradas pelo IRHO, conectam centros de experimentação agrícola nas colônias francesas e institutos de pesquisa de países latino-americanos, asiáticos e africanos, alvos por excelência de estratégias empresariais e políticas desenvolvimentistas em prol da implantação de megaempreendimentos da dendeicultura. Não se trocam apenas sementes

híbridas de maneira despretensiosa. São cimentados fundamentos, representações e práticas traduzidos em regimes de verdade legitimadores da conversão do uso das terras tropicais em plantações homogêneas, mediante “zoneamentos” pautados nos discursos da “eficiência”, da “racionalização” e da “aptidão pedológica e climática”.

O CNPSD/Embrapa foi criado em 1974 para desenvolver investigações relativas ao cultivo “racional” da seringueira, com base nos padrões tecnológicos das *plantations* asiáticas. Em 1980, com a criação do Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos – Proóleo e do Programa Nacional de Pesquisa de Dendê – PNP/Dendê, a denominação do centro foi acrescida do substantivo concernente à oleaginosa, absorvendo com isso os pesquisadores da área. Contudo, em 1989 ele foi substituído pelo Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia (HOMMA, 2003).

De modo geral, o regime de cooperação Embrapa/IRHO/CIRAD se constituiu como um dos principais alicerces da consolidação da economia política do agronegócio do dendê na Amazônia⁸⁹. Reputo não se tratar de uma essencialização, mas de conferir a relevância de tal empreendimento, sem com isso desconsiderar o papel-chave exercido por cientistas de outros domínios do conhecimento, organizações não-governamentais alinhadas ao ambientalismo empresarial, movimentos sociais pautados pelo “sindicalismo de resultados”, fundações privadas e *think tanks*. As tecnologias disponibilizadas pelo IRHO ofereceram os referentes e as condições de possibilidade para a criação da Embrapa.

Os zoneamentos delineados nos anos 2000 voltados ao cultivo de dendezeiros mantiveram-se sob os critérios de competência e saber da Embrapa, acionados em conformidade com as diretrizes contidas em políticas governamentais e com as estratégias corporativas da governamentalidade bieconômica da dendeicultura. No entanto, a mobilização dessa *expertise* científica e tecnológica para o ZAE Dendê normalmente é evocada como “isenta de quaisquer outros interesses que não o de conjugar uma exploração econômica e sustentável da atividade agrícola com a máxima proteção do meio ambiente” (MOTTA e BREFIN, 2011, p. 14). O discurso da racionalização balizado na maximização de rendimentos geradores de economias de escala e no uso eficiente dos “fatores de produção”, ignora, porém os efeitos causados na vida dos grupos sociais orientados por fundamentos distintos daqueles propalados pela economia de mercado.

⁸⁹ A Estação Experimental do Dendê do Rio Urubu foi implantada pela Embrapa em 1982, no contexto do PNP Dendê e dos laços de cooperação estabelecidos com o IRHO. Fruto do convênio firmado com aquele instituto, também foi criado simultaneamente o Banco Ativo de Germoplasma do Dendê, no mesmo local. O projeto da EERU atendia principalmente ao propósito de criar um “campo genealógico visando a produção de sementes comerciais de qualidade internacional” (ibid., 2010, p. 31). Mantém 412 hectares de dendezeiros para pesquisa.

4.3 VEIAS ABERTAS PELA UNITED FRUIT COMPANY, “LA MAMITA YUNAI”

A mais emblemática multinacional instalada na América Latina, denominada *United Fruit Company*, também teve papel proeminente na introdução da dendeicultura em vários países, inspirada nos fundamentos da *plantation*. A empresa designada no célebre romance de Carlos Luis Fallas como “*Mamita Yunai*”⁹⁰, foi fundada em 1899 na Costa Rica pelos estadunidenses Minor Cooper Keith⁹¹ e Andrew Preston. Posteriormente foi renomeada como United Brands e depois Chiquita Brands (GALEANO, 2010; VERGARA, 2008). Referida companhia – historicamente envolvida com o controle monopolístico da produção de banana em grande escala, apropriação de terras comunais, deslocamentos compulsórios, condições degradantes de trabalho, financiamento de grupos paramilitares, sufocamento de organizações sindicais e na derrubada de governos latino-americanos democraticamente eleitos que representassem ameaça a seus interesses corporativos – , implantou monocultivos de dendezeiros em 1945 no município de Sevilla, na região do Magdalena Médio colombiano, por meio de sua subsidiária *Magdalena Fruit Company*, com sementes procedentes do IRHO. Este é considerado o primeiro plantio comercial do país.

De acordo com Pehát (2000), a *United Fruit Company* foi a primeira empresa a cultivar plantios comerciais de dendezeiros na América Latina, mais precisamente em Honduras entre os anos de 1926 e 1928, após seus monocultivos de bananeiras terem sido severamente atacados pela chamada “doença do Panamá”. Também conhecida como fusariose, a enfermidade é causada pelo fungo *Fusarium oxysporum f. sp. cubense*. Décadas mais tarde seria registrado o primeiro caso de amarelecimento fatal, em dendezeais localizados em território panamenho.

Se no final dos anos 1920 a empresa ficou marcada pelo *Masacre de las Bananeras*, quando mais de cem trabalhadores grevistas foram brutalmente assassinados, nos anos 1990 forneceu dinheiro vivo e carregamentos de armas às *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC), para estruturação de suas atividades paramilitares na região de Urabá, Antioquia, em troca de proteção a seus negócios. A proteção correspondia a despojos forçados, silenciamento de líderes sindicais na base da ameaça ou da bala e arrefecimento de reivindicações por melhores condições salariais e de trabalho, para permitir o “desenvolvimento imperturbável dos cultivos de banana” (LOMBRANA REYES, 2012, p. 60; ROMERO, 2011; FRANCO & RESTREPO,

⁹⁰ Segundo Vergara (2010), a definição empregada por Fallas é uma junção de “madrasta má do povo guatemalteco” (Mamita) e “corruptela de United” (Yunai), denominações atribuídas por trabalhadores da companhia.

⁹¹ Ele é representado no personagem Geo Maker Thompson, da novela *El Papa Verde*, do escritor guatemalteco Miguel Ángel Asturias, como “pirata dos negócios”, por suas agressivas práticas empresariais na montagem do “império del banano” na América Central e Caribe.

2011; MINGORANCE, MINELLI & LE DU, 2004; ROMERO e TORRES, 2011). As operações consistiram numa complexa trama envolvendo as cooperativas de segurança privada Convivir, instituídas na gestão do então governador antioquenho Álvaro Uribe Veléz.

O papel exercido por esta empresa na história social e econômica da América Latina é amplamente narrado e documentado, de Eduardo Galeano e Miguel Angel Asturias a Pablo Neruda e Gabriel García Márquez. Na Colômbia, está diretamente envolvida não apenas no tema do dendê, mas na formação de grandes extensões homogêneas de cultivos de banana, na vinculação com grupos paramilitares⁹² e em massacres emblemáticos.

4.4 ECONOMIA POLÍTICA DA PLANTATION DO DENDÊ

A presente seção se dedica a interpretar os elementos constitutivos da *bioeconomia* da *plantation* do dendê, com o objetivo de evidenciar sua polimorfia organizacional, produtiva e relacional, além de trazer à tona as múltiplas formas de resistência à lógica expansionista de sua implantação nos territórios, resgatando aspectos históricos e temporais, sem a pretensão de estabelecer uma linearidade ou universalidade.

O dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.) é uma palmeira originária da costa ocidental africana utilizada para múltiplos usos, introduzido como planta exótica nas regiões tropicais de países da Ásia, América Latina, Caribe e Oceania durante os períodos colonial e pós-colonial⁹³. Passada a fase de experimentação botânica visando obter adaptabilidade em termos agronômicos, os monocultivos de dendezeiros foram se multiplicando acentuadamente ao longo do tempo, incidindo sobre terras tradicionalmente ocupadas, não raro, provocando graves conflitos sociais. Longe de se constituir como uma espécie de “acumulação primitiva” congelada no passado, essa dinâmica permanece vigente, com contornos discursivos mais sofisticados, todavia, igualmente ostensivos.

Extraído através de formas artesanais de manuseio e originalmente caracterizado como fonte de subsistência alimentar para atender necessidades tribais e incorporado a elementos culturais e religiosos de comunidades rurais do continente africano, o óleo de dendê, como era outrora designado, passou a ser cultivado comercialmente em larga escala, transformando-se em *commodity* agrícola. Atualmente, é o óleo vegetal mais consumido no mundo, estando presente em aproximadamente metade dos produtos colocados à venda nas prateleiras de

⁹² Mauricio Romero e Diana Fernanda Torres retratam essa questão no artigo *Drummond, Chiquita e Paramilitares: adaptación y negociación de ventajas en medio del conflicto*, no livro *La economía de los paramilitares: redes de corrupción, negocios y política*, publicado pela Corporación Nuevo Arco Iris.

⁹³ Balandier (2014, p. 33) sublinha que o pós-guerra se constituiu como uma “fase técnica da colonização dando continuidade à fase político-administrativa”.

supermercados. Esta irrupção mercadológica reificante se estruturou a partir da construção de um mundo objetivo de coisas regido pela lógica da acumulação.

De modo geral, a vasta literatura crítica sobre o assunto permite inferir que a economia política do agronegócio do dendê é uma *realidade construída*, uma disposição ordenada ancorada na formação de alteridades, em que se classifica povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores como seres cognitivamente e culturalmente inferiorizados. Esta representação etnocêntrica passa por criar uma economia de sentidos que nega a capacidade de autorreconhecimento e afirmação, com toda a complexidade que os processos identitários envolvem; de terem capacidade de agência e autonomia quanto à reprodução da própria vida. As violências do silenciamento, da redução e da exclusão em nenhuma dessas modalidades são amenas, pois todas elas envolvem a naturalização da morte do outro como princípio, seja no sentido simbólico como designara Foucault (2005) ou no da necropolítica de Mbembe (2016). Usurpados de suas terras e territórios em decorrência da implantação de megaempreendimentos agroindustriais desenvolvimentistas, as unidades sociais referidas são forjadas a partir dos conflitos e das lutas por seus modos de existência, mediante processos de autoidentificação articulados a formas específicas de uso comum das fontes de reprodução física e social presentes em territórios etnicamente configurados, em que “laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes” (ALMEIDA, 2008, p. 29).

Em sua analítica sociogênica, Fanon, (1968, p. 212) enfatiza as graves fraturas psíquicas produzidas pela estrutura econômico-psicológica ancorada no racismo e organizada sob uma clivagem colonial baseada no princípio da exclusão recíproca. Por meio da imposição da violência e da alienação, donde repousa “uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: "Quem sou eu na realidade?"”.

Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o [...] no plano do inconsciente, o colonialismo não pretendia ser visto pelo indígena como uma mãe doce e bondosa que protege o filho contra um ambiente hostil, mas sob a forma de uma mãe que a todo momento impede um filho fundamentalmente perverso de se suicidar, de dar livre curso a seus instintos maléficos. A mãe colonial defende o filho contra ele mesmo, contra seu ego, contra sua fisiologia, sua biologia, sua infelicidade ontológica. (ibid., p. 175).

Para Mbembe (2018, p. 81), a inferiorização e coisificação do outro, consoante a constituição de sujeitos raciais, ocorre mediante o uso de fantasmagorias. A invenção do negro

remete a esse processo, no qual o dominador estabelece uma relação de exterioridade com o outro, idealizado como simbiose entre humanidade e animalidade. Analisando as formações de alteridades sobre os indígenas brasileiros, Pacheco de Oliveira (2016, p. 19) salienta que “a expansão do sistema econômico e político e a formação da nação não prescindiram jamais de um discurso civilizatório e da criminalização do outro, inclusive com a inculcação de narrativas e imagens que permitiram justificar ações repressivas, e, no limite, genocidas”. (ibid., p. 19). Para o autor, extermínio e tutela são faces da mesma moeda do sistema colonial, embora sejam retratados como autorrepresentações antagônicas.

Escobar (2007) descortina a ordem discursiva do “desenvolvimento”, evidenciando os regimes de classificação utilizados para inferiorizar e impor ao outro uma racionalidade que lhe é estranha. O elemento em comum presente nas reflexões dos três autores citados consiste em mostrar como as práticas racistas e etnocêntricas são naturalizadas e invocadas pelos agentes da dominação como uma “obra fundamentalmente ‘civilizadora’ e ‘humanitária’ (MBEMBE, 2018, p. 31). Sob tal perspectiva, ao outro subjugado não restaria nada além de resignação e o acatamento à “missão do homem branco” (SHIVA, 1998), sob pena de ser desterritorializado, criminalizado, silenciado, encarcerado, e, por fim, eliminado.

Pacheco de Oliveira (2016, p. 20-1) ressalta o modo como a representação do continente latino-americano era imaginado pelos ibéricos.

A América é uma jovem, desnuda, autóctone, pagã e canibal, que em sua rede é surpreendida pela chegada de um homem, europeu, maduro, civilizado e cristão, cuidadosamente vestido e que de pé carrega um estandarte da Espanha católica. Assim os colonizadores pretendem justificar a conquista não como um exclusivo ato de força ou de rapina, mas como um dever ético e político, o anúncio de uma boa nova, que deveria ser docilmente acolhida e valorizada pelos nativos [...] tudo que se passa fora dos espaços sociais e políticos europeizados é definido como “sertão” ou “fronteira”, *locus* de recursos que podem vir a ser apropriados pelos cidadãos da metrópole que para ali se deslocam de forma permanente ou eventual. Os moradores dessas regiões, caracterizados como “outros”, isto é, exteriores à sociedade, passam à condição de despojos de guerras ou refugiados, vistos em consequência como desprovidos de direitos e investidos em obrigações não claramente estabelecidas (grifos do autor).

Aráoz (2020, p. 33) sustenta que a contemporaneidade está sedimentada nos fundamentos epistemológicos do colonial. Em sua argumentação

todos os edifícios institucionais da modernidade — absolutamente todos: o Estado e o Mercado, o Capital, a Ciência, o Indivíduo e a Sociedade Civil; o Contrato, é claro; a Família, o masculino e o feminino, o patrimônio e o matrimônio; as ideias do justo, do belo e do bom; as noções de riqueza e de pobreza; o Sul e o Norte, o acima e o abaixo — descansam e repousam inevitavelmente sobre os pressupostos cognitivos e histórico-políticos do colonial.

Sem a pretensão de adentrar no vasto terreno epistemológico preenchido pelas teorias pós-coloniais e decoloniais, retorna-se ao autor para sublinhar as conexões inextricáveis entre colonialismo e colonialidade, modos de ação prática e esquemas mentais amalgamados em

políticas desenvolvimentistas, estratégias empresariais e necrosaberes produzidos no âmbito da divisão do trabalho intelectual.

Se o colonialismo se refere ao plano fático das práticas e dos processos sociais concretos, econômicos, políticos e militares de apropriação de riquezas e recursos, de exploração, dominação e hierarquização racial de populações e territórios, a colonialidade se expressa nas narrativas sociais que, sob diferentes registros (discursos acadêmico-científicos, ético-filosóficos, políticos, estatais e jurídicos, jornalísticos e *mass*-midiáticos), operam na naturalização e na legitimação daqueles sob a forma das visões oficiais [...] uma vez conquistado esse lugar estratégico de enunciação, consagrado desde a tripla oficialidade da ciência, do Estado e do mercado, as visões dominantes se transformam no real, na única realidade possível, o único caminho, *universal, destino manifesto*. E, cristalizado nesse ponto, para a oficialidade do poder, todas as objeções são sacrilégio. Quem clama por “alternativas” são os profanadores da Ordem, cegados por ideologias obtusas que se afastam do caminho da Razão e da ciência. Olhares utópicos e irrealistas, no melhor dos casos, impregnados de um romantismo inocente, porém estéril; nos piores, fundamentalistas que atentam contra os valores mais sagrados de “nossa sociedade”. (ibid., p. 37-8)

Escobar (2007) considera o desenvolvimento como regime de representação, como “invenção” construída socialmente através de formações discursivas e positivities atreladas a relações de poder e saber, homônimas ao verificado empiricamente nos contextos sociais onde estão inseridos os territórios incrustados pela dendeicultura, quando se analisa a vasta literatura acerca do tema.

Por casi cincuenta años, en América Latina, Asia y África se ha predicado un peculiar evangelio con un fervor intenso: el “desarrollo”. Formulado inicialmente en Estados Unidos y Europa durante los años que siguieron al fin de la Segunda Guerra Mundial y ansiosamente aceptado y mejorado por las elites y gobernantes del Tercer Mundo a partir de entonces, el modelo del desarrollo desde sus inicios contenía una propuesta históricamente inusitada desde un punto de vista antropológico: la transformación total de las culturas y formaciones sociales de tres continentes de acuerdo con los dictados de las del llamado Primer Mundo” (2007, p. 12).

Os fundamentos da bioeconomia do dendê espelham relações heterônimas de poder, através da tentativa recorrente de elisão da autonomia das identidades coletivas e dos agentes sociais organizados, privando-os da faculdade de “decidir os princípios de definição do mundo social em conformidade com seus próprios interesses” (BOURDIEU, 2004, p. 125). Evidencia-se a existência de relações sociais permeadas por violências físicas e simbólicas conexas a uma tecnologia de poder em que técnicas de classificação e enquadramento, taxonomias e sistemas simbólicos operam um trabalho sofisticado de *eufemização*, intencionando gerar quadros mentais legitimadores da dominação.

Como domínio de saber e tecnologia de poder, organiza-se em consonância com uma lógica de naturalização da ordem estabelecida. Neste sentido, as classificações arbitrariamente aplicadas para delimitar os fenômenos sociais e apreendê-los no contexto das realidades empíricas pesquisadas cumprem função estratégica na luta simbólica desatada pela coalizão de

interesses formada por estratégias empresariais e aparatos de Estado, visando impor a definição de mundo social mais congruente com a agenda desenvolvimentista (ALMEIDA, 2009).

Os mecanismos classificatórios “são atributos exclusivos de sociedades hegemônicas, sejam coloniais e/ou imperiais, metropolitanas e/ou centrais, que impõem denominações a quem quer que seja, quando e como lhes aprouver”, sobretudo, em face de territórios e lugares situados na periferia do poder dominante. Os enquadramentos produzidos nesse âmbito de ação culminam em esquemas interpretativos cuja elaboração, institucionalização e reprodução se impõem como “verdade natural”, refratária a questionamentos acerca de suas contradições epistemológicas, teóricas e políticas (ibid., p. 11).

Neste sentido, além da tarefa de identificar os esquemas interpretativos e os responsáveis que o acionam, faz-se necessário “romper com estes dispositivos do silêncio que tem por função garantir a infinita continuidade de um esquema interpretativo, como unidade discursiva autoevidente e inquestionável” (ibid., p. 13). A irrupção do senso comum erudito adstrito a essa problemática – constituído por um jogo de noções pré-estabelecidas, fantasmagorias e esquemas mentais inerentes à axiomática capitalista moderno-colonial – é condição indispensável para apreender a realidade social dos territórios rurais abrangidos por extensos monocultivos de dendezeiros no Brasil e na Colômbia.

A desnaturalização das supostas “verdades absolutas” enunciadas pelos estrategistas do agronegócio do dendê e legitimadas por determinados campos da ciência, inspiradas em argumentos oriundos dos naturalismos, dos biologismos, dos dualismos e dos geografismos (ibid., p. 16), constitui-se como ruptura epistemológica, objetivando elidir os obstáculos permanentes que dificultam uma leitura verdadeiramente crítica da realidade empiricamente observável, sustentados pelo senso comum erudito fossilizado por disciplinas das ciências naturais e das ciências humanas e, acriticamente reproduzido.

Distanciando-se de metodologias de classificação e enquadramento ancoradas na *ação sem sujeito*, a abordagem utilizada nesta seção, coextensiva ao conjunto do trabalho, enfatiza a legitimidade discursiva de unidades sociais organizadas a partir de elementos identitários centrados em práticas de uso comum dos recursos, os quais prescindem da tutela do Estado ou de quaisquer outros tipos de mediadores para se autodefinir e expressar suas posições. Concomitantemente, se buscou ouvir as vozes de outros agentes sociais rotulados como “perturbadores da ordem⁹⁴” relativamente às estratégias empresariais do agronegócio do dendê,

⁹⁴ De acordo com Stengers (2015), na medida em que esses grupos produzem objeções às chamadas *alternativas infernais* impostas pela tríade Estado-Mercado-Ciência, o Estado age para acusá-los de “perturbadores da ordem”, atuando em seguida para ignorá-los ou silenciá-los.

frequentemente silenciados pelos discursos corporativos e governamentais, em virtude de “arte da resistência” (SCOTT, 2013) e da “resistência cultural” (SAID, 2011) aglutinadoras das contestações a megaempreendimentos desenvolvimentistas.

A análise das relações adstritas à bioeconomia do dendê tem revelado a existência de uma multiplicidade de agentes inseridos numa complexa teia de relações de poder: executivos e gerentes das empresas, *think tanks* de inspiração neoliberal, agentes políticos, pesquisadores e acadêmicos, empresas de pesquisa e desenvolvimento, assalariados rurais, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, governo federal, governo estadual, governos municipais, corretores fundiários, donos de cartórios de registros de imóveis, instituições financeiras, bolsas de valores, importadores de óleo de palma, técnicos de assistência técnica e extensão rural (ATER), empresas de comunicação e mediação social, organizações não-governamentais, mesas redondas multipartes, entidades ambientalistas e outros. Consoante sublinhado por Foucault (1995; 2010), neste campo de tensões, antagonismos e alianças cada agente procura moldar o mundo social a partir de seus interesses específicos, mediante práticas governamentais de incitação e de luta, visando “estruturar o campo de ação dos outros”.

Ao inaugurarem uma série de estudos sobre *Flex-crops & Commodities*, realizados pelo *Agrarian Justice Program*, do *Transnational Institute* (TNI), sediado em Amsterdã, Holanda, Borrás *et al.* (2014) trazem à tona um conjunto de elementos referidos à configuração atual dos diversos agronegócios, tornando possível, com apoio de outras referências, esboçar um quadro geral de inteligibilidade sobre os flexionamentos de culturas agrícolas e a conformação de uma “nova” economia política, regida pelos imperativos da racionalidade neoliberal.

Os autores evidenciam o cálculo estratégico dos agentes econômicos do mercado global de *commodities*, orientado pelas tentativas de redução da incerteza gerada pela flutuação de preços, por meio da diversificação do portfólio de produtos, visando auferir maiores taxas de rentabilidade e lucratividade. O principal caminho adotado pelas *traders* tem sido a maximização de usos múltiplos e flexíveis de cultivos agrícolas, gerando novas “cadeias de valor” (*supply-chains*) com maior retorno econômico para as empresas, sob os discursos da eficiência alocativa e da criação de vantagens competitivas, consoante os discursos da “bioeconomia”. A construção de biorrefinarias e os investimentos em propriedade intelectual e patentes são meios empregados para obter tais resultados (*op. cit.*, p. 2).

Diante desta reestruturação agrícola contemporânea, responsável por estimular novos usos múltiplos de culturas e *commodities*, os responsáveis pelo estudo propõem um outro modo de se perscrutar a economia política do *agrobusiness*, porquanto não se deve confiar exclusivamente em “medidas quantitativas desses produtos para examinar tendências e

significados econômicos e políticos”, como as estatísticas oficiais e as métricas mercadológicas. Na mesma linha, recomendam um olhar mais profundo e cuidadoso a respeito da economia política dessas culturas, em consonância com os quatro pontos fundamentais esboçados por Benstein (2010, p. 22-3): “Quem possui o quê? Quem faz o que? Quem consegue o quê? O que eles fazem com a riqueza gerada?”

Para além desta perspectiva, Borrás *et al* (2014, p. 5-6) destacam a necessidade de três condições mínimas para a transformação de produtos com usos múltiplos em *culturas flexíveis*: base material, capacidade tecnológica e viabilidade de lucro. Em suma, um domínio real e um domínio ideacional (ALONSO-FRADEJAS *et al.* (2015). A base material está relacionada com o escopo dos principais produtos e subprodutos da estratégia de flexionamento. A capacidade tecnológica tem a ver com os investimentos relativos à implantação de plantas de processamento e refino, o aporte de bens de capital e de bens intangíveis. A viabilidade de lucro se refere à rentabilidade do negócio, de acordo com as projeções e expectativas dos investidores. A hipótese levantada é que se os três requisitos estiverem presentes, as chances de flexionamento serão altas e isso implicará no incremento da valoração mercadológica, pois, “uma cultura com múltiplos usos é bastante valiosa; uma cultura com múltiplos usos *flexíveis* é mais ainda” (*ibid.*, p. 5).

Na avaliação dos autores do estudo, “as três condições mínimas não operam em um vácuo político” (*ibid.*, p. 6). Elas são moldadas pela tessitura de relações sociais presentes nos lugares e nas arenas de poder abrangidas pela economia política intrínseca à governamentalidade neoliberal. Disputas contestatórias inerentes à propriedade da terra, desenvolvimento e controle tecnológicos, adequação do regime trabalhista, mecanismos de exercício do poder político, antagonismos sociais, nível de investimento público em pesquisa e desenvolvimento, subsídios agrícolas e políticas comerciais são elementos determinantes na lógica de flexionamento adotada por megacorporações transnacionais, em parceria com governos e empresas nacionais. Há casos excepcionais, no entanto, onde mesmo estando asseguradas as condições de possibilidade da tríade exigida, as campanhas contestatórias de solapamento da soberania alimentar face aos agrocombustíveis pode resultar na inviabilização das estratégias flexibilizantes.

Na argumentação de Reys e Sandwell (2018, p. 5), para além das questões apontadas por Borrás *et al* (2014), as culturas flexíveis devem “possuir atributos biofísicos que permitam a decomposição e o processamento de várias maneiras, de modo a expandir seu uso”. Um dos exemplos citados pelos pesquisadores é exatamente o óleo de palma, em face de certas características que o tornam “particularmente adequado à mistura e ao processamento. Essa

versatilidade é parcialmente responsável pela extensão de seu uso para além dos produtos alimentícios, incluindo ração para animais e, mais recentemente, biocombustível e energia”.

Outros dois fatores decisivos permeiam as estratégias empresariais de flexionamento de culturas e *commodities*: o capital financeiro e a especulação, próprios da globalização neoliberal. De acordo com as análises de Borrás *et al* (2014, p. 6), as apostas do capital financeiro em relação às culturas flexíveis podem turbinar seu nível de investimento, aumentar sua popularidade e moldar sua flexibilidade no mercado. “No contexto da era da financeirização, as qualidades únicas das culturas flexíveis podem torná-las uma esponja particularmente atraente para os investidores que estão inundados com fundos excedentes”.

O parágrafo antecedente exprime a existência de uma relação intrínseca entre financeirização e culturas flexíveis. A hipótese suscitada por Borrás *et al* (2014, p. 7) infere que “os múltiplos usos das culturas flexíveis têm o potencial de mitigar o risco sobre os investimentos enquanto maximizam os retornos, tornando-os, assim, um alvo particularmente atraente para a especulação financeira”. Diante das múltiplas crises⁹⁵ socialmente construídas e evocadas por organismos multilaterais (alimentar, energética, ambiental, financeira), as quais diariamente são repercutidas pela mídia e legitimadas pelo saber dos “especialistas”, as culturas flexíveis são invocadas como “solução para os vários tipos de crises que assolam a sociedade contemporânea. E isso aumenta as expectativas dos investidores por lucros espetaculares e sustentados” (id.). Esse cálculo estratégico se traduz de várias maneiras, tais como, criação de fundos de investimentos para compra de terras, fusões e aquisições de usinas e refinarias, provisionamento de crédito e seguros, todos impulsionados pela dinâmica concorrencial e especulativa dos mercados futuros.

Como tática funcional utilizada pela financeirização, o crédito rural se tornou o principal instrumento disponibilizado para facilitar a inclusão dos agricultores aos esquemas corporativos das culturas flexíveis. Borrás *et al* (2014, p. 7) se reportando a Soederberg (2012, 2013) atribuem tal situação ao desmantelamento de políticas keynesianas pela racionalidade neoliberal, culminando no “surgimento de um estado de ‘dívida’ contemporâneo, onde o desenvolvimento rural foi incrivelmente construído como inclusão financeira”. Desobrigando-

⁹⁵ Laval e Dardot (2016), ao dissecarem o léxico da “crise” argumentam inicialmente ser pertinente a ideia de uma “crise sistêmica” do capitalismo. No entanto, afirmam ser necessário distinguir duas questões. A primeira tem a ver com a extensão dessa crise sistêmica a todos os âmbitos da vida social, por serem inescapáveis à racionalidade neoliberal. Por outro lado, o sistema se alimenta de sucessivas crises para reforçar a lógica normativa infernal que o preside, mediante a construção de condições de possibilidade para obrigar os governos e as sociedades a se renderem às chantagens impostas. Eles reforçam que as crises são construídas, inexistindo, portanto, relação de exterioridade motivada pelos alegados “fatores naturais”. Essas interpretações se aproximam das análises de Naomi Klein quanto à “doutrina do choque” empregada por estrategistas neoliberais em situações críticas (calamidade social, eventos climáticos severos, guerras, etc.).

se do papel de fornecedor de insumos agrícolas, infraestrutura rural ou gestão de risco, o Estado se retirou de cena e deixou os agricultores à mercê da subsunção ao crédito.

O papel do Estado e de organizações entusiastas do desenvolvimento é facilitar o acesso dos povos pobres aos empréstimos (Soederberg 2013). Com efeito, “crédito e dívida se constituem como uma faca de dois gumes que pode tanto capacitar como restringir os mutuários. As condições associadas aos empréstimos e mais geralmente à inclusão financeira, podem ser usadas para disciplinar agricultores, limitando tipicamente a sua produção às culturas aprovadas” [...] (BORRAS, *et al*, 2014, p. 7)

Contextualizando a análise ao caso dos agricultores familiares brasileiros, o acesso às diversas modalidades de financiamento contidas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem sido a principal alavanca para estimular sistemas de produção de ciclo curto (temporárias) e de ciclo longo (permanentes), consoante o léxico agrônomo. Particularmente em relação à dendeicultura, a contratação de empréstimos junto ao Banco da Amazônia (Basa) com recursos do Pronaf Eco Dendê, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sob orientação de assistência técnica especializada, é a responsável pela viabilização da “integração” vertical entre os financiados e as empresas agroindustriais do dendê. Complementarmente a esse tipo de endividamento disciplinado ainda ocorre um outro tipo de servidão por dívida controlado pelas empresas e eclipsado nos discursos alusivos ao incremento da renda agrícola, que em muito se assemelha ao aviamento: o fornecimento de insumos e fertilizantes durante as etapas de produção não-abrangidas pelas operações de crédito profanianas, conforme evidenciou Vieira (2015).

Quando indagado acerca do endividamento dos agricultores familiares “integrados” às empresas do dendê, conforme alertado no informe assinado por Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018), o presidente da Abrapalma reconheceu se tratar de um grave problema ainda pendente de equacionamento por parte do governo federal e das instituições financeiras responsáveis pela concessão das operações de crédito. Segundo ele, cometeu-se um erro de cálculo que não levou em consideração a necessidade de prever recursos de custeio para o quarto e quinto ano de cultivo, porquanto ficaram limitados até o terceiro ano.

Então, hoje essas famílias que foram financiadas pelo programa, eles estão tendo essa dificuldade, que como eles não fertilizaram no quarto e no quinto ano e agora ele já tá no sétimo, oitavo ano, as produções não foram suficientes, e agora no sexto ano já começa a vencer o financiamento. Então, precisa ter essa correção no sistema, que já foi encaminhado para o Ministério da Agricultura, pra estender o financiamento até o 5º ano, pelo menos para garantir o recurso para que ele possa adubar no quarto, adubar no quinto, e dessa forma ter uma produção correspondente no sexto que é capaz de ter, já obter lucro e ter recurso para pagar a primeira parcela do financiamento. Essa proposta já tá lá no Ministério da Agricultura para ser analisada e enquanto isso esses agricultores que estão nessa situação de alguma forma, nós temos que resolver junto

ao Ministério da Agricultura também e também precisa principalmente pelos bancos que financiaram, o Banco do Brasil e o BASA, o instrumento de custeio que possa oferecer esse recurso para que eles possam fazer a forma correta do quarto e quinto ano. Então, isso talvez seja o maior problema, desafio que nós temos [...]

Sem uma solução efetiva até o momento, a situação tende a se agravar perigosamente, na medida em que o encerramento do período de carência implicará na cobrança das parcelas do financiamento, cuja quitação definitiva está prevista para ocorrer num intervalo de catorze anos. Duas questões centrais se encontram eclipsadas na abordagem do problema. A primeira diz respeito aos critérios contidos em resoluções do Banco Central que orientam a aplicação da modalidade de crédito específica para a dendeicultura em regime de economia familiar. A segunda concerne aos projetos produtivos elaborados por técnicos habilitados junto a instituições financeiras e conselhos profissionais. Em ambos os casos a responsabilidade por eventuais “erros de cálculo” refletidos em inadimplementos individualizados não pode ser atribuída aos agricultores, os quais apenas seguiram as prescrições do pacote tecnológico disciplinado pelas empresas. No entanto, parece pouco crível a assunção desse encargo por parte do governo federal e dos bancos, por conta do volume expressivo de recursos envolvidos e da pouca incidência das organizações da agricultura familiar em lograr a remissão de dívidas, especialmente no atual contexto de controle político exercido pelo agronegócio.

Borras *et al* (2014, p. 9) identificam três tipos principais de flexionamentos de culturas e *commodities*, as quais denominam como *flexão real*, *flexão antecipada* e *flexão imaginada*. A primeira se refere à existência de uma base material e lógica para a flexibilização, possibilitando sua concretização. Segundo os autores, “isso ocorre quando o agronegócio controlador das culturas flexíveis manipula a oferta de produtos ao sabor dos preços praticados no mercado e aos subsídios e impostos concedidos e cobrados pelo Estado”, culminando com o entrelaçamento de culturas flexíveis, em que uma impulsiona a demanda da outra, como por exemplo a soja e a pecuária ou o dendê e a pecuária, em que uma produz as condições (farelo de soja, torta de dendê) para a reprodução da outra (alimentação dos animais).

A “flexão antecipada” consistiria na criação de um ambiente especulativo, ancorado numa base material e lógica clara, a respeito das atividades e efeitos fomentados pela conversão de culturas agrícolas de uso limitado em culturas flexíveis. A sobrevalorização dos mercados de terras, materializada na aquisição de propriedades e posses em larga escala e nas promessas triunfalistas de megainvestimentos evocadas pelas empresas se insere nessa noção de antecipação. “A flexão é um aspecto importante do governo e da narrativa corporativa. Tem base material, parece lógico, legítimo e convincente. É uma flexão antecipada” (id.).

Por sua vez, a “flexão imaginada” é algo ilusório, irreal, pois não possui base material, tampouco lógica, mas ainda assim é invocada por alguma motivação. Esse é o principal ponto de distinção em relação à flexão antecipada, não obstante a presença de algumas similitudes. Os autores citam como exemplo brechas legais usadas por grandes proprietários de terras para evitar a realização da reforma agrária, alegando estarem compatibilizando suas áreas em consonância com estratégias empresariais das culturas flexíveis (idem). No contexto brasileiro, particularmente na Amazônia, a narrativa totalizante do agronegócio como “motor da economia nacional” e as relações de poder exercidas por este grupo de interesse molda as estratégias políticas de flexibilização de dispositivos de regularização fundiária e da proteção ambiental, estimulando as fantasmagorias da comoditização, da flexibilidade e do neocolonialismo.

Os autores apontam a possibilidade de coexistência dos três tipos de flexionamento sugeridos, descartando uma perspectiva restrita de níveis de gradação independentes, de feição evolucionista. Destacam oportunamente que “os fatores que encorajam, desestimulam, facilitam ou impedem a flexão não são apenas físico-químicos e tecnológicos - eles são acentuadamente políticos” (id.).

Por conseguinte, sugerem que a economia política de culturas flexíveis e *commodities* – ancorada nas quatro questões de Bernstein (2010) – deve ser necessariamente reformulada de várias maneiras, oito das quais são: (1) mudanças de múltiplos locais e níveis e interconectividade cada vez mais interurbana; (2) novos donos de capital e tecnologia; (3) continuidade e mudança na organização da produção e no regime de trabalho emergente; (4) novos produtores e comerciantes de *commodities*; (5) nova gama de consumidores; (6) uso da lavoura e mudança no uso da terra; (7) o papel do Estado; e (8) o papel em evolução das instituições reguladoras internacionais. Com efeito, “é importante examiná-las em categorias interrelacionadas para entender o caráter, o ritmo, o escopo, a trajetória e as implicações mais amplas da ascensão das culturas flexíveis e *commodities*” (ibid., p. 10).

Com relação à questão das mudanças no uso da terra, os pesquisadores do Instituto Transnacional, de certa maneira, relativizam o fenômeno social, e em seguida o reposicionam por uma nova perspectiva analítica. Destacam a incidência de uma “mudança no uso da cultura”, em vez da “mudança no uso da terra” convencional. No entanto, evidenciam a ligação intrínseca entre os dois processos, pois “mudar o uso de uma cultura significa mudar o uso da terra também, uma vez que muda o propósito final de cultivar a terra, mesmo que as plantas particulares da terra não possam mudar” (ibid., p.10-1). Por essa linha de raciocínio, consideram mais apropriado empregar a noção de “mudança no uso de culturas”, intencionando “capturar melhor esse aspecto do surgimento de culturas flexíveis e *commodities*, em vez da noção

convencional de mudança no uso da terra”, embora as estratégias de flexionamento tenham impulsionado a demanda por mais terras.

Ao analisar a configuração da economia política do agronegócio do dendê, Alonso-Fradejas *et al* (2015, p. 6) identificam na flexibilidade dos múltiplos usos do óleo de palma o elemento central do cálculo estratégico e das táticas mercadológicas inerentes à referida *commodity*. Na perspectiva crítica dos autores, subsistem três núcleos inter-relacionados responsáveis pela condução das estratégias de uso múltiplo desta *cultura flexível*: o imperativo de acumulação, o paradigma da “economia verde” e o movimento em direção a um multipolar regime global de alimentos e *commodities* agrícolas.

Borras *et al* (2014, p. 4) sugerem que a “expansão” dos monocultivos de dendezeiros “está correlacionada ao surgimento de múltiplos usos do óleo de palma, amplamente induzido pela convergência de múltiplas crises e as várias respostas a estas”. Acrescentam ainda variadas motivações explicativas do crescimento expansivo deste segmento no período recente. Dentre estas, enfatizam o aumento acentuado da demanda por agrocombustíveis, óleo de cozinha e outros alimentos à base de óleo vegetal, assim como para setores não alimentares, como cosméticos e produtos de higiene e limpeza. No contexto da reestruturação agrícola contemporânea, o óleo de palma se tornou “um óleo vegetal poderoso e popular” (id.), cujos fundamentos estruturais de sua economia política envolvem três fatores interrelacionados: ordem discursiva, legitimação acadêmica e defesa política.

Três outras questões fundamentais da economia política do dendê têm a ver com a mudança de hábitos alimentares, a correlação com outras culturas flexíveis e a ênfase discursiva nas denominadas “mudanças climáticas”. A primeira é sustentada pela importância das pesquisas científicas, sobretudo, nas áreas de nutrição, agronomia e engenharia de alimentos, e dos mecanismos de regulação controlados por agências governamentais com atribuições vinculantes, com potencial gerador de estímulos comerciais ou de imposição de restrições ao consumo de determinados produtos. A segunda está relacionada com os pontos de intersecção entre as economias políticas do dendê e de outras culturas flexíveis como a pecuária, por exemplo, em que a demanda por ração animal tende a impulsionar a ampliação de monocultivos de dendezeiros. O terceiro fator se refere ao sofisticado esquema discursivo produzida pelo ambientalismo empresarial diante da “crise” ambiental, apresentando o óleo de palma como solução miraculosa para “gerar fontes de energia limpa e mitigar o aquecimento global”, sob inspiração das narrativas da “economia verde” (id.).

Em se tratando da relação entre produção de biodiesel e o espraiamento das plantações de dendezeiros nos trópicos, Borras *et al* (2014, p. 5) evidenciam o quanto é bastante provável

que as narrativas políticas e as negociações comerciais sobre “biocombustíveis” tenham sido suficientes para convencer os governos nacionais e os investidores corporativos a pressionar pelo crescimento exponencial do setor, embora ainda não haja um mercado de biodiesel totalmente desenvolvido. Suas ações podem ter sido inspiradas principalmente pela hipótese de constituição de um mercado lucrativo deste produto em todo o mundo e eles podem se dar ao luxo de esperar que esse mercado cresça no futuro próximo, porque enquanto isso eles podem vender seu azeite de dendê em várias formas de *commodities*: óleo de cozinha, material cosmético e outras mercadorias. Assim, denota-se um descompasso entre as metas projetadas e o percentual de óleo de palma efetivamente destinado à agroenergia. Este é o caso na Indonésia, onde a maior parte do óleo de palma ainda é comercializada para outros fins, além do biodiesel.

Sayer *et al* (2012, p. 114) destacam que o recente crescimento da indústria de óleo de palma tem sido uma resposta à demanda global por óleo vegetal, impulsionada pelo aumento da população e da renda e, mais recentemente, do elasticidade do mercado de agrocombustíveis. Esta tendência possivelmente deve continuar nas próximas décadas. De acordo com os autores, “a demanda por óleo de palma como matéria-prima de biocombustível subiu de zero em 2000 para cerca de 10% do óleo de palma bruto em 2011”.

Na perspectiva de Naylor (2016), o crescimento econômico, a distribuição da renda e a intensificação do comércio foram fatores decisivos para alavancar o consumo e o padrão alimentar desde os anos 1990. “Rendas crescentes ajudaram a aliviar a pobreza extrema e as deficiências calóricas em todo o mundo, e alimentaram a demanda por proteína animal e alimentos processados”, não obstante, as disparidades de renda também aumentaram, deixando a maioria da população mundial nos grupos de renda mais baixa. Neste contexto, *commodities* agrícolas como o dendê se destacam pela rápida “expansão” em âmbito mundial, conduzidas por estratégias empresariais lideradas por grupos transnacionais e turbinadas por políticas governamentais de incentivo ao setor, com a participação de pequenos agricultores vinculados contratualmente.

Para Reys e Sandwell (2018), a despeito do dendê ser reconhecidamente uma cultura com múltiplos usos, o flexionamento do setor ainda permanece na “fase anedótica”, sendo utilizado principalmente como semente oleaginosa. Novas meios têm sido testados com a finalidade de aumentar as possibilidades de aproveitamento da biomassa futuramente, assim como está sendo posicionado como uma cultura com possibilidades lucrativas de flexibilização, especialmente na área de energia renovável, mediante a conversão de “subprodutos/coprodutos em fontes de bioenergia, biocombustível e biomateriais”. Enquanto o óleo de palma cru, produzido a partir do esmagamento da polpa, forma a base de alimentados processados,

produtos de limpeza, cosméticos e biodiesel, o óleo de palmiste e seu subproduto, a torta de dendê, são empregados na fabricação de sabão, detergentes e ração animal.

Seguindo a mesma linha adotada por Borrás *et al* (2014), os pesquisadores destacam ainda o papel exercido pelos múltiplos agentes abrangidos pela economia política do dendê, em especial o Estado e as corporações nacionais e transnacionais. Em relação ao primeiro, a burocracia estatal desempenha um papel decisivo na flexibilização do dendê, por meio do incentivo institucionalizado do crescimento da demanda, tanto em nível doméstico quanto na esfera multilateral, consoante a criação de políticas governamentais e de acordos comerciais celebrados com outros países. O artigo menciona diretamente a Política Nacional de Biocombustíveis da Colômbia, aprovada em 2008, e, a Estratégia Nacional de Biomassa da Malásia, como exemplo de medidas endógenas fomentadas pelo Estado. Também reporta estratégias de comércio internacional manejadas pela China, grande consumidora de produtos derivados de óleo de palma, que impulsionaram os monocultivos de dendezeiros em países como a Indonésia e a Malásia. Complementarmente, “os estados ajudam a promover os múltiplos usos do dendê, enfatizando sua suposta importância na abordagem da segurança alimentar e energética e das mudanças climáticas” (REYS e SANDWELL, 2018).

Alonso-Fradejas *et al* (2015) também discorrem a respeito da atuação dos personagens envolvidos na economia política do agronegócio do dendê, segmentando-os em Estado, corporações e atores sociais. Referente ao Estado, destacam o quanto os agentes públicos “são atores fundamentais que influenciam o caráter e o escopo da flexibilização do dendê. Geralmente são responsáveis por definir o material necessário e as condições ideais para tal flexionamento, ou pelo menos para iniciá-lo”. Têm em mãos um conjunto de dispositivos pró-dendeicultura, incluindo mecanismos de regulamentação, discursos de legitimação, financiamento e subsídio de pesquisa, tecnologia e infraestrutura necessários para propiciar a lucratividade das culturas flexíveis.

Os pesquisadores evidenciam a existência de dois conjuntos principais de ações conduzidas por agentes estatais em apoio ao óleo de palma: a) o primeiro envolve ações para desenvolver e fortalecer as condições de possibilidade da agroindústria de dendê para flexibilizar lucrativamente, como por exemplo a Política Nacional de Biocombustíveis da

Colômbia⁹⁶ e a Estratégia Nacional de Biomassa 2020 da Malásia⁹⁷; b) a segunda agrega ações “que buscam legitimar os múltiplos usos do dendê e a flexibilização entre eles na sociedade”.

Outro ponto-chave salientado concerne aos instrumentos regulatórios na esfera internacional, conjugado com acordos bilaterais e multilaterais sobre investimentos, comércio e cooperação (técnica, tecnológica, patentes, etc.) celebrados entre os diversos países produtores e consumidores de derivados do óleo de palma. Segundo Fradejas *et al* (2015), tais dispositivos “moldam o ambiente doméstico para a flexibilização do dendê”. Citam o exemplo do acordo firmado entre a União Europeia e a América Central em 2013, o qual formalizou as condições de fornecimento de óleo de palma ao mercado europeu, resultando no crescimento acentuado das exportações de matéria-prima de Honduras e da Guatemala, locais onde a dendeicultura se intensifica na mesma proporção dos graves antagonismos sociais gerados pela atividade, conforme atestam Edelman e León (2013) e Alonso-Fradejas (2012). Sucessivamente, a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2006, “terminou com o sistema de cotas para importação de óleo de palma, levando ao seu aumento e ampliando as possibilidades de flexionamento em diferentes formas de uso” (ALONSO FRADEJAS *et al*, 2015, p. 9).

As regulações na esfera nacional também tem a capacidade de influir na dinâmica internacional de flexibilização do dendê, a exemplo das medidas rígidas adotadas recentemente pela União Europeia e pelos Estados Unidos em relação às implicações da mudança indireta do uso da terra nos cálculos inerentes às emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, que na prática, resultaram na redução significativa do volume de óleo de palma exportado para agrocombustíveis por países da Ásia e da América Latina, motivando-os a adotar cotas internas de mistura do biodiesel ao diesel convencional, tal qual ocorreu na Colômbia, na Malásia, na Indonésia, e neste caso, no próprio Brasil⁹⁸ (*ibid.*, p. 10). A política interna chinesa voltada à

⁹⁶ De acordo com Alonso-Fradejas *et al* (2015, p. 8), “dentre as muitas iniciativas do gênero em todo o mundo, o caso da Política Nacional de Biocombustíveis da Colômbia de 2008 é um exemplo de como o governo pode facilitar condições adequadas para flexibilizar os múltiplos usos do óleo de palma nos mercados domésticos. Desde a promulgação da política de biocombustíveis, a demanda de óleo de palma para biodiesel na Colômbia aumentou de 5% em 2008 para 42% em 2012, oferecendo a possibilidade de os atores corporativos flexionarem alimentos, biodiesel e outros usos não alimentares de óleo de palma”.

⁹⁷ Através dessa política adotada pelo governo malaio, “foi instituído o Centro Internacional de Biomassa da Palma de Óleo (OPBC). Visando atenuar os riscos interiorizados pelos plantadores de dendezeiros em relação à transformação da biomassa do óleo de palma em *commodity*, a estratégia da nova organização é evocar os ganhos potenciais embutidos no investimento em tecnologia e propriedade intelectual, o qual “poderia abrir caminho para potenciais *joint ventures* entre as empresas locais de plantações de dendezeiros e empresas bioquímicas internacionais” (*idem*).

⁹⁸ Em relação ao Brasil essa hipótese não se sustenta em termos objetivos, uma vez que desde 2010 não se tem utilizado dendê como agrocombustível, de acordo com os dados da ANP discutidos nesta tese, e confirmados por representantes da Abrapalma. Em outras palavras, mesmo com a institucionalização da cota de mistura obrigatória

“segurança alimentar” e ao provimento energético constitui outro caso a ser levado em conta, pois um de seus efeitos consiste no incentivo à instalação de empresas nos territórios malaio e indonésio, com o objetivo de implantar monocultivos de dendzeiros. As investigações realizadas pelo *Tuk Indonesia* (2019) e pelo *The Gecko Project* corroboram essas conexões, ao mapearem os principais grupos econômicos e as fontes de financiamento ao agronegócio do dendê naquele país, dentre outras relações.

Quanto à legitimação simbólica da *plantation* do dendê, a tecnocracia estatal, isoladamente ou em conjunto com agentes sociais e representantes do setor empresarial, “trabalham ativamente para ampliar as percepções sociais dos múltiplos usos do dendzeiro, simplesmente como um novo conjunto de projetos de acumulação do capital, cuja ênfase reside na segurança alimentar e energética, na mitigação das mudanças climáticas e no desenvolvimento rural” (Alonso-Fradejas *et al*, 2015, p. 10). Os autores destacam, por conseguinte, a maneira convergente com que “os enquadramentos nacionais são ampliados e apoiados por discursos semelhantes mantidos por instituições internacionais de governança, como o Banco Mundial, no caso da segurança alimentar (2007), e o PNUMA, com relação ao paradigma da economia verde (2011)”. Igualmente se poderia exemplificar as construções discursivas eufemizadas que dão origem a noções de inspiração evolucionista como “pobreza rural” e “geração de empregos” reiteradamente utilizadas pelo Banco Mundial, e a noção de “agricultura por contrato”, empregada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Relativamente ao papel exercido pelos agentes corporativos, os autores destacam as lutas de posições de grupos nacionais e transnacionais na disputa pelo controle da “cadeia de valor” do dendê, cada qual ocupando uma ou várias etapas da produção, processamento, comercialização e consumo. Evidenciam a atuação de conglomerados transnacionais altamente financeirizados se reposicionando mundialmente para capturar uma maior fatia do mercado de óleo de palma, normalmente em aliança com grupos privados nacionais dos principais países produtores. Referido jogo empresarial ocorre por duas razões: a primeira, concerne a estratégias de gestão intrínsecas aos circuitos comerciais; a segunda, como subterfúgio para driblar eventuais obstáculos instaurados por legislações nacionais direcionadas a incentivar o capitalismo doméstico.

São apresentados vários exemplos de estratégias empresariais utilizadas pelos *players* da “cadeia de suprimentos” do dendê. No caso da Unilever, conglomerado anglo-holandês e

de biodiesel no diesel convencional, o dendê historicamente tem tido participação praticamente nula no referido mercado, amplamente dominado pelo óleo de soja.

maior consumidor de bens de consumo de óleo de dendê no mundo, há um ponto de interrogação em relação ao seu engajamento ou não na lógica de flexibilização em curso, mas se calcula o peso de uma decisão como essa na própria dinâmica do mercado. Em termos meramente especulativos, a empresa absorveu 3% da produção global em 2013.

A *trader* norte-americana Cargill, cujas operações financeiras relacionadas a fusões e aquisições ficam sediadas em Cingapura, encontra-se “profundamente envolvida na “cadeia de valor” do óleo de palma, desde a produção até a transformação e a circulação, até ser comercializada para os fabricantes de produtos, indústria de serviços e os atacadistas” (id.). Ou seja, exerce controle sobre todas as etapas do processo produtivo, além de possuir extensos monocultivos de dendezeiros no Sudeste Asiático, por meio de suas subsidiárias. Controla uma rede densa, complexa e estruturada de transformação (esmagamento e refino), transporte, logística e comercialização, constituindo-se, inequivocamente, como um dos mais influentes agentes da economia política do dendê.

A *Wilmar Internacional*, grupo transnacional com maior participação no mercado do dendê é citada indiretamente nas análises de Alonso-Fradejas *et al* (2015), se limitando ao caso da *Yihai Kerry*, uma de suas subsidiárias instalada na China desde o final dos anos 1980, coparceira da Cofco, terceiro maior conglomerado de *commodities* agrícolas do mundo, de acordo com Santos e Glass (2018). A *Yihai Kerry* e a *Wilmar Internacional* têm investido pesado na conquista do mercado chinês, por meio de instalações agroindustriais de esmagamento e refino em larga escala e da integração de todas as etapas da “cadeia de valor” da *commodity*, com o objetivo de maximizar os ganhos de produtividade, rentabilidade e lucratividade. Com isso, dispõe de uma capacidade estratégica de flexibilizar suas atividades, ajustar o *portfólio* de produtos e “aguardar os sinais do mercado” (ibid., p. 10-1).

O último grupo empresarial mencionado, denominado *Julong Group*, é originário da China e detém a maior fatia de mercado do óleo de palma no país. Possui monocultivos de dendezeiros em larga escala na Indonésia e na Malásia, iniciados a partir de 2006 e, mais recentemente, começou a instalar plantas de esmagamento de dendê em tais países. A importação da matéria-prima para a China serve como uma espécie de seguro de *commodity* nos mercados futuros ou é vendida para outras empresas como insumo industrial. Após a transformação e o refino, é destinada para atendimento da demanda dos mercados de varejo e atacado de óleo de cozinha, assim como para o biodiesel, denotando uma ampla estratégia de integração. Tomando como base o exemplo da *Julong Group*, a hipótese delineada pelos autores do estudo é de que são os grandes conglomerados transnacionais, em vez do Estado, os

condutores e controladores da flexibilização do óleo de palma na China, diferentemente de outras culturas flexíveis como a soja (ibid., p. 11).

As argumentações de Alonso-Fradejas *et al* (2015) também levantam questionamentos a respeito das diferenças substanciais entre as estratégias de negócios dos países do Atlântico Norte e dos BRICS⁹⁹ e MICs¹⁰⁰. Consta-se que estes últimos “têm um objetivo comum de capturar uma parcela maior da ‘cadeia de valor’ do dendê, aumentando vertical e horizontalmente suas habilidades de flexionamento entre seus múltiplos usos”. A opção adotada por esses países e blocos econômicos requer “mais apoio institucional, regulatório e discursivo do Estado, além de estimular os atores corporativos a desenvolverem seus próprios sistemas regulatórios para se apresentarem como empresas social e ecologicamente responsáveis” (id.). Sob o manto da Responsabilidade Social Corporativa, foram criados vários dispositivos privados de gestão e controle da economia política do dendê, tais como a Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável (RSPO) e a Mesa Redonda de Biomateriais Sustentáveis (RSB).

Referente aos grupos sociais envolvidos com a dendeicultura, os realizadores do estudo os dividem em duas categorias. A primeira corresponde a ONG's de desenvolvimento e conservação com visão reformista, cuja atuação se pauta pelas recorrentes tentativas de atenuação das implicações sociais e ambientais deletérias causadas pelo agronegócio do dendê, por meio da obtenção de barganhas e da internalização do discurso da responsabilidade social corporativa. É um tipo de ambientalismo crente na “consciência social” das empresas. Nesse sentido, as organizações negociam padrões sociais e ecológicos, objetivados por meio de certificações da RSPO, da RSB, do MSPO e do ISPO, nomeadas como “selos de sustentabilidade” no mercado de óleo de palma, assim como criam campanhas para “estabelecer classificações e avaliações sobre a cadeia de suprimentos de grandes *commodities* agrícolas, dentre as quais a produção de óleo de palma, por meio de Scorecard”, como a realizada pela Oxfam Internacional (ibid., p. 14).

Denota-se, portanto, que “essas iniciativas terminam por legitimar os múltiplos usos do dendê e a expansão de tais monocultivos” (id.), consoante a insólita articulação de interesses apontada por Fairhead, Leach e Scoones (2012) com vistas à neoliberalização da natureza. O segundo grupo diz respeito a organizações sociais transnacionais movidas por uma perspectiva crítica e contra-hegemônica ao dendê, porque o consideram incompatível com o projeto

⁹⁹ Designação referida à agregação geopolítica das economias do Brasil, da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul.

¹⁰⁰ Sigla empregada para se referir aos países de renda média.

transformador que defendem. Optam por manter canais de interlocução com o Estado, ao invés das empresas. Usam da contestação social, da pesquisa crítica e de campanhas públicas para responsabilizar as empresas (id.).

De modo geral, os processos contestatórios grassam nos lugares onde a *plantation* do dendê está irradiada, no entanto, são reiteradamente deslegitimados pela coalizão de interesses representada por grupos econômicos e aparatos do Estado, de duas formas principais: a) a primeira fundamentada numa perspectiva malthusiana, advoga um reenquadramento “da fome e da necessidade de alimentar a crescente população mundial como um problema de disponibilidade de alimentos, ao invés de desigualdade no acesso e distribuição”, e, nesse contexto, o dendê é ventilado como solução mais eficiente e vantajosa em termos de área ocupada e de produtividade, em comparação com outras oleaginosas; b) a segunda estaria associada a visão restrita concernente ao fenômeno da apropriação de terras e do uso da terra, a qual desconsidera a “agricultura por contrato” como mecanismo de expropriação e desterritorialização, ao mesmo tempo em que defende o dendê como cultura alimentar, na tentativa de dissuadir as críticas dos agentes sociais aos agrocombustíveis (id.).

Por outro lado, os conglomerados transnacionais do mercado do óleo de palma costumam lidar com as correntes reformista e contestatória de três maneiras: 1) por intermédio da cooptação de quadros de dentro de iniciativas regulatórias como a RSPO e a RSC; 2) mediante o financiamento de projetos de pesquisa junto a universidades públicas, com o objetivo de se precaver com um mecanismo de legitimação simbólica mais consistente, aparentemente ancorado na “imparcialidade” e na cientificidade; 3) apropriando-se parcialmente de preocupações pertinentes suscitadas por organizações sociais de resistência ao agronegócio do dendê, enquadrando-as como critérios avaliativos no âmbito das mesas-redondas corporativas, porém, sem tocar nas questões estruturais vinculadas à desigualdade (id.).

Ao perscrutar as novas mercadorias discursivas elaboradas no contexto da “apropriação verde” (*green grabbing*) como culminância de um intenso processo de neoliberalização da natureza, Fairhead, Leach e Scoones (2012) atribuem o fenômeno da “expansão maciça das plantações de dendezeiros não apenas para o biocombustível comercial, mas para o combustível neutro em carbono.” (p. 239). A argumentação dos autores converge empiricamente com o Programa RenovaBio, lançado pelo governo brasileiro em 2017, cujo principal objetivo declarado seria “descarbonizar a economia”, consoante a substituição de combustíveis fósseis por agrocombustíveis produzidos principalmente a partir da biomassa.

Conquanto esse conjunto de enunciados da ambientalização do discurso esteja imerso em incongruências, reiteradamente tem sido invocado pelos entusiastas do dendê, e tornou-se lugar-comum nas noções operativas adstritas a políticas desenvolvimentistas e estratégias empresariais pró-dendeicultura. Seguindo esta linha, “uma nova economia política da terra e dos meios de subsistência encontra-se em emergência, habilitada, estruturada e moldada pelas lógicas neoliberais de mercantilização e apropriação” [...] (p. 248).

Os “mercados verdes” instituídos como corolário da construção de acordos políticos e comerciais são frequentemente monopolistas ou oligopolistas, envolvendo um comportamento altamente colusivo¹⁰¹. Uma ‘mesa redonda de partes interessadas’ ou uma ‘conferência das partes’ poderiam, assim, ser redefinidas como um cartel, envolvendo pessoas de dentro com conhecimento privilegiado sobre valor atual e futuro. Mas notavelmente, esses também são cartéis que, tal como o comércio de diamantes ou o petróleo proveniente dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criam o valor das próprias *commodities* negociadas, por meio de uma combinação de processos institucionais cuidadosamente controlados e, muitas vezes, imagens espetaculares e representações culturais (ibid., p. 247).

As arenas privadas internacionais de gestão do mercado de óleo de palma vem desempenhando cada vez um papel proeminente na modulação de preços, na definição de parâmetros tecnológicos, políticos e econômicos, enfim, na elaboração de um cálculo estratégico visando impulsionar a produção, a produtividade e o consumo de derivados da *commodity*. Destacam-se principalmente a Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável (RSPO), fundada em 2004 e sediada em Genebra, a Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável da Malásia (MSPO), instalada em Kuala Lumpur; e a Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável da Indonésia (ISPO), localizada em Jacarta. Esses espaços atuam decisivamente na conformação da “cadeia de valor” global do dendê e na estruturação de sua economia política.

Estudo realizado por Kusumaningtyas e Gelder (2017), a pedido do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), ao tratar sobre fontes de financiamento do óleo de palma no Sudeste Asiático elencou um conjunto de informações relevantes concernentes à “cadeia de suprimentos” do setor, possibilitando apreender várias relações de poder que a permeiam. De modo geral, em 2015, cinco conglomerados empresariais controlaram 90% do mercado mundial de óleo de palma. Foram eles: *Wilmar Internacional* (43%), *Mussim Mas Group* (18%), *Golden*

¹⁰¹ Provém de colusão, conluio, ou seja, de uma combinação maliciosa entre dois agentes para prejudicar um terceiro, ou com o objetivo de driblar o cumprimento de algum dispositivo legal.

Agri-Resources Ltda (15%), *IOI GROUP* (11%) e *Cargill* (4%). O volume de óleo de palma comercializado por esse grupo restrito atingiu 42,9 milhões de toneladas, correspondendo a 72,8% do total. A movimentação financeira foi de aproximadamente US\$ 30 bilhões de dólares.

Outro ponto importante diz respeito às principais empresas importadoras de óleo de palma. Baseados em dados da WWF, os pesquisadores do CIFOR identificaram as catorze principais companhias compradoras de dendê na “cadeia global de valor”, que juntas adquiriram 4.545.884 toneladas em 2016. A principal delas é a Unilever, gigante transnacional dos setores de alimentos, cosméticos e produtos de limpeza, a qual respondeu sozinha por um terço do volume total transacionado. O grupo foi composto ainda por: *P & G* (EUA), *PepsiCo* (EUA), *Nestlé* (Suíça), *Unigrà* (Itália), *Mondeléz* (EUA), *Ferrero* (Itália), *Colgate-Palmolive* (EUA), *Godrej* (Índia), *Rekitt Benckiser* (Reino Unido), *Mc Donald's* (EUA), *FrieslandCampina* (Países Baixos), *ConAgra Brands* (EUA) e *Kao* (Japão).

A dinâmica de acumulação no contexto da economia política do agronegócio do dendê espelha o quadro geral das *commodities* agrícolas no mundo. De acordo com estudo divulgado no início de setembro de 2018 pelas fundações alemãs *Heinrich Böll* e Rosa Luxemburgo, intitulado: *Atlas do Agronegócio 2018: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*, apenas cinco empresas dominam tanto a importação quanto a exportação dessas mercadorias flexíveis destinadas à alimentação, ração animal e agroenergia. Pelo gradiente de participação no mercado, as empresas são: *Cargill* (EUA), *Archer Daniels Midland – ADM* (EUA), *Cofco* (China), *Louis Dreyfus Company* (Holanda) e *Bunge* (EUA), as quais conjuntamente gerem 70% de todas as movimentações globais. Trata-se de grandes conglomerados de estrutura verticalizada, todos fundados entre 1818 e 1902, com exceção do grupo chinês. Em consonância com o relatório, dispõem de um megaestrutura de comercialização, transporte, logística e processamento, possuindo “navios oceânicos, portos, ferrovias, refinarias, silos, moinhos e fábricas” (SANTOS & GLASS, 2018, p. 26).

Precursor da identificação do fenômeno monopolístico na essência da denominada reprodução ampliada, Marx (2011, p. 1012) sublinha que é da natureza do próprio jogo das leis imanentes do capital a “centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos”, onde cada agente liquida muitos outros numa guerra incessante. Para o autor, essa etapa sucede o violento processo de “acumulação primitiva” responsável pela separação do trabalhador de seus meios de produção, e no decorrer de sua implantação conduzirá o sistema dominante ao colapso, em decorrência de suas contradições intrínsecas. Segundo ele, restariam a tragédia social e o conseqüente levante da classe trabalhadora como necessidade histórica para derrotar o capitalismo. Essa perspectiva determinista, por sua vez, não tem se concretizado em tempos

atuais, face à resiliência adaptativa do capital em renovar suas distintas formas de dominação, estendendo-as a todas as esferas da vida social.

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados (idem).

No entanto, com base neste aporte analítico é possível depreender que a economia política das culturas flexíveis, notadamente a do dendê, indica não apenas uma tendência, mas a consolidação de um quadro real de concentração, tecnificação e oligopolização do mercado mundial de *commodities* agrícolas, controlado por um seletivo grupo de conglomerados transnacionais com poder econômico, financeiro e de barganha crescente em relação a governos nacionais e agências multilaterais.

Um dos exemplos mais nítidos dessa concentração de poder e de capitais no contexto da governamentalidade neoliberal moderna, engendrada pelas culturas flexíveis, é o caso da agroindústria de dendê da Guatemala, país latino-americano onde ocorreu o maior crescimento relativo dos monocultivos de dendezeiros no intervalo de 2000 a 2016, com uma variação positiva de 580,9%, de acordo com as estatísticas oficiais da FAO. Para Alonso-Fradejas (2014, p. 127), o oligopólio do dendê é representado por “*ocho familias que controlan 98% de la palma cosechada y 100% de los molinos de aceite de palma, desde la Gremial de Palmicultores de Guatemala (Grepalma)*”, em grande parte fomentados por instituições financeiras transnacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Segundo maior importador mundial de óleo de palma, a União Europeia finalizou em 2018 a revisão da Diretiva sobre as Energias Renováveis estabelecida em 2009 (Diretiva 2009/28/CE). Com as novas regras consignadas na Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, cujos fundamentos se encontram ancorados no discurso da “descarbonização”, o óleo de palma foi classificado como “insustentável”, devido ao significativo potencial em promover alterações indiretas no uso da terra, responsáveis pelo aumento de emissão de gases de efeito estufa. Conseqüentemente, a importação do produto para conversão em agrocombustível foi novamente restringida, com escalonamento a partir de 2019 e eliminação progressiva no intervalo 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2030,

quando será proibido em definitivo¹⁰². Entretanto, algumas brechas no dispositivo permitem a compra de azeite de dendê proveniente de áreas de até dois hectares, que manejem práticas “ecológicas” aferidas por critérios de certificação.

Uma das medidas que antecederam a tal deliberação consistiu na Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de abril de 2017, sobre o óleo de palma e o desflorestamento das florestas tropicais (2016/2222(INI)). Por meio deste dispositivo, os países do bloco se comprometeram a eliminar a partir de 2021 o uso de biodiesel proveniente do óleo de palma, em virtude de ser comprovadamente três vezes mais poluente que o diesel fóssil derivado do petróleo, quando se contabilizam os efeitos significativos das mudanças indiretas no uso da terra causadas pela dendeicultura. Conforme constante no relatório Globiom¹⁰³ divulgado em 2016, a pedido da Diretoria Geral de Energia da União Europeia.

A Globiom confirma as conclusões do Mirage de que as emissões de LUC [mudanças no uso da terra] do biodiesel feito de óleo vegetal excedem em muito as do bioetanol. Isso se deve em grande parte ao fato de que os óleos vegetais, a principal fonte de biodiesel, são frequentemente cultivados nos trópicos, levando a um alto risco de desmatamento tropical e drenagem associada de turfeiras. Um artigo recente da Union of Concerned Scientists elenca palma e soja como duas das quatro principais causas do desmatamento tropical - junto com carne bovina e madeira. (TRANSPORT Y ENVIRONMENT, 2016, p. 5).

Reitera-se, portanto, evidências anteriores de que as emissões de gases de efeito estufa atreladas à mudança do uso da terra (Land-use change – LUC, em inglês) do biodiesel produzido a partir de óleo vegetal superam em muito as do bioetanol. Isto se deve em parte ao fato de que os óleos vegetais, principal fonte do biodiesel, muitas vezes são cultivados em “zonas” tropicais, levando a um alto risco de desmatamento e drenagem de turfeiras. Em artigo recente, a União de Cientistas Preocupados classifica o óleo de palma e a soja como dois dos

¹⁰² A Diretiva europeia que impôs severas restrições ao uso do azeite de dendê como agrocombustível vem sendo fortemente objetada no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) por Indonésia e Malásia, maiores centros produtivos da referida commodity agrícola. A referida disputa assume os contornos de uma “guerra comercial”, com sucessivas ameaças de boicote a produtos europeus por parte dos dois países. A Malásia, por exemplo, em meados de 2019, ameaçou parar de comprar aeronaves fabricadas na Europa. A Indonésia, por sua vez, ingressou com uma medida judicial contra a União Europeia junto à OMC, alegando ser vítima de tratamento “discriminatório”. As alianças firmadas entre os dois países para confrontar as posições da EU continuam insistindo nesse tipo de argumentação. Cf. MAULIA, E. Indonesia says WTO process against EU palm oil curb to start soon. *Nikkei Asia*, Jacarta, 7 de janeiro 2020. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Economy/Trade/Indonesia-says-WTO-process-against-EU-palm-oil-curb-to-start-soon>. Acesso em: 09 jan. 2020. Ver: Sputnik News. Malaysia Threatens to Ditch European Plane Makers, Buy Russian Airlines Amid Palm Oil Row With EU. 02 novembro 2019. Disponível em: <https://sputniknews.com/business/201911021077208686-malaysia-threatens-to-ditch-european-plane-makers-buy-russian-airliners-amid-palm-oil-row-with-eu/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

¹⁰³ Para maiores informações a respeito, o estudo técnico pode ser encontrado no endereço eletrônico: https://www.transportenvironment.org/sites/te/files/publications/2016_04_TE_Globiom_paper_FINAL_0.pdf.

quatro principais propulsores do desmatamento tropical - juntamente com a carne bovina e a madeira¹⁰⁴.

Os responsáveis pelo estudo evidenciam “o forte vínculo entre a expansão da palma e o desmatamento/perda de turfeiras” (TRANSPORT Y ENVIRONMENT, op. cit, p. 5), assim como a taxa de emissão de gases de efeito estufa geradas por mudanças indiretas no uso da terra associadas a monocultivos de dendezeiros e de soja é até três e duas vezes pior que o diesel fóssil, respectivamente. Ancorados no aludido relatório, o Tribunal de Contas Europeu, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia vêm adotando várias iniciativas para restringir a comercialização de biodiesel de óleo de palma nos países integrantes do bloco.

Em 2016, o Tribunal de Contas Europeu publicou um relatório especial denominado “*O sistema da UE para a certificação de biocombustíveis sustentáveis*”, no qual identifica um conjunto de falhas graves relacionadas à ausência de critérios consistentes de certificação, omissão quanto aos efeitos indiretos do uso da terra na produção do óleo de palma, principalmente no Sudeste Asiático e na América Latina, seus maiores fornecedores, e, riscos de fraudes associados à origem do biodiesel comercializado internamente. Em suas conclusões, o órgão de controle externo estabeleceu cinco recomendações de providências a serem adotadas pelo Parlamento Europeu, objetivando sanar as impropriedades verificadas. Um dos trechos mais enfáticos aponta a necessidade de avaliar criteriosamente “os riscos significativos de efeitos socioeconômicos negativos como conflitos pela posse e uso da terra, trabalho forçado e infantil, más condições de trabalho dos agricultores, perigos para a saúde e segurança e alterações decorrentes da alteração indireta do uso da terra” (TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU, 2016, p. 36).

Na mesma sequência, o Parlamento Europeu aprovou a Resolução nº P8 TA (2017) 0098, de 4 de abril de 2017, sobre o óleo de palma e a devastação das florestas tropicais (2016/2222(INI)). O documento de dezessete páginas contém 27 considerandos, 25 considerações gerais e 58 recomendações, abrangendo uma pluralidade de questões associadas à cadeia de suprimentos do dendê.

Em linhas gerais, os subscritores do texto reconhecem os danos sociais e ambientais engendrados pelas *commodities* agrícolas sobejamente consumidas no continente europeu, em especial o óleo de palma, matéria-prima destinada a múltiplos usos, como já discutido anteriormente. Vinculam o crescimento do consumo à evolução do desmatamento, à apropriação irregular de terras tradicionalmente ocupadas, à perda de biodiversidade e ao

¹⁰⁴ O artigo está disponível no endereço: <<https://www.ucsusa.org/resources/whats-driving-deforestation>>. Acesso em 09 jan. 2020.

trabalho em condições precárias. Em um dos trechos admite a extensão do problema, pois, “quase metade (49%) do recente desflorestamento tropical decorre da limpeza de terrenos para fins de agricultura comercial e essa destruição é fomentada pela procura estrangeira de produtos agrícolas, como o óleo de palma, a carne bovina, a soja e produtos madeireiros” (PARLAMENTO EUROPEU, 2017, p. 3). Especificamente em relação ao dendê, a conversão de terras em monocultivos contribui com 40% do desmatamento mundial e metade das áreas de florestas predatoriamente derrubadas produz óleo de palma para a Europa (ibid., p. 6-7).

Noutro ponto, admite que a mudança do uso da terra provocada por sua política de fomento aos agrocombustíveis afeta um total de 8,8 milhões de hectares, dos quais 2,1 milhões de hectares correspondem a terras no Sudeste Asiático, convertidas devido à pressão exercida pelo alastramento de grandes plantações de dendezeiros, sendo que metade das áreas desmatadas eram florestas tropicais ricas em turfeiras. Estima em um milhão de hectares a quantidade de terras alocadas para o cultivo de dendezeiros destinado à produção de agrocombustível no ano de 2020. Destes, 570 mil hectares serão às expensas da destruição de florestas primárias no Sudeste Asiático (ibid., p. 5).

De acordo com o documento, atualmente “18% de todo o dendê e 27% da soja produzidos através do desmatamento vão para a Europa [...] o óleo de palma representa 40% do comércio mundial de óleos vegetais e a União Europeia é o segundo maior comprador” da *commodity*. Não obstante, a rastreabilidade da cadeia de fornecimentos do óleo de palma abrange apenas 2% das empresas, um número considerado ínfimo quando comparado ao volume de produção comercializado, embora se trate de um mercado altamente oligopolizado. Diante de tal contexto, definiu-se o ano de 2020 como horizonte para o alcance da “sustentabilidade” da “cadeia de valor” do óleo de palma na Europa, cuja aferição será obtida por meio de mecanismos de certificação confiáveis.

A despeito da abrangência do relatório parlamentar, o foco das medidas apresentadas visa principalmente regular o processo produtivo predatório do dendê oriundo da Indonésia, como fica evidenciado ao longo do documento, pois 23% do óleo de palma importado pela Europa advém unicamente deste país (ibid., p. 16). Reiteradas denúncias relativas à incêndios florestais praticados intencionalmente como método de limpeza de áreas úmidas para implantação de monocultivos de dendezeiros, usurpação de territórios de povos e comunidades tradicionais, poluição urbana causada pela propagação de fumaça tóxica e risco de extermínio de espécies raras ameaçadas – notadamente orangotangos e tigres - têm se multiplicado nos últimos anos, causando constrangimentos diretos às relações comerciais. Outro ponto destacado

à época estava associado à liderança mundial em desmatamento, mas essa desonra foi assumida funestamente pelo Brasil nos subsequentes.

Diante da gravidade do problema, o Parlamento Europeu aderiu à moratória do dendê proposta pelo governo indonésio, instando seus membros a colaborarem com o congelamento da área plantada naquele momento e com a restauração de dois milhões de hectares de turfeiras. Quanto à Malásia, o documento tece vários elogios à sua política de conservação ambiental, cujo resultado mais palpável seria o aumento continuado das áreas de floresta primária desde 1990 (ibid., p. 3-7; 13).

As soluções apresentadas para a questão do uso da terra estão basicamente contidas nas recomendações nº 30 e nº 83, respectivamente. A primeira “solicita às empresas plantarem dendezeiros em solos “degradados”, com reduzido valor de armazenamento de carbono ou reduzido ‘valor natural’” (ibid., p. 9-10). Resgatando as considerações de Fairhead, Leach e Scoones (2012), Borrás *et al* (2014), MCCarthy *et al* (2012) e Alonso-Fradejas *et al* (2015), esse conjunto de enunciados que formam o discurso da “recuperação de áreas degradadas” tende normalmente a eclipsar as interrelações entre as cadeias de produção da madeira, da pecuária extensiva e do dendê. É oportuno questionar em que medida o emprego dessa narrativa por parte das *plantations* do dendê pode se constituir em estímulo indireto à ampliação do desmatamento, para em seguida se oferecer como medida reparadora. Em outras palavras, é necessário analisar criticamente a possível funcionalidade entre a devastação e as “alternativas infernais” (STENGERS & PIGNARRE, 2007) oferecidas pela dendeicultura para reabilitar os territórios objeto de tal intervenção.

A segunda proposição contida no documento consiste em evitar uma ruptura brusca com a agroindústria do dendê, pois isso poderia implicar na substituição deste cultivo por outras oleaginosas nos mesmos territórios, com potencialidade danosa maior em termos de riscos à biodiversidade, apropriação de terras e emissões de gases de efeito estufa. Seguindo esta linha, recomendou-se incentivar “o desenvolvimento e a promoção de alternativas mais sustentáveis para a produção de biocombustíveis, nomeadamente óleos europeus produzidos internamente a partir de sementes de canola e girassol” (PARLAMENTO EUROPEU, 2017, p. 17).

Dentre a multiplicidade de outras indicações apontadas, destacam-se:

- a) o respeito aos direitos consuetudinários; a restrição à comercialização de óleo de palma “não sustentável” no âmbito da União Europeia;
- b) a articulação com outros países importadores como Índia e China e países produtores para desenvolverem ações comuns com a finalidade de evitar a destruição de florestas tropicais;

- c) a adoção de regras vinculativas e de um sistema de certificação obrigatório e efetivo, visando corrigir a ineficácia dos modelos RSPO, ISPO, MSPO em coibir e prevenir novos desmatamentos; o respeito aos direitos humanos e sociais, territoriais, fundiários, trabalhistas;
- d) a inclusão de pequenos agricultores em esquemas de certificação; o emprego de práticas agroecológicas; a rastreabilidade da matéria-prima e a necessidade de transparência em todas as fases da cadeia de suprimentos do setor;
- e) a adequação de um regime aduaneiro baseado na “pegada de carbono do óleo de palma”; a institucionalização de cláusulas nos acordos comerciais estabelecendo garantias contra o desflorestamento; o cumprimento dos dispositivos constantes na Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), especialmente no que concerne à necessidade de realização de Consulta Prévia, Livre e Informada quando da implantação de megaprojetos econômicos de natureza exógena;
- f) O registro jurídico das terras por parte das empresas; a proteção das terras indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais;
- g) a adoção perspectiva de gênero nas políticas públicas; o realinhamento das operações de crédito, vinculando e harmonizando-as com a legislação internacional em matéria de direitos humanos;
- h) a introdução de requisitos obrigatórios que favoreçam a “sustentabilidade” do óleo de palma em todos os processos nacionais de adjudicação de contratos públicos; ajustamento das políticas relativas à silvicultura, agricultura comercial, uso da terra e desenvolvimento rural;
- i) a produção de novos estudos concernentes às implicações sociais e ambientais do agronegócio do dendê;
- j) incentivo à produção agroecológica, em substituição a monocultivos;
- k) estímulo ao REDD +; consideração dos efeitos indiretos das mudanças no uso da terra por parte dos regimes voluntários;
- l) adoção de novos parâmetros sociais e ambientais de sustentabilidade;
- m) cumprimento das recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas Europeu em 2016;
- n) eliminação gradual de óleos vegetais causadores de desflorestamento, nomeadamente o dendê, enquanto componente de biodiesel, até 2020;
- o) desenvolvimento de agrocombustíveis de segunda e terceira geração;

Especificamente quanto ao modelo produtivo, o relatório enfatiza “os problemas associados aos processos de concentração de terras e de alteração do uso da terra, que ocorrem

no âmbito da criação de monoculturas, como é o caso das plantações de óleo de palma”. Em outro trecho sublinha uma série de danos causados por esses plantios homogêneos em larga escala, os quais “provocam o aumento da presença de parasitas, a poluição das águas pelos produtos agroquímicos e a erosão dos solos, bem como a sua incidência na absorção de carbono e na ecologia de toda a região, comprometendo a migração de espécies animais (ibid., p. 15).

No item 78 instiga as instituições do bloco europeu a estabelecerem no quadro da reforma da Diretiva sobre Energias Renováveis (DER) 2009-28-CE, “procedimentos de verificação específicos relativos aos conflitos pela posse da terra, ao trabalho forçado/infantil, às más condições de trabalho dos agricultores e aos perigos para a saúde e a segurança”. Também recomenda a levar em consideração o cálculo das alterações indiretas do uso da terra e a adoção de critérios de responsabilidade social (ibid., p. 16). Outro ponto registrado tem a ver com a adoção de iniciativas rigorosas no campo da “produção sustentável” de óleo de palma, como por exemplo as regras do POIG – *Palm Oil Innovation Group*¹⁰⁵.

Outro ponto relevante diz respeito à monotonia lexical envolvendo determinadas noções, como por exemplo a expressão “livre de desflorestação”, almejando com que “nenhuma cadeia de suprimentos comercialize junto à União Europeia produtos oriundos de áreas desmatadas”; e do termo “floresta”, visando coibir “a apropriação irregular de terras e a destruição de florestas tropicais como resultado de vastas extensões de monocultura de óleo de palma, uma vez que tal comprometeria os compromissos da UE em matéria de alterações climáticas” [...] (ibid., p. 14). Tais enquadramentos visam alinhar as práticas discursivas dos países-membros, de suas instituições e empresas.

A gestão fundiária dos países produtores de dendê é abordada na proposta de melhoria dos sistemas cadastrais de terras, conjugada com políticas de conservação ambiental. Recomenda-se como alternativa investir na cartografia dos territórios com incidência de megaempreendimentos do dendê, “nomeadamente através da utilização de tecnologias de satélite e geoespaciais, como única forma de monitorizar as concessões de óleo de palma e de

¹⁰⁵ O Grupo de Inovação em Óleo de Palma (POIG, em inglês) é uma aliança lançada em 2013, com o propósito de “apoiar a RSPO, por meio da internalização de seus padrões e compromissos”, conjugada com “ações inovadoras” para responder as métricas corporativas daquela organização e enfrentar “temas críticos”, consoante sua carta de princípios. Três temáticas principais norteiam as ações do POIG: i) “responsabilidade ambiental”; ii) “parcerias com comunidades”, incluindo os direitos dos trabalhadores e; iii) “integridade corporativa e do produto”. É composto por 17 (dezessete) organizações. São elas: Agropalma, *Barry Callebaut*, *Daabon*, *Danone*, *Ferrero*, *Forest Peoples Programme*, *Greenpeace*, *ILRF*, *Musim Mas*, *L’Oréal*, *Orangutan Land Trust*, *Rainforest Action Network*, *Sumatra Orangutan Society – SOS*, *Stephenson*, *Verité*, *Wetlands International* e *World Wide Fund for Nature - WWF*. O POIG emite certificados de conformidade em relação à atuação de seus membros, que produzem efeitos concretos em termos de boa imagem no mercado. Mais à frente abordarei acerca do Relatório de conformidade emitido em 2018 para a empresa Agropalma.

implementar estratégias específicas de florestação, reflorestação e criação de corredores ecológicos” (ibid., p. 13). Essas estratégias de mapeamento se baseiam em orientações manual por agências estatais e multilaterais, as quais costumam elidir direitos territoriais empregando o prisma da “governança” e os imperativos de “financeirização da natureza”, conforme analisa criticamente Almeida (2013).

A análise crítica da medida sugerida também se coaduna com as percepções de Fairhead, Leach e Scoones (2012, p. 251), quando observam a construção social de novas narrativas da paisagem, em que “as florestas mercantilizadas se tornam ‘sumidouros de carbono’ e não são habitadas em lugares com histórias e culturas embutidas [...] discursos de ‘terras marginais’, assistidos por imagens de satélite, ocultam pessoas, meios de subsistência e relações sócio-ecológicas, tornando as terras abertas a novos usos do mercado ‘verde’”. No Brasil, essa obliteração institucional e sociotécnica se traduz nas disposições do Zoneamento Agroecológico, Produção e Manejo para a Cultura da Palma de Óleo na Amazônia, coordenado pela Embrapa e implementado pelo governo federal¹⁰⁶.

As previsões dos especialistas sinalizam um crescimento da procura por óleos vegetais, em particular do óleo de palma, cujos prognósticos indicam a duplicação da demanda até 2050. Consoante o relatório do Parlamento Europeu, “da década de 70 até hoje, 90 % do crescimento da produção de óleo de palma se concentrou na Indonésia e na Malásia [...] e atualmente, “a cultura de óleo de palma também está a ganhar terreno noutros países da Ásia, mas também na África e na América Latina”, onde novos monocultivos em grande extensão têm se intensificado, tendendo a causar ainda mais danos ambientais adicionais. Enquanto boa parte do dendê importado pela União Europeia é direcionado para a produção de biodiesel, “a importação de óleo de palma por países como Índia, China e Paquistão (1º, 3º e 4º maiores importadores, respectivamente) é destinada principalmente para uso como óleo de cozinha e não para biocombustível” (BORRAS *et al*, 2014, p. 3).

O conjunto de argumentos apresentados apresenta evidências acerca da natureza multifacetada da economia política da *plantation* do dendê, dos fundamentos de sua constituição e das tensões presentes nesse campo de relações composto por grandes conglomerados empresariais, agências multilaterais, blocos regionais, mesas-redondas multipartes, governos nacionais, organizações não-governamentais de visão reformista e/ou

¹⁰⁶ Ressalte-se que o Projeto de Lei nº 7.326/2010, apresentado pelo Poder Executivo federal em maio daquele ano ao Congresso Nacional, que dispunha sobre a institucionalização do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelecia diretrizes para o zoneamento agroecológico para a referida cultura, dentre outras providências, fora arquivado pela Mesa Diretora do Senado Federal ao final da 55ª Legislatura, em consonância com o art. 332 do Regimento Interno daquela casa.

transformadora, meios de comunicação de massa, instituições de pesquisa e desenvolvimento, *think tanks* ligados ao *agrobusiness*, universidades, movimentos sociais contestatórios, trabalhadores, pequenos agricultores e povos tradicionais.

Outro ponto relevante captado na vasta literatura sobre o tema diz respeito aos encadeamentos normalmente pouco discutidos entre a *plantation* do dendê e economias políticas de outras *commodities* agrícolas e fictícias. Dentre estas se destacam as conexões: a) com a pecuária, em relação a compra de fazendas para convertê-las em monocultivos, deslocando o gado para novas áreas a serem abertas, e a crescente demanda por ração animal à base de torta de dendê; b) com a madeira, por meio do discurso da “recuperação de áreas degradadas” por práticas produtivas classificadas como predatórias; c) com políticas de “conservação ambiental” e projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD, em inglês), abrangendo a recomposição de reservas legais com dendezeiros, a criação de “corredores ecológicos”, a precificação de remanescentes florestais eufemizados como “ativos ambientais” e a venda de créditos de carbono no mercado. Todas essas tessituras são produtos de relações sociais moldadas por conflitos, antagonismos e práticas de poder desigualmente distribuídas.

Analogamente ao discurso clínico examinado por Foucault (2015, p. 104), a interpretação crítica das narrativas do agronegócio do dendê leva em conta que “todo esse conjunto não pode obedecer a um modelo único de encadeamento linear: trata-se de um grupo de diversas enunciações que estão longe de obedecer às mesmas regras formais, de ter as mesmas exigências de validação, de manter uma relação constante com a verdade, de ter a mesma função operatória”.

Em termos de imaginário construído, a economia política do dendê encontra-se fundada em três conjuntos de enunciados principais: a) uma estratégia empresarial neomalthusiana, amparada no discurso da versatilidade/flexibilidade de usos do óleo de palma e de seus subprodutos como base fundamental para o suprimento alimentar e nutricional da população. Arelado à essa perspectiva biopolítica, invoca-se o aproveitamento racional e eficiente das áreas antropizadas para supostamente “combater a fome no mundo”, concomitantemente à ocultação das condições desiguais de distribuição e consumo intrínsecas às novas *plantations*; b) um forte enquadramento retórico ancorado na *bioeconomia*, enfatizando a necessidade de se combater as “mudanças climáticas” por meio da produção de combustíveis “renováveis e limpos”. Nesse caso, o caminho proposto é a neoliberalização da natureza, a extensão da lógica da empresa a domínios sociais não-econômicos, consoante as métricas da *descarbonização da economia*, com ampla adesão midiática, governamental, corporativa e científica; c) geração de

empregos e dinamização de territórios rurais classificados por agências multilaterais e de pesquisa agropecuária como “economicamente estagnados”, “socialmente empobrecidos” e “ambientalmente degradados”.

Diante do quadro apontado, a questão-chave da tese vislumbra perscrutar quais relações de poder permeiam a elaboração não simplesmente de um regime discursivo, mas de um *necrosaber*, ou seja, de um conjunto de saberes legitimadores de processos de racialização e de territorialização, cujas práticas e representações são marcadas pela constante exposição à morte, tanto física (ameaças, expulsões, despojos, torturas, assassinatos, desaparecimentos) quanto simbólica (etnocentrismos, epistemicídios, silenciamentos, estigmatizações, noções de temporalidade regidas pelas dinâmicas de acumulação, solapamento dos modos de existência, rompimento de laços de solidariedade em face da mercantilização das relações, docilização e fungibilidade dos corpos, ultrassubjetivação correspondente à inculcação de estímulos expansivos na esfera do desejo). De outra parte, intenciona identificar, mapear e conferir visibilidade às contestações dirigidas à ampla coalizão de interesses entre empresas, ONG’s reformistas, ciência conservadora e Estado, levando em conta as narrativas insubordinadas dos agentes sociais frente à modernização devastadora que os comprime.

4.5 DISPOSITIVOS PARA IMPULSIONAR A ECONOMIA POLÍTICA E A BIOECONOMIA DO DENDÊ

A vasta literatura sobre a retomada dos investimentos públicos e privados neste monocultivo no intervalo abrangido pela pesquisa costuma tratar as várias nuances deste acontecimento de maneira segmentada, deixando de analisá-las em sua totalidade, até por conta do emaranhado de teias que se formam sobre o assunto. Dito isto, um dos pontos pouco enfatizados diz respeito ao conjunto de dispositivos traduzidos em “atos de Estado” criados para impulsionar a economia política do agronegócio do dendê. Certamente, as tecnociências¹⁰⁷ exerceram um papel de destaque não apenas na produção de argumentos objetivados em normas, mas na produção de um regime de verificação mais amplo, cujo principal instrumento se materializa no zoneamento agroecológico do dendezeiro, simbolizado como arquétipo da “racionalização do uso da terra para fins econômicos, conjugado com a proteção do meio ambiente”.

Atualmente, o Brasil importa mais da metade de seu consumo interno de óleo de palma e palmiste, mesmo sendo o país com maior potencial de expansão sustentável

¹⁰⁷ De acordo com Casanova (2017, p. 424-5), as tecnociências se referem a “*corriente de investigación en que las ciencias plantean sus problemas centrales en relación a las técnicas, utilizando instrumentos técnicos y para encontrar soluciones técnicas. Tienden a predominar desde la Segunda Guerra Mundial y hacen importantes contribuciones al nuevo paradigma de la investigación científica*”.

dessa produção. A expansão nacional da produção de óleo de palma permitirá ao Brasil ocupar posições de destaque na produção desse óleo, não só porque poderá se transformar num dos maiores produtores do mundo, mas principalmente pelo fato de que pode fazê-lo de maneira sustentável, gerando renda para o pequeno produtor, não permitindo o desmatamento, recuperando áreas, promovendo o reflorestamento com espécies nativas para as áreas de reserva legal e estabelecendo o uso racional e eficiente de áreas consolidadas. (BRASIL, 2010¹⁰⁸).

Almeida (2009) percebe nessa modalidade de esquema interpretativo os elementos de uma vulgarização científica adstrita a projetos desenvolvimentistas implantados na Amazônia sob o signo da “modernidade” e da “exploração racional”, cuja reiterada invocação resulta em uma monotonia discursiva que transcende contingências históricas. De acordo com tal linha de raciocínio, a “degradação” enquanto noção operacional frigorificada por especialistas das “ciências naturais”, em realidade, é produto de relações e de representações construídas mediante o apagamento dos sujeitos da ação (ALMEIDA, 2009; BACKHOUSE, 2013). Ao mesmo tempo, se constitui como efeito deletério de planos e projetos automeados como “racionais”, incentivados por políticas governamentais e estratégias empresariais. Para Scott (1998), o taylorismo – controle de tempos e movimentos – e a agricultura científica são, não apenas estratégias de produção, mas também de controle e apropriação.

4.5.1 Territórios disciplinados pela plantation do dendê

A caracterização da aptidão edafoclimática do dendê, consoante argumentos extraídos da imbricação dos saberes agrônomo, climatológico e geográfico, tal qual os fundamentos da economia política propugnada pelos fisiocratas, invoca fatores “naturais” para justificar sua pertinência. As formas de objetivação desse conhecimento especializado refletem uma divisão do trabalho intelectual, cujas representações e práticas exprimem uma “vontade de saber” coadunada a processos econômicos (FOUCAULT, 2009). Um vasto repertório de estudos técnicos, relatórios, análises geoespaciais, confecção de mapas forma a argamassa discursiva legitimadora do estabelecimento de “zonas aptas”.

A formação discursiva do zoneamento invoca a racionalização do uso da terra e do aproveitamento dos “recursos naturais” num determinado território, a partir de critérios de eficiência validados pela tecnocracia estatal responsável pela realização e/ou validação de estudos técnicos- científicos. Correlato à racionalização, tem-se uma ideia de ordenamento espacial, que pode significar a manutenção da ordem estabelecida ou sua substituição por uma nova, regido por instituições aparentemente neutras e independentes. A isso, Acsehrad (2000)

¹⁰⁸ Exposição de Motivos Interministerial EMI nº 00021/2010 MAPA MMA MME MF MDA, de 03 de maio de 2010, enviada à Presidência da República e que compõe a mensagem enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, anexa ao Projeto de Lei nº 7.326/2010.

denomina “representação ordenada do território”. À supremacia de procedimentos técnicos referidos ao ato de “zonear” corresponde a obliteração da política, por meio da ocultação das relações de poder e dos conflitos inerentes a tal tecnologia¹⁰⁹. Como alertara Foucault (2006, p. 180), “território é, sem dúvida, uma noção geográfica, mas é em primeiro lugar uma noção jurídico-política: o que é controlado por um certo tipo de poder”.

Os signos cartográficos reordenam paisagens, submetendo-as a projetos que se pretendem subordinados a determinismos ecológicos, criando efeitos de verdade suficientemente fortes para calar dúvidas e interrogações, e, sobretudo, obscurecer, por detrás de um espaço abstrato e instrumental, a presença dos poderes da representação cartográfica e da prescrição zoneadora [...] ao propor uma normalização técnica do território, o ZEE constitui um discurso sobre o governo das coisas que pretende justificar o governo dos homens e das práticas sociais no espaço (ACSELRAD, 2016, p. 8-12¹¹⁰).

O zoneamento também se ancora numa ideia de gestão, entendida como a administração eficiente de recursos escassos, baseada em escolhas racionais feitas livremente por indivíduos dotados de racionalidade, de acordo com parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, visando maximizar a obtenção de resultados em termos econômicos. Nesses termos, a tecnologia de poder do zoneamento se constitui como *disposição ordenada*, porquanto seus fundamentos encontram-se alinhados a uma *oikonomia* referida a procedimentos de gerenciamento de recursos. Tem-se aí uma interseção entre os saberes administrativo, agrônomo, climatológico e geográfico, materializada em técnicas de planificação funcionalmente desenhadas para estabelecer um modelo particular de economia e sociedade.

Em determinados contextos esse processo de disciplinamento é coextensivo à gestão racializada do território, em que os espaços são controlados, vigiados e segregados, fulminando as possibilidades daquilo que Mbembe (2017) designa como *ética do passante*, ou seja, a liberdade de circulação, o ir e vir inerente à própria condição humana. Das práticas eugenistas do urbanismo às experiências da plantação e da colônia sintetizadas na cidade do colonizado descrita por Fanon (1968), passando pelas *company towns* de megaempreendimentos implantados na Amazônia, ao cerceamento dos direitos territoriais infligidos pela dendeicultura no Baixo Tocantins (SILVA, 2020), o racismo é o princípio organizador do ordenamento instituído. Este encontra-se encerrado numa estrutura econômico-psicológica violenta (FANON, 2008), marcada por uma tensão psíquica e política potencializadora de uma estratégia subversiva (BHABHA, 1986¹¹¹).

¹⁰⁹ A noção de tecnologia, consoante a abordagem foucaultiana, é aqui entendida como a associação entre saber e poder, entre estruturas políticas e modalidades de conhecimento.

¹¹⁰ O artigo foi publicado nos Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais e está disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/998/963>>. Acesso em: 21 set. 2020.

¹¹¹ A tradução do prefácio em inglês está disponível para assinantes em: <<https://circuito.ubueditora.com.br/recordar-fanon-bhabha/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Numa entrevista concedida em 1976, Foucault considera pertinente a utilização de algumas categorias do saber geográfico para elucidar criticamente as relações entre saber e poder. Segundo ele, ao “analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reconduz seus efeitos”. Ele prossegue observando a existência de práticas disciplinares que configuram

uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam através do saber e que, muito naturalmente, se quisermos descrevê-las, remetem-nos a essas formas de dominação às quais se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo vêm efetivamente inscrever-se, seja sobre um solo, seja nas formas de discurso (ibid., p. 181).

Por outro lado, em *As Palavras e as Coisas*, Foucault (2000, p. 171) atrela o nascimento da agronomia enquanto ciência ao interesse econômico pela agricultura, no bojo da descoberta de uma nova racionalidade fundada no ser vivo. Antecedendo a estruturação de seus fundamentos como ciência, algumas etapas colaboraram para dispor os elementos de análise, tais como a “curiosidade pelas plantas” e a domesticação de animais exóticos, “as grandes viagens de pesquisa e exploração”, conjugadas com “a valorização ética da natureza”.

Sem a pretensão de esgotar a discussão acerca dos vários significados deste instrumento, o qual resulta inextricavelmente vinculado a estratégias corporativas e a “atos de Estado”, a formulação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e suas variantes (ex: zoneamento ecológico, zoneamento agroecológico, zoneamento agroclimático, zoneamento agrícola, zoneamento costeiro) está balizada nos alicerces anteriormente apresentados. Verifica-se, pois, uma profusão de noções, as quais por opção metodológica não convém aprofundar, uma vez que a pesquisa se limita fundamentalmente a retomar a análise crítica do Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro.

Achselrad (2000) interpreta as alegadas dificuldades metodológicas de implementação do zoneamento como uma tensão entre a idealização contida no planejamento tecnocrático, caracterizada pela ideia de um “espaço geometrizado, estático e relativamente homogêneo”, e os conflitos sociais existentes nos territórios. Com efeito, as abordagens normalmente utilizadas tendem a eclipsar os antagonismos decorrentes das distintas formas de uso da terra e do território, pois têm dificuldade de lidar com as complexidades de uma estrutura social estranha ao ordenamento planejado por técnicos desconhecedores da realidade vivida. Os interesses divergentes, presentes em cada situação concreta e agravados em consequência da beligerante disputa pelas classificações correspondem a uma *guerra de mapas* (ALMEIDA, 1994), na qual as territorialidades específicas e as modalidades de existência coletiva encontram-se em colisão

com estratégias empresariais pretensamente “civilizatórias”. Conforme argumentam Backhouse e Marín (2014), os conflitos sociais analogamente verificados no epicentro da produção de óleo de palma no Pará configuram *a guerra do dendê*.

Refletindo a respeito da imperatividade contida nos mapas e os efeitos de poder a eles associados, Acselrad (op. cit., p. 7) argumenta que “a cartografia no ZEE contém uma dupla temporalidade – a da história demarcada espacialmente por meio de signos selecionados e a do futuro imaginado, representando as coisas como tensão na qual o lugar geográfico é, ao mesmo tempo, um horizonte”. Passado, presente e futuro se imbricam em representações “performáticas”, “falantes” e prescritivas” correlatas a processos políticos. Ademais, “[...] a representação cartográfica do ZEE é portadora de um conjunto de crenças que redescrevem o mundo, traduzindo um regime específico de verdade” (id.).

A despeito de se constituir como peça-chave de planos urbanísticos implantados no país desde o início do século XX, em termos concretos o nascimento do zoneamento territorial se deu no início dos anos 1980 com a institucionalização da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81). Sob inspiração econômica, tal ferramenta foi recomendada como meio para disciplinar a exploração de “recursos naturais” delineados nas estratégias empresariais e nos “atos de Estado”. No entanto, as metodologias de sua implantação se ancoram numa perspectiva linear e cartesiana, pois demandam uma “delimitação geograficamente arbitrária” (ALMEIDA, op. cit., p. 25).

A referida norma introduziu pela primeira vez referências diretas ao zoneamento enquanto ferramenta técnica, gerencial e política de produção do espaço. O tema aparece concretamente em dois momentos: a) ao versar a respeito da necessidade de “controle e zoneamento de atividades potencial ou efetivamente poluidoras”; b) ao definir os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, dentre estes, o “zoneamento ambiental” (BRASIL, 1981, grifo nosso). Posteriormente, esta noção passou a incorporar o léxico hiperbolizado do “desenvolvimento sustentável”, traduzido, notadamente, na concepção de uma *gestão territorial* racional, moderna, eficiente. Por sua vez, o Decreto 4.297, de 10 de julho de 2002, estabeleceu os critérios de elaboração, e promoveu a renomeação do referido instrumento, cuja designação passou a ser “Zoneamento Ecológico-Econômico”.

No Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal¹¹², cuja última versão remonta a 2010, o epicentro da dendeicultura no Pará foi caracterizado como “Regulação e

¹¹² A plataforma eletrônica do Macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal foi acessada no mês de junho de 2020, no endereço <https://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/macrozee-da-amaz%C3%B4nia-legal>. No entanto, em menos de 20 dias depois a página fora retirada ar, por motivos

Inovação para implementar o Complexo Agroindustrial”. Em outras palavras, está situado numa “zona” delimitada espacialmente como “fronteira” econômica, pois, classificada pelos atos de Estado como área destinada à “consolidação de atividades produtivas”. As camadas contidas na projeção cartográfica gerada automaticamente apenas exprimem essa definição discricionária e terminam por elidir as territorialidades específicas, os direitos étnicos e os antagonismos presentes no mundo social. Sob a perspectiva do planejamento governamental, o Baixo Tocantins é um território por excelência destinado à economia política do agronegócio do dendê.

Quanto ao zoneamento agroecológico, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, no capítulo intitulado “Da Proteção ao Meio Ambiente e da Conservação dos Recursos Naturais”, assim estabeleceu, corroborando as reflexões teóricas delineadas anteriormente:

Art. 19: o poder público poderá:

III - realizar zoneamentos agroecológicos que permitam estabelecer critérios para o disciplinamento e o ordenamento da ocupação espacial pelas diversas atividades produtivas, bem como para a instalação de novas hidrelétricas;

Art. 20. *As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais* (BRASIL, 1991, grifos meus).

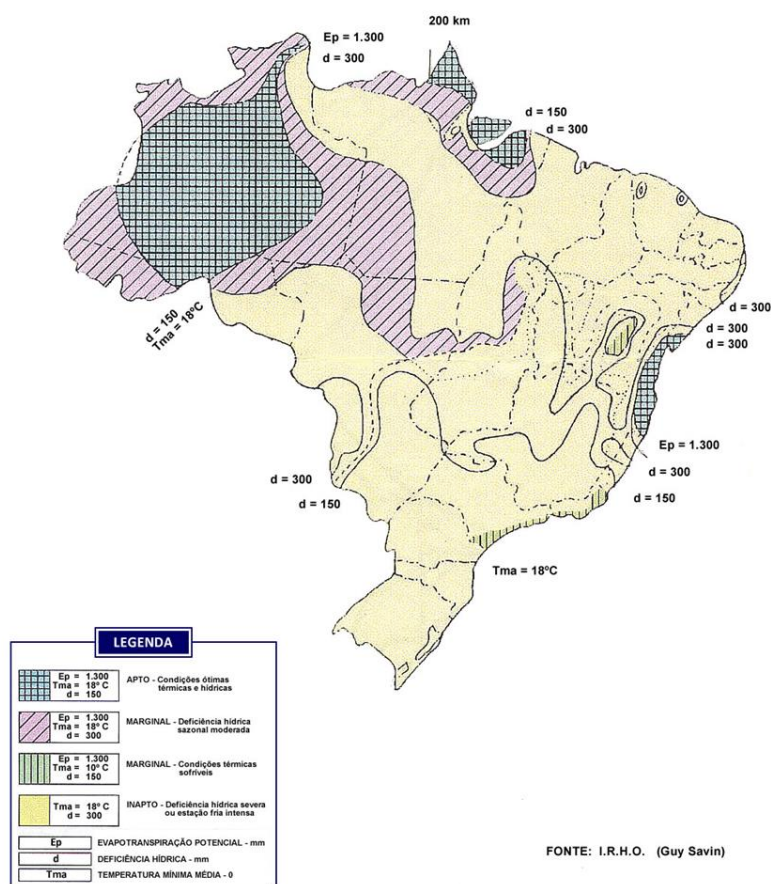
O primeiro zoneamento sistematizado para o cultivo de dendezeiros no Brasil foi elaborado na década de 1960 por Guy Savin¹¹³, pesquisador do IRHO, que estava vinculado ao Instituto Nacional de Óleos, sediado no Rio de Janeiro.

Figura 3 - Zoneamento do dendezeiro elaborado pelo IRHO na década de 1960

desconhecidos. Este é apenas um dos reflexos da antipolítica ambiental atualmente em curso no país, conduzida pelo ministro indicado por ruralistas, que antes exercia a função de ex-Diretor Jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das principais organizações representativas dos interesses do agronegócio.

¹¹³ O mapa está disponível em: <http://denpasa.com.br/pt-br/meio-ambiente/>. Acesso em 08.jun. 2020. No entanto, é oportuno registrar que após consulta efetuada ao acervo do CIRAD, sucessor do IRHO, não foi encontrada nenhuma publicação referente ao estudo empreendido por Guy Savin. A referência a ele consta em Pandolfo (1978), citada por Müller e Alves (1997).

APTIDÃO CLIMÁTICA PARA A CULTURA DO DENDEZEIRO NO BRASIL



A partir da metodologia utilizada, três zonas foram delimitadas como prioritárias para o cultivo de dendezeiros no Brasil: a primeira abrangendo o estado da Bahia, no Nordeste; a segunda, o estado do Amazonas, na chamada Amazônia Ocidental; e a última reunindo os estados do Pará e Amapá, conforme ilustrado na figura 3. A mencionada espacialização, definida com base no tripé evapotranspiração potencial em mm, temperatura anual e deficiência hídrica, resultou em quatro classes de aptidão, as quais foram mimetizadas pelos zoneamentos posteriores da dendeicultura:

a) apto: quando as condições térmicas e hídricas são consideradas ótimas, com a evapotranspiração estimada em 1.300 mm, temperatura média anual de 18° e deficiência hídrica de 150 mm;

b) marginal (1): quando a deficiência hídrica sazonal é considerada moderada, ou seja, com a evapotranspiração estimada em 1.300 mm, temperatura média anual de 18° e deficiência hídrica de 300 mm;

c) marginal (2): quando as condições térmicas são consideradas sofríveis, ou seja, com a evapotranspiração estimada em 1.300 mm, temperatura média anual de 10° e deficiência hídrica de 150 mm;

d) inapto: quando a deficiência hídrica é considerada severa ou ocorre estação fria intensa, com a temperatura média anual estimada em 18° e a deficiência hídrica em 300 mm.

Observe-se que naquele contexto o zoneamento proposto pelo IRHO não levou em consideração fatores referentes às condições de solo existentes no país, tão somente parâmetros climáticos calculados a partir de dados obtidos em estações meteorológicas. A delimitação de zonas favoráveis ao cultivo de dendzeiros orientou as políticas governamentais e as estratégias empresariais implementadas nas décadas seguintes à sua elaboração, produzindo efeitos de poder nos territórios alvo das classificações agrônômicas. Dito de outra maneira, a atuação ubíqua do IRHO ocorreu em várias frentes, desde a produção de espacialidades ao fornecimento de sementes híbridas e o manejo dos monocultivos de dendzeiros, especialmente na Amazônia, caracterizada como “zona” preferencial para a nova *plantation*.

Em relatório de viagem¹¹⁴ às plantações de dendê e coco no Estado do Pará, ocorrida em agosto de 1987, técnicos da Embrapa, da HVA International/Denpasa e do IRHO estiveram nos dendzeais da empresa Agromendes¹¹⁵, situados na Fazenda Porto Alto, localizada em Tailândia-PA, e da Sococo, em Moju. Quanto à primeira, em consonância com as anotações contidas no documento, “do total de 3.228 hectares, 714 ha foram implantados no ano de 83; 2.300 ha em 84 e 214 ha em 1985. Todo o material utilizado foi oriundo do IRHO (África Ocidental)” (CELESTINO FILHO, et al., 1987, p. 2, grifo nosso). Este registro aparentemente aleatório, é de grande relevância etnográfica, pois é o elo que interliga de um lado a violência colonial referida à mercadorização do dendê e seus efeitos necropolíticos, e de outro, os processos de resistência dos povos da África com as lutas dos quilombolas do Alto Acará, os quais reivindicam em comum o reconhecimento de seus direitos territoriais e étnicos, estilizados por políticas desenvolvimentistas ancoradas em representações e práticas racializadas.

¹¹⁴ Os técnicos presentes na viagem foram: Pedro Celestino Filho (Embrapa), Wouter Van Slobbe (Denpasa/HVA), Francisco de Oliveira Freire (Embrapa), Lindaurea A. de Souza (Embrapa) e Claude Louise (IRHO), os quais permaneceram durante uma semana realizando levantamentos na Agromendes e na Sococo.

¹¹⁵ De acordo com um informante entrevistado por Cruz (2006), após contrair uma operação de crédito e não ter condições de quitá-lo junto ao Banco Real, em 1989 a Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A (Agromendes) passou a fazer parte dos ativos do referido conglomerado, renomeada a partir de então como Agropalma S.A.

No artigo intitulado “Notas sumárias sobre o cultivo do dendê na Amazônia”, subscrito pelo engenheiro agrônomo José Maria Conduru, Chefe da Secção de Melhoramento de Plantas do Instituto Agronômico do Norte, considerado a primeira publicação científica sobre o cultivo de dendezeiros na Amazônia, além das indicações relativas às características de solo/clima, manejo dos cultivos e custos operacionais por hectare implantado, a relação com a África é assim descrita:

Na Amazônia, o Instituto Agronômico do Norte recebeu em 1951 sementes provenientes entre outras fontes da Estação Experimental de Yangambi no Congo Belga, e com esse material foram iniciados os estudos de adaptabilidade às nossas condições, os quais como se esperava foram coroados de êxito. Os dendezeiros do Instituto até agora desenvolvem-se e produzem como na própria África (CONDURU, 1957, p. 2, grifo nosso).

A Fazenda Porto Alto constitui-se como chave para compreender a diáspora dos povos indígenas e quilombolas do Acará, assediados, intimidados, expulsos e espremidos em *zonas de não-ser*, consoante o termo cunhado por Fanon. Foi a partir deste estabelecimento que se enraizou a trama fundiária responsável pela acumulação de 107 mil hectares de terras pelo Grupo Agropalma S.A, simultânea ao despojo de centenas de quilombolas, indígenas e ribeirinhos. As narrativas da dor compartilhadas por esses agentes sociais no contexto das relações de pesquisa exprimem as memórias coletivas concernentes ao rol de brutalidades praticadas nas últimas quatro décadas, coetâneas à afirmação do agronegócio do dendê como sistema de referência e modelo econômico amplamente favorecido por atos de Estado. Mas também evidenciam as estratégias de contestação visando reabilitar as terras tradicionalmente ocupadas alvos de intrusamentos, conjugadas com reivindicações pelo exercício substantivo da liberdade.

Essa Fazenda Porto Alto é onde ficam as duas maiores indústrias da Agropalma para o processamento de dendê, onde tem aquele vazamento, lá onde você foi, é lá que fica a Fazenda Porto Alto. E inclusive quem morava ali nessa imediação lá era o meu tio, era meu avô, minha avó, era nossa família que morava. Ali, do outro lado do rio, que tem o lado da indústria, e do outro lado do rio tem uma terra lá que o pessoal tem documento, que era do meu avô, que minha avó já faleceu, o pessoal tem um documento que comprova que é deles, tá na justiça de Tailândia, mas a justiça nunca deu um parecer para esse pessoal, tá entendendo? Mas a Agropalma não permite que ninguém entre, mas aí como tudo é dominado, a terra está lá parada. E o pessoal nunca venderam, detalhe, o pessoal nunca venderam a terra para ninguém. A Agropalma simplesmente chegou e botou pra correr todo mundo. [...] O Aloysio Faria é o cara que comprou; ele era o dono do Banco Real, o cara que comprou essas coisas aqui todinha; só que ele é o cara pouco comentado, pouco falado; ele é um cara muito forte, é um banqueiro resistente, então é ele que está por trás de todo esse sistema, é o Aloysio Faria. Ele já um velho parece que de 99 anos. Acho que ele vai terminar os dias dele na cadeia (Sr. J., quilombola do Alto Acará, entrevista realizada em maio de 2020).

Faria, falecido em setembro de 2020, era o dono do conglomerado Alfa, sucessor dos negócios que antes gravitavam em torno do Banco Real, vendido ao holandês ABN Amro nos

anos 1990. Em matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo¹¹⁶, era descrito como um “empreendedor” de sucesso, mas assaz discreto no mundo empresarial, na mídia e na relação com governos. Sua filosofia de trabalho estaria baseada no lema positivista da “ordem e progresso” incorporado na política do país desde os tempos da República Velha, período em que os negócios da Faria começaram a prosperar, após a criação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. No entanto, ignora-se o fato de o crescimento do grupo ter adquirido proeminência durante a ditadura militar inaugurada nos anos 1960, potencializado pela institucionalização da conglomeração entre indústrias e instituições financeiras, sob a liderança de bancos comerciais. Tampouco se refere aos violentos processos de expropriação engendrados direta e indiretamente pela Agropalma S.A.

Três dias após a matéria publicada pelo Estadão, na qual discretamente se louvam os feitos do dono do conglomerado Alfa, o blog independente Ver-o-Fato anunciava a decisão¹¹⁷ da Vara Agrária de Castanhal, adotada no dia 01 de julho de 2020, no bojo de uma ação civil pública¹¹⁸ movida pela Promotoria de Justiça da 1ª Região Agrária, do Ministério Público do Estado do Pará, cuja ré é a Agropalma S.A, sob acusação da prática de grilagem de terras. Nela, o juiz titular acatou parcialmente as providências requeridas pelo MP, determinando o bloqueio de matrículas com indícios de fraudes cometidas pela empresa, em conluio com tabeliães e agentes públicos. Ao todo foram abrangidos 11 registros efetuados no Cartório de Registro de Imóveis de Acará, 12 no CRI de Tailândia; 4 escrituras públicas de compra e venda no 9º Cartório de Notas de São Paulo, 1 no 6º Cartório de Notas de São Paulo, 1 Cartório de Notas de Belo Horizonte/MG e 1 no CRI de Acará. Referidos atos imobiliários concernem à Fazenda Porto Alto (áreas atualmente denominadas Agropar, CRAI I, CRAI II e Agropalma), que em papéis somam 35 mil hectares, 1.207% acima dos 2.678 hectares de origem.

Dois anos antes do lançamento do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma – PPSOP, o governo federal encomendou à Embrapa a elaboração de um “Zoneamento Agroecológico do Dendê para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal, com ênfase na fronteira brasileira”, o qual foi apoiado pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, agência de inovação vinculada ao então Ministério de Ciência e Tecnologia. Conforme publicado na

¹¹⁶ Ver SCARAMUZZO, M. Aos 99 anos, o 'banqueiro invisível' ainda dá as cartas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 jul. 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/aos-99-anos-o-banqueiro-invisivel-ainda-da-as-cartas.7000335403>. Acesso em: 28.jul.2020.

¹¹⁷ O inteiro teor da decisão está disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/data/files/3A/D3/25/35/6E8437101E6CBC27180808FF/AGROPALMA_Decisao1.pdf>. Acesso em: 13.jul. 2020.

¹¹⁸ A ação, de 68 páginas, subscrita pela Promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira, está disponível em: <http://www.mppa.mp.br/data/files/EB/45/20/88/452C17107E4491F6180808FF/ACP_AGROPALMA_PORTO%20ALTO.%20FINAL%20_2_.pdf>. Acesso em: 28.abr. 2020.

página da Embrapa, o estudo abrangia “os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás, compreendendo cerca de 59% do território brasileiro” (EMBRAPA, 2020). Os valores envolvidos em tal iniciativa são desconhecidos.

A expansão da área cultivada pelo dendê nas áreas já desmatadas da Amazônia pode vir a se constituir numa excelente alternativa tanto como suporte ao projeto governamental de ampliação e diversificação da matriz energética brasileira, quanto na criação de empregos e renda para as populações locais. Para orientação da produção do óleo de dendê na Amazônia em bases sustentáveis é fundamental se dispor, antes de tudo, de um zoneamento agroecológico, que indique em bases científicas os locais mais adequados para a implantação da cultura, onde a planta produza adequadamente e o ambiente natural seja minimamente alterado. A avaliação da aptidão agrícola das terras para uma determinada cultura requer a comparação entre a exigência ecofisiológica da planta e a oferta ambiental da área onde se pretende implantá-la, procurando-se atender a uma relação custo/benefício favorável. Este procedimento baseia-se no fato de que existe para cada espécie vegetal um conjunto de características de solo e clima, bem como de outros fatores ambientais, ao qual ela se adapta. Quanto mais se afasta dessas condições, maiores são as restrições ao desenvolvimento da planta e menor, portanto, a chance de alcance de todo o potencial produtivo de sua cultura (RAMALHO FILHO, *et al.*, 2008, p. 419, grifo nosso).

O projeto resultou em várias publicações contidas no repositório institucional da Embrapa, as quais correspondem ao zoneamento agroecológico de cada unidade federativa. Conforme a metodologia utilizada, foram definidas quatro classes de área descritas a seguir:

Preferencial: (potencial alto) - terras sem limitações significativas para a produção sustentada do dendêzeiro. O clima, preferencial, apresenta déficit hídrico menor que 200mm e até três meses secos consecutivos (<50mm). Esse mínimo de restrições não reduz, expressivamente, a produtividade ou os benefícios e não aumenta a necessidade de insumos e práticas mitigadoras acima de um nível aceitável.

Regular (potencial médio) - terras com limitações moderadas para a produção sustentada do dendêzeiro. O clima, regular, apresenta déficit hídrico entre 200 mm e 350mm, com até três meses secos consecutivos (<50mm). As limitações reduzem a produtividade ou os benefícios ou elevam a necessidade de insumos e práticas mitigadoras para aumentar o rendimento da cultura.

Marginal (M): Marginal (potencial baixo) - terras com limitações fortes para a produção sustentada do dendêzeiro. O clima, marginal, apresenta déficit hídrico entre 350 mm e 450 mm, com até três meses secos (<50mm). Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios ou, então aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente. A decisão de se utilizar essas terras para a produção de dendê, conforme a classificação da aptidão das terras apresentada, deve se basear-se em estudos de viabilidade econômica e do contexto socioeconômico do agricultor.

Inapta (potencial muito baixo) - terras com limitações muito fortes e clima desfavorável que impedem a produção econômica do dendêzeiro (ibid., s.n)

Para se calcular a “aptidão de solos” de cada estado, os autores informam ter se baseado nos mapas elaborados pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), órgão desde o seu nascimento ligado a área de defesa, consubstanciados por levantamentos de campo realizados por pesquisadores da Embrapa. Com base no ajustamento dessas informações, a escala definida foi 1:250.000. De acordo com Motta e Brefin (2011), os subsídios do SIPAM são provenientes de trabalhos exploratórios do Projeto Radam, elaboradas sobre imagens de satélites. Por sua

vez, a projeção da “aptidão climática” para o dendezeiro valeu-se de dados coletados por redes de postos meteorológicos distribuídos de maneira esparsa pela Amazônia. Portanto, segundo eles, diante dos riscos de imprecisões associados a um “estudo de natureza generalizada” e de outros fatores tais como o desconhecimento em relação ao agente causal do amarelecimento fatal e as mudanças climáticas em voga (op. cit., p. 14-5), a escala mais adequada para solo e clima em cada estado seria 1:100.000.

Enquanto para os pesquisadores da Embrapa a questão principal se resume ao grau de escala aplicado no zoneamento, consoante as estratégias de planificação e de produção de espacialidades homogêneas, para as vozes insubmissas referidas aos povos e comunidades tradicionais há graves efeitos causados por esta tecnologia política em seus territórios, que colocam em risco seus modos de existência. Dentre estes se pode destacar as pressões para a venda de terras tradicionalmente ocupadas, visando promover a reestruturação do mercado formal de terras; o alastramento de monocultivos de dendezeiros, com severas implicações ao meio ambiente (igarapés aterrados, contaminados e assoreados, água imprópria para consumo, lançamento de efluentes ao ar livre, produzindo odor insuportável e atraindo moscas, etc.) e a completa invisibilização de suas territorialidades específicas nos mapas oficiais do ZAE, conforme demonstrado em outros trabalhos (SILVA, 2015; SILVA, 2020).

O principal produto do convênio Finep/Embrapa consistiu na publicação do livro “Zoneamento Agroecológico, Produção e Manejo para a Cultura da Palma de Óleo na Amazônia” (2010), editado tecnicamente por Antonio Ramalho Filho, Paulo Emílio Ferreira da Motta, Pedro Luiz de Freitas e Wenceslau Geraldes Teixeira. Em realidade, ele é a junção de dois livros sobre o dendê. O primeiro concerne ao mapeamento de aptidão com base nos saberes agrônomo, climatológico, geográfico e biológico, por meio do esquadrinamento, delineamento e disciplinamento de “zonas” classificadas como “degradadas”. O segundo dispõe a respeito de práticas agrícolas e de manejo do dendezeiro, em consonância com critérios de fitossanidade, produtividade e maximização de resultados econômicos.

A coordenação dos trabalhos ficou a encargo da Embrapa Solos, sediada no Rio de Janeiro-RJ, mas contou com a participação de unidades de pesquisa situadas na Amazônia, de órgãos públicos federais e estaduais e de empresas do agronegócio do dendê (RAMALHO FILHO e FERREIRA DA MOTA, 2010¹¹⁹). Os autores dos estudos estão assim distribuídos,

¹¹⁹ O autor destaca a participação das seguintes organizações na construção do ZAE Dendê: “Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM-CR/Manaus); Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, da FUNAI e das Secretarias do Desenvolvimento Sustentável e de Biodiversidade; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC/CEPEC); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO); Fundação de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima (FEMACT-RR);

por domínio do conhecimento: 32 engenheiros agrônomos, 3 biólogos, 3 geógrafos, 2 químicos, 2 com engenheiros em cartografia e geoprocessamento e 2 engenheiros florestais¹²⁰.

Evidencia-se, portanto, a proeminência do saber agrônomo na estruturação da carga axiológica contida nas representações do zoneamento do dendê enquanto instrumento de “racionalização do uso da terra para fins econômicos”, consubstanciada por formações discursivas procedentes de outras especialidades. Não obstante as palavras “racional” e “racionalização” não constarem nas 216 páginas do livro, e do termo “razão” aparecer treze vezes quase sempre associado à operação matemática correspondente, se está diante do não-dito, do indizível que nem por um instante deixou de estar ali. Casanova (2017) relaciona as tecnociências pautadas na ideia do “racional” a uma matematização do conhecimento, funcional à economia de mercado. Mbembe (2020) considera a prática de transformação e gerência, a calculabilidade de tudo, do vivente e do não- vivente, como uma das dimensões mais perversas do *brutalismo* atual.

O discurso da planificação racional da dendeicultura permeia todos os elementos do processo de instalação dos megaempreendimentos em um determinado território delimitado como “apto”, bem como as múltiplas etapas do circuito produtivo, mediante o esquadramento ao nível do detalhe, permitindo classificar, ordenar, prescrever, normalizar. Nesses termos, a definição metodológica das quatro classes de aptidão das terras no zoneamento (preferencial, regular, marginal e inapta) culminou na esquematização de dois níveis de manejo (B e C) distintos, cujos critérios são fixados a partir de uma clivagem resultante do grau de aporte de capital e tecnologia. Por conseguinte, enquanto o nível C corresponde às possibilidades de cultivo da agricultura tecnificada e altamente capitalizada, o nível B está referido ao potencial uso da terra por pequenos agricultores, com reduzida capacidade de investimento e tecnificação. No nível de manejo C, as áreas consideradas aptas (preferencial + regular) somaram 28.933.380 hectares. No nível de manejo B, se chegou a 29.655.133 hectares¹²¹.

O delineamento proposto exprime as duas frentes desenhadas pelos estrategistas do agronegócio do dendê objetivando incrementar as áreas cultivadas com dendezeiros na

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM); Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN-MT); Diocese de Tabatinga-AM; Universidade Federal do Pará (UFPA); e as empresas Agropalma, Marborges, Yossan e Biofuels”. (ibid., p. 20).

¹²⁰ Ressalte-se que no caso dos engenheiros florestais e engenheiros em cartografia e geoprocessamento, um de cada área do conhecimento possui dupla formação.

¹²¹ Os autores argumentam que os dados são brutos e não levaram em consideração os dispositivos do Código Florestal, ou seja, apenas se referem à potencialidade de uso da terra nas áreas consideradas “aptas” por estarem desmatadas.

Amazônia. De um lado estão as novas *plantations*, amplamente estimuladas pelo poder público para se territorializarem nos espaços zoneados com suas paisagens lineares, ordenadas e segregadas (SCOTT, 1998). De outro, os povos tradicionais, agricultores familiares, pequenos agricultores e assentados de reforma agrária, impelidos a aderir a esse tipo de monocultivo por meio da “agricultura por contrato”, com a promessa de auferir ganhos materiais, aceder a bens de consumo e prosperar economicamente a curto prazo, por meio de uma relação em que supostamente todos ganham. O padrão de argumentos utilizados para obter tal assentimento denota um misto de monotonia e ubiquidade, pois se repete e incide em praticamente todos os países produtores.

Os efeitos sociais, econômicos e ambientais propugnados pelos autores do estudo refletem os triunfalismos contidos nos discursos acadêmicos, governamentais e empresariais pró-dendeicultura, com forte apelo à recuperação de áreas “degradadas” como instrumento de reabilitação ecológica das terras e de redução dos gases de efeito estufa¹²², criação de polos de desenvolvimento¹²³ regidos pela lógica do crescimento econômico, tal como preconizado por François Perraux (1975); prosperidade, bem-estar e manejo da força de trabalho em conformidade com os imperativos do produtivismo; práticas agrícolas tecnologicamente eficientes e rentáveis.

Tabela 1 – ordem do discurso favorável a *plantation* do dendê, ZAE, 2010

| Ambiental | Social | Econômico |
|--|--|--|
| Incremento de renda com produção sustentada e ecologicamente limpa | Redução do êxodo rural, mediante a fixação de famílias nas áreas de produção | Criação de polos de desenvolvimento combinando segurança alimentar e agroenergia |
| Proteção do solo contra os efeitos da erosão | Inserção dos agricultores em cooperativas | Geração de empregos permanentes e acesso a bens de consumo |
| Prevenção e recuperação de áreas “degradadas” | Condições de bem-estar propiciadas pela melhoria da renda | Gestão do imóvel rural e diminuição da pressão sobre florestas |
| Alta taxa de sequestro de carbono | Progresso social | Acesso ao crédito rural |
| Opção de reflorestamento para áreas desmatadas ou em processo de esgotamento | Inserção social do agricultor e de sua família | Estabilidade econômica e otimização da força de trabalho |

¹²² Este tipo de argumentação vem sendo recorrentemente questionado, pois tende a desconsiderar as “mudanças diretas e indiretas no uso da terra”, eufemismo para se reportar aos danos sociais e ambientais causados pelo agronegócio do dendê, tais como a destruição de florestas tropicais e a imbricação de economias políticas predatórias (ex: pecuária – dendê; pecuária-dendê-soja). Um dos estudos mais contundentes a esse respeito, encomendado pela União Europeia (TRANSPORT & ENVIRONMENT, 2016), concluiu que o óleo de palma emite três vezes mais emissões de gases de efeito estufa que o diesel fóssil derivado do petróleo.

¹²³ A noção operacional de “polos de desenvolvimento”, amplamente internalizada e difundida por planejadores na América Latina, foi formulada pelo economista francês para designar o processo de concentração territorial de atividades industriais em consonância com as “vocações econômicas” regionais. Segundo este autor, “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1975, p. 100). De acordo com Farias Júnior *et al.* (2020), a noção perrouxiana vem sendo reeditada nas políticas desenvolvimentistas brasileiras desde os anos 1960, e traduzida em metáforas geométricas como “polo”, “corredor”, “arco”, “mosaico”.

| | | |
|---|---|--|
| Ordenamento territorial de áreas desmatadas | Redução de tensões sociais por meio da “agricultura por contrato” | Biodiesel como motor de uma revolução na economia brasileira |
| Produção alinhada às mudanças climáticas | Resgate social das comunidades | Garantia de retorno econômico |
| Redução dos gases de efeito estufa | Ocupação produtiva das faixas de fronteira | Crescimento econômico |
| Maximização do uso dos recursos ambientais | Grande potencial de absorção de mão-de-obra | Desenvolvimento |
| Conservação ambiental | | Maior rendimento por hectare comparado a outras oleaginosas |
| Reduzido impacto ambiental | | Longa vida útil dos cultivos |

Elaboração: própria (2020).

Na crítica empreendida por Almeida (2009) às várias manifestações do senso comum erudito na construção de representações sobre a Amazônia e seus povos, objetivadas em geografismos, dualismos e biologismos, o discurso do “moderno-racional” evocado como antítese do “arcaico-tradicional” é dissecado em suas incongruências. Uma das formas mais ilustrativas desses regimes de classificações concerne à maneira como os povos tradicionais são miniaturizados diante do gigantismo do “quadro físico-natural”, daí emergindo a ideia de “vazio demográfico”, elemento-chave das políticas desenvolvimentistas ancoradas no alargamento da “fronteira”. Correlativamente, os pequenos extrativismos e nomadismos expressos na prática da agricultura itinerante são racialmente apontados como os principais agentes responsáveis pela “degradação ambiental”.

O vasto conteúdo do livro sobre o zoneamento agroecológico do dendê reproduz de forma reiterada os esquematismos axiológicos desnudados por Almeida. Um dos registros mais contundentes está contido no artigo intitulado “A cultura da palma de óleo como âncora do desenvolvimento da agricultura familiar na Amazônia Ocidental”, subscrito por Barcelos e Soares (2010, p. 17). Conforme descrito anteriormente nas páginas 141 e 142, um dos autores realizou estágio na década de 1980 em vários países produtores de dendê, situados na África, Ásia e América do Sul.

A atividade produtiva na Amazônia tem tradicionalmente se caracterizado pelo extrativismo

e pela agricultura itinerante. O extrativismo, dada a maior pressão sobre os recursos naturais advinda do aumento da população, da falta de consciência ecológica e da ausência de compromisso com as gerações futuras, tem deixado marcas profundas, características do extrativismo madeireiro predatório e da pesca e caça sem qualquer controle. A agricultura itinerante, praticada por mais de 700 mil famílias de pequenos agricultores, constitui o mecanismo silencioso dos pequenos desmatamentos, invisíveis aos instrumentos de controle, porém capazes de causar grandes prejuízos à floresta e nenhuma riqueza e promoção social à sociedade amazônica.

Assim, o desenvolvimento de atividades produtivas, econômica, social e ecologicamente viáveis na região de fronteiras da Amazônia é hoje uma real necessidade e um grande desafio para a sociedade, para as instituições de desenvolvimento regional, para as instituições de pesquisa e, portanto, para o Governo Brasileiro, pois é uma forma de combater as atividades ilícitas e assegurar a presença nacional nos mais de 10 mil km de faixa de fronteiras, de baixa presença brasileira e de raríssimas atividades econômicas.

A cultura da palma de óleo é uma das mais importantes atividades agroindustriais das regiões tropicais úmidas (Malásia, Indonésia, Colômbia, etc.), podendo desempenhar papel ainda mais significativo como fonte de insumo energético (óleo vegetal/biodiesel). Constitui excelente atividade geradora de ocupação e renda no meio rural para o caso da Amazônia, substituindo, assim, as atividades tradicionais, comprovadamente pouco rentáveis, mal implementadas e ambientalmente insustentáveis. O cultivo da palma de óleo é capaz de absorver e neutralizar a mão de obra hoje envolvida em tais atividades” (BARCELOS e SOARES, 2010, p. 167).

A extensa citação ao texto de Barcelos e Soares (2010) se deve à assertividade dos argumentos apresentados, os quais se valem de esquemas interpretativos de feição etnocêntrica para subverter a realidade factual. No caso concreto, não muito diferente das estratégias de comunicação patrocinadas por grandes companhias do agronegócio na mídia comercial, intenta-se deslocar a responsabilidade do desmatamento e da “degradação” amazônicas aos povos tradicionais praticantes da “agricultura itinerante”. Correlativamente, nenhuma menção é feita à pecuária extensiva, considerada pelo Projeto Terra Class, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em parceria com a Embrapa, como o principal vetor de desmatamento na Amazônia¹²⁴, tampouco às atividades predatórias praticadas por grandes empreendimentos mineradores ou pelas novas *plantations*.

Por outro lado, a associação do dendê ao controle territorial e a ocupação da faixa de fronteira, notadamente na chamada Amazônia Ocidental, mimetiza as justificativas empregadas por ocasião do alastramento do cultivo nas áreas rurais colombianas, com a diferença de que naquele país a retórica da dendeicultura como “instrumento de paz” é assaz acentuado nos atos de Estado, nas políticas de cooperação internacional e nas estratégias empresariais. No caso brasileiro, o projeto financiado pela FINEP, no valor de R\$ 3,3 milhões, por meio de convênio firmado em 2006 com a Associação para o Desenvolvimento Agro-Sustentável do Alto Solimões (Agrosol), presidida pelo bispo Alcimar Caldas Magalhães, tinha como principal objetivo constituir projeto piloto para a posterior implantação de plantios comerciais em larga escala na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru.

Outra questão diz respeito à ênfase depositada na produção de azeite de dendê para conversão em agrocombustível¹²⁵. O Programa de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PPSOP), lançados respectivamente em

¹²⁴ Cf. *Lançados novos dados do TerraClass Amazônia*. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4173>. Acesso em: 21 out. 2020.

¹²⁵ De acordo com a posição da Via Campesina, “Não podemos chamar esse programa de biocombustível e muito menos de biodiesel. A expressão “bio” que relaciona energia à vida, de forma genérica, é uma clara manipulação de um conceito que não existe. Devemos adotar sim, em todos os idiomas, o conceito de agro-combustíveis. Ou seja, energia gerada a partir de produtos vegetais oriundos da produção agrícola. Embora reconheçamos que o prefixo agro, ainda é muito genérico, e nossos cientistas estão estudando um novo conceito mais preciso.”. Cf. carta publicada no site do MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/2007/03/08/posicao-da-via-campesina-sobre-o-agrocombustivel/>>. Acesso em: 21 out. 2020.

2004 e 2010, e o ZAE Dendê, reproduzem a perspectiva de o Brasil se firmar como um dos principais *players* do mercado internacional de biodiesel, baseados na propalada combinação entre disponibilidade de áreas tropicais agricultáveis e conhecimento de ponta a serviço do agronegócio. A propósito, esta estrutura discursiva institucionalizada na política externa brasileira orientou a política de cooperação sul-sul em direção à África, América Latina e Ásia, implicando em novas formas de colonialismo assentadas em megaempreendimentos agropecuários, minerários, logísticos e de infraestrutura¹²⁶.

No entanto, a economia política do agronegócio do dendê tem se movimentado em outra direção, em consonância com as vicissitudes do mercado, em busca de oportunidades de comercialização dos óleos de palma e de palmiste mais vantajosas em termos de custo-benefício. Atualmente, nenhuma das empresas localizadas no estado do Pará possui o Selo Combustível Social¹²⁷ e tampouco produz um mililitro sequer de biodiesel. Em realidade, desde o ano de lançamento do PPSOP a produção de biodiesel de dendê foi encerrada, de acordo com relatórios anuais divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Os últimos volumes comercializados corresponderam a 2.256 m³ vendidos pela Agropalma S.A em quatro leilões realizados em 2010¹²⁸.

As estratégias corporativas têm sido direcionadas para outros tipos de uso comercial, como os setores alimentício, químico-industrial, cosmético e de ração animal. Em síntese, assim como a produção de biodiesel de dendê nos últimos dez anos tem sido nula, as expectativas futuras também o são, conforme reconhecido pelo próprio Presidente da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Óleo de Palma (Abrapalma). Em entrevista concedida a este pesquisador são esclarecidos os motivos da inviabilização do biodiesel: “o setor alimentício sempre pagou melhor, então é meio que uma coisa natural. Se nós ainda somos importadores

¹²⁶ Para maiores informações ver: Almeida, *et al.* Informativo nº 27 - Corredores logísticos e povos e comunidades tradicionais: estratégias globalizadas de desenvolvimento e seus efeitos sociais nas Américas Central e do Sul, na África e na Índia. PNCSA, 2018. Disponível em: < <http://novacartografiasocial.com.br/download/informativo-n-27-corredores-logisticos-e-povos-e-comunidades-tradicionais/>>.

¹²⁷ O Selo Combustível Social é um componente de identificação criado a partir do Decreto nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo Ministério da Agricultura a produtores que cumprem os requisitos previstos na descritos na Portaria nº 144, de 22 de julho de 2019. Por meio desse instrumento, o possuidor se qualifica como “promotor de inclusão produtiva dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf”. De acordo com o MAPA (2020), “A concessão do direito de uso do Selo Combustível Social permite ao produtor de biodiesel ter acesso às alíquotas de PIS/Pasep e COFINS com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel, que variam de acordo com a matéria-prima adquirida e região da aquisição”.

¹²⁸ As informações anuais sobre a entrega de biodiesel por produtores podem ser consultados no endereço eletrônico: <http://www.anp.gov.br/distribuicao-e-revenda/leiloes-de-biodiesel/dados-de-entregas-e-de-aquisicoes-de-biodiesel/dados-de-entregas-por-produtores>.

de óleo, há uma produção interna aumentando de óleo, o setor alimentício demandando, para onde vai esse óleo? É uma questão de preços, né¹²⁹?”.

Evidencia-se, portanto, na posição externalizada pelo representante do grêmio empresarial do dendê brasileiro a preponderância do fator econômico ante a qualquer outra motivação, por mais bem apelativa que seja. Em outras palavras, a tão propalada “sustentabilidade ambiental” representada pela substituição da matriz energética fóssil por “biocombustível” à base de azeite de dendê não tem a menor correspondência com os fatos. Na prática, o comportamento das empresas obedece aos imperativos mercadológicos da rentabilidade e lucratividade, não obstante continuarem investindo em políticas de comunicação visando “ambientalizar” suas marcas. Por esses motivos, é possível afirmar que a *plantation* do dendê enquanto representação idealizada da modernidade se apresenta como uma constelação de fantasmagorias, porquanto biodiesel e sustentabilidade associados a esta bioeconomia são meras fabulações. Complementarmente, as evidências empíricas apontam que as certificações ambientais obtidas pelas empresas e as correlatas ações de responsabilidade social corporativa constituem meros simulacros, usados para tentar suavizar sua imagem no mercado, por meio da conjuração pública de práticas nocivas exercidas em face de modos de existência coletivos.

Desde a publicação dos primeiros estudos sobre o cultivo de dendezeiros no final da década de 1950¹³⁰ até o presente, alude-se a um modo de produção agrícola altamente tecnificado, com alto aporte de capital e tecnologia, conjugados com o controle e disciplinamento da força de trabalho, ordenamento da paisagem, uso intensivo de agrotóxicos e “corredores logísticos”. Sem prescindir, é claro, da fina concertação entre táticas de poder e processos de saber, ou seja, do jogo das relações entre estruturas políticas e modalidades de conhecimento. A segunda parte do livro do ZAE Dendê é dedicada exclusivamente a esses conhecimentos especializados atinentes ao “manejo” da cultura do dendê.

Assim, os pacotes tecnológicos delineados para o dendê, de inspiração taylorista¹³¹ e evolucionista, ensejam o controle minucioso de todos os tempos e movimentos do processo

¹²⁹ Entrevista concedida pelo Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da Abrapalma, em 31 de janeiro de 2020.

¹³⁰ Destacam-se os artigos intitulado “Notas sumárias sobre a cultura do dendê na Amazônia” e “Sementeiras e viveiros de dendê, de José Maria Conduru (1957, 1959); o “Informe sobre posibilidades de las oleaginosas en Colombia (Misión de la FAO desde julio 1 de 1958 hasta junio 30 de 1959)”, do consultor francês Maurice Ferrand; e os escritos da pesquisadora Clara Pandolfo nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

¹³¹ Considerado pelos teóricos do saber administrativo como “o pai da administração científica”, Frederick Winslow Taylor foi um engenheiro mecânico que no início do século XX desenvolveu o método disciplinar de controle de tempos e movimentos no processo fabril, inspirado na ideia do *homo economicus*, movido essencialmente por interesses egoisticamente econômicos. Seu livro *Scientific Management*, amplamente utilizado até hoje nos cursos de administração e engenharia de produção, reúne uma coleção de racismos para se referir à necessidade de tornar rigorosamente mais eficientes os processos produtivos, em face de trabalhadores rotulados como “indolentes”, “estúpidos igualmente a bovinos” e “mal intencionados”. Em *Vigiar e Punir*, Foucault sublinha

produtivo. Requerem cálculos metódicos desde a escolha do material genético, o manejo da germinação e preparação das mudas, cuidados fitossanitários, regularidade dos tratamentos culturais, observância de parâmetros de produtividade, coleta e transporte dos frutos para a agroindústria e processamento agroindustrial. Ao longo desse percurso são acionados múltiplos domínios do conhecimento: agronomia, biologia, ecologia da paisagem, climatologia, geografia, economia, administração, química, engenharia de produção, engenharia ambiental, geologia, ciência política, sociologia e direito. Todos mobilizados com a finalidade de ampliar as oportunidades de maximização dos resultados do negócio.

Para efeitos de ilustração, citarei quatro exemplos de aplicação desses conhecimentos especializados funcionais ao agronegócio do dendê, os quais terminam por se constituir em necrosaberes com graves efeitos no mundo social vivido pelos povos e comunidades tradicionais, pequenos agricultores e assentados de reforma agrária.

O primeiro deles concerne aos serviços de consultoria jurídica prestados por grandes escritórios de advocacia com *expertise* em atender megaprojetos¹³². Os serviços abrangem prestação de assessoria para a instalação de megaempreendimentos econômicos (minerários, florestais, energéticos, agropecuários, logísticos e de infraestrutura), regularização ambiental, fundiária e minerária, concessão de florestas, patrimônio genético associado ou não a conhecimentos tradicionais, acompanhamento de contenciosos trabalhistas e sindicais e defesa de executivos em processos penais. Também atuam em vários casos voltados ao silenciamento e criminalização¹³³ de vozes insubordinadas, contestatórias às ameaças a seus modos de

que as fábricas constituem locais por excelência de aplicação das *disciplinas*, as quais visam “docilizar os corpos”, aumentando as forças do corpo, em termos econômicos de utilidade, e diminuindo essa mesma potência em termos políticos de obediência (FOUCAULT, 2014, p. 136).

¹³² Dois dos principais de escritórios de advocacia prestadores de assessoramento a megaempreendimentos econômicos do dendê são o Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff – Advogados, que até meados de 2020 atendia a Biopalma S.A/Vale, antes de sua venda para a Brasil Biofuels – BBF, e também a Agropalma S.A.; e o Medeiros, Demachki, Albuquerque, Rocha & Queiroz, que também atende a Agropalma S.A. Em sua página na internet, o primeiro afirma possuir “vasta experiência na implantação de grandes projetos na Amazônia”, enquanto o segundo informa oferecer “soluções jurídicas para empreendimentos na Amazônia”.

¹³³ Essas tentativas se manifestam nos processos 32188-93.2015.4.01.3900 (Justiça Federal) e 0145194-11.2015.8.14.0076 (Justiça Estadual). O primeiro se refere à ação de interdito proibitório movida pela Biopalma da Amazônia S.A contra os indígenas Paratê Tembê, Samoel Tembê Farias e os quilombolas Amadeus Sousa Paixão, Nazildo dos Santos Brito e “outros de qualificação desconhecida”, acusados de terem liderado a ocupação das dependências do chamado “Polo Vera Cruz”, em Acará, na fronteira com o município de Tomé-Açu, por 15 dias em novembro de 2015, abrangendo as Fazendas Vale Verde, Vale Verde I, Vale Verde II, Três Irmãs e Vera. A empresa visava “obter reparação pelos danos decorrentes da violação possessória” e punir os supostos responsáveis. A natureza do protesto estava associada ao descumprimento sistemático de acordos por parte da companhia, especialmente os que foram firmados após o protesto ocorrido na Vila Socorro, em 22 de setembro de 2014, quando ramais e a ponte sobre o Rio Mariquita foram bloqueados, além veículos terem sido apreendidos. O segundo processo é decorrente de inquérito deflagrado pela Polícia Civil do Pará, visando identificar os líderes do movimento para atribuir a estas condutas criminosas. Ato contínuo, o juiz da Comarca de Acará determinou a prisão preventiva de cinco pessoas, dentre estas, do líder quilombola Nazildo dos Santos, assassinado em 2018, que por diversas vezes solicitou proteção às autoridades, mas não foi atendido.

existência coletivos. Em determinados casos resta comprovada o fenômeno da “porta giratória”¹³⁴”.

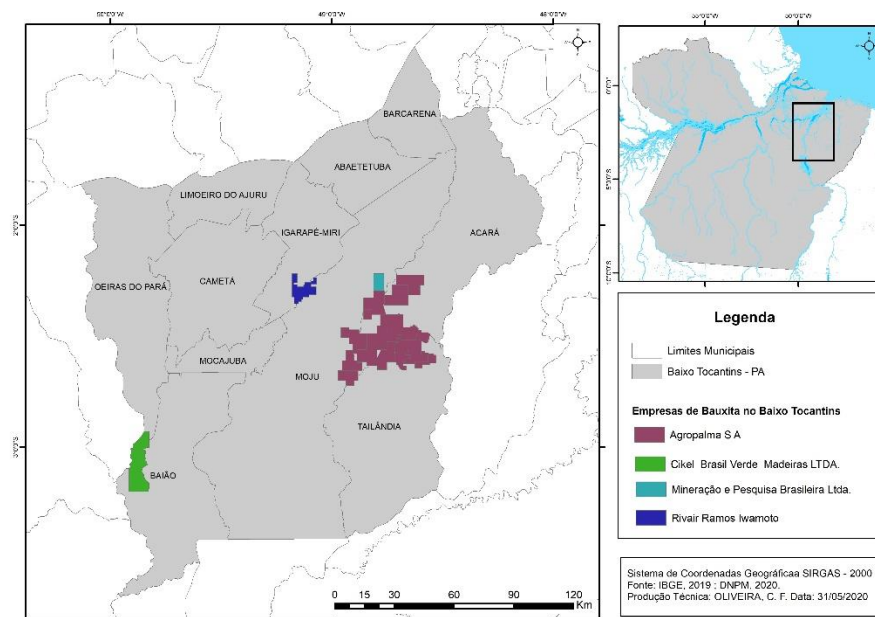
O segundo diz respeito aos imperativos axiológicos da ecologia da paisagem, objetivados em consultorias acadêmicas fornecidas a alianças empresariais, conforme esboçado anteriormente. Uma delas, contratada pela Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), e ancorada em estudos produzidos por especialistas de renome na área de conservação, propõe a criação de corredores ecológicos “sustentáveis” em terras contíguas controladas por empresas do dendê, muitas destas, resultantes de apossamento ilegal. O efeito direto dessas estratégias empresariais termina por incidir na obstaculização do reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas do Alto Acará, conforme discutido em seção específica.

A outra frente consiste na reivindicação de “direitos minerários” por empresas do dendê junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, consoante levantamentos geológicos, os quais se sobrepõem às mesmas áreas consideradas “reservas legais”, situadas às margens do Rio Acará. Destes, 30 (trinta) são pedidos de autorização de pesquisa reivindicados pela Agropalma S.A, relacionados à substância bauxita, abrangendo um bloco correspondente a 121.031,71 hectares, incidentes em terras tradicionalmente ocupadas, nas quais estão presentes cemitérios indígenas e quilombolas profanados sub-repticiamente pelos empreendimentos da dendeicultura.

Em consulta ao módulo público do Sistema Eletrônico de Informações da Agência Nacional de Mineração (ANM), verificou-se que durante o mês de março deste ano, ou seja, em plena emergência da pandemia de coronavírus, a Agropalma S.A apresentou novos documentos para serem apensados em treze processos em andamento na agência. Referida movimentação, gestada silenciosamente junto à tecnocracia governamental, não encontra eco nos canais convencionais de comunicação, focados neste momento em evidenciar a trágica disseminação da enfermidade, embora em tempos considerados “normais”, não o façam em virtude de laços comerciais exprimidos na veiculação de peças publicitárias pagas pela empresa para exaltar seus triunfalismos.

Figura 4 - Processos minerários de pesquisa para bauxita no Baixo Tocantins, ANM, 2020.

¹³⁴ Um ex-funcionário da Agropalma foi nomeado pela Presidência da República, após aquiescência do Senado Federal, para exercer a função de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM). Cf. Redação. *Aprovados três diretores para a Agência Nacional de Mineração*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/17/aprovados-tres-diretores-para-a-agencia-nacional-de-mineracao>. Acesso em: 15. out. 2020.



Fonte: Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE/ANM

A quarta situação concreta se refere aos profissionais das ciências humanas dedicados a atuar nas áreas de mediação social e de relações institucionais com comunidades, conforme o léxico empresarial. Normalmente são contratados sociólogos, antropólogos e/ou assistentes sociais, cujo papel principal consiste em gerenciar possibilidades de “integração das partes envolvidas”, por meio da “facilitação do consenso e da ‘cooperação multilateral’, e o desenvolvimento das ‘boas práticas’ na produção e implementação de soluções para problemas tecnicamente definidos. Essa integração e consenso, é claro, não coletivizam a responsabilidade” (BROWN, 2018, p. 17). Tais iniciativas são regidas pelos postulados da governança neoliberal, traduzida no discurso monótono dos “*stakeholders*”.

Adicionalmente, esses especialistas operam nos moldes da antropologia aplicada preconizada por Foster, solidária a projetos desenvolvimentistas de feição neocolonial (ALMEIDA, 2018), seja por meio das tentativas de tutela, quanto de ações de controle social e monitoramento dos descontentamentos, eufemizados em projetos de “responsabilidade social corporativa” concretizados em tecnologias sociais de neutralização de conflitos.

4.6 A GUERRA DO DENDÊ NA COLÔMBIA

Conforme enunciado na parte introdutória do trabalho, a escolha da Colômbia como base empírica da pesquisa deveu-se ao interesse em analisar as condições de possibilidade de implantação da *plantation* do dendê naquele país, perscrutando em que medida o referido projeto de comoditização da agricultura está imbricado no contexto da violência decorrente de

mais de cinco décadas de conflito armado. De antemão, percebeu-se nitidamente que a guerra não se trata de uma representação metafórica, mas de uma realidade concreta presente de maneira trágica no cotidiano de milhões de pessoas, seja enquanto economia política, acontecimento naturalizado ou exposição permanente de determinados grupos sociais a situações de morte.

A oportunidade de participação no *II Seminário Internacional Megaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais*, promovido pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em parceria com a Universidad Antónoma de Occidente, na cidade de Cali em outubro de 2018, e o estágio doutoral de seis meses junto ao *Instituto de Estudios Regionales da Universidad de Antioquia*, em Medellín, iniciado logo em seguida, permitiram-me contactar com essa realidade social diferente e desafiadora. A começar pela língua, foram vários obstáculos encontrados ao longo do caminho. Por razões de segurança, o escopo da pesquisa de campo teve que ser ligeiramente alterado, em razão das dificuldades de deslocamento ao departamento de Vichada, situado na chamada Orinoquia colombiana, próximo à fronteira com a Venezuela. Realinou-se o trabalho mirando nos departamentos de Antioquia e Chocó, mais precisamente em Urabá e Bajo Atrato, sem, no entanto, deixar de levar em conta o contexto geral.

Nos últimos vinte anos, a *plantation* do dendê na Colômbia deu um salto vertiginoso em termos de área cultivada e volume produzido. Consolidou-se como um dos principais agronegócios do país, tornando-o o quarto maior produtor mundial e o primeiro da América Latina e Caribe. Em 2019 as atividades econômicas do setor corresponderam a 7,1% do Produto Interno Bruto Agrícola (Fedepalma, 2020). Precisamente esses são alguns argumentos encontrados na literatura pró-dendeicultura e nos discursos de autoridades públicas, líderes empresariais e meios de comunicação de massa.

Por outro lado, uma ampla gama de autores empenhados na descrição de situações concretas tem se dedicado a interpretar criticamente esta “expansão” da dendeicultura propalada de maneira triunfalista por empresas, *think tanks*, universidades e governos. Dentre os elementos centrais dessa abordagem, emergem a conexão política entre a territorialização do paramilitarismo, os deslocamentos compulsórios e a instalação de megaprojetos palmeiros; as investidas militares da política antidrogas e os projetos financeiros fomentados por organismos multilaterais e agências de cooperação ao desenvolvimento no âmbito do Plano Colômbia; o crescimento dos mercados de agrocombustíveis e a institucionalização de marcos legais visando incentivar a incorporação de novas terras aos imperativos da economia de mercado. Giraldo (2013) caracteriza a ampliação dos monocultivos de dendezeiros como uma modalidade de

“acumulação por expulsão”. Também se pode atribuir à reconfiguração territorial engendrada pelas economias de guerra e de extração (FRANCO; RESTREPO, 2003; LOMBRANA REYES, 2013), assim como a representações e práticas erigidas pelo Estado, cujas classificações delimitam “regiões” “vazias”, “marginais” e “incultas”, ao tempo em que prescrevem os monocultivos extensivos de dendezeiros como alternativa econômica (DÍAZ MORENO, 2016).

Diferentemente do Brasil, cujos primeiros dendezeiros surgiram no século XVI no contexto do empreendimento colonial, na Colômbia as primeiras sementes de dendezeiros foram introduzidas em 1932 por um botânico belga, para fins ornamentais. Essas sementes eram provenientes do Jardim Botânico Eala, no Congo (ESCOBAR, 2015). Instalada também naquele país, a Estação Experimental Yangambi¹³⁵ foi a unidade de pesquisa agrônoma que anos depois forneceu as sementes intercambiadas entre a Unilever e o Instituto Agrônomo do Norte. Observa-se, portanto, um elemento em comum: a base do material genético utilizado nos dois países está inextricavelmente ligada à violência colonial na África. Escobar (2015, p. 95, tradução nossa) registra esse acontecimento da seguinte maneira: “Da África à América, nesse caso, o material biológico foi transportado segundo um processo que envolveu as autoridades coloniais, pesquisadores metropolitanos e locais, instituições científicas, jardins botânicos e organismos internacionais como a FAO”.

4.6.1 Representações fundadoras da política da verdade do dendê na Colômbia

A construção de representações mais sistematizadas sobre a *plantation* do dendê na Colômbia emergiu sob a forma de necrosaberes agrônômicos, climatológicos e econômicos, os quais norteiam até hoje a colonização de territórios consoante narrativas que evocam a “modernização da agricultura”, a criação de “polos de desenvolvimento” e mais recentemente a promoção da “sustentabilidade ambiental”, conforme descrito etnograficamente pela antropóloga Díaz Moreno (2016a, 2016b). O marco inaugural da constituição desses regimes de verdade está associado à consultoria realizada pelo agrônomo francês Maurice Ferrand, vinculado à FAO e ex-funcionário do IRHO, cujo propósito consistiu em mapear as condições

¹³⁵ Idealizada pelo explorador inglês Henry Stanley, contratado pelo Rei belga Leopoldo II, a estação de Yangambi chegou a se constituir como o maior laboratório do mundo à época. As investigações científicas abrangiam culturas comerciais e alimentícias, ecologia geral e história natural. No herbário da estação aproximadamente 150.000 espécies de plantas e animais foram classificadas e catalogadas. Disponível em: <https://www.promusa.org.blogpost191-Down-the-Congo-River>. Acesso em: 21 out. 2020.

de implantação do cultivo de oleaginosas, visando oferecer respostas a uma crise nacional na produção de gorduras e azeites nos anos 1960 e 1970.

De acordo com a referida autora, os principais pontos destacados no Relatório de Ferrand apontavam as seguintes questões em relação ao dendê:

- a) apontamento do dendê como oleaginosa mais propícia para ser desenvolvida em climas úmidos e tropicais verificados em certas zonas do país;
- b) alto nível de produtividade do dendê para suprir os déficits nacionais;
- c) Palma de dendê como cultivo ideal para a colonização de áreas não integradas à economia nacional;
- d) Fomento a implantação de grandes plantações homogêneas, de no mínimo 1.000 hectares, controladas por “capitalistas”, os quais detinham os meios técnicos e financeiros para a rápida ampliação dos monocultivos;
- e) Criação de “distritos de produção de dendê” com agrupamentos de pequenos agricultores com cultivos entre 30 e 40 hectares, onde às proximidades seria instalada uma planta extratora;
- f) Incentivo a projetos de cultivos de dendezeiros em áreas de colonização, para que sejam a base do referido modelo de exploração e integração territorial.

Invariavelmente os argumentos centrais constantes nessa narrativa especializada remetem a classificações que enfatizam a existência de “terras ruins”, porém ricas à espera de “desenvolvimento”; “terras marginais e não cultivadas”, “solos economicamente mal aproveitados”; e o dendê enunciado como “cultivo eficiente” para promover a “modernização agrícola” e a colonização de áreas não integradas ao capitalismo agrário colombiano (ibid, p. 170). Os efeitos concretos da mistificação desenvolvimentista presente no relatório de Ferrand resultaram na institucionalização de políticas, normas e agenciamentos específicos para fomentar a dendeicultura, abrangendo a subsunção da reforma agrária a projetos agroindustriais incentivados pelo governo, a constituição de “polos de desenvolvimento” em consonância com as formulações de François Perroux (1975) e a criação de operações de crédito rural conduzidas pela *Caja Agraria*. Ademais, o dendê foi concebido com “uma das maneiras mais racionais e ordenadas” de utilizar eficientemente terras mal utilizadas.

Produz-se então um argumento circular que insiste em uma mútua dependência entre zonas úmidas e a dendeicultura, visto como o cultivo que pode fazer prosperar regiões carentes de desenvolvimento. A configuração da paisagem palmeira não está unicamente relacionada aos benefícios econômicos do cultivo, mas sim com a produção de uma geografia nacional imaginada na qual os territórios são dotados de atributos simbólicos, onde a técnica do cientista serve por sua vez para justificar a adjudicação desses atributos e onde o capital é o encarregado de integrá-los a nação (DÍAZ MORENO, 2016a, p. 174).

Os elementos analíticos apresentados por Díaz Moreno (2016) e Escobar (2015) evidenciam as nuances de estruturação do necrosaber no âmbito da *plantation* do dendê colombiana, embora apenas a primeira enfatize mais diretamente o papel exercido pelos especialistas na produção de representações e modos de pensamento traduzidos em regimes de verdade. Configura-se uma cartografia do dendê atrelada a aparatos de Estado e funcional a estratégias empresariais. Se no Brasil a primeira fase de instalação de empreendimentos palmicultores foi marcada pela proeminência do IRHO na transferência de tecnologia e intercâmbio de material genético com institutos de pesquisa agrícola, na Colômbia a FAO assumiu inicialmente tal protagonismo. Em seguida o IRHO passou a oferecer seus projetos de cooperação, notadamente em matéria agrônômica e melhoramento genético.

A primeira experiência comercial de cultivos de dendê na Colômbia incidiu justamente sobre um dos departamentos alcançados pela pesquisa empírica: Antioquia. Corresponde a um empreendimento agrícola de 4.000 hectares conduzido pela Companhia Colombiana de Desenvolvimento Agrícola (Coldesa), empresa colombo-holandesa instalada às proximidades da cidade de Turbo, no Urabá antioquenho no final dos anos 1950. Menos de duas décadas depois esses plantios foram devastados pela *podrición de cogollo*, enfermidade, com danos similares ao do amarelecimento fatal. Alvo de reiterados conflitos sociais, as terras outrora imobilizadas para a monocultura foram ocupadas por trabalhadores e camponeses ligados ao *Ejército Popular de Liberación* (EPL), que as converteram em plantios de plátano. Posteriormente as terras foram adquiridas pelo INCORA e tituladas em nome dos ocupantes (LOMBRANA REYES, 2013; SIERRA GIRALDO, 2018).

Durante trabalho de campo realizado em março de 2019, foi possível presenciar algumas insólitas palmeiras de dendezeiros às margens da *Carretera al Mar* que liga Medellín a Turbo, simbolizando a ruína do empreendimento da Coldesa. Neste trajeto, Ever Álvarez Giraldo, mestre em Estudos Socioespaciais pela Universidad de Antioquia, informou que após o extermínio deliberado dos militantes do Partido *Unión Patriótica* (UP) pela contra insurgência paramilitar de extrema-direita, a referida área voltou a sofrer reconcentração fundiária, motivada por vários fatores, dentre os quais, o recrudescimento da onda de violência, a intensificação dos deslocamentos forçados e a especulação imobiliária urbana. Assim, atualmente encontra-se descaracterizada em relação à destinação para a qual havia sido concebida pelo extinto Incora.

4.6.2 Conexão entre paramilitares, estado e empresários do dendê

Sierra Giraldo (2018) sublinha em sua dissertação¹³⁶ sobre a agroindústria do dendê em Urabá o lapso temporal de aproximadamente quinze anos entre a frustrada experiência holandesa e a retomada dos cultivos de dendezeiros na fronteira Antioquia-Chocó, mais precisamente no então corregimento de Belén de Bajirá, antes pertencente ao município de Mutatá, e atualmente anexado a Riosucio¹³⁷. Há vasta documentação sociológica¹³⁸, jurídica¹³⁹ e jornalística¹⁴⁰ ancorada em evidências empíricas atribuindo o alastramento do agronegócio do dendê no referido território à ação direta dos irmãos Castaño, líderes das Autodefensas Campesinas de Córdoba e Urabá (ACCU), mais tarde expandidas a todo o país por meio de grupos paramilitares regionalizados, articulados política e militarmente numa espécie de federação sangrenta denominada Autodefensas Unidas de Colombia (AUC). Franco Restrepo (2009) designa a isso como *mercenarismo corporativo contrainsurgente*¹⁴¹.

Outrora território dos indígenas Zenú, Embera Catío e Embera Chamí, e de *cimarrones* fugidos da escravidão, o Urabá antioquenho compõe o chamado Grande Urabá, um amplo território histórico-cultural que reúne 16 (dezesesseis) municípios dos departamentos de Córdoba (Valencia, Terra Alta), Chocó (Riosucio, Acandí, Bojayá) e Antioquia (Arboletes, Necoclí, San Juan de Urabá, San Pedro de Urabá – ao norte; Apartadó, Carepa, Chigorodó, Mutatá e Turbo – ao centro, no denominado “eixo bananeiro”; e Murindó e Vigia del Fuerte, ao sul (ARAMBURO, 2011). Situado na esquina onde confluem o Golfo de Urabá, o Mar do Caribe e as florestas densas do Darién, fronteira com o Panamá, é considerado uma zona estratégica,

¹³⁶ SIERRA GIRALDO, V. Agroindustria del cultivo de palma de aceite: fenómeno en la estructura agraria del Urabá Antioqueño. 2018. 123 f. tesis (*maestría*). Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Departamento de Sociología – Universidad de Antioquia, Medellín.

¹³⁷ O Corregimento de Belén de Bajirá tem sido alvo de uma acirrada disputa cartográfica entre os departamentos de Antioquia e Chocó, transformada num contencioso judicial ainda pendente de resolução definitiva. Em fevereiro de 2016 o Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC) apresentou um relatório técnico vinculando esse núcleo urbano ao município de Riosucio, Chocó. A delimitação territorial é questionada pelo departamento de Antioquia junto ao Congresso colombiano, uma vez que o referido corregimento tem importância estratégica na ampliação da fronteira da colonização “paisa” em direção ao Baixo Atrato.

¹³⁸ Cf. FRANCO, V.; RESTREPO, J. D. Empresarios palmeros: poderes de facto y despojo de tierras en el Bajo Atrato. Franco, V.L., Restrepo, J.D., 2011. In: ROMERO, M. (Ed.). *La economía de los paramilitares: redes de corrupción, negocios y política*. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris - Random House Mondadori, 2011, pp. 269-410.

¹³⁹ Ver a sentença nº 054 do Juizado Quinto Penal Especializado de Medellín, processo nº 05001 31 07 005 2011 01799, que condenou a 10 anos de prisão e inabilitou os direitos políticos de 16 empresários do agronegócio do dendê, por envolvimento nos crimes de “*concierto para delinquir, desplazamiento forzado y invasión de áreas de especial importancia ecológica*”.

¹⁴⁰ Recomenda-se a leitura da entrevista concedida em 2005 por Vicente Castaño à Revista Semana. Na oportunidade o chefe paramilitar, apelidado de “El Profe”, narra os vínculos políticos e ideológicos entre o paramilitarismo e a dendeicultura em Urabá e Bajo Atrato. Disponível em: <https://www.semana.com/portada/articulo/habla-vicente-castano/72964-3/>. Acesso em 13 dez. 2018.

¹⁴¹ FRANCO RESTREPO, V.L. Orden contrainsurgente y dominación. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Instituto Popular de Capacitación, 2009.

“por las condiciones excepcionales de conexión marítima y fluvial que presenta el golfo con el exterior y por la navegabilidad de su caudalosa red hídrica” (ibid., p. 265). Ademais, integra o Chocó Biogeográfico, “uno de los pocos reductos de biodiversidad que quedan en el mundo como producto de una combinatoria entre la precipitación, el clima, el relieve y procesos geológicos específicos” (UNAL; INER, 2000, p. 74).

Tido como “zona de fronteira” desde o século XV, até meados dos anos 1950 Urabá era caracterizado pelo papel marginal atribuído a si em relação aos regimes de acumulação de capital levados a cabo no país, embora ali ocorreria processos sociais, culturais e econômicos de longa data, os quais refutam a suposição de um “espaço vazio” destituído de sentidos (GARCIA, 1996).

Constitui-se como tríplice fronteira, pois

Além de ser fronteira internacional, com conexão marítima direta pelo Mar do Caribe e indireta pelo Oceano Pacífico através de rios e estradas rudimentares – que facilitam o tráfico ilegal de armas e drogas –, é uma fronteira interna regional que liga as dinâmicas de três *departamentos*: Chocó, Antioquia e Córdoba [...] Simultaneamente, é uma fronteira étnica, pois ali confluem grupos indígenas – embera, tule e zenú, principalmente –, populações negras e outras populações provenientes de regiões andinas do país (ALVAREZ, 2006, p. 20).

A formação social e cultural da área de pesquisa é o corolário de uma multiplicidade de confluências interétnicas atravessadas por processos de colonização eminentemente extrativos (mineração, exploração de madeira, caucho, pecuária extensiva, monocultivos extensivos de banana, dendê e outros). Um traço atemporal desta configuração concerne ao deslocamento forçado, tecnologia racial por excelência atrelada às *plantations* implantadas em solo colombiano, cuja concretude se expressa dramaticamente por meio dos antagonismos referidos ao conflito armado, que resultaram na constituição de inúmeras *zonas de não-ser* espalhadas pelo país, marcadas pela precariedade e pela constante exposição à morte.

Diferentes frentes de pressão produziram múltiplos efeitos na vida social. Dentre essas se destacam: a) a apropriação de terras por grandes fazendeiros no departamento vizinho de Córdoba, responsável pela expulsão de indígenas *zenus* e camponeses *sinuanos* para o norte urabenho; b) a migração dos *emberá* para as florestas do Darién chocono, impelidos pelas repercussões da introdução da grande plantação bananeira; c) a colonização *paisa* desatada a partir dos anos 1960, visando integrar a “região” aos circuitos da economia nacional e transnacional; d) a especulação imobiliária em face de grandes extensões de terras próximas à área costeira, por parte de narcotraficantes; e) o alargamento da “fronteira” agrícola em direção ao Baixo Atrato, consoante o ambicioso projeto contrainsurgente paramilitar (GARCÍA, 1996; ARAMBURO, 2011; ALVAREZ, 2012).

Por conta de seu isolamento geográfico, Urabá albergara perseguidos políticos antioquenhos apossados no contexto da onda de violência deflagrada desde os anos 1950, após o assassinato do ex-deputado Jorge Eliécer Gaitán, em Bogotá. Também ali nasceram as guerrilhas das FARC-EP, no município de Mutatá, e do EPL, ao norte, que concorriam pelo controle social, político e militar da zona, em confronto com forças repressivas do Estado deveras movidas pelo terror anticomunista dos tempos de “Guerra Fria”. Coetaneamente aos projetos agroindustriais, emergiram organizações sindicais de relevo no enfrentamento às relações de trabalho draconianas patrocinadas pelas empresas bananeiras¹⁴², que posteriormente ensinaram o fortalecimento de agremiações de esquerda na esfera político--partidária¹⁴³.

A construção da *Carretera al Mar*, iniciada no final dos anos 1920 e concluída em 1957 (ARAMBURO, *op. cit.*), ligando Medellín a Turbo, se constituiu como um dos principais elementos propulsores da reconfiguração territorial de Urabá, propiciada pela instalação de megaprojetos das *plantations* bananeira, do dendê e da pecuária extensiva, com gravíssimas repercussões sobre as terras tradicionalmente ocupadas e os grupos sociais a elas referidos. Ademais, se constituiu como rota estratégica para a circulação de mercadorias ilícitas controladas por narcotraficantes e paramilitares (exportação de cocaína e importação de armamentos), e tráfico de pessoas em direção à América Central, cruzando as densas florestas ístmicas do Darién.

Confluíam simultaneamente o alastramento de monocultivos da agroindústria de banana liderados pela multinacional *United Fruit Company* nos municípios do denominado “Eixo Bananeiro”, e as atividades do narcotráfico concretizadas não apenas em volumes crescentes de drogas exportadas pelos portos costeiros, mas por meio da lavagem de ativos relacionada à apropriação de terras supostamente para criação de gado. Esses empreendimentos eram afrontados com sequestros e extorsões reiteradas promovidos pelas guerrilhas como estratégia de sustentação de suas operações, consoante o pagamento de *vacunas* e *boleteos*. A partir de

¹⁴² De acordo com García (1996) e Alvaréz (2012), as duas principais organizações sindicais que mobilizavam os trabalhadores da agroindústria bananeira na luta por melhores condições laborais eram o Sintagro, identificado politicamente com o EPL, e o SINTRABANANO, rotineiramente associado às FARC-EP, embora Uribe (1992) questione que tais entidades tenham se constituído como apêndices das guerrilhas.

¹⁴³ O principal partido de esquerda nascido nos anos 1980 foi a *Unión Patriótica*, como resultado do acordo de paz firmado entre as FARC-EP e o governo do conservador Belisário Betancur (1982-1986), conforme registra Alvaréz (2012). Diante do crescimento eleitoral da UP em vários departamentos do país, a começar por Antioquia e Córdoba, esta organização se tornou um dos principais alvos do terror paramilitar, resultando no extermínio de seus membros por meio de massacres e assassinatos seletivos que atingiram 3.500 pessoas. No início dos anos 1990 foi criado o movimento político *Esperanza, Paz y Libertad*, após a maioria dos integrantes do EPL ter decidido abandonar as armas. Esse movimento fora duramente sufocado pelas ações de dissidentes e das FARC-EP que pretendiam controlar os territórios da ex-guerrilha. Para defender suas posições concernentes à desmobilização, o EPL criou os *Comandos Populares*, cuja atuação principal consistiu em eliminar seletivamente militantes da UP e do Partido Comunista. Anos depois esses grupos se aliaram aos paramilitares.

então intensificou-se o financiamento para a formação de milícias privadas com o propósito de assegurar a plena consecução dos negócios, consoante a conjugação de interesses convergentes e de afinidades ideológicas (ROMERO; TORRES, 2011).

A despeito da literatura em geral atribuir o nascimento de grupos paramilitares à criação de cooperativas de segurança estimuladas pelo governo de Antioquia, sucedidas pelas AUCC no final dos anos 1980, Ronderos (2014) apresenta evidências da irrupção dos primeiros agrupamentos contrainsurgentes no final dos anos 1970 no Magdalena Medio. A autora contradiz a versão dos irmãos Castaño de que decidiram tomar em armas para se vingar da morte do pai supostamente sequestrado pela guerrilha em uma de suas fazendas. Para ela, se trata de uma “verdade fabricada” e repetida à exaustão pela própria família Castaño para ocultar seu envolvimento com o narcotráfico. Ou seja, ao invés de uma vingança, tratou-se de um mecanismo de proteção aos negócios, posteriormente convertido em máquina de guerra contra militantes de esquerda e seus simpatizantes.

Outro ponto destacado por Ronderos (2014) diz respeito ao envolvimento de mercenários de outras nacionalidades, notadamente israelenses, no treinamento de paramilitares colombianos, sob o olhar complacente de membros da força pública. Especializados em operações contrainsurgentes orientadas pela ideologia anticomunista levada a cabo em outros países da América Latina, referidos agentes montaram uma verdadeira “universidade do crime”, que no final da década de 1980 contava com mais de quarenta instrutores, os quais ensinavam seus alunos a não terem a menor piedade para com suas vítimas. As operações teriam sido financiadas por narcotraficantes, grêmios empresariais da banana e da agropecuária e empresários da mineração.

Erigeu-se uma atmosfera sangrenta de terror e violência, com gravíssimas sequelas nas várias dimensões da vida social. Massacres e assassinatos se multiplicaram em escala industrial pelos bairros, corregimentos, veredas, *fincas* e rios. Urabá passou a ser analogamente equiparado a países devastados pela guerra, como Bósnia e Ruanda (ARAMBURO, 2011). A atenção da comunidade internacional às “economias de guerra” desatadas em solos urabenho e chocoano (FRANCO; RESTREPO, 2011) deslocou o eixo dos processos contestatórios, implicando numa “globalização da resistência” (GARCIA, 2011), cuja irrupção culminou na criação de “comunidades de paz” e de “zonas humanitárias”, protagonizadas por camponeses e comunidades negras acucados em meio ao conflito armado.

A despeito das reiteradas negativas por parte dos empresários do dendê e de determinadas autoridades governamentais defensoras do referido agronegócio, a entrevista do líder do clã Castaño é inequivocamente cristalina.

En Urabá tenemos cultivos de palma. Yo mismo conseguí los empresarios para invertir en esos proyectos que son duraderos y productivos. La idea es llevar a los ricos a invertir en ese tipo de proyectos en diferentes zonas del país. Al llevar a los ricos a esas zonas llegan las instituciones del Estado. Desafortunadamente las instituciones del Estado sólo le caminan a esas cosas cuando están los ricos. Hay que llevar ricos a todas las regiones del país y esa es una de las misiones que tienen todos los comandantes. (Vicente Castaño em entrevista á Revista Semana, 2005).

Discorrendo a respeito do uso das terras violentamente apropriadas pelos paramilitares, Castaño fala com certa empáfia de ter articulado um grupo de empresários de alto poder aquisitivo para investir em megaprojetos duradouros e produtivos de dendê no Urabá chocoano, território anteriormente controlado por grupos insurgentes ligados às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Para ele a única maneira de lograr investimentos estatais para o território seria atraindo empresários de grande porte. Chegando os empresários, o Estado de pronto se faria presente.

No entanto, Castaño omitiu a estreita solidariedade das forças de segurança ao crescimento desenfreada do paramilitarismo nas áreas rurais do país, seja fornecendo quadros para compor os exércitos ilegais, quanto dando suporte militar, logístico e de inteligência a operações destinadas a impor o terror em lugares classificados como “território do inimigo”. Diversas sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CID/OEA) e da própria justiça colombiana confirmam esses vínculos, como ocorreu no caso da Operação Gênese, incursão realizada no território das comunidades negras do Rio Cacarica e na cidade de Riosucio pela Brigada XVII do Exército Nacional, sediada em Carepa, juntamente com paramilitares devidamente caracterizados com uniformes das Autodefensas Campesinas de Córdoba e Urabá e das Autodefensas Unidas de Colômbia¹⁴⁴.

Outro fato eclipsado diz respeito ao próprio embrião de nascimento dos grupos paramilitares em Antioquia: a criação das Cooperativas de Vigilância e Segurança Privada (Convivir¹⁴⁵), regidas pela Resolução nº 368/1995 emitida pela Superintendencia de Vigilancia y Seguridad Privada durante o mandato de Álvaro Uribe Vélez quando este exercia o cargo de governador. Para se ter uma ideia, em meados de 1997 existiam mais de 400 cooperativas em funcionamento, com aproximadamente 120 mil membros (FRANCO RESTREPO, 2009). A pretexto de oferecer proteção aos negócios das empresas do agronegócio instaladas no Eixo Bananeiro diante das ameaças representadas pela guerrilha, as Convivir intensificaram os mecanismos de guerra e se constituíram como laboratório do que mais tarde se transmutaria em

¹⁴⁴ Ver a sentença pela CIDH concernente à Operação Gênese. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_270_esp.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

¹⁴⁵ Autores como Romero e Torres (2011), Franco e Restrepo (2011) e Lombrana Reyes (2012) evidenciam os laços inextricáveis entre as Convivir e o nascimento do paramilitarismo, assim como as fontes de financiamento empresarial do grupo.

confederação nacional do terror¹⁴⁶. Com efeito, a Federación Nacional de Asociaciones de Convivir foi o arquétipo das AUC.

Urabá e Bajo Atrato se constituíram como o alvo por excelência das operações contrainsurgentes das AUC, com a omissão ou cumplicidade¹⁴⁷ das autoridades governamentais e o financiamento privado de empresas do agronegócio. Numa escalada de violência sem precedentes - massacres, expulsões, ameaças, execuções sumárias, despojos de terras e multidões em fuga desesperada de seus territórios para qualquer lugar onde pudessem preservar suas vidas¹⁴⁸ – a paisagem do cotidiano passou a ser dominada pela necropolítica, configurando uma ampla zona de não-ser composta por existências mutiladas (MBEMBE, 2019), coetânea ao zoneamento delineado por necrosaberes agronômicos e climatológicos.

Todavia, as operações sangrentas com o objetivo de “limpar” as terras tradicionalmente ocupadas eram antecedidas por outras práticas não menos deletérias, porquanto implicavam na desterritorialização e expulsão de camponeses e comunidades negras. Essas práticas assemelhadas à “acumulação primitiva” clássica também se reproduzem em maior ou menor medida no epicentro do dendê no Brasil. Enquanto povos tradicionais e camponeses fugiam aterrorizados, a palma adentrava nos territórios. Passado algum tempo depois, quando as pessoas tentavam retornar já não conheciam mais nem o lugar de suas casas. Os próprios referentes simbólicos haviam mudado radicalmente.

A primeira delas corresponde a tentativa de compra das terras a preços irrisórios, sob o argumento da fragilidade documental e da inexorabilidade do megaprojeto que estava a caminho. A gestão desses assédios era conduzida por Vicente Castaño e seus prepostos. Em caso de recusa, a ameaça era imediata: “ou compro de você ou compro de sua viúva”. A frase

¹⁴⁶ Depois de Antioquia e Córdoba, as AUC rapidamente se espalharam pelo país e por volta de 2002 haviam alcançado todo o território nacional. Além de Chocó e Antioquia, vários estudos apontam a forte conexão entre as empresas de dendê e grupos paramilitares em outros departamentos como Cesar, Magdalena Médio, Atlântico, Casanare, Bolívar, Tumaco, Meta e Vichada. Cf. *Parapolítica: la ruta de expansión paramilitar y los acuerdos políticos*. Primera edición. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris; Intermédio Editores, 2007.

¹⁴⁷ Um dos escândalos mais gritantes desse período concerne ao que ficou conhecido como “Falsos Positivos”. Trata-se de um conjunto de operações de terror desencadeadas pelo Exército Nacional para eliminar líderes sociais e adversários políticos do regime de extrema-direita, sob o argumento de que os alvos eram “terroristas”, “guerrilheiros”, “insurgentes” que supostamente entravam em confronto com as forças militares. Essa forma de necropoder atingiu proporções paranoicas, ao estabelecer metas de execuções por batalhão, posteriormente compensadas com instrumentos simbólicos de manifestação do poder (premiações, honrarias, promoções). Os casos seguem sendo julgados pela justiça colombiana.

¹⁴⁸ De acordo com registros da Comisión Intereclesial de Justicia y Paz e da CIDH, cerca de 3.500 pessoas foram deslocadas compulsoriamente em decorrência da Operação Genesis, realizada na bacia do Rio Cacarica. Uma parte destas seguiu para Turbo, outros para Bocas do Atrato, outros cruzaram a fronteira com o Panamá e os demais se espalharam por outras cidades do país.

de alto teor intimidatório é seguramente a mais emblemática para ilustrar a apropriação violenta de terras em Urabá e Bajo Atrato¹⁴⁹.

El desplazamiento que sufrimos las comunidades de Riosucio y Carmen del Darién, inclusive fue a raíz de eso, de toda esa expansión agrícola de Antioquia. Entonces esa expansión venía acompañada de los grupos paramilitares que eran los que llegaban a los territorios, primero ofreciendo muchas bondades, querer desarrollar la región, querer que las personas puedan ser productoras a gran escala, pero se encuentra con la situación de que ya los territorios eran tierras tituladas a las comunidades negras y comunidades indígenas, entonces ya encuentran una barrera, que no pueden llegar con la visión de expansión a gran escala de entrada, porque ya la ley dice que la tierra es imprescriptible, inembargable e inalienable, o sea que hay una barrera que nadie la puede embargar ni enajenar; entonces fortaleciendo su proceso de expansión empiezan a ofrecerle a la gente comprar, pero la gente conociendo y educada que la tierra no se puede vender, entonces allí, empiezan las amenazas y los señalamientos. Primero inician los señalamientos donde te decían a ti, tenemos información de que usted colabora con tal grupo y eso es una mentira, porque las personas aquí para que no los maten y maten a sus familias, les toca irse, pero como la gente se queda en el territorio, empiezan de nuevo las amenazas de que si usted no vende, pierde la vida, y hubo gente que si vendió, pero por esa presión y aún costo irrisorio donde no correspondía al valor que una tierra podía tener, entonces la gente asustada amenazada, le toca vender a lo que le ofrecieron para no irse, con las manos vacías, entonces, mucha gente vendió; mientras que otros no alcanzaron ni a vender porque los mataron (liderança negra de Chocó, fevereiro de 2019).

Acrescente-se à aquisição de terras por preços aviltantes, as fraudes documentais efetuadas junto a cartórios de registros de imóveis. Terrenos com um tamanho x eram ampliadas exponencialmente nos registros públicos para constituir fazendas existentes apenas no papel. Uma vez formalizadas como atos jurídicos, as falcatruas geravam expectativa de direitos para os agroempresários e exposição à morte para agentes sociais circundados por megaempreendimentos econômicos. Essa realidade é similar às urdiduras da grilagem de terras no Pará, amplamente retratadas na literatura¹⁵⁰.

Por outro lado, no âmbito das relações de trabalho, a atuação do paramilitarismo a serviço das empresas nacionais e transnacionais tem resultado em perseguições, assédios, silenciamentos, criminalização e eliminação de sindicalistas. O resultado dessa ofensiva implacável contra as organizações sindicais e suas lideranças têm transformado a Colômbia no lugar mais letal para quem se atreve a exercer a função política de liderar trabalhadores. De acordo com Daniel Hawkins, assessor da Escola Nacional Sindical¹⁵¹, “os sindicalistas têm sofrido uma perseguição sistemática por parte do Estado e dos atores armados, sobretudo, dos paramilitares, mas também da guerrilha e de outros delinquentes [...] se observas em termos de

¹⁴⁹ A esse respeito, recomenda-se ver: <https://verdadabierta.com/la-maquina-de-despojo-de-tierras-de-los-hermanos-castano/>. Acesso em: 05 fev.2019.

¹⁵⁰ Cf. Treccani, G. D. *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: Ed. da UFPA: ITERPA, 2001. Outra referência importante é: LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 77–98, ago. 2005.

¹⁵¹ Entrevista concedida em Medellín em 26 de fevereiro de 2019.

violência antisindical, os trabalhadores e trabalhadoras do campo vivem a guerra na própria pele”.

O “vazio demográfico” evocado insidiosamente pelos estrategistas dos agronegócios nas planificações abstratas elaboradas tecnocraticamente se concretizara no esvaziamento causado pelos deslocamentos forçados e massacres, em suma, pela distribuição generalizada do terror enquanto tecnologia política de apagamento dos indesejáveis. Em outras palavras, tem-se um duplo: a face “moderno-colonial” do zoneamento técnico da *plantation* de um lado, e a face noturna das zonas de não-ser, de outro. Como é próprio do regime da grande plantação, as relações sociais são baseadas na racialização dos corpos descartáveis, aos quais não se hesita eliminar física e simbolicamente.

A reconfiguração territorial de Urabá e Bajo Atrato, no entanto, não estava dissociada da economia política. Ao visitar a Malásia em meados de 2001 para participar de um congresso empresarial com o objetivo de firmar uma série de acordos diplomáticos no tocante a busca de “apoio técnico e científico especialmente para o desenvolvimento alternativo em zonas de cultivos ilícitos e de conflito na Colômbia¹⁵²”. Além disso, discutiu-se a transferência de tecnologias agrícolas (venda de sementes, apoio ao “Programa Nacional de Investigación para a Agroindustria del Palma de Aceite” e implantação do modelo de agricultura por contrato da FELDA) e o oferecimento de “vantagens competitivas” para a atração de investimentos malaios no país. Na oportunidade, o então Presidente Andrés Pastrana prometeu de maneira triunfalista “implantar três milhões de hectares de dendê ou mais”.

Dentro de las alternativas para recuperar el agro colombiano, figura el cultivo de la palma de aceite el que es altamente rentable, ofrece amplias oportunidades de empleo rural, abre las puertas hacia el desarrollo industrial a través de la oleoquímica, y sus productos tienen una demanda mundial creciente, al punto de que al finalizar la próxima década, se espera un requerimiento adicional de siete millones de toneladas anuales de aceite. Esto representa cerca de un 45% de la producción mundial actual que muy difícilmente se podrá suplir, aunque se comenzaran de inmediato siembras masivas en diversas partes del mundo. Malasia es el mayor productor de este tipo de aceite y sus avances en la oleoquímica son notables. Hasta el momento se han realizado algunas visitas recíprocas de misiones empresariales (de industriales del Valle del Cauca a Malasia y del Grupo Empresarial Masscorp a Colombia) y existen interesantes perspectivas de cooperación en materias tales como la producción de palma de aceite y en la industria petroquímica y del caucho¹⁵³.

No trecho constante na exposição de motivos subscrita no contexto do acordo firmado com a Malásia, o governo colombiano expressa sua visão acerca da relevância atribuída à

¹⁵² Visita do Presidente Andrés Pastrana à Malásia. El Palmicultor. Boletim Informativo da Federação Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite – Fedepalma. 2001, p. 2.

¹⁵³ Exposição de Motivos formulada pela Ministra das Relações Exteriores, Sra. Carolina Barco Isakson, no bojo do “Acuerdo de Cooperación Económica, Científica, Educativa, Técnica y Cultural entre el Gobierno de la República de Colombia y el Gobierno de Malasia”, firmado em 01 de março de 2001.

plantation do dendê, recuperando em boa parte os argumentos elaborados por Ferrand: alto retorno econômico, oferta de empregos no campo, desenvolvimento industrial, oportunidades geradas pela demanda global e afinamento entre políticas governamentais e estratégias empresariais. Essa afinidade não se apenas à esfera discursiva, mas produz efeitos concretos na prática cotidiana. O Ministro da Agricultura de Pastrana à época do acordo era o engenheiro agrônomo Carlos Roberto Murgas Guerrero, considerado um dos magnatas do agronegócio da palma na Colômbia¹⁵⁴.

Importante destacar outro elemento-chave observado em relação à viagem empreendida ao Sudeste Asiático. Trata-se de um argumento reiteradamente invocado pelos últimos quatro presidentes (Pastrana, Uribe, Santos e Duque): o dendê como instrumento de “pacificação”, de controle territorial de zonas em conflito e de substituição de cultivos ilícitos”. Na acolhida a Pastrana durante a visita realizada em 2001, o Rei da Malásia enalteceu a relação entre os cultivos de dendezeiros e o arrefecimento do conflito interno, demonstrando interesse em exportar a referida tecnologia política.

[...] *para que la paz prospere, también debe haber desarrollo económico. Ésta fue una de las lecciones que aprendimos de nuestra propia lucha contra un movimiento guerrillero hace cuatro a cinco décadas. De hecho, fue en reconocimiento de esto que el Gobierno de Malasia se embarcó en planes ambiciosos de desarrollo territorial que ofrecían a los agricultores sin tierra una oportunidad de prosperar y construir mejores vidas para sus familias. Elevar la prosperidad económica quizás fue la única razón más importante para vencer a los insurgentes. Al respecto, queremos asegurarle que Malasia responderá favorablemente a la solicitud de Colombia de compartir nuestra experiencia en el desarrollo territorial y rural y en el cultivo y administración de plantaciones de palma de aceite a gran escala. Confiamos que sus esfuerzos para desarrollar la industria del aceite de palma de Colombia resulten exitosos y que, a la vez, contribuyan a la paz y estabilidad de Colombia*¹⁵⁵.

4.6.3 Plano Colômbia e a agenda dos agrocombustíveis

A ascensão do político antioquenho Álvaro Uribe à Presidência da República representa um outro marco no fortalecimento da *plantation* do dendê, ancorada nas narrativas de modernização da agricultura e na mistificação desenvolvimentista. O discurso radicalizado de intensificação da militarização para combater a atuação de grupos insurgentes¹⁵⁶ convergiu simultaneamente com a ofensiva paramilitar e as ações do Plano Colômbia. Justamente nesse intervalo a violência política e social atingiu proporções alarmantes, culminando numa gama

¹⁵⁴ Cf. matéria publicada por Verdad Abierta. Disponível em: <https://verdadabierta.com/especiales-v/2018/acuatenientes/murgas.html>. Acesso em: 25 jan.2019.

¹⁵⁵ A íntegra do discurso está disponível em: <https://repositorio.fedepalma.org/handle/123456789/139494>. Acesso em: 27 dez. 2019.

¹⁵⁶ Este projeto político central para a reprodução das práticas do uribismo ficou conhecido como “Seguridad Democrática”.

de massacres, torturas, deslocamentos forçados, despojo de terras, estigmatizações, perseguições, desaparecimentos e extermínios.

Nosotros siempre decimos que son los mismos, que son las grandes empresas que son los grandes ricos de acá de Colombia que siempre han querido esta tierra, porque la estrategia es la misma, nunca aquí vienen a decir a un campesino, oiga mire vea usted va a hacer un préstamo al banco o a cualquiera de los bancos, como la tierra es titulada usted nunca consigue crédito, pues aunque el gobierno que hay títulos para el campesino, pero cuando usted va a ver los requisitos un campesino no cumple, ¿quién si los cumple? el que tiene su plata pero el campesino el nativo que verdaderamente quiere trabajar y prosperar en su finca no consigue un crédito, primero, le ponen problema porque la tierra es titulada, usted sabe que los bancos prestan, pero quieren algo, entonces si yo no pago tienen mi tierra o lo que yo tenga, pero como la tierra es titulada, es inembargable e imprescriptible no me la pueden quitar, entonces no hay préstamo, entonces se vino con el cuento, que eso fue promocionado por el presidente Uribe en su momento, que nosotros en Colombia que es un paramilitar, no de fusil o de armas pero fui un paramilitar de ideas, de pensamiento, vino con el cuento de que las comunidades, podían asociarse con los empresarios ya, y muchos cayeron en ese cuento, se asociaron o prestaron su tierra, bueno ustedes colocan la tierra y nosotros colocamos toda la tecnología, colocamos todo lo demás, pero las ganancias ¿Para quién? (Líder negro de Bajo Atrato, fevereiro de 2019).

Na esfera institucional, o governo erigiu um amplo arcabouço jurídico-formal em prol do crescimento acelerado da produção de mercadorias agrícolas e minerais, em consonância com o *boom* das *commodities* no mercado internacional e apoiado por fundamentações elaboradas pela tecnocracia responsável pela planificação de programas governamentais. A militarização das políticas foi acompanhada da ambientalização do discurso oficial, que passou a evocar de maneira continuada o incentivo a agronegócios alinhados com o tema da emergência climática, ou seja, com a “sustentabilidade” objetivada na redução de gases de efeito estufa (MARÍN-BURGOS, 2014; DÍAZ MORENO, 2016a, 2016b)

No domínio econômico, estimulou-se a implantação de megaempreendimentos agropecuários, minerais, logísticos, de infraestrutura e energéticos, em consonância com as disposições da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), sob a narrativa de propiciar a atração de investimentos privados capazes de impulsionar o crescimento econômico. A dendeicultura, cujo grêmio empresarial é considerado o mais proeminente do país¹⁵⁷, ganhou destaque diante da confluência de fatores presentes na referida contingência histórica. Idealizado como a *plantation* mais apropriada para auferir controle territorial e assegurar o uso da terra a longo prazo, o dendê se constituiu como elemento central da economia política desenhada pelo “uribismo”. Apesar do alto grau de interlocuções que

¹⁵⁷ Os vínculos entre o chamado “uribismo” e os empresários do dendê vem desde quando era governador de Antioquia.

possui, a Fedepalma nega ter influência sobre a definição de políticas governamentais, conforme registrado por seu Presidente em entrevista realizada em março de 2019.

No discurso efetuado no XXIX Congreso Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite, realizado pela Fedepalma em 2001, o então candidato Uribe elencara os três pontos que deveriam nortear as políticas agrícolas de seu governo: “erradicar pobreza e construir equidade social, garantir a segurança alimentar e construir um caminho para a paz¹⁵⁸”. Desta feita, a reivindicação de concessão de incentivos e fomento ao agronegócio de dendê preconizam narrativamente os mesmos argumentos¹⁵⁹.

aprecio la posibilidad del cultivo de palma de aceite en Colombia como una gran posibilidad para generar recuperación del campo, para generar crecimiento económico, para generar agregado industrial, para generar exportaciones, para generar fraternidad. El país tiene probadas posibilidades de tener allí un sector dinámico de alta productividad¹⁶⁰.

Se por um lado as práticas políticas do governo Uribe são fortemente permeadas pela retórica da guerra, de outro propalam a harmonização social a ser gerada pelo crescimento econômico e pela inserção na globalização neoliberal. Nesse contexto, o agronegócio do dendê é defendido como a *plantation* mais apropriada para promover a modernização conservadora do capitalismo agrário, consoante a tautologia do *self emprendedor* refletida criticamente por Foucault (2008c), Dardot e Laval (2016).

Es un cultivo que nos permite, de manera excelente, avanzar en el sueño del país de propietarios. Si algo amenaza el concepto de empresa privada no son las viejas tesis derivadas del Marxismo que atentaron contra la empresa privada, sino la falta de capacidad en el capitalismo de generar nuevas empresas y nuevos empresarios. Y en la palma, en Colombia, se da todo lo contrario: una gran capacidad de generar nuevas empresas y de generar nuevos empresarios, de construir un país de propietarios, que es fundamental para la legitimidad de las instituciones, que es fundamental para la solidez en la conciencia de los colombianos del concepto de empresa privada¹⁶¹.

O encadeamento da retórica da guerra contida nas práticas discursivas com a guerra química intentada pelo Plano Colômbia se traduziu na execução de vários projetos em comum, destacando-se a instalação de bases militares estadunidenses, a criação de um programa oficial de eliminação de cultivos ilícitos mediante pulverização aérea com glifosato, o desenho de um

¹⁵⁸ A íntegra do discurso do então candidato à Presidência da República da Colômbia está disponível no link: <https://publicaciones.fedepalma.org/index.php/palmas/article/download/903/903>. Acesso em: 28 dez.2019.

¹⁵⁹ Para conhecer com maior profundidade os diferentes tipos de incentivos concedidos às empresas do dendê pelos sucessivos governos colombianos, sugere-se a leitura do relatório intitulado *El sector palmero, los mimados del Estado*, subscrito pela Universidade de Estocolmo.

¹⁶⁰ Idem. O discurso está publicado Revista Palmas - vol. 22, nº. Especial, 2001, p. 93.

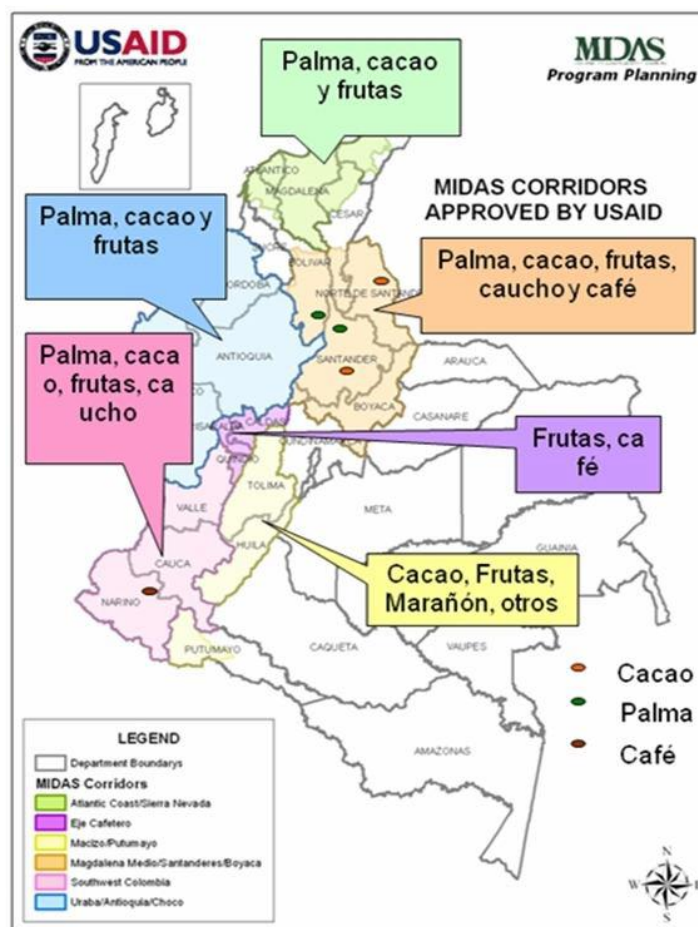
¹⁶¹ Discurso de Uribe no XXXII Congreso de Fedepalma realizado em 2004, na capital do departamento de Magdalena. Disponível em: http://historico.presidencia.gov.co/prensa_new/discursos/fedepalma.htm. Acesso em: 28 dez. 2019.

programa de guardas florestais e o apoio financeiro à implantação de cultivos de ciclo longo, leia-se, dendê. As iniciativas foram conduzidas pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), e contaram com o apoio do Banco Mundial (CASTRO; ALCOJOR; VILLADIEGO, 2018). Abordarei rapidamente o último ponto, pois tem relação direta com a pesquisa.

Para a efetivação dos projetos produtivos de “substituição de cultivos ilícitos”, a USAID criou inicialmente o Projeto de Cooperação em Agronegócios com Colômbia (CAPP, na sigla em inglês), posteriormente sucedido pelo Programa Midas – *Más Inversión para el Desarrollo Alternativo*, que previa um aporte de 38 milhões de dólares em cinco anos. De acordo com o jornal El Espectador, de um total de 66.315 hectares de terras cultivadas com coca e papoula em 1999, 53% haviam sido convertidos em monocultivos de dendezeiros, 27% em plantios de cacau e 16% em fruticultura¹⁶².

Figura 5- Cultivos apoiados pelo MIDAS/USAID por departamento

¹⁶² El Espectador. *Usaid apoió la palma de aceite en las comunidades negras*. Disponível em: <http://www.actualidadetnica.com/actualidad/desarrollo/1125-la-palma-aceitera-intereses-y-consecuencias-en-territorios-afrocolombianos.html>. Acesso em: 03 jan.2019.



Fonte: MEZA, 2011.

Os tais “corredores econômicos produtivos” do Programa Midas/USAID, delineados na ilustração acima, evidenciam a prioridade agrônômica conferida à instalação de monocultivos de dendezeiros na maioria dos departamentos apoiados pelo programa, em especial Chocó e Antioquia (MEZA, 2011). Investigações realizadas por organizações independentes como a Comissão Intereclesial para Justiça e Paz e reveladas pelo jornal *The Nation* apontaram o apoio financeiro dos recursos do Plano Colômbia para financiar empresas envolvidas com o narcotráfico, com o paramilitarismo e com o despejo sistemático de comunidades negras pertencentes a Conselhos Comunitários do Baixo Atrato¹⁶³. Uma das empresas contempladas foi a Urapalma, condenada pela justiça de Medellín no escândalo envolvendo empresários do dendê no Baixo Atrato. Questionada, a Usaid alegou, sem sucesso, que os projetos estavam em conformidade com as regras do programa.

Outra organização-chave na questão do financiamento da *plantation* do dendê no país foi o Banco Mundial (BIRD). O agente financeiro concedeu duas operações de crédito para apoiar a implantação do Projeto Apoio a Alianças Produtivas Estratégicas (fase I e fase II), em

¹⁶³ Ver a matéria publicada em: <https://www.thenation.com/article/archive/dark-side-plan-colombia/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

consonância com o “modelo malaio” de “agricultura por contrato”. Na primeira etapa ocorrida em 2002 foi negociada uma operação de crédito no valor de 22 milhões de dólares; na segunda, sucedida em 2007, o valor solicitado correspondeu a 43 milhões de dólares, conforme documentado no Conpes 3.467, de 2007¹⁶⁴.

Coetaneamente à institucionalização de políticas governamentais em favor da dendeicultura no Brasil durante os mandatos de Lula da Silva, na Colômbia foi erigida uma série de leis, decretos, programas e projetos na mesma linha, associando-os a medidas de mitigação às mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global. Destacam-se a criação da Política Nacional de Biocombustíveis, a definição de marcos legais visando a concessão de incentivos fiscais e financiamentos a empresas¹⁶⁵, a revisão da legislação agrária e laboral e a concepção de instrumentos financeiros para remunerar o pagamento por “serviços ambientais”.

Dentre os territórios classificados como estratégicos para alavancar a dendeicultura e outros monocultivos em larga escala se destaca a Orinoquia, formada pelos departamentos de Meta, Vichada, Guainía, Guaviare, Arauca e Casanare, situada às proximidades da fronteira física com a Venezuela. Ali está localizada a chamada *Atillanura*, uma extensa área de aproximadamente 7 milhões de hectares, que compreende os municípios de Puerto López, Puerto Gaitán e Mapiripán no departamento de Meta; e Santa Rosalia, La Primavera, Cumaribo e Puerto Carreño, no departamento de Vichada (ARIAS, 2017). É comparada ao cerrado brasileiro pelos estrategistas dos agronegócios, por conta das características da vegetação, da distribuição regular das chuvas, dos solos planos e das potencialidades de conversão do uso da terra à agricultura tecnificada, em larga escala.

Palco de um conjunto de estudos, programas e projetos governamentais, conjugados a estratégias corporativas nacionais e transnacionais, os povos indígenas e camponeses da Atillanura tem experimentado pressões de toda ordem em face de seus modos de existência. Os reflexos concretos dessa ofensiva público-privada se traduzem no mapeamento detalhado dos recursos naturais, na implantação de projetos de venda de créditos de carbono, na concentração da propriedade da terra – na maior parte das vezes apropriadas mediante o

¹⁶⁴ Cf. Conpes 3.467, de 30 de abril de 2007. Consejo Nacional de Política Económica e Social. Departamento Nacional de Planeación. Disponível em: <https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Conpes/Conpes%203467%20de%202007.pdf>. Acesso em 17 jan. 2019.

¹⁶⁵ O mais proeminente deles foi o Programa Agro Ingreso Seguro, que visava aportar recursos públicos para apoiar megaempreendimentos agroindustriais. Palco de inúmeras irregularidades na concessão dos projetos, o programa foi alvo de denúncias que culminaram na prisão do ex-Ministro da Agricultura, Andrés Felipe Arias. A esse respeito recomenda-se ver a matéria publicada no periódico *Las 2 Orillas*. Disponível em: <https://www.las2orillas.co/los-favores-a-empresarios-financiadores-de-uribe-por-los-que-pago-andres-felipe-arias/>.

cometimento de ilícitos fundiários -, no cercamento de territórios tradicionais, na concatenação de “corredores logísticos” e na violência paramilitar (DÍAZ MORENO, 2016a; ARIAS, 2017).

Os triunfalismos frequentemente empregados para justificar a exploração de novas áreas reeditam a política da verdade representada pelo relatório de Ferrand, porém com maior grau de sofisticação: “colonização sem machado”, “eficiência econômica”, “criação de polos de desenvolvimento”, zoneamento agroecológico, produção de *commodities* em escala empresarial, atração de investimentos internacionais de grande porte, incentivo aos agrocombustíveis, fortalecimento da *economia verde* e combate às mudanças climáticas, “vazio demográfico”, “dinamização” e “renascimento” de uma região “economicamente estagnada” (DÍAZ MORENO, 2016a, 2016b). Todos esses dispositivos, representações e práticas foram cimentados discursivamente pelo conhecimento especializado.

A nível da tecnocracia estatal, a produção dessas verdades é delegada aos planejadores oficiais do *Departamento Nacional de Planeación* (DNP), da Unidad de Planificación Rural Agropecuaria (UPRA), da *Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria* (Agrosavia) e do *Consejo Nacional de Política Económica y Social* (Conpes). Daí decorrem diferentes tipos de necrosaberes metamorfoseados em situações concretas de exposição à morte, sob a forma de *necroses* sociais. Contudo, a trama de necrosaberes não se restringe à esfera pública, porquanto também abrange ONG’s ambientais como a TNC, o WWF, a Conservação Internacional e o Instituto Alexander von Humboldt; *think tanks* como o Centro de Investigación Económico y Social (Fedesarrollo), o *Solidaridad* e o *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz* (Indepaz); institutos de pesquisa como o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), a Cenipalma e a Embrapa.

A flexibilização da apropriação de *baldíos*, terras públicas pertencentes ao Estado, tem sido acompanhada de várias urdiduras objetivando subverter o instituto das terras tradicionalmente ocupadas, especialmente das comunidades negras, cujo direito constitucional é assegurado pela Ley 70, de 1993. Caracterizados legalmente como inalienáveis, inembargáveis e imprescritíveis, administrados por autoridades étnicas, as territorialidades específicas localizadas majoritariamente na costa do Pacífico se tornaram alvo constante das agroestratégias empresariais e das políticas desenvolvimentistas. Molano Bravo¹⁶⁶ (2017, p. 213) evidencia a lógica colonial intrínseca à ostensividade desses ataques:

La Ley 70 tiene muchos enemigos y contradictores tanto entre empresarios como entre campesinos. Los primeros porque consideran que tienen el derecho irrenunciable a enriquecerse a costa de los recursos naturales de los territorios “baldíos” según ellos,

¹⁶⁶ Molano Bravo, A. De río en río: vistazo a los territorios negros. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017.

tal como ha sido la costumbre desde la Conquista, y los segundos porque alegan que la colonización es un derecho de todos los colombianos.

Por conta da expertise tecnocientífica e de interesses motivadamente geopolíticos, outra linha de atuação consistiu em liderar regionalmente o tema dos agrocombustíveis. Uma das principais iniciativas consistiu na adesão ao *Plan Puebla Panamá*, posteriormente sucedido pelo Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica (PM), integrado por dez países: Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Neste fórum, o governo colombiano coordena a Comissão Mesoamericana de Biocombustíveis, sob assessoramento da Corpoica (atual Agrosavia) Alonso-Fradejas, Caal Hub e Chichilla Miranda (2011) destacam, por exemplo, a implantação de vários megaprojetos agroindustriais, no bojo da “*Estrategia Energética Sustentable Centroamericana 2020*”. O espraiamento da *plantation* do dendê colombiano pela América Central gerou repercussões na Guatemala, onde várias companhias ali se instalaram¹⁶⁷; em Honduras e El Salvador, onde foram implantadas unidades de processamento (MEDINA PÉREZ, 2009).

4.6.4. Zoneamentos agroecológicos e novos mecanismos de apropriação da terra

Nas gestões do Presidente Juan Manuel Santos, ex-Ministro da Defesa de Uribe, os mecanismos de apropriação da terra e dos territórios ganharam novos contornos no âmbito institucional, mediante a combinação de diferentes estratégias. Por um lado, o arrefecimento do discurso belicista coincidiu com ações concretas de pacificação, conjugadas com a adoção de medidas amplamente reivindicada por organismos internacionais e líderes sociais vítimas de deslocamentos forçados, a exemplo da Lei de Restituição de Terras sancionada em 2011¹⁶⁸. De outro, buscou renovar a coalizão de interesses público-privada, por meio da institucionalização de normas visando facilitar a transnacionalização da terra em conformidade com os imperativos da governamentalidade neoliberal, combinada com megaprojetos adstritos a “corredores logísticos”, notadamente nas áreas consideradas de “expansão” da “fronteira agrícola”, como a Altillanura.

Um dos mais relevantes dispositivos consistiu na aprovação da Lei Zidres (nº 1.776/2016). A legislação visa implantar *Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural*

¹⁶⁷ Ver a série de reportagens produzidas pela Avispa Mídia, Guatemala, acerca dos graves efeitos causados pela *plantation* do dendê naquele país. Disponível em: <https://avispa.org/palma-de-aceite-y-la-transfiguracion-del-norte-de-guatemala/>. Acesso em: 21 set.2020.

Econômico e Social em áreas rurais zoneadas agronomicamente pelo governo. Dentre os principais pontos introduzidos estão o que permite a ampliação do limite de terras a serem acumuladas por grupos empresariais; a possibilidade de regularização fundiária de terras irregularmente acumuladas por empresas do agronegócio, consoante justificativa da existência de “projetos produtivos” em andamento; a preferencialidade da destinação de terras *baldias* para formação das ZIDRES, em detrimento da criação de Zonas de Reserva Campesinas (ZRC) previstas na Lei nº 160/94 e de outros usos comuns referidos a terras tradicionalmente ocupadas.

Outra questão diz respeito ao uso das excepcionalidades previstas no âmbito das negociações do processo de paz com as FARC-EP, prevalecendo-se do mecanismo *fast track* para acelerar a edição de leis e decretos alinhados com as estratégias empresariais do agronegócio, da mineração e de outros grupos de interesse. Autores como Arias (2017) descortinam esses procedimentos evidenciando a gravidade das mudanças introduzidas e os riscos de agravamento dos conflitos sociais e da devastação ambiental. As críticas também são evocadas por líderes de Consejos Comunitários de comunidades negras, organizações indígenas e entidades representativas de pequenos agricultores.

A despeito dos direitos formalmente consignados na Lei de Restituição de Terras, no tocante à pertinência da devolução das terras usurpadas violentamente de grupos sociais submetidos a deslocamentos compulsórios, os resultados obtidos revelam um grave descompasso entre a norma e o direito material, uma vez que a efetividade da medida ainda é baixíssima em relação ao passivo social acumulado por décadas de conflito armado. Grêmios empresariais envolvidos na disputa pela posse e uso da terra operam jurídica e politicamente com o objetivo de neutralizar o cumprimento da lei e criar fatos consumados. Em Antioquia, a Coordenadora Regional da Unidad de Restitución de Tierras (URT) de Urabá é uma ex-funcionária da Fedepalma¹⁶⁹.

Voltando ao tema do zoneamento, com a instituição da Lei Zidres e a reconfiguração administrativa do governo face às tratativas referentes ao acordo de paz, novas agências foram instituídas para conduzir os projetos produtivos e os estudos técnicos para viabilizar sua implementação. Dentre estas se destaca a *Unidad de Planificación Rural Agropecuaria* (UPRA), vinculada ao Ministério da Agricultura, criada em 2011 com o propósito de gerir os conhecimentos agrônômicos, climáticos e geográficos correspondentes aos agronegócios colombianos. Basicamente atua em três áreas: planificação rural, ordenamento territorial e

¹⁶⁹ Cf. a matéria publicada por Verdad Abierta. Disponível em: https://verdadabierta.com/abogada-opositores-ahora-dirige-oficina-restitucion-uraba/?_sft_zona=antioquia. Acesso em: 18 jan.2019.

mercado de terras, uso e adequação de solos e gestão territorial, oferecendo subsídios para os processos de tomada de decisão.

O corpo técnico pertencente à UPRA é heterogêneo e expressa as várias nuances da divisão do trabalho intelectual. De acordo com um de seus diretores,

[...] somos alrededor de 200 personas trabajando en básicamente esos temas, que son 4, y tenemos también funciones en seguimiento y evaluación de la política pública, en estas mismas materias entonces para resumirles los temas que maneja la UPRA son: uso eficiente del suelo, el riego, y en la otra dirección están los otros dos temas que son ordenamiento de la propiedad y el cuarto tema mercado de tierras, o sea, como se compran y se venden las tierras rurales. Y los niveles de expertividad que tenemos en nuestro equipo profesional van desde doctorados, magister, profesionales y recién egresados, aquí nos gusta generar siempre esa diversidad de niveles porque hay personas con mucha experiencia, pero la gente joven tiene otras habilidades entonces nos gusta juntar esos dos mundos la experiencia y ese espíritu de la juventud, y hemos construido pues, los instrumentos que hoy hacen parte del sector agropecuario. [...] nosotros manejamos desde la parte agronómica, o sea, ingenieros agrónomos, hay ingenieros agrícolas, hay ingenieros ambientales, tenemos economistas, jurídicos, biólogos. También en la parte ambiental: tenemos ingenieros catastrales para manejar todos los temas de tierra tenemos expertos en geomática (...) bueno toda esa parte para generar nuestros modelos son más o menos las carreras, pero aquí tenemos un abanico muy amplio, hay ingenieros forestales, tratamos de tener un equipo muy diverso eso enriquece los puntos de vista al momento de hacer una planificación. Del tema social aquí también hay sociólogos, antropólogos, que miran también esa dinámica humana que hace parte del tema agropecuario entonces tratamos de cubrir con esas profesiones los tres frentes el económico, social, y ambiental, que estén como representados allí para que enriquezcan la planeación. (informação verbal¹⁷⁰).

Os fundamentos norteadores da ação tecnocrática da referida agência reproduzem a abordagem evolucionista, pois invocam o uso eficiente dos solos, consoante a elaboração de zoneamentos agroecológicos convergentes com as “vocações naturais”, com atividades econômicas estratégicas em termos de integração ao mercado e com saberes e técnicas cientificamente consolidados. Tem-se uma circularidade discursiva hermética, um encapsulamento pouco permeável a quaisquer outros modos de conhecimento e saberes específicos.

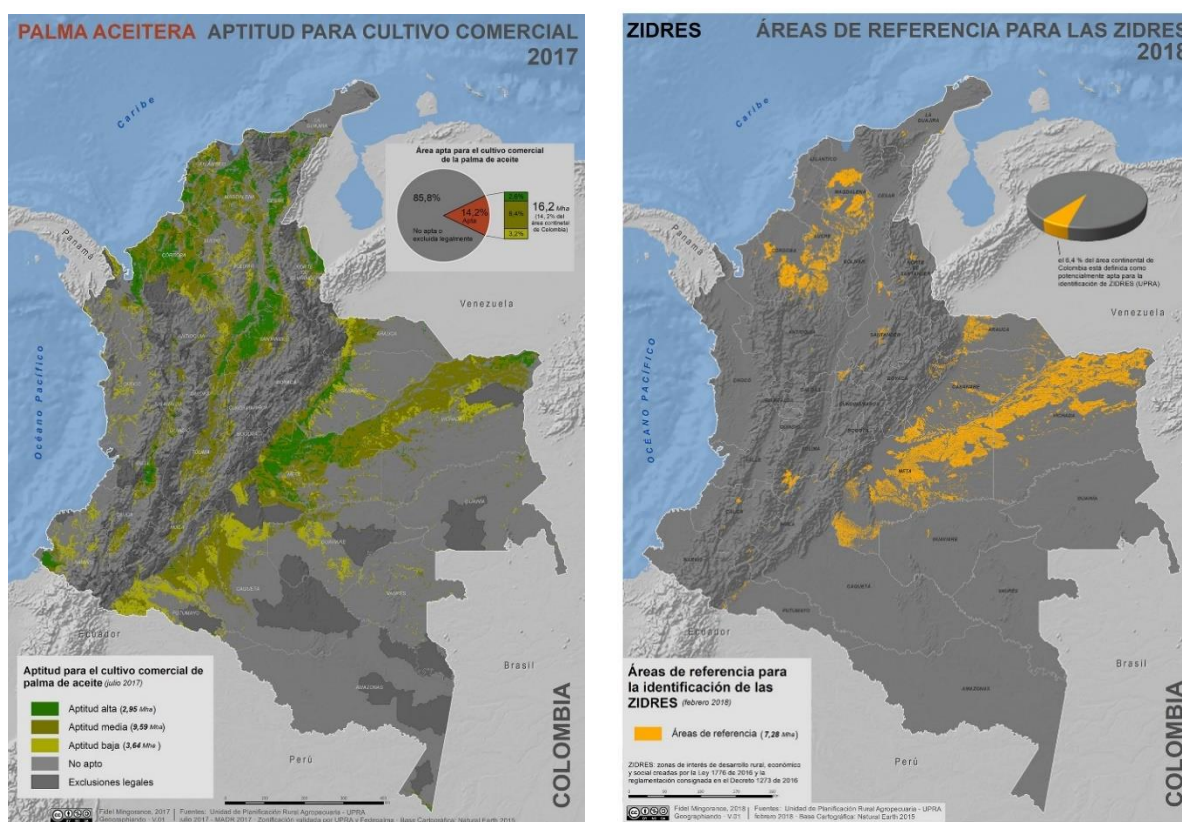
Em conformidade a esse viés nitidamente etnocêntrico, em 2017 a organização anunciou os resultados do zoneamento agroecológico do dendê, na escala 1:100.000, construído em parceria com a Fedepalma e a Cenipalma. Os resultados representados na projeção cartográfica disponibilizada ao público sugerem a existência de 16,2 milhões de hectares “aptos” à dendeicultura. Destes, 18,2% são classificados como de “alta aptidão”; 59,05% de “média aptidão” e 22,4% de “baixa aptidão”. Entretanto, segundo explicação do entrevistado esse quantitativo pode ser ainda maior, caso se leve em conta outros critérios metodológicos, por sua vez não esclarecidos.

¹⁷⁰ Entrevista concedida em abril de 2019, na sede da organização, em Bogotá-DC.

hay alrededor de 24 millones de hectáreas que son aptas para el cultivo de palma, que usted las puede desarrollar sin deforestar ósea el potencial es altísimo en diferentes grados, alto, media y baja, pero entonces el potencial está allí pero mientras el precio internacional no reaccione y no valore ese componente pues la política de no fomentar la palma (informação verbal¹⁷¹).

Pesquisadores do Human Rights Everywhere (HRV) atuantes na Colômbia compararam o zoneamento agroecológico elaborado pela UPRA com a proposta de delimitação de ZIDRES planificada pelo DNP e CONPES. Os resultados desse cotejamento podem ser observados na figura 6. e 7.

Figura 6 - Aptidão para cultivo comercial de dendê, UPRA, 2018; Figura 7- Áreas de referência para a implantação de ZIDRES, CONPES/DNP, UPRA, 2018.



Fonte: Mingorance, 2017.

As representações cartográficas revelam uma acentuada imbricação entre as áreas aptas ao cultivo de dendzeiros e a proposta de criação das ZIDRES. Em termos numéricos essa sobreposição corresponde a 75,5% da área alcançada pela Lei 1.776/2016. Em outras palavras, é possível inferir uma conexão incontornável entre zonas destinadas a ampliação da “fronteira agrícola” e os interesses econômicos de espraiamento do agronegócio do dendê para novos espaços ainda não incorporados à lógica mercantil. Nesse sentido, as lutas pelas classificações e os antagonismos concernentes ao controle do uso da terra – processos de restituição jurídica

¹⁷¹ Id.

de áreas objeto de deslocamento forçado *versus* edição de comandos normativos nomeados “flexibilizantes” e solidários à transnacionalização fundiária – implicam em relações sociais e políticas friccionadas, que colocam em lados diametralmente opostos os articuladores da governamentalidade bioeconômica da *plantation* do dendê e os agentes sociais atingidos por efeitos deletérios a seus modos de existência.

Os mapas refletem relações, e nesse caso, a política da verdade do dendê organiza seus fundamentos canalizados à reconfiguração territorial e econômica dos espaços rurais se valendo das práticas discursivas do zoneamento. O regime veridicional da grande plantação do dendê reúne uma série de argumentos para sustentar sua legitimação: eficiência, racionalização, tecnificação, modernização, integração ao mercado, pacificação. Estes, no entanto, afunilam para uma questão central: a racialização dos que não se encaixarem nos critérios atribuídos pelos evolucionismos, biologismos e geografismos. Em suma, o saber se transmuta em necrosaber, regido pelo princípio da eliminação dos “ineficientes” que teimam em se guiar por outros referentes.

Nos últimos quinze anos uma inflexão significativa vem moldando gradualmente as práticas discursivas e os eixos norteadores da economia política contemporânea: a emergência da bioeconomia como constructo social híbrido, ao mesmo tempo substituto e solidário ao que se convencionou chamar de “desenvolvimento sustentável”. Esse processo de subjetivação e *governamentalização*¹⁷² neoliberal mobiliza um amplo espectro de agentes, cuja composição aglutina organizações multilaterais, empresas transnacionais, governos locais, organizações ambientalistas e movimentos sociais.

No presente capítulo se busca discutir a estrutura de “atitudes e referências” e os sistemas de representação que ensejam a institucionalização da bioeconomia enquanto *regime de verdade*, identificando as relações de poder associadas a tal fenômeno, a contrapelo das narrativas triunfalistas a respeito do tema, como as descritas em seguida:

“O objetivo da bioeconomia é quebrar o vínculo entre crescimento econômico e os danos ambientais”¹⁷³ (Analista de Políticas da Diretoria para Ciência, Tecnologia e Indústria da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE).

“A OCDE estima que, até 2030, a contribuição global da biotecnologia será de US\$ 1 trilhão/ano, distribuído entre os setores de saúde (US\$ 260 bilhões/ano), produção primária (US\$ 380 bilhões/ano) e industrial (US\$ 420 bilhões/ano). Além disso, esse mesmo estudo estima que 80% dos produtos farmacêuticos até 2030 passarão a ser desenvolvidos com o uso de biotecnologia¹⁷⁴” (DIAS; DE CARVALHO, 2017, p. 9).

“A agricultura tem um enorme potencial para mitigar a mudança climática a partir da geração de negócios sustentáveis no marco da bioeconomia, tarefa em que a América Latina pode fazer contribuições substanciais¹⁷⁵” (Título de matéria publicada no site da organização em 26.04.2018).

“Para FAO, bioeconomia pode alimentar o mundo e salvar o planeta” (título de matéria publicada no site da organização em 26/04/2018)

“A bioeconomia é um exemplo da falta de visão estratégica do Brasil. Bioeconomia pode ser descrita como a área da economia que abrange a produção sustentável de recursos renováveis e sua conversão em alimento, fibras, ração animal, químicos,

¹⁷² Foucault (2008a, p. 143-44; 2008b, p. 258; grifos do autor) designa a governamentalidade como o “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Também se refere a [...] a linha de força que em todo o Ocidente consumou a primazia do tipo de poder chamado ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por outro lado, o desenvolvimento de toda um conjunto de saberes. Por fim, representa ainda o processo pelo qual o Estado de justiça, transformado posteriormente em Estado administrativo viu-se gradualmente ‘governamentalizado’ [...] O próprio termo ‘poder’ não faz mais que designar um campo de relações que tem que ser examinado por completo, o que tenho sugerido chamar de governamentalidade, quer dizer, a maneira como se conduz a conduta dos homens não é mais que uma proposta de grade de análise para estas relações de poder.

¹⁷³ Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/entrevistas/james-philip/a-bioeconomia-serve-para-desvincular-crescimento-economico-de-danos-ambientais-defende-diretor-da-ocde/>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

¹⁷⁴ DIAS, R.F.; DE CARVALHO, C. A. A. Bioeconomia no Brasil e no Mundo: Panorama Atual e Perspectivas. Rev. Virtual Quim., 2017, 9 (1), no prelo. Disponível em: <<http://rvq.sbq.org.br/imagebank/pdf/rodneinoprelo.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://www.iica.int/pt/content/o-diretor-geral-do-iica-destacou-o-potencial-da-bioeconomia-para-mitigar-os-efeitos-das>>. Acesso em 01. ago. 2019.

materiais e bioenergia, por meio de tecnologias eficientes e inovadoras, provendo benefícios econômicos, sociais e ambientais. Por conta das mudanças climáticas, tem sido vista como uma oportunidade de novos negócios e geração de emprego”. (Artigo de pesquisadora da Coppe/UFRJ, publicado no Jornal O Globo, em 29.05.2018).

“Ministério da Agricultura lançará no Rio de Janeiro o programa Bioeconomia Brasil [...] O objetivo do programa é promover o uso sustentável de recursos naturais e ampliar a participação da agricultura familiar, de pequenos e médios agricultores, de povos e comunidades tradicionais, no conceito da economia ecológica”. (Matéria publicada no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 17.05.2019).

Said (2011, p. 109) argumenta que “vivemos um mundo não só de mercadorias, mas de representações – sua produção, circulação, história e interpretação - constituem o próprio elemento da cultura”, conformando uma *economia política das representações* e da *verdade*. Para além da esfera discursiva, o *arquétipo* bioeconômico atravessa outros domínios sociais, produzindo ajustamentos das condutas, das subjetividades e das políticas estatais e empresariais, consoante uma fina conjugação entre saber e poder. No entanto, como o próprio Foucault (1988) assinalara no primeiro volume de *História da sexualidade*, “onde há poder, há resistência”, e estes irrompem na medida em que os modos de ser e existir são expostos à precariedade¹⁷⁶ e a situações de morte¹⁷⁷ (BUTLER, 2017; MBEMBE, 2018).

A realidade empiricamente observável se refere ao contexto de adaptação da economia política do *agrobusiness* do dendê brasileiro e colombiano aos preceitos da bioeconomia, cujas implicações afetam não apenas o léxico empresarial, estatal e acadêmico, mas produzem efeitos de poder na realidade social onde estão inseridos povos e comunidades tradicionais e camponeses. O *locus* da pesquisa abrange os territórios de Urabá e Bajo Atrato, nos departamentos de Antioquia e Chocó, na Colômbia; o Nordeste Paraense e o Baixo Tocantins, no estado do Pará, Brasil.

A despeito de ser considerado um tema relativamente novo nos dois países analisados, é possível identificar os múltiplos efeitos engendrados pela bioeconomia, principalmente quando se examinam conjuntamente três esferas: a da produção de saber; a pública, no que tange a institucionalização de políticas voltadas ao fomento de atividades classificadas como bioeconômicas; e a empresarial, quanto à implantação de empreendimentos econômicos retórica e comunicativamente alinhados ao novo modelo vigente.

¹⁷⁶De acordo com Butler (2017, p. 40), a precariedade designa uma condição imposta politicamente por meio da qual certos grupos da população sofrem a quebra de suas redes sociais e econômicas de apoio muito mais do que outros, e consequentemente estão mais expostos aos danos, à violência e à morte.

¹⁷⁷ O autor cunhou o conceito de *necropolítica* para se referir às formas contemporâneas de “subjugação da vida ao poder da morte”, por meio da exposição em escala crescente de corpos racializados e considerados como descartáveis”, alvos preferenciais da eliminação dos indesejáveis pretendida pelo sistema capitalista, reconfigurando profundamente as relações entre sacrifício, resistência e terror (MBEMBE, 2016, p. 146).

Neste sentido, está em curso a instauração de uma *governamentalidade bieconômica*, ancorada em mecanismos de subjetivação e condução das condutas, consoante relações de poder imbricadas em um jogo de natureza política, governamental e econômico que busca promover a capitalização da vida, de maneira intrinsecamente expansiva e ilimitada, sob as predições da razão neoliberal, por meio da unificação dos campos de saber da biologia e da economia (COOPER, 2008), cujo marcos diferem da separação epistemológica evidenciada por Foucault (2000).

De modo geral, as predições dos estrategistas da bioeconomia apregoam a transição para um “Admirável Mundo Novo”, como corolário de uma dupla revolução das ciências da vida e do desenvolvimento econômico, sustentada pelos saberes e conhecimentos da tecnociência, tecnologia e inovação, associados aos interesses de corporações do mercado. A esse respeito, dois aspectos despertam atenção. O primeiro deles consiste na essencialização do prefixo *bio*¹⁷⁸ como código linguístico para designar a multiplicidade de campos que compõem a nova economia política da vida. Daí emergem conceitos e noções operacionais¹⁷⁹ como biotecnologia, bioinformática, biomedicina, bioética, biociência, biovalor, biocapital, bionegócios, bioindústria, biocombustíveis, biorrefinarias, biocosméticos, biojoias, e essa lista está em aumento classificando os bioprocessos. Os conceitos são oficializados pelos países como divulgam os governos dos Estados Unidos, do Canadá, da França e do Brasil (PARIZI; RONZON, 2016). O segundo aspecto tem a ver com a conjugação de uma gama de regularidades discursivas, tais como economia circular, economia verde, economia do conhecimento, descarbonização, capital natural, capital humano, capitalismo cognitivo, governança, competitividade, desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, desenvolvimento, modernização, “cadeia de valor”, cadeias produtivas, eficiência e racionalidade, os quais são amalgamados na bioeconomia, com ênfase na quantificação de negócios, metas de crescimento e produtos potenciais.

Com efeito, infere-se que a ressignificação da bioeconomia enquanto nova etapa de acumulação e subjetivação erigidas pela razão neoliberal é o desfecho de uma estratégia do *mainstream* econômico em impingir um *upgrade* no léxico da economia política, nos moldes

¹⁷⁸ Em sua genealogia da economia, Agamben (2011) retoma a distinção aristotélica entre *zoé* (vida doméstica exercida no âmbito do *oikos*) e *bíos* (vida politicamente qualificada exercida na esfera da *pólis*).

¹⁷⁹ O imbróglgio desses conceitos e noções é atribuição de organismos internacionais como a ONU, Comissão Europeia, OCDE, e é conduzida para Fóruns, Convenções Internacionais. O que se observa na adoção do conceito de “Biotecnologia, [que] significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para uma utilização específica”, cuja definição foi objeto de consenso na Convenção sobre Diversidade Biológica, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1992, p. 3).

da “destruição criadora” shumpeteriana, por meio da substituição das práticas discursivas do “desenvolvimento sustentável” extensamente empregadas nos últimos trinta anos. Com efeito, na medida em que a vida útil da retórica da sustentabilidade vai se esvaindo ao ponto de ir saindo de cena discretamente, a bioeconomia é ativada como novo paradigma, ancorado na articulação triunfalista entre processos de produção da vida e economia, a primeira subsumida à segunda, sob a lógica da *ilimitação*.

O surgimento do termo remonta a meados dos anos 1970, quando fora cunhado pelo economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen, considerado a principal referência da escola teórica conhecida como *economia ecológica*. Originalmente estava associado à eficiência em utilizar adequadamente as várias fontes de energia e os recursos naturais terrestres sem gerar o aumento da entropia, evitando colocar sob risco a própria existência humana. Portanto, esta forma de uso, manejo e controle energético seria fundamental para garantir o equilíbrio termodinâmico necessário à reprodução da vida em condições ecologicamente estáveis.

No entanto, nos últimos quinze anos a abordagem do tema mudou radicalmente, a partir de sua incorporação na agenda político-econômica de organizações multilaterais, sob protagonismo institucional da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de agências das Nações Unidas, e em nível acadêmico, por pesquisadores norte-americanos da Universidade de Harvard. Em nível latino-americano e caribenho, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) lideram tais iniciativas.

A despeito de não haver aprofundado o tema, no curso Segurança, Território, População, Foucault (2008a, p. 101) fez uma breve alusão à bioeconomia quando se referiu ao pensamento malthusiano e sua forma particular de análise do fenômeno coletivo *população*, contestada posteriormente por Marx. O fez descrevendo a mudança ocorrida após a *análise das riquezas* deixar de focar apenas na medição das oscilações da moeda e nos fluxos de comércio exterior, e passar a mirar no sujeito-objeto *população* (demografia, papel exercido por produtores e consumidores, nas questões relativas ao trabalho e à acumulação de capital). Para o autor, esta inflexão possibilitou o nascimento da *economia política* como novo domínio de saber. Ele reabilita a afirmativa de Quesnay, segunda a qual “o verdadeiro governo econômico era o governo que se ocupava da população”.

O autor apreende a interrelação histórica entre economia política e população na oposição teórica entre Malthus e Marx. A diferença substancial entre dois estaria nos sentidos atribuídos a este fenômeno coletivo. Enquanto para o primeiro “o problema da população foi pensado essencialmente como um problema de bioeconomia”, o segundo, abandonara essa

perspectiva bioeconômica, substituindo-a por uma abordagem “histórico-política de classe, de enfrentamento de classes e de luta de classes”. Aí se produziu a fratura no pensamento econômico.

A esse respeito, Archela (2013, p. 108), sugere que a menção foucaultiana parece indicar uma tentativa de “explicar as obras dos economistas políticos que enfatizaram a análise das relações problemáticas entre a economia e a biologia da população. Ela poderia ser assumida, portanto, como o elemento que efetivou a reflexão, racionalização e a inauguração da prática da biopolítica a partir dos economistas”. Acresce a autora que “a prática da biopolítica é fundada na racionalidade bioeconômica” (id.).

Do ponto de vista da filosofia aristotélica, a bioeconomia implica numa conjugação entre *oikos* e *bios*, entre a administração doméstica e a ação pública na *polis*, ou seja, entre vida nua e vida politicamente qualificada (AGAMBEN, 2010).

Mbembe (2017) recorre a Fanon para salientar a ligação de uma *bioeconomia* aos racismos vulgar (sustentado por fatores biológicos e psicológicos) e cultural (ataques aos modos de existência, de natureza etnocida). Para Fanon¹⁸⁰, “o *racismo vulgar*, primitivo, simplista pretendia encontrar no biológico a base material de sua doutrina”. Por seu turno, o *racismo cultural*, aparentemente mais refinado, se baseia na destruição dos valores culturais e nas modalidades de existência do Outro, motivados por relações econômicas dominantes.

O mesmo autor (2018, p. 75) retoma as análises de Foucault em *As Palavras e as Coisas*, concernentes aos domínios de saber, e conclui que a raça também participava de uma *bioeconomia*.

Na raça vinham se reconciliar massas, classes e populações, isto é, os três legados da história natural, da biologia e da economia política.

O trabalho e a produção de riquezas eram inseparáveis dos problemas específicos da vida e da população, da regulação dos movimentos e deslocamentos, em suma, dos processos de circulação e de captura. E os processos de circulação e de captura representavam uma dimensão crucial tanto das tecnologias de segurança quanto dos mecanismos de inscrição das pessoas nos sistemas jurídico-legislativos diferenciados. [...] Ao longo de grande parte da história moderna, raça e classe mantiveram laços de coconstituição. O sistema de *plantation* e a colônia foram, em relação a isso, fábricas por excelência da raça e do racismo (MBEMBE, 2018, p. 76).

Desta forma, a bioeconomia emergiu como um dispositivo atrelado ao nascimento da biopolítica, conferindo-lhe a substância necessária para esquadrihar a população de maneira multifacetada, com o objetivo de racionalizar, controlar, regular e gerir os processos da vida. Diferentemente da abordagem malthusiana referida ao modo alarmista de estabelecer a relação antinômica entre meios de subsistência e crescimento demográfico da população, consoante

¹⁸⁰ Frantz Fanon. Racismo e Cultura. *Em Defesa da Revolução Africana*. trad. Isabel Pascoal. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

observado por Foucault, a bioeconomia sublinhada por Mbembe com base em Fanon se estrutura a partir da raça e do racismo. É com base nessa grade analítica, distinta das abordagens convencionais, que analiso a constituição de necrosaberes e sua transmutação no regime de verdade da governamentalidade bioeconômica da dendeicultura.

A princípio, é possível identificar dois grandes campos de formulação, interpretação e discussão a respeito da bioeconomia. O primeiro deles corresponde ao *político-institucional*, representado pelas agências multilaterais, governos nacionais e grupos econômicos dos mercados agrícolas, biotecnológicos e farmacêuticos. O segundo é o campo científico, constituído por uma gama de vertentes específicas que tentam analisar as transformações da economia política da vida, sob diferentes enfoques.

Quanto ao campo *político-institucional*, se destacam as formulações elaboradas pela OCDE e pelo IICA, duas importantes organizações disseminadoras de práticas e estratégias bioeconômicas nos âmbitos global e regional, respectivamente. De acordo com a OCDE (2006), a bioeconomia pode ser definida como “a totalidade das operações econômicas de uma sociedade que utilizam o valor latente de produtos e processos biológicos para criar um novo crescimento e bem-estar para cidadãos e nações”. Na visão do IICA (2018, p. 57), a bioeconomia é compreendida como “o conjunto de setores que usam recursos, processos e/ou inteligência biológica para a produção de bens e serviços”. De certo modo, parecido com os fundamentos propugnados pelos defensores da noção de capital humano, uma vez que do mesmo modo se observa a pretensão totalizante de estender a racionalidade econômica para todas as esferas da vida social, por meio da imbricação entre biologia e economia.

Por outro lado, no campo científico, consoante já assinalado, existe uma variedade de abordagens. No entanto, por não ser possível aprofundá-las adequadamente neste espaço, serão evidenciadas três vertentes principais. A primeira delas é proposta pelo sociólogo britânico Nikolas Rose, que juntamente com Paul Rabinow, tem se dedicado a estudar as mudanças no âmbito das ciências da vida. Para o autor, a vida em si tem sido objeto de transformações que a tornaram compatível com um conjunto de relações econômicas forjadas pela articulação entre empresas biotecnológicas e farmacêuticas, ciência, tecnologia e inovação. Com efeito, o controle, manejo, manipulação, delimitação, decomposição e esquadramento dos processos vitais, sucedidos por sua mercantilização entre diferentes espécies, contextos, empresas, e a serviço de inúmeros objetivos diferentes, tornam a biopolítica¹⁸¹ inextricavelmente entrelaçada

¹⁸¹ Trata-se de um conceito polissêmico, no entanto para Foucault (2008b), “o neoliberalismo é o marco geral da biopolítica”, e a inteligibilidade da segunda só pode ser compreendida mediante o descortinamento da razão governamental inerente ao primeiro.

com a bioeconomia (ROSE, 2012, p. 31). Ao mesmo tempo, Rose critica a estratégia publicitária do mercado em invocar as ideias de “novidade”, “inovação”, como apelo para justificar o paradigma bioeconômico.

A segunda vertente, defendida pela socióloga norte-americana Melinda Cooper, sob inspiração do aporte teórico marxista, assinala que o capitalismo neoliberal subsiste de uma visão de desenvolvimento biológico capaz de superar qualquer barreira natural, à semelhança do que Laval e Dardot (2017) designam como *lógica da ilimitação*¹⁸². Cooper evidencia o emergente entrelaçamento de processos biológicos com estratégias capitalistas de acumulação, cujos efeitos resultam em uma nova fonte de produção de mais-valia. A propósito, umas das mais enfáticas proposições de Cooper (2008) consiste nos laços de reciprocidade entre neoliberalismo e bioeconomia, desencadeados a partir dos anos 1970.

A terceira vertente, é representada pelas argumentações suscitadas pelo sociólogo e teórico social alemão Thomas Lemke, estudioso da biopolítica e da governamentalidade. Em sua perspectiva analítica, o foco das políticas de incentivo à bioeconomia, na prática, se traduz na criação e regulação de mercados, e não em uma nova organização fundamental da economia como sugere o próprio termo “bioeconomia”. Essa afirmativa é antitética à narrativa contida nos programas da União Europeia, centrada no fomento a novos produtos e serviços à base de inovações biocientíficas, com o objetivo de assegurar a competitividade dos produtos europeus no mercado internacional e dispor de melhores condições para a proteção do meio ambiente (LEMKE, 2017). Tais argumentos se coadunam com as teses de Marx e Polanyi reativadas por Laval e Dardot (2017), a respeito da importância crucial que um quadro institucional representa para a efetivação da razão neoliberal, consoante as formulações dos ordoliberalis alemães. Para os autores franceses, “construir o mercado é produzir normas¹⁸³”, prática exercida atualmente por uma *expertocracia* – aliança entre poder e saber – fundamentada no direito.

¹⁸² Segundo Laval e Dardot (2017), a *lógica da ilimitação* tende a se impor em todos os âmbitos sociais, de maneira que “todo indivíduo é chamado a se converter em ‘capital humano’; todo elemento da natureza é visto como um recurso produtivo; toda instituição é considerada como um instrumento da produção. A realidade natural e humana se inscreve integralmente na linguagem matemática e da gestão. Aí reside a fonte imaginária do neoliberalismo, convertido em evidência, em necessidade, em suma, na própria realidade. Esta metamorfose do mundo em capital não provém tanto de uma lei “endógena” da economia, tampouco de um destino da metafísica ocidental. É o resultado histórico de uma mutação formidável na forma de governar os seres humanos e as sociedades, fruto de uma transformação institucional cujos poderosos efeitos sociais, subjetivos e ambientais começamos a compreender”.

¹⁸³ Para Laval e Dardot (2017), “o que caracteriza a economia política do neoliberalismo não é a passividade da esfera política, seu caráter mínimo, seu encolhimento, mas ao contrário, se trata da constância de um intervencionismo governamental produtor de uma nova ordem. Este intervencionismo especial deve ser entendido como o que é: um conjunto de políticas condicionadas e condicionantes, dependentes e criadoras de um sistema”. Esta perspectiva difere profundamente da narrativa neoliberal e de seus críticos, os quais consideram a redução/enfraquecimento do Estado como um dos principais traços desta lógica normativa.

A pergunta-chave que se tenta responder no presente artigo é como esta *governamentalidade bioeconômica* vem se erigindo como *regime de verdade*¹⁸⁴ no âmbito da dendeicultura, valendo-se de uma estrutura de atitudes e referências e de sistemas de representação objetivados em políticas institucionais, realinhamentos discursivos e neoliberalização da pesquisa, mediante parcerias firmadas entre empresas e universidades. Simultaneamente, se intenciona apreender seus efeitos nos modos existência dos povos e comunidades tradicionais e camponeses situados no recorte da pesquisa.

A base empírica de que trata este capítulo abrangeu um conjunto de entrevistas e descrições etnográficas realizadas nos últimos dois anos no Brasil e na Colômbia. Em março de 2017, juntamente com as pesquisadoras Rosa Acevedo Marín e Maria Backhouse, foi reconhecido o território conhecido como Alto Acará, situado na confluência dos municípios de Acará e Tomé-Açu, profundamente transformado nos últimos dez anos após a implantação de extensos monocultivos de dendezeiros pertencentes à empresa Biopalma, subsidiária da mineradora Vale S.A.¹⁸⁵. Na Colômbia, comunidades negras, camponeses, assalariados rurais, líderes sociais e pesquisadores¹⁸⁶ enfatizaram os efeitos sociais, ambientais, econômicos e políticos do agronegócio do dendê nas regiões do Bajo Atrato e Urabá, situadas nos departamentos de Chocó e Antioquia, respectivamente, por meio de uma combinação de táticas de governamentalidade e de “estados de dominação. Também foram realizadas entrevistas nas cidades de Medellín e Bogotá com trabalhadores do dendê, agroempresários, membros do governo colombiano, integrantes de arenas corporativas e representantes de agências de cooperação multilateral.

No início de junho estivemos no território quilombola Nova Betel, situado na fronteira dos municípios de Tomé-Açu e Acará, na condição de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), com o propósito de conhecer de perto os danos

¹⁸⁴ Nos contextos liberal e neoliberal, o regime de verdade é erigido como uma série de práticas voltadas à autolimitação da razão governamental, exercidas pelo dispositivo de poder-saber da economia política, visando delimitar o que pode e o que não pode, o que é racional e o que não é. Numa tentativa de elucidar a natureza de seu projeto teórico, Foucault (2008b, p. 27) esclarece que “o objeto de todos esses empreendimentos concernentes a loucura, a doença, a delinquência, a sexualidade e aquilo de que lhes falo agora é mostrar como o par ‘série de práticas/regime de verdade’ forma um dispositivo de saber-poder que marca efetivamente no real o que não existe e submete-o legitimamente a demarcação do verdadeiro e do falso”.

¹⁸⁵ Em meados de setembro de 2020, alegando optar por uma estratégia de desinvestimento e alocação eficiente de recursos em ativos estratégicos, a Vale S.A. vendeu 100% de sua participação na Biopalma para a empresa Brasil Biofuels (BBF). A operação foi autorizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por meio do Ato de Concentração nº 08700.004428/2020-06, constante no processo SEI nº 08700.004428/2020-06.

¹⁸⁶ Estágio doutoral realizado por Elielson Pereira da Silva no Instituto de Estudios Regionales, da Universidad de Antioquia, no período de outubro de 2018 a abril de 2019, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), Edital nº 47/2017.

sinérgicos provocados pela cumulatividade de efeitos de megaempreendimentos econômicos. O povoado Tira Saia, que foi renomeado nos últimos anos como Nova Betel, por influência do neopentecostalismo, vive literalmente cercado e espremido pelo mineroduto e pela linha de transmissão de energia da empresa norueguesa *Norsk Hydro*, pelos monocultivos de dendzeiros da empresa Biopalma e pelo traçado proposto para a Ferrovia Paraense. Essa intrusão incide de maneira coetânea sobre as terras tradicionalmente ocupadas, consoante um entrecruzamento de *topografias da morte*. Semelhante situação ocorre no território quilombola de Jambuaçu, localizado no município de Moju.

O I Encontro do Coletivo Estadual de Mulheres Assalariadas Rurais do Pará, realizado em julho 2019, na cidade de Castanhal, organizado pela Federação dos Assalariados e Assalariadas Rurais do Pará destacou-se pelo ângulo das questões de gênero e bioeconomia. O grupo é constituído em sua ampla maioria por trabalhadoras rurais vinculadas às empresas de dendê instaladas no Nordeste Paraense e no Baixo Tocantins, tais como a Agropalma, Biopalma e Denpasa. O evento teve como finalidade discutir a realidade social das mulheres no assalariamento rural e alinhar estratégias de resistência à precarização do trabalho decorrente da supressão de direitos fundamentais, às práticas do patriarcado e à objetificação dos corpos femininos no atual contexto de aprofundamento do autoritarismo neoliberal.

5.1 URDIDURA DA BIOECONOMIA E A UNIVERSIDADE COMO EXTENSÃO DA EMPRESA

Na linha de outros domínios sociais, com a emergência do regime de verdade bioeconômico as universidades vêm sendo moldadas em consonância com os preceitos da governamentalidade neoliberal, tornando-se “novas fábricas do saber”, nos moldes de “universidades empresariais” (LAVAL, 2004). Um dos marcos fundamentais dessa inflexão ocorreu em 1980 nos Estados Unidos, com a aprovação da *Lei Bayh-Dole Patentand Trademark Laws Amendment*, possibilitando a celebração de parcerias entre empresas privadas e universidades, visando o patenteamento e a comercialização dos resultados das pesquisas apoiadas total ou parcialmente com financiamento público (LAVAL, 2004; LANDER, 2008). Dardot e Laval (2017) sugerem a existência de um cercamento do domínio intelectual, no qual campos inteiros da vida e da cultura abrem-se para as atividades lucrativas das empresas privadas, e passam a ser regidos pelas disposições do mercado. Para Casanova (2017), o apoio que governos e corporações privadas oferecem à interdisciplina e à tecnociência é “impressionante”, abrangendo projetos milionários de pesquisas interdisciplinares e tecnocientíficas sucedidos desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, várias iniciativas vêm sendo desenvolvidas no Brasil e na Colômbia, com o propósito de promover uma maior proximidade efetiva entre os governos, as universidades e as empresas privadas, sob o argumento de incrementar a competitividade¹⁸⁷, atrair novos investimentos, aproveitar lacunas mercadológicas inexploradas e fortalecer o dinamismo econômico dos aludidos países. Coetânea a esse movimento, emerge a constituição de arranjos público-privados na forma de empresas biotecnológicas, incubadoras de empresas, organizações sociais e a criação das famosas *startups*, sob o signo da ciência, tecnologia e inovação, conjugados com a ideologia do empreendedorismo. No âmbito do Brasil estas atividades são apoiadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa brasileira de inovação e pesquisa vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), enquanto na Colômbia se dá por meio do Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação (Colciencias). Outras formas de financiamento ocorrem por meio de governos estaduais, da esfera privada e de organizações como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Do ponto de vista empírico, duas experiências em curso ilustram os processos de neoliberalização da pesquisa e de transmutação da universidade em extensão das empresas: o Biointropic, localizado na cidade de Medellín, Antioquia; e a Biotec Amazônia, situado no Parque de Ciência e Tecnologia Guamá, no prédio “Espaço Empreendedor”, nas dependências da Universidade Federal do Pará, em Belém, Pará.

O Biointropic é uma pessoa jurídica de direito privado constituída em 2014, por intermédio de uma aliança estratégica firmada entre cinco instituições de ensino superior (Universidad Nacional de Colombia/Sede Medellín, Universidad de Medellín, Universidad EAFIT, Universidad EIA y Universidad CES); e as empresas Ecoflores Cares, Ecoflora Agro e Super Bac/Brasil. Segundo sua diretora executiva, engenheira de alimentos e mestre em Gestão Tecnológica e Inovação, os primeiros passos para o nascimento da organização remontam ao ano de 2008, quando na oportunidade fora firmada uma parceria envolvendo dez organizações para promover o desenvolvimento da biotecnologia e da biodiversidade. O site da empresa assinala que “atualmente esta aceleradora tem se constituído como o primeiro Centro de

¹⁸⁷ De acordo com Laval e Dardot (2017), “o esquema da competitividade, em um dos polos do poder tem se convertido em um princípio quase constitucional das instituições públicas e, em outro polo, em um modelo de conduta individual. A competitividade, convertida em princípio oficioso do novo direito público, na norma superior a que se submetem as leis, as reformas, as disposições governamentais, conduz à transformação efetiva dos campos de atividade e das instituições, submetendo-as a uma lógica da concorrência, que se supõe, é por sua vez criadora de concorrência de um círculo sem sim”.

Negócios Biotecnológicos da Colômbia (CDNBio) e o primeiro Centro de Inovação na área da Biotecnologia” (BIOINTROPIC, 2018).

A experiência do Biointropic se coaduna com a institucionalização de políticas no contexto da governamentalidade bioeconômica em curso, pois um dos principais marcos consiste na criação de empresas biotecnológicas, sob o argumento da necessidade de preencher os espaços vazios gerados pela falta de integração entre os conhecimentos científicos produzidos nas universidades e os interesses mercadológicos das empresas. Este ponto tem se convertido em um dos maiores desafios reiterados pelos estrategistas da bioeconomia, na medida em que sua não resolutividade é qualificada como obstáculo ao crescimento sustentável, à inovação e à competitividade. Na prática, o formato das novas empresas se assemelha a uma *joint venture* entre corporações privadas e universidades, evidenciando a concatenação entre a produção de saberes e conhecimentos e as dinâmicas do mercado.

Considerado nacional e regionalmente como referência de incubação e desenvolvimento de “negócios sustentáveis”, o Biointropic foi contratado¹⁸⁸ em 2018 pelo governo colombiano para prestar consultoria técnica com o objetivo de mapear os setores estratégicos com maior potencial de aporte em bioeconomia. A referida publicação efetuou uma pré-seleção de subsetores, assim como uma seleção de setores com maior possibilidade de apoio. No setor pecuário foram inicialmente identificadas 8 atividades e no setor agrícola, 38. Finalmente, a priorização elencou 5 atividades pecuárias, 10 agrícolas e 3 atividades potenciais. Dentre estes, a dendeicultura é reportada como um dos cultivos mais promissores para a efetivação da bioeconomia, embora não se tenha feito qualquer tipo de ressalva aos danos sociais e ambientais gerados por tais monocultivos em face dos povos tradicionais e camponeses cercados de múltiplas formas.

La palma de aceite tiene todo el potencial para ingresar al concepto de biorrefinería e ingresar a nichos más sofisticados como el de los fitonutrientes. Tiene el gran reto para control de plagas y enfermedades y la gestión de cultivos sostenibles con respaldo de certificaciones para el ingreso a mercados más sofisticados [...] Tabla 22. Oportunidades de la biotecnología priorizadas en los sectores agrícola y pecuario. palma: nuevas variedades (resistentes a plagas y ambiente, características nutricionales), bioinsumos agrícolas, bioinformática, banco de germoplasma, biorremediación de suelos, fitonutrientes, extracción de principios activos a partir de desechos agrícolas, desarrollo de biorrefinerías y bioproductos, entre otros. (BETANCUR *et al*, 2018, p. 94-9).

Em consonância com seu novo alinhamento estratégico, modificado para dar maior ênfase aos temas da bioeconomia e da competitividade, recentemente o IICA contratou o

¹⁸⁸ A realização do estudo técnico foi financiada pelo Banco Mundial, em parceria com o Korea Green Growth Partnership e o Governo Nacional da Colômbia. A Universidad EAFIT e a consultoria espanhola SILO atuaram como colaboradoras do Biointropic no mapeamento realizado.

Biointropic para realizar uma consultoria a respeito do tema, abrangendo a América Latina e o Caribe, com previsão de divulgação em 2019. De acordo com a Assessora de Recursos Naturais, Mudanças Climáticas Gestão de Risco Agropecuário, do Escritório do IICA Colômbia, há cerca de um ano ocorreu uma importante inflexão no planejamento da agência, a partir da atuação do diretor-geral sediado na Costa Rica.

A partir daí todo o plano se modificou. Antes manejávamos quatro linhas estratégicas, uma delas era “competitividade e sustentabilidade em cadeias” e esta foi transformada no último ano no tema de “Bioeconomia e Competitividade em Cadeias”. Especificamente no marco desse tema, por exemplo, no caso da bioeconomia, se está realizando um estudo em cinco países diferentes com iniciativas de cinco cadeias priorizadas: Peru, Costa Rica, Colômbia, Uruguai e outro que me escapa agora. Cada país priorizou duas cadeias. No caso da Colômbia se priorizaram as cadeias do óleo de palma e dos cosméticos (entrevista concedida em 18/03/2019, na sede do IICA, localizada no campus da Universidad Nacional de Colombia).

Os pontos apresentados pela assessora do IICA convergem com outros argumentos defendidos pelo diretor-geral e o coordenador do Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo. Durante a realização da Semana da Agricultura e Alimentação em Buenos Aires em novembro de 2018, o primeiro assinalou que

a bioeconomia permite aproveitar a riqueza biológica da região para potencializar o desenvolvimento produtivo e tem a vantagem de promover um desenvolvimento de baixo carbono e tem resiliência, faz um aproveitamento rentável dos resíduos, faz a utilização não agrícola da biomassa, gera cadeias de valor muito sofisticadas, incursionando nos temas de construção, farmacêuticas, moda, e eleva o uso das áreas rurais como biofábricas" (IICA, 2018).

Ao tecer comentários a respeito do Plano de Médio Prazo (PMP) 2018-2022, lançado pelo IICA no segundo semestre de 2018, a autoridade coordenadora do Programa de Bioeconomia do IICA destacou a conjugação de iniciativas voltadas a incentivar “cadeias de valor” biotecnológicas com vistas à “descarbonização” da economia, principalmente por meio da institucionalização de políticas voltadas para essa finalidade. Segundo ele,

hoje temos grandes desenvolvimentos em ciências biológicas, ciências sociais, tecnologia e informação que permitem um maior aproveitamento não só dos recursos biológicos, mas também de todos os seus processos e princípios. O grande desafio é como capitalizá-los em maior desenvolvimento produtivo dos territórios rurais e das cadeias de valor (Entrevista concedida ao site da organização em 14 de dezembro de 2018).

Quanto à empiria brasileira, a Biotec Amazônia é uma organização social de direito privado fundada em outubro de 2016, com o objetivo de “promover o uso sustentável da biodiversidade amazônica”, consoante prevê o artigo 1º de seu Estatuto Social. Na apresentação do Relatório Anual de Execução do Contrato de Gestão 2018, o Diretor-Presidente da entidade assinala que a prospecção de negócios e a mobilização de parcerias com empresas requer a aplicação de um “sistema inteligente de governança voltado ao estímulo de economia dinâmica no uso sustentável da biodiversidade, com base científica e tecnológica” (BIOTEC

AMAZÔNIA, 2018). A organização social possui dois escritórios de representação, sendo um na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), e outro no município de Santarém.

A atividade principal da empresa está vinculada ao gerenciamento do Contrato de Gestão nº-01/2017¹⁸⁹, cuja finalidade consiste na execução, operacionalização e gestão do Programa Biopará, institucionalizado naquele ano pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (SECTET), do Governo do Pará, como uma “política pública para pesquisa e desenvolvimento de cadeias produtivas da biodiversidade paraense” (PARÁ, 2017). O programa propõe uma inflexão no atual modelo de desenvolvimento pautado na exportação de *commodities* e atrelado à “acumulação primitiva” do capital, por

uma vigorosa e moderna economia do conhecimento, alavancada por investimentos estratégicos em ciência e tecnologia, com fins de inovação e inclusão social. É indispensável o fortalecimento das redes de pesquisa associadas à biodiversidade (a maior riqueza regional), com articulação das estruturas regionais (produtivas, científicas e culturais) aos circuitos nacionais e internacionais e intensificação dos fluxos comerciais e financeiros (ibid., p. 2).

Dentre outras questões, o programa governamental enfatiza o gigantismo da biodiversidade amazônica e acentua a necessidade de considerá-la como “capital natural” passível de ser valorizado, precificado e mercantilizado, consoante uma economia do conhecimento, ancorada na articulação entre produção de saber e mercado, por meio de investimentos robustos em ciência, tecnologia e inovação, apropriados por empresas biotecnológicas de ponta atraídas por políticas de fomento à bioeconomia. Aqui se percebe nitidamente a pretensão neoliberal de submeter ao cálculo domínios até então inapropriáveis na perspectiva de unidades sociais orientadas por fundamentos amparados em critérios de autodefinição e no uso comum dos recursos.

De acordo com o Relatório Anual de Execução do Contrato de Gestão 2018, disponível no site da organização, as atividades finalísticas da Biotec Amazônia iniciaram em janeiro de 2018, após a celebração do instrumento contratual com a SECTET, e estão estruturadas em cinco eixos de atuação: a) governança inovadora e articulação estratégica¹⁹⁰; b) prospecção e atração de novos negócios com foco no Biopará¹⁹¹; c) criação e fortalecimento de polos de

¹⁸⁹ O instrumento contratual, com vigência de 3 anos, foi celebrado no dia 30 de novembro de 2017, tendo sido subscrito pelo secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica, Alex Bolonha Fiúza de Melo, e pelo diretor-presidente da BIOTEC Amazônia, José Seixas Lourenço.

¹⁹⁰ A celebração de 11 acordos de cooperação técnica firmados com Institutos de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT) e Secretarias de Estado e a articulação de 8 novos com organizações dos setores público e privado constituem o principal destaque enfatizado no relatório.

¹⁹¹ As atividades desse eixo envolveram a participação em feiras internacionais; realização de eventos institucionais; celebração de 5 protocolos de intenção (2 com empresas nacionais e 3 com empresas estrangeiras); apresentação de projetos de inovação e pesquisa a empresas biotecnológicas dos ramos de alimentos, cosméticos,

conhecimento e ambientes de inovação nas regiões do estado do Pará¹⁹²; d) sistematização e gestão estratégica de informações para o fortalecimento de bionegócios¹⁹³; e) desenvolvimento institucional¹⁹⁴.

Em consonância com o material de divulgação¹⁹⁵ distribuído ao público durante a XIV Feira da Indústria, realizada em 2019 pela Federação das Indústrias do Estado do Pará, os setores-alvo da organização social são quatro: farmacêutico, alimentício, biocombustíveis e cosméticos. Na mesma linha foram priorizadas sete cadeias produtivas, sob o argumento de agregar valor aos produtos amazônicos e potencializar os resultados financeiros das empresas. São estas: cacau, açaí, palma de óleo (dendê), mandioca, pescado e aquicultura, cosméticos e fármacos.

Deste modo, as iniciativas desenvolvidas no âmbito dos cinco eixos de atuação da Biotec Amazônia concorrem no sentido de fomentar a bioprospecção e constituição de negócios com empresas de base biotecnológica, mediante a incubação, criação e instalação de *startups* nas dependências do PCT Guamá, articulação de vantagens fiscais junto ao Governo do Pará eufemizadas como política de *atratividade*, celebração de parcerias com grêmios empresariais do agronegócio e da indústria¹⁹⁶, e alinhamento com a Finep. Ademais, outra ação estratégica consiste na realização de interlocuções na esfera internacional, seja com organismos multilaterais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), quanto com empresas de caráter transnacional.

Contrastando criticamente as experiências colombiana e brasileira, se evidenciam pontos de convergência, por um lado, e particularidades, de outro. Quanto às intersecções, observa-se que o próprio nascimento das organizações analisadas está assentado no contexto social de neoliberalização da pesquisa e de empresarização da universidade pública, erigido sob

fitoquímicos, bebidas e óleos vegetais; e realização da primeira mostra de Bio-invenções “Caminhos para a Inovação na Amazônia”.

¹⁹² O eixo em referência constituiu-se por encontros, articulações, definições de cadeias produtivas a serem trabalhadas, estabelecimento de parcerias e criação de ambientes de inovação.

¹⁹³ Resumidamente, as principais atividades executadas nesse eixo foram a criação da Rede Amazônica de Bionegócios, a constituição da Rede de Insumos Georreferenciados da Biodiversidade Amazônica e a realização de um curso de “inteligência competitiva”;

¹⁹⁴ Nesse último item, as ações compreenderam a construção do marco regulatório da empresa, a contratação de equipe técnica e a política de comunicação corporativa (BIOTEC AMAZÔNIA, 2018).

¹⁹⁵ O lema do material informativo era “promovendo negócios sustentáveis para uma Amazônia 4.0”.

¹⁹⁶ Dentre estes, destacam-se o convênio firmado com a Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), em 05 de setembro de 2018, com vigência de cinco anos; e o Protocolo de Intenções celebrado em 25 de fevereiro de 2019 com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (Faepa), com vigência de três anos, objetivando “viabilizar cooperação técnico-científica, visando o desenvolvimento de atividades de interesse comum das instituições partícipes e a execução de projetos, estudos e pesquisas, com foco nas áreas de biodiversidade, biotecnologia e bionegócios”. Ambas as organizações compõem o Conselho de Administração da BIOTEC Amazônia.

o prisma de uma economia política do saber, da verdade e do poder, regida pelo que Laval e Dardot (2016) denominam de *bloco oligárquico neoliberal*¹⁹⁷. Ambas evocam o “aproveitamento racional e sustentável da biodiversidade”, por meio de inovações tecnológicas produzidas na esteira de uma economia do conhecimento ancorada nos preceitos da bioeconomia e conduzida pela coalizão de interesses formada por universidades, empresas e governos. Em termos de lastro, enquanto o Biointropic se constitui como uma referência nacional com perspectiva de alcance em nível latino-americano e caribenho, a Biotec Amazônia ainda busca se consolidar em nível amazônico, ao lado de organizações como a Abio Amazônia, sediada no estado do Amazonas.

Alinhadas ao *devoir-mundo* do capital (DARDOT e LAVAL, 2016), as empresas do dendê e suas associações representativas internalizam as práticas discursivas da bioeconomia, evocando-a articuladamente à *indústria 4.0* como a grande novidade contemporânea, com potencial de promover o crescimento do setor em termos de competitividade, rentabilidade e “expansão” econômico-produtiva, sobretudo em razão dos múltiplos usos do óleo de palma e do óleo de palmiste. Esse triunfalismo é observado no posicionamento do gerente da empresa Bioplanta Palmera S.A, localizada em Carepa, Urabá, assim como de executivos gremiais, neste caso o presidente da Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite de Colombia (Fedepalma), o qual argumenta que “parte do futuro agroindustrial do país pode estar associado ao óleo de palma, por meio da bioeconomia. Temos avaliado os cultivos e são muito sustentáveis; absolutamente tudo se pode utilizar do dendê¹⁹⁸”. Para Mesa, “a bioeconomia é o futuro da palma na Colômbia”.

5.2 ANTINOMIAS DE UM DISCURSO

A institucionalização da bioeconomia enquanto regime de verdade opera não apenas como referente das práticas de agentes públicos e empresariais, mas engendra uma multiplicidade de efeitos sobre os modos de ser e existir de povos e comunidades tradicionais e camponeses, caracterizados por formas ontológicas distintas de uso da terra, organização do trabalho e de pertencimento aos territórios ao qual estão vinculados.

¹⁹⁷ Esta coalizão de interesses reúne quatro componentes principais: a oligarquia governamental e a seleta casta burocrática no comando dos Estados e das organizações internacionais, os agentes financeiros e o alto nível de gestão das grandes empresas, os grandes meios de comunicação e entretenimento, e as instituições universitárias e editoriais, produtoras e difusoras do “cimento discursivo” do poder oligárquico.

¹⁹⁸ Entrevista concedida em 06/03/2019 na sede da empresa, localizada ao lado da sede da Polícia Nacional de Colombia, na cidade de Carepa, Urabá, Colômbia.

Na dimensão política, a governamentalidade bioeconômica tende a obliterar as graves assimetrias sociais provocadas pelo neoliberalismo, ao reiterar o velho desejo do “desenvolvimento sustentável” de tentar harmonizar o inconciliável, com o objetivo de assegurar a continuação do crescimento econômico “em novas bases”. Como observado por Lander (2008), a neutralização do *político* pelos estrategistas da bioeconomia é fundada na fé cega nos arranjos promovidos pela ciência, tecnologia e inovação como solução para os problemas sociais contemporâneos. Outra forma de eclipsá-lo ocorre por meio da ideologia do *empreendedor de si mesmo*, ativada pela noção de capital humano, cujos principais fundamentos consistem na coextensividade entre vida e empresa e na despolitização dos processos sociais, ou seja, o indivíduo seria movido pela capacidade de fazer escolhas racionais e de proceder a alocação eficiente de recursos escassos, tornando-se, em última análise, o único responsável por seus êxitos ou infortúnios (DARDOT e LAVAL, 2016; BUTLER, 2017).

No âmbito laboral, cujas determinações agora passam a ser moldadas pela bioeconomia e pela indústria 4.0, os conceitos são ressemantizados, exigindo novos esforços epistêmicos para lograr a inteligibilidade de antagonismos sociais irrompidos na atualidade. Assim “já não há mais trabalhadores propriamente ditos, só existem nômades do trabalho” (MBEMBE, 2018, p. 16). Esses processos de subjetivação criam a figura do sujeito neuroeconômico, completamente subsumido à lógica do cálculo, que aspira predizer comportamentos, escolhas, emoções e desejos, esquadrinhados a partir de algoritmos. Ele é

absorvido por uma dupla inquietação, decorrente de sua animalidade (a reprodução biológica de sua vida) e de sua coisidade (a fruição dos bens deste mundo), esse *homem-coisa, homem-máquina, homem-código e homem-fluxo* procura antes de mais nada regular sua conduta em função de normas do mercado, sem nem sequer hesitar em autoinstrumentalizar e instrumentalizar os outros para otimizar sua parcela de fruição. Condenado à aprendizagem por toda vida, à flexibilidade, ao reino do curto-prazo, deve abraçar sua condição de sujeito solúvel e fungível, a fim de atender à injunção que é constantemente feita – tornar-se um outro (ibid., p. 18).

As observações empíricas possibilitam apreender a existência de duas principais estratégias utilizadas pelo “agronegócio” do dendê em termos de reificação do trabalho nos dois países. A primeira consiste nas várias formas de precarização, como a flexibilização da legislação laboral (terceirização, uberização), o pagamento vinculado à produtividade (*pago por hora*), a desigualdade salarial entre homens e mulheres, as demissões de mulheres logo após o fim da licença-maternidade, a alta rotatividade, e, o aumento da penosidade com a manutenção do mesmo salário-padrão. A segunda está associada à construção de “alianças produtivas estratégicas” e/ou “parcerias” entre pequenos agricultores e agroempresários, por intermédio da celebração de contratos de longo prazo inspirados nas eufemizações do modelo malaio implantado desde os anos 1960.

No entanto, mesmo diante deste *devir-negro do mundo*¹⁹⁹, resultante da fusão dentre capitalismo e animismo, no qual é cada vez mais real a possibilidade de “transformação dos seres humanos em coisas animadas, dados numéricos e códigos” (ibid., p. 19), os trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais do dendê se posicionam de forma contestatória, por meio da afirmação de sua identidade política, evidenciando as contradições do regime de verdade bioeconômico, confrontado em mesas de negociação e em lutas específicas por melhores condições laborais.

Durante protesto realizado em abril de 2019 em frente à empresa Unipalma de los Llanos S.A., de propriedade do Grupo Aval, cujo proprietário é considerado pela Revista Forbes como “o homem mais rico da Colômbia”, os assalariados rurais da empresa ligados ao Sintraimagra denunciavam em unísono:

El Grupo Aval y la Corficolombiana explotan, reprimen y persiguen a los trabajadores. En los Llanos Orientales, la Unipalma tiene grandes extensiones de palma africana, aceitera, en donde persiguen, presionan y despiden a los trabajadores anunciando una gran crisis financiera. Están arrebatando a los trabajadores sus más mínimos derechos elementares y constitucionales. ¡Fuera a las políticas arbitrarias y reaccionarias de Unipalma! ¡Abajo, abajo, abajo!

Em seu pronunciamento, o representante do Sintraimagra na região dos Llanos Orientales, assim o assinalou:

estamos exigiendo el cumplimiento de la convención colectiva de trabajo firmada en esta empresa. Exigimos que se dispongan a negociar y garantizar los derechos establecidos en esta convención. Los trabajadores del sector de la palma, especialmente los que laboran en el sector del campo son los más explotados, son los que más enferman, son los que más reciben atropellos por culpa de los malos medios de la compañía. ¡Abajo a las políticas de la administración principal de la empresa Unipalma de los Llanos!

No Brasil, dentre as novas categorias sociais emergentes no contexto de espraiamento de monocultivos de dendezeiros incentivado a partir de 2004 encontram-se os assalariados e assalariadas rurais. Nos últimos anos, este segmento foi um dos mais proeminentes para a criação de uma estrutura sindical confederativa com incidência em vários níveis. Todavia, até pouco tempo atrás, as realidades sociais vivenciadas pelas mulheres atuantes nessa atividade eram completamente secundarizadas e/ou eclipsadas no debate político. No mês de julho de 2019, as mulheres instituíram o Coletivo Estadual de Mulheres Assalariadas Rurais, coordenado pela diretora da Federação de Empregados e Empregadas Rurais do Pará (Feterpa), e realizaram a primeira reunião do colegiado.

¹⁹⁹Mbembe (2018, p. 20) o define como “a nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro”, daquilo que antes era por excelência atribuível ao negro, sob a tecnologia de poder do racismo.

A entrevistada N., assalariada rural na empresa Agropalma, ao descrever as condições de trabalho na referida empresa assim sublinhou: “sou a única mulher no meio de 150 homens no campo. No local onde exerço minhas atividades é muito comum a estigmatização contra o trabalho das mulheres. Somos rotuladas pelos gerentes de pedirmos mais atestados, de engravidarmos, de dedicar mais tempo aos filhos, de representarmos um custo maior para a empresa”. Em outro trecho, a mesma interlocutora denunciou: “o meu chefe pediu para me despedir porque sou muito encenqueira”, além do mais “as empresas perguntam nas entrevistas se as mulheres já são ‘laqueadas’ (esterilizadas)”. Por conseguinte, a senhora M, assalariada rural na empresa Denpasa S.A., pontuou a respeito da instabilidade laboral vivida pelas mulheres após o parto e as represálias sofridas pelas trabalhadoras quando decidem participar de comissões de negociação de acordos e convenções coletivas de trabalho: “todas as que engravidaram, [na Denpasa] após retornarem da licença-maternidade foram demitidas [...] quem vai para a Comissão representativa discutir o acordo coletivo é logo despedido”.

Quanto ao descompasso observado entre as práticas discursivas da bioeconomia e a percepção dos agentes sociais quanto aos danos ambientais, notadamente nas terras e nas águas, outras vozes dissonantes das estratégias empresariais irrompem a monotonia das representações evocadas pelo “agro”. Para o dirigente da Asociación de Consejos Comunitarios del Bajo Atrato, departamento de Chocó, Colombia,

houve muita gente que morreu assassinada porque como não queria vender as terras e tampouco arrendá-las, o destino era a morte. Então isso foi uma questão gravíssima que ocorreu no Bajo Atrato, especificamente para essa região de Carmen del Darién, nos territórios de Curvaradó e Jiguamiandó, e assim se encontra a palma aqui em Bajo Atrato, Chocó. Ocorre todo esse processo e se dizia que a palma era um cultivo que também enfermava a terra, pois onde se plantou a palma as terras secaram, e ademais, a palma trouxe consigo uma doença chamada podridão do broto [*podricción de cogollo*, em espanhol], que acabou com os plantios tradicionais de chontaduro [pupunha amazônica]. Aqui em Chocó você não encontra mais chontaduro porque se acabou, provocada pela infestação das palmeiras de dendê com a podridão do broto. O chontaduro que se consome aqui vem do Valle del Cauca ou de outras partes, mas daqui não se vê mais. Além disso, a palma deixa as terras estéreis porque se cultiva à força de químicos. E aqui, por natureza e cultura, as pessoas não usam fertilizantes na terra (entrevista concedida no dia 7 de fevereiro de 2019, na sede da ASCOBA, em Riosucio, departamento de Chocó).

Os agentes sociais do assentamento Nazaré, situado no município de Acará, Pará, registram os efeitos deletérios cumulativos gerados pela “tibórnia²⁰⁰” e pelo glifosato,

²⁰⁰ A tibórnia ou tiborna é a designação empregada para se referir aos resíduos do processo de destilação do álcool. De acordo com Andrade (2007, p. 48), se caracteriza por apresentar “temperatura elevada; pH ácido; corrosividade; tem alto teor de potássio; além de certas quantidades significativas de nitrogênio, fósforo, sulfatos, cloretos, etc. O seu despejo nos rios e lagos provocava o fenômeno de eutrofização e morte dos peixes”. Referido usualmente à *plantation* da cana-de-açúcar, passou a ser incorporado ao léxico das unidades sociais cercadas por megaempreendimentos do dendê, visando exprimir a concentração e derramamento de efluentes agroindustriais de odor acentuado e impuro, causadores de graves perturbações à saúde humana (dores de cabeça, ânsia de vômito, dificuldades respiratórias, coceiras no corpo) e ao meio ambiente (mortes de peixes, alta concentração de moscas,

exemplificando várias situações concretas, inclusive pessoais, em que agricultores e ribeirinhos ao entrarem em contato com a água contaminada sentiram coceiras, irritações nos olhos e problemas respiratórios, patologias normalmente subnotificadas em função da inexistência de mecanismos de registro adequado junto ao Sistema Único de Saúde (SUS). Por outro lado, reportam o envenenamento de peixes que aparecem boiando sufocados por alguma substância, na superfície dos igarapés situados no entorno de dendezais, sem que nenhuma providência seja adotada pelas autoridades municipais e estaduais de meio ambiente visando autuar a empresa responsável. Quando questionados pelas comunidades afetadas, os representantes da Biopalma se limitariam a negar a toxicidade dos resíduos lançados nos plantios e o uso de agrotóxicos no processo produtivo.

Só queria dizer assim numa questão de a empresa estar prejudicando a respeito dessa questão do resíduo que eles estão jogando, que é a tiborna, aqui muito próximo de nossos igarapés, nossos igarapés têm braços que braços que vão lá. Um dia desses fui dar uma pescada, aí entrei no igarapé com mais uns rapazes que estavam comigo e aí eu não estava sabendo que essa água estava contaminada e até porque não dá muita diferença na água; aí deu horário de eu tomar banho, pulei na água e até tomei um pouco dela, do braço do igarapé. Acredita que quando cheguei de lá fiquei até uma meia-noite, depois eu vim cheguei em casa, no outro dia a minha boca ficou toda, onde a água pegou ficou muito mal, não conseguia nem comer e eu senti muita irritação no corpo? No outro dia fomos de novo para lá e fomos ver peixes, eles ficavam na florzinha da água, eu não vi peixe morto, vi peixes embebedados. Tem uma comunidade que já falou para mim chamar nossa diretoria aqui para a gente uma marcar uma reunião com a Biovale porque tiveram uma reunião com eles no Világio Roma, ali no outro igarapé, no Arapiranga-Açu, lá eles fizeram uma reunião com a Biovale, estive lá na quinta-feira com eles; falaram que eles prometeram tudinho, mas o que eles alegam é que este resíduo não prejudica esta água. Isso foi o que alegaram na reunião; disseram que iam tomar uma providência, no entanto, continuaram jogando e está atingindo o igarapé deles e está atingindo o nosso porque esse dendê atravessa aqui, esse igarapé vai aqui, e esse dendê pega do lado daqui e do lado dali; o igarapé passou no meio da plantação, e para aí é exatamente o problema que eles estão despejando essa tiborna que foi citada aqui. Isso está prejudicando grande, muito grande mesmo, que a gente não está podendo nem tomar banho mais aqui nesse próprio igarapé²⁰¹.

5.3 BIFURCAÇÕES DA BIOECONOMIA

Proclamado em diferentes domínios da vida social, o discurso bioeconômico intenciona harmonizar interesses incontornáveis, sob a premissa de assegurar um aproveitamento mais eficiente, racionalizado e sustentável dos recursos naturais, com vistas a sustentar um crescimento econômico estável e duradouro, em que supostamente todos ganhariam, à luz das predições da teoria dos jogos. Comparada à noção de “desenvolvimento sustentável”,

contaminação da água), indicativos de processos de eutrofização em curso nas bacias hidrográficas do Alto Acará, causados por ações antrópicas referidas à dendeicultura.

²⁰¹ Fala do Tesoureiro da Associação dos Moradores e Agricultores do Igarapé Ipitanga, proferida durante visita de pesquisadores da Universidade Federal do Pará e da Universidade de Jena, na Alemanha, ao PA Nazaré, em 04/03/2017.

amplamente utilizada por organismos multilaterais, governos, empresas transnacionais e organizações não-governamentais, a bioeconomia possui maior estabilidade linguística e normativa, ao atrelar numa mesma terminologia a imbricação de processos biológicos e econômicos.

A institucionalização da bioeconomia enquanto governamentalidade é sustentada por um regime de verdade constituído por uma complexa “estrutura de atitudes e referências” e de sistemas de representação objetivados em normas, práticas discursivas e processos de subjetivação, no qual prevalece uma “verdade sem alternativa, em que ‘outro mundo não é possível” (CASANOVA, 2017, p. 135). Com efeito, este novo modelo de acumulação defendido por seus entusiastas como *bioeconomia positiva*, em contraposição à vertente original dos anos 1970, acusada de tentar impor restrições ao crescimento econômico, opera sob a lógica da ilimitação neoliberal, mediante a articulação tecnocientífica entre biologia e economia. Essa corrida desenfreada pela transgressão contínua das fronteiras do possível se alinha teoricamente com a *ultrassubjetivação* analisada por Dardot e Laval (2016).

Diferentemente dos discursos não aferíveis do “desenvolvimento sustentável”, desprovidos de cálculos econômicos objetivos, a legitimação da bioeconomia se concretiza mediante a expressão de um *quantum*, por meio dos números. Exemplo disso são as recorrentes publicações da OCDE projetando o crescimento econômico baseado na bioeconomia em médio e longo prazos, onde a escala ultrapassa a casa dos trilhões de dólares. Do mesmo modo se destaca o recente estudo do BNDES com a finalidade de quantificar a bioeconomia no âmbito da produção de riqueza brasileira.

Outro traço importante da narrativa bioeconômica consiste na ênfase dedicada a uma pretensa conservação da biodiversidade, atrelada a pesados investimentos em ciência, tecnologia e inovação para a produção de saberes e conhecimentos exprimíveis em “negócios sustentáveis” regidos sob a lógica do mercado. No entanto, normalmente se ignoram as assimetrias sociais, os efeitos climáticos e os riscos ambientais, privilegiando a dimensão econômica, ao custo da obliteração da política. Com efeito, o projeto de “incrementar a vida” ameaça a reprodução dos modos de ser e existir dos outros que não se encaixam no pretenso “Admirável Mundo Novo”.

A contrapelo das representações e práticas bioeconômicas, assim como de críticas pontuais inscritas nos mesmos quadros mentais de tal governamentalidade, corroboramos a provocação teórica de Mbembe (2017; 2018) que a vincula a processos de racialização cuja gênese está associada à colônia e à *plantation*. Na atualidade essas imbricações entre a imobilização da força de trabalho precarizada e a gestão da vida em termos biológicos são

reprogramadas em novos códigos que ameaçam fulminar a própria ideia de futuro, uma vez concretizada a pretensão de tudo submeter aos imperativos do cálculo, da mercadorização e da tecnificação.

Diante do contexto de neoliberalização da pesquisa e empresarização da universidade pública, a exemplo das associações entre empresas e universidades no Brasil e na Colômbia, agravado por iniciativas como o Programa Future-se, lançado recentemente pelo governo brasileiro e inspirado no modelo de ensino neoliberal de Milton Friedman, o que se pergunta afinal é a quem caberia a fruição das benesses evocadas pelos estrategistas da bioeconomia? A possível chave para encontrar as respostas a essa interrogação é descortinar os setores de ponta que lideram esse novo alinhamento do capital, quais sejam, o farmacêutico, o biotecnológico e o agrícola.

6 NECROSABERES: TECNOLOGIAS BIOPOLÍTICAS DO MEGAEMPREENHIMENTO DO DENDÊ

“Eu não vendi minha terra; nasci e me criei neste lugar.

Hoje estou criando meus filhos. Como posso sair daqui?

Sr. Mário, ribeirinho do território conhecido como Alto Moju, reagindo à ameaça de expulsão de sua terra por uma empresa de segurança contratada pela empresa Biopalma da Amazônia S.A, abril de 2018.

“Nos sacaron del territorio a punta de plomo por aéreo y terrestre, pero nosotros no sabíamos lo porque nos perseguían. Porque simplemente éramos campesinos, trabajadores, luchadores e después a lo poco tiempo fue que nos dimos de cuenta porque nos perseguían, porque necesitaban a la tierra, el territorio para el monocultivo de palma aceitera y ganadería extensiva”

Ligia María Chaverra, líder campesina colombiana despojada de su territorio. Documental Frontera Invisible, 2017.

Quando interpretada sob o ponto de vista dos vencidos, dos sujeitos sociais classificados pela tecnologia de poder dominante como refugos da história (MBEMBE, 2018), a bioeconomia da *plantation* do dendê revela sua face noturna, seus traços neocoloniais eclipsados em estratégias comunicacionais delineadas para infundir na esfera simbólica a “modernização” econômica e ecológica de sua idealização desenvolvimentista. A irrupção discursiva desatada por agentes sociais insubmissos possibilita a emergência de outros argumentos, normalmente secundarizados pelas representações que operam para legitimar a lógica “expansionista” da *plantation* do dendê.

As duas ordens discursivas traduzem as distintas racionalidades norteadoras das práticas daqueles que disputam um mesmo território, cena reeditada cotidianamente na Pan-Amazônia. De um lado, a perspectiva de mercado da lógica concorrencial e da produção do sujeito neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016), ancorada na acumulação por subordinação, na competição agudizada em todos os âmbitos sociais e na criação de novas formas de subjetivação. De outro, os modos de existência de povos e comunidades tradicionais, alicerçados em territorialidades específicas e elementos identitários que delineiam territórios etnicamente configurados, em que o uso comum dos recursos possibilita a reprodução física e social das unidades referidas (ALMEIDA, 2008). Esta colisão ontológica está na raiz dos antagonismos sociais que se multiplicam cotidianamente, provocando agudas implicações, tais como: desterritorialização, expropriação, deslocamentos compulsórios, silenciamentos, faccionalismos, perseguições e execução sumária de lideranças.

Nos últimos setenta anos o léxico do “desenvolvimento” tem sido reiteradamente utilizado por agências multilaterais, instituições de ensino e pesquisa, governos locais e *think*

tanks como uma formação discursiva uníssona, um dispositivo de poder-saber totalizante, com a pretensão de instituir um domínio de pensamento e de ação singulares na representação da realidade social. O emprego dos mecanismos associados a esta ordem do discurso impõe uma concepção homogênea de tempo e espaço, ao mesmo tempo em que atua para desqualificar outras formas de ser e pensar, rotulando-as como “atrasadas” e “subdesenvolvidas”, por estarem supostamente em desvantagem cognitiva e cultural (ESCOBAR, 2007, p. 22-3).

A literatura corrente tem evidenciado que os alvos de sua implantação tem sido os países classificados geopoliticamente como “emergentes”, “em desenvolvimento” e/ou “subdesenvolvidos”, situados em sua absoluta maioria nos continentes africano, asiático e latino-americano, outrora mantidos sob a dominação de nações denominadas “desenvolvidas”, no contexto do colonialismo e do imperialismo. A *situação colonial* proposta por Balandier (2014, p. 55), compreendida como “o conjunto de condições que produzem fricções e antagonismos sociais entre diferentes culturas e raças”, constitui-se como aporte analítico apropriada para interpretar os conflitos provocados por estratégias globalizadas de desenvolvimento fundadas na acumulação e apropriação.

Embora mantenha traços fundamentais de sua construção social originária, o dispositivo de poder-saber ao qual nos reportamos não é estático, mas essencialmente dinâmico. Uma de suas principais habilidades consiste na adaptação contínua da ordem do discurso aos diversos contextos histórico-sociais, de modo a assegurar perenemente sua reprodutibilidade. Se o período pós-guerra inaugurou as teorias do “desenvolvimento” que subsidiaram as políticas multilaterais direcionadas aos países “subdesenvolvidos”, na década de 1980 institucionalizou a terminologia “sustentabilidade”, com base na crença em uma possível compatibilização entre crescimento econômico e proteção ambiental. Nos últimos anos, as discussões suscitadas no âmbito das “mudanças climáticas” trouxeram consigo a “economia verde” como resposta ao agravamento das “crises” ambiental e econômica, sob regência dos mecanismos do mercado (LANDER, 2011; MORENO, 2016).

Mediante o cotejo de múltiplos estudos disciplinares e interdisciplinares que abordam problemáticas associadas aos monocultivos de dendezeiros na Ásia, na África e na América Latina, conjugados com estatísticas oficiais e evidências empíricas observadas em campo, permitem identificar uma profunda intensificação desta atividade produtiva, notadamente, a partir dos anos 2000, não obstante os plantios comerciais em larga escala terem iniciado no século XIX em solo africano, em vastas áreas de floresta na Nigéria e no Congo, apropriadas

de forma violenta por ingleses e holandeses²⁰², orientados pela mesma lógica colonial que posteriormente estendeu a implantação da oleaginosa para o Sudeste Asiático.

Este crescimento exponencial do agronegócio do dendê verificado nos últimos anos tem sido atribuído a uma convergência de fatores inter-relacionados, os quais são partes constituintes de sua economia política, ou seja, de um quadro de operações regido por vários agenciamentos que atuam para assegurar as condições de possibilidade da acumulação do capital sob a lógica concorrencial, no contexto da autolimitação da razão governamental erigida pela governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008c).

Destacam-se, sobretudo, o aumento do consumo mundial de óleos vegetais a taxas elevadas, principalmente de óleo de palma; a ampla flexibilidade da *commodity* em função de seus múltiplos usos, consoante o conceito de *flex crop*²⁰³ formulado por Borrás Júnior, Franco e Spoor (2011); o mercado de agrocombustíveis impulsionado pela “economia verde”, nos termos do *green grabbing* caracterizado por Fairhead, Leach e Scoones (2008) e Backhouse (2013); e a proibição da comercialização de alimentos que contenham *gorduras trans*, em face da decisão adotada em meados dos anos 2000 pela Food and Drug Administration (FDA), agência norte-americana responsável pela regulação de alimentos e medicamentos.

De acordo com dados organizados pelo USDA, a área colhida total de óleo de palma atingiu 23 milhões de hectares em junho deste ano, com uma produção agrícola estimada em 72.579.000 toneladas para a safra 2018/2019. Em termos comparativos, ocorreu uma variação relativa de 123,3% entre os anos 2000 e 2018 com relação à quantidade de terras classificadas como “área colhida” pelo organismo governamental norte-americano. No entanto, é oportuno esclarecer que esta estimativa não reflete a totalidade das terras e territórios apropriados pelo agronegócio do dendê, como observado por Alonso-Fradejas *et al* (2015), pois deixa de incluir as áreas imobilizadas legalmente para proteção ambiental, como as áreas de preservação permanente e as de reserva legal, no caso do Brasil, além de ignorar em seus cálculos os monocultivos ainda em fase inicial não-produtiva. Em outras palavras, as terras controladas

²⁰² Movimento Mundial pelas Florestas. Quais as causas da concentração de terras? Um olhar crítico sobre a região da Bacia de Congo. *Boletim do WRM*. Nº 224, mai-jun. 2016. Disponível em: <<http://wrm.org.uy/pt/files/2016/07/Boletim224.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2018.

²⁰³ De acordo com os autores, as *flex crops* são culturas flexíveis que tem usos múltiplos determinados pela tríade formada por alimentos-ração-combustível, também conhecida como complexo “3 em 1”. Para um maior aprofundamento ver: BORRAS JÚNIOR, Saturnino M. *et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader international perspectives*. Rom, 2011. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/borras_franco_kay_spoor_land_grabs_in_latam_caribbean_nov_2011.pdf>. Acesso em 01 jun.2018; A versão em espanhol pode ser encontrada em: BORRAS JÚNIOR, Saturnino. *et al. El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe: análisis desde una perspectiva internacional amplia*. Roma, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3075s.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

pelo agronegócio do dendê são quantitativamente bem maiores. Em termos de quantidade produzida, cinco países lideram a lista: Indonésia (55,7%), Malásia (28,9%), Tailândia (4%), Colômbia (2,1%), Nigéria (1,3%). O 8,0% restante está pulverizado entre os demais países.

As importações somaram 49,6 milhões de toneladas na safra 2017/2018, concentradas notadamente em 10 países que absorveram 68,9% da demanda: Índia (23,4%), União Européia (13,1%), China (10,6%), Paquistão (6,6%), Bangladesh (3,3%), Estados Unidos (3,2%), Egito (2,6%), Filipinas (2,4%), Rússia (1,9%) e Vietnã (1,7%); quase um terço do total está diluído entre os outros países. No tocante às exportações, Indonésia (56,3%), Malásia (33,8%), Guatemala (1,4%), Colômbia (1,3%) e Papua Nova Guiné (1,2%) acumulam 93,9% do total.

A distribuição dos monocultivos de dendezeiros está disposta de maneira profundamente assimétrica, com 75,8% das áreas plantadas situadas no Sudeste Asiático, 17,1% na África subsaariana, 4,4% na América do Sul, 1,8% na América Central e 0,9% na Oceania (USDA, 2018). Comparando o crescimento relativo das áreas cultivadas entre os anos de 2000 e 2018, verifica-se que na América Central a variabilidade atingiu 507,7%; na América do Sul, 213,5%; no Sudeste Asiático (184,9%); na Oceania, 106,6%; e na África, 3,0%.

Embora os dados apresentados sejam úteis, em certa medida, para ilustrar em termos quantitativos o quadro atual da dendeicultura a nível mundial, é preciso desnaturalizar os jogos interpretativos da quantificação, evitando considerá-los como verdade inquestionável, pois normalmente são desvinculados dos contextos sociais em que foram engendrados. Conforme Pacheco de Oliveira (2016, p. 230), “sua dimensão normativa, que antes já estava camuflada em operações lógicas, torna-se agora inteiramente esquecida e naturalizada”. A apropriação de terras para transformá-las em extensos espaços monótonos carrega consigo a marca da violência, da expropriação e da desterritorialização de povos e comunidades tradicionais que se encontram no caminho.

Em linhas gerais, as grandes plantações de dendezeiros permanecem concentradas em três países do Sudeste Asiático: Indonésia, Malásia e Tailândia, que juntos respondem por 66,3% da “área colhida” e 88,5% do volume global de produção (USDA, 2018). O clima quente e úmido, a existência de extensas áreas de florestas tropicais e a criação de programas governamentais de expropriação das terras comunais, de transmigração e de vinculação de pequenos agricultores a grandes empresas, com o apoio de organismos multilaterais, são apontados como os principais fatores responsáveis pela conformação deste quadro (MCCARTHY e CRAMB, 2009; BISSONNETTE, 2013). No entanto, tem sido comum observar a reiteração de argumentos assinalando a inflexão geográfica da estrutura produtiva do dendê em direção à América Latina e à África.

De um lado a vertente majoritária, composta, sobretudo, por *experts* de disciplinas como agronomia, geografia, biologia, economia e administração, associa tal fenômeno ao esgotamento da disponibilidade de terras suscetíveis à “expansão” continuada dos monocultivos, em decorrência do uso intensivo das áreas agricultáveis ter chegado a um “limite”, às custas da conversão de florestas primárias e turfeiras em extensos desmatamentos. Isso teria implicado em pressões internacionais de movimentos ambientalistas e na imposição de restrições comerciais à cadeia de suprimentos do setor (*supply chain*), notadamente pela União Europeia. Outros fatores preponderantes seriam a adequabilidade agrônômica e climática da dendeicultura em regiões tropicais localizadas próximo à linha do Equador, a capacidade de recuperação de “áreas degradadas” e o potencial de geração de renda para pequenos agricultores “em situação de pobreza” (HOMMA e FURLAN JÚNIOR, 2001; PARENTE, 2003; MÜLLER, 2006; SACHS, 2008; BECKER, 2010; RAMALHO FILHO e MOTA, 2010; VILELA, 2014; CARDOSO, MANESCHY e MATLABA, 2014; HOMMA *et al*, 2014; SANTOS *et al*, 2016; NAHUM e SANTOS, 2018).

De outra parte, a vertente constituída por pesquisadores críticos à dendeicultura, oriundos principalmente das ciências sociais, delineiam outros argumentos que ampliam o campo de análise, vinculando a apropriação de terras pelo agronegócio do dendê a fatores inerentes à própria dinâmica do capital, movida pela acumulação por espoliação (HARVEY, 2005), por uma ideologia expansionista (SAID, 2011) e pelos quadros mentais do desenvolvimentismo, ancorados no discurso da necessidade de “modernizar” lugares classificados como “economicamente estagnados” e “ambientalmente degradados”. Embora reconheçam parcialmente a pertinência de certos elementos anteriormente apresentados, trazem à tona categorias invisibilizadas e/ou secundarizadas pelo *mainstream* econômico e acadêmico, tais como o trabalho cativo, a usurpação de direitos territoriais de povos originários, o *acaparamiento de tierras*, o *green grabbing*, a fetichização da renda, a aliança hegemônica forjada a partir da coalizão de interesses entre Estado e estratégias empresariais, as ameaças à reprodução social dos povos e comunidades tradicionais e as variadas formas de resistência aos megaprojetos palmeiros (RESTREPO, 2004; MCCARTHY e CRAMB, 2009; BISSONNETTE, 2008, 2012, 2013, 2016; BISSONNETTE e BERNARD, 2008; MCCARTHY, 2010; MCCARTHY *et al*, 2012; ALMEIDA, 2010; ESCOBAR, 2010; LI, 2011; MARÍN, 2012; CUIMAR, 2013; BACKHOUSE e MARÍN, 2014; FAJARDO, 2014; ALONSO-FRADEJAS *et al*, 2015; BISSONNETTE e KONINCK (2015); VIEIRA, 2015; SILVA, MAGALHÃES e FARIAS, 2016; SILVA e MARÍN, 2017).

No tocante ao “esgotamento dos estoques de terras agricultáveis” nos principais países produtores de dendê situados no Sudeste Asiático, consoante pleiteado pela maioria dos pesquisadores do tema, observa-se que tal justificativa deve ser analisada com cautela, pois o quadro não é homogêneo como recorrentemente se evoca. Contrastando os monocultivos de dendezeiros com as áreas classificadas como “agricultáveis” pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), observa-se que a pertinência do argumento se aplica ao território malaio, onde 66,8% das terras suscetíveis de uso para atividades agrícolas encontram-se convertidas em dendezais, todavia, é incongruente com a situação das vizinhas Indonésia e Tailândia, onde esta porcentagem corresponde a 19,7% e 3,7%, respectivamente. Com efeito, é necessário contrastar tal homogeneização discursiva, embora o deslocamento dos investimentos transnacionais para a África e a América Latina seja uma realidade inequívoca, motivados principalmente pela ação articulada de grupos empresariais malaios, chineses, norteamericanos e europeus.

Em 2009, Mccarthy e Cramb assinalaram que as autoridades indonésias continuavam incentivando o crescimento dos monocultivos de dendezeiros em seu território, com a meta de atingir 11 milhões de hectares em 2020. No entanto, essa projeção foi superada em 2018, quando o uso da terra destinado ao agronegócio do dendê atingiu 11,3 milhões de hectares, principalmente nas províncias de Sumatra e Kalimantan (USDA, 2018). Por seu turno, Bissonnette (2013) salienta que aquele país pretende chegar a 20 milhões de hectares nos próximos anos, denotando que a conversão de florestas primárias em plantios de palma tende a se agravar exponencialmente. O mesmo autor acentua que no intervalo de 2000 a 2012 o país passou de 4 para 9 milhões de hectares cultivados comercialmente, em ritmo acelerado.

A Resolução do Parlamento Europeu de, de 4 de abril de 2017, sobre o óleo de palma e desflorestação das florestas tropicais, ao analisar o contexto atual das implicações sociais, ambientais e econômicas do principal agrocombustível importado pelos países do bloco europeu fez uma série de apontamentos para restringir a comercialização do produto em face da conversão predatória do meio natural para fins agrícolas, especialmente na Indonésia, conforme evidenciado anteriormente. Cabe enfatizar os cálculos dos responsáveis pela elaboração do documento, os quais registravam a projeção de incorporação de mais um milhão de hectares ao cultivo de óleo de palma a nível mundial até 2020, visando a produção de biocombustível, dos quais 570 mil hectares incidiriam sobre florestas primárias do Sudeste Asiático.

Depreende-se, portanto, que a despeito das pressões internacionais em relação à cadeia de suprimentos do setor, a Indonésia planeja intensificar ainda mais a imobilização de terras em

favor do agronegócio do dendê, envolvendo grandes empresas e pequenos agricultores, pois o mercado internacional de óleo de palma mantém-se em franca expansão, consoante atestam seguidos relatórios divulgados por agências como FAO e USDA, assim como por análises emitidas pelo Parlamento Europeu. Esta perspectiva é corroborada quando se evidenciam estratégias empresariais de apropriação de terras e territórios por grupos privados da Malásia e da China, interessados na implantação de “desertos verdes” formados por dendezaís, conforme aludido por Alonso-Fradejas *et al* (2015).

De acordo com a FAO²⁰⁴, a principal força motriz da demanda por oleaginosas nos últimos anos tem sido o uso não-alimentar de óleos vegetais – tintas, detergentes, lubrificantes, oleoquímicos em geral, e biodiesel –, impulsionada notadamente por *players* como a China e a União Europeia, principais responsáveis por esse crescimento. O estudo revelou que os usos não-alimentares abrangiam 41% do total de 125 milhões de toneladas de oleaginosas comercializadas mundialmente naquele momento, com a produção agrícola de óleos vegetais concentrada em três monocultivos: dendê, soja e canola, sob o controle de um grupo pequeno de países: Indonésia e Malásia (dendê), Brasil, Argentina e Estados Unidos (soja) e União Europeia (canola). Os maiores importadores em 2007 eram China (12,9 mi/t), União Europeia (11,3 mi/t) e Índia (4,5 mi/t).

No léxico agrônômico e botânico concernente ao dendezeiro, as lesões necróticas ou necroses correspondem a manifestações fitossanitárias do processo de adoecimento de plantas contaminadas pelo amarelecimento fatal, caracterizada por manchas escuras nas extremidades dos folíolos, que ao se espalhar para a base provoca a seca total das folhas afetadas e conseqüentemente resulta na morte das palmeiras. Como amplamente reiterado pela literatura, o vasto repertório de pesquisas realizadas desde a descoberta da enfermidade na década de 1970 nos cultivos da Denpasa até o presente não teve êxito em identificar o agente causal responsável, permanecendo desconhecida sua etiologia. Além dos monocultivos da mencionada empresa, o AF também dizimou plantações da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE) e da Socfinco, no município de Tefé, e da Companhia de Dendê do Amapá (CODEPA), em Porto Grande. (BOARI, 2008).

Ante à incerteza provocada pelos malogrados esforços das tecnociências em desvelar concretamente o problema, o amarelecimento fatal se constitui como ameaça de extrema gravidade aos interesses expansionistas do agronegócio do dendê, pois a incidência da doença está circunscrita aos estados amazônicos classificados como potencialmente mais “aptos” para

²⁰⁴ Cf. ALEXANDRATOS, N.; BRUINSMA, J. 2012. *World Agriculture Towards 2030-2050: the 2012 revision*. ESA Working Paper, n° 12-03. Rome, FAO.

o espraçamento da *plantation*. Para tentar contornar a situação, os estudos realizados pela Embrapa nos últimos anos têm focado basicamente em três iniciativas: a) criação de híbrido interespecífico do cruzamento do dendê africano (*Elaeis guineensis*) com o caiaué (*Elaeis oleifera*), resistente ao AF, mas com a necessidade de polinização assistida; b) delimitação edafoclimática de “zonas” com maior incidência do AF e de “zonas” mais indicadas para cultivo, que correspondem a áreas com menor pluviosidade; c) realização de pesquisas visando testar a viabilidade de redirecionamento da dendeicultura para outros estados imunes ao AF, em áreas com déficit hídrico e baixa umidade, passíveis de serem manejadas por meio de projetos de irrigação. (VENTURIERI, 2011; GAMA E REYNOL, 2011, SANTOS *et al.*, 2016;).

Na Colômbia, o tema fitossanitário também está no centro das atenções do grêmio empresarial e de seu instituto de pesquisa próprio, a Cenipalma. Isso porque a *podricción de cogollo*, enfermidade similar ao amarelecimento fatal verificado no Brasil e em outros países, tem causado severas consequências econômicas ao longo do tempo. A primeira experiência de dendê implantada no país, a holandesa Coldesa, no Urabá antioquenho, foi dizimada pela doença (SIERRA GIRALDO, 2018). Posteriormente, os monocultivos em Tumaco (Nariño), Puerto Wilches (Santander) e Cantagallo (Bolívar), assim como outras áreas situadas nas principais regiões produtoras também foram gravemente afetados. Em vários casos, a devastação provocada pelo PC foi acompanhada de greves laborais organizadas por trabalhadores expostos a condições degradantes de trabalho e ao desemprego²⁰⁵.

A despeito de vultuosos recursos públicos e privados despendidos para determinar a etiologia da doença, até o momento essa identificação fitossanitária não tem tido êxito. Diante das ameaças de novas recorrências do PC, os institutos de pesquisa têm recomendado a substituição da variedade africana (*Elaeis guineensis*) por híbridos intraespecíficos geneticamente modificados, decorrentes do cruzamento entre a *guineensis* e a *Elaeis oleifera*, variedade americana. Não obstante o híbrido oferecer menor suscetibilidade ao PC, um outro efeito colateral incomoda o agronegócio de dendê colombiano: o aumento dos custos laborais, em decorrência da necessidade de pulverização manual assistida. Nesse sentido, um dos focos principais das pesquisas sobre a palma concernem a descoberta de marcadores genéticos capazes de interferir na floração das plantas, conforme se observou na pesquisa empírica, notadamente na entrevista realizada com representantes da Fedepalma e Cenipalma, e na visita

²⁰⁵ Ver artigo *The history of research on oil palm bud rot (Elaeis guineensis Jacq.) in Colombia*, de autoria de Benítez, e García. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/agrocol/article/download/46240/52514>. Acesso em 10 out. 2020.

a cultivos de agricultores “integrados” à empresa Bioplanta Palmera para el Desarrollo S.A, em Chigorodó, Antioquia.

6.1 NECROSES DA DENDEICULTURA

O emprego da noção de *necrose* no âmbito dessa pesquisa tem significado distinto daquele empregado pelo necrosaber agrônômico, correspondendo a uma tentativa de abstração visando descrever etnograficamente as manifestações empíricas do exercício da morte em *zonas de não-ser* engendradas pela governamentalidade bioeconômica da dendeicultura, associada a violentos processos de tecnificação escorados em necrosaberes. Objetivados em monoculturas territoriais e cognitivas, os regimes de representação, discursos e práticas subjacentes a esta economia política se traduzem na exposição de grupos sociais expostos física e psiquicamente a condições mórbidas.

As necroses se manifestam nos vários domínios sociais, mediante a combinação de atos violentos com omissões deliberadas e produção de subjetividades decorrentes de condutas geridas em consonância com os imperativos da economia de mercado. Repressivas e/ou aparentemente suavizadas, as práticas funestas do agronegócio do dendê são coextensivas a uma monotonia espaço-temporal idealizada na transformação de territórios diversos em espaços ordenadamente homogêneos. Daí resultam efeitos sociais e ambientais deletérios, além de antagonismos sobre as formas de uso e de sentido atribuído aos “recursos naturais”.

Conforme descrito na parte introdutória, no intervalo de 2017 e 2019 foram realizados trabalhos de campo no epicentro da produção de dendê no estado do Pará, Brasil, e na região de Urabá, localizada nos departamentos de Chocó e Antioquia, respectivamente. As atividades consistiram em reuniões com pequenos agricultores assentados de reforma agrária e quilombolas, entrevistas, oficinas de autcartografia social, produção audiovisual (fotografias e vídeos) de danos ambientais, coleta de pontos de GPS e identificação de interseções entre megaemprendimentos econômicos implantados ou em vias de implantação nos referidos territórios. Entrementes, também se recorreu à vasta literatura sobre o assunto, cujas pistas ajudam a compreender as situações concretas observadas.

Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo são duas comunidades rurais inseridas no Projeto de Assentamento Nazaré, situado na fronteira dos municípios de Acará e Tomé-Açu. Ambas se encontram cercadas por monocultivos de dendezeiros da empresa Brasil Biofuels (BBF), que formam o chamado “Polo Acará”. De acordo com membros da Associação dos Moradores e Agricultores do Igarapé Ipitanga ouvidos por Costa (2020), o assentamento é formado por 162

famílias²⁰⁶, das quais 98 encontram-se reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão fundiário gestor daquela unidade territorial.

Para se chegar às duas comunidades por via terrestre existem várias possibilidades: a) acessando o Ramal do Cravo, à altura do km 14 da Rodovia Estadual PA-252, por 15 km até a travessia do Rio Miritipitanga²⁰⁷ (Acará). Dali a 7 km se entra no Ramal do “Inferninho” até chegar à Comunidade Nazaré do Baixo; para a Comunidade Nazaré do Alto se pode seguir na estrada principal e mais adiante converter à direita no Ramal do Ipitinga, em frente a um dos “abrigos²⁰⁸” usados por assalariados rurais do dendê; b) Atravessando a “balsinha²⁰⁹” na cidade de Acará e adentrando na estrada conhecida como “Transbiovale”, em referência à empresa responsável pela construção da via planejada para facilitar a circulação dos trabalhadores e a produção de dendê do “Polo Acará”. Essa via margeia o Rio Acará-Mirim e adentra na fronteira entre os dois municípios; c) por meio de ramal que inicia na Vila Juvenal, km 30 da PA-252, até a margem esquerda do Rio Acará, em frente à Vila Santa Bárbara. Ali se cruza o rio numa pequena embarcação de madeira que só possibilita atravessar passageiros e motos; d) pela cidade de Quatro Bocas, Tomé-Açu, transitando pela “Transbiovale”; e) por meio do ramal que interliga o km 22 da PA-252 à Comunidade São Raimundo, na margem direita do Rio Acará, atravessando a Fazenda Bonanza, vendida à Biopalma e atualmente ocupada por famílias sem-terra. Após a travessia do rio se percorre por uma estrada de chão que bifurca no Ramal da Santa Bárbara.

A complexa malha viária construída nos últimos doze anos entrecortando as áreas rurais de Acará e Tomé-Açu alterou profundamente não apenas as formas de deslocamento intrarregional, mas reconfigurou os próprios referenciais simbólicos que orientavam a vida

²⁰⁶ A não inclusão na Relação de Beneficiários (RB) do projeto de assentamento é um problema que afeta várias famílias nas comunidades pesquisadas, agravado por normas adotadas pelo INCRA, em consonância com decisões proferidas por órgãos de controle como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). As restrições se caracterizam principalmente pela vedação da elegibilidade de professores e outros funcionários de escolas rurais, agentes comunitários de saúde e até filhos de agricultores que cursaram cursos de graduação ofertados pelo extinto Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). A família de Dalva e Ivanel Mota é uma das que se encontram invisibilizadas pelo órgão fundiário, mesmo residindo e trabalhando em seu lote de terras há muitos anos.

²⁰⁷ O Rio Acará recebe essa designação após bifurcar com o Rio Acará Mirim em frente à sede municipal, até a altura do chamado Alto Acará, da fronteira com os municípios de Tailândia e Tomé-Açu.

²⁰⁸ De acordo com o Sindicato dos Empregados e Empregadas Rurais do município de Acará – SINDTER, os “abrigos” se constituem como espaços reservados para a alimentação e descanso dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais durante a jornada de trabalho diária nos dendezaís. A construção desses espaços teria sido consignada em acordo coletivo firmado entre o sindicato e as empresas do dendê.

²⁰⁹ Consiste numa pequena embarcação de madeira com capacidade para transportar somente um veículo e os respectivos passageiros. A designação no diminutivo é em comparação à balsa da Henvil Transportes Ltda, que detém o monopólio da travessia de veículos e passageiros no Rio Acará, em frente à cidade. Essa empresa também opera na travessia do Rio Acará, na Rodovia Estadual PA-256, na fronteira do município homônimo com Tailândia.

social, outrora subordinada à dinâmica dos rios e igarapés, notadamente do Miritipitanga e Ipitinga, respectivamente. Assim, as categorias sociológicas “centro” e “beira” foram gradualmente deslocadas de seu significado clássico de territorialização (VELHO, 2009). A “beira”, antes associada aos locais de moradia situados às proximidades dos cursos d’água, agora se refere à margem da teia de ramais abertos nos últimos anos. O “centro”, designação empregada para aludir aos locais de trabalho agrícola nos roçados, hoje é usado com frequência para representar o centro comercial de Quatro Bocas, distante a 45 quilômetros do PA Nazaré.

É para esse adensamento urbano que os agricultores costumam se deslocar para resolver assuntos de seu cotidiano, tais como recebimento de benefícios previdenciários e de programas sociais de transferência de renda, apresentação de demandas ao INCRA, realização de operações de crédito e amortização de dívidas bancárias, venda de produtos agrícolas, aquisição de gêneros alimentícios e de bens de consumo duráveis e não-duráveis. As idas a Quatro Bocas são frequentes, facilitadas pela operação de duas linhas regulares de ônibus que fazem o transporte de passageiros durante a semana²¹⁰.

²¹⁰ A propósito, a intensidade desse fluxo tem aumentado a exposição de moradores das comunidades Nazaré do Baixo e Nazaré do Alto ao novo coronavírus (SARS-Cov-2) nos últimos meses: “os ônibus saem lotados do assentamento e com isso o risco de contaminação é muito grande. Mesmo tomando os devidos cuidados pessoais, a gente viaja muito preocupado” (informação verbal). Cf. SILVA, E.P. O duplo pharmakon da pandemia no assentamento Nazaré. In: ALMEIDA, A.W.B. de; ACEVEDO MARÍN, R.E.; ALEIXO, E. *Pandemia e Território*. pp. 815-832.

Figura 8 - Área da microbacia do Igarapé Ipitinga do Assentamento Nazaré, 2020



Foto: Costa (2020).

O mapa ilustrado na figura 8 evidencia a tessitura de corpos d'água que formam a microbacia hidrográfica do igarapé Ipitinga, afluente do Rio Miritipitanga (Acará), que juntamente com o Arapiranga-Açu e o Itabocal se constituem como os principais cursos d'água nesta porção do território acaraense. Referidos igarapés e seus tributários cumprem funções ecológicas de grande relevância, pois abrigam uma diversidade de espécies da fauna e da flora, colaboram com a manutenção do regime hídrico. Antes da instalação de monocultivos de dendzeiros em larga escala no território, costumavam ser usados como fonte de alimentação (pesca artesanal), de abastecimento (água para consumo humano e atividades domésticas), de lazer e higiene pessoal (banho) e meio de conexão com a cidade de Acará.

Em consonância com a *análise concreta de situações concretas*, o estudo realizado por Costa (2020) analisa as transformações sociais e ambientais ocorridas ao longo do tempo no Ipitinga. Segundo a autora, as práticas de uso comum da fauna e da flora, presentes desde o início da organização comunitária nos idos dos anos 1940, foram modificando ao longo da década de 1970 com a acumulação violenta de terras para a pecuária extensiva, agravaram-se com a abertura de estradas madeireiras ligando esta região do Acará à Vila Socorro, em Tomé-Açu, nos anos 2000, e forjaram as condições de possibilidade para a instalação do megaempreendimento do dendê a partir de 2009, sob o discurso oficial de “recuperação de áreas degradadas” e de implantação de um “polo de desenvolvimento regional”. Terras e territórios

foram apropriados pela empresa Biopalma da Amazônia S.A, mediante transações imobiliárias²¹¹ visando a posterior conversão de áreas em grandes dendezaís tecnificados²¹² e a imobilização como “reserva legal”, ao estilo das agroestratégias descritas por Almeida (2010).

6.2 CERCAMENTO COMO ESPÉCIE DE NECROSABER JURÍDICO

Estudos baseados em evidências concretas apontam a grilagem como um dos principais mecanismos de acumulação violenta de terras historicamente na área estudada, cujos traços permanecem vivos na estrutura fundiária, e os efeitos jurídicos decorrentes de tal prática têm sido alvo de seguidas medidas correccionais adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA). Segundo dados compilados pela Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem, instituída pelo TJ/PA em 2007 em atendimento a reivindicação de movimentos sociais do campo, naquele ano foram bloqueadas 120 transcrições feitas no cartório de Acará; em 2012 se cancelou administrativamente 195 matrículas, por estarem em desacordo com os preceitos legais; em Moju, as matrículas canceladas chegaram a 146 registros (TRECCANI²¹³, 2020). Os atos abrangem imóveis rurais registrados com extensão superior ao limite constitucional e destituídos de autorização legislativa do Congresso Nacional.

Dentre os registros bloqueados e/ou cancelados encontram-se as fazendas denominadas Vera Cruz, Xavier e Fábrica, com 15.540 hectares; São José 1º, São José 2º, Tapera, Nazaré, São João, Tapera 3º, Piquiá e Trindade, com área de 30.000 hectares; São José e Tapera, com 11.494 hectares; Sem denominação, com 74.094 hectares; Lote 33, com 22.547

²¹¹ Nos documentos chamados *Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício 2007*, acompanhados do parecer de auditoria independente, a Biopalma da Amazônia S.A (atual Brasil Biofuels) apresenta duas informações importantes a respeito da compra de terras. A primeira concerne à precificação de fazendas próprias em seu ativo imobilizado, avaliadas em R\$ 65.541.000,00 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais). A segunda diz respeito ao item “Obrigações por aquisições de terras”, cujo valor no Passivo Circulante é de R\$ 37.588.000,00 (trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil reais). Este valor corresponde a 59.560 hectares, com vencimento final previsto para 18 de dezembro de 2008, referidas à primeira etapa do projeto empresarial. Cf. http://www.ioepa.com.br/pages/2008/04/18/2008.04.18.DOE_63.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

²¹² De acordo com apresentação institucional da empresa, feita por Abreu (2015) durante o Workshop: Produção Sustentável de Óleos Vegetais, promovido pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi anunciada a compra de 12 milhões de sementes de dendezeiros, sendo 10 milhões de mudas do híbrido interespecífico *Tenera* – importadas da Costa Rica (ASD), da Colômbia (PalmElit/La Cabaña) e do Equador (Indupalma) – e 2 milhões do híbrido interespecífico *BRS Manicoré* (O x G), adquiridas da Estação Experimental do Rio Urubu/Embrapa e da Denpasa S.A. Com base no espaçamento recomendado por estudos agrônômicos (143 palmeiras por hectare), calcula-se que as mudas seriam suficientes para 83.916 hectares de plantações. A empresa informa que a produtividade de suas sementes (29,7 ton/ha) é superior à de companhias do Sudeste Asiático.

²¹³ TRECCANI, G. D. Planilha [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ruralidades21@gmail.com> em 19 ago.2020.

hectares; Tapirateua, Desterro, São João e Breu, com 23.657 hectares; Bocaia, com 13.068 hectares; Água Boa, com 11.214 hectares; Turi, com 23.567 hectares; São Pedro, com 12.163 hectares; Paraíso, com 7.652 hectares; Vera Cruz, com 6.339 hectares; Galileia, com 3.966 hectares; Porto Alto, com 35.000 hectares. Nessa lista constam imóveis adquiridos pela Biopalma da Amazônia S.A, tais como a Vera Cruz, e outros controlados pela Agropalma S.A, como Porto Alto, Galileia, Castanheira e Roda de Fogo, mediante esquemas flagrantemente fraudulentos, conforme denunciado pelo Ministério Público Estadual e sancionado pelo Poder Judiciário. Em seção específica, o tema será retomado.

Trata-se de grandes fazendas antes dedicadas à exploração predatória de madeira²¹⁴ e subsequentemente à pecuária extensiva, adquiridas por agroempresários do dendê, representados por corretores fundiários responsáveis pela intermediação junto a detentores de terras, cartórios de registros de imóveis e órgãos fundiários²¹⁵. Muitos imóveis rurais foram comprados dessa maneira, tais como as fazendas Bonanza, Vale Verde, Vera Cruz, Solimões, Campo Belo e outras situadas na fronteira Acará-Tomé-Açu. No entanto, como demonstra Benevides (2019), as compras não se limitaram a latifúndios supostamente “degradados”, pois envolveram também a apropriação de lotes de pequenos agricultores e quilombolas, em desacordo com os regramentos legais do programa governamental. Referidas aquisições ocorreram não apenas por meio de mecanismos de sedução, mas por coação psicológica resultante do insulamento, das tentativas de destruição das memórias sociais, da desestruturação de laços comunitários e de sucessivos danos ambientais.

Durante trabalho de campo realizado no período de 3 a 5 de março de 2017 em Acará, diversos agentes sociais relataram a respeito da compra de terras por empresas do dendê nas áreas rurais do município. Segundo eles, a investida dos compradores de terras iniciou entre 2009 e 2010²¹⁶ e teria parado entre 2014 e 2015, tendo ocorrido “muita apropriação de terras de pequenos, tanto por parte das empresas como de fazendeiros²¹⁷” que em seguida as revendiam com ágio bem acima dos preços referenciais normalmente praticados.

²¹⁴ Os municípios de Tailândia e Tomé-Açu ao longo do tempo se constituíram como “polos madeireiros”, concentrando centenas de serrarias e fornos de carvão vegetal, em sua maioria clandestinos. Conjugados com a pecuária extensiva, sucedânea a esta, são os maiores responsáveis pela devastação dos ecossistemas locais. Em meados de 2008 o governo federal deflagrou a “Operação Arco de Fogo”, resultando no embargo de atividades, acompanhado de violentos protestos ocorridos em cidades do Vale do Acará e Baixo Tocantins. Ver: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL632782-5598,00-OPERACAO+FECHA+CARVOARIAS+CLANDESTINAS+NO+PARA.html>

²¹⁵ Cf. Silva, Magalhães e Farias, 2015.

²¹⁶ Entrevista realizada em 04/03/2017 com a sra. Dalva Costa, moradora do PA Nazaré e então aluna do Polo de Educação do Campo de Acará, Faculdade de Educação do Campo de Abaetetuba.

²¹⁷ Entrevista concedida em 05/05/2017 pelo sr. Antônio Pedro de Abreu Gama, Presidente do Sindicato dos Empregados e Empregadas Rurais de Acará – SINDTER.

Naquela época que você passou por aqui [se referindo à pesquisadora Maria Backhouse] eles iam para cima dos posseiros e compravam e faziam todo tipo de negócio, por meio dos intermediários. Um exemplo: eu chegava com você e dizia: "olha, você quer vender sua terra?" aí comprava de você por 25 mil, te dava 10 ou 15 mil e ficava com mais da metade. Isso aconteceu muito. Teve gente que vendeu 25 hectares e pegou 5 mil reais e se vendia por 25 ou 30 mil para a empresa. Isso aconteceu muito, muito, muito, graças a Deus que parou agora (Manoel Raimundo da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Acará, março de 2017).

Houve, houve muita aquisição de terra de pequeno, uma situação por parte da empresa que ia diretamente com o trabalhador rural e uma outra situação por parte de digamos assim de terceiro mesmo, o próprio fazendeiro quando ia vender a fazenda dele ele acabava negociando as áreas de terra ao redor num preço menor, acrescentando a área dele e ganhando dinheiro em cima do valor da terra, então o próprio fazendeiro ao fazer a venda da terra dele ele também já vendia junto com a dele a área ao redor. (Antônio Pedro de Abreu Gama, Presidente do SINDTER Acará, 2017)

Os relatos orais supramencionados confirmam empiricamente a forma violenta como se deu nos anos 2000 o processo de territorialização das empresas do agronegócio do dendê em Acará e municípios vizinhos. As compras de terras em ritmo exponencial teriam iniciado em 2009 e perdurado até meados de 2014/2015. Os prepostos imobiliários não conheciam limites na prática de aquisição de imóveis a preços vis para em seguida repassá-los às companhias do dendê, mediante negócios financeiramente vantajosos para uns e violentamente perversos para aqueles que foram expropriados: “eles iam pra cima dos posseiros, compravam e faziam todo tipo de negócio”. Diferentemente do discurso preconizado por agentes políticos e empresariais, as transações imobiliárias não envolveram apenas fazendas dedicadas anteriormente à pecuária extensiva, mas também lotes de pequenos agricultores, ribeirinhos e quilombolas, posteriormente lembrados e aglutinados em grandes áreas.

Os efeitos imediatos dessa reconfiguração territorial induzida pelo aporte de capitais nacionais e transnacionais resultaram no cercamento de terras tradicionalmente ocupadas, consideradas como “obstáculos” à consecução das agroestratégias do dendê e conseqüentemente aos projetos desenvolvimentistas. Evidências concretas estão presentes na fala de um integrante da atual gestão municipal: “tem um senhor que é muito amigo nosso aí da região do Araxiteua, fronteira do Araxiteua e Mariquita, de nome Dionísio. A empresa Biovale comprou todas as terras do lado da dele e ele não vendeu a dele e mora do lado da produção. [é uma área] pequena e toda cercada de plantação de dendê e ele mora no meio” (entrevista realizada com o Sr. Charles Oliveira, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Acará, 2017, grifo nosso).

Os cercamentos físicos remetem aos *caminhos condenados* descritos etnograficamente por Ojeda *et al.* (2013), quando realizou investigações sobre os efeitos da dendeicultura em Montes de María, no Caribe colombiano. Estes se referem justamente às restrições à mobilidade dos grupos sociais impostas pela geometrização e disciplinamento de territórios dominados por

extensas *plantations*. Em outras palavras, o alastramento de dendezaís em “uma monótona regularidade” (RESTREPO, 2004, p. 75), esfuma a livre circulação das pessoas e corrói as possibilidades de uma *ética do passante*, como sugere Mbembe (2017). Os próprios referenciais que guiavam os deslocamentos desapareceram no meio das plantações. Onde outrora havia casas, roças e pomares agora virou “deserto verde” ou foi imobilizado como “reserva legal” privada das empresas.

Nos limites fronteiriços entre Acará e Tomé-Açu, a Biopalma da Amazônia S.A concentrou grandes extensões de terras nos últimos onze anos, conforme as narrativas dos agentes sociais e as evidências empíricas observadas em campo, corroborados por documentos constantes na base de dados pública relativa ao “planejamento ambiental de imóveis rurais”, instituída pelo Novo Código Florestal. As grandes fazendas acumuladas pela empresa estão registradas no Sistema do Cadastro Ambiental Rural do Estado do Pará – SICAR/PA, vinculadas à personalidade jurídica da Biopalma ou a de sua proprietária, a Vale S.A.

A despeito de sua natureza eminentemente declaratória, a consulta ao CAR em agosto de 2020 descortinou em boa parte como está desenhado o processo de territorialização da empresa no aludido espaço. A maior parte das terras controladas pela companhia está registrada sob a forma de “blocos” numerados sequencialmente acrescidos da designação “Vera Cruz”, correspondendo a diversos imóveis rurais aglutinados para formar um único cadastro, conforme descrito a seguir:

- a) Fazenda Campo Belo – “Bloco Vera Cruz 01”, situada no km 17 do Ramal da Vila Socorro, possui uma área de 5.828,91 hectares, dos quais 4.754,48 hectares supostamente teriam comprovação documental. 55% do imóvel é considerado como “área consolidada” e 41,9% como remanescente de vegetação nativa. O CAR dessa fazenda encontra-se ativo.
- b) Fazenda Watanabe – “Bloco Vera Cruz 02”, antiga Fazenda Bonanza, que inicia na PA-252 e termina na margem esquerda do Rio Miritipitanga. A área do imóvel é de 2.638,37 hectares, divididos em 61,5% de “área consolidada” e 37,8% de remanescente de vegetação nativa caracterizado como reserva legal. O CAR do imóvel também se encontra ativo no sistema.
- c) Fazenda Vera Cruz – “Bloco Vera Cruz 03”, com área de 43.905,29 hectares, abrangendo terras localizadas nas duas margens do Rio Miritipitanga, que formam uma espécie de figura convexa. As fazendas Vale Verde e Solimões estão lembradas nesse “bloco”. Em termos de caracterização, 38,5% são classificados como “área consolidada” e 60,1% como “remanescente de vegetação nativa”, inscrito como reserva

legal. O registro no CAR está sobreposto a outros 118 imóveis rurais, que correspondem a 36,3% da área cadastrada. Destes, 119,72 hectares estão localizados dentro do PA Nazaré e 0,34 hectares dentro da Terra Indígena Turé-Mariquita. Devido a tais irregularidades, o CAR encontra-se com *status* “pendente”.

Além dos remembramentos de terras supramencionados, tem-se ainda a Fazenda Ilha Verde – “Bloco Vale”, com área de 8.104,07 hectares, decorrente da junção das fazendas Itamaraty e Ilha Verde, que iniciam às proximidades da Vila Socorro, margeiam o Rio Mariquita e se sobrepõem a 75% do território quilombola Nova Betel, conforme se verá mais adiante. Os cadastros individualizados constavam anteriormente em nome da Biopalma, porém foram cancelados a pedido da empresa e reinscritos em nome da Vale S.A. O CAR está mantido como “pendente” devido à incidência em outros 82 imóveis, sem contar o território quilombola. A “área consolidada” corresponde a 76,7% do total e o remanescente de vegetação nativa a 18,2%, estando, portanto, em desconformidade com a legislação ambiental vigente.

Quando somados, os quatro “blocos” acumulados pelas empresas Biopalma da Amazônia S.A e Vale S.A na fronteira Acará-Tomé-Açu correspondem a 60.476,64 hectares, equivalentes a 3,2 vezes o tamanho do município de Ananindeua, o segundo mais populoso do Pará. A compra dessas terras foi amplamente estimulada por programas governamentais e viabilizado com o suporte de capitais nacionais e transnacionais. Um dos pontos em comum entre os registros localizados no CAR é que todos eles foram efetuados pelo mesmo profissional, um engenheiro florestal, ex-Diretor de Controle e Qualidade Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA) durante a gestão Ana Júlia Carepa (2007-2010), confirmando outra vez o fenômeno da “porta giratória”.

Outras quatro fazendas foram encontradas em nome da mineradora Vale S.A nos municípios de Acará e Tomé-Açu. Trata-se das seguintes áreas: a) Fazenda Canaã do Acará, com tamanho de 813,90 hectares, localizada na margem direita do Igarapé Araxiteua, próxima ao assentamento homônimo ao curso d’água; b) Bosque dos Mognos, com área de 1.016,32 hectares, em Tomé-Açu; c) Fazenda Coelho, com 2.039,76 hectares, situada na margem direita do Rio Acará-Mirim, em Tomé-Açu; d) Fazenda Chapadão, com 3.578,26 hectares, também na margem direita do Rio Acará-Mirim, no mesmo município, à montante da Terra Indígena Tembê.

A caracterização das terras apropriadas pelo agronegócio do dendê se faz necessária para evidenciar correlativamente a grave disputa pelo uso da água no referido território. Conforme assinalado por Thury (2017) e Costa (2020), as *novas plantations* do dendê cortaram rios, igarapés, córregos, nascentes, lagoas e áreas inundáveis, essenciais para a reprodução

física e cultural dos diferentes modos de existência coletiva. O esquadramento dessa espacialidade instituída, consoante a territorialização das práticas agroempresariais, engendrou profundas transformações não apenas nas estruturas agrária e fundiária, mas também nas formas de fruição dos recursos naturais. A microbacia do Ipitinga é um exemplo inequívoco disso.

6.3 CERCAMENTO E USO DE AGROTÓXICOS

As situações concretas verificadas em Acará indicam a existência não apenas de caminhos condenados, mas também de rios condenados, pois, “o maior crime que as empresas praticaram foi a construção das estradas sem respeitar os igarapés, porque essa nossa região é toda cortada por cursos d’água, por igarapés pequenos, e eles não construíram pontes, eles aterraram. Nossos igarapés estão praticamente mortos por causa disso” (entrevista realizada com Dalva Costa, 2017). Com efeito, as mudanças na estrutura agrária culminaram em contínuas *veias abertas pelo dendê* na fronteira Acará/Tomé-Açu, recortando as terras, alterando o curso dos igarapés e homogeneizando a paisagem (COSTA, 2020).

Figura 9- Croqui de localização do PA Nazaré, dos igarapés e terras apropriadas pela dendeicultura, 2020



Fonte: Odinaldo Paiva e Ivanel Costa, agricultores do PA Nazaré, citados por Costa (2020).

O croqui elaborado por dois agricultores do PA Nazaré, detentores de profundo conhecimento empírico das terras, matas e cursos d'água existentes no território, evidencia de maneira cristalina as veias abertas pelo dendê e os cercamentos por ele causados na circunscrição do assentamento. Percebe-se o intrincado processo de territorialização resultante da sinérgica articulação entre políticas governamentais e estratégias empresariais. De fato, o mundo social vivido pelos agricultores e ribeirinhos já não é o mesmo de antes, pois outras espacialidades e temporalidades passaram a moldar conflituosamente as relações do lugar. São mudanças em curso, portanto, em disputa.

Implantados às margens do “Ramal do Inferninho”, os monocultivos de dendezeiros iniciam a 1,1 km da Comunidade Nazaré do Baixo, situada na outra margem do Igarapé Ipitanga. Parece sintomático que a designação atribuída pelos trabalhadores do dendê ao acesso à comunidade Nazaré do Baixo seja “Ramal do Inferninho”. A representação dantesca do relevo acidentado do terreno também poderia ser extrapolada para representar os efeitos sociais e ambientais deletérios associados à dendeicultura. Se por um lado a abertura de ramais facilitou a conectividade da empresa e lateralmente das localidades cercadas por cultivos em larga escala, por outro represou as nascentes e cursos d'água encontrados pelo caminho, fazendo morrer a vegetação parcialmente submersa. Acrescentam-se a isso as evidências empíricas de contaminação dos igarapés, motivada pelo derramamento de efluentes do processo agroindustrial e pelo uso intensivo de agrotóxicos nos plantios.

Nas observações correspondentes à pesquisa realizada em agosto de 2019, constatou-se o uso intenso do herbicida glifosato, popularmente conhecido como “mata-mato”, aplicado por trabalhadores da Biopalma para realizar a chamada “capina química” recomendada tecnicamente por empresas do dendê e pelas prescrições do necrosaber agrônomo²¹⁸.

A utilização em escala desse agrotóxico tem ocasionado graves danos ao meio ambiente e à saúde humana relatados pelos agentes sociais, atingindo simultaneamente pessoas e áreas de uso comum como rios e igarapés. Nos últimos anos, o amplo emprego do Roundup nas *novas plantations* tem influenciado o comportamento de pequenos agricultores. A facilidade de

²¹⁸ Assim prescreve Pina (2010, p. 194): “CAPINA QUÍMICA: dependendo do grau de infestação de ervas no solo, é feita a aplicação com herbicida glifosato a 1%, sendo utilizado, também, o herbicida oxyfluorfen, préemergente a 0,50%. O mesmo autor também assinala mais adiante: “antes do replantio, é feita a capina química com herbicida glifosato a 1% em toda a extensão das linhas de plantio”. (ibid., p. 197). Por sua vez, ao se referirem à atividade de limpeza e coroamento de dendezeiros, Cunha *et al.* (2010, p. 107-8) assim se pronunciam: “a frequência dessa prática depende das condições climatológicas. Em condições favoráveis, pode ser necessário realizá-la até seis vezes ao ano, no caso de o coroamento ser realizado manualmente. Contudo, nas médias e grandes plantações, por questão de economicidade, vem prevalecendo o controle químico” (grifo nosso).

comercialização sem nenhum tipo de controle e o enfraquecimento da força de trabalho familiar – deslocada para o assalariamento rural –, conjugados com o desejo de amenizar a penosidade camponesa concernente à capina das roças, são apontados como as principais causas da acentuação do problema. Em alguns casos, já se nota essa prática até na limpeza de sítios às proximidades de residências, sem qualquer cuidado na aplicação.

Figura 10 - “Capina química” nos dendezaís do “Ramal do Inferninho”, PA Nazaré. Figura 11 - aplicação de *Roundup* às proximidades de uma residência na Comunidade Nazaré do Baixo, 2019



Fonte: elaborada pelo autor (2019)

Do lado esquerdo do croqui também se verifica extensos dendezaís cultivados nas fazendas Vale Verde (margem do Rio Miritipitanga, onde está instalada a Fábrica Castanheira) e Solimões, situada nos dois lados da “Transbiovale”, outrora conhecida como Ramal da Vila Socorro. A Vale Verde integra o chamado “Bloco Vera 03”, complexo de fazendas da Biopalma da Amazônia S.A que inicia no Ramal do Cravo, a partir da confluência com o Ramal Bom Jesus, e segue abrangendo as duas margens do Rio Acará, com a agrovila “Onça’s Park” à esquerda, a “Fábrica Castanheira” e a sede administrativa do “Polo Vera Cruz”, à direita. Por sua vez, a Fazenda Solimões, de 2.696,48 hectares, é contígua ao PA Nazaré e ao Bloco Vera Cruz 03. Entre as duas fazendas, convertendo à esquerda existe um ramal de acesso às comunidades Vera Cruz e Vilage Roma, ambas banhadas pelo igarapé Arapiranga-Açu. De acordo com as falas de moradores do PA Nazaré, este curso d’água enfrenta os mesmos problemas que o Ipitinga, em termos de derramamento de tibórnia por parte da Biopalma.

Percorrendo a Fazenda Solimões, na entrada do Ramal do “Polo Vera Cruz”, se pode constatar a confluência de três megaempreendimentos econômicos presentes no território pesquisado: monocultivos de dendezeiros, mineroduto para transporte de poupa de bauxita da *Norsk Hydro* e a linha de transmissão de energia de propriedade da mesma empresa. Adentrando na vicinal o cenário visual é contrastante. De um lado, a estrada bem conservada, com intensa movimentação de caminhões basculantes e veículos de passeio, indo e vindo

freneticamente sobre a via empoeirada. De outro, castanheiras resistindo solitariamente à homogeneização da paisagem e igarapés em situação agonizante por causa do barramento do leito em diferentes pontos, agravado pela reiterada deposição de efluentes industriais (tibórnia) e pela aplicação de glifosato nos plantios.

À 3 km da sede administrativa do Polo Vera Cruz encontra-se o sistema de monitoramento de pressão construído pela *Norsk Hydro*, designado como PMS-03. É um dos locais previstos no licenciamento ambiental para aferição periódica das condições de transporte da bauxita pelo mineroduto. Dentro dessa estrutura murada está instalada uma grande placa solar, câmeras de segurança e um número de telefone gratuito para acionamento “em caso de emergência”. Apesar de não haver residências às proximidades, as comunidades do entorno registram preocupação quanto ao risco de acidentes ambientais como aqueles seguidamente ocorridos em Barcarena e Minas Gerais.

Figura 12- Ponto de encontro entre mineroduto, linha de transmissão de energia e monocultivos de dendezeiros, entrada do ramal de acesso ao “Polo Vera Cruz”, Acará



O mineroduto foi construído pela Vale S.A em 2004, objetivando o transporte subterrâneo de poupa de bauxita da mina de Paragominas, situada no platô Miltônia 3, até as instalações da refinaria no complexo de beneficiamento da Alumina do Norte (Alunorte). O mineroduto percorre 244 km e destes 14 km atravessam o território quilombola de Jambuaçu (ACEVEDO, 2019). O traçado acompanha praticamente a mesma rota dos dois outros minerodutos pertencentes à Rio Capim Caulim S.A, até Barcarena. Ao longo desse trecho, vários territórios tradicionais são intrusados em maior ou menor escala, não apenas pelas faixas de servidão das obras (20 metros), mas pela desestruturação de roças, cultivos familiares e pelo clima de medo permanente associado a ameaça de sinistros ambientais.

Após uma série de conflitos e tensões experimentadas pelos quilombolas, assentados de reforma agrária e ribeirinhos em relação aos empreendimentos minerários implantados em seus territórios, em fevereiro de 2011 foi concluída a transferência dos negócios da companhia Vale S.A para a estatal norueguesa *Norsk Hydro S.A*, abrangendo a Mineração Paragominas, o mineroduto, a linha de transmissão de energia e a maior refinaria do mundo sediada em Barcarena. A transação financeira foi na ordem de 4,9 bilhões de dólares norte-americanos, com a garantia de exploração da mina por um período de cem anos.

Para assegurar o suprimento de energia elétrica para as atividades de extração, transporte e processamento do caulim e da bauxita, a empresa Vale S.A construiu ainda nos anos 1990 uma linha de transmissão paralela ao mineroduto da Mineração Paragominas. A partir de 2011 o empreendimento também passou a ser agregado ao patrimônio da Norsk Hydro S.A. O linhão atravessa vários territórios tradicionais, dentre as quais, os territórios etnicamente configurados de Jambuaçu e Nova Betel, a Terra Indígena Turé-Mariquita e o PA Nazaré.

Ao nordeste e sul do croqui elaborado encontram-se situados dendezaís nas fazendas Pampolha e Pampolinha, vizinhas às comunidades Santa Bárbara e Xavier e separadas pelo Igarapé Xavier; P. Vieira, próxima ao Igarapé do Tio Jaime e em cujas terras fica localizada a nascente do Igarapé do Pidica; e Vera Cruz, onde estão concentrados extensos monocultivos e a sede administrativa da Biopalma.

No Alto Acará, as necroses engendradas por dispositivos legitimados pelas tecnociências se expressam por meio de um encadeamento de megaempreendimentos minerários, energéticos, agropecuários e logísticos coetaneamente implantados. A imbricação de megaprojetos produz uma cumulatividade de efeitos sinérgicos, cujos resultados apontam para o cercamento de terras tradicionalmente ocupadas, geometrização dos espaços de uso comum e aniquilamento dos cursos d'água, culminando na constituição de *topografias da morte*.

As *topografias da morte* se caracterizam pela concatenação de múltiplas economias políticas produzindo efeitos deletérios num mesmo espaço-lugar, abrangendo várias escalas da vida social. Nas situações empiricamente observadas e descritas pelos agentes sociais, o subsolo é objeto de intervenção para a circulação de substâncias minerais extraídas de grandes áreas de exploração; as terras se constituíram como alvo de empresas do agronegócio visando transformar sua forma de uso em monocultivos de dendezeiros; as águas de rios e igarapés encontram-se impróprias para consumo humano, banho e pesca, proveniente de atividades agroindustriais predatórias, mas revestidas por “atos de Estado”; o próprio espaço aéreo passa

a ser dominado por dispositivos de segurança sofisticados como drones e câmeras de vigilância, implicando no exercício de novas formas de panoptismo.

No entanto, a conformação desta tecnologia política não se restringe a mecanismos repressivos, porquanto abrange também efeitos de poder modeladores de subjetividades. Ou seja, é fundada nas representações racistas que denunciam uma negatividade atrelada ao comum e reforçam uma positividade ancorada em triunfalismos próprios da axiomática capitalista. Nas comunidades Nazaré do Alto e Nazaré do Alto essas relações envolvem diretamente as reiteradas tentativas infrutíferas de convencer os agricultores a aderir às eufemizadas “parcerias” regidas pelo modelo da “agricultura por contrato”, conjugadas com o discurso da estabilidade financeira gerada pelo assalariamento rural.

6.4 ASSALARIADOS E AGRICULTORES POR CONTRATO NA TOPOGRAFIA DA MORTE

As situações etnográficas evidenciam que ao longo dos últimos anos o assalariamento exerceu maior aderência entre os moradores das comunidades, notadamente dos jovens, muitos destes atraídos pela possibilidade de auferir uma renda individual regular capaz de propiciar o acesso a bens de consumo como motos, telefones celulares e vestuário. Para além da dimensão simbólica, o registro na carteira de trabalho confere o direito material a plano de saúde privado e a emissão de cartões de crédito vinculados a instituições financeiras. A faixa etária de 18 a 29 anos é o alvo principal de tal estratégia, em razão da energia requerida para o desenvolvimento de atividades laborais intensamente penosas nos dendezaís, cujo modelo de produtividade ancorado no sujeito neuroeconômico mbembiano resulta em severo esgotamento físico, limitando as chances de exercício de atividades agrícolas no lote e interferindo até mesmo nas relações sociais em âmbito familiar.

Conforme relata o Presidente do SINDTER Acará, “as pessoas acordam às 3 h da manhã e vai ter que entrar na fazenda às 6:00 h né, embora às 15:00 h já esteja liberado, ele vai acabar acumulando um sono que ele não dorme bem, horas de ramais então tudo aquilo ali, tudo reflete lá na dentro da plantação, dentro do trabalho dele”. As jornadas de trabalho extenuantes descritas pelo sindicalista afetam a saúde física e psíquica dos trabalhadores, comprometendo o rendimento laboral e em certos momentos o valor auferido ao final do mês, pois uma vez estafados, as chances de cumprirem com as metas de desempenho preestabelecidas reduzem sensivelmente. Elas pressionam o trabalhador, constantemente incitado a trabalhar mais para elevar a produtividade, visando o incremento da renda mensal. Desprovido de forças, “ele chega

exausto, ele quer mais descansar porque na madrugada ele tem que acordar [novamente]”²¹⁹. Outro entrevistado reforça que o trabalho nos dendezaís “é muito pesado, a comida é ruim, eles trazem comida de lá que chegando aqui a gente dá para os porcos porque não conseguimos comer”²²⁰.

Em meados de 2017, todas as manhãs um ônibus contratado pela empresa Biopalma apanhava 48 (quarenta e oito) jovens assalariados e assalariadas rurais moradores da comunidade Nazaré do Baixo para trabalharem nos dendezaís do entorno do assentamento. Apesar de considerarem o emprego formal como incremento na renda familiar de alguns moradores, os assentados denunciam a negação reiterada do direito à saúde dos trabalhadores, pois quando necessitam de licença médica para se ausentar do trabalho por mais de um dia para tratar de determinada enfermidade, os pedidos são indeferidos automaticamente. Segundo eles, as faltas não são aceitas e o risco de serem demitidos é muito alto²²¹.

Em sentido oposto, a “agricultura por contrato” objetivada em instrumentos jurídicos com validade de 25 anos não prosperou conforme os planos da empresa palmicultora. Não obstante as frequentes tentativas de atrair pessoas interessadas em subsumir às eufemizadas “parcerias”, apenas um assentado aderiu ao aludido sistema produtivo. O fator determinante para tal decisão teria sido a possibilidade de “aumentar a renda e melhorar as condições de bem-estar da família, pois a venda do produto é garantida”²²². Mesmo se considerando um defensor do cultivo de dendezeiros entre pequenos agricultores, ele manifesta preocupação com os efeitos deletérios causados por essa *plantation* nos igarapés e conseqüentemente na saúde humana. Como um dos autores do croqui, possui profundo conhecimento a respeito dos *caminhos condenados* pelo dendê. Durante a pesquisa de campo realizada em agosto de 2019, nos mostrou os dez hectares implantados em seu lote, deu dicas valiosas sobre os entrecruzamentos entre a malha viária construída pela empresa e os cursos d’água e nos acompanhou no registro de pontos de GPS do Igarapé Braço Grande.

Se nós tivéssemos entrado [no sistema de ‘integração’] nossas terras praticamente estariam hipotecadas na empresa, porque nós tivemos muita sorte, no momento que eles entraram o governo enviou para nós uma empresa [de assistência técnica] ficar acompanhando por dois anos e meio. Aí quando eles [técnicos da Biopalma] faziam reunião, porque eles faziam reunião com nós, falavam aquelas palavras bonitas porque o que era que eles defendiam? A empresa defende uma monocultura e nós defendemos a agricultura familiar e ali já colidia porque nós somos contra uma monocultura, nós queremos uma agricultura que preencha nossas necessidades e uma monocultura não

²¹⁹ Entrevista concedida por Antônio Pedro da Abreu Gama, Presidente do SINDTER Acará.

²²⁰ Fala de Afonso Alves Pina, em 04/03/2017, durante levantamento “in loco” realizado no PA Nazaré.

²²¹ Informação transmitida pelos srs. Sr. Afonso Alves Pina, Elson Nunes Trindade e Manoel do Socorro Oliveira, assentados do PA Nazaré, durante entrevistas realizadas em 04/03/2017 na Comunidade Nazaré do Baixo, município de Acará.

²²² Entrevista com o senhor Odínildo Paiva, assentado do PA Nazaré, agosto de 2019.

vai preencher, é uma agricultura e pronto. Mas nós precisamos de várias agriculturas aqui, porque nós precisamos do arroz, do feijão, do jerimum, da farinha. Aí não batia com nós. Porque se a gente plantar dendê a gente vai morrer mais rápido porque nós vamos comer muito lá do supermercado que vem com agrotóxico, nós vamos morrer mais rápido (Elson Nunes Trindade, 2017).

O excerto apresenta vários elementos das resistências dos agricultores do PA Nazaré ao modelo de “integração” vertical do dendê. Apreensivos quanto aos riscos de verem suas terras “hipotecadas pela empresa” em caso de descumprimento das cláusulas contratuais regidas sob rigorosos controles de produtividade e padrões de “eficiência produtiva”, optaram por objetar as reiteradas enunciações desenvolvimentistas objetivadas em palestras, reuniões, *workshops*, oficinas. Normalmente as investidas eram conduzidas por técnicos da Gerência de Relações Institucionais do megaempreendimento, responsável pela mediação social e relação com comunidades adjacentes. Presididas pela ideologia da harmonia, as estratégias empresariais visavam convencer os agricultores a implantar módulos de dez hectares financiados pelo Pronaf Eco Dendê, gerido pelo Banco da Amazônia.

Outro ponto fundamental para sustentar a recusa ao dendê diz respeito à colisão entre os fundamentos da chamada “agricultura familiar” e a especialização altamente tecnificada da dendeicultura, baseada em monocultivos. Para os agricultores ouvidos no âmbito da pesquisa realizada em Nazaré do Baixo e Nazaré do Alto, esta homogeneização do uso da terra só atende às economias de escala da empresa, pois não contempla as reais necessidades daqueles habituados com a prática de múltiplas atividades agrícolas no lote. A dependência de apenas um produto, cujos preços flutuam ao sabor dos imperativos do mercado, causa desconfiança e apreensão, face as experiências pretéritas malsucedidas com a pimenta-do-reino na vizinha Tomé-Açu.

Ademais, a exigência de cuidados intensivos nos dendezais tende a mobilizar a totalidade do tempo laboral dos integrantes do núcleo familiar, impossibilitando a dedicação a outras tarefas. A situação se agrava quando a concorrência desigual com as empresas do agronegócio do dendê culmina na depleção da força de trabalho endógena, conforme Sampaio (2014) constatou nas áreas rurais de Tomé-Açu. Do ponto de vista microeconômico, o empenho exclusivo numa única atividade implica na necessidade de comprar produtos anteriormente produzidos na própria unidade de trabalho, o que termina por pressionar o orçamento doméstico. Em termos simbólicos, um pequeno agricultor se ver impelido a comprar farinha para o autoconsumo é uma situação absolutamente constrangedora no referido mundo social.

Por derradeiro, manifesta-se o medo da morte, neste caso referida ao consumo excessivo de produtos da indústria alimentícia “que vem com agrotóxicos”, comercializados nas prateleiras de supermercados com as marcas de grandes companhias transnacionais. Sob tal

racionalidade, subsumir-se ao dendê traria como resultado o encurtamento da própria existência física, pois implicaria na substituição de uma dieta tradicionalmente diversificada por uma outra eminentemente nociva à saúde. É interessante sublinhar a distinção desse *fazer em comum* em relação aos regimes de representação biopolíticos propalados por estrategistas do agronegócio, os quais enunciam o dendê como “produto livre de gorduras trans”, símbolo de “bem-estar”, de “segurança alimentar” e de prolongamento da vida.

Alguns agricultores creditam a recusa ao dendê aos esclarecimentos prestados por uma empresa de assistência técnica contratada pelo INCRA para atuar no assentamento, por meio de palestras, cursos de formação, oficinas e acompanhamento técnico. Outros, contudo, atribuem o fato ao trabalho de base historicamente realizado por organizações sociais (sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações) e por entidades confessionais, “que contribuíram para uma tomada de consciência apesar das promessas tentadoras do dendê” (COSTA, 2020, p. 27). Também teriam exercido papel decisivo no refreamento de tal movimento a pouca disponibilidade de terras e de tempo disponível, a não-adaptabilidade ao pacote tecnológico empresarial e os danos ambientais intrínsecos ao regime da plantação.

No entanto, a ampla objeção à “agricultura por contrato” se revelou menos efetiva quando contrastada com a questão do assalariamento rural. A despeito da degradação das condições de trabalho, provenientes da penosidade intrínseca à dendeicultura, a oferta de empregos nas atividades agrícolas ainda fetichiza principalmente os mais jovens, como demonstrado anteriormente. A incitação à empregabilidade, estimulada pelos triunfalismos empresariais, engendra processos de subjetivação nos corpos potencialmente disciplináveis, cujos efeitos operam na esfera do desejo. Vislumbra basicamente obter autonomia financeira frente a uma renda familiar instável e controlada pelo pai ou pela mãe; aceder a bens de consumo e alcançar *status* de cidadania no mundo social. Para outros grupos, a decisão é encarada como uma oportunidade de incremento sazonal da renda.

lá na minha comunidade, inclusive, o meu filho trabalhou um ano, teve pique de trabalhar um ano no tempo do plantio. E sem dúvidas sobrecarrega porque tu tiras um membro da família, mas eles ficam mais no serviço da empresa, então fica mais... e muitos deles já são pais de família, na verdade a função dele para, a atividade agrícola dele para durante ele estar na empresa. E eu inclusive já questioneei por várias vezes esse método do funcionamento porque não é permanente, eles criaram um mecanismo de trabalhar assim: tu ficas um ano, dois anos no máximo aí eles [empresa] te demitem, eles vêm fazem a rescisão, chamam o trabalhador, pagam o aviso, todos os direitos que o trabalhador tem, todos não, entre aspas, e o trabalhador vai para o seguro-desemprego, então terminou o seguro-desemprego fica mais uns dois ou seis meses aí muitos voltam de novo para a empresa para ficar outra temporada lá. Aí é rotativo, não é fixo. Aí eu tenho preocupação com isso porque o trabalhador fica retalhando, fatiando a comprovação da atividade dele, uma hora é com carteira assinada e outra não é com carteira assinada. Um ano com carteira, seis meses com carteira, autônomo. Eu me preocupo com isso, é difícil controlar né (José Domingos

Costa, agricultor familiar da Comunidade São Raimundo, Rio Miritipitanga, Acará, março de 2017).

A imobilização da força de trabalho sob precárias condições é evidenciada no relato preciso do agricultor José Domingos. Além de corroborar outras afirmativas que assinalam a incompatibilidade entre o assalariamento rural e a atividade agrícola no lote de quem decide trabalhar na empresa, ele traz à tona um outro problema de extrema gravidade: a questão da rotatividade. Funcional à desoneração de custos de produção para a empresa, invocada pelo discurso da “eficiência econômica”, a intermitência laboral se constitui como tecnologia de manejo e controle da força de trabalho, anulando as chances de permanência com carteira assinada por mais de dois anos. A instabilidade gerada pelo esquema contratação-demissão-recontratação remete à “docilização dos corpos” foucaultiana, agravada por nefastas “reformas” neoliberais aprovadas nos últimos anos²²³.

O discurso dos representantes sindicais da categoria assalariados e assalariados rurais, eufemisticamente formalizada sob a designação de “empregados e empregadas rurais”, exprime as incongruências quanto aos posicionamentos adotados frente às estratégias empresariais da dendeicultura. A denominação remete ao disposto no artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho²²⁴ e foi acriticamente absorvida pelo movimento sindical, sem atentar para as implicações de seu uso como mecanismo de enfraquecimento da categoria *trabalho*. Ademais, também expressa a prevalência da lógica da negociação ao invés do enfrentamento. O próprio nascimento do sindicato está inextricavelmente ligado à emergência do agronegócio do dendê.

Deste modo, evidencia-se uma mudança de posição do sindicato de assalariados rurais entre a chegada dos megaempreendimentos do dendê e o passo seguinte à sua implantação. Ao encararem tal processo como irrefreável, decidiram inicialmente buscar meios de atenuação de seus efeitos, “pelo menos lutando pela mão-de-obra local, tanto é que a maioria dos

²²³ Destacam-se a “Reforma Trabalhista” draconiana aprovada em 2017 pelo governo de Michel Temer e instituída por meio da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, cujos efeitos implicaram na revogação de dezenas de artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas, os quais resultaram na precarização acentuada das relações de trabalho, introdução do “trabalho intermitente”, de jornadas mais extensas e de negociações salariais em condições completamente desiguais, exposição de grávidas e lactantes a condições de insalubridade e periculosidade no ambiente laboral, prevalência do “negociado” sobre o “legislado” e enfraquecimento das organizações sindicais. Esta “reforma” sucedeu a do “Teto de Gastos” (Emenda Constitucional nº 95/2016), que congelou os investimentos sociais por 20 anos e deixou de fora de tal limitação as despesas financeiras correspondentes a pagamentos de encargos e juros da dívida pública. Ato contínuo, aprovou-se a “Reforma da Previdência”, por meio da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, igualmente perversa aos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. Por fim, editou-se a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o “Contrato Verde e Amarelo”. Além de revogar 86 artigos da CLT, desonerar a folha de pagamentos, obrigar o trabalho aos sábados e domingos e instituir regras dóceis e flexibilizantes para o mau empregador, o referido dispositivo impõe contribuição previdenciária obrigatória sobre o valor do seguro-desemprego, penalizando a massa de trabalhadores desempregados.

²²⁴ Considera-se empregada toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário (art. 3º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943).

trabalhadores hoje é composta por jovens de famílias de agricultores familiares, com uma grande vantagem porque estava auxiliando a mão-de-obra local²²⁵”.

No momento seguinte, confrontados com as transformações sociais e agrárias passaram a reconhecer que o assalariamento dos filhos de pequenos agricultores causou o enfraquecimento dos modos de existência coletivos, ameaçando sua reprodutibilidade. Para o dirigente sindical entrevistado, “no decorrer do tempo fomos percebendo que já não era uma grande vantagem, porque a partir do momento em que a empresa traz o jovem da agricultura familiar para o quadro de assalariados enfraquece a produção²²⁶ [familiar]”.

6.5 GUERRA PELA ÁGUA E MORTE DOS IGARAPÉS

Os conflitos pelo uso da água são correlatos à “guerra do dendê” em curso no Baixo Tocantins e no Nordeste Paraense, intensificada nos últimos anos em decorrência de políticas desenvolvimentistas afinadas a estratégias empresariais adstritas às economias políticas da dendeicultura, dos agrocombustíveis e da mineração. Referidos antagonismos sociais irrompem no bojo dos processos de apropriação e mercadorização das terras subordinados ao regime da plantação (MBEMBE, 2017, 2018) ou das *novas plantations*, como sublinha Almeida (2017)

Em colaboração com as colegas pesquisadoras Dalva Costa e Eliana Teles, da Universidade Federal do Pará - Campus Abaetetuba, e com o auxílio indispensável de agricultores das comunidades Nazaré do Baixo e Nazaré do Alto cartografamos ponto a ponto os diversos igarapés que compõem as microbacias hidrográficas dos igarapés Ipitinga e Itabocal. Percorremos a maioria dos trechos de carro pelo labirinto de ramais construídos pela empresa; em outras situações, a pé, pelos remanescentes de vegetação primária e secundária. Além do registro minucioso das coordenadas geográficas de localização de cada curso d’água, foi organizado um vasto material audiovisual (fotografias e vídeos) acerca dos danos ambientais associados ao dendê, os quais haviam sido inicialmente observados durante o trabalho de campo realizado em março de 2017 com as pesquisadoras Rosa Acevedo e Maria Backhouse.

Boa parte desse material culminou no trabalho de conclusão de curso de Costa (2020), intitulado “As veias abertas pelo dendê: *Efeitos e implicações na bacia do Ipitinga do Assentamento Nazaré, Acará – Pará*”, apresentado no mês de janeiro de 2020. A pesquisadora situa o Projeto de Assentamento Nazaré no quadro das recentes transformações associadas ao

²²⁵ Entrevista concedida em 05/05/2017 pelo sr. Antônio Pedro de Abreu Gama, Presidente do Sindicato dos Empregados e Empregadas Rurais de Acará – SINDTER.

²²⁶ Idem.

agronegócio do dendê, enfatizando as mudanças no uso da terra e os danos ambientais inerentes à sua instalação, com o olhar reflexivo de quem os vive e os sente na pele por estar localizada no epicentro das *novas plantations* implantadas no Baixo Tocantins. Dalva Maria Foro da Costa mora à 400 metros, em linha reta, de um grande monocultivo de dendezeiros da Biopalma às proximidades do assentamento, e a 6,1 km, em linha reta, da sede administrativa do “Polo Vera Cruz” separados por uma área de vegetação primária.

As afetações examinadas pela discente a partir das narrativas dos participantes da pesquisa qualitativa e de sua relação de interioridade com o objeto situam-se notadamente nas mudanças no uso da terra, na gestão do trabalho e nos efeitos gerados nas bacias hidrográficas dos Rios Ipitanga e Itabocal. Tais elementos são considerados indispensáveis para a existência coletiva dos agricultores assentados e assentadas das comunidades Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo, atualmente ameaçada em decorrência das implicações adversas da dendeicultura.

A concatenação de estratégias empresariais coadunadas com políticas governamentais desenvolvimentistas em face de quilombolas, indígenas, ribeirinhos configura uma *necropolítica do dendê* nas terras tradicionalmente ocupadas do Baixo Tocantins, centro irradiador da referida *plantation* a nível estadual e nacional. Nesses lugares, as oportunidades de vida e de morte se manifestam desigualmente de diversas maneiras, afetando simultaneamente as múltiplas dimensões da vida social, do físico ao psíquico, orientadas por uma “lógica de sacrifício que sempre esteve no coração do necroliberalismo²²⁷”.

Se por um lado os violentos processos de expropriação e desterritorialização culminam em cercamentos físicos nos moldes da cidade do colonizado fanoniana, de outro, produzem cesuras indelevelmente marcadas na memória, na psique de suas vítimas. Os sistemas de referência e as modalidades de existência encontram-se asfixiados, numa agonia continuada. Pescar já não se pode; beber a água do rio, à esta altura, envenenada por efluentes lançados pelas empresas, pode significar dar fim à própria vida. O Rio Miritipitanga e seus afluentes, outrora considerados repositórios de alimentos e fontes de abastecimento de água para os moradores do Alto Acará, atualmente se converteram em locais de risco, em decorrência do escoamento de efluentes agroindustriais e agrotóxicos lançados pelos empreendimentos ali instalados, conforme enunciam os agentes sociais atingidos por essas intervenções.

²²⁷ BERCITO, D. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em 20. abr. 2020.

Desde a nascente, em terras controladas pela Biopalma na Fazenda Vera Cruz, até a desembocadura no Rio Miritipitanga, a bacia hidrográfica do Ipitinga é composta por 13 (treze) igarapés que atravessam em sentido norte-sul as comunidades Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo. São eles: Ipitinga, Timboteua, Braço Grande, Tacuariteua, Patauateua, Arumã, do Pidica, Matupiriteua, Bacuri, Xavier, do Tio Jaime e outros dois cursos d'água sem denominação. Por sua vez, a bacia do Itabocal é formada por vários igarapés pequenos sem nome definido, cuja situação se revela agonizante em razão do aterramento causado pela abertura do “Ramal do Inferninho”. O fluxo do Itabocal percorre a Fazenda Vale Verde, onde está instalada a Fábrica Castanheira, desaguando à montante da unidade extratora de dendê.

Todos esses igarapés, em maior ou menor medida, encontram-se cortados por ramais construídos pela companhia, em conformidade com a lógica privada de compressão do espaço pelo tempo necessária à circulação da produção empresarial. Também recebem os volumes de efluentes concentrados em bacias de rejeitos e “piscinas” artificiais a céu aberto²²⁸, frequentemente despejados nas plantações como “nutrientes” prescritos pelo *necrosaber* agrônômico e em seguida carregados para as águas superficiais e subterrâneas. Por fim, são sufocados pelos efeitos do uso intensivo de agrotóxicos nos dendezaís, notadamente o herbicida glifosato.

A concentração de resíduos agroindustriais em bacias de rejeitos formadas pelas empresas é um problema socioambiental gravíssimo que afeta todo o Alto Acará²²⁹. As companhias justificam o derramamento de *tibórnia* nos dendezaís alegando se tratar de um

²²⁸ São lagoas anaeróbicas construídas pelas empresas de dendê para depósito e tratamento de efluentes agroindustriais, cuja matéria orgânica é submetida à biodegradação a partir de processos químico-biológicos próprios de ambientes sem oxigenação. Nesses locais há alta concentração de gás metano (CH₄), considerado um dos principais emissores de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. A fiscalização ambiental das referidas “bacias de rejeitos” é flagrantemente falha, porquanto funciona à base de automonitoramento realizado pelas próprias empresas, a quem compete definir discricionariamente os pontos de monitoramento e encaminhar Relatórios de Informação Ambiental periódicos informando a regularidade das operações licenciadas. Por ocasião da emissão da Licença de Operação LO nº 11918/2019, de 18 de outubro de 2019, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), com validade até 16 de outubro de 2024, cujo conteúdo concerne à autorização para entrada em operação da unidade industrial produção de óleo palmiste da Biopalma da Amazônia S.A, foram estabelecidas sete condicionantes, dentre estas a 3 e a 4, com prazo de cumprimento por cinco anos, as quais aludem ao tratamento de resíduos: 3 – *apresentar relatório de automonitoramento do efluente líquido industrial, semestralmente, acompanhado de boletins de análises laboratoriais, assinado por profissional habilitado e laudo interpretativo dos resultados assinado pelo profissional responsável pela operação da ETE [Estação de Tratamento de Esgoto], acompanhado da respectiva ART.* 4) *apresentar relatório e análise da qualidade da água superficial, semestralmente, elaborado por laboratório acreditado e independente da empresa, considerando os pontos de monitoramento. Os estudos deverão ser apresentados juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.*

²²⁹ No trabalho de campo realizado em março de 2017 confirmamos a existência de uma bacia de rejeitos situada às proximidades da Fábrica Castanheira, na Fazenda Vale Verde. Documentamos fotograficamente e a abordamos no Informativo PNCSA/Nº 24/2017. Entretanto, no retorno ocorrido em agosto de 2019, registramos uma placa afixada ao chão informando a restrição de acesso à área, cujo ingresso é permitido “somente a pessoal autorizado”. No meio da ruela encontra-se disposta uma corrente de ferro para impedir a passagem de carros e transeuntes

“nutriente para as plantas”, mimetizando os argumentos usados por agrônomos da Embrapa e das empresas privadas, inclusive, de autores do livro sobre o zoneamento e manejo do dendê. Entretanto, os agentes sociais atingidos pela tibórnia relatam os efeitos perversos a ela associados.

Os resíduos produzidos pela indústria são: cachos vazios ou buchas, fibras, casca de nozes, torta de palmiste e efluente. Todos retornam para o campo e fazem parte do programa de adubação da plantação [...] o efluente é transportado de caminhão da indústria para o campo e aplicado no interior das ruas das parcelas com tanque a vácuo acionado por trator. (PINA, 2010, p. 200-1).

Numa das entrevistas realizadas durante a pesquisa, o posicionamento da Embrapa é bastante claro em rechaçar as implicações socioambientais deletérias do referido herbicida, inclusive atribuindo as críticas ao seu uso como uma campanha difamatória levada a cabo por pesquisadores sociais e ONG's supostamente a serviço de uma guerra comercial fantasmagórica.

O glifosato é mais para fazer controle; nenhum produtor é doido para fazer pulverizações em dendezeiros porque aí no dendê africano tem polinizador natural. O pessoal não precisa usar inseticidas, isso teria efeito contrário. Então não tem sentido. Essa quantidade de herbicida era muito pouca. Então essa crítica em relação a agroquímico, a Embrapa não aceita essa parte aí, não tem fundamento essas críticas porque algumas coisas que o pessoal do Evandro Chagas apresentou lá a gente questiona aquele negócio lá, aquela poluição do igarapé pode ser de outra coisa, mas menos de dendê, assim pode ser até de dejetos de mandioca. Então a gente teria dificuldade de aceitar essa coisa de agroquímico; usa agroquímico, mas não essa quantidade de agroquímicos aí. Eu acho que a comunidade acadêmica tá precisando aprofundar um pouco e ter o controle em cima das ONG's. Elas estão fabricando essas estatísticas aí e o Ministério da Agricultura e nem o IBGE não tem dados, por exemplo, de produção desses agroquímicos, o controle em relação a qual quantidade de agroquímicos que estão sendo utilizados aí, produzidos, e o que tá entrando de importações aí, para gente ter uma real ideia disso aí, porque todas essas estatísticas aí são as ONG's que estão soltando não tem uma e mesmo porque essas estatísticas das ONG's, então se colocar em termos de uma área plantada do agricultor brasileiro eu acho que seria baixa.²³⁰

A designação *tibórnia* se refere aos efluentes líquidos do processo agroindustrial do dendê, obtidos após o debulhamento, cozimento e prensagem dos frutos para extração do óleo. Facilitado pelo regime de chuvas intensas, o processo de lixiviação causado pela lavagem das águas superficiais propicia o carreamento desses efluentes para o leito dos igarapés, ocasionando mortandade de peixes e sérios problemas de saúde em quem resolve se banhar nos locais ou utilizar a água para uso doméstico. Normalmente as empresas depositam o material em “piscinas” artificiais, com redes hidráulicas interconectadas aos monocultivos. O derramamento é feito com bombas de alta pressão, por meio da técnica de hidrojetamento, ou

²³⁰ Entrevista realizada com o pesquisador Alfredo Homma, no dia 31 de janeiro de 2019, na sede da Embrapa Amazônia Oriental.

com caminhões-tanque, como a Marborges costuma aplicar nos plantios incrustados no território etnicamente configurado de Jambuaçu.

Só queria dizer assim numa questão da empresa estar prejudicando a respeito dessa questão do resíduo que eles estão jogando, que é a tiborna, aqui muito próximo de nossos igarapés, nossos igarapés têm braços que braços que vão lá. Um dia desses fui dar uma pescada, aí entrei no igarapé com mais uns rapazes que estavam comigo e aí eu não estava sabendo que essa água estava contaminada e até porque não dá muita diferença na água; aí deu horário de eu tomar banho, pulei na água e até tomei um pouco dela, do braço do igarapé. Acreditas que quando cheguei de lá fiquei até uma meia-noite, depois eu vim cheguei em casa, no outro dia a minha boca ficou toda, onde a água pegou ficou muito mal, não conseguia nem comer e eu senti muita irritação no corpo? No outro dia fomos de novo para lá e fomos ver peixes, eles ficavam na florzinha da água, eu não vi peixe morto, vi peixes embebedados. Tem uma comunidade que já falou para mim chamar nossa diretoria aqui para a gente uma marcar uma reunião com a Biovale porque tiveram uma reunião com eles no Vilage Roma, ali no outro igarapé, no Arapiranga-Açu, lá eles fizeram uma reunião com a Biovale, estive lá na quinta-feira com eles; falaram que eles prometeram tudinho, mas o que eles alegam é que este resíduo não prejudica esta água. Isso foi o que alegaram na reunião; disseram que iam tomar uma providência, no entanto, continuaram jogando e está atingindo o igarapé deles e está atingindo o nosso porque esse dendê atravessa aqui, esse igarapé vai aqui, e esse dendê pega do lado daqui e do lado dali; o igarapé passou no meio da plantação, e pra aí é exatamente o problema que eles estão despejando essa tiborna que foi citada aqui. Isso está prejudicando grande, muito grande mesmo, que a gente não está podendo nem tomar banho mais aqui nesse próprio igarapé²³¹.

Tem-se, portanto, três situações concretas, as quais cumulativamente exasperam as condições ecológicas dos cursos d'água e ameaçam os modos de existência de ribeirinhos, pequenos agricultores e assentados de reforma agrária: a) represamento dos igarapés pela construção de estradas vicinais sem os necessários cuidados ambientais; b) derramamento sistemático de “tibórnia” nos dendezaís; c) aplicação de altas quantidades de veneno para realizar a “capina química” dos monocultivos de dendezeiros. Além disso, Costa (2020) destaca a mudança dos referenciais organizativos do mundo social em referência, devido à desconstrução da lógica fluvial pela metafísica do acesso por estradas.

tenho medo de tomar banho no igarapé porque pode estar contaminado pelo dendê. O Patauateua nasce no meu terreno. Por causa desse problema há mais ou menos seis meses deixamos de usar o igarapé. Se vocês vissem a quantidade de peixes que morreram no Ipitinga por causa da tibórnia. Foi muito triste. Minha saúde não anda boa, sofri um AVC e quase fiquei defeituoso. Gostaria era que o desmatamento acabasse para aliviar essa quentura e evitar a morte dos igarapés (J.M.O, assentado do PA Nazaré, agosto de 2019).

O relato do agricultor residente na Comunidade Nazaré do Baixo evidencia os danos causados ao Igarapé Patauateua, afluente do Ipitinga. Ele é cortado pelo ramal de interligação entre as duas comunidades do PA Nazaré. Antes utilizado para o banho e para outros tipos de uso inofensivos ao seu curso natural, agora desperta o medo da morte. Esse sentimento decorre

²³¹ Fala do Sr. Elson Nunes Trindade, Tesoureiro da Associação dos Moradores e Agricultores do Igarapé Ipitinga, proferida durante visita de pesquisadores da Universidade Federal do Pará e da Universidade de Jena, na Alemanha, ao PA Nazaré, em 04/03/2017.

da percepção generalizada dos efeitos necropolíticos incidentes na saúde humana e no meio ambiente, causados pelo despejo de “tibórnia” e veneno nos dendezais. Tal como na formulação mbembiana, a [economia] política do agronegócio do dendê não concerne ao exercício da razão, mas efetivamente ao trabalho da morte, cuja violência atemporal abrange corpos, subjetividades e meios de reprodução da existência.

Próximo à Comunidade Nazaré do Baixo, na outra margem do Ipitinga, há uma pequena concentração de residências familiares, rodeadas por sítios formados por árvores frutíferas como açazeiros, cupuaçuzeiros, jaqueiras, jambeiros, bananeiras e uxizeiros. Entre as casas e uma área de vegetação secundária, encontramos o Igarapé Taquariteua, também tributário do Ipitinga. Não obstante ser estreito e raso, esse curso d’água exerce importância na dieta alimentar dos moradores, pois possibilita a pesca nos dois períodos do calendário amazônico. Durante o verão é praticada andando pela beirada do igarapé, enquanto no inverno é feita de canoa a remo, de acordo com Antônia Maria Durão Trindade, 43 anos, nascida no local. No entanto, há uma ameaça presente e esta é atribuída ao derramamento de “tibórnia”. Durante a visita a sua residência, a assentada nos mostrou vídeos armazenados em seu celular com registros de contaminação de efluentes agroindustriais no Ipitinga, os quais teriam causado turbidez da água, mortes de peixes, coceiras na pele e irritação nos olhos. Ela descreveu tal acontecimento como “horrível”.

Figura 13 - Igarapé Taquariteua, afluente do Ipitinga, Comunidade Nazaré do Baixo, 2019; Figura 14- Igarapé Timboteua, PA Nazaré, 2019.



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Atravessado pelo ramal de interligação da Comunidade Nazaré do Baixo com o ramal da Santa Bárbara está situado o Igarapé Timboteua, afluente do Matupiriteua, que desagua no Ipitinga. Visivelmente assoreado em decorrência do barramento causado pela construção da

estrada, sua profundidade tem diminuído sensivelmente ao longo do tempo. Com a circulação da água interrompida e alterada drasticamente, a presença de oxigênio diminui e compromete a reprodução das formas de vida. A evidência concreta desse tipo de necrose se manifesta na morte da vegetação presente na área inundada. Assim, é possível observar ao fundo várias árvores de grande porte em estado mórbido, completamente secas, desfolhadas, sem copa, sem a casca de revestimento do caule necessária à condução dos nutrientes contidos na seiva.

O igarapé Braço Grande, também pertencente à bacia hidrográfica do Ipitinga, está localizado na Comunidade Nazaré do Alto. Para chegar até seu leito é preciso cruzar a plantação de dendezeiros e o pimental do único assentado que aderiu ao regime da “agricultura por contrato”, e em seguida entrar numa pequena área de mata. No período de estiagem a profundidade atinge aproximadamente 60 (sessenta) centímetros, porém no inverno tende a ultrapassar um metro. Apesar de manifestar preocupação quanto aos riscos de contaminação por sedimentos advindos do dendezal, o agricultor mergulhou fugazmente nas águas do Braço Grande, após nos ajudar com a coleta do ponto de GPS. As implicações do barramento existente no Ramal do Ipitinga produzem efeitos similares ao verificado no Timboteua. A situação se agrava na medida em que a nascente fica próxima ao Ramal do “Polo Vera Cruz”.

Retornando à Comunidade Nazaré do Baixo e seguindo pelo Ramal do “Inferninho”, nos deparamos com os igarapés da bacia do Itabocal em situação agonizante, asfixiados pelos extensos dendezais da Biopalma. São vários cursos d’água severamente danificados pela conjunção de fatores deletérios cumulativamente incidentes: aterramento resultante dos serviços de abertura e empicarramento da estrada vicinal, derramamento de “tibórnia” e aplicação de agrotóxicos. As situações concretas haviam sido observadas no primeiro trabalho de campo realizado em março de 2017 e se repetiram em agosto de 2019. Para tirar os pontos e chegar até o leito desses igarapés mortos em alguns casos tivemos que abrir caminho com um facão por conta do acesso fechado pela juquirá. Por estar localizado fora do perímetro do assentamento e completamente incrustada na Fazenda Vale Verde, a bacia hidrográfica do Itabocal encontra-se completamente à mercê das atividades predatórias da dendeicultura.

Figura 15- Braço do Igarapé Itabocal, Projeto de Assentamento Nazaré, Acará, 2019; Figura 16 - Igarapé Itabocal represado pelo Ramal do “Inferninho” e contaminado por tibórnia lançada pela empresa Biopalma da Amazônia S.A



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Em consonância com os relatos dos agentes sociais e as evidências empíricas observadas em campo, o represamento dessas fontes d’água provocou sérios danos ecológicos ao ambiente natural, tais como o comprometimento dos regimes de sedimentos e nutrientes, elevação da temperatura da água e consequente alteração do PH, impedimento da reprodução de peixes e a morte da vegetação localizada na área inundada.

O licenciamento ambiental da Fábrica Castanheira – para extração de óleo de palma – foi conduzido pela SEMAS/PA, resultando na emissão da licença de operação LO nº 9.612/2015, de 13 de novembro de 2015, que prevê a capacidade de 130 toneladas/hora de cachos de frutos frescos no primeiro ano e 280 toneladas/hora a partir do segundo ano. Dentre as nove “condicionantes socioambientais” estabelecidas se previu a apresentação de relatórios semestrais do efluente líquido industrial, juntamente com boletins de análises laboratoriais, ambos contratados pela empresa; o automonitoramento da qualidade do ar; a instalação de poço artesiano às proximidades da “lagoa de estabilização” e a apresentação de um projeto de “fertirrigação”. Como se pode depreender a partir das situações empíricas analisadas, a lógica de automonitoramento preconizada pela legislação ambiental é eivada de incongruências que culminam no agravamento de antagonismos sociais decorrentes da voracidade extrativa das empresas do agronegócio e da inexistência de paridade em termos de testes laboratoriais necessários à comprovação dos danos socioambientais causados aos solos, ao ar, às águas e ao cotidiano dos agentes sociais cercados por dendezaís.

Quanto às instalações do Polo Vera Cruz, o licenciamento foi conduzido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Acará, que arguiu competência legal para fazê-lo. As licenças de instalação nº 03/2015 e de operação nº 01/2015 foram publicadas no Diário Oficial do Estado em 06 de fevereiro de 2015. Os documentos foram expedidos em nome da pessoa jurídica

“Biopalma S.A Reflorestamento, Indústria e Comércio”, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 08.581.205/0005-43. Na LO constam duas condicionantes²³² visivelmente inócuas, pois, são obrigações já previstas no ordenamento legal, sem qualquer contribuição adicional enquanto medidas de controle do sistema de gestão ambiental referido ao processo produtivo.

Saindo na “Transbiovale” e adentrando no ramal do “Polo Vera Cruz” também se verificam vários igarapés aterrados e em estado mórbido, alguns sem denominação, conforme ilustrado nas figuras 17 e 18 e no croqui elaborado pelos assentados do PA Nazaré. O primeiro deles é um córrego totalmente obstruído pelos volumes de terra usados na construção da estrada. Em consequência, o barramento impede a livre circulação da água e restringe as possibilidades de vida. Mais à frente, poucos antes dos monocultivos de dendezeiros da Fazenda Vera Cruz, o Igarapé Xavier é atravessado pela via, igualmente sob as mesmas condições. Esse curso d’água chega até à comunidade Nossa Senhora do Livramento, à montante do porto da Biopalma no Rio Miritipitanga, trecho em que é navegável. Contudo, no ponto observado se apresenta apenas como um filete, por causa do aterramento.

Figura 17- Igarapé sem denominação, Ramal do “Polo Vera Cruz, 2019; Figura 18- Igarapé Xavier, afluente do Ipitinga, 2019.



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

²³² As condicionantes da Licença de Operação são: a) Apresentar Relatório Anual de Informações Ambientais da Atividade e b) Comunicar de imediato à Secretaria qualquer alteração/ampliação das atividades de infraestrutura da empresa contidas no processo de licenciamento.

Figura 19 - Igarapé sem denominação tomado pela puerária, Ramal do Polo Vera Cruz, 2019; Figura 20- Igarapé Ipitinga, Ramal do Polo Vera Cruz, 2019.



Deparou-se também com outro igarapé sem denominação no Ramal do “Polo Vera Cruz”, cujo leito está cortado pela terraplanagem e tomado pela *pueraria*, um tipo de vegetação amplamente cultivada como forrageira nos dendezaís, de acordo com as prescrições agronômicas. Na sequência chegamos novamente ao Ipitinga, que nasce em terras apropriadas pela Biopalma e é cortado por uma ponte de madeira revestida com piçarra. Os agentes sociais denunciam que o derramamento de tibórnia provém exatamente dessa área e se desloca para as comunidades situadas à jusante, causando severos danos ambientais como mortes de peixes, coceiras na pele, irritações nos olhos e alta incidência de moscas.

Um derradeiro aspecto evidenciado pelos agentes sociais do assentamento Nazaré tem a ver com as transformações recentes constatadas no ciclo biológico de árvores frutíferas localizadas no entorno de monocultivos de dendezeiros. Tem-se percebido alterações refletidas na floração e queda prematura dos frutos, as quais são atribuídas empiricamente à emissão de poluentes gerados pela Fábrica Castanheira. É sabido que o processamento de cachos de dendê nas caldeiras da unidade agroindustrial gera particulados lançados no ar, entretanto, de acordo com a legislação vigente esses “controles ambientais” ficam restritos ao automonitoramento realizado pela própria empresa, a quem compete informar periodicamente ao órgão ambiental licenciador. Contudo, como os grupos prejudicados não dispõem de ferramentas para aferir a presença de metais pesados no ar, nas águas e nos corpos, limitam-se a denunciar e pedir providências junto às autoridades.

6.6 NECROSES DO DENDÊ NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA NOVA BETEL, TOMÉ-AÇU

A presente descrição etnográfica concerne aos efeitos sociais, ambientais e fundiários de megaempreendimentos da dendeicultura em face dos quilombolas da Comunidade Nova

Betel, localizada no município de Tomé-Açu, distando 9 km da Vila Socorro. Situa-se na fronteira com o município de Acará, estando, portanto, no mesmo epicentro das estratégias empresariais do dendê, tal qual o PA Nazaré e a Terra Indígena Turé-Mariquita. Para se chegar às terras tradicionalmente ocupadas por esse grupo social, existem basicamente duas formas: a) pela estrada conhecida como “Transbiovale”, após atravessar o Rio Acará na “balsinha” da cidade ou na balsa em frente à Fábrica Castanheira e percorrendo cerca de 40 km; b) pela cidade de Quatro Bocas, convertendo à direita na Avenida Saburo Chiba e depois seguindo na “Transbiovale”, numa rota de aproximadamente 25,5 km por uma estrada de piçarra, em precárias condições de trafegabilidade, sobretudo, no inverno.

As memórias sociais dos quilombolas de Nova Betel, notadamente daqueles considerados fundadores da comunidade, recordam vividamente a expulsão violenta que resultou em seu deslocamento compulsório das margens do Rio Acará para essa porção de terras situada em Tomé-Açu, às proximidades do Igarapé Tira Saia: “nós viemos de lá do Jucuúba porque lá entrou um fazendeiro chamado Albino, entrou botando todos os colônios de lá, até amarrava os colônios no lado do cavalo pra carregar, malinando das pessoas. E nós ficamos com medo também, saímos carregado pelo cavalo, mudamos pra Concórdia, moramos três anos, de lá que nós viemos pra cá”.

O relato evidencia as tensões provocadas pela implantação de projetos agropecuários a partir dos anos 1960, fomentados por políticas desenvolvimentistas conduzidas pelo Estado. A violência associada à ampliação da “fronteira agrícola” resulta materializada na “lei do mais forte”, em face de grupos aos quais se nega sistematicamente o estatuto do humano, consoante a velha lógica colonial (MBEMBE, 2018). Em determinadas ocasiões, igualmente ao narrado, os métodos de terror também se manifestam por meio da *ostentação dos suplícios*, cujo alvo por excelência são as “vidas nuas”, os corpos matáveis e insacrificáveis, reduzidos a nada (AGAMBEN, 2010). Também remetem a práticas coloniais, uma vez que “não se compreende o colonialismo sem a prática de torturar, de violar ou de massacrar” (FANON, 1980, p. 73).

Deste modo, o deslocamento forçado dos Matias e Chermont corresponde a uma fuga, com o propósito de recomeçar a vida em outro lugar, sem a presença ameaçadora dos “cowboys” do *agrobusiness*. Sequer poderiam imaginar que a partir dos anos 1990 novos confrontos iriam emergir. O evento diaspórico teria ocorrido por volta de 1964, ano em que o país mergulhou na repressão instituída pela longa ditadura militar. Primeiramente, um dos membros da comunidade fez o reconhecimento prévio da área devoluta onde iriam se estabelecer, para em seguida, buscar os demais. Segundo Anízio Matias, 57, “a Biopalma quando ela chegou aqui, a gente já há muito tempo, quando chegamos aqui era só mato isso

aqui, ela foi destruindo isso aí, agora há pouco tempo, mas quando a gente chegou aqui não tinha estrada, a gente andava de canoa” (Anísio Matias, junho de 2019). Nesse caso, a territorialidade específica do grupo, balizada no uso comum dos recursos e em fatores identitários, também se ancora em critérios de ancianidade.

A chegada do agronegócio do dendê, por meio de corretores imobiliários atuando na condição de prepostos das empresas, conjugada com o mineroduto e a linha de transmissão de energia da norueguesa Norsk Hydro, implicou em severas mudanças no mundo social em questão, repercutindo não apenas episodicamente, mas de maneira duradoura no espaço e no tempo. O referido processo de intrusão consistiu na aquisição de grandes fazendas limítrofes ao território étnico reivindicado, conforme narram os quilombolas.

Quando ela chegou, primeiro ela comprou as fazendas aí ao redor. Eram a fazenda Ilha Verde e a fazenda Itamarati. Essa do Roberto eu não sei qual era o nome²³³. (Sr. Anísio Matias Chermont).

Quem negociava mesmo era o Roberto. Roberto veio negociar comigo aí em casa pra vender a minha, eu pedi duzentos mil na época, a minha área. Eu queria vender, mas ele não me deu o preço” (Sr. Orivaldo Matias Chermont).

Quem entrou em 2006 foi a Vale [...]. Depois foram fazendo movimento foram quebrando, onde tinha uma plantação eles quebravam tudo. Plantio de açaí acabaram com tudo, ainda tem uns por aí, mas é pouco. Tinha bonito um sítio muito lá, eles quebraram tudo, não deixaram nada, plantação de cacau, cupuaçu, acerola, tinha muito (idem).

Entra em cena a mineradora Vale S.A, detentora de 98% das ações da Biopalma da Amazônia S.A, de acordo com o último balanço patrimonial da companhia, antes da venda de seus ativos à Brasil Biofuels (ver nota nº 21). Se nos demais territórios presentes nos limites fronteiriços de Acará e Tomé-Açu, os funcionários e prepostos da Biopalma assumiram a condução da implantação do projeto, em Nova Betel, desde meados de 2006, quem exerceu a condução das práticas empresariais foram pessoas ligadas direta e indiretamente à Vale. Esse elemento contrasta com as outras situações concretas verificadas ao longo da pesquisa realizada no epicentro da dendeicultura. Mais adiante os agentes sociais conjecturam acerca dessa insólita iniciativa.

Conforme registrado anteriormente, a Fazenda Ilha Verde – “Bloco Vale”, corresponde a uma área de 8.104,07 hectares, decorrente da junção das fazendas Itamaraty e Ilha Verde, que iniciam às proximidades da Vila Socorro, margeiam o Rio Mariquita e são contíguas à Nova Betel²³⁴. Ao lado desse imóvel rural, está inserida a Fazenda Campo Belo – “Bloco Ver Cruz

²³³ Deduz-se que “a fazenda do Roberto”, a qual se refere o sr. Anísio Matias, seja a Campo Belo, cuja extensão encontra-se a maior parte intrusada no território quilombola.

²³⁴ Sublinhe-se que os cadastros das duas fazendas inicialmente foram inscritos em nome da Biopalma da Amazônia S.A, porém, foram cancelados administrativamente pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

01”, registrada no SICAR/PA em nome da Biopalma da Amazônia S.A, com área de 5.828,91 hectares, sob o código PA-1508001-06313490D74A43329D03E86D2B168350. A referida fazenda está intrusada em 75% do território quilombola reivindicado. O cálculo da sobreposição foi efetuado comparando-se a delimitação concernente ao território etnicamente configurado com os registros constantes no cadastro ambiental, cotejados a partir do procedimento administrativo nº 1.23.000.002180/2018-41, em curso na Procuradoria da República do Pará, do Ministério Público Federal. Assim, dos 1.850 hectares concernentes ao território étnico, quase 1.400 hectares encontram-se açambarcados sub-repticiamente pela empresa de dendê.

A intrusão empresarial do território quilombola não se encontra devidamente reconhecida nos registros fundiários e ambientais legais, pois não há cadastro ambiental rural de Nova Betel na base do SICAR/PA, tampouco os estudos necessários à titulação coletiva foram realizados pelo INCRA/PA, a despeito de o processo administrativo nº 54100.000012/2017-91 tramitar há mais de três anos. Por conta disso, a associação representativa tem participado ativamente das chamadas “mesas quilombolas”, exigindo a concretização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID e do Relatório Antropológico, peças fundamentais do processo de reconhecimento. Os sucessivos atrasos têm sido creditados ao corte de recursos orçamentários e financeiros da referida ação finalística²³⁵, no bojo das políticas de austeridade fiscal neoliberais, conjugados com a orientação governamental de não “demarcar nenhum centímetro de terra para indígenas e quilombolas”.

Os “efeitos” provocados pela apropriação de terras para convertê-las em plantações de dendezeiros em larga escala transcendem as dimensões fundiária e ambiental, referidas a transformações no uso do solo, intrusamento do território quilombola e contaminação das águas dos igarapés. Eles também implicaram nos próprios referentes de organização da vida social. Em meados de 2007, os moradores antes localizados às margens do igarapé Tira Saia, afluente do Rio Acará-Mirim, decidiram fundar uma nova vila num terreno de dois hectares doado pelo Sr. Orivaldo Matias Chermont, às proximidades do ramal outrora aberto para facilitar a exploração predatória de madeira e depois utilizado pela Vale S.A e Biopalma para interligar os monocultivos das várias fazendas sob seu controle. Do ponto de vista espacial, é mencionado que tal mudança contribuiu para coesinar territorialmente o grupo, mas por outro lado o expôs diretamente ao tráfego intenso de caminhões basculantes transportando cachos de frutos de

Sustentabilidade – SEMAS/PA em 2017, a pedido da empresa. Ato contínuo, as duas áreas foram aglutinadas e cadastradas em nome da “empresa-mãe”.

²³⁵ Informação prestada por servidor do INCRA em janeiro de 2020.

dendê para a “Fábrica Castanheira”, aos danos causados pelo uso intensivo do herbicida glifosato e aos riscos associados ao mineroduto e a linha de transmissão de energia.

A história daqui da Vila, da Nova Betel, essa história daqui é longa, vou começar a contar a história. Uma boca da noite eu tava conversando com o (Rossi?), lá tomando banho no Igarapé Tira-Saia, era bonito o igarapé, já tinha essa estrada aqui, já tinha esse ramal, Mas, já tava ficando bom, passava até carro, madeira. Aí eu disse: - (Rossi?) bora fazer uma vila ali na beira da estrada, na minha terra. Aí, ele disse assim: Umbora. Tinha o Manel, pai da Sandra, aí nós falamos pra ele, pro pai da Sandra. Aí ele disse: - Se tiver logo um pedacinho, nós vamos logo fazer, essa vila lá. Aí o que aconteceu, que o Manel veio logo, numa casa bem aqui. Era na minha terra isso aí, esse pedaço aí. Eu dou cem por duzentos, para fazer essa vila, e eu dei cem por duzentos, para fazer essa vila, você tá entendendo? Aí, Manel veio, aí depois veio o Pé de Rato. Os moradores primeiro Pé de Rato e Manel, veio Manel, o Rossi e o Pé de Rato que vieram primeiro, aí fizeram. Quando eles passaram tava só o pico da Vale, mas ele já tinha negociado com nós, como eles já vinham com maquinário que já vinham trabalhando aí, nós pedimos para eles quebrarem isso aí tudinho para nós e aterrarem, eles até aterraram isso aí, a Vale que aterrou pra nós aí esses pedaços aí. Aí, começou a entrar a gente aí. Você congregava lá embaixo na beira do Igarapé Tira Saia, mudamos a igreja de lá para cá e lá acabou tudo lá embaixo. Lá é o terreno do irmão dele, do Anísio. (Orivaldo Matias, relato feito em junho de 2019).

A constituição da nova vila ganhou contornos mais efetivos com a mudança da igreja evangélica para a beira do ramal. Com isso, a comunidade antes designada como Tira Saia, em referência ao igarapé, passou a ser denominada “Nova Betel”, em alusão à cidade bíblica. Instada pelos moradores, a Vale S.A teria contribuído com a disponibilização de maquinário e tratorista para nivelar o terreno e proceder o aterramento. Segundo eles, esta seria uma das raras “benfeitorias” oportunizadas pela empresa.

Desta feita, o nascimento da Vila Nova Betel resultou num pequeno adensamento constituído por 19 residências, de acordo com informe da associação constante no processo que tramita no MPF. Das 36 famílias autodefinidas como quilombolas, 20 moram na vila e 16 em seus respectivos sítios. Verifica-se também a presença de outros moradores, caracterizados como pequenos agricultores, os quais coparticipam da vida comunitária por manterem vínculos conjugais com determinados integrantes do grupo étnico. Consoante o relato anterior, quanto à dinâmica social anteriormente ditada pelo ritmo das águas, “acabou tudo lá embaixo”. A partir de então, a estrada se tornou o principal referente simbólico. Não obstante alguns argumentos associarem a mudança à busca por melhores condições de acessibilidade às cidades de Tomé-Açu e Quatro Bocas, concretamente a inflexão é resultado das pressões exercidas pela implantação da *nova plantation*, com seu labirinto de estradas vicinais cortando o território em todos os sentidos.

Com o objetivo de buscar uma melhor forma de defender o território frente aos megaempreendimentos coetaneamente incidentes em Nova Betel, em 2010 decidiu-se constituir a Associação de Moradores, Agricultores e Quilombolas da Comunidade Nova Betel

– AMAQCNB, com a presença de 24 pessoas. No entanto, a autodefinição propriamente dita, nos termos do Decreto nº 4.887/2003, ocorreu unanimemente cinco anos depois, mediante a realização de uma assembleia envolvendo 47 membros da comunidade. Na oportunidade esteve presente um representante da Fundação Cultural Palmares, na condição de observador. A autoidentificação foi fundamental para a emissão da certificação por aquele órgão público, ocorrida em 3 de março de 2016. A formalidade, no entanto, não se traduziu até o momento em proteção efetiva dos direitos territoriais. Configura-se, portanto, um grave descompasso, que adquire contornos dramáticos em razão da morosidade processual conjugada a intrusão de novos empreendimentos.

Por outro lado, ao promover o cercamento e a invasão do território, a subsidiária da Vale S.A buscou não apenas arrefecer as tensões por meio das práticas da chamada “responsabilidade social corporativa”, mas também de táticas da governamentalidade bioeconômica, visando moldar as condutas dos quilombolas e, conseqüentemente, de suas subjetividades. Esse ajustamento se reflete naquilo que Mbembe (2018, p. 196) sublinha em relação ao empreendimento colonial: o esforço de “criar um mundo próprio sobre os escombros daquele que ali se encontrara”, sob uma “grande efusão narcísica”. Com efeito, a modificação dos sistemas agrícolas é um dos trabalhos da morte de tal “modernização” devastadora.

Os novos códigos morais suscitados pela empresa correspondem às enunciações triunfalistas da “agricultura por contrato”, objetivada na celebração de contratos de integração vertical pelo prazo de 25 anos. De acordo com os quilombolas, “foi a única coisa que eles ofereceram”. Dito de outro modo, a proposta era torná-los “parceiros” do empreendimento, incentivados pela retórica da prosperidade econômica e orientados pelos imperativos da tautologia do “empresário de si mesmo”. Foi com base em tais fundamentos que dez integrantes da comunidade decidiram aderir ao pacote tecnológico do agronegócio do dendê, financiado pelo Banco da Amazônia, no valor individual de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), para implantar 1.430 plantas em dez hectares.

Se você for analisar a empresa ganha muito com isso porque ela pega o produto e não tem gasto, ela não tem compromisso com direito nenhum do trabalhador, se essa empresa hoje vendesse esse dendê para as pessoas, e eles trabalhassem direitinho pegasse, eles iam usar só uma parte administrativa, que é uma das coisas mais pesada para empresa. O maior lucrador de toda a história são eles. Eles é que se dão bem [...] é porque é muito trabalho. É porque houve uma estratégia por parte da empresa. Primeiro, plantando dendê eles próprios se beneficiaram, segundo que o preço é deles, ninguém mais compra. Então, eles sobem dez reais, eles descem dez reais. (Otoniel Silva da Costa, agricultor Nova Betel, junho de 2019).

O relato do agricultor evidencia as nuances da bioeconomia do dendê, cujos elementos envolvem a redução de custos com aquisição de terras e imobilização da força de trabalho, em

consonância com discursos de “eficiência produtiva”, “competitividade” e tecnificação, combinados com um mercado cativo altamente monopolizado. Dito de outra maneira, todos os riscos da atividade são repassados para quem adere ao modelo da “agricultura por contrato”: da compra da muda ao pagamento da operação de crédito contratada junto ao agente financeiro, da responsabilização por eventuais ilícitos ambientais e trabalhistas às perdas decorrentes da constante flutuação dos preços da *commodity* ou de uma eventual incidência do amarelecimento fatal.

Os rígidos controles exercidos por agrônomos e técnicos agrícolas quanto às prescrições do pacote tecnológico empresarial são descritos a seguir, e podem implicar na perda da autonomia do quilombola em relação à gestão do projeto e conseqüentemente das decisões sobre o uso da terra a que lhe pertence.

Tem um técnico que vem. – Já chegou um tempo de uma estratégia, de um agricultor da comunidade, chegou um tempo parece que ele não tava cuidando, queriam fazer um processo com ele, já que ele não tava cuidando, eles pegaram o plantio pra ele cuidar. Porque pelos olhos dele, ele tava vendo que o agricultor não ia dar conta de um dia pagar a conta, de acertar lá com eles. (Elisângela da Silva Viana, tesoureira da Associação, junho de 2019).

No entanto, do mesmo modo verificado junto aos assentados do PA Nazaré, o principal argumento empregado para persuadir os agricultores a aderirem ao esquema contratual da “integração vertical” diz respeito à promessa de retorno econômico estável e duradouro, notadamente a partir do quarto ano de cultivo, facilitada pela oferta de linha de crédito especial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, via de regra, não acessível com tamanha rapidez se destinada a outras culturas agrícolas intrínsecas à produção de base familiar e ao uso comum dos recursos. Portanto, a relação de abandono decorrente da ação pública deficitária é uma tecnologia de poder pró-dendeicultura. Tal situação é também documentada em outros países como Indonésia, Malásia e Colômbia. Aproveitando-se dessas fissuras, o agronegócio do dendê finca suas raízes e se territorializa.

Por outro lado, a inclusão de agricultores e quilombolas ao monocultivo de dendezeiros visa conferir legitimidade à atuação das companhias, principalmente por conta do manifesto interesse em obter a certificação RSPO e/ou em vista do reforço positivo à imagem corporativa como um ativo mercadológico. Implica ainda no exercício de controle, disciplinamento das condutas e gestão biopolítica dos antagonismos sociais, de modo a neutralizar processos contestatórios fundados na crítica ao regime da plantação. Do ponto de vista territorial a situação se agrava quando se soma a área imobilizada a longo prazo para a produção de dendê com o montante da área intrusada pela empresa. Conclui-se que 81% do território quilombola de Nova Betel encontra-se comoditizado, hipotecado, regido pela esfera de apropriação do

dendê. O cálculo pode ser mais perverso se levarmos em consideração a faixa de servidão do mineroduto e do “linhão” da *Norsk Hydro* e a da propalada Ferrovia Paraense anunciada em 2016.

Quando se veem diante de contestações políticas a respeito da contaminação das águas para consumo humano, para o banho e/ou para a pesca artesanal, as empresas de dendê normalmente invocam os discursos da responsabilidade social corporativa e sublinham seus pretensos compromissos com a “sustentabilidade” ambiental, objetivando harmonizar coercivamente os conflitos existentes. Em Nova Betel, o gesto da empresa Vale S.A de oferecer uma caixa d’água à comunidade, após ter arruinado os igarapés Tira Saia e Itabocal, segundo os agentes sociais foi assim interpretada: “sendo que eles construíram a caixa d’água para nós, não foi no direito, mas eles precisavam, por direito, tipo assim eu entrei no teu igarapé, estraguei teu igarapé, agora eu tenho direito de construir uma caixa d’água para você, para comunidade de vocês, foi por causa disso.” (Elisângela da Silva Viana, tesoureira da Associação, junho de 2019).

As pressões exercidas pelos quilombolas junto à mineradora e sua subsidiária incluem a manutenção das estradas vicinais deterioradas pela circulação diária de caminhões carregados com toneladas de cachos de dendê, o controle do tráfego pesado por dentro da vila, a interrupção da aplicação de grandes quantidades de veneno nos plantios, a doação de galpão para a construção de uma escola de ensino fundamental e o apoio a projetos produtivos compatíveis com os modos de existência coletiva. Os distintos relatos orais exprimem a malograda relação entre a associação e a companhia, indicando potenciais tensionamentos.

Aí nós exigimos, que o que eles fizessem aí para nós, quando eu era presidente, foi essa caixa d’água, esse poço artesiano, foi a Vale que fez, esse poço artesiano. Depois disso a Vale só faz andar pra baixo e pra cima, pra cima e pra baixo na nossa estrada, mas não coopera com nós pra nada. (Sr. Orivaldo Matias, 2019).

Tem cacho de dendê que dá 30 kilos, uma altura de 4 metros e meio, não é só uma criança que corre risco, as pessoas, não pode, quando um caminhão daquele vem tem que sair fora” (Cloves Matias, 2019).

Até nos fazer um portão aí e não deixar eles passarem (Anizio Matias, 2019).

Retornando ao tema das terras registradas em nome da mineradora Vale S.A, os quilombolas desconfiam quanto aos reais interesses empresariais. Primeiramente relatam o abandono dos dendezaís implantados em tais áreas: “da área da Ilha Verde, 600 alqueires; Itamaraty 600 alqueires também; 1.200 alqueires de estrutura abandonada” (Otoniel Silva da Costa, 2019). O quantitativo de área descrita pelo agricultor corresponde a 6.000 hectares, praticamente o mesmo tamanho da área declarada no SICAR/PA como “área de uso alternativo do solo”. Diante dessa espécie de descuido dos plantios, associado a conversas informais

entabuladas com prestadores de serviços da empresa, crescem os rumores de que a imobilização fundiária esteja vinculada a prospecção de depósitos minerais de bauxita. “Eles disseram: - A empresa agora aqui não vai mexer com esse dendê não, a empresa aqui tem o interesse de extrair o minério de bauxita, não vai mexer com esse dendê não” (id.). Outro ponto é levantado: “porque se eles chegassem falando que tinha bauxita, as pessoas iam querer um preço altíssimo nas terras” (Cloves Matias, 2019).

Não obstante as desconfianças esboçadas pelos quilombolas, após consulta aos registros constantes na base online do Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE não se localizou nenhum pedido de autorização de pesquisa, concessão de lavra ou outorga de licenciamento incidente nas Fazendas Itamaraty e Ilha Verde. Por enquanto, as pretensões de exploração mineral em escala empresarial na referida “região” estão concentradas na fronteira Acará-Tailândia-Tomé-Açu (121 mil hectares para prospecção de bauxita pela Agropalma sobrepostas ao território quilombola da Balsa) e às proximidades da Vila Nova, em Tomé-Açu, objeto do processo nº 854482/1996, cujo interessado é a Vale S.A. para pesquisa de “minério de alumínio”, numa área de 5 mil hectares. Nesse território estão concentrados extensos monocultivos de dendezeiros da Biopalma e da Belém Bionergia.

6.7.1 Megaempreendimentos coetâneos e cumulatividade de efeitos

Além dos antagonismos sociais concernentes ao agronegócio do dendê, outros megaempreendimentos pressionam simultaneamente o território quilombola de Nova Betel, resultando na configuração de *topografias da morte* causadoras de graves efeitos necropolíticos sobre a reprodução física e cultural do grupo étnico (SILVA, 2020). Destacam-se o mineroduto para transporte de polpa de bauxita da mina da Norsk Hydro S.A em Paragominas até a refinaria em Barcarena, a linha de transmissão de energia de 230 KW de propriedade da mesma empresa (ACEVEDO MARÍN, 2019), e o planejamento governamental de construção de uma ferrovia desde o sul do Pará até o Porto de Vila do Conde, para o escoamento de *commodities* minerais e agrícolas.

Os conflitos concernentes à implantação dos megaprojetos irromperam com a construção do mineroduto de 244 km interligando a mina de bauxita Miltônia 3 à planta de beneficiamento da Alumina do Norte S.A – Alunorte. Correlata à essa obra de infraestrutura, também foi erguida um “linhão” em paralelo ao traçado subterrâneo, visando assegurar o suprimento de energia elétrica para a extração minerária (ACEVEDO MARÍN, 2019; SILVA, 2020). Inicialmente pertencentes à companhia Vale S.A, em 2011 as instalações foram transferidas ao patrimônio da empresa norueguesa Norsk Hydro, mediante uma transação

financeira na ordem de 4,9 bilhões de dólares norte-americanos, com a garantia de exploração da mina por um período de cem anos. O negócio abrangeu a Mineração Paragominas, o mineroduto, a linha de transmissão de energia e a maior refinaria de alumínio do mundo sediada em Barcarena.

Quando foi o mineroduto, que eles vieram aqui negociar comigo, outra coisa que eles falaram, que podia plantar pimenta, podia plantar a bananeira, podia plantar o arroz, podia plantar o feijão, podia plantar o capim no lugar que eles passaram, a gente podia usar, essa era conversa que eles vieram negociar. O tubo que passava, era um defunto, um defunto quando enterra você não vai mais desenterrar, só quando passa anos e anos, quando vão enterrar o outro. No mineroduto, eles passaram. Aí, tudo bem, eu assinei um monte de papel lá sobre isso. Depois, que passou um monte de anos, já vieram dizendo que não era mais para plantar nada, não podia fazer mais nada. E já o linhão, depois que eles vieram, o linhão passou aí, quando mais ou menos um ano quando o mineroduto tava terminando de fazer. Aí vieram de novo pra negociar comigo (Orivaldo Matias, 2019)

De certo modo tranquilizados acerca da natureza mórbida dos dutos que atravessam o território, pois dificilmente se “desenterra um defunto”, após a implantação do megaempreendimento os agentes sociais foram surpreendidos com as proibições impostas inicialmente pela mineradora Vale e depois pela Norsk Hydro, quanto à vedação expressa de cultivar alimentos na faixa de servidão da obra de infraestrutura. Coetaneamente instalou-se o “linhão” em paralelo, conformando a lógica de intervenção privada autorizada pelo poder público mediante licenciamento ambiental. A capacidade de resistência foi ínfima diante da urgência manifesta para a execução das obras, cuja caracterização no ordenamento jurídico vigente remete ao controvertido “interesse público²³⁶”.

Outro ponto a se destacar concerne às negociações estabelecidas entre a empresa e os quilombolas prejudicados pela passagem das instalações em seus terrenos. Em posição de desvantagem diante das relações assimétricas de poder, os “atingidos” rememoram as táticas de costura de acordos individualizados empregadas pela Vale, traduzidas na assinatura de papéis sem o devido conhecimento dos efeitos jurídicos gerados. Os relatos evidenciam a prevalência do velho método “dividir para conquistar”. Cada quilombola foi procurado pessoalmente para firmar um acordo específico com a mineradora, esfumando assim as possibilidades de contestação coletiva organizada.

Eles vieram, foram lá em casa, pediram o número da carteira de identidade, do CPF, se era a primeira vez, depois voltaram de novo, vieram botar os picos, depois que eles botaram tudo isso, depois de dois anos que eles vieram de novo, quando eles vieram de novo e colocaram os picos não demorou muito. Chegou um tal de Talibe, que veio negociar, ele veio negociar com a gente para passar na área, praticamente passou na minha área, passou na área do Bonergio, passou na área da Elioneide, passou na área da Silas, aqui que passou nessa colônia, aí quando eles vieram, já vieram negociar com nós [...] Isso foi em 2004, eles vieram e botaram para mim nove mil, eu disse que

²³⁶ A respeito do assunto recomenda-se a leitura do capítulo *Arqueologia do Comum*, do livro *Comum: a revolução do século XXI*, de Pierre Dardot e Christian Laval, Boitempo: 2016.

não queria, aí eles botaram onze, eu não costumo ver dinheiro quase, eu peguei logo os onze, fiquei animado, peguei logo os onze mil. Pagaram lá dentro de casa mesmo. Do linhão eles me deram dez mil, dez mil conto. (Orivaldo Marias, 2019).

A negociação individual impôs uma espécie de código moral entre o comprador e o vendedor da fração de terra convertida em mercadoria. Subvertido o instituto das terras tradicionalmente ocupadas, os negócios foram regidos pelos imperativos do capital, em colisão com os fundamentos da territorialidade específica e com os dispositivos supralegais referidos à obrigatoriedade de consulta prévia, livre e informada preconizada na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Resultou que algumas pessoas conseguiram elevar o valor inicialmente ofertado como “indenização”, todavia, “as outras foram negociando baixinho” (Cloves Matias, 2019).

Na tentativa de gerenciar os conflitos arrefecendo as posições contestatórias exprimidas nas pressões exercidas contra o empreendimento, a *Norsk Hydro* negociou com os quilombolas algumas ações de natureza compensatória, objetivadas em “projetos mandala” e cursos de formação voltados ao trabalho rural e ao artesanato. A execução dos projetos estava sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). No entanto, há uma percepção generalizada do malogro de tais iniciativas, conforme descrito a seguir: “pois é o que aconteceu, eles querem embolsar para lá, a Camta, outras empresas, querem embolsar, e nós chupar dedo, só querem nos enganar aqui com açáizinho, um maracujazinho, dar um chapéu, dar camisa, quem engorda dinheiro lá é o SENAR, e nós aqui chupa dedo” (Orivaldo Matias, 2019).

Atualmente os quilombolas experimentam novos sobressaltos, em razão de mais uma ofensiva desenvolvimentista nos moldes dos regimes de inconcludência discutidos por Almeida (2020). Nesse momento a *Norsk Hydro* está realizando a renovação da estrutura do mineroduto e já se aproxima do território etnicamente configurado. De acordo com informações prestadas pelos membros da associação, faltam apenas 40 quilômetros para completar o trecho correspondente a Tomé-Açu, previstos para serem executados em 2021, após negociação a ser travada com a comunidade.

Outra frente de intervenção está associada à iminência de construção de um novo “linhão” vinculado a estatal norueguesa. A licença prévia do empreendimento, de nº 1758/2019, emitida pela SEMAS/PA em 8 de outubro de 2019, prevê a execução de uma linha de transmissão de energia com extensão de 124, 93 km, interligando a estação de Vila do Conde a subestação Tomé-Açu, com capacidade de 230 kW. A execução da obra está sob encargo da Empresa Transmissora de Energia do Pará S. A – ETEPA, a quem compete esclarecer as

unidades sociais “afetadas” acerca dos efeitos a serem provocados e responder às questões afetas ao licenciamento ambiental. De acordo com o ofício 011/2020, enviado pela AMAQCNB ao MPF em 8 de setembro de 2020, a ETEPA subcontratou a empresa Solo para construir uma subestação “que vai prejudicar as comunidades quilombolas do município, como as comunidades quilombolas Nova Betel, Rosa de Saron, São Pedro, Tucumandeuá, Igarapé Marupaubá, Itabocal Ponte e Castelo”.

Além de reivindicar a realização de consulta prévia, livre e informada, os quilombolas de Nova Betel denunciaram em comunicação telefônica que funcionários da ETEPA estiveram na comunidade durante a pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2) tentando negociar individualmente com oito quilombolas a assinatura de uma autorização para permitir a passagem do “linhão” em suas terras, mediante a oferta de pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em média. Além do assédio estar em desacordo com os preceitos da Convenção 169, da OIT, os representantes da empresa descumpriram os protocolos sanitários, colocando em risco a imunidade dos moradores que se encontravam em isolamento social.

A inconcludência dos megaprojetos (ALMEIDA, 2020) e a abertura de novas frentes de intervenção não apenas correspondem a uma continuidade espaço-temporal *ad infinitum*, mas evidenciam aquilo que Mbembe (2017, p. 30) define como “poderio do capital”, constituído por um duplo caracterizado como “força viva e criadora (quando é preciso alargar os mercados e acumular lucros) e processo sangrento de devoração (quando se destrói irreversivelmente a vida dos seres e das espécies)”. Diante da atual fase de brutalismo, cujos efeitos necropolíticos fomentados pela fusão entre neoliberalismo e animismo promovem formas desiguais de distribuição das possibilidades de vida e de morte, raça e racismo continuam a ser acionados como dispositivos de segurança.

Em Nova Betel esses “efeitos” estão presentes nas memórias sociais e no cotidiano das pessoas. Afinal, o território quilombola encontra-se com mais de 80% de seu perímetro intrusado por megaempreendimentos econômicos de natureza exógena, comandados por imperativos de mercado urdidos em arenas de poder exteriores aos locais de sua implantação. Como uma espécie de espelho microscópico da economia política amazônica e quiçá do país, a unidade social pesquisada é atravessada por interesses vinculados à mineração e aos agronegócios, mediatizados por práticas de “responsabilidade social empresarial” produtoras de mecanismos de controle, de faccionalismos e de neutralização das resistências. Não obstante, vozes insubordinadas irrompem com as representações desenvolvimentistas e anunciam novos capítulos da “guerra de movimento”.

6.7.2 Ferrovia Paraense

Em meados de 2016, o Governo do Pará anunciou com grande alarde a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030, institucionalizado por meio do Decreto Estadual nº 1.570, de 29 de junho daquele ano. O programa se constituiu a partir de quatro objetivos:

- I – promover o crescimento econômico-sustentável do Estado mediante o fortalecimento de cadeias produtivas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Estado;
- II – fomentar a internalização no mercado paraense de compras públicas e privadas;
- III – identificar potenciais de melhoria para a infraestrutura local visando a ampliação da capacidade de escoamento do Estado; IV – fomentar a verticalização e inovação no território paraense das cadeias produtivas;
- V – estabelecer novos mecanismos de governança no âmbito da gestão pública e fóruns de discussão com o setor privado e sociedade civil organizada (PARÁ, 2016).

Por conseguinte, a tecnocracia governamental, assessorada por consultorias privadas, estabeleceu como prioritárias doze “cadeias produtivas estratégicas” a serem estimuladas pelas políticas criadas no âmbito do programa. Foram elas: agricultura familiar, grãos, biodiversidade, florestas plantadas, logística, verticalização do pescado e aquicultura, turismo e gastronomia, açaí, pecuária, cacau, palma de óleo e exploração mineral, não necessariamente nessa ordem de prioridade. Em realidade, as ações coordenadas pelo Pará 2030, gerenciadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – Sedeme, estiveram voltadas precipuamente à criação de um ambiente institucional de negócios para “atrair investidores” e a articulação de megaempreendimentos logísticos visando melhorar a circulação da produção e conseqüentemente “ampliar a competitividade das exportações”, mediante a compressão do espaço pelo tempo.

Abstraindo os traços eufemísticos do discurso oficial, a criação de um “ambiente de negócios para atrair investidores” se traduz na institucionalização de medidas legais flexibilizantes, notadamente sob a forma de incentivos fiscais, concessão de financiamento público e afrouxamento de dispositivos correspondentes às políticas fundiária e ambiental. Em outras palavras, constitui um pacote de vantagens concedidas a grupos empresariais na expectativa de que aceitem se instalar no estado.

É nesse contexto que se insere a proposta de construção da Ferrovia Paraense (Fepasa), planejada para viabilizar o escoamento da produção de grãos (soja e milho) do Norte do Mato Grosso, do Sul do Pará e do eixo da Rodovia Federal BR-010 (Belém-Brasília) ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena, com uma extensão de 1.319 km. O novo governo, iniciado em 2019, continuou com o mesmo projeto previsto no Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – ETVA contratado junto a uma empresa privada. Segundo projeções da Sedeme,

50% da produção a ser transportada pela via corresponde a minério de ferro, enquanto a outra metade está distribuída entre bauxita (30%), grãos e fertilizantes (14%), combustíveis (3%) e outros (3%). A propósito, um *pool* de empresas já teria firmado contratos de compromissos de cargas para viabilizar a consecução do empreendimento, segundo Demachki²³⁷ (2017).

No segundo semestre de 2019 o governo paraense enviou um pacote de projetos legislativos em regime de urgência, dentre estes dois específicos relacionados ao megaprojeto da ferrovia. O primeiro deles consistiu na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 07/2019, com o propósito de instituir um novo regime de contratações no âmbito da administração pública, por meio da categoria jurídica “autorização”. Trata-se de uma forma mais expedita e precária de regular a celebração de contratos de concessão entre o ente público e empresas privadas, nesse caso específico, do ramo ferroviário. Associado a este, foi apresentado o Projeto de Lei nº 262/2019, convertido na Lei Estadual nº 8.908, que institui o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará. As duas propostas foram aprovadas com relativa facilidade pelo poder legislativo, sem qualquer consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais potencialmente afetados pela obra.

No dia 12 de novembro de 2019, o governador do estado comemorou efusivamente em suas redes sociais a assinatura de um protocolo de intenções com a empresa *China Communication Construction Company* (CCCCSA), controladora da brasileira Concremat. O acordo prevê o aporte de 7 bilhões de reais para viabilizar a construção da ferrovia a partir de 2021. De acordo com os signatários, trata-se do maior investimento de infraestrutura do Brasil. O governo paraense tem tentado desde meados de 2017 incluir a obra na lista de prioridades do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI do governo federal. No entanto, a iniciativa não se concretizou até o momento.

Ao longo do traçado contido no Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, os 23 (vinte e três) municípios afetados pelo empreendimento são os seguintes: Abaetetuba (24 km), Abel Figueiredo (27 km), Acará (41 km), Barcarena (6 km), Bom Jesus do Tocantins (45 km), Dom Eliseu (69 km), Eldorado dos Carajás (78 km), Ipixuna do Pará (52 km), Marabá (82 km), Moju (38 km), Nova Ipixuna (40 km), Paragominas (122 km), Pau D'arco (20 km), Piçarra (2), Redenção (55 km), Rio Maria (72 km), Rondon do Pará (136 km), Santa Maria das Barreiras (99 km), Santana do Araguaia (84 km), Sapucaia (42 km), Tailândia (47 km), Tomé-Açu (86

²³⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/infraestrutura-e-logistica/2017/55a-ro/app_ferrovia_paraense_55ro_logistica.pdf/@@download/file/app_ferrovia_paraense_55ro_logistica.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

km), Xinguara (52 km). Conforme o documento, nessa rota “se prevê impactos diretos e indiretos em 08 comunidades e vilas, 19 assentamentos com 101.346,86 hectares e 2.542 famílias, 05 acampamentos com 2.128 famílias e uma área de 34.942,01 hectares, além de 337 fazendas e 07 Comunidades Quilombolas” (SEDEME, 2016, p. 78).

Em relação aos territórios quilombolas, o documento oficial indica a localização de um deles em Abaetetuba (Comunidade Ramal do Piratuba) e os demais em Moju, “sendo 07 comunidades tituladas (Comunidade Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, Santa Luzia do Tracuateua, Santa Maria do Tracuateua, São Sebastião, Bom Jesus do Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças e São Bernardino) e uma em processo de regularização (Comunidade Poacê)” (ibid., p. 84). Todos estes compõem o território etnicamente configurado de Jambuaçu. No entanto, a despeito da realização de levantamento topográfico e social no território quilombola Nova Betel, consoante confirmado pelos próprios quilombolas, não há qualquer menção a ele no RIMA. O mesmo ocorre com a Comunidade Nazaré do Alto, situada no PA Nazaré. Ao lado do centro comunitário existente no local encontra-se fixado um marco topográfico indicando o futuro traçado da Fepasa.

Figura 21- Marco topográfico usado para indicar o traçado da futura Ferrovia Paraense (Fepasa), ao lado do centro comunitário da Comunidade Nazaré do Alto, Acará, 2019



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os relatos dos agentes sociais expressam suas apreensões quanto a iminência de implantação da ferrovia em territórios já estilhaçados por megaempreendimentos minerários, energéticos e agropecuários, os quais cumulativamente engendram uma multiplicidade de efeitos sociais e ambientais. Preocupam-se não somente com a perda das terras para dar lugar à obra em si e à faixa de servidão de 40 (quarenta) metros de cada lado do eixo, mas às perturbações causadas pelos ruídos e vibrações inerentes à intensa movimentação de cargas. Ademais, o risco de acidentes fatais ao longo da via e a potencialização dos mecanismos de desestruturação dos modos de existência coletiva constituem outros motivos de grande preocupação por parte dos povos e comunidades tradicionais.

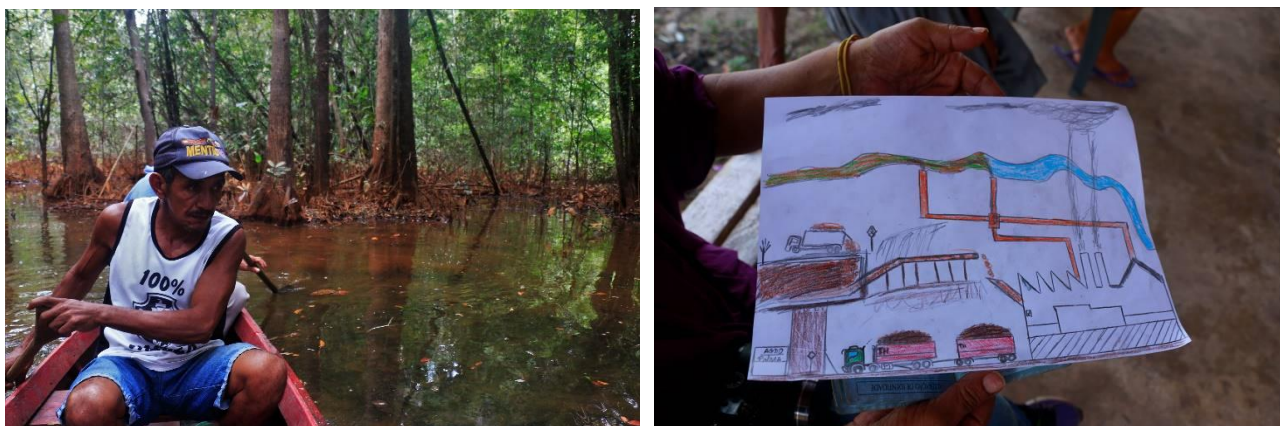
6.7 ZONAS DE NÃO-SER CRIADAS PELA DENDEICULTURA NO ALTO ACARÁ

Palmares na historiografia brasileira alude ao maior quilombo organizado no Séc. XVII por negros insubordinados que irromperam com o jugo imposto pelo processo de escravização da *plantation* açucareira nordestina. Símbolo de liberdade e resistência, suportou por mais de um século as sucessivas investidas militares coloniais encarregadas de sua destruição. Em contraste, a homônima vila localizada às margens da Rodovia PA-140, na confluência dos municípios de Acará, Moju e Tailândia, nasceu sob o advento da modernização devastadora consumada por meio da implantação do agronegócio do dendê. Constituída como *zona de não-ser*, “uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (FANON, 2008, p. 26), o lugar foi concebido como receptáculo de quilombolas, indígenas e ribeirinhos expulsos violentamente das margens dos rios Acará e Aiu-Açu, além de assalariados rurais da Agropalma, no bojo de uma *necroeconomia* (MACHADO ARÁOZ, 2010).

Um mundo social cindido em compartimentos, tal como designara Fanon, é uma expressão assaz pertinente para observar as formas desiguais de distribuição da vida e da morte na Vila Palmares e em seus arredores. Esta chave de interpretação remete justamente à cidade do colonizado fanoniana, local por excelência de exercício da *necropolítica* formulada por Mbembe (2016), ou seja, a subjugação da vida ao poder da morte.

A Palmares paraense é um lugar cercado de dendezaís por todos os lados. Em contraste às precárias condições urbanas experimentadas pela maioria dos moradores do distrito, tem-se por um lado as modernas instalações fabris da Agropalma, e por outro, a vila de funcionários do empreendimento nos moldes da clássica *company town*. Assim, se estabelece o corte territorial segregacionista entre o *staff* da empresa e os trabalhadores dedicados a atividades penosas e degradantes. Consiste numa cidade acuada pela agricultura tecnificada, caracterizada pela comoditização da dendeicultura, eufemismo empregado para obliterar os traços atuais da lógica atemporal da *plantation* instalada no território. No entanto, ali “um autêntico ressurgimento pode acontecer”.

Figura 22 - Contaminação do Rio Acará por resíduos lançados pela Agropalma S.A; figura 23 - Representação dantesca das necroses do dendê desenhada por quilombola do Território da Balsa



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Nos bairros periféricos da vila, o tempo é consumido pela monotonia intrínseca à grande plantação. Boa parte dos moradores, expropriados do Rio Acará, vivem de favores em áreas pequenas ou amontoados em pequenos quartos construídos para alojar trabalhadores provenientes de outros lugares. Os mais jovens esperam por alguma oportunidade de serem “fichados²³⁸” na empresa. D. Maria dos Santos tem 79 anos e reside num pequeno terreno periurbano, cercado por monocultivos de dendezeiros. Tem uma pequena roça de mandioca, algumas árvores frutíferas e um barracão que serve como ponto de encontro para reuniões da associação. Quando a vi a primeira vez, a matriarca e seus familiares estavam raspando mandioca para fabricar farinha. Despojada de suas terras na beira do Rio Acará, ela e os filhos moram “de favor” no local, cuja propriedade é de um vereador residente em Palmares, que tem investido em negócios imobiliários por meio de loteamentos urbanos.

Quando cheguei nesse Acará, era uma vida de bondade; era uma vida rica, a pessoa não era impugnada de nada, a pessoa saía para caçar, para pescar; esse meu filho saía e dava uma voltinha daqui ali e voltava com a bacia cheia de peixe; caça também tinha. Só era difícil porque não tinha comércio, mas a gente vivia bem lá, podia plantar as coisas da gente; podia viajar para onde queria, para cá era longe, mas a gente viajava; mas hoje aqui a gente não tem onde plantar um pé de planta. Terra não podemos comprar porque é caro. O dinheiro que você gasta para comprar um terreno, você faz uma casa. [...] eu moro aqui e não me acostumo, já virei aí por dentro do mato, mas vim atrás do meu filho, onde ele ficar eu vou ficar também. [...] Era bom pra gente, mas de uns tempos pra cá eu sinto que isso aqui faz mal pra gente, até a terra que a gente pisa aqui é doente por causa da contaminação. Morei lá no Rio Acará, tinha sítio, tinha roça, meus filhos acabei de criar aí, conheci essa vila aqui desde o começo, mudei para cá por causa do estudo dos netos, senão estaria lá na beira desse rio, mas começaram a tirar um por um, então não tinha como ficar lá no meio da roda (D. Maria Lucas dos Santos, quilombola expropriada)

Entrecortando os monocultivos de dendezeiros pelo emaranhado de ramais construídos pela Agropolma, se chega ao Rio Acará. Esse trajeto dura cerca de quinze minutos. Embora a

²³⁸ Fichamento é o termo usado pelos moradores de Palmares e arredores para se referir à contratação de trabalhadores pela Agropolma S.A. “as memo’roas Fichar” simboliza a assinatura da carteira de trabalho.

empresa tenha proibida a circulação de pessoas por ali, os quilombolas ignoram tal determinação, argumentando que necessitam do rio para prover sua alimentação. São alvo de ações intimidatórias e ameaças de criminalização por estarem “invadindo propriedade privada²³⁹”. Em meados dos anos 1990, a Prefeitura Municipal de Tailândia construiu uma estrada chamada Nova União, para facilitar o acesso dos moradores da vila ao rio. Contudo, algum tempo depois ela foi obstruída unilateralmente pelo empreendimento em consonância com sua política de controle territorial. Os caminhos foram condenados e os referenciais simbólicos gradualmente estilhaçados.

Nas memórias sociais dos quilombolas, as imagens do terror engendrado pela *plantation* do dendê lhes causam dor e humilhação, pois se veem mutilados no mais íntimo de sua existência. Humilhados por seguranças da empresa e por policiais militares da Vila Palmares, denunciam a violação constitucional do seu direito de ir e vir. As constantes violências psíquicas afetam suas subjetividades, pois se sentem fracos diante do poderio da Agropalma.

Nós se sente preso, humilhado, só porque nós somos fracos, o lado fraco. Eu mesmo já fui vítima de arma aí dessa empresa só com um galho na mão, porque tomaram o facão e de uma certa distância apontaram a arma em cima de mim. Eu tava com a minha bolsa com um depósito assim de minhoca e aí mandaram eu jogar o facão. Quando que eu não ia jogar? vai que um cara desses dispara na minha cabeça né, joguei o facão fora (jovem pescador, morador da Vila Palmares, 14/10/2019).

Se a gente vai para a beira desse rio pescar, quando enxerga um carro da polícia ou um fiscal, tem que se esconder porque senão eles humilham a gente. É a própria polícia daqui. (pescadora Rio Acará, moradora da Vila Palmares, 14/10/2019).

Conforme discutido no capítulo 2, a *plantation* não se restringe a uma determinada contingência histórica, mas a um conjunto de relações sociais que operam sob um *continuum* fundado na concentração de terras, no controle repressor da força de trabalho e na comoditização da agricultura, a última voltada a produção em larga escala direcionada à exportação. Configurada de tal maneira, não funciona sem a aplicação de dispositivos raciais

²³⁹ Em fevereiro de 2016 a Agropalma S.A., por meio da atuação jurídica do Escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff – Advogados, ingressou com um pedido de interdito proibitório contra a Associação dos Ribeirinhos do Vale do Acará, outrora razão social da ARQVA, junto à Vara Agrária de Castanhal. Utilizando-se de áudios e vídeos não autorizados de uma reunião interna da associação, a empresa alegou que estava sendo tramado um plano de “invasão” da Fazenda Castanheira, uma de suas pretensas “propriedades privadas” situadas às margens do Rio Acará. Diante do alegado, pediu providências do Poder Judiciário para coibir preventivamente a prática de crime ambiental e fundiário, visto se tratar de uma área de reserva legal averbada. Rotulados como “criminosos” e praticantes de “esbulho possessório”, os integrantes da associação tiveram que constituir um advogado particular para os defender judicialmente. A tentativa de criminalização mirou em duas lideranças principais da entidade social: o Sr. José Joaquim dos Santos Pimenta e o Sr. Clemente Souza, conhecido como “Quelé”, nominalmente citados na denúncia. O processo nº 0001759-31.2016.8.14.0015 tramitou por mais de dois anos e culminou no indeferimento da pretensão da empresa, que fora condenada a pagar os honorários ao advogado da parte requerida. Destaque-se que a Fazenda Castanheira é objeto de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual, no bojo do processo nº 0803639-54.2018.14.0015, que resultou no bloqueio das matrículas fraudulentas referidas a esse bloco de terras da Agropalma.

para territorializar-se, porquanto pressupõe a desumanização do “outro” para se legitimar como força “modernizadora” e destino inelutável.

Não obstante se constituir como corolário das transformações agrárias engendradas pela economia política do dendê no Pará, Palmares é um dos pontos de partida para a análise crítica da tessitura de relações sociais que culminaram na expropriação de povos tradicionais do Alto Acará desde meados dos anos 1980 até o presente. O despojo de indígenas, quilombolas e ribeirinhos de suas terras e territórios permaneceu eclipsado por muito tempo face aos dispositivos de poder silenciadores resultantes da coalizão de interesses entre os aparatos de Estado e as estratégias empresariais desenvolvimentistas sustentados por necrosaberes. No entanto, as diferentes formas de violência cumulativamente infligidas durante décadas irrompem por meio de processos contestatórios que confrontam os fundamentos discursivos norteadores da dendeicultura pretensamente “sustentável”.

Em consonância com a *situação etnográfica* formulada por Pacheco de Oliveira (2015), esta seção inscreve a pesquisa empírica num sistema de relações sociais, transcendida de um mero relato de viagem descontextualizado do ambiente em que está inserido. As evidências concretas apresentadas são o resultado de viagem a campo realizada nos dias 14 e 15 de outubro de 2019 às vilas Palmares e da Balsa, no Alto Acará, para aferir os danos socioambientais causados pelo derramamento de óleo de dendê no leito do rio; do Seminário “Dendeicultura, expropriações e crimes ambientais no Pará”, realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, no dia 11 de novembro de 2019; e da oficina de autocartografia social ocorrida nas vilas da Balsa e Palmares nos dias 23 e 24 do mesmo mês.

A “guerra” pela água e pelo território se revelou agudizada na área de pesquisa, tal como acontece em epicentros do dendê na Colômbia como Meta, Bolívar e Cesar. Não obstante se tratar de contextos diferentes, há convergência de vários mecanismos de controle, vigilância e privatização de espaços comuns inapropriáveis, os quais fulminam as possibilidades de exercício substantivo da liberdade, porquanto decorrem de violentos processos de sufocamento, depleção e desterritorialização. Entre os pontos fundamentais de contraste entre duas situações concretas estão a associação da dendeicultura ao paramilitarismo e o fomento do dendê por organizações internacionais (FAO, Usaid, BIRD, p. ex.), sob o lema da “substituição de cultivos ilícitos” no bojo do “pós-conflito”, no caso colombiano, e o arraigado discurso de proteção de reservas legais privadas de empresas, como ocorre no Brasil. Como se poderá constatar nos parágrafos posteriores, a propalada “conservação ambiental”, legitimada mercadologicamente por sucessivos esquemas de certificação, se deu às custas de deslocamentos compulsórios de quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Reportagem exclusiva²⁴⁰ publicada pelo Blog Ver-o-Fato no dia 8 de outubro de 2019 noticiou o vazamento de grande quantidade de óleo de dendê no Rio Acará e em vários de seus tributários, cujos efeitos resultariam na contaminação da água e na ocorrência de danos irreversíveis às pessoas e ao meio ambiente, dentre os quais, a morte de animais e peixes por causa do alto teor de óleo e resíduos agroindustriais despejados recorrentemente. A matéria jornalística foi consubstanciada com fotografias fornecidas por moradores locais, acompanhada de trechos do relatório de fiscalização²⁴¹ “in loco” subscrito por técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Acará (Sematur), evidenciando as infrações suscetíveis de enquadramento na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998).

As primeiras tentativas de chegar até os locais do vazamento foram frustradas, pois os interlocutores ligados a sindicatos de trabalhadores rurais e de assalariados rurais desconheciam os fatos ocorridos. Por outro lado, as indicações eram imprecisas e apontavam dificuldades em transpor os obstáculos relacionados ao controle exercido pela Agropalma no território disciplinado pelos extensos monocultivos empresariais. Após contato estabelecido com representantes da ARQVA, sediados na Vila Palmares, km 70 da Rodovia Estadual PA-150, a realização do trabalho pôde ser planejada e concretizada, na semana seguinte à publicação da denúncia concernente aos crimes ambientais. Sem esse apoio, a pesquisa restaria impraticável, pois dificilmente a empresa facilitaria nossa entrada para documentar práticas ambientais em desacordo com seus discursos corporativos pró “sustentabilidade”.

Deste modo, orientado por uma perspectiva crítica, optou-se por escutar os quilombolas, beiradeiros e assalariados rurais situados na Vila Palmares, conhecedores do mundo social investigado, mas por vezes ignorados, silenciados e invisibilizados diante de relações de poder conduzidas pela aliança entre aparatos do Estado e empresas do agronegócio.

²⁴⁰ MENDES, C. Exclusivo – Agropalma despeja dendê e contamina Rio Acará. *Ver-o-fato*. Belém, 8 de outubro de 2019. Disponível em: <<http://ver-o-fato.com.br/exclusivo-agropalma-despeja-dende-e-contamina-rio-acara/>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

²⁴¹ A reportagem faz referência a um relatório técnico elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Acará (SEMATUR) em finais de março de 2019. Nele restaria comprovado a prática de crime ambiental concernente ao derramamento de óleo e de efluentes industriais pela empresa Agropalma S.A nas águas do Rio Acará. Ato contínuo, em 23 de maio de 2019, a Diretoria de Fiscalização e Monitoramento, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Tailândia (SECTMA), emitiu o Relatório de Fiscalização Ambiental nº 10/2019, subscrito por três técnicos e contendo 9 folhas. No aludido documento acerca da denúncia de “anormalidade” na área de entorno da indústria Agropalma, os técnicos também constataram a ocorrência de crimes ambientais. No entanto, apesar da gravidade dos fatos, as recomendações ao final do documento enquadram-se na chamada “mitigação de efeitos”. Assim, nenhuma delas visa autuar a empresa pelo cometimento dos ilícitos. A denúncia também foi encaminhada ao Ministério Público Estadual, que determinou a realização de “fiscalização/vistoria em obra – em função de vazamento de dendê e óleo da empresa Agropalma, com possível contaminação ao meio ambiente”, por meio da Portaria nº 6062/2019-MP/PGJ. Atualmente existe um procedimento tramitando na Promotoria de Justiça de Tailândia, sob o nº SIMP 002217-034/2019, sem nenhum desfecho efetivo até então.

A cada diálogo se ia revelando a existência de uma complexa teia envolvendo rituais e práticas coletivas obliterados, expropriações, deslocamentos compulsórios, ameaças, destruição de lugares e criação de não-lugares, cercamentos, terrorismo psicológico, cerceamento das possibilidades de reprodução física e social dos povos tradicionais e sucessivos danos ambientais associados ao despejo de resíduos agroindustriais na bacia hidrográfica do Rio Acará e ao uso intensivo de agrotóxicos – em particular do glifosato – com consequentes danos à natureza e à saúde humana.

De acordo com os representantes da ARQVA, o território étnico reivindicado pelos quilombolas abrange 18.203,40 hectares, que se estendem, na margem esquerda, da embocadura do Rio Turiacu até a cachoeira, distante há 11 horas de viagem de rabeta²⁴² da Vila da Balsa, situada na travessia da PA-256 sobre o Rio Acará, fronteira dos municípios de Acará e Tailândia; do lado direito, segue do Igarapé Urucuré até 500 metros acima da cachoeira. Cerca de 250 famílias lutam pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, por meio de processo de titulação coletiva junto ao ITERPA.

O trabalho de campo no Alto Acará envolveu a realização de entrevistas com agentes sociais, registros etnográficos e audiovisuais (vídeos e fotografias), análise documental e observações a respeito da problemática narrada por quilombolas e ribeirinhos do Rio Acará, expropriados e desterritorializados pela empresa Agropalma S.A, apontada como responsável por sucessivos danos ambientais à bacia hidrográfica do Rio Acará, notadamente no trecho situado entre o Igarapé Turi-Açu e a foz do Rio Aiu-Açu, área sob influência das plantas agroindustriais da companhia. Os croquis e desenhos resultantes da oficina de autocartografia social ilustram com exatidão esse trecho do leito do rio mais gravemente afetado.

Figura 24- Croqui do território quilombola da Balsa, Alto Acará, 2019.



²⁴² Pequena embarcação de madeira usada por ribeirinhos do estuário amazônico, movida por um motor de popa.

De acordo com os quilombolas, o processo de apropriação das terras pelo agronegócio do dendê teve início nos anos 1980, quando a Agromendes, a Denpasa e o Grupo Agropalma, apoiados pela política de incentivos criada pelo governo estadual e pela Sudam, decidiram implantar megaprojetos na fronteira Acará-Moju-Tailândia. Veiga *et al.* (2007) evidenciam que das 13 empresas palmicultoras instaladas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, apenas uma, no estado da Bahia, empregou recursos próprios. Todas as demais contaram com financiamentos públicos concedidos pela Sudam, pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e pelo Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), do Banco do Brasil. Dos 8 localizados no Pará, 3 estavam referidos ao Alto Acará: Agromendes, Companhia Real Agroindustrial e Denpasa.

Os povos tradicionais cercados por esses megaempreendimentos estabelecem uma clivagem temporal entre os modos de existência anteriores e posteriores à chegada do megaempreendimento econômico da dendeicultura, fomentado sob os auspícios da modernização conservadora. As formas de uso dos recursos, os padrões de sociabilidade e a reprodução física e social dos grupos étnicos sediados nesse território estavam intrinsecamente atrelados ao movimento dos rios. E este movimento era intenso, facilitado pela circulação de pessoas e mercadorias em embarcações que faziam o longínquo trajeto fluvial da cachoeira até as cidades de Acará e Belém.

O processo de expropriação das famílias ribeirinhas, iniciado a partir de 1986, por meio da atuação de agentes do terror e da violência (fazendeiros, pistoleiros, corretores imobiliários e empresas), antecedeu a implantação de cinco plantas agroindustriais nas margens dos rios Acará e Turi-açu. Este evento marca uma profunda ruptura no mundo social vivido pelos quilombolas, indígenas e ribeirinhos do Rio Acará. A representação dantesca de tal mudança é descrita pela sra. Maria dos Santos: “quando colocaram a fábrica para funcionar, dona Dorotheia gritou: minha nossa senhora, o mundo está se acabando! Já eu, me escondi dentro da juquirá com medo dos gritos do pessoal”. Analogamente à cosmologia yanomami descrita por Kopenawa e Albert (2015), era o prelúdio da *queda do céu*.

6.7.1 Terras tradicionalmente ocupadas por povos tradicionais do Alto Acará

As situações históricas e etnográficas concernentes aos povos tradicionais do Alto Acará evidenciam as relações sociais que culminaram na constituição de territorialidades específicas em conflito inicialmente com a empresa colonial de extração de madeiras nobres e nas últimas quatro décadas com a *plantation* do dendê.

No centro da exploração de madeira sob inspiração colonial aparece a Casa Natal, comandada pela família Maia, tendo a figura do patriarca Antônio Gonçalves Maia e de seus filhos Deolinda, Manoel Elesbão, Aida Maria e Terezinha. Considerados um dos “clãs” mais influentes da “região”, os Maia exerciam controle econômico e político numa extensa faixa do rio, compreendida entre a cachoeira e o Igarapé Ipitinga Grande, distância estimada pelos quilombolas em mais de um dia de viagem de barco a motor. Nada escapava a esse domínio, que abrangia as múltiplas dimensões da vida social. A Casa Natal se constituía como grande entreposto para onde se dirigiam regatões provenientes de Belém e arredores com suas mercadorias (p. ex. gêneros de primeira necessidade, ferramentas, utensílios, materiais de caça e de pesca), intercambiáveis por madeira e outros produtos extraídos das matas ciliares.

Povos tradicionais situados entre a cachoeira e o Igarapé Ipitinga viviam subordinados ao regime de exploração imposto por Antônio Maia, mediante um sistema de relações ancorado em práticas de aviamento, tutela e imobilização da força de trabalho (escravidão, servidão por dívida), conforme se depreende do relato do quilombola J.

Os desbravadores do Alto Acará pertenciam à família Maia, com todos os seus envolvimento. Então quem detinha a carta de exploração das terras do Governo do Estado era eles. Com eles veio esse pessoal que popularizou as cabeceiras do Acará, da Casa Natal pra cima. É tão certo que todo o pessoal que trabalhava nesse rio na década de 70,60,40,30, década de 20, todo esse pessoal trabalhava para essa família Maia. Então esse primeiro cemitério [do Livramento] foi criado por eles, pelos Maia. E esses Maia era que davam o aval para todos esses moradores que existiam no território, que passaram a existir, os seus pedaços de terra. Porque a família Maia tomava conta da cachoeira pra baixo. Então morava quem trabalhava pra eles. Veja bem como são as coisas: quem trabalhava pra eles, eles davam, liberavam um pedaço de chão pra ele fazer a casa, morar, criar a família dele, mas tinha que trabalhar pra eles. Então foi crescendo a população. Os que não davam conta de trabalhar, o filho já começava a trabalhar, aí o filho já tinha a necessidade de um pedaço de terra e já vinha com o pessoal dos Maia, eles já liberavam um outro pedaço de terra e assim foi crescendo a comunidade no Alto Acará. E isso não tinha branco, era negro. Então eles contribuíram para a existência desse povo na beira desse rio.

Os pequenos fragmentos de terra manejados pelos quilombolas e ribeirinhos mediante o consentimento do fazendeiro podem ser considerados o embrião do surgimento de formas de uso comum dos recursos naturais entre os referidos grupos sociais, que implicaram no estreitamento de vínculos indispensáveis à sua reprodução física e social. Todavia, as dificuldades de acesso conjugadas ao “coronelismo” encarnado como expressão particular do Estado, permitiram com que no Alto Acará se mantivessem modalidades de exploração e de imobilização da força de trabalho intrínsecas ao regime da *plantation* colonial durante quase todo o século XX.

O declínio da família Maia agravado com a morte do patriarca em 1966 e culminado na desativação da Casa Natal em meados dos anos 1980, concomitante à venda da Fazenda Galileia para a Agropalma S. A. alterou de modo substancial as relações de força existentes. Em

primeiro plano se observa uma inflexão no uso da terra, caracterizada pela substituição do modelo de extração madeireira pela implantação de monocultivos de ciclo longo. Por outro lado, se no primeiro sistema a coexistência subordinada das formas de uso comum com o empreendimento coronelista era o elemento enformador da sociedade do Alto Acará, de outro a chegada da *plantation* moderna do dendê foi antecedida pela expropriação dos quilombolas, ribeirinhos e indígenas que viviam às margens do rio, mediante a usurpação de seus territórios.

Para tanto, os mecanismos clássicos da violência no campo foram ampla e reiteradamente utilizados. Tal como verificado no Urabá chocoano e antioquenho, as ofensivas junto aos povos tradicionais e pequenos agricultores começam com o assédio à venda das terras sob a mira de empreendimentos do agronegócio propalados como economicamente irrefreáveis, que em tese impulsionariam a criação de “polos de desenvolvimento”, com oferta de empregos e oportunidades. Concomitantemente, os corretores fundiários encarregados dessas transações exercem pressão ostensiva sobre os agentes sociais, alegando a suposta precariedade dos apossamentos existentes, ao mesmo tempo em que lhes dão a conhecer o aparato jurídico à disposição de fazendeiros e empresas. Assim, vender as terras a preço vil seria a única saída. Do contrário, correr-se-ia o risco de perder tudo.

A partir do momento que começaram as ameaça, todo mundo foi se evadindo. Aconteceu o fato de um certo cidadão, ele sofreu sim, um atentado, inclusive ele foi ferido com uma bala na perna, atravessou o rio Acará de nado pra poder fugir da terra, pra deixar a terra pro fazendeiro disponibilizar pra vender, pra negociar com a empresa. Isso existe, ele ainda está vivo. Mas os outros, nenhum bateram de frente. Medo de morrer né? E a Lei aqui sempre foi essa: “Manda quem pode obedece quem tem juízo”. E a Lei da pistolagem sempre imperou aqui na nossa região. (entrevista com o Sr. J., fevereiro de 2021).

Impõe-se uma atmosfera de terror psicológico, cuja gradação aumenta na medida das insurgências a este jogo perverso. Aqueles que não se rendem às sucessivas investidas são alvos de outras formas de perseguição, tais como a contaminação das águas por agrotóxicos, soltura de animais de grande porte em suas roças, impedimento do acesso a recursos de uso comum, faccionalismos, pressão de órgãos públicos aderentes a *plantations* modernas, tentativas de criminalização, ameaças de morte e atentados. O episódio narrado pelo quilombola do Alto Acará concerne a tentativa de assassinato sofrida pelo Sr. Zé Baiano, que morava próximo à foz do Igarapé Urucuré. Após se negar por diversas vezes a vender as terras onde morava, foi ameaçado de morte e algum tempo depois foi vítima de uma tentativa de assassinato por parte do pistoleiro Bebezão, personagem conhecido pela atuação na “operação limpeza” realizada para abrir caminho ao agronegócio do dendê. De acordo com relatos orais, ele teria sido contratado por fazendeiros que venderam terras para a Agropalma S.A. Mesmo atingido por vários disparos nas pernas, Zé Baiano se atirou nas águas do Rio Acará e conseguiu fugir a nado

para nunca mais voltar. O antigo local de sua residência se transformou em tapera²⁴³, com a presença de algumas árvores frutíferas (jaqueira, laranjeiras, mangueiras), conforme presenciou-se em novembro de 2019 durante a pesquisa de campo. Atualmente o terreno é considerado “reserva legal” da empresa.

Deste modo, gradativamente os indígenas, quilombolas e ribeirinhos foram sendo deslocados compulsoriamente de seus territórios no Alto Acará para ceder lugar a extensos monocultivos ou a áreas averbadas como reservas legais nos registros de imóveis. De acordo com os quilombolas, em 1993 teriam saído os últimos deles.

A propósito, um dos principais argumentos evocados pelo conglomerado Agropalma S.A. em suas campanhas publicitárias, relatórios de sustentabilidade e certificações internacionais diz respeito à conservação ambiental de 64 mil hectares de florestas com alta relevância em termos de biodiversidade. No entanto, três aspectos costumam ser obliterados nas narrativas corporativas. O primeiro corresponde à usurpação das terras tradicionalmente ocupadas, mediante intimidação, coação, violência e fraudes cartoriais. O segundo tem a ver com os modos de existência coletivos referidos aos grupos sociais que reivindicam a reparação de seus direitos territoriais e étnicos. O último concerne aos pedidos de autorização de pesquisa constantes em processos administrativos em andamento junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) para prospectar a presença de bauxita exatamente nas “áreas de reserva” controladas pela empresa, conforme ilustrado na figura 4.

6.7.2 Urdiduras fraudulentas em registros imobiliários

A territorialização da dendeicultura no Alto Acará tem sido permeada por graves antagonismos sociais, inteligíveis quando se leva em conta os distintos modos de apropriação e uso dos “recursos naturais”. De um lado o regime da grande plantação inerente ao agronegócio do dendê se apresenta como representação idealizada de certa noção de racionalidade movida por necrosaberes que remetem a fundamentos de eficiência, economias de escala e tecnificação, sempre ávidos por romper os limites kantianos da finitude dos conhecimentos, a partir da fetichização da inovação, constantemente alargada por contínuas pressões sobre territórios ainda não capturados pela lógica capitalista. De outro, unidades sociais caracterizadas como povos e comunidades tradicionais, cuja existência política se baseia em critérios de

²⁴³ Designação atribuída a lugares abandonados com vestígios de ocupação antrópica no passado, pomares formados por árvores antigas e sem nenhum tipo de conservação.

autodefinição (BARTH, 1977), consoante fatores identitários regidos pelo uso comum e por relações de sociabilidade moldadas por códigos alheios aos imperativos mercadológicos.

No último “Relatório de Sustentabilidade” lançado em 2017, a Agropalma S.A. informa possuir 107 mil hectares de terras, distribuídos em 39 mil hectares de monocultivos, 64 mil hectares de reservas florestais conservadas e 3.212 hectares “utilizados com infraestrutura, indústrias, estradas e moradias²⁴⁴”; outros 765 hectares corresponderiam a “outros usos não declarados”. As terras apropriadas pela empresa correspondem a quatro décadas de atuação no Alto Acará, iniciados com os projetos agropecuários da Companhia Real Agroindustrial (CRAI) e da Agropalma, financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a posterior incorporação dos projetos da Mendes Júnior Agrícola do Pará (Agromendes), da Coacará, da Companhia Agroindustrial do Pará (Agropar) e da Amapalma.

De acordo com os quilombolas, os deslocamentos forçados à base de assédios e intimidações culminaram na retirada total dos *beiradeiros* em 1993. Coincidentemente naquele ano teria ocorrido um grande vazamento de azeite de dendê no rio, ocasionando a morte de milhares de peixes asfixiados pela insuficiência de oxigênio na água. No entanto, não apenas as fontes de alimentação e de suprimento hídrico para consumo humano foram afetadas. As vilas e povoados foram esvaziados e posteriormente destruídos. Resistem às tentativas de apagamento as ruínas de casas, trapiches, igrejas, salões de festa, taperas e cemitérios, indicativos de uma vida social sufocada pela modernização devastadora da *plantation*.

6.7.3 O império dos pés-de-barro das fraudes cartorárias

Dos pontos de vista jurídico e comunicacional, a empresa tem se esmerado em enfatizar a regularidade fundiária e ambiental das operações agroindustriais, em paralelo à evocação da marcha incontrolável de sua maquinaria expansionista. No entanto, as narrativas dos agentes sociais conjugadas a observações empíricas registradas em diferentes momentos nos últimos anos descortinam acontecimentos usualmente situados na esfera do indizível, controlados sob a gestão meticulosa dos silêncios.

A concentração de fazendas registradas em nome da Agropalma conforma uma complexa teia fundiária discernível na medida em que se desnaturalizam as condições de possibilidade das representações e práticas engendradas pela *plantation* do dendê, consoante a apreensão das relações de poder presentes na particularidade do mundo social objeto desta

²⁴⁴ Agropalma S. A. (2017, p. 13).

intervenção. Indaga-se de que maneira um conglomerado econômico logrou acumular 107 mil hectares de fazendas boa parte incidente em terras tradicionalmente ocupadas reivindicadas por povos e comunidades tradicionais que lutam pela restituição de seus territórios violentamente usurpados.

Os processos de apropriação de terras são coetâneos à implantação da *plantation* moderna do dendê no Alto Acará no começo da década de 1980, como exposto anteriormente. A instalação dos empreendimentos requeria uma quantidade expressiva de hectares, visando atender as metas consignadas nos projetos agropecuários aprovados junto à SUDAM. Desencadeou-se uma “guerra” por recursos (terra, água, florestas, subsolo) fundamentada no direito, cujos critérios de competência e saber serviram como suporte para a conversão de áreas de uso comum em propriedades privadas, por meio de registros imobiliários assentados em documentos de origem duvidosa. Não obstante, produziram não apenas efeitos jurídicos concretos, mas apoiaram a conformação do território como zona especial para o espraio do dendê em bases empresariais, notadamente sob a prescrição de necrosaberes agrônômicos e climatológicos.

Reminiscências da apropriação privada das terras tradicionalmente ocupadas encontram-se vivas nas memórias sociais dos grupos atingidos. Para estes, a expropriação está diretamente associada não apenas ao alargamento de monocultivos em larga escala, mas fundamentalmente em razão das estratégias empresariais de constituição de reservas ambientais para aderir a esquemas de certificação pretensamente “sustentáveis”, visando conferir reposicionamento da imagem corporativa e lucros crescentes nos mercados nacional e internacional de óleo de palma.

Em 80 começou um pesadelo pra todos os moradores que hoje vivem no entorno do rio Acará. Eu digo entorno porque, é aqui nessa comunidade da Balsa, na Vila Turiaçu que fica logo ali, Palmares, na Vila Aiu-Açu, aqui pra Calmaria, Urucuré, é onde está o pessoal que morou na beira do rio Acará.

De 80 pra frente, de 86 pra 90, a Agropalma derrubou uma área dela que era de preservação, quando ela derrubou a área de preservação, o meio ambiente veio pra cima, veio o IBAMA, porque, ela tinha destruído toda a área dela de preservação, então a Agropalma ficou imprensada, ela passou um período financeiro crítico pelo fato de ter tirado toda a área de preservação. Aí entrou a questão visível de um cidadão chamado Saulo, que é Saulo Mendes e foi no período que o Silonias vendeu a fazenda Galileia e entrou em cena o projeto do Estado liberar um Termo de Compromisso porque a Agropalma precisava conquistar o ISO, um Termo de qualidade pra vender mercadoria pro exterior, só que ela tinha que ter uma área de preservação.

E essa área de preservação, ela tava exatamente na posse dos ribeirinhos, da comunidade. Então, a única coisa que podia ser feita era usar a terra que eles tinham pra poder usar. Aí apareceu o pistoleiro, o pistoleiro sempre foi o pesadelo na nossa região. Que foi que tirou o pai dele (Sr. João Canela) dali do território. Então, aí, esse Saulo começou a trabalhar na execução desse processo, foi que colocou pros fazendeiros a proposta de compra da Roda de Fogo, Castanheira, tem a fazenda Santa Maria, tem a fazenda (inaudível). A Agropalma fez a proposta, porque, veja bem, o que a Agropalma fez, como ela tava interessada tanto em campo aberto como na área

de preservação que era a área onde estavam os quilombolas, porque o quilombola é livre, ele faz a roça dele aqui, faz a tarefa, quando ele larga com três anos (inaudível). E a Agropalma tava de olho nessa área como na área de preservação e o Saulo mandou desocupar a área do rio pra poder a Agropalma efetuar a compra das fazendas, ela queria o terreno limpo. E esse Saulo, lembro como se fosse hoje, se esse Saulo conseguisse fazer todo o processo, comprava a fazenda de porteira fechada, tinha muito gado, muito gado, e esse cara ficou podre de rico. (Sr. J, fala realizada em janeiro de 2021 na Vila da Balsa).

As terras acumuladas compuseram o patrimônio das empresas integrantes do conglomerado, quais sejam a Companhia Real Agroindustrial, Agropalma, Agromendes, Companhia Palmares da Amazônia, Amapalma, Companhia Refinadora da Amazônia (CRA) e Companhia Agroindustrial do Pará (Agropar), atualmente fundidas em apenas duas companhias. Boa parte da documentação referida a essas fazendas foi registrada em Cartórios de Registros de Imóveis de Acará, Tomé-Açu, Tailândia, Belém, São Paulo e Belo Horizonte, conforme verificado ao se coligir os autos de ações judiciais que questionam a dominialidade das terras.

A propósito, em 2016 a Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região do Ministério Público Estadual do Pará determinou a abertura do Inquérito Administrativo nº 000628-040/2016-8ª PJ Agrária, para apurar a pertinência de denúncia formulada por José Maria Tabaranã da Costa, casado com Aida Raimunda Maia da Costa, filha do Sr. Antônio Maia. O material consistiu em seis volumes de documentos que haviam sido remetidos inicialmente à Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará, nos quais se apresentam evidências de fraudes praticadas por cartorários, corretores fundiários e dirigentes da Agropalma, com vistas ao esquentamento de papéis juridicamente podres, conferindo-lhes aparência de legalidade. O denunciante reivindica a propriedade das fazendas Natal, Quati, Tucumandeuá, Urucuré, Tapirateua e Cariateua, situadas no Alto Acará, lastreadas em títulos provisórios caducos, de acordo com o Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

Dentre outras providências, diante do vasto repertório de indícios de grilagem apresentados, a Promotoria Agrária decidiu coligir a análise das terras apropriadas pela empresa em seis (6) blocos, descritos a seguir:

1. *Fazenda Galileia* (atualmente Agropar I): suposto cometimento de fraudes na emissão de títulos definitivos e na reabertura de matrículas, coincidentes com registros cancelados administrativamente em nome de Siloni Dias Sales, tio do fazendeiro e corretor de terras contratado pela Agropalma para atuar junto a cartórios de Acará, Tailândia e Tomé-Açu.

2. *Fazenda Porto Alto* (atualmente CRAI I, CRAI II e Agropalma): contestação de 12 (doze) títulos expedidos pelo ITERPA a membros das Famílias Miranda Cruz e Miranda Oliveira, por estarem assentados em matrícula irregular e superdimensionada subscrita pelo

Cartório de Registro de Imóveis de Acará, em nome de Jairo Mendes Sales. A transcrição das áreas foi aumentada de 2.678 hectares para 35.000 hectares, representando uma variação de 1.206,95%. Alega-se que mesmo ciente da natureza fictícia das terras, o ITERPA licitou a gleba em favor de particulares, levando em conta o tamanho artificialmente documentado;

3. *Fazendas 3 Estrelas, Paraíso do Norte, Roda de Fogo, Esperança, Santa Maria, Joman e São João* (atualmente Roda de Fogo): contestação da regularidade dos registros desses imóveis, os quais foram objeto de restauração efetuada pelo cartório fictício Oliveira Santos, de Acará, e subscritos de forma ilegítima pela ex-tabeliã local em datas posteriores ao seu afastamento determinado pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior. Abrange 12.793,03 hectares;

4. *Fazendas Castanheira, Castanheira I, Castanheira II e Castanheira IV* (atualmente Castanheira): corresponde a 10.181,55 hectares aglutinados para fins de regularização fundiária. A situação jurídica é idêntica à do complexo de fazendas que compõem a Roda de Fogo.

5. *Fazenda Denpasa* (atualmente Palmares): o requerente contesta o título definitivo nº 93, expedido em abril de 1985 pelo ITERPA, com a anuência legislativa do Congresso Nacional, numa área de 22.547 hectares. De acordo com a denúncia, as terras teriam como origem suposta grilagem empreendida por Jairo Mendes Sales, a qual teria sido alvo de bloqueio e posterior cancelamento do registro;

6. *Fazenda Trevo* (atualmente Trevo): o questionamento quanto a essa fazenda tem a ver com a sobreposição do título expedido pelo ITERPA em 2001 com o título provisório concedido a Família Maia na década de 1940, corresponde ao imóvel rural conhecido como “Fazenda Natal”, em alusão ao entreposto situado na margem esquerda do Rio Acará. Argumenta-se que os beneficiários da regularização fundiária onerosa eram funcionários da Agropalma, que em seguida as transmitiram para a companhia.

Diante do amplo leque de questões apresentadas no bojo do inquérito civil, o MP Estadual promoveu uma série de diligências e oitivas, que culminaram até o momento na apresentação de duas ações civis públicas contra a Agropalma S.A junto à Vara Agrária de Castanhal. A primeira concerne às fazendas Roda de Fogo e Castanheira, protocolada em 2018. A segunda se refere à Fazenda Porto Alto, iniciada em abril de 2020. Os processos abrangem um conglomerado de fazendas que perfazem 57.974,58 hectares registrados em nome do referido grupo corporativo.

A ação civil pública concernente às Fazendas Roda de Fogo e Castanheira deu origem ao processo nº 0803639-54.2018.14.0015, movida em face de Agropalma S.A. ITERPA e IBD

Certificações Ltda, elenca uma série de elementos comprobatórios acerca das fraudes fundiárias cometidas no âmbito do Cartório de Acará, das quais a empresa de dendê é a principal beneficiária, embora utilize de todos os mecanismos previstos no ordenamento jurídico para contestar as evidências apresentadas, consoante a atuação de uma das mais requisitadas bancas de advogados, especializada em defender causas de megaempreendimentos econômicos instalados na Amazônia.

A despeito dos argumentos articulados pelos advogados da empresa, em 14 de novembro de 2018 foi concedida liminar em atendimento parcial à tutela de urgência requerida pelo MP, culminando no bloqueio de todas as matrículas imobiliárias urdidadas a partir do Cartório de Acará pela ex-tabeliã afastada por envolvimento em práticas irregulares. O efeito prático da decisão consiste na impossibilidade de disposição das terras para transações no mercado. Por outro lado, os demais pedidos referidos a cessação da tramitação dos processos de regularização fundiária junto ao ITERPA, a incidência de dano moral coletivo e ao uso publicitário da certificação conferida pela Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável (RSPO, em inglês) foram negados. Dano moral coletivo negado. Em 10 de agosto de 2020, o juiz titular da Vara Agrária converteu a liminar em sentença, mantendo o cancelamento das matrículas dos imóveis do bloco Castanheira, o reconhecimento das falsidades documentais alusivas à Roda de Fogo e a consequente nulidade dos atos praticados. Contudo, as negativas anteriores foram mantidas.

Quanto à Fazenda Porto Alto, em abril de 2020 o MP ingressou com ação civil pública questionando a documentação fundiária correlata aos imóveis rurais integrantes da referida gleba. Requereu a declaração de nulidade e cancelamento de registros imobiliários concernentes às atuais fazendas Agropar, CRAI I, CRAI II e Agropalma S.A. em face da empresa de dendê, do Estado do Pará, do ITERPA e da IBD Certificações Ltda. No início do mês de julho daquele ano o juiz da Vara Agrária de Castanhal concedeu a tutela de urgência, acolhendo parcialmente os pedidos formulados. Com efeito, foram bloqueadas todas as matrículas e escrituras públicas descritas na ACP, e determinado ao cartório de Acará a apresentação das certidões requeridas pela Promotoria. No entanto, as demais solicitações foram rejeitadas preliminarmente. O processo nº 0801353-35.2020.8.14.0015 encontra-se em tramitação, ainda sem definição de sentença.

Em novembro de 2019 foi editada a Ordem de Serviço OS Vistoria/DEAF/nº 37/CAF/DEAF/2019, para realização de vistoria técnica em diversos imóveis registrados em nome da Agropalma S.A., dentre os quais as Fazendas Roda de Fogo e Castanheira, alvos de ação civil pública movida pelo MP, na qual a empresa é associada à prática de grilagem de

terras. Para conduzir os trabalhos foram designados o engenheiro agrônomo Jorge da Silva Santos e o agrimensor José Eli da Costa, que estiveram em campo no período de 11 a 26 de novembro de 2019, conforme consta no respectivo processo.

No tocante à área de pretensão da Associação de Ribeirinhos e Agricultores Familiares e Pescadores da Comunidade Porto da Balsa, verificou-se que os mesmos estão localizados ao longo da Rodovia PA-256 e estão requerendo junto ao ITERPA, através do processo nº 2016/330821, a regularização em nome da Associação, de uma área aproximada de 18.203 ha, 40a, 30ca (dezoito mil duzentos e três hectares, quarenta ares e trinta centiares), localizada na margem esquerda e direita do Rio Acará. Todavia, essas pessoas, não tem ocupação e nem benfeitorias, que são os pressupostos básicos do direito de posse. Portanto, não se pode considerar haver tal incidência. A área é de ocupação da empresa Agropalma, que possui ancianidade superior a doze anos, com cultura permanente e infraestrutura interna [...] durante os trabalhos de vistoria agrícola, ficou comprovada a ocupação mansa e pacífica e o beneficiamento da área requerida pelo Grupo Agropalma denominada Fazenda Castanheira, considerada uma unidade produtiva autônoma, com função social destacada, fazendo a terra ter produção agrícola perene, com preservação da reserva legal, em cumprimento ao Código Florestal, bem como gerar empregos e tributos ao Município, Estado e a União.

É o Relatório. (Eng. Agrônomo Jorge Santos, 09/12/2019, p. 1486 a 1488 do processo judicial nº 0803639-54.2018.14.0015).

A leitura do excerto do parecer subscrito pelo agrônomo do ITERPA evidencia uma sórdida tentativa de solapamento dos direitos territoriais e étnicos dos quilombolas do Alto Acará, consoante a negação do instituto das terras tradicionalmente ocupadas, substituído pelos imperativos da legislação agrária referida a outras categorias sociais, tais como as noções de morada habitual e cultura efetiva. Omitem-se os processos de expropriação e desterritorialização ocorridos nas últimas quatro décadas, que resultaram na expulsão de povos tradicionais das margens dos rios Acará, Urucuré, Urucuré-Mirim, Aiu-Açu e Turi-Açu para ceder lugar à moderna *plantation* do dendê.

Por outro lado, são utilizados argumentos triunfalistas para justificar insidiosamente a violenta apropriação de terras, considerada “ocupação mansa e pacífica” cumpridora da função social, por manter um aproveitamento eficiente mediante “produção agrícola perene, com preservação da reserva legal, em cumprimento ao Código Florestal, bem como gerar empregos e tributos ao Município Estado e a União”. As ênfases atribuídas à conservação ambiental das reservas privadas e à geração de empregos são reiteradamente evocadas para enaltecer o alegado compromisso do megaempreendimento com a “sustentabilidade” e o desenvolvimento econômico.

O parecer técnico reúne uma constelação de infâmias. Primeiramente, ao Estado e aos diferentes campos de saber não lhes é facultado classificar quem é ou não quilombola. Conforme sublinha Almeida (2006), desde meados da década de 1980 a *autoidentificação* se constituiu como elemento central da emergência de unidades sociais caracterizadas como povos

e comunidades tradicionais, afirmados politicamente a partir de critérios étnicos precipuamente referidos ao uso comum dos recursos. Tais princípios estão preconizados de maneira cristalina na Convenção 169/OIT e no Decreto Federal nº 4.887/2003, onde se estabelece que a *autodefinição* é uma decisão intrínseca às comunidades tradicionais, sem qualquer tipo de tutela e/ou interferência externa. Por outro lado, o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas tem precedência ante a apossamentos privados de agricultores ou de empresas, conforme dispositivo constitucional. Portanto, nenhum fundamento oferece condições de dar guarida a esse tipo de subterfúgio na ordem de prioridades da regularização fundiária.

Também se observa a reprodução literal do mesmo texto do parecer inserido no processo de regularização fundiária onerosa nº 2017/15707, da Fazenda Castanheira, no processo nº 2017/25719, da Fazenda Roda de Fogo. Ambos tramitam no ITERPA com vários pareceres técnicos e jurídicos favoráveis à alienação das terras em nome da Agropalma, a despeito das contestações apresentadas pela família de José Maria Tabaranã da Costa e da reivindicação de titulação coletiva do território quilombola da Balsa. Entretanto, há fortes evidências do diligente empenho do Estado em regularizar as terras da empresa, conforme se depreende das manifestações jurídicas nº 021/2018-SPA/DJ e 022/2018-SPA/DJ, de 08 de fevereiro de 2018: “*todavia, como é do interesse da Administração regularizar as áreas ocupadas há muito pela empresa Agropalma [...]*” (ACP Roda de Fogo e Castanheira, p. 693-697). De outra parte, a cartografia do órgão fundiário oficial informa “*não haver sobreposição [dos imóveis] com territórios quilombolas, ou pretensão de reconhecimento*” (ibid., p. 1.179).

Um dos principais argumentos utilizados pela Agropalma S. A. nos processos diz respeito à ausência de participação de seus dirigentes e funcionários no cometimento de crimes fundiários. No entanto, isso somente é possível porque os advogados da companhia obtiveram um *habeas corpus* em favor dos senhores Antônio Pereira da Silva e José Hilário de Freitas, Gerente-Geral e Presidente da companhia, respectivamente, investigados pela Polícia Federal no bojo de um inquérito aberto para investigar a certificação de fazendas da Agropalma S.A. pelo INCRA por meio de documentos podres. O pedido amparou-se na prescrição dos crimes a eles imputados, reduzidos temporalmente à metade por se tratar de pessoas com mais de 70 anos. Ou seja, o mérito da questão não fora analisado, mesmo estando presentes indícios de participação ativa dos envolvidos, mas tão somente o prazo prescricional das condutas.

A análise coligida das mais de três mil páginas dos autos processuais evidencia uma estratégia empresarial que termina por solapar os referenciais simbólicos do território: a mudança recorrente do nome das fazendas nos registros legais, mediante aglutinações caracterizadas no léxico fundiário como *remembramentos*, decorrentes da junção de imóveis

contíguos. De acordo com os agentes sociais essas alterações dificultam sobremaneira a identificação precisa das nomenclaturas de áreas incidentes nas terras tradicionalmente ocupadas que conformam o território etnicamente configurado. De igual maneira ocorre com a personalidade jurídica das empresas, modificadas continuamente a partir de fusões, aquisições e reestruturações. O fato é observado na urdidura cartorial e no conhecimento dos quilombolas atentos a esses movimentos:

Rapaz, não sei nem quem começou a trocar esses nomes. Porque essas terras, o fulano chamado Saulo, sobrinho do velho Siló, foi quem entrou e comprou essas terras aí tudinho, aí depois que ele negociou e ajeitou com os fazendeiros daí, foi que ele subiu e tirou os beiradeiros do rio Acará, de ponta a ponta [...] é Saulo Mendes. Ele que tirou esse pessoal de fora a fora. Quando ele chegava com uma documentação, mapa de terra feito de computador bacaninha e dizia: “olha a tua área tá aqui, tem tantos hectares e o valor de lá é tal” Era assim que ele fazia, “nós vamos te dar tanto pra ti sair, se tu não quiser sair ... tu já sabe que aqui tudo é da empresa”. (Senhor A., entrevista realizada em novembro de 2019).

6.7.4 Organização das famílias e o mundo do trabalho

Em 2015, parcela das famílias que residem nas vilas Turi-Açu, da Balsa e Palmares, autodefinida etnicamente como quilombola, em consonância com o disposto no Decreto nº 4.887/2003, decidiu constituir a Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará – ARQVA, com sede na Vila Palmares. Por estar situada em região de “fronteira” não apenas econômica, mas também geográfica, os membros da organização estão fisicamente domiciliados nos municípios de Acará e Tailândia. De acordo com a direção da ARQVA, a entidade representa em torno de 280 famílias, em sua maioria expropriada violentamente no bojo da implantação do megaempreendimento econômico do dendê a partir da década de 1980.

Os principais elementos motivadores da mobilização dos quilombolas do Alto Acará estão associados a resistência organizada diante das reiteradas formas de violência, física, simbólica e psicológica sofridas nos últimos quarenta anos e a luta pela restituição integral das terras tradicionalmente ocupadas, atualmente cercadas, controladas, disciplinadas e usurpadas pelo agronegócio do dendê. A implementação de agroestratégias e seus efeitos socioambientais cumulativamente danosos tem provocado a dispersão e fragmentação dos quilombolas, outrora beiradeiros e pescadores mantenedores de um modo de vida intrinsecamente ligado ao uso comum dos recursos existentes na bacia hidrográfica do Rio Acará.

As narrativas da dor ecoam as implicações dos sucessivos processos de expropriação engendrados direta e indiretamente pela dendeicultura nas últimas quatro décadas, cujo

corolário atende a múltiplas funcionalidades no âmbito da economia política da referida *commodity* agrícola. Mimetizando os passos do clássico modelo da “acumulação primitiva”, a implantação em larga escala dos monocultivos de dendezeiros foi antecedida por práticas violentas de expulsão dos quilombolas e ribeirinhos do Rio Acará, tais como assédios, ameaças de morte, atentados, pistolagem e propagação do terror. Em suma, um vasto repertório de violações de direitos, em diferentes esferas da vida social. No passo seguinte, os deslocamentos compulsórios à base da entrega das terras por preços aviltantes ou sob a mira da bala geraram uma massa de despossuídos, desterritorializados de seus lugares e expostos à precariedade do sistema repressor da força de trabalho.

Se por um lado o despojo das famílias trouxe sérias consequências para sua reprodução física e social, sob a ótica da economia política do agronegócio do dendê vários “fatores de produção” foram destravados: apropriação de um amplo estoque de terras visando expandir o cultivo comercial de dendezeiros; controle territorial de uma zona estrategicamente rica em biodiversidade; criação de um contingente de agricultores sem-terra suscetíveis ao assalariamento rural, mormente em atividades com elevado grau de penosidade. Ademais, conforme adiante será descrito com maior profundidade, o esvaziamento forçado do território implicou na privatização do Rio Acará, cuja circulação passou a ser controlada rigorosamente pela Agropalma, do trecho compreendido entre o lugar conhecido como cachoeira, próximo ao Projeto de Assentamento Estadual Borba Gato, à foz do Igarapé Ipitinga Grande, localizado à jusante da Vila dos Gonçalves, precisamente à altura do território quilombola da Amarqualta, Alto Acará.

Conseqüentemente, a expulsão dos quilombolas e ribeirinhos do Rio Acará teve como resultado a formação de adensamentos populacionais precários às margens das rodovias estaduais PA-150 (Vilas Palmares e Turi-Açu) e PA-256 (Vila da Balsa). A prática disciplinadora de confinamento das pessoas cumpria assim o propósito de docilizá-las para o mundo do trabalho, mediante novas formas de controle e de organização da vida familiar e comunitária. A Vila Palmares se constituiu nas últimas décadas como o principal ponto de concentração de trabalhadores vinculados ao grupo Agropalma S.A. A configuração desta força de trabalho é marcada por uma combinação entre o assalariamento de parcela dos expropriados do Rio Acará e a contratação de trabalhadores *móveis* provenientes de estados nordestinos, notadamente do Maranhão e do Piauí.

Estimativas dos agentes sociais ouvidos durante a pesquisa indicam que o assalariamento de moradores da Vila Palmares e de sua circunvizinhança corresponde a 1/3 do

total da força de trabalho²⁴⁵ da Agropalma S.A, predominantemente constituída por homens, enquanto os outros 2/3 seriam ocupados por pessoas “de fora”, com configuração idêntica. A maior parte dos trabalhadores é classificada como operacional (83,3%), representada principalmente por assalariados rurais encarregados de efetuar os tratos culturais nos extensos monocultivos de dendezeiros da empresa. Nesse tipo de atividade, a participação das mulheres é ínfima, e quando ocorre está sujeita a múltiplas formas de assédio no local de trabalho. De acordo com relatos de trabalhadoras da empresa, nas operações de campo, em certos casos a relação mulher/homem na composição das equipes laborais é na proporção de 1/250.

Na contramão do triunfalismo empresarial inerente à geração de empregos nas regiões estereotipadas como “economicamente estagnadas e ambientalmente degradadas”, o fichamento (contratação) de trabalhadores pelo megaempreendimento da Agropalma S.A tem sido manejado como uma prática de silenciamento de processos sociais contestatórios nos territórios onde está inserido. Foram reportados vários casos envolvendo a ocorrência de danos socioambientais – contaminação da água dos rios e dos igarapés face a aplicação intensiva do herbicida glifosato e derramamento de tibórnia nos monocultivos de dendezeiros -, cercamento de áreas de uso comum e patologias e óbitos possivelmente associados à exposição permanente a áreas de risco, os quais foram abafados mediante a promessa de empregabilidade na companhia como moeda de troca. Há evidências do uso recorrente desse mecanismo nas vilas Gonçalves e Palmares.

Outro aspecto destacado pelos agentes sociais se refere às condições degradantes de trabalho oferecidas nos dendezeais. Para além do ambiente de incerteza motivado pelas flutuações da cotação do óleo de palma nos mercados internacionais, cujos efeitos econômicos implicam diretamente no quadro de funcionários das empresas, a rotatividade dos trabalhadores e sua subordinação a jornadas extenuantes em decorrência dos padrões de produtividade têm provocado sérias afetações na saúde e no bem-estar laboral, sobretudo, nos assalariados rurais contratados para realizar os tratos culturais nas palmeiras de dendê.

Os padrões de produtividade definidos pela empresa constituem-se como um mecanismo inspirado na ilimitação neoliberal, onde o sujeito neuroeconômico é permanentemente incitado a superar determinada meta de desempenho, com o intuito de auferir um maior rendimento ao final do mês para incrementar o salário-base e assim potencializar a fruição de bens materiais. No entanto, as evidências empíricas indicam o gradual esgotamento

²⁴⁵ Em seu Relatório de Sustentabilidade 2017, a empresa afirmou contar naquele ano com 3.883 empregados. Destes, os agentes sociais entrevistados estimam que aproximadamente 1.200 são oriundos das vilas Palmares, Turi-açu e outras localidades vizinhas.

físico, emocional e psicológico dos trabalhadores, os quais no fim das contas, padecem adoecidos, com erupções cutâneas, coceiras pelo corpo, frequentes dores de cabeça e transtornos psíquicos.

Aqui ou a gente produz ou fica magro. Se a gente for ficar só na manha a gente não ganha dinheiro, então tem que forçar, forçar o que a gente pode. A gente pega coceira, se a gente vai no laboratório toma duas injeções sai de lá duro, sim, você sai duro para trabalhar. Se der uma coceira nos braços eles poderiam dizer: “vai repousar dois dias, três dias”. Mas não, retorne ao trabalho! Isso é uma covardia! (trabalhador da Agropalma, outubro de 2019).

6.7.5 Destruição de vilas e violação de cemitérios

Antes da chegada do agronegócio do dendê, os quilombolas e indígenas do Alto Acará estavam distribuídos em vários lugares às proximidades do Rio Acará. Como eles próprios relatam, havia um intenso fluxo de moradores, regatões e trabalhadores subordinados às relações de poder exercidas pela Família Maia, detentora da Casa Natal. A propósito, este referente é um elemento-chave para deslindar a etnicidade dos agentes sociais que lutam pelo reconhecimento de seus direitos territoriais²⁴⁶. Durante o período colonial, a Coroa determinou a instalação de vários empreendimentos econômicos para extração de madeiras nobres nessa área. A Casa Natal é um símbolo desse modelo de exploração dos recursos naturais com uso da força de trabalho negra.

antes tinha movimento, vinha barco de Igarapé-Miri vender mercadorias aqui. Só que tudo se acabou depois que a empresa expulsou os beiradeiros. Esse rio aqui está morto, completamente morto [...] se continuarem expulsando os agricultores o que vamos comer? A gente não come dendê. Quando morava na beira do rio tinha o que comer com fartura; hoje tenho que comprar tudo (quilombola da Balsa, 2019).

Ao longo do trecho compreendido entre a foz do Rio Turiaçu e a cachoeira existiam dezenas residências e inclusive uma vila conhecida como Nossa Senhora da Batalha. Nas cabeceiras do Igarapé Urucuré-Mirim vivia o povo indígena Tembê-Tenetehara, atualmente completo disperso por conta do implacável processo de desterritorialização empreendido pelos agronegócios. Na vila da Balsa, encontramos um indígena, senhor F., que hoje se considera um sem-terra, após ser forçado a sair do território onde vivia: “colocaram todos para sair de lá, e quando acaba nem quiseram (a terra), pra ficar, só prá botar o pessoal de lá e passar pra Agropalma”.

No ano de 65 deu sarampo na aldeia dos índio. Ai, que dava a febre, dava o frio e eles iam pra beira do fogo, faziam um fogo pra se aquecer, que quando esquentava que dava o calor, que a febre chegava que dava o calor aí eles caíam n’agua. Que eles não sabiam o que era sarampo, não eram acostumado a adoecer assim, e les caíam n’agua

²⁴⁶ Cf. *Comunidade Balsas no Território quilombola do Alto Acará e conflitos territoriais e ambientais com a empresa Agropalma S. A* / Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Elielson Pereira da Silva, Maria da Paz Saavedra. — Belém: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UFPA/NAEA, 2020.

e eles morriam. Ai, eles levavam pra enterrar lá pro cemitério de Turiaçu, só que o cemitério ficava distante, muito longe de lá da aldeia. E quando eles chegavam de volta dos enterro, já tinha 2, 3 mortos, ai não dava tempo de chegar de volta no cemitério. Ai, o que eles fizeram? Eles limpavam um lugar, um lugar que chama Itabel e eles fizeram um cemitério lá. Ai, eles enterravam os índio, lá no Itabel, que é conhecido como “Cemitério dos índios”.

Dessa aldeia, eu acho que sobrou uma base de 15 a 18 família, que escaparam do sarampo. Que quando calmou esse sarampo, que parou de dar febre, porque os índios diziam, depois eles falavam pra gente que sarampo era de contagem, porque teve uma família lá de índio que não pegaram sarampo, ai foi que escaparam e ai foi que abandonaram a aldeia. Ai se mudaram pro outro lado do rio, num lugar que chama Tucanusaua, hoje é conhecido como Galileia, mas na época era Tucanusaua, tem até um igarapezinho lá. Aí, foi que eles vieram pra lá.

No que les vieram pra lá, passaram mais ou menos uma base de 5 anos que eles tavam lá no Tucanusaua, ai apareceu o fazendeiro por nome Silonias de Sales, ai começou a botar serviço lá, roçar juquirá, plantar capim e ai, meteu pistoleiro né? Que na minha língua chamo pistoleiro, que ele tem outro nome eu não sei, ai meteu uns pistoleiro lá, que hoje em dia eles dizem que é segurança de fazenda, de projeto, ai começaram a expulsar os índio de lá do lugar deles. Aí os índios deixaram escurecer, primeiro que eles eram medroso né? E colocaram todos os bagulho dentro do casco deles, é galinha, cachorro, o que eles tinha jogaram dentro numa canoa e subiram de rio acima e foram pra Cachoeira. Lá, eles fizeram o local deles, na cachoeira, cada qual tirou o seu pedaço lá e fez o seu local lá na cachoeira, longe lá da fazenda. Mas não demorou muito tempo, os fazendeiro começaram a subir de rio acima, ai foi que les começaram a expulsar os índios lá da cachoeira. Ai esses índios vieram pro Palmares, vieram pro uma vila que chama Palmares, ai lá no Palmares, eles ficaram lá. (entrevista com o Sr. R).

A Vila Nossa Senhora da Batalha era constituída por famílias quilombolas que ali exerciam práticas sociais, culturais, religiosas e de subsistência. Do antigo porto até a vila, caminha-se por uma área de vegetação secundária até chegar ao exato lugar onde ainda se mantém fragmentos arqueológicos de objetos materiais deixados para trás por um povo despojado de seu território: esteios de casas, pedaços de madeira, cacos de telhas, piso de um salão de festas e um cemitério onde estão sepultados parte dos antigos moradores. Um dos períodos de maior movimento era por ocasião de um círio católico, cujo percurso iniciava na vila e encerrava no local onde hoje funciona a agroindústria para processamento de cachos de dendê.

Segundo os agentes sociais, o desmonte da vila iniciou por volta de 1986 mediante práticas coercitivas e de pistolagem encomendadas por fazendeiros instigados a vender as terras “limpas” de gente para a Agropalma, e se completou definitivamente no ano de 1993 quando os últimos moradores foram deslocados compulsoriamente. Desde então o lugar é considerado como propriedade privada da empresa e as pessoas são terminantemente proibidas de adentrar sem autorização prévia.

O impedimento se estende à proibição de homenagear a memória de seus entes queridos. Não obstante, algumas pessoas ainda frequentam regularmente o cemitério, mesmo sob constantes intimidações. Inclusive, em outubro de 2019 o Sr. Adilson foi ameaçado de prisão

neste local por seguranças da Agropalma, em conluio com policiais militares de Tailândia, sob acusação de “invasão de propriedade”.

Figura 25- Cemitério da Vila Nossa Senhora da Batalha; Figura 26-Cemitério do Livramento, invadido por dendezaís da Agropalma S.A



Além do cemitério da Vila da Batalha, existem outros três cemitérios ao longo do aludido trecho, onde eram realizados sepultamento de indígenas e quilombolas. O primeiro deles se refere ao cemitério do Livramento criado no início do século XX. Nele localizamos o jazigo de uma criança com inscrição indicando a ocorrência do falecimento em 1928. Com uma área de aproximadamente 1 hectare, o local foi violado pela Agropalma há alguns anos, quando decidiu destruir uma parte da área para introduzir plantas de dendê. Os quilombolas reagiram impedindo a demolição total, porém, todos os anos são impedidos de homenagear seus mortos durante o Dia de Finados. Os cemitérios do Itapeua (antiga aldeia tembé) e da Cachoeira eram destinados exclusivamente ao enterro de indígenas. Igualmente aos demais, o acesso também é totalmente controlado pela Agropalma, que segue ostentando suas certificações internacionais obtidas às custas da expropriação e da violência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo da tese se empreendeu uma digressão teórica acerca da polissêmica noção de biopolítica, a partir dos escritos de Foucault no intervalo de 1974 a 1979, complementado pelas vertentes que continuaram a usá-la enquanto categoria analítica indispensável para analisar fenômenos sociais contemporâneos. Se a princípio a biopolítica estava referida ao surgimento de campos do saber-poder reguladores de uma população, em seguida passou a se constituir como um elemento-chave na interpretação da genealogia do Estado e da genealogia do sujeito. Aqui tem-se uma clivagem importante: enquanto os fundamentos da biopolítica remetem, a priori, a uma potencialização da vida, a tanatopolítica consiste em seu anverso, pois representa a personificação da morte.

Por sua vez, o *biopoder* se caracteriza pela conjugação de tecnologias políticas de gestão meticulosa do corpo individual (disciplinas) e de manejo do corpo social (população), cujos efeitos concretos resultariam em um poder sem limites, tal como ocorrera nos campos de concentração, conforme aludem Foucault e Agamben. O funcionamento do biopoder requer a imposição de uma linha de corte em quem deve morrer e quem deve viver, presente nos discursos evocadores do “perigo biológico” que ameaça o corpo social. Referida incisão se dá pelo racismo, e este, coadunado a evolucionismos, oferece as condições de possibilidade para o terrorismo de Estado.

Leitor atento de Foucault, de Fanon e de outros autores que abordam a diáspora africana, Achille Mbembe sublinha as limitações do conceito de biopolítica para descrever a subjugação da vida ao poder da morte, e desloca o centro de análise do campo para a *plantation* moderno-colonial. Constituída como dispositivo regulador das relações coloniais, a raça estabelece a distribuição desigual das condições de vida e de morte, delimita os espaços de circulação e gerencia a expropriação de corpos e territórios, consoante a suspensão do direito que autoriza toda sorte de violências contra aqueles considerados descartáveis por supostamente não fazerem jus ao estatuto de humano ocidental. Esse *homem-objeto*, *homem-mercadoria*, atende pelo nome de negro. De acordo com a abordagem mbembiana, o necropoder se caracteriza pela concatenação de diferentes tecnologias políticas que culminam na produção de mundos de morte.

Para Fanon, em termos sociogênicos o racismo é uma disposição inscrita num determinado sistema, ou seja, numa estrutura econômico-psicológica intrínseca ao empreendimento de exploração colonial. Ele pontua as diferenças entre o racismo vulgar, marcado pela violência opressora ancorada em elementos religiosos sucedidos por fatores

biológicos, e o racismo cultural, que objetiva destruir os fundamentos das modalidades de existência do colonizado. O solapamento dos sistemas de referência constitui-se como projeto de dominação, cujo corolário resulta na alienação do negro, que passa a usar “máscaras brancas” para ser aceito socialmente.

Os aportes teóricos referidos à biopolítica, à necropolítica e ao racismo são acionados para interpretar as fraturas ou necroses referidas à bioeconomia da grande plantação do dendê e legitimadas por necrosaberes, por meio de um estudo aproximativo dos megaempreendimentos da dendeicultura implantados no estado do Pará (Brasil) e nos departamentos de Chocó e Antioquia (Colômbia), territórios historicamente marcados por políticas de morte. Conforme argumentado ao longo do trabalho, os necrosaberes que dão sustentação epistemológica e tecnocientífica a políticas desenvolvimentistas e estratégias empresariais de feição evolucionista assim o fazem recorrendo a processos de racialização presentes não apenas na exaltação superlativa da eficiência, da tecnificação, da especialização e da comoditização, mas nas práticas de inferiorização sistemática de unidades sociais regidos por outros fundamentos alheios ao cálculo e à apropriação capitalistas.

De maneira particular, a biopolítica está presente nos agenciamentos institucionalizados pelos aparatos de Estado e nos discursos corporativos dos defensores do modelo da *plantation* do dendê. Referem-se por um lado a “atos de Estado” consumados em leis, normas, regulamentos e zoneamentos, os quais evocam os gigantismos e a imprescindibilidade da produção em larga escala em “áreas degradadas”, visando satisfazer um mercado consumidor cada vez mais amplo e atento aos temas da saúde pública, notadamente ao prolongamento da vida. Também se manifestam nas enunciações de uma nova razão ambiental traduzida na substituição de combustíveis fósseis por agroenergia, mediante a “descarbonização” da economia.

As condições de possibilidade da implantação de megaprojetos do dendê também são favorecidas pela imbricação entre violência infraestrutural (LI, 2015), relações de abandono e alternativas infernais (STENGERS; PIGNARRE, 2007). Dito de outro modo, as práticas governamentais do Estado estimulam a configuração geral de uma precariedade, objetivada em diferentes formas de excluir determinados grupos sociais do acesso a direitos fundamentais. A negação de direitos (estradas em condições adequadas de trafegabilidade, meios de transporte, escolas, unidades de saúde, acesso ao crédito, assistência técnica, infraestrutura, projetos culturais para a juventude e políticas de renda básica) propicia a entrada em cena de narrativas oficiais centradas no “combate à pobreza rural”, na “inclusão produtiva”, na recuperação de

“áreas degradadas” e na criação de “polos de desenvolvimento”, impulsionados pelo agronegócio do dendê.

Propalado por seus defensores como fatalidade incontornável diante da crescente demanda global do consumo de óleos vegetais, potencializada pela versatilidade de seus diferentes usos industriais (alimentício, cosmético, químico, farmacêutico, agroenergia, ração animal), o dendê é enunciado como um cultivo orientado por princípios de racionalização, eficiência e economias de escala, por apresentar melhor rendimento e produtividade por hectare em comparação com outras oleaginosas. Também é associado à geração de empregos, dinamização de “regiões” rurais deprimidas economicamente e baixa emissão de gases de efeito estufa. Para todos esses argumentos, há uma gama de contestações registradas na literatura crítica e nas narrativas dos agentes sociais questionando sua pertinência.

O extenso cotejamento teórico referido à empiria escolhida permitiu a identificação de três grupos considerados chave para a pesquisa, uma vez que se encontram expostos a situações de precariedade suscetíveis de culminarem em morte física e simbólica. Esta exposição é legitimada por necrosaberes adstritos às tecnociências encarregadas de elaborar os fundamentos epistêmicos do monopólio de produção de sentidos gerado pela bioeconomia da *plantation* do dendê. Com efeito, os não aderentes aos esquemas mentais da modernização são rotulados como “atrasados”, “irracionais”, “ineficientes”, portanto, “inimigos do desenvolvimento”. As principais unidades sociais atravessadas por esses processos de racialização e objeto da presente investigação são as seguintes:

- d) Povos e comunidades tradicionais despojados ou sob ameaça de serem expropriados de suas terras e territórios, afetados por danos ambientais, sociais e simbólicos causados pelo agronegócio do dendê;
- e) Trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais incitados a cumprirem parâmetros de produtividade determinados pelas contínuas avaliações de desempenho - próprias do sujeito neuroeconômico - conjugadas a mecanismos de controle, disciplinamento, vigilância e docilização de seus corpos, por meio de variadas formas de panoptismo contemporâneo.
- f) Pequenos agricultores vinculados a contratos de “integração” de longo prazo com as empresas produtoras de óleo de palma, em situação de endividamento junto a instituições financeiras oficiais.

As conexões entre racismo e capitalismo (MBEMBE, 2018), entre estratégias globalizadas de desenvolvimento e sua lógica extrativa expropriadora de corpos e territórios, os quais evidenciam a atemporalidade da matriz colonial da *plantation* (ARÁOZ, 2020) ou do *plantationceno* (HARAWAY, 2018), atualizada por justificações cada vez sofisticadas em consonância com a normatividade neoliberal, constituem a estrutura econômico-psicológica da

necropolítica em curso na Pan-Amazônia, em particular no Brasil e na Colômbia, marcados pelo extermínio de líderes sociais por meio de massacres e assassinatos seletivos. A incidência dessa atmosfera violenta especificamente na economia política do dendê resultou na execução sumária de Hernán Bedoya, em 2017, da comunidade negra *Pedeguita y Mancilla*, em Riosucio, no Baixo Atrato colombiano, e o homicídio de quatro lideranças quilombolas da Amarqualta, no Alto Acará, ocorrido no intervalo de 2012 a 2018, além de fraudes cartoriais, deslocamentos compulsórios, intimidações, restrições à circulação, ameaças de morte e contaminação de áreas de uso comum em razão do derramamento de efluentes agroindustriais e agrotóxicos.

Os aportes da biopolítica também privilegiaram a evidenciação das imbricações entre as noções de “capital humano” e de “capital natural”, ambas derivadas da racionalidade neoliberal, que visa assegurar uma acumulação tendencialmente ilimitada baseada na extensão da concorrência e do modelo da empresa para todas as esferas da vida social, conforme argumentam Dardot e Laval (2016) e Araújo (2016). Mbembe (2020) denomina como brutalismo a atual vertente da maquinaria capitalista, regida pela articulação de diferentes figuras da razão marcadas pela fusão entre o humano e o tecnológico, em que nada escapa ao cálculo. Referidas intersecções produzem o encontro de processos biológicos e econômicos cimentando os discursos do que se denominou na tese como governamentalidade bioeconômica, no caso em comento, da *plantation* do dendê. Essas questões foram aprofundadas especificamente no capítulo 5.

Por fim se discorreu acerca das formas de resistência aos regimes veridicionais ancorados em necrosaberes, especialmente aqueles inerentes ao modelo da grande plantação, os quais preconizam um monopólio de produção de sentidos em que não há espaço para alternativas. Revisitando os escritos foucaultianos, Dardot e Laval (2016) introduzem a noção de *contracondutas*, orientada pela crítica permanente do presente, notadamente dos processos de subjetivação que restringem a liberdade, base essencial da condição humana. Significa contrapor as distintas formas de “condução das condutas”, configuradas a partir de relações de poder visando “estruturar o campo de ação possível dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 245). Para romper o aprisionamento subjetivo criada por cada indivíduo em consonância com a normatividade vigente, os autores sublinham a necessidade de uma dupla recusa: a “de se conduzir em relação a si mesmo como uma empresa de si” e a “de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência” (DARDOT; LAVAL, op. cit., p. 400).

No entanto, as situações concretas descritas etnograficamente, especialmente aquelas referidas às territorialidades específicas das comunidades negras da Colômbia e dos quilombolas no Brasil, remetem ao tema do reconhecimento hegeliano, reverberado por Fanon

(2008) e por Buck-Morss (2013). A negação sistemática de reconhecimento por parte dos aparatos de Estado e das corporações privadas do agronegócio implicam em práticas raciais que consideram o outro como inimigo/concorrente a ser assimilado ou descartado. O retardamento por anos a fio da regularização coletiva de territórios quilombolas e da restituição de terras ilegalmente usurpadas, assim como o desrespeito às modalidades próprias de autoidentificação dos povos tradicionais agudizam os antagonismos sociais, irrompendo em confrontações que carregam consigo a luta pelo “nascimento de um mundo humano, isto é, um mundo de reconhecimentos recíprocos” (FANON, 2008, p. 181).

O capítulo 3, intitulado Necrosaber: campo investigativo a propósito da dendeicultura, inicia com o apontamento da indissociabilidade entre necrosaber e necropoder, analogamente às conexões entre saber e poder tão bem analisadas por Foucault. Assim, sustenta-se que o encadeamento de tecnologias políticas de eliminação dos indesejáveis está entrelaçado a constituição de regimes veridicionais de sustentação da *plantation* moderno-colonial. O ponto de encontro dos dois é o racismo, condição de possibilidade do não-reconhecimento, da indiferença e do excedente, elementos fundacionais das políticas de morte.

Em termos parecidos ao “paradoxo entre o discurso da liberdade e a prática da escravidão [que] marcou a ascensão das nações do Ocidente na economia global nos princípios da idade moderna” (BUCK-MORSS, 2013, p. 32), soa pouco provável supor que na divisão do trabalho intelectual determinadas áreas de conhecimento sistematizado advoguem a defesa explícita de fundamentações avalizadoras de projetos mórbidos. Salvo raras exceções, os edifícios discursivos das ciências de um modo geral invocam os referentes iluministas da racionalização, da modernidade, da liberdade e da “civilização” para reiterar seu compromisso com o “progresso humano”. Ou seja, em termos biopolíticos, dificilmente algum pesquisador, cientista, formulador de políticas, tecnocrata ou planejador quer ver seu nome associado à morte de outrem. No entanto, quando os silêncios se quebram, vozes insubmissas irrompem a grande noite trazendo à tona as nefastas afetações a seus modos de existência.

Com base nos aportes da biopolítica, da sociogenia fanoniana e da necropolítica buscou-se empreender uma cartografia das relações de poder estruturadoras do nascimento, funcionamento e validação do necrosaber. O ponto de partida dessa análise levou em conta a *plantation* colonial como paradigma biopolítico e bioeconômico fundador daquilo que se convencionou chamar de modernidade. A despeito da ocultação pontuada por Buck Morss (2014) quanto aos horrores da escravidão e as lutas insurrecionais terem passado ao largo dos escritos da maioria dos autores clássicos, a transformação do negro em mercadoria foi decisiva para a emergência do capitalismo. Outrossim, o controle da circulação e a gestão dos corpos

racializados com o propósito de maximizar as utilidades da economia configuram uma bioeconomia (MBEMBE, 2018).

Assim como naquela contingência histórica fora mobilizada uma gama de conhecimentos experimentais e pretensamente científicos para justificar o modelo da grande plantação, concebido como “agricultura racionalmente planejada”, na atualidade também se recorrem a uma multiplicidade de saberes especializados para conferir legitimidade às economias de escala referidas à comoditização agrícola, esta, por sua vez, cada vez mais encadeada a estratégias globalizadas de acumulação. Com as devidas diferenciações espaço-temporais, é possível observar a reedição de um regime de extração, predação e exploração ancorado em representações e práticas etnocêntricas condensadas numa circularidade discursiva monótona espelhada na “missão civilizadora do homem branco” (SHIVA, 1998).

O lugar do outro nessa realidade espectral erguida sobre os destroços de corpos negros e indígenas sacrificados no altar da modernidade colonial é a assimilação ou o infortúnio. Em qualquer destas modalidades está presente uma violência intrínseca que racializa, zoneia, esquadrinha, expõe, precariza, condena, extermina. Contudo, embora a alienação das subjetividades ocupe função estratégica no processo de dominação, os grupos sociais atingidos não se comportam de maneira passiva ou meramente contemplativa, mas em posição de confronto às recorrentes tentativas de aniquilação de seus modos de existência desatadas por dispositivos raciais.

De acordo com a literatura citada, sob a ótica do necrosaber eclesiástico coextensivo ao sistema colonial, os indígenas deveriam ser catequizados na doutrina cristã, que se encarregaria de libertá-los do paganismo. Em troca se lhes oferecera a tutela, com a dupla promessa de integrá-los à sociedade e de salvar suas almas. Contudo, essa visão etnocêntrica disfarçada de aparente benevolência fora antecedida por práticas violentas de imobilização da força de trabalho indígena, cujo empreendimento se revelou fracassado diante da baixa imunidade a enfermidades e a condições laborais degradantes, bem como das múltiplas formas de resistência à escravização. Por sua vez, os negros eram representados como infâmia e vilania, atribuídos a sua suposta animalidade. Contra ele, toda sorte de perversões estava autorizada.

De maneira geral uma multiplicidade de necrosaberes foram acionados para sustentar epistemicamente a dominação colonial. Compreendem representações desde a elaboração de cartas náuticas e projeções cartográficas a serviço da apropriação territorial, a “economia das almas” referida à imposição da religião oficial do Estado; a gramática, caracterizada pela injunção da língua estrangeira; o jurídico, concretizado na suspensão do direito, indispensável ao estabelecimento de um estado de exceção; o antropológico, atinente à descrição detalhada

das práticas e tradições culturais dos povos subjugados; o econômico, correspondente à mercadorização dos corpos negros enquanto pedra angular das sociedades coloniais; o biológico, manifestado nas pseudoteorias eugenistas que defendiam a suposta superioridade da raça branca, no contexto do chamado racismo científico. Também se pode acrescentar outras formas de manifestação na literatura, no romance, nas artes, como analisara Said (2011).

Com base na densa literatura consultada e em observações empíricas registradas nos últimos anos, a tese sugere que o necrosaber é suscetível de manifestação em diferentes domínios do conhecimento, seja no âmbito das ciências exatas ou das ciências humanas, das tecnociências e das novas ciências. A emergência dessas representações e práticas ocorre quando conhecimentos e saberes se transmutam em tecnociências e/ou novas ciências alinhadas a determinada economia política presente no mundo social, sob a forma de regimes de verdade balizados em distintas modalidades de manifestação do racismo. Assim sendo, o necrosaber racializa, hierarquiza, incita, esquadrinha e racionaliza, criando positivities calcadas na superlativização do modelo da grande plantação, seja sob sua forma moderno-colonial, quanto na da atual comoditização da agricultura atrelada discursivamente aos preceitos da “modernização ecológica”.

A antropologia da *plantation* do dendê registra a chegada das sementes da palmeira africana no século XV, na esteira do Atlântico negro. Diferentemente de uma simples casualidade ou eventual altruísmo dos traficantes de escravos, a disseminação das primeiras plantas no litoral baiano advém do uso do azeite na alimentação dos cativos devido à abundância do referido produto extrativo nas proximidades dos portos de embarque. Visava-se ao mesmo tempo arrancá-los de seus territórios e destruir suas culturas. Observe-se que o dendê se encontrava inextricavelmente ligado à ancestralidade e à religiosidade de muitos povos africanos. Logo, não estava associado à violência e à morte. No entanto, o necrosaber agrônômico costuma naturalizar tal acontecimento eclipsando a natureza sangrenta da travessia da planta exótica, convertida nos anos 1960 em grande plantação comercial.

Nos termos argumentados, assim como a cana-de-açúcar, o nascimento da grande plantação do dendê também chegou à *Abya Yala* a bordo de um navio negreiro. Os processos de racialização organizados sob os argumentos da racionalização, da produção monocultural em larga escala direcionada à exportação, da concentração de terras e de um sistema repressor da força de trabalho se estruturam a partir desse acontecimento incontestado. Apesar de somente emergir enquanto cultivo comercial no final dos anos 1920 pela *United Fruit Company*, o dendê africano faz parte da fratura biopolítica inaugurada pela exploração moderno-colonial. Ao se referir ao contexto de alargamento das fronteiras de produção e

consumo desenfreados do óleo de palma, Taussig (2018) considera o dendê como “o novo açúcar” da atualidade.

O regime de verdade da *plantation* do dendê é sustentado por diferentes tipos de necrosaberes amalgamados em esquemas interpretativos que ignoram outros saberes. Dentre estes se destacam aqueles referidos aos conhecimentos em solo, clima, mapeamento e gestão – agronomia, climatologia, cartografia, geografia, administração –, responsáveis por, simultaneamente, caracterizar os territórios como “espaços vazios”, pauperizados e “mal aproveitados economicamente”, e prescrever intervenções exógenas propaladas como “racionais”, “eficientes”, “modernas”. Às acusações de indolência, incapacidade gerencial e apego ao arcaísmo, intrínsecas aos processos de racialização, soma-se a ênfase acentuada em certa noção de produção²⁴⁷ correspondente não apenas às “economias de escala”, mas também enquanto divisor de águas para a determinação do estatuto de cidadania.

As inspirações evolucionistas que presidem a noção de “desenvolvimento” repetida à exaustão nos últimos 70 (setenta) anos também reeditam práticas discursivas da *plantation* moderno-colonial, embora se apresentem se maneira mais sofisticada. Em determinadas situações entra em cena a “colonização técnica” de que sublinha Balandier (2014), substituta do domínio político-administrativo metropolitano. Consoante uma perspectiva neomathusiana, os fundamentos da “Revolução Verde” ainda se encontram fortemente internalizados nas políticas governamentais direcionadas ao meio rural.

No caso específico do dendê, os projetos desenvolvimentistas inaugurados no Brasil e na Colômbia na década de 1960, sob assessoramento do IRHO e da FAO, reproduzem essas enunciações. São apresentados como componentes de uma política econômica de substituição de importações e de produção de excedentes direcionados ao mercado externo, visando o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Enfatizavam ainda a necessidade de “integração” de territórios considerados isolados dos circuitos nacionais e internacionais de acumulação do capital, por meio de uma “modernização conservadora” ancorada em grandes empreendimentos agropecuários e de infraestrutura subsidiados pelo Estado. Essa ordem de argumentos se repete em diferentes contextos de impulsionamento do agronegócio do dendê nos países pesquisados, a qual foram agregados outros tipos de justificações tecnocientíficas coadunadas à razão neoliberal.

Um dos mais proeminentes campos do conhecimento inerentes à bioeconomia do dendê concerne à ciência econômica, cujos embasamentos têm se constituído como fonte de

²⁴⁷ Aqui se situa a possibilidade de crítica à noção de trabalho, cujo aprofundamento deixou de ser feito por não se caracterizar como objeto da tese.

veiculação de uma ordem social inalterável, portanto, sem a possibilidade de alternativas, a não ser a adaptação ao sistema vigente. Tal ajustamento subordinado consistiria, sobretudo, na “integração” de pequenos agricultores a esquemas contratuais com empresas e nas incitações ao assalariamento rural, regidos pelos imperativos do mercado. A esse respeito, representantes de grêmios empresariais do Brasil e da Colômbia sublinharam em entrevistas concedidas durante o trabalho de campo seus pontos de vista acerca da legislação trabalhista e ambiental, consideradas como “entraves” e “pouco flexíveis” à “competitividade” do agronegócio do dendê. De acordo com os argumentos apresentados, a “atração de novos investimentos” estaria condicionada a aprovação de “reformas” neoliberais.

Os discursos empresariais remetem às transformações no mundo do trabalho aludidas por Mbembe (2018, 2020a), segundo o qual já não haveria mais “trabalhadores propriamente ditos, mas nômades do trabalho”. Também reflete às imbricações contemporâneas entre neuroeconomia, biologia e tecnologia, objetivada em cálculos algorítmicos e da bioinformática referidos a predição de comportamentos humanos em consonância com a governamentalidade neoliberal. Por outro lado, evidencia o jogo das “alternativas infernais” descritas por Stengers e Pignarre (2007), concretizadas em isenções fiscais, precarização trabalhista e simplificações fundiárias e ambientais que privatizam lucros e socializam prejuízos.

No âmbito da *plantation* do dendê, a emergência da bioeconomia tem possibilitado o nascimento de novos campos de saber articulados à razão ambiental vigente, os quais evocam em linhas gerais a harmonização coerciva de conflitos incontornáveis, inspirados na teoria dos jogos e nos discursos da governança. Por essa linha de pensamento, o crescimento econômico e a inovação tecnológica propiciariam as condições de possibilidade para que todos pudessem sair ganhando, em maior ou menor medida. Destacam-se a genômica, as ciências da nutrição, a ecologia da paisagem e as pesquisas econômicas, presentes nas narrativas de dirigentes da Abrapalma e da Fedepalma e de pesquisadores da área agrônômica.

Quanto à genômica, os estudos se concentram principalmente no projeto internacional de sequenciamento genético do dendezeiro, iniciado em 2013 e coordenado pelo CIRAD e pelo MPOB. A Embrapa é uma das agências signatárias do consórcio. Destaque-se que o centro de pesquisa francês possui um vasto repositório tecnocientífico sobre a dendeicultura desde a década de 1940, abrangendo a coleção de sementes, a criação de híbridos interespecíficos, a descoberta de variedades imunes a enfermidades e a constituição de bancos de germosplasma. O mapeamento de novos marcadores genéticos envolve: a) a descoberta do gene determinante para a espessura da casca do fruto, cujo efeito resulta em maior rendimento produtivo; b) a identificação dos genes responsáveis pela acidificação do fruto, floração, tolerância a condições

climáticas adversas e aqueles mais resistentes ao amarelecimento fatal e/ou à *podrición de cogollo*. Visa-se equalizar o tempo entre a colheita e o processamento dos frutos, a redução de custos com a polinização manual de plantas provenientes de híbridos interespecíficos e o espraiamento de monocultivos para territórios distintos daqueles priorizados nas estratégias de zoneamento agroecológico.

Por outro lado, as ciências econômicas operam no sentido de introduzir os preceitos do “capital humano” nas práticas sociais, além de tentar assegurar os meios necessários ao processo de acumulação de capital por parte das empresas palmicultoras. Estas se encontram coadunadas aos saberes da administração, especialmente aqueles alusivos à gestão eficiente de recursos e de pessoas e o impulso a “cadeias de valor” integradas ao mercado. A Cenipalma tem dedicado parte considerável de suas abordagens tecnocientíficas ao tema, seja por meio da transferência de tecnologias às companhias pertencentes ao quadro societário da Fedepalma, quanto aos pequenos agricultores vinculados às “alianças produtivas estratégicas”.

As ciências da nutrição têm enfatizado os aspectos biopolíticos atinentes ao consumo de óleo de palma, com destaque para os supostos benefícios à saúde humana oferecidos pelos produtos alimentares derivados da oleaginosa, especialmente em relação à prevenção de doenças cardiovasculares e ao retardamento do envelhecimento. Os argumentos coincidem com pactuações multilaterais combinadas à institucionalização de normas sanitárias nacionais objetivando restringir o consumo de alimentos processados e ultraprocessados que contenham gorduras trans em sua composição. A Colômbia estabeleceu regramento específico em agosto de 2012, enquanto o Brasil passou a adotá-lo em dezembro de 2019. De acordo com os agroempresários do dendê, aí reside uma excelente oportunidade de alavancagem dos negócios.

Os estudos inerentes à ecologia da paisagem concernem a alianças corporativas e projetos técnicos inspirados numa lógica de reabilitação do quadro natural, atravessada por intersecções entre a proteção e o protecionismo (ALMEIDA, 2012) e por processos de neoliberalização da natureza ancorados no ideário da “modernização ecológica” (FAIRHEAD; LEACH; SCOONES, 2012). Objetivamente recomendam a criação de “corredores ecológicos” a pretexto de possibilitar a conectividade de remanescentes florestais de “alto valor para a conservação” e os “serviços ecossistêmicos” correspondentes. Com efeito, o comprometimento das empresas com a manutenção das áreas de vegetação primária no interior das terras apropriadas deveria ser compensado com o pagamento por serviços ambientais. No entanto, a ênfase na proteção das reservas ambientais oculta os mecanismos de expropriação violenta de grupos étnicos despojados de terras tradicionalmente ocupadas intrusadas por megaempreendimentos econômicos da dendeicultura, como se verifica nos territórios

quilombolas da Balsa e da Amarqualta, no Alto Acará, no quilombo do Jambuaçu, em Moju, e nos territórios coletivos de comunidades negras de Pedeguita y Mancilla, Jiguamiandó e Curvaradó, em Riosucio, Colômbia. São efeitos concretos do necrosaber formulado para legitimar a negação do reconhecimento de direitos territoriais, consoante uma ciência aplicada cuja abordagem instrumental coaduna-se a estratégias empresariais de concentração da terra por meios fraudulentos.

O capítulo 4 retoma o tema da configuração do modelo da grande plantação do dendê, examinando a caracterização de “zonas tropicais” classificadas como aptas em termos de solo, relevo e clima distribuídas entre os paralelos 15° e 20° N/S, considerado como “corredor” estratégico para as estratégias globalizadas do óleo de palma. No entanto, diferentemente da versão naturalizada de dos acontecimentos, essa delimitação resulta de relações heterônomas de poder respaldadas por tecnociências e concretizadas em “atos de Estado” ancorados no racismo e no etnocentrismo.

Em primeiro lugar se destaca a atuação de institutos de pesquisa coloniais e neocoloniais responsáveis pela realização de investigações agrônômicas sobre o cultivo da oleaginosa e pelo assessoramento tecnológico a países situados nos trópicos. Essas organizações se constituíram como principais referências internacionais nos temas relacionados ao dendê. Consoante a estruturação de centros de pesquisa implantados na África e posteriormente na Ásia, passaram não apenas a abrigar as melhores variedades genéticas, experimentos de entrecruzamento entre espécies, testes fitossanitários e práticas de manejo agrícola controladas, mas também a recepção de pesquisadores de outras partes do mundo interessados em realizar intercâmbios tecnocientíficos.

Essa divisão do trabalho intelectual ensejou a constituição de uma rede de pesquisadores espalhados em “regiões tropicais” classificadas aptas à produção em larga escala de azeite de dendê, sob a coordenação do IRHO francês, transformado em 1984 no atual CIRAD. Destaque-se a liderança do instituto em relação ao tema, que esteve presente em praticamente todos os projetos de implantação de dendezeiros em escala comercial no mundo, prestando assessoria e consultorias especializadas, mediante transferência de tecnologia e venda de coleções de sementes provenientes de seus centros de pesquisa agropecuária sediados na Costa do Marfim e no Benin. Na América Latina e Caribe, em particular, os projetos de cooperação foram implementados a partir da década de 1960 em países como Brasil, Colômbia, Equador e Peru.

Os “empréstimos culturais” interrelacionados ao IRHO referidos ao fornecimento de sementes de dendezeiros das variedades *Dura*, *Pisífera* e *Deli* e do híbrido *Tenera*, conjugados

às tecnologias agroclimáticas de manejo dos cultivos, evidenciam inequivocamente a atemporalidade do modelo da grande plantação, notadamente a violência colonial na África e suas reverberações na América Latina por meio da implantação de dendezaís em larga escala com sementes oriundas das estações experimentais de La Mé e Pobé, no Benin, e de Yangambi, no Congo. Esses circuitos mórbidos sob a forma de necroses se concretizaram em projetos governamentais e monocultivos de empresas situadas no Brasil, na Colômbia e em outros países. Foi o caso dos plantios comerciais da Agromendes e da Agropalma no Alto Acará, colidentes com terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas da Balsa; e da Indupalma, em San Alberto, Cesar, Colômbia, envolvida em graves violações de direitos sociais e territoriais, conforme documentado pelo Centro Nacional de Memória Histórica (2018).

A incorporação do IRHO pelo CIRAD em 1984 não implicou em perda de relevância da *expertise* francesa em dendê e outras *commodities* agrícolas consideradas estrategicamente aptas às áreas tropicais. A densa rede de pesquisadores do referido centro agrônômico está espalhada em mais de 100 países da África, da Ásia e América Latina, inclusive na Amazônia brasileira e na Colômbia. Atua em interlocução com o Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), o *World Agroforestry* (ICRAF), o IICA, a Embrapa, a Agrosavia, universidades, agências de cooperação ao desenvolvimento e outras organizações integrantes do Grupo Consultivo em Pesquisas Agrícolas Internacionais (CGIAR). Coadunadas a estratégias empresariais de alargamento da “fronteira agrícola”, as tecnociências agrônômicas, biológicas e climáticas referidas a essa tessitura de inspiração evolucionista miram por excelência em territórios ainda não incorporados à dinâmica de produção global regida pelos imperativos da economia de mercado.

Também se destaca a atuação de outros institutos como o INEAC, fundado pelos colonizadores belgas no Congo, responsável por colocar em prática o modelo da “agricultura racionalmente planejada” e pela criação do híbrido interespecífico *Tenera*; o *West African Institute for Oil Palm Research*, vinculado ao sistema colonial inglês, e transformado em instituto de pesquisa nigeriano após o processo de descolonização político-administrativa; as empresas Unilever, Socfin, *HVA International* e *United Fruit Company*, cujos nascimentos e práticas corporativas estão diretamente associados ao colonialismo e ao imperialismo. Portanto, não há como ocultar essas relações que constituem o cerne da governamentalidade bioeconômica da *plantation* do dendê.

Após ter se apropriado violentamente de milhares de hectares de terras tradicionalmente ocupadas concedidas em regime especial pela administração belga, a multinacional Unilever

manteve suas atividades por 98 anos no Congo, consoante uma combinação que reunia violações de direitos territoriais, imobilização da força de trabalho mediante servidão, corrupção de funcionários públicos e repressão contra opositores. A retirada se consumou em 2009 quando decidiu vender seus ativos para a companhia canadense Feronia Inc., que deu sequência ao vasto repertório de atrocidades da antecessora. Atualmente quem controla as operações da *Plantations et Huileries du Congo* (PHC) é a *joint venture Straight KKM*, financiada por fundos de pensão europeus e norte-americanos, fundações privadas e pela Universidade de Michigan, sob forte contestação das comunidades negras atingidas.

Outro tema abordado no capítulo 4 concerne aos fundamentos da economia política da dendeicultura, cujas positivities se encontram ancoradas nos discursos da eficiência, da produtividade, da agroenergia, da biopolítica nutricional, da “conservação ambiental” e da flexibilidade de usos. Correspondem a esquemas interpretativos formados por sistemas de classificação, taxonomias e regimes veridicionais concretizados por meio da conjugação entre (necro) saber e (necro) poder. As condições de possibilidade de sustentação do monopólio epistêmico daí decorrente remetem aos quadros mentais das tecnociências, que incitam à exaustão a internalização subjetiva da mistificação desenvolvimentista. Às enunciações triunfalistas da economia circular, reiteradamente utilizadas para aludir à versatilidade do aproveitamento do azeite de dendê, do azeite de palmiste e de seus subprodutos, corresponde uma circularidade discursiva do agronegócio do dendê fundada na inelutabilidade da implantação de megaprojetos tecnificados e globalizados.

Fradejas et al. (2015) e Borrás et al. (2014) analisaram com precisa acuidade a noção de “culturas flexíveis”, na qual as agroestratégias do dendê estão inseridas. Os principais atributos necessários à tal caracterização são base material, capacidade tecnológica e viabilidade de lucro, não dissociáveis de relações políticas presentes no mundo social, referidas tanto a conflitos quanto a outros efeitos dos “atos de Estado”. As fricções geradas pelas contestações às estratégias de flexionamento, notadamente aquelas atinentes a temas ambientais, fundiárias, trabalhistas e territoriais, se revelam como fatores limitantes à sua efetiva consecução.

Conjugada aos discursos da produtividade, da eficiência, da “recuperação de áreas degradadas” e das biopolíticas nutricionais, a flexibilidade de usos do dendê é apresentada como oportunidade estratégica para assegurar a maximização de rendimentos às companhias nacionais e transnacionais do setor, abrangendo os diferentes elos da “cadeia produtiva” do setor. Evocam-se as enunciações da “modernização ecológica”, que preconiza a harmonização entre o crescimento econômico e as questões ambientais. No entanto, a institucionalização de normas e o chamado “financiamento do desenvolvimento” constituem peças-chaves da

governamentalidade bioeconômica da referida *plantation*. Em outras palavras, diferentemente do propagado pelo imaginário neoliberal, as agências do Estado cumprem papel essencial no fomento ao crescimento desenfreado de monocultivos em larga escala.

Uma das questões-chave tem a ver com a política de concessão de incentivos fiscais em favor de empresas palmicultoras e programas de financiamentos direcionados ao impulsionamento de “alianças produtivas estratégicas” e de projetos produtivos da agricultura familiar inspirados no modelo malaio da “agricultura por contrato”. Quanto ao primeiro ponto, destacam-se os subsídios outorgados pelo Estado às companhias, conforme se pode depreender dos atos publicados no Brasil (ver nota nº 60) e aqueles institucionalizados na Colômbia (LEÓN; LOBO-GUERRERO, 2011). Em relação ao segundo, as operações de crédito rural do PRONAF para a implantação de módulos produtivos de dez hectares em unidades familiares do Baixo Tocantins e Nordeste Paraense, e os recursos disponibilizados pelo Banco Agrário colombiano e pelo Banco Mundial a pequenos agricultores subordinados a contratos com empresas.

Aludindo ao discurso da “crise”, os estrategistas da flexibilidade da economia política do dendê apoiam-se no tripé formado por: imperativos da acumulação, sistemas de referência da “modernização ecológica” (“economia verde”, “descarbonização da economia”, “bioeconomia”) e comoditização da agricultura (ALONSO-FRADEJAS et al., 2014). Aí confluem um conjunto de esquemas interpretativos e noções operacionais objetivados na produção de dispositivos que remetem a uma concatenação entre “capital humano” e “capital natural, fundamentos da racionalidade neoliberal extensível a todas as esferas da vida social. Por essa perspectiva, nada escaparia ao cálculo e a apropriação, porquanto seria considerado ativo precificável.

Nesse contexto, a atuação das organizações multipartes (RSPO, ISPO, MSPO, RSB e POIG) e da rede de agências de apoio cumpre papel de destaque na verificação da pretensa “sustentabilidade” das chamadas “cadeias de suprimento” das empresas de dendê aderentes aos referidos esquemas de certificação. Reflete, em primeiro plano, as estratégias de ajustamento identificadas por Boltanski e Chiapello (2009) como mecanismo de neutralização da crítica, cuja forma objetiva se dá mediante a “ambientalização” das práticas discursivas consoante interesses comerciais específicos inseridas no bojo da responsabilidade social corporativa, nos termos examinados por Banerjee (2008). Por outro lado, evidencia a aliança firmada entre conglomerados transnacionais do agronegócio e grandes ONG’s ambientais, inspiradas em um ambientalismo empresarial sofisticado (ALMEIDA, 2009) que aproxima antigos antagonistas

a partir da convergência de interesses em torno da neoliberalização da natureza, expressa em “selos verdes”, criação de “corredores ecológicos” e venda de créditos de carbono.

Um dos casos específicos analisados na tese concerne ao megaempreendimento da Agropalma S.A, pertencente ao conglomerado Alfa, detentora de várias certificações ambientais da ISO 14000, da RSPO e do POIG. Referido grupo é um dos fundadores da Mesa Redonda do Óleo de Palma e já chegou a assumir a Secretaria Executiva daquela aliança no intervalo de novembro de 2014 a novembro de 2016, por meio de seu ex-Presidente. Não obstante a propalada ostentação de certificados enunciados como uma espécie de escudo para justificar a conformidade do conjunto de suas operações, a Agropalma vem sendo amplamente confrontada por quilombolas do Alto Acará e pesquisadores sociais críticos em relação à práticas de apropriação violenta de terras tradicionalmente ocupadas, fraudes documentais, deslocamentos forçados, contaminação de cursos d’água, impedimento da circulação de quilombolas, indígenas e ribeirinhos em áreas de uso comum, profanação de cemitérios, silenciamentos e condições de trabalho degradantes²⁴⁸.

No entanto, as certificações permanecem vigentes, mesmo após a apresentação de queixa²⁴⁹ pelo casal José Maria Tabaranã e Ainda Maria da Costa em agosto de 2015, indeferida em dezembro de 2020 pela Presidência do Painel de Reclamações da RSPO. Por seu turno, a Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região do Ministério Público do Estado do Pará requereu em duas ações civis públicas ajuizadas junto a Vara Agrária de Castanhal o cancelamento das aludidas certificações RSPO, porém os pedidos não foram acatados pelo juiz de primeira instância. A propósito, 71,8% do território etnicamente configurado da Balsa, reivindicado por quilombolas do Alto Acará, encontra-se intrusado por cadastros ambientais rurais da Agropalma S.A, compostos por dendezaís e áreas de reserva legal decorrentes de processos expropriatórios.

Casos similares também se verificam na Colômbia, dentre os quais se pode destacar o deslocamento forçado de camponeses da fazenda *Las Pavas*, em Bolívar, envolvendo as empresas Daabon e Aportes San Isidro S.A; e a Extractora La Gloria SAS, situada ao sul do departamento de Cesar, sob a qual pesa denúncia²⁵⁰ apresentada pela *Asociación Colombiana Horizonte de Población Desplazada* (ASOCOL) e por congressistas colombianos quanto a ter se valido do terror paramilitar para se apropriar violentamente de terras de pequenos

²⁴⁸ Ver Correa (2016). O cultivo do dendê na empresa Agropalma: trabalho degradante e precarizado.

²⁴⁹ O acompanhamento do processo pode ser acompanhado no endereço eletrônico: <<https://askrspo.force.com/Complaint/s/case/50090000028Es0sAAC/detail>>. Acesso em: 21 set. 2020.

²⁵⁰ O documento está disponível em: <https://verdadabierta.com/com-docman?file=1305-caso-la-bellacruz-queja-ante-la-rspo&category_slug=tierras&Itemid=267>. Acesso em: 22 set. 2020.

agricultores. O documento consigna, inclusive, a existência de fossas comuns no local. Entretanto, a representante do escritório da RSPO na Colômbia menciona a Daabon como uma das empresas “*que han decidido ir más allá de la certificación con el fin de alcanzar un tope máximo de sostenibilidad*²⁵¹”.

Para além dos regimes veridicionais da certificação, as mudanças no uso da terra evidenciam a concatenação de várias economias políticas da agricultura tecnificada e em larga escala. É o caso das interrelações entre o dendê e a exploração madeireira, em que as áreas de cobertura florestal são desmatadas para fins comerciais, especulativos e transitórios, criando assim as condições de possibilidade para a construção de estratégias empresariais fundadas no discurso da “recuperação de áreas degradadas”, nos termos do *green grabbing*. Também se verifica nas conexões entre o dendê e a pecuária extensiva, caracterizadas por três fatores: a) a conversão de áreas de pastagens em monocultivos de dendzeiros e o consequente deslocamento do gado para novas áreas a serem abertas; b) a utilização da torta de palmiste como ração animal para a bovinocultura; c) a transferência da renda fundiária para grandes fazendeiros, mediante o arrendamento de terras a longo prazo por empresas palmicultoras. A despeito do aparente antagonismo mercadológico, dendê e soja também se complementam em determinadas situações, a exemplo da elaboração de produtos alimentícios mesclados, como o óleo de cozinha.

Outra feição correspondente à *plantation* do dendê tem a ver com a concentração e oligopolização de empresas sob a forma de grandes conglomerados. A alusão neoliberal a uma pretensa liberdade econômica irrefreável é confrontada na prática com a centralização da produção, circulação e consumo em megaempresas transnacionais, traço característico do regime global de *commodities* adstrito aos agronegócios. Particularmente em relação ao óleo de palma, apenas cinco empresas controlam 90% deste mercado e comercializaram 72,8% do volume de produção transacionado em 2015. Outros catorze grupos empresariais da União Europeia, Estados Unidos, Índia e Japão responderam pela maior fatia das importações.

Nas últimas duas décadas, parcela considerável do volume de azeite de dendê consumido pelas sociedades corresponde a mercados cativos instituídos por legislações nacionais destinadas ao estabelecimento da mistura obrigatória de biodiesel no diesel convencional, no contexto das políticas de realinhamento da matriz energética, consoante os discursos de “descarbonização da economia”. No Brasil, contudo, as principais matérias-primas do biodiesel são o óleo de soja e o sebo bovino, que concentram quase 90% do total. Quanto ao

²⁵¹ Entrevista virtual conduzida por mim com a Sra. Katherine Ibarra, funcionária do escritório da RSPO na Colômbia, em 03 de abril de 2019, estando na cidade de Bogotá-DC e a entrevistada em Kuala Lumpur, Malásia.

dendê, desde 2010 nada se produz para esse fim. Referente à Colômbia, o percentual de mescla atualmente varia na faixa de 10% a 12%, de acordo com a Política Nacional de Biocombustíveis, configurando um amplo mercado interno para o dendê alinhado às expectativas empresariais.

Nosotros creemos más en los apoyos, en los incentivos, que, en los subsidios, Colombia en la década pasada hizo un programa de biocombustibles que le permitió incrementar la demanda local por el aceite de manera muy significativa vendió una mezcla de biodiesel de palma al 10% en todo el territorio colombiano, entonces eso ha ayudado mucho a que haya confianza en que la producción existente se puede comercializar²⁵².

Juntamente com a Índia e a China, a União Europeia compõe o grupo dos principais centros importadores de azeite de dendê. Parcela considerável desse volume corresponde ao biodiesel utilizado nos sistemas de transporte. No entanto, desde 2009 uma série de diretrizes sociais e ambientais vem sendo adotadas para regular a comercialização do produto, sobretudo, por conta das pressões internacionais relativas à destruição de florestas tropicais e extinção de espécies ameaçadas no Sudeste Asiático, epicentro mundial da dendeicultura. De acordo com estudo da *Transport Environment* (2016), ao se levar em conta as mudanças indiretas no uso da terra, o óleo de palma emite três vezes mais gases de efeito estufa que o diesel fóssil.

As normas europeias abrangem uma diversidade de temas, desde a rastreabilidade dos produtos, a certificação RSPO, a observância de direitos territoriais e trabalhistas, o consentimento prévio e o não-desflorestamento, dentre outros. A mais recente diretiva aprovada em 2018 estabeleceu a redução gradual da importação de azeite de dendê para biocombustível a partir de dezembro de 2023, com a previsão de banimento total em dezembro em 2030. A medida tem provocado forte reação por parte dos países produtores, notadamente Malásia e Indonésia, os quais ameaçam retaliar na mesma medida, não obstante acionarem juridicamente a Organização Mundial do Comércio.

Outra seção do capítulo aborda os dispositivos criados para impulsionar a *plantation* do dendê, privilegiando a análise do zoneamento enquanto tecnologia de poder responsável por disciplinar corpos e territórios. Os fundamentos dessa delimitação de “zonas aptas” a cultivos em larga escala remetem, por um lado, ao tripé mencionado por Borrás et al. (2014) – ordem discursiva, legitimação acadêmica e defesa política –, e, de outro, a um processo de governamentalização das relações de poder, na medida em que são “elaboradas, racionalizadas e centralizadas, na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (FOUCAULT, 1995, p. 247).

²⁵² Entrevista conduzida por mim com o Sr. Jens Mesa Dishington, Presidente da Fedepalma, em Bogotá-DC, no dia 11 de abril de 2019.

Além da invocação de fatores naturais, os estrategistas dos agronegócios apregoam a racionalização do uso da terra, mediante a aplicação “eficiente” de pacotes tecnológicos ancorados na tecnificação, no emprego intensivo de agrotóxicos, no controle de vastas extensões, na imobilização da força de trabalho e na comoditização da agricultura. De maneira insidiosa ocorre uma tentativa de reativar velhos discursos coloniais empregados durante a “modernização conservadora” da ditadura militar, os quais objetivam deslocar a responsabilidade da degradação, imputando-a a pequenos agricultores rotulados “arcaicos” e ineficientes, concomitantemente ao prenúncio do dendê como “alternativa ecologicamente correta” de substituição do cultivo tradicional da mandioca (BACKHOUSE; BAQUERO MELO; COSTA, 2013).

A análise crítica contemplou o zoneamento climático formulado pelo IRHO na década de 1960 (figura 3) e o zoneamento agroecológico do dendê para as áreas desmatadas da Amazônia Legal, coordenado pela Embrapa Solos. O primeiro delimitou três zonas prioritárias: A Amazônia Oriental (Pará e Amapá), a Amazônia Ocidental (Amazonas) e o estado da Bahia. Constituiu-se como principal referente das políticas governamentais implementadas nas primeiras três décadas de cultivo comercial de dendezeiros no Brasil, marcadas por graves conflitos socioambientais (ACEVEDO MARÍN, 2012). Por sua vez, o ZAE Dendê corresponde a um processo de aceleração capitalista visando colonizar novas terras para a produção de agrocombustíveis. O alvo por excelência dessas estratégias empresariais é o território amazônico, apontado como a mais ampla faixa tropical agricultável do mundo.

Importa observar as similaridades entre as abordagens e as classes de aptidão empregadas nos dois zoneamentos. Embora os resultados sejam diferentes por conta da sofisticação das técnicas e principalmente em razão da consideração dos estudos de solo no ZAE Dendê, as projeções cartográficas encerram uma invisibilidade: o apagamento das terras tradicionalmente ocupadas caracterizadas como territórios etnicamente configurados. Elas simplesmente são “varridas do mapa”, não apenas em termos metafóricos, mas na experiência concreta do planejamento governamental pró-dendeicultura, incapaz de reconhecer direitos territoriais constitucionalmente assegurados. Conforme preconizado por Fanon (2008) e Buck-Morss (2013), a negação da alteridade implica no não-reconhecimento, tecnologia racial da eclosão de conflitos.

Os discursos embutidos no zoneamento erigido no final dos anos 2000 (racionalização, tecnificação, eficiência, “recuperação de áreas degradadas”, “redução da emissão de gases de efeito estufa”, “inclusão produtiva da agricultura familiar”, “resgate social de comunidades empobrecidas”, “criação de polos de desenvolvimento”, dentre outros) evocam, de um lado, os

argumentos da teoria dos jogos em que supostamente todos sairiam ganhando na relação entre pequenos agricultores, assalariados rurais e grandes empresas; e de outro, se valem do ideário da “governança” para tentar harmonizar antagonismos sociais irreconciliáveis, recorrendo ao apelo moral da “sustentabilidade” como forma de constranger os agentes a aderirem ao crescimento desenfreado da *plantation* do dendê. O ‘fim dos conflitos’ perpassaria, em última análise, pela aceitação acrítica de uma violência epistêmica imposta sob a forma de uma chantagem. Em termos práticos, posicionar-se contra os megaprojetos implicaria receber a alcunha de “obstáculo ao desenvolvimento”. Durante um longo tempo é assim que os quilombolas e pequenos agricultores do Baixo Tocantins e do Nordeste Paraense foram estigmatizados por autoridades públicas, empresários e especialistas vinculados aos agronegócios.

No tocante ao papel exercido pelos especialistas, uma multiplicidade de necrosaberes tem sido sistematicamente elaborada e acionada para conferir respaldo a práticas políticas, empresariais e jurídicas. Abrangem, por exemplo, os pacotes tecnológicos de inspiração taylorista (controle de tempos e movimentos), a produção de dispositivos para possibilitar a mercadorização e concentração de terras, os mecanismos legais usados com o intuito de solapar o reconhecimento de direitos territoriais, as tecnologias sociais de mediação visando manejar conflitos em conformidade com interesses corporativos, os estudos voltados à criação de “corredores ecológicos” referidos à ecologia da paisagem, os processos de apropriação do subsolo com vistas à exploração mineral em territórios controlados por companhias do dendê.

Em síntese, a questão-chave da tese vislumbra sondar quais relações de poder permeiam a elaboração não simplesmente de um regime discursivo, mas de um *necrosaber*, ou seja, de um conjunto de saberes legitimadores de processos de racialização e de territorialização, cujas práticas e representações são marcadas pela constante exposição à morte, tanto física (ameaças, expulsões, despojos, torturas, assassinatos, desaparecimentos) quanto simbólica (etnocentrismos, epistemicídios, silenciamentos, estigmatizações, noções de temporalidade regidas pelas dinâmicas de acumulação, solapamento dos modos de existência, rompimento de laços de solidariedade em face da mercantilização das relações, docilização e fungibilidade dos corpos, ultrassubjetivação correspondente à inculcação de estímulos expansivos na esfera do desejo). De outra parte, intenciona identificar, mapear e conferir visibilidade às contestações dirigidas à ampla coalizão de interesses entre empresas, ONG’s reformistas, ciência conservadora e Estado, levando em conta as narrativas insubordinadas dos agentes sociais frente à modernização devastadora que os comprime.

A seção final do capítulo 4 privilegia a análise contrastiva da implantação da *plantation* do dendê, mirando nos processos sociais, políticos e econômicos que transformaram a Colômbia no maior produtor de azeite da América Latina e Caribe e o 4º maior do mundo. A literatura revisada e as observações empíricas correspondem ao intercâmbio acadêmico de seis meses realizado junto ao Instituto de Estudios Regionales, da Universidade de Antioquia, Medellín. A guerra do dendê na Colômbia evidencia uma série de questões que se encontram entrelaçadas: as interrelações entre a alastramento de monocultivos e o terror relativo ao conflito armado; as representações norteadoras das políticas governamentais implantadas desde o final dos anos 1950; a atuação de agências multilaterais e de cooperação ao desenvolvimento no fomento a megaprojetos desenvolvimentistas; os zoneamentos agroclimáticos; a imbricação entre os discursos da pacificação, o controle territorial e a construção de empreendimentos logísticos; e as resistências esboçadas por unidades sociais vitimizadas por diversos mecanismos de deslocamento compulsório.

Colômbia e Brasil convergem em vários aspectos sociais, econômicos e políticos, assim como contrastam em muitos outros. Aproximam-se, por exemplo, em termos da letalidade de líderes sociais constantemente expostos a situações de violência desatadas por projetos agroindustriais, assim como em relação à existência de uma economia primário-exportadora subordinada às flutuações do mercado global de *commodities*. Os dois países também experimentam os efeitos concretos de reformas neoliberais implementadas nas últimas quatro décadas, que tem resultado na precarização de direitos sociais e no agravamento das formas de distribuição desigual das oportunidades de vida e de morte. Ambos atualmente são administrados por governos de extrema-direita orientados por diferentes manifestações do racismo e por uma intensa militarização da política conjugada a relações estreitas com o paramilitarismo.

Outro ponto diz respeito às políticas de promoção de agrocombustíveis inauguradas nos anos 2000, caracterizada pela ambientalização do discurso dos aparatos de Estado e das empresas, no contexto das “mudanças climáticas” e do super ciclo das *commodities*. O Brasil saiu na dianteira e em 2004 promoveu o lançamento do PNPB; em 2005 estabeleceu o marco regulatório da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e criou o Selo Combustível Social, posteriormente reforçados com o ZAE Dendê e o PPSOP, em 2010, todos na gestão de Lula da Silva. Na Colômbia, em 2004 foi aprovada a Lei 939, conhecida como Lei do Biodiesel; o etanol da cana-de-açúcar começou a ser produzido em 2005, enquanto o biodiesel de dendê iniciou em janeiro de 2008. A Política Nacional de Biocombustíveis foi lançada naquele ano. As linhas gerais de fomento estatal ao setor palmicultor na referida década

foram delineados no Conpes 3447, de 2007, durante o governo de Álvaro Uribe Vélez, os quais se alinharam às políticas incentivadas desde o governo de Cesar Gaviria.

Em termos contrastivos, há um conjunto de questões a serem destacadas. A primeira delas tem a ver com a própria configuração da *plantation* do dendê em cada país. Na Colômbia, o dendê é um dos principais agronegócios do país, impulsionado fortemente por políticas governamentais adotadas nos últimos 27 anos, conjugadas aos deslocamentos forçados provocados pelo terror paramilitar. A constelação de poder resultante da combinação de atos de Estado, violência armada, apoio de agências multilaterais, peso do grêmio empresarial enquanto grupo de pressão e investimentos maciços em aportes tecnocientíficos possibilitou a transformação do dendê em monocultivo estratégico em termos macroeconômicos e políticos.

Para além das narrativas oficiais que evocam a importância de assegurar o equilíbrio do Balanço de Pagamentos da economia, consoante a geração de divisas gerada pelo incremento contínuo das exportações, a abordagem preponderante empregada pela tecnocracia estatal, especialistas pró-dendeicultura e empresários concerne ao discurso da pacificação. Desde a visita do ex-Presidente Andrés Pastrana à Malásia em 2001, no qual o dendê fora vendido por representantes daquele país como uma tecnologia social eficaz em termos de neutralização de conflitos armados internos, o tema vem sendo reeditado sistematicamente nos pronunciamentos oficiais, nas estratégias de comunicação social e na justificação de políticas públicas de fomento à grande plantação.

Na gestão de Pastrana (1998-2002), a ênfase na associação entre dendê e pacificação se deu por intermédio do entrelaçamento de dois processos concomitantes. Primeiramente, procedeu-se a criação de “alianças produtivas” estratégicas entre grandes companhias e camponeses inspiradas no modelo malaio e financiadas pelo Banco Mundial, sob a condução do megaempresário palmicultor Carlos Murgas Guerrero, então Ministro da Agricultura da época. Em segundo lugar, operou por dentro das ações do Plano Colômbia, mais precisamente do Programa Midas, administrado pela USAID, cujas pretensões estavam direcionadas à substituição de cultivos ilícitos por monocultivos perenes de tardio rendimento, a pretexto de impulsionar uma nova dinâmica econômica e social centrada em megaprojetos agroindustriais.

Diferentemente do Rei Midas da mitologia grega, que transformava em ouro objetos alcançados pelo toque, o Projeto Midas implantado pela agência de desenvolvimento estadunidense converteu em terror a vida de afrocolombianos, indígenas e camponeses que estiveram em seu caminho. Essa necropolítica combinava o financiamento de empresas do agronegócio do dendê atreladas a grupos paramilitares coordenados pelos irmãos Castaño Gil, as operações aéreas de despejo de altas quantidades de glifosato sobre territórios tradicionais

acusados de cultivarem coca e a reforço a incursões militares cada vez mais violentas, que resultaram na eliminação de milhares de opositores ao regime político de Uribe Vélez, acusados de serem “guerrilheiros” mortos em combate. De acordo com estimativas recentes da Justiça Especial para a Paz (JEP), ao todo 6.402 pessoas foram assassinadas²⁵³ pela modalidade de terrorismo de Estado eufemizado como “falsos positivos”.

Sob a administração Uribe, o discurso da pacificação se articulou a outras três narrativas interseccionadas: a grandiloquência dos agrocombustíveis, representada pelo desejo de transformar a Colômbia em “*Arábia Saudí de los biocombustibles*”²⁵⁴ (COMISIÓN INTERECLIAL DE JUSTICIA Y PAZ, 2006); a da conservação ambiental, caracterizada pela ênfase nos temas referidos à “modernização ecológica”, sobretudo, a questão da redução de emissão de gases de efeito estufa enquanto marco orientador de uma “economia verde”; o controle territorial de extensas zonas onde incidem territorialidades específicas de povos e comunidades tradicionais e aquelas sob influência de grupos insurgentes, consideradas “corredores estratégicos” para a circulação de mercadorias e de pessoas.

A palma africana ou *aceiteira* encaixa-se justamente nessa constelação de interesses. Em se tratando de um cultivo perene de tardio rendimento intensivo em terras oferece as condições de possibilidade de apropriação a longo prazo de extensas áreas imobilizadas para a monocultura. Por esse motivo, constitui-se como projeto político-econômico de controle territorial resultante de uma aliança entre Estado e empresas, como têm experimentado as comunidades negras do Baixo Atrato e de Tumaco, os camponeses de Cesar e Bolívar e os povos indígenas dos *Llanos Orientales*, na Orinoquia colombiana. O controle de territórios estratégicos se coaduna às estratégias globalizadas de desenvolvimento, constituindo-se requisito indispensável para viabilizar o encurtamento do espaço pelo tempo, objetivado na implantação de “corredores logísticos”. Com efeito, os megaempreendimentos de dendê estão entre os principais vetores de conflitos socioambientais.

Um dos exemplos concretos desta topografia da morte está relacionado à implantação do Porto Antioquia, em Urabá, antigo sonho das elites empresariais antioqueñas, por conta de sua localização considerada estratégica: “a melhor esquinas das Américas”. O megaprojeto logístico incide integralmente no território coletivo da comunidade negra *Puerto Girón*, situado

²⁵³ Cf. o Comunicado n° 19, de 2021, da Jurisdicción Especial para la Paz. Disponível em: <https://www.jep.gov.co/Sala-de-Prensa/Paginas/La-JEP-hace-p%C3%BAblica-la-estrategia-de-priorizaci%C3%B3n-dentro-del-Caso-03,-conocido-como-el-de-falsos-positivos.aspx>. Acesso em: 18 fev. 2021.

²⁵⁴ A mesma referência fora feita pelo engenheiro químico Expediente Parente, considerado o “pai do biodiesel” no Brasil, em entrevista concedida a jornalista Miriam Leitão, em 2007. Cf. A Amazônia vai se transformar numa Arábia Saudita do biodiesel, *O Globo*, 18/02/2007, Economia, p. 24.

nos municípios de Turbo, Apartadó e Carepa. O território possui 11.269 hectares, donde vivem 1.475 pessoas (ORDÓNEZ, 2019). Desde 2001 o Conselho Comunitário reivindica a titulação coletiva, que se encontra pendente de reconhecimento efetivo. No intervalo de duas décadas de lentidão processual injustificada, a atuação violenta de grupos paramilitares ligados às AUC resultou no assassinato de vários líderes sociais, no deslocamento forçado dos membros da comunidade e na acumulação de terras por empresas diretamente interessadas na obra portuária.

Héctor Duque Echeverry é um dos principais agentes envolvidos em transações ilegais para alienar terras pertencentes ao território coletivo Puerto Girón. Ele foi um dos 16 (dezesseis) empresários condenados em 2013 pelo “*Juzgado Quinto Penal del Circuito Especializado de Medellín por los delitos de concierto para delinquir agravado, desplazamiento forzado y ocupación de áreas de especial importancia ecológica*”²⁵⁵ (VERDAD ABIERTA, 2019, s. p.), por ter participado ativamente da apropriação ilegal de 4.500 hectares do Conselho Comunitário da Bacia do Rio Curvaradó, em Riosucio, em associação com milicianos liderados por Vicente Castaño.

Se para os afrocolombianos e pescadores de Puerto Girón a construção do porto é considerada uma gravíssima ameaça à sua reprodução física e social, o mesmo não pode ser dito em relação aos empresários urabenhos, particularmente aqueles do agronegócio do dendê entrevistados durante a pesquisa.

Hace siete u ocho años había cierta incertidumbre de aceite de palma nuevamente en Urabá por los bolazos que había habido, pero hoy se muestra por hecho ya con seis mil hectáreas que por eso puede ser una de zonas principales del país: buena oferta hídrica, buena oferta de suelos, buenas condiciones ambientales y la otra que es la zonificación hay una realidad considerable en Urabá y con seguridad digamos que puede ser un proyecto de palma grande en el país; aparte de eso, estamos ubicados cerca a los puertos para exportaciones, de gran importancia para las exportaciones. Entonces se considera por todo eso una zona con un potencial grandísimo para el cultivo (Oscar Castillo, engenheiro agrônomo e diretor da empresa Bioplanta Palmera para el Desarrollo S.A. ²⁵⁶)

O diretor da empresa de dendê apresentada de maneira sintetizada argumentos indicativos de uma retomada acelerada do monocultivo de dendezeiros em larga escala em Urabá, após os “*bolazos*” ocorridos no Baixo Atrato. A eufemização do repertório de atos violentos praticados contra as comunidades negras de Jiguamiandó, Curvaradó e Pedeguita e Mancilla é uma tentativa de naturalizá-los, dando a impressão de que o colapso dos empreendimentos se deu unicamente em razão de problemas fitossanitários associados à

²⁵⁵ Ver a matéria publicada por *Verdad Abierta*. Disponível em: <https://verdadabierta.com/disputas-de-tierra-ante-la-justicia/puerto-antioquia-irregularidades-de-gran-calado/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

²⁵⁶ Entrevista conduzida por este pesquisador e realizada no dia 05 de março de 2019 na sede da empresa, sediada no município de Carepa.

podricción de cogollo. Voltando ao tema dos “corredores logísticos”, resta evidenciada a importância de infraestruturas portuárias para o escoamento das *commodities* agrícolas antioqueñas, como se verifica na ênfase conferida pelo empresário palmero.

Do ponto de vista político, a Fedepalma é um dos grupos de interesse mais proeminentes do país. Possui uma vasta articulação com a burocracia estatal e os tomadores de decisão, quer seja a nível departamental quanto nacional. Fundada em 1962, no bojo dos planos delineados por Ferrand, a entidade ganhou grande impulso a partir da década de 1990 com a criação do Fundo de Fomento Palmero instituído durante o governo de Cesar Gaviria, e com os incentivos oficiais propiciados pelas administrações de Pastrana e Uribe, continuados sob as de Santos e Duque. Diferentemente de sua homóloga brasileira criada em 2010, possui um centro de pesquisa próprio, composto por pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento. As investigações tecnocientíficas conduzidas pela Cenipalma abrangem principalmente os temas de fitossanidade, genômica e de estrutura de custos de produção, financiados com recursos do Fundo de Fomento Palmero e por convênios firmados com o Colciencias. Entre 2001 e 2016 foram apoiados 14 (catorze) projetos de pesquisa em dendê executados pela Cenipalma com verbas liberadas pelo *Programa de Ciencia y Tecnología en Ciencias Agropecuarias*, do Colciencias, conforme resposta à solicitação nº 20192040144002.

Diante do crescimento da *plantation* do dendê nas últimas três décadas, favorecido por uma confluência de fatores tais como a flutuação do preço das *commodities* no mercado internacional, a criação de mercados cativos nacionais, os discursos adstritos às “mudanças climáticas” e o terror paramilitar visando assumir o controle de terras tradicionalmente ocupadas situadas em pontos estratégicos do país, os agentes sociais afetados pelos efeitos concretos das representações e práticas da governamentalidade bioeconômica do dendê têm invocado o Direito Humanitário Internacional como estratégia de resistência, mediante a criação de zonas humanitárias, zonas de biodiversidade e comunidades de paz.

Por outro lado, reivindicam a restituição das terras e territórios violentamente usurpados, em consonância com os compromissos pactuados no âmbito do Acordo de Paz. No entanto, persiste um grave descompasso entre o reconhecimento formal das violações de direitos e o efetivo cumprimento das decisões de cortes internacionais e nacionais. É o caso dos Conselhos Comunitários de Jiguamiandó, Curvaradó e Pedeguita e Mancilla, no Baixo Atrato, os quais seguem intrusados por empresas palmicultoras e seus testas-de-ferro. Em Puerto Girón, no Urabá antioqueño a situação é ainda mais grave, pois sequer lhe foi emitida a titulação coletiva, que segue tramitando a passos lentos na burocracia dos órgãos fundiários, enquanto a

liberação de recursos e licenças para a construção do Porto Antioquia avança de maneira acelerada.

Há de se reconhecer os limites de uma aproximação por contraste abrangendo dois países com trajetórias históricas e realidades sociais específicas, que a despeito de guardarem similaridades estruturais resultantes de séculos de colonização, escravização, saques, governos autoritários, regimes neoliberais e processos de resistência, ainda se mantém distantes por conta do obstáculo linguístico e dos distintos modos de conceber seu pertencimento à América Latina. Em maior ou menor medida, somos atravessados por essas questões. A despeito dos empréstimos culturais existentes, da convergência de efeitos necropolíticos territorializados por políticas desenvolvimentistas, estratégias empresariais e necrosaberes ancorados em racismos, das contestações lideradas por agentes sociais organizados, há um amplo campo interpretativo a ser construído para uma melhor compreensão.

A perspectiva interdisciplinar adotada na tese, alinhada ao escopo do programa de pós-graduação, tentou oferecer respostas provisórias a um objeto de pesquisa identificado ao cotejar a vasta literatura sobre o dendê, as representações e práticas governamentais, os discursos corporativos e os processos de desassujeitamento intrínsecos a lutas por direitos territoriais e étnicos. Várias abordagens poderiam ter sido mais bem aprofundadas, mas deixaram de ser feitas por conta das dificuldades de delimitação mais concreta do alcance do referido trabalho, diante do denso material bibliográfico e empírico encontrado. Simultaneamente, outra insuficiência encontrada diz respeito à imediaticidade de acontecimentos, entendidos como a irrupção de algo singular, como a pandemia de covid-19, o agravamento de processos de confinamento forçado na Colômbia, a debandada de empresas do agronegócio do dendê no Pará e decisões judiciais determinando o bloqueio de registros imobiliários fraudulentos.

A tese evidencia as condições de possibilidade de necrosaber, neologismo empregado para descrever um campo de relações presentes em domínios do saber conformadores da divisão do trabalho intelectual, incumbidos de produzir esquemas interpretativos sobre o mundo social. Do ponto de vista epistêmico, o necrosaber se inscreve como *autopoiese*, ou seja, produz a si próprio em razão de si mesmo, engendrando relações e práticas constitutivas de sua associação indivisível com as distintas formas de manifestação do necropoder consumadas em fenômenos mórbidos específicos.

Os fundamentos que conferem autoridade ao necrosaber se estruturam a partir de dispositivos raciais adstritos a práticas etnocêntricas de colonização de territórios e corpos considerados objetificáveis, fungíveis, descartáveis, reificados por meio da organização racional de uma desumanização (FANON, 2008). Invocando a gestão racional e eficiente do

uso dos recursos naturais em oposição ao tradicional, norteiam a delimitação de espaços classificando-os como economicamente estagnados, socialmente empobrecidos e ambientalmente degradados, cuja transformação estaria condicionada à consecução de estratégias empresariais coadunadas com políticas governamentais desenvolvimentistas. Operam mediante a institucionalização de normas afinadas à racionalidade neoliberal vigente, associadas a processos de subjetivação enformadores dos desejos e das condutas, e do estabelecimento de um monopólio epistêmico convertido em *política da verdade*.

Suscetível de manifestação em qualquer domínio do conhecimento, o necrosaber transcende as clivagens usualmente empregadas para distinguir as ciências naturais, das ciências humanas; e as tecnociências das novas ciências da complexidade. Suas condições de possibilidade, no entanto, estão inextricavelmente ligadas a processos de racialização. Logo, não há necrosaber desvinculado de práticas do necropoder, entendidas como o corolário da concatenação de diferentes tecnologias políticas que resultam na distribuição desigual das oportunidades de vida e de morte. Embora não seja uma fatalidade incontornável, está presente nos múltiplos regimes de verdade construídos socialmente para legitimar a colonização, o imperialismo, os regimes autoritários, os necronegócios²⁵⁷, a devastação implacável causada pelo necroliberalismo.

Sem a pretensão de estabelecer uma linearidade temporal, analiso empiricamente a *plantation* do dendê destacando as características norteadoras de seu nascimento durante o empreendimento colonial, a dimensão diaspórica de seu espraiamento, as classificações botânicas procedidas por cientistas europeus, os fundamentos do modelo de “racionalização da agricultura”, as investigações agronômicas e biológicas sobre o dendezeiro, a criação de institutos de pesquisa e centros de produção de conhecimento no decorrer da Segunda Guerra Mundial, as políticas governamentais e multilaterais de incentivo à dendeicultura e a transmutação da referida economia política em governamentalidade bioeconômica. “Topografia recalçada de crueldade” (MBEMBE, 2018, p. 71), a grande plantação não se caracteriza somente enquanto unidade física, mas como constelação de relações sociais ancoradas na raça e no racismo. Aí reside sua dimensão bioeconômica, correspondente a gestão dos corpos racializados em consonância com uma estrutura econômica de exploração intensiva dos recursos naturais.

²⁵⁷ O termo alude aos “agronegócios” imersos em práticas empresariais, jurídicas e políticas que expõem à morte agentes sociais empenhados na luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e étnicos, utilizando-se de variados mecanismos repressivos e táticas persuasivas funestamente articulados em prol da devastação, da expropriação, da desterritorialização e da aplicação do terror, em nome da “modernização”, do “desenvolvimento” e do progresso científico e tecnológico.

O modelo da grande plantação preconiza a produção homogênea direcionada à exportação, em áreas contínuas, com grande concentração da posse/propriedade terra e imposição de um sistema repressor da força de trabalho. Nas sociedades da *plantation* colonial, os efeitos concretos da racialização se articulam a processos de territorialização, estabelecendo relações espaciais regidas pela cisão do mundo social em compartimentos. Nestas zonas de não-ser, a circulação é restringida e os movimentos condicionados ao controle de risco efetuado por tecnologias políticas de gestão molecular dos corpos e das condutas, por meio de critérios biológicos (FANON, 1968; MBEMBE, 2018a). Diferentemente do que se possa supor, “o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais contemporâneos” (MBEMBE, 2018b, p.68).

Registre-se que a inauguração de políticas governamentais de fomento ao agronegócio do dendê usualmente ocorreu simultaneamente à ascensão de regimes autoritários em zonas consideradas estratégicas a essa *plantation*. Isso não parece ser uma simples coincidência. Durante a longa ditadura implantada por Suharto na Indonésia entre 1967 a 1998, de maneira coetânea a política de extermínio resultante no massacre de aproximadamente um milhão de integrantes do Partido Comunista se erigiu um amplo arcabouço de incentivos aos megaprojetos palmicultores, sob financiamento do Banco Mundial²⁵⁸. Na Colômbia, o marco inaugural dos megaprojetos de palma africana apoiados pelo Estado foi erigido durante a ditadura militar de Rojas Pinilla (1953-1957).

A análise das situações concretas abrangidas pela pesquisa, correspondentes a territorialidades específicas em colisão com megaempreendimentos do agronegócio do dendê no Brasil e na Colômbia, evidencia os “efeitos” das representações e práticas validadas pelo necrosaber em face de agentes sociais situados em “zonas” classificadas como agronomica e climaticamente “aptas” à implantação de monocultivos de dendezeiros. O cotejamento da literatura sobre o tema e as entrevistas realizadas nos dois países revelaram a estreita conexão entre necrosaberes traduzidos em esquemas interpretativos irmanados ao desenvolvimentismo e a exposição à morte de grupos sociais cercados por essas estratégias empresariais.

A esses “efeitos de poder” designo como *necroses*, as quais correspondem a uma abstração empregada para descrever etnograficamente as manifestações empíricas do exercício da morte em *zonas de não-ser* engendradas pela governamentalidade bioeconômica da dendeicultura. Objetivados em monoculturas territoriais e cognitivas, os regimes de

²⁵⁸ Para acompanhar os efeitos contemporâneos dessa política na Indonésia, recomenda-se a leitura dos artigos lançados nos últimos anos pelo *The Gecko Project*. Disponível em: <https://thegeckoproject.org/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

representação, discursos e práticas subjacentes a esta *bioeconomia* se traduzem na exposição à morte de grupos sociais em posição conflitante aos *necronegócios*.

Manifestam-se nos vários domínios da vida social, consoante a combinação de atos violentos com omissões deliberadas e produção de subjetividades a partir da gestão dos desejos e condução das condutas em conformidade com os imperativos da economia de mercado. Repressivas e/ou aparentemente suavizadas, as práticas mórbidas do agronegócio do dendê são coextensivas a uma monotonia espaço-temporal idealizada na transmutação de territórios diversos em espaços ordenadamente homogêneos. Daí resultam os “efeitos” sociais e ambientais deletérios, além de antagonismos sobre as formas de uso e sentido atribuído aos recursos naturais.

As necroses estão subjacentes aos megaempreendimentos econômicos da dendeicultura, os quais, por sua vez, são legitimados por tecnociências filiadas à mistificação desenvolvimentista simbolizada pelos triunfalismos das *novas plantations*. Esse jogo de relações entre estruturas políticas e modalidades de conhecimento cria as condições de possibilidade necessárias à concretização de estratégias empresariais planejadas tecnocraticamente em intervenções efetivas. Com efeito, soa temerário analisar os meandros das práticas referentes a megaprojetos agropecuários sem levar em conta as representações que lhes dão sustentação discursiva, epistêmica e política. E isso pressupõe agir de maneira reflexiva sobre o próprio campo das ciências, por vezes envolto em sistemas de autoproteção visando manter sua autoridade inatacável. No entanto, faz-se necessário avaliar em que medida os esquemas interpretativos por nós formulados podem culminar na distribuição desigual das oportunidades de vida e de morte.

Uma tese sobre necrosaber joga luz sobre essas relações de poder que não se restringem a binarismos usualmente empregados. Remete a uma ética de si fundada em fazeres em comum, em pautar-se pela construção de outros imaginários que levem em conta a pertinente emergência de processos de reparação e restituição. Enfim, significa romper com velhas classificações etnocêntricas fundadas em certas racionalizações e critérios de eficiência solidários à criação de mundos de morte. Edificação de outro tipo de humanidade sem espaço para racismos de qualquer tipo. Não se está questionando a racionalização *per si*, mas uma certa ideia de racionalização.

Talvez fosse menos trabalhoso mirar apenas nas representações do necrosaber, sem tentar compreender os modos como se reproduzem em situações concretas incidentes em territorialidades específicas asfixiadas pelo propalado desenvolvimentismo articulado a “corredores” logísticos e ecológicos. Mesmo com as limitações inerentes ao trabalho, foi

possível mostrar como determinados fundamentos teóricos e epistêmicos das (neco)ciências podem engendrar consequências acentuadamente perversas, sobretudo, porque implicam na tentativa de destruição do inapropriável, do inalienável, do comum.

Justamente nesse ponto residem os saberes de vida que sustentam as práticas cotidianas e os modos de existência de povos e comunidades tradicionais do Brasil e da Colômbia, os quais não podem ser calculados pela métrica do mercado. Ambos vivem os efeitos da dendeicultura, entendidos como a combinação da violência herdada do colonialismo com as táticas de governamentalidade referidas a incitação de determinadas condutas próprias da racionalidade neoliberal.

A ambientalização do discurso empresarial e as justificações de predação de direitos em nome da competitividade são idênticas. Na Colômbia a associação do dendê à “pacificação” do país e a padrões de eficiência produtiva é evocada como “solução” para um conflito armado ainda conflagrado. Ao contrário de tal assertiva, as comunidades negras de Chocó seguem lutando por liberdade e restituição de direitos étnicos violentamente usurpados. No Brasil, os triunfalismos do “grande player do mercado de biodiesel” à base de óleo de palma se revelaram fracassados. Há uma retração em curso, traduzida na saída das principais empresas. Contudo, novas alianças corporativas são formadas com o objetivo de assegurar o controle sobre o uso de extensas áreas disputadas com povos e comunidades tradicionais. Aí se dá a imbricação de diferentes empreendimentos operando sobre um mesmo território, produzindo topografias da morte.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARÍN, R.E. Territórios quilombolas face a expansão do dendê no Pará. In: FRANCO, F. et al. *Megaproyectos. La Amazonía en la encrucijada*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, 2012.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. São Paulo: Relume Dumará; Fundação Heinrich Bööl, 2004. p. 11-29.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. tradução Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. G. O que é um dispositivo. In: _____. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009, p. 27-51.
- _____. *O reino e a glória: uma genealogia da economia e do governo: homo sacer, II*. tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AGUIAR, J. D. Marx meridional: contribuições teórico-metodológicas para o sul global 200 anos depois. 42º Encontro Nacional da ANPOCS. *Anais*. Caxambu, 2018.
- ALARCÓN, C. Aceite de palma en el plan de vida sostenible de Unilever. Palmas, Bogotá, v. 34, n. Especial, p. 245-250, 2013.
- ALATAS, S.H. *The myth of the lazy native: A study of the image of the Malays, Filipinos, and Javanese from the sixteenth to the twentieth century and its function in the ideology of colonial capitalism*. Londres: Frank Cass, 1977.
- ALBANO, G. P. Globalização da agricultura na Oceania. Oléo de palma: a última fronteira. *Geo Terras*, 2, jan-jun 2012, pp. 37-59.
- ALBUQUERQUE, L. A Comissão de Cartografia e a Cartografia Portuguesa Antiga. *Série Separatas 166*. 1985. Disponível em: <https://actd.iict.pt/eserv/actd:SEPV166/n166.pdf>. Acesso em: set.2020.
- ALEXANDRATOS, N.; BRUINSMA, J. 2012. *World Agriculture Towards 2030-2050: the 2012 revision*. ESA Working Paper, nº 12-03. Rome, FAO.
- ALMEIDA, A. W. B. de. “Cowboy Anthropology”: Nos Limites da Autoridade Etnográfica. *EntreRios – Revista do PPGANT - UFPI, Teresina*, n. 1, p. 8-35, 2018. ISSN 2595-3753.
- _____. de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. D., et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

_____. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “proteccionismo”. *Caderno CRH*, v. 25, n. 64, p. 63–72, abr. 2012.

_____. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “proteccionismo”. *Caderno CRH*, v. 25, n. 64, p. 63–72, abr. 2012.

ALMEIDA, A.S. de; VIEIRA, I. 2014. Conflitos no uso da terra em Áreas de Preservação Permanente em um polo de produção de biodiesel no Estado do Pará. *Revista Ambiente & Água*, jul-set 2014, vol.9 (3). pp.476-487.

_____. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S; ALMEIDA, W (org). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 27-44

_____. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. São Paulo: Relume Dumará; Fundação Heinrich Bööl, 2004. p. 30-45.

_____. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. de. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi., CASTRO, Edna; VEJMELKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 141-183.

_____. de. Inconclusão não significa paralisação. In: ALMEIDA, A.W.B. de. *et al. Megaproyectos, actos de Estado, pueblos y comunidades tradicionales*. II Seminario Internacional Megaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais- Primera edición – Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020. p. 27-36.

_____. Prólogo: variações no sistema repressor da força de trabalho e o porquê desta reedição. In: ALMEIDA, A.W.B.de; MOURÃO, L. *Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo* – Manaus: UEA Edições, 2017.

ALMEIDA, A.W.B. de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo, Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi., CASTRO, Edna. ; VEJMELKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 141-183.

ALONSO-FRADEJAS, A. 2012. Land control-grabbing in Guatemala: the political economy of contemporary agrarian change. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4): 509-28.

_____. A. Guatemala: capitalismo, poder y tierra. In: ALMEYRA, Gilberto *et al* (coords.). *Capitalismo, tierra y poder en América Latina (1982-2012)*. Volumen III. Buenos Aires: Universidad Autónoma Metropolitana; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2014. p. 93-146.

_____. A. *The political economy of oil palm as a flex crop and its implications for transnational advocacy and campaigns: a preliminary discussion*. Amsterdam: Transnational Institute (TNI) Agrarian Justice Program, 2015.

ALONSO-FRADEJAS, A.; CAAL HUB, J.L.; CHINCHILLA MIRANDA, T. *Plantaciones agroindustriales, dominación y despojo indígena-campesino en la Guatemala del s. XXI*. Ciudad de Guatemala: Instituto de Estudios Agrarios y Rurales; Coordinación de ONG y Cooperativas, 2011.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2017/18: O estado dos direitos humanos no mundo*. Londres: AI, 2018.

ARAÚJO, V. F. de. As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. 2016. 138 f. *Dissertação* (mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

ARCHELA, D. C. G. A genealogia foucaultiana da economia política clássica. 2013. 134 f. *Dissertação* (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/29841>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

ARENDT, H. *A condição humana*. tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARIAS. W. *Así se robán la tierra en Colombia*. Bogotá: Impresol ediciones, 2017.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACKHOUSE, M. (2013). A desapropriação sustentável da Amazônia: o caso dos investimentos em dendê no Pará. *Fair Fuels? Working Paper 6*, Berlim. 31 p.

BACKHOUSE, M.; BAQUERO MELO, J.; COSTA, S. (2013). Between Rights and Power Asymmetries: Contemporary Struggles for Land in Brazil and Colombia, *desiguALdades.net*. Working Paper Series No. 41, Berlin: desiguALdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America.

BANERJEE, S.B. (2008). Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly. *Critical Sociology*, 34 (1). p. 51-79.

BARCELOS, E.; SOARES, M.V. A cultura da palma de óleo como âncora do desenvolvimento da agricultura familiar na Amazônia Ocidental. In: RAMALHO FILHO, A. *et al.* Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. p. 167-178.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BECKER, B. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? *Confins* [En ligne], 10, 2010, mis en ligne le 14 janvier 2011, consulté le 06 mars 2018.

BENJAMIN, W. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. tradução de Ernani Chaves. Organização de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011. p. 121-156

_____. *Passagens*. Edição alemã de Rolf Tiedemann; organização da edição brasileira Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira: Olgária Chain Féres Matos; tradução do alemão Irene Aron; tradução do francês Cleonice Paes Barreto Mourão; revisão técnica Patrícia de Freitas Camargo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BERNSTEIN, H. *Class dynamics of agrarian change*. Halifax: Fernwood, 2010.

BETANCUR, C. M. *et al. Estudio sobre la Bioeconomía como fuente de nuevas industrias basadas en el capital natural de Colombia, n° 1240667, Fase 1: priorización de los sectores estratégicos de bioeconomía para Colombia*. Biointropic, Medellín, Colombia, 2018.

BIANCHI, A. Conceito de Estado em Max Weber. *Lua Nova*, São Paulo. p. 79-104, 2014;

BIOPALMA S.A. *Relatório de Sustentabilidade 2016*. Disponível em: <www.biopalma.com.br/pdf/relatorio-sustentabilidade-2016.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BIOTEC AMAZÔNIA. Relatório Anual de Execução do Contrato de Gestão 2018. Disponível em: <<http://biotecamazonia.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relatório-2018-SITE-BIOTEC.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BISSONNETTE, J. F.; KONINCK, R. de. Large Plantations versus Smallholdings in Southeast Asia: Historical and Contemporary Trends. In: *Land grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia*. 5-6 June 2015, Chiang Mai University, Conference Paper No. 12.

BISSONNETTE, J.F. Processes of land accumulation and patterns of labour mobility in large-scale oil palm smallholding schemes in Indonesia. *LDPI Working Paper 47*. Amsterdã: The Land Deal Politics Initiative, 2013.

_____. Développement et palmier à huile: les enjeux de la gestion des territoires coutumiers ibans du Sarawak, Malaysia. *Vertigo – la revue électronique en sciences de l'environnement*, volume 8, numéro 3, décembre 2008. p. 1-22.

_____. *Envisioning agribusiness: Land, labour and value in a time of oil palm expansion in Indonesia*. 2012. 234 f. Thesis (doctorado). University of Toronto.

_____. Is oil palm agribusiness a sustainable development option for Indonesia? A review of issues and options. *Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement*, 2016. p. 1-20.

BISSONNETTE, J.F; BERNARD, Stéphane. Quand l'agriculture redessine le territoire: à qui profite l'expansion des plantations de palmiers à huile au Sabah? *Les Cahiers d'Outre-Mer*, 2008, n° 241-242, p. 3-30.

BOAHEN, A. A. (Ed.). *História Geral da África - África sob dominação colonial 1880-1935*. São Carlos: Unesco; Ministério da Educação, v. VII, 2010.

BOARI, A. Estudos realizados sobre o amarelecimento fatal do dendezeiro (*Elais Guineensis* Jacq). Embrapa Amazônia Oriental. Belém, p. 66. 2008.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORRAS, S. M. *El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe: análisis desde una perspectiva internacional amplia*. Roma, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3075s.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BORRAS, S. M. *et al. Towards understanding the politics of flex crops and commodities: implications for research and policy advocacy*. Amsterdam: Transnational Institute (TNI) Agrarian Justice Program, 2014.

_____. *Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader international perspectives*. Roma, 2011. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/borras_franco_kay_spoor_land_grabs_in_latam_caribbean_nov_2011.pdf>. Acesso em 01 jun.2018.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Homo academicus*. tradução Ione Ribeiro e Nilton Vale. 2ª ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *Una invitación a la sociología reflexiva*. 1ª ed. - Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia Brasileira: análise e recomendações. *Infobrief*, CIFOR, n°. 207, mar. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/0.17528/cifor/006398>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil*. Brasília, DF, 2010. 9 p.

_____. Ministério de Minas e Energia. *RenovaBio*: Nota Explicativa sobre a Proposta de Criação da Política Nacional de Biocombustíveis. Brasília: MME, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria INCRA/SR-01/PA nº 159, de 11 de novembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 146, n. 217, 13 novembro 2009.

BRIGGS, H. De infecções a pneumonia, estudo mostra que moscas podem transmitir mais doenças do que se imaginava. *BBC News*. S.l., 25 novembro 2017. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-42122588>>. Acesso em 20 fev. 2017.

BROWN, W. *Cidadania Sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Copenhague: Zazie Edições, 2018.

BRUM, E. A miliciarização da Amazônia: como o crime vira lei e o criminoso “cidadão de bem” na maior floresta tropical do mundo. In: CANUTO, A.; LUZ, C.R.S.; SANTOS, P.C.M. (coord.) *Conflitos no campo: Brasil 2019*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2020. p. 105-114.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTEETE, M. de; tradução de Ruth Joffily. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

BUCK-MORSS, S. *Hegel, Haití y la historia universal*. Traducción Juan Manuel Espinosa. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BURKHARDT, F. Dependência e autonomia no Sul geopolítico: a Indonésia pós-Suharto. 2012. 169 f. *Tese* (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

BUTLER, J. *Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría performativa de la asamblea*. traducción de María José Viejo. Bogotá: Editora Planeta Colombiana S.A, 2017.

CALCIAN, N. Anvisa quer apertar mais o cerco contra gordura trans: agência abriu processo para aumentar restrição à substância ou até bani-la. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 22 março 2018. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/amp/equilibrioesaude/2018/03/anvisa-quer-apertar-mais-o-cerco-contr-gordura-trans.shtml>>. Acesso em 21 abr. 2017.

CALDAS, B.B. A relação entre a produção familiar e a grande empresa capitalista na produção de dendê na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. 2013. 163 f. *Dissertação* (mestrado). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

CARDOSO, A. C. D.; MANESCHY, M. C.; MATLABA, V. J. Produção de óleo de palma no nordeste do Estado do Pará, Brasil: desafios e subsídios para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Estudos Sociais e Agrícolas*, Rio de Janeiro, 22, 2014. p. 93-223.

CARDOSO, M.R. Efeito do plantio de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) sobre a avifauna na Amazônia Oriental. 2014. 112 f. *Dissertação* (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará; Museu Paraense Emílio Goeldi; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

CARMO, B. B. T. do. *et al.* 2011. Desafios e oportunidades para a exportação dos biocombustíveis brasileiros. *Gepros: Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, 2011, Vol.6(2), p.159-180.

CARVALHO, P.T. de. 2012. 166 f. Balanço de emissões de gases de efeito estufa de biodiesel produzido a partir de soja e dendê no Brasil. *Dissertação* (mestrado). Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro- RJ.

CASANOVA, P. G. As novas ciências e as humanidades: da academia à política. tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CASANOVA, P. G. *Las nuevas ciencias y las humanidades: de la Academia a la Política*. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

CASTRO, N.; ALCOJOR, A.M.; VILLADIEGO, L. *Uno de dos: el aceite de palma en tu vida diaria*. S.l: Carro de Combate, 2018. Disponível em: <<https://www.carrodecombate.com/2018/04/12/uno-de-dos-el-aceite-de-palma-en-tu-vida-diaria-2/>>. Acesso em: 08 nov.2019.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (2018). *Y a la vida por fin daremos todo... Memorias de las y los trabajadores y extrabajadores de la agroindustria de la palma de aceite en el Cesar. 1950-2018*, Bogotá, CNMH.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CHAVES, G.P. Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê no estado do Pará: um estudo a partir de São Vicente. 2016. 103 f. *Dissertação* (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém-PA.

CLAVERO, B. *Andidora: antropologia católica de La economía*. Milão: Giuffrè, 1991.

COLOMBIA. *Lei nº 1776*, de 29 de ene de 2016. Por la cual se crean y se desarrollan las zonas de interés de desarrollo rural, económico y social, ZIDRES. *Diário Oficial*, República de Colombia. Año CLII, nº 49977.

_____. *Lei nº 1753*, de 9 de junio de 2015. Por la cual se expide el Plan Nacional de Desarrollo 2014-2018 “Todos por un nuevo país”. *Diário Oficial*, República de Colombia. Año CLI, nº 49538.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Assassinatos e Julgamentos (1985 a 2017)*. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/downloads/download/60-dados-2017/14075-assassinatos-e-julgamentos-1985-2017-cpt-assessoria-de-comunicacao>> Acesso em: 05 jun. 2018.

COMISIÓN INTERECLESIAL DE JUSTICIA Y PAZ. Palma Africana en Colombia. Impactos ambientales socioeconómicos y efectos sobre la tenencia de la tierra, en comunidades campesinas, negras e indígenas. In: *Revista Semillas*. Tierras e territorios, diciembre 2006. p. 33-38.

COOPER, M. *Life as Surplus*. Seattle: University of Washington Press, 2008.

CORDOBA, D.; SILVA, E. P. da. *Indigenous and Afro-Brazilian lands are under greater threat in Brazil during COVID-19*. Disponível em: <<http://theconversation.com/indigenous-and-afro-brazilian-lands-are-under-greater-threat-in-brazil-during-covid-19-139646>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CORNEVIN, R. *Histoire du Congo: Léopoldville-Kinshassa, des origines préhistoriques à la République démocratique du Congo...* [s.l.] Berger-Levrault, 1970.

CORRÊA, H.C.L. O cultivo do dendê na empresa Agropalma: trabalho degradante e precarizado. 2016. 142 f. *Dissertação* (mestrado). Centro Universitário do Estado do Pará. Belém-PA.

COSTA, D. M. F. As veias abertas pelo dendê: efeitos e implicações na bacia do Ipitanga do Assentamento Nazaré, Acará – Pará. 2020. 41 f. *Trabalho de Conclusão de Curso* (graduação). Faculdade Desenvolvimento do Campo – Fadecam. Campus Universitário de Abaetetuba – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba-PA.

COURTENAY, P. P. *Plantation Agriculture*. Londres. 1965.

CUIMAR, R.C. Saberes e práticas culturais de agricultores familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do dendê. 2013. 173 f. *Dissertação* (mestrado) - Universidade do Estado do Pará, Belém-PA.

CUNHA, R. N. V.; *et al.* Domesticação e melhoramento do caiaué. In: BORÉM, A.; LOPES, M. T. G.; CLEMENT, C. R. (Ed.). *Domesticação e melhoramento: espécies amazônicas*. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2009. p. 275-296.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*. Tradução: Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DÍAZ MORENO, I. Palma, estado y región en los Llanos colombianos (1960-2015). In: ULLOA, A.; CORONADO, S. (ed.) *Extractivismos y posconflicto en Colombia: retos para la paz territorial*. Primera edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia (Sede Bogotá). Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Geografía; Centro de Investigación y Educación Popular Programa por la Paz (CINEP/PPP), 2016.

_____. Colonización sin hacha: narrativas estatales sobre región, naturaleza y desarrollo de la Altillanura colombiana. In: JIMENO, M. *et al.* *Etnografías contemporáneas III: las narrativas en la investigación antropológica*. Primera edición. - Bogotá: Universidad Nacional de Colombia (Sede Bogotá). Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES). Grupo Conflicto Social y Violencia, 2016.

EDELMAN, M.; LEÓN, A. Cycles of Land Grabbing in Central America: an argument for history and a case study in the Bajo Aguán, Honduras. *Third World Quarterly*, 34:9. p. 1697-1722.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Traducción: Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

_____. *Territorios de Diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Popayán: Envió Editores, 2010.

EXPO Congo. Archives I Presume? Traces d'un passé colonial aux Archives de l'État, 14 julho 2020. Disponível em: <<http://www.expocongo.be/content.php?m=6&r=3&sr=7&l=en>>.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? *The Journal of Peasant Studies*, vol. 39. nº 2, 2012. p. 237-261.

FAJARDO, D. Colombia: agricultura y capitalismo. In: ALMEYRA, Gilberto *et al* (coords.). *Capitalismo, tierra y poder en América Latina (1982-2012)*. Volumen II. Buenos Aires: Universidad Autónoma Metropolitana; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2014. p. 65-122.

_____. *Las guerras de la agricultura colombiana: 1980-2010*. Bogotá: ILSA, 2014a.

FANON, F. *Em defesa da revolução africana*. tradução de Isabel Pascoal. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

_____. *Os condenados da terra*. tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, J. H. de. *Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIAS JÚNIOR, E. de A. *et al.* Corredores logísticos e seus efeitos sociais sobre povos e comunidades tradicionais: uma aproximação entre Brasil (corredor Carajás) e Moçambique (corredor de Nacala). In: ALMEIDA, A.W.B. de. *et al.* *Megaproyectos, actos de Estado, pueblos y comunidades tradicionales*. II Seminario Internacional Megaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais- Primera edición – Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020. p. 47-72.

FEDEPALMA. Palma de aceite en Colombia. Textos Martha Luz Ospina Bozzi. Bogotá: Villegas Asociados S.A., 2013.

FENSUAGRO. Declaração Política do XI Congresso. *Biodiversidade, Sustento e Culturas.*, nº 85, p. 18-21, jul. 2015.

Ferrand, M. (1959). *Informe sobre la misión en Colombia del 1 de julio de 1958 al 30 de junio de 1959*. Bogotá: FAO.

FINEP. Relatório de Gestão Finep 2008. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Brasília, p. 250. 2009.

FOUCAULT, M. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. *Ditos e escritos 2*. tradução Elisa Monteiro. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. *Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento*. Org. e seleção de textos Manoel Barros da Mota; tradução Elisa Monteiro. 3 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. *A arqueologia do saber*. tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. *A História da Sexualidade: Vontade de Saber*. tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *A tecnologia política dos indivíduos*. In: FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Mota. tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. - 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). tradução Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Estratégia poder-saber*. Org. e seleção de textos Manoel Barros da Mota; tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Microfísica do Poder*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 277-293.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. *O governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1982-1983). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.

_____. Perguntas a Michel Foucault sobre Geografia. In: FOUCAULT, M. *Estratégia poder-saber*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 175-188.

_____. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Tecnologias de si. *Verve*, São Paulo, v. 6, 2004. p. 321-360.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCO, J.; L. LEVIDOW, *et al.* 2010. Assumptions in the European Union biofuels policy: frictions with experiences in Germany, Brazil and Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 37(4).

FRANCO, V.; RESTREPO, J. D. Empresarios palmeros: poderes de facto y despojo de tierras en el Bajo Atrato. In: ROMERO, M. (Ed.). *La economía de los paramilitares: redes de corrupción, negocios y política*. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris - Random House Mondadori, 2011. pp. 269-410.

FRANKEMA, E.; BUELENS, F. *Colonial Exploitation and Economic Development: The Belgian Congo and the Netherlands Indies Compared*. [s.l.] Routledge, 2013.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 9ª reimpressão. trad. Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2016.

GAMA, L. C.; REYNOL, F. O dendê no Cerrado. *Agroenergia em revista*, Brasília, n. 2, p. 22-23, 2011.

GARCÍA, C.I. URABÁ: Región, actores y conflicto 1960-1990. Santa Fé de Bogotá: Cerec; INER- Universidad de Antioquia, 1996.

GARCÍA REYES, P. Tierra, palma africana y conflicto armado en el Bajo Atrato chocoano, Colombia. Una lectura desde el cambio en los órdenes de extracción. *Estud. Socio-Juríd.*, Bogotá (Colombia), 16(1): 209-244, enero-junio de 2014.

GEMAQUE, A.C. Análise dos fatores socioeconômicos de uma comunidade rural produtora de dendê em Moju, Pará, Brasil. 2015. 117 f. *Dissertação* (mestrado). Universidade do Estado do Pará. Belém-PA.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Inequality, limits and growth from a bioeconomic viewpoint. (original publicado em 1977) En: Bonaiuti, M. (Ed.) *From bioeconomics to degrowth: Georgescu-Roegen's "new economics" in eight essays* (p. 103-114). Oxon: Routledge, 2011.

GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. tradução de Cid Knipel Moreira. - São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GIRALDO, O. F. Concentração de terras na Colômbia. *Biodiversidade, Sustento e Culturas.*, nº 85, p. 4-7, jul. 2015.

GLOBAL WITNESS. *A que preço? Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017*. Londres: 2018. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/a-que-preco/>>. Acesso em: 11. ago. 2018.

GRAIN. *Communities in Africa fight back against the land grab for palm oil*. Disponível em: <<https://grain.org/en/article/6324-communities-in-africa-fight-back-against-the-land-grab-for-palm-oil>>. Acesso em: 16 out. 2020.

GUILLAUMET, J. L.; RODRIGUES, M. do R. L.; MIRANDA, I. P. de A. A Estação Experimental do Dendê do Rio Urubu - EERU - Embrapa Amazônia Ocidental. In: MIRANDA, I.P.A. et al. (ed.). *Ecossistemas florestais em áreas manejadas na Amazônia*. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2010. p.30-64.

HAN, B-C. *Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. traducción de Alfredo Bergés. 1ª ed.- Barcelona: Herder Editorial S.L., 2014.

HERBJORNSRUD, D. Os africanos que propuseram ideias iluministas antes de Locke e Kant - 24/12/2017 - Ilustríssima - *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1945398-os-africanos-que-propuseram-ideias-do-iluminismo-antes-de-locke-e-kant.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). *Plano de Médio Prazo 2018-2022*. San José, Costa Rica: IICA, 2018.

_____. O Diretor-Geral do IICA destacou o potencial da bioeconomia para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. *IICA*. San José, 23 de novembro 2017. Disponível em: <<http://www.iica.int/pt/content/o-diretor-geral-do-iica-destacou-o-potencial-da-bioeconomia-para-mitigar-os-efeitos-das>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. Experiências de sete países sustentarão estratégias do IICA para o aproveitamento da bioeconomia na América Latina e no Caribe. *IICA*. San José, 14 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.iica.int/pt/content/experiências-de-sete-países-sustentarão-estratégias-do-iica-para-o-aproveitamento-da>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

HAINES-YOUNG, R. GREEN, D.R. COUSINS, S.H. (Eds.). “Landscape ecology and spatial information systems”. In: *Landscape ecology and GIS*. Londres: Taylor & Francis, 1993.

HARAWAY, D.; TSING, A. *Reflect on the Plantationocene*. Disponível em: <<https://edgeeffects.net/haraway-tsing-plantationocene/>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOMMA, A. K. O. História da Agricultura na Amazônia: da era da pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

_____. O Histórico do Desenvolvimento de Híbridos Interespecíficos entre Caiuá e Dendezeiro. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

_____. *Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

_____. *Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

HOMMA, A. K. O; FURLAN JÚNIOR, J. Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: cronologia. In: MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. *Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. p. 193-207.

HUBER, B. Crude of the gods. *Lucky Peach*, 2016. 76-83.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *O comportamento sócio-trabalhista na produção de óleo de palma do dendê no Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobrás e Combustíveis*. Disponível em: http://www.observatoriosocial.org.br/site/sites/default/files/relatorio_palma_dende_fev2014.pdf. Acesso em: 12. mar. 2016.

JUNIOR, A.G. de C. Biodiesel do dendê: Um estudo de viabilidade econômico-financeira no Estado do Pará. 2012. 199 f. *Dissertação* (mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Escola de Economia de São Paulo; Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, São Paulo-SP.

JÚNIOR, J. de R. B. da S. A inserção da matriz produtiva do dendê em áreas antropizadas: contribuição para um ambiente sustentável. 2017. 123 f. *Dissertação* (mestrado). Instituto Tecnológico Vale, Belém-PA.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. tradução Beatriz Perrone-Moisés. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOUTSOUKOS, S.S.M. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

KUSUMANINGTYAS, R.; GELDER, J.W. von. 2017. Towards responsible and inclusive financing of the palm oil sector. *Ocasional Paper 175*. Bogor, Indonesia: CIFOR.

LAMEIRA, W.J. de M. Análise e modelagem do dendezeiro (*Elaeis Guineensis Jacq.*) no nordeste do Pará e implicações para o planejamento de territórios sustentáveis. 2016. 207 f. *Tese* (doutorado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará; Museu Paraense Emílio Goeldi; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

LAMEIRA, W; VIEIRA, I; TOLEDO, P.M. de. Panorama de sustentabilidade da fronteira agrícola da bioenergia na Amazônia. *Sustentabilidade em Debate*, 01 August 2015, vol.6 (2). pp.193-210.

LANDER, E. *La economía verde: el lobo se viste con piel de cordero*. S.l: Transtional Institute, 2011. Disponível em: <<https://www.tni.org/es/report/la-economia-verde-el-lobo-se-viste-con-piel-de-cordero>>. Acesso: 20 mar. 2018.

_____. *La ciencia neoliberal. Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, nº.9, 2008. p. 247-283.

LAVAL, C. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, mai-ago. 2020.

_____. *La escuela no es una empresa: el ataque neoliberal a la enseñanza pública*. traducción Jordi Terré. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A, 2004.

LAVAL, C.; DARDOT, P. *La pesadilla que no se acaba nunca: El neoliberalismo contra la democracia (360°. Claves contemporáneas nº 891037)* (Spanish Edition). Gedisa Editorial. Edição do Kindle, 2017.

LAVAREDA, H.C. O cultivo do dendê na empresa Agropalma: trabalho degradante e precarizado. 2016. 139 f. *Dissertação* (Mestrado). Centro Universitário do Estado do Pará. Belém-PA

LEBLANC, H. *et al.* FIJACIÓN DE CARBONO EN PALMA ACEITERA EN LA REGIÓN TROPICAL HÚMEDA DE COSTA RICA. p. 7, 2006.

LEITE LOPES, J. S. (coord.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LEMKE, T. Foucault, governamentalidade e crítica. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24.1, 2017b, p.194-213.

_____. Los riesgos de la seguridad: liberalismo, biopolítica y miedo. In: LEMM, V. *Foucault: neoliberalismo y biopolítica*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2010. p. 247-274.

_____. *Introducción a la biopolítica*. traducción Lidia Tirado Zedillo. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

LEÓN, J.; LOBO-GUERRERO, C. El sector palmero: los mimados del Estado. *Estudio de caso sobre la financiación electoral en Colombia*. Bogotá: Universidad de Estocolmo, Departamento de Criminología; La Silla Vacía, 2011.

LEVERMANN, R. A.; SOUZA, J. P. M. de. Óleo de palma: o crescimento da indústria global. *Agroanalysis*, Fundação Getúlio Vargas, vol, 34, nº 02, fev. 2014. p. 13-15.

LI, T.M. (2015). Social impacts of oil palm in Indonesia: A gendered perspective from West Kalimantan. (CIFOR, Ed.) Occasional Paper 124.

_____. After the Land Grab: Infrastructural Violence and Indonesia's Oil Palm Zone. In: Land grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia. *An international academic conference 5-6 June 2015*, Chiang Mai University, Thailand. Discussion note nº. 10.

_____. Centering labor in the land grab debate. *The Journal of Peasant Studies*, 38:2. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2011.559009>>. Acesso em: 09. ago. 2017. p. 281-298.

LIMA, W.A.A. de. *et al.* Cultura da palma de óleo no contexto da agroenergia: biomassa e biocombustível. In: RAMALHO FILHO, A. *et al.* *Zoneamento Agroecológico, Produção e Manejo para a Cultura da Palma de Óleo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. p. 205-215.

LIZARAZO, R. P. O avanço do agrohidronegócio na Altillanura colombiana no século XXI e seus desdobramentos para o trabalho dos camponeses e de comunidades tradicionais. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, s.l. *Anais*. ANPEGE: 2015. p. 2289-2302.

LOMBRANA REYES, M. La configuración espacial de Urabá en cinco décadas | *Ciencia Política*. Nº 13, Enero-Junio, 2012. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/cienciapol/article/view/41511>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005.

LUCCHINI, F. Relatório de viagem à Costa Rica, Colômbia e Equador para treinamento em serviço sobre controle de pragas e doenças e polinização entomófila do dendê na América Latina. Manaus: EMBRAPA-CNPSD, 1985. 41 p.

MACHADO ARÁOZ, H. Los dolores de Nuestra América y la condición neocolonial. Extractivismo y biopolítica de la expropiación. In: SVAMPA, M. *et al.* Movimientos socioambientales en América Latina. *Revista del Observatorio Social de América Latina*. Año XIII, Nº 32 - noviembre de 2012. p. 51-66.

MARÍN, R E. A. Mapeamento Povos e Comunidades Tradicionais na Pan-Amazônia em oposição ao "acaparamiento" de terras. In: 54º Congreso Internacional de Americanistas, 2012, Viena. *Anais*. Viena: ICA, 2012. p. 7226.

MARÍN, R. E.A; BACKHOUSE, M. (Orgs.). Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Belém, *Boletim Informativo*, n. 9. A Guerra do Dendê. Set., 2014.

MARIN-BURGOS, V. (2014). *Power, Access and Justice in Commodity Frontiers. The political ecology of access to land and palm oil expansion in Colombia*. PhD Thesis, University of Twente, Enschede, The Netherlands

MARÍN-BURGOS, V.; CLANCY, J. Understanding the expansion of energy crops beyond the global biofuel boom: evidence from oil palm expansion in Colombia. *Energy, Sustainability and Society*, Jul 2017, vol.7. pp.1-21.

MÁRQUEZ, G.G. *Cem anos de solidão*. tradução de Eliane Zagury. 48ª ed. – Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, s.d.

MARX, K. *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. tradução de José Paulo Neto. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MBEMBE, A. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020a.

_____. *Carta aos alemães*. Disponível em: <<https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/mag/21864261.html>>. Acesso em: 30 nov. 2020b.

_____. Entrevista com Achille Mbembe. *Mediapart*. tradução Ana Cláudia Holanda. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/133>. Acesso em: 28 set. 2020c.

_____. *Necropolítica*. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. *Políticas da Inimizade*. tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. *Crítica da razão negra*. tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. *Necropolítica*. *Arte & Ensaios*, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32 dez. 2016. p. 122-151.

MCCARTHY, J. F. *et al.* Trajectories of land acquisition and enclosure: development schemes, virtual land grabs, and green acquisitions in Indonesia's Outer Islands. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 39, n°. 2, april 2012. p. 521–549

_____. Processes of inclusion and adverse incorporation: oil palm and agrarian change in Sumatra, Indonesia. *Journal of Peasant Studies*, 37(4): 821-850.

MCCARTHY, J. F. & CRAMB, R. A. Policy narratives, landholder engagement, and oil palm expansion on the Malaysian and Indonesian frontiers. *The Geographical Journal*, 175, p. 112–123 (2009).

MCCARTHY, J. F. *et al.* Trajectories of land acquisition and enclosure: development schemes, virtual land grabs, and green acquisitions in Indonesia's Outer Islands. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 39, n°. 2, april 2012. p. 521–549.

MEDINA PÉREZ, D. C. Análisis del Proyecto Mesoamericano y su Incidencia en la Integración de la Región Centroamericana y Colombia; Período de Estudio: 2001-2007. 2009. 68 f. *Monografía de Grado*. Facultad de Relaciones Internacionales - Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario, Bogotá-DC.

MENEZES, C. Governo garante início da Ferrovia Pará em 2021, obra de R\$ 7 bilhões. Agência Pará. Belém, 12 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/16323>>. Acesso em 20. abr. 2020.

MEZA, R.V. La política de Desarrollo Alternativo de USAID en Colombia: un análisis crítico. Informe sobre políticas de drogas n°. 38, *Transnational Institute*, outubro de 2011. Disponível em: <<https://www.tni.org/es/publicacion/la-politica-de-desarrollo-alternativo-de-usaid-en-colombia>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

MINGORANCE, F.; MNELLI, F.; LE DU, H. *El cultivo de la palma africana en el Chocó: Legalidad Ambiental, Territorial y Derechos Humanos*. Quibdó: Human Rights Everywhere; Diócesis de Quibdó, 2004.

MINT, S. A antropologia da produção de Plantation. In: SORJ, B.; CARDOSO, FH.; FONT, M. (orgs). *Economia e movimentos sociais na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 127-136

MONDRAGÓN, H.H. Biocombustibles y relaciones de dominación. Portada: *Ecologia Social*. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=49511>> Acesso em: 30/01/2017.

MORENO, C. As roupas verdes do rei: Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Tradução Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 256-295.

MOTTA, P. E. F. D.; BREFIN, M. L. M. S. ZonDendê: aplicação dos instrumentos agroecológicos como instrumento de suporte às políticas públicas para ordenamento territorial e fomento da produção agrícola: vantagens e limitações. *Agroenergia em revista*, Brasília, v. II, n. 2, p. 14-15, maio 2011.

MOLANO BRAVO, A. *De río en río: vistazo a los territorios negros*. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017.

MUHLE, M. Sobre la vitalidad del poder. Una genealogía de la biopolítica a partir de Foucault y Canguilhem. In: LEMM, V. *Foucault: neoliberalismo y biopolítica*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2010. p. 397-432.

MÜLLER, A. A. *A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

MÜLLER, A.A.; ANDRADE, E. B. de. Aspectos gerais sobre a fenologia da cultura da palma de óleo. In: RAMALHO FILHO, A. *et al.* Zoneamento Agroecológico, Produção e Manejo para a Cultura da Palma de Óleo na Amazônia. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. p. 83-92.

NAHUM, J.S; SANTOS, C.B. dos. 2018. Agricultura familiar e dendeicultura no município de Moju, na Amazônia paraense. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 27 (1): 50-66.

NAYLOR, R. L. 2016. Oil crops, aquaculture, and the rising role of demand: A fresh perspective on food security. *Global Food Security*, v. 11. p. 17-25.

NERUDA, P. *United Fruit Co.*, Canto General, 1950. Disponível em: <<http://www.writing.ucsb.edu/faculty/dean/Upload501B-Fall06/PabloNeruda.pdf>>. Acesso em: 04. mar. 2018.

NICOLAI, H. Le Congo et l'huile de palme. Un siècle. Un cycle? *Belgeo - Revue Belge de Géographie*, p. 23-64, 2014 julho 2013.

Nutritional profile of foods with zero trans fatty acids claim. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302009000100015>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NOGUERA, R. Dos condenados da terra à necropolítica: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía / Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia* n.p. 15, 2018.

OCDE. *The Bioeconomy to 2030. Designing a Policy Agenda*. Paris, 2006.

OJEDA, D.; PINTO GARCÍA, L. La militarización de la vida como primera línea de respuesta. Disponível em: <<https://cider.uniandes.edu.co/es/noticia/militarizacion-vida-primera-linea-respuesta-abril-20>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ORDÓÑEZ, F. *Derechos étnicos y desarrollo portuario*. Estudio de caso del Consejo Comunitario de Puerto Girón y el proyecto Puerto Antioquia. *Ideas Verdes*, número 21, nov. 2019. Bogotá: Fundación Heinrich Böll, Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos. Disponível em: <[Derechos étnicos y desarrollo portuario. Estudio de caso del Consejo Comunitario de Puerto Girón y el proyecto Puerto Antioquia | Heinrich Böll Stiftung | Bogotá office - Colombia \(boell.org\)](#)>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre Diversidade Biológica. Rio de Janeiro: ONU, 1992.

OXFAM (2017). *Radiografía de Desigualdad: lo que dice el último Censo Agropecuario sobre la distribución de la tierra em Colombia*. Informe de Oxfam International, maio de 2017.

OXFAM BRASIL. 2017. *A distância que nos une*. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PACHECO, A. R. Relatório de viagem à Malásia, Indonésia, Costa Rica, Colômbia e Equador no período de 03.02.85 a 23.03.85. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1985. 63 p.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *MANA* 4 (1), 1998. p. 47-77.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Ferrovia Paraense S.A. 2016.

_____. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (SECTET). *Programa Biopará: política pública para pesquisa e desenvolvimento de cadeias produtivas da biodiversidade*. Disponível em: <<http://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/Programa%20BIOPARÁ.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

PARDO ROJAS, M. Posextractivismo: futuro posible para las poblaciones negras del Pacífico. In: ULLOA, A.; CORONADO, S. (ed.) *Extractivismos y posconflicto en Colombia: retos para la paz territorial*. Primera edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia (Sede Bogotá). Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Geografía; Centro de Investigación y Educación Popular Programa por la Paz (CINEP/PPP), 2016.

PARENTE, V. de M. (coord.). *Dendê: Projeto Potencialidades Regionais: estudo de viabilidade econômica*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Manaus: SUFRAMA, 2003.

PARISI, C.; RONZON, T. A global view of bio-based industries: benchmarking and monitoring their economic importance and future developments. EU Science HUB, 2016. Disponível em: <<http://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC103038/lb-na-28376-en-n.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

PARLAMENTO EUROPEU. Óleo de palma e desflorestação das florestas tropicais. Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de abril de 2017, sobre o óleo de palma e a desflorestação das florestas tropicais (2016/2222(INI)). *Textos aprovados*. S.l: União Europeia, 2017.

PÉHAUT, Y. Le cocotier et le palmier à huile en Amérique. In: *Cahiers d'outre-mer*. N° 209-210 - 53e année, Janvier-juin 2000. Les plantes de l'Ancien monde à la conquête de l'Amérique latine. pp. 55-94.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, p. 377–391, dez. 2014.

PEREIRA, G.S. A dimensão socioambiental do cultivo de dendê para a produção de biodiesel na Amazônia. 2014. 162 f. *Tese* (doutorado). Instituto de Florestas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ.

PERROUX, F. O Conceito de Polo de Desenvolvimento. In: Speridião Faissol (org), *Urbanização e regionalização relações com o desenvolvimento económico* (pp. 97-110). Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE, 1975.

PELBART, P. P. O devir-negro do mundo. Dossiê Achille Mbembe. *Revista Cult*. Ano 21, nº 240 (novembro), 2018.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. tradução Fanny Wrobel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PORTER, M. *Ventaja competitiva: creación y sostenimiento de un desempeño superior*. traducido por Ing. Ind. Ma. Ascensión de la Campa Perez-Sevilla. Buenos Aires: Editorial Rei Argentina S.A, 1991.

QUEIROZ, A.G. Avaliação do ciclo de vida do biodiesel produzido na Amazônia. 2011. 317 f. *Tese* (doutorado). Instituto de Tecnologia. Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

RAMALHO FILHO, A. *et al.* Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as Áreas Desmatadas do Estado do Amazonas. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO. At: Fortaleza, volume XXXII, 2008.

RAMALHO FILHO, A.; MOTA, P. E. F. da. Contexto e objetivos do Zoneamento Agroecológico para a cultura da palma de óleo nas áreas desmatadas da Amazônia Legal. In: RAMALHO FILHO, A. *et al.* *Zoneamento Agroecológico para a Cultura da Palma de Óleo (Dendezeiro) nas Áreas Desmatadas da Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. p. 19-22.

RAMIREZ, N. A. V. 2016. 183 f. Disciplina que genera indisciplina. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.

RAMOS, G.L. Palmáceas alternativas para o incremento à produção de biodiesel. 2010. 145 f. *Dissertação* (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília-DF.

REDCLIFT, M. R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (Org.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª. ed. rev. Belém, Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. pp. 51-76.

RESTREPO, E. Hacia una etnografía del cultivo de la palma africana en Tumaco. S.I: *Universitas Humanistica*, 2004, año XXXI, n° 58. p. 72-87.

REYES, J. de L; SANDWELL, K. *Flex-crops: a primer*. Amsterdam: Transnational Institute (TNI) Agrarian Justice Program, 2018.

RÍOS, G. Capitalismo, tierra y poder en Honduras. In: ALMEYRA, Gilberto *et al* (coords.). *Capitalismo, tierra y poder en América Latina (1982-2012)*. Buenos Aires: Universidad Autónoma Metropolitana; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2014. p. 147-180.

ROBBINS, S.P. *Comportamento organizacional*. tradução técnica Reynaldo Marcondes. 11ª ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROMERO, M. (Ed.). *La economía de los paramilitares: redes de corrupción, negocios y política*. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris - Random House Mondadori, 2011.

ROMERO, M.; TORRES, D.F. Drummond, Chiquita e Paramilitares: adaptación y negociación de ventajas en medio del conflicto In: ROMERO, M. (Ed.). *La economía de los paramilitares: redes de corrupción, negocios y política*. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris - Random House Mondadori, 2011.

RONDEROS, M.T. *Guerras silenciadas: una historia periodística del paramilitarismo en Colombia*. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editoria, 2014.

ROSE, N. *Políticas de la vida*. Biomedicina, poder y subjetividad en el siglo XXI. traducción Elena Luján Odriozola. La Plata: UNIPE: Editorial Universitaria, 2012.

ROUSSEAU, J.J. “Da Economia Política”. In: OBRAS de Jean Jacques Rosseau (Obras Políticas), vol. I., Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1958.

RUIZ, C.B. Genealogia da biopolítica: legitimações naturalistas e filosofia crítica. *Revista IHU Online*, edição n° 386, de 19 mar. 2012. Disponível em: <www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4308-castor-bartolome-ruiz-6>. Acesso em: 30. mai. 2018.

SACRAMENTO, E.D. As almas da terra: a violência no campo paraense. 2007. 186 f. *Dissertação* (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

SACRAMENTO, N.D. “Do dendê eu tenho medo até dos espinhos”: resistência cotidiana à integração à agroindústria do dendê pelos camponeses de Maçaranduba – Tomé Açu, no Nordeste Paraense. 2016. 163 f. *Dissertação* (mestrado). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, J.C. dos et al. *Avaliação do desempenho econômico e do potencial de geração de renda da estrutura produtiva de pequena escala de dendezeiro híbrido interespecífico na mesorregião metropolitana de Belém, Pará*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

SANTOS, M; GLASS, V. (org.). *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, M. de M. Relatório de viagem a Belém; período 22 a 27.05.86. Manaus: EMBRAPA-CNPDS, 1986. 8 p.

SANTOS, S.S.M. Pandemia e desterritorialização: biopolítica da desregulamentação e efeitos sobre os Povos Indígenas da Volta Grande do Rio Xingu, PA. In: ALMEIDA, A.W.B. de; MARÍN, R.E.A; ALEIXO, E. *Pandemia e Território*. São Luís: UEMA Edições/PNCSA 2020, 2020, p. 239-264.

SAUER, S.; BORRAS JR., S. ‘Land grabbing e green grabbing’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Edição especial, p. 6-42, jun., 2016;

SAYER, J. et al. (2012). Oil palm expansion transforms tropical landscapes and livelihoods. *Global Food Security*, 1(2), 114-119. SONNE, P. (2012). Unilever Takes Palm Oil in Hand. The Wall Street Journal. Asian Business News.

SCHNEIDER, M. ‘If they take our lands, we’ll be dead’: Cameroon village battles palm oil giant. *Mongabay*. s.l. 26 junho 2020. Disponível em: <<https://news.mongabay.com/2020/06/if-they-take-our-lands-well-be-dead-cameroon-village-battles-palm-oil-giant/>>. Acesso em: 09 set.2020.

SCOTT, J. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. 1ª edição. Tradução Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

_____. (1998). *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed* (Yale agrarian studies) (The Yale ISPS series).

SHIVA, V. *La descolonización del Norte*. MIES, M.; SHIVA, V. *La praxis del ecofeminismo: biotecnología, consumo e reproducción*. Barcelona: Icaria Editorial, 1998.

_____. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, E.B. da. *Relatório de estágio sobre a cultura do dendê nas estações de pesquisas do I.R.H.O. na Costa do Marfim, Benin e nos laboratórios do IRHO/GERDAT em Montpellier*. Período de 01/04 a 08/06/84. Manaus: EMBRAPA-CNPDS, 1984. 121 p.

SILVA, E. B. da. *Relatório de viagem ao exterior "Indonésia, Malásia, França, Costa Rica e Colômbia"*. Manaus: EMBRAPA-CNPDS, 1988. 66 p.

SILVA, E.M. da. *Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental*. 2016. 124 f. *Dissertação* (mestrado). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

SILVA, E. P. da; MARÍN, R E. A. *Terra e Trabalho na mira do Agro: das “alianzas productivas” na Colômbia aos “integrados” no Brasil*. Belém: *II Seminário Internacional América Latina: conflitos e desafios contemporâneos*, 2017.

SILVA, E. P. *Topografias da morte: megaempreendimentos econômicos em territórios etnicamente configurados do Baixo Tocantins*. LASA 2020: América Latina: vinculando mundos y saberes, tejiendo esperanzas. Guadalajara: LASA. 2020.

SILVA, E.P. da. *Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense*. 2015. 242 f. *Dissertação* (mestrado). Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

SILVA, E.P. da; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A.L.A. de. *Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense*. *Campo Território: revista de geografia agrária*, vol. 11, Edição especial, jun., 2016. p. 165-195.

SILVA, E.P.; ACEVEDO MARÍN, R.E. *Régimen de veridicción, estados de dominación y gubernamentalidad bioeconómica de la palma de aceite en Brasil y Colombia*. In: ALMEIDA, A.W.B. de. *et al. Megaproyectos, actos de Estado, pueblos y comunidades tradicionales*. II Seminario Internacional Megaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais-Primera edición – Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020. p. 288-320.

SOEDERBERG, S. 2012. The Mexican debtfare state: micro-lending, dispossession, and the surplus population. *Globalizations*, 9(4): 561-575

_____. 2013. Universalizing financial inclusion and the securitization of development. *Third World Quarterly*, 34(4): 593-612

SOUSA, C. D. F. M. D. Será mesmo o diabo? Expansão da dendeicultura e o campesinato na Amazônia. 2015. 188 p. *Dissertação* (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

SOUSA, R. B. de. A recriação camponesa na brecha da agricultura capitalista: um estudo da comunidade de Arapiranga no município de Concórdia do Pará. 2014. 179 f. *Dissertação* (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro-RJ.

SOUZA JUNIOR, M. T. *et al.* O Programa de PD&I em Ômica de Palma de Óleo (*Elaeis spp.*) na Embrapa Agroenergia – Brasília, DF: Embrapa Agroenergia, 2017.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STENGERS, J. (1957). *Combien le Congo a-t-il coûté à la Belgique*. Brussels: Academie royale des Sciences colonials.

TAUSSIG, M. *Palma africana*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2018.

THE ALLIANCE AGAINST INDUSTRIAL PLANTATIONS IN WEST AND CENTRAL AFRICA. Comunidades africanas luchan contra el acaparamiento de tierras para el cultivo de palma aceitera. Informe, septiembre 2019. Disponível em: <<https://grain.org/es/article/6329-comunidades-africanas-luchan-contra-el-acaparamiento-de-tierras-para-el-cultivo-de-palma-aceitera>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

TRANSPORT & ENVIRONMENT. *Globiom: the basis for biofuel policy post-2020*. Paper. Disponível em: <https://www.transportenvironment.org/sites/te/files/publications/2016_04_TE_Globiom_paper_FINAL_0.pdf>. Acesso em: 10. ago. 2018.

TRECCANI, G.D. Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU. O sistema da UE para a certificação de biocombustíveis sustentáveis. *Relatório Especial*, nº 18. Luxemburgo: União Europeia, 2016.

TSING, A.L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. - Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. 2018. *Oilseeds: World Markets and Trade*. Foreign Agricultural Service. August 2018.

VEIGA, A.S. *et al.* A dendeicultura na visão do setor privado. In: Workshop Latinoamericano de Investigación en Dende (Palma aceitera): 2005: Manaus, (AM) Alternativa para contribuir al desarrollo económico y social de la Amazonía: anais. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007. 103 p.

VELHO, O.G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2ª ed. ed. Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial, 2009.

VENTURIERI, A. Zondendê x Amarelecimento Fatal: mapeamento de áreas com potencial de expansão e de ocorrência de amarelecimento fatal em palma de óleo (dendê) na Amazônia Legal, com ênfase no estado do Pará. *Agroenergia em revista*, Brasília, n. 2, p. 17, 2011.

VERGARA, A.M.F. A United Fruit Company na Guatemala de Miguel Ángel Asturias. *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória, 2008. Disponível em: http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/amina_maria_figueroa_vergara.pdf. Acesso em: 02 set. 2020. p. 1-9.

VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 3ª ed. – tradução: Tarso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIEIRA, A. C. C. A "integração" camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico. 2015. 139 f. *Dissertação* (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

VIEIRA, I. C. G. Teoria ecológica e a interdisciplinaridade em estudos ambientais. In: VIEIRA, I.C.G.; TOLEDO, P.M. de; SANTOS JÚNIOR, R. A. *Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 125-148.

VILLELA, A.A. 2014. 388 f. Expansão da palma na Amazônia Oriental para fins energéticos. *Tese* (doutorado) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE).

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

VIOTTI, A. C. de C. Da obrigação de alimentar os escravos no Brasil colonial. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 32, n. 66, p. 5–32, abr. 2019.

WATKINS, C. Landscapes and resistance in the African diaspora: Five centuries of palm oil on Bahia's. *Journal of Rural Studies*, p. 1-18, 2018.

WHITE, B. Remembering the Indonesian Peasants' Front and Plantation Workers' Union (1945–1966), *The Journal of Peasant Studies*, 43:1. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2015.1101069p>>. Acesso em 30. mar. 2018. p. 1-16.